

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO XI

MISCELÂNEA DE FILOLOGIA, LITERATURA
E HISTÓRIA CULTURAL À MEMÓRIA DE
FRANCISCO ADOLFO COELHO (1847-1919)

II

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
TRAVESSA DO ARCO A JESUS. 15
LISBOA

1950

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO XI

MISCELÂNEA DE FILOLOGIA, LITERATURA
E HISTÓRIA CULTURAL À MEMÓRIA DE
FRANCISCO ADOLFO COELHO (1847-1919)

II

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
TRAVESSA DO ARCO A JESUS, 13
LISBOA

1950

INDICE

Lexicografia e Etimologia

JOSÉ GONÇALO CHORÃO DE CARVALHO, Derivados do Latim <i>g a l l a</i>	1
DELMIRA MAÇÃS, As Designações das Perturbações Mentais em Português	12

Fonética, Morfologia, Sintaxe e Gramática Comparativa

VEIKKO VÄÄNÄNEN, A propos de l' s final dans les langues romanes	33
PEDRO URBANO GONZÁLEZ DE LA CALLE, Anotaciones a un texto magistral	41
VICENTE GARCÍA DE DIEGO, El catalán habla hispánica pirenaica	55
EDWIN B. WILLIAMS, Old Portuguese -eo	61
DOROTHEE GROKENBERGER, Variantes Quinhentistas da <i>Me- nina e Moça</i>	62
RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA, Portuguesismos em Cristóvão Colombo	81
M. SAID ALI, Pessoas Indeterminadas	108
HARRI MEIER, A Génese do Infinito Flexionado Português	115
JACINTO DO PRADO COELHO, O Infinito Absoluto no Roman- ceiro Popular	133
WOLFGANG KAYSER, Wandlungen im Gebrauch der verbalen Präfixe in der deutschen Sprache des 18. Jahrhunderts	141

História Cultural e Literatura

SCARLAT LAMBRINO, Le décret en l'honneur de l'architecte <i>Epicratès</i>	169
ANTONIO TOVAR e JOAQUÍN MARÍA DE NAVASCUÉS, Algu- nas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular	178
ALBERT GRENIER, <i>Indigetes et Novensiles</i> . Divinités collectives de l'ancienne religion romaine	192
N. I. HERESCU, <i>Fastidivm similitvdinis</i> . La technique de la répé- tition chez les poètes latins	206

A. PINTO DE CARVALHO, Os Prólogos Salustianos	213
LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA, O <i>Liber Regum</i> e Outras Fontes do <i>Livro das Linhagens</i> do Conde D. Pedro	224
ORESTES FRATTONI, Al margen de las influencias provenzales	252
WILLIAM C. ATKINSON, <i>Comedias, Tragicomedias</i> and <i>Farças</i> in Gil Vicente	268
HERNANI CIDADE, João de Barros — O que pensa da língua por- tuguesa — Como a escreve	281
EUGENIO ASENSIO, Sobre el <i>Rey Seleuco</i> de Camões	304
LÉON BOURDON, Rites et Jeux sacrés de la Mission japonaise des Jésuites vers 1560-1565	320
C. R. BOXER, Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620	338
GUSTAVO CORDEIRO RAMOS, Tendências da Moderna Litera- tura Alemã	364
LUÍS L. CORTES Y VÁZQUEZ, Dos textos dialectales de Rihonor y dos romances portugueses de Hermisende	388
<i>Colaboradores da Miscelânea à Memória de Francisco Adolfo Coelho</i>	405

Derivados do latim *galla*

A família de palavras, que têm como tronco o lat. *galla* é com certeza uma das mais numerosas e prolíficas, que se conhecem nas línguas românicas. Partindo da significação original de «noz de galha», desenvolveu-se esta palavra num sem número de formas e significações novas, cujo ponto de contacto era inicialmente a ideia de «excrecência, saliência», que bem depressa se perdeu.

O presente artigo pretende apenas ser uma pequena contribuição para o estudo dos diferentes representantes desse fecunda palavra na Península Ibérica, mas especialmente no Português, alguns deles já conhecidos e que aqui se não repetem, a não ser quando isso convenha. Esses podem ver-se além de no REW. 3.655, no FEW. III, 34 e 36, nas obras aí citadas e ainda em Leite de Vasconcelos, *Respigos camonianos* I, 45 ss. (1).

1. Para designar um rebento, um renovo duma planta encontra-se frequentemente a palavra *galla*. Eis meia dúzia de exemplos que pude colher: trasm. (Vila Real) *glão* «grelo ou rebento da batata, quando está arrecadada nas casas» (RL. XII, 101) (2); minh. *galeiro* «espigo de batata» (Figueiredo), Turquel *galrar* «desenvolver-se rapidamente: com as últimas chuvas as searas galraram» (RL. XXVIII, 112); Turquel *galeirão* «haste cimeira de qualquer vegetal; caule muito desenvolvido de planta herbácea prestes a florescer: cortei o galeirão do ulmo para lhe formar a copa; — as alfaces,

(1) Pușcariu, ZRPh. 37, pág. 114 apresenta duas formas romenas não entradas no REW.: *găoace* «casca de ovo, de noz, etc.», e com dúvida *găoază* «ânus».

(2) Está evidentemente por **galão*; cp. valenc. *galló* «Stückrasen» (ZRPh. XXIX, 324); catal. *galló* «Keim» (FEW. III, 36). -Cp. ainda quanto ao sentido: Coutouvre *dzalló* «germer»; *dédzalló* «ôter les germes des pommes de terre qu'on veut planter» (FEW. III, 32); Ferrère *galhuá* «germer», etc. (*ibid.* 36).

começa a apontar-lhes o *galeirão*» (*ibidem*)⁽³⁾; *galocha* «rebento de enxerto; rebento terminal das árvores; flecha, coruta, guia» (Figueiredo com um envio para G. Felgueiras, *Termin. agríc.*, s. v.; também Tavares da Silva, o. c., *galocha* «flecha da árvore», citando Pereira Coutinho); minh. *galocha* «pâmpano de videira» (Tavares da Silva); algarv. *ganhôto* «rebento fraco de figueiras, que se podam no Inverno, para que se avigorem os lanços frutíferos» (Figueiredo)⁽⁴⁾; gal. *gallo* «retoño no cortado á raiz del patrón» (Valladares Nuñez, *Diccionario gallego-castellano*, Santiago, 1884)⁽⁵⁾.

Da ideia de «renovo» nasceu imediatamente a de «ramo»: port. *galho*, gal. *gallo*, esp. *gajo* com numerosos derivados e significações secundárias, entre os quais citarei apenas: Atalaia *galhada* «ramos, varas, galhos» (RL. XI, 157); Douro *galha* «gancho de madeira ou pequeno sacho com que o homem prende o cesto vindimo pelo bordo para o manter inclinado para a frente, encostado à cabeça, transportando-o com bastante comodidade sobre a trouxa» (Tavares da Silva); estrem., trasm. *galho* «vara de um a quatro gomos, que se deixa na poda da videira» (*idem*); Moncorvo *galheiro* «pau cheio de galhos para segurar o fumeiro» (RL. XIII, 117); gal. *gallo*, *galla*

(³) Em *galrar* e provavelmente também em *galeirão*, *galeiro* aparece pela primeira vez aqui uma formação de que falo adiante no § 4. Figueiredo inclui o *galeirão* de que falamos no artigo *galeirão* «ave pernalta (Fulica atra L.), etc.» e dá-lhes como origem comum o esp. *gallarón*, nome também duma ave! -O prov. dur. *galeira* «rego transversal nas vinhas para esgoto de águas no Inverno; quedas de água na corrente do Douro que se formam no estio» (Figueiredo) e ainda minh. *galeira* «vala de surribo» (Tavares da Silva, *Esboço dum vocabulário agrícola regional*. Lisboa, 1944) é sem dúvida o mesmo que *caleira* «cano para esgoto das águas dos telhados» (*canalis*).

(⁴) *Ganhôto*, como C. de Figueiredo julga, por **galhóto*, não sendo rara a substituição de *l* por *n*. Por exemplo em Vila Real: *minhafre, tanha, aparvanhado* por *milhafre, talha, aparvalhado* (RL. XI, 278; a segunda forma é também, segundo Figueiredo, beirã); também o contrário se dá: *calhastroz* de *canhestro* (J. Moreira, *Estudos da língua portuguesa* I, 183).

(⁵) A alternância em galego-português de formas com *l* e com *l'* correspondendo à alternância *l', x* em espanhol, provém, como é sabido, da existência dos dois tipos em latim: o substantivo *g a l l a* e o adjectivo (substantivado excepto parcialmente na Galo-România, cf. FEW. III, 36) **g a l l e u s*. Não há por isso necessidade de explicar como espanholismo (como faz Meyer-Lübke, REW. 3.655) o port. *galha* «noz gálica»; e menos ainda *bugalho, bugalha* (como Menéndel Pidal, *Bausteine* 387). Cf. para a explicação das formas leonesas (a) *boğalla, bollagra, abogállara*, Garcia de Diego, RFE. IX, 148, que propõe um cruzamento de *b a c a + g a l l a* (aceite por M.-L., REW. 3.655); e ainda Pidal, l.c. e Schuchardt, ZRPh. XXIX, 325, 332

«pua de una horquilla, ó de una rama horquillada», *galla* «garabato», *gallo* «instrumento de hierro para sostener las cazuelas y pucheros en el hogar», *galleta* «horquilla pequeña para usarla con una sola mano», *galleta-vencelleiro* «horquilla manual, con puas de hierro, para coger los manojos de trigo, ó centeno, por la atadura, ó *vencello*, y alargarlos, ó arrojarlos, al que hacina, cuando la *meda* vá ya muy alta» (Valladares Nuñez); leon. (Cabrera Alta) *galleiro* «rama gruesa de árbol, hincada en el suelo de la corte, donde se deja el forraje que sirve de alimento al ganado, sujeto en las horquillas, *gallos*, que forman las derivaciones secundarias» (Casado Lobato, *El habla de la Cabrera Alta*. Madrid, 1948, pág. 43) ⁽⁶⁾; e talvez baixo-beir. *galhurdo* (= *laburdo*, com o mesmo sufixo) «peça que liga o peso ao parafuso no *lagar de fuso e peso*» (Tavares da Silva, s. vv. *galhurdo*, *laburdo*, *feixe e lagar*) ⁽⁷⁾. Como segundo elemento encontra-se *gallo* no gal. *gasgallo* «rama, ó vástago, de leña baja del monte», *gasgalheira* «matorral, campo inculto, lleno de maleza, ó leña baja del monte» (Valladares) ⁽⁸⁾. Com a significação «pedazo de madera que raja, ó abre, en una rama mal cortada» do gal. *galla*, *gallo* (Valladares) compare-se Atalaia *galeripo* «gaita feita pelos rapazes com um bocado de vide rachada ao meio que tornam a unir intermeando-lhe uma lingueta feita de casca da mesma vide» (RL. XI, 157).

Foi também da ideia de «rebento, renovo» que se originou o nome de uma planta, uma gramínea, que se propaga rapidamente, invadindo as terras com as suas raízes e prejudicando assim as culturas: o *escalracho*, beir. *galracho* (Figueiredo), provinciano *guelricho* (Figueiredo; quanto ao e ver § 4) e trasm. *galracho*, *galhena* (Tavares da Silva); Leiria *galhena* «planta gramínea, nociva à cultura e aproveitável para o gado» (Figueiredo, citando a *Gazeta das Aldeias* LI, 17) ⁽⁹⁾. Directamente da noção de «excrecência» provém decerto o beir. (Castelo Branco) *galha* «cravagem do centeio» (Tavares da

(6) Ver ainda Krüger, *Gegenstandskultur* 104, 114, 239 e *Die Hochpyrenäer*, C *Ländliche Arbeiten* II, 129, 407 (cit. in FEW.).

(7) Veja-se um tipo italiano de lagar, semelhante ainda que mais perfeito, em P. Scheuermeier, *Bauernwerk* (*Illustrationsband* — AIS, Erlenbach — Zurich, 1943), pág. 187; ou em *Donum natalicium Carolo Jaberg* 15 ss.

(8) Sobre a sílaba inicial ver infra. Quanto ao sentido cp. dauphinois (Alpes) *galas* «touffe de rejetons qui poussent sur les souches des arbres; lisière de forêt formée par des arbrisseaux»; rouergat *goilloust* m. «brandes, broussailles, bois de petits arbustes, bruyères, etc.; taillis peu vigoureux», etc., etc. (FEW. III, 32, 36).

(9) Também trasm. *alcarnache* «escalracho» (Tavares da Silva)?

Silva, s. vv. *galha* e *dente-de-cão*)⁽¹⁰⁾. O alent. *galripas* «o mesmo que falripas» (Figueiredo) entra provavelmente neste grupo, representando talvez *falripas* e *farripas* «cabeladura rala; grenha» (passados da ideia de «ervas» à de «cabelos ralos») uma adaptação a *farrapo* (cf. mais o beir. *farripinho* «cacho mal desapendado» em Figueiredo, citando RL. XI, 156).

Finalmente «gomo de laranja», «miolo da noz», etc.: Atalaia *galo* «gomo de laranja» (RL. XI, 157); Alportel (Algarve) *galo* «gomo de laranja, tangerina, etc.» (Estanco Louro, *O livro de Alportel*. Lisboa, 1928, pág. 242); trasm. (Mogadouro e Lagoaça) *galelo*, *galinhó*, *ganhó* masc. «gomo de laranja» (RL. V, 91)⁽¹¹⁾. Seguidamente alent. *galo* «o castelo da melancia» (Figueiredo); alto-beir. (Baraçal, conc. de Celorico) *galaroz* masc. «o miolo da noz» (termo recolhido por mim); astur. orient. (Cabrane) *gallipote* «cada una de las divisiones de la nuez sin cáscara ya» (M. Josefa Canellada, *El bable de Cabranes*. Madrid, 1944)⁽¹²⁾.

Em seguida: *galulas*, nome que se dá no Fundão às flores do marmeleiro, que as crianças comem como guloseima, como eu próprio me lembro de ter feito; juntamente com o trasm. (Mogadouro e Lagoaça) *galula* na expressão *coisa de galula* «coisa boa, de mimo, para comer» (RL. V, 91)⁽¹³⁾.

2. Da ideia de «excrecência em vegetais» saiu sem dificuldade a de «excrecência de qualquer natureza no corpo do homem ou dos animais»: minh. (Monção) *gala*, (Venade, Caminha) *galo* «inchaço ou ferida na cara proveniente de pancada» (RL. XX, 249)⁽¹⁴⁾. Aqui se liga o português corrente (popular segundo Figueiredo; familiar,

(10) Cp. Neuville *gâle* «maladie cryptogamique qui tombe sur les céréales, etc. à la suite des brouillards en juin» (FEW. III, 33).

(11) *Ganhó* por **galhó* < **galleola* (ZRPh. XXIX, 327), cf. nota 4. Cp. ainda cat. *galló* «Obstscheibe» (*ibidem*).

(12) Cp. mirand. *gallett* «Nusskern» (ZRPh. XXIX, 325).

(13) Cândido de Figueiredo, que reproduz a palavra certamente daqui (a maioria das palavras do vocabulário de Moreno passaram para o seu dicionário), apresenta-a como tendo existência própria, independente da frase fornecida por A. Moreno, e dando-lhe a significação de «boa qualidade de alguma coisa para se comer»! Daqui passou para o *Contemporâneo* com ligeira diferença: «boa qualidade de coisa comestível»!

(14) O vocabulário de que é extraída a palavra é sobretudo do conc. de Arcos-de-Vale-de-Vez, mas a abreviatura L. L. que a essa palavra se segue indica o nome de um sacerdote, o P.^o Lourenço Loução, que, sendo pároco em Troporiz, forneceu a F. Alves Pereira abundante colheita lexical do conc. de Monção.

diz Aulete, e tem razão) *galo* «elevação na testa, produzida por pancadas»; *idem* no Barroso (RL. XXXV, 244) e no Alportel, Algarve (E. Louro 242). Com a mesma significação encontro: minh. *galaripo* «elevação na testa ou na cabeça por efeito de pancada» (Figueiredo) ⁽¹⁵⁾; alent. *galarouço* (Évora), *galaruço*, *galeirão* ou *galo* (Portel), *galaroupo* (Ourique) (RL. XXXVII, 237) «idem» ⁽¹⁶⁾.

Seguidamente trasm. (Mogadouro e Lagoaça) *ganhoto* «qualquer inchaço redondo e rijo que apareça na cara ou no corpo» (RL. V, 91) ⁽¹⁷⁾. Enfim trasm. (ibidem) *galdróchas* «pelancas, pelharancas», donde talvez Atalaia *galdrapa* «rendas mal feitas» (RL. XI, 157) ⁽¹⁸⁾.

3. Santa Margarida (Idanha-a-Nova) *galhete* «gasnete, pescoço» (RL. II, 249); Atalaia *galhete* «pescoço» (RL. XI, 157 — decerto também «garganta», cp. a frase «dou-te uma por esse galhete»); trasm. (Mogadouro e Lagoaça) *ganhó* fem. «garganta» (RL. V, 91) ⁽¹⁹⁾ são decerto a mesma palavra que o esp. *agalla* «amígdala», *agallas* «anginas»; e no segundo elemento de *gargalo* «colo de garrafa», vulg. «garganta», *gargalho* «escarro grosso», *gargalhada* «risada ruidosa»; gal. *gargallo* «gargajo, flema casi coagulada» (Valladares); Lobeira (Vale do Lima) *gargalus* «gárgaras» (*Volkstum und Kultur der Romanen* XI, 268); astur. *gargallu* «o mesmo que *gargüelu*», i. é, «laringe» (também o bordo das aduelas?) (Rato 65); astur. orient. (Cabranes) *gargallu* «garganta; el cuello

⁽¹⁵⁾ Figueiredo fornece ainda trasm. *galarispo* «o mesmo que *galaripo*» citando a RL. XII, 100. S. v. *galaripo* dá as seguintes definições: beir. «rapaz, que já pretende namorar; gaita...»; minh. «galo na testa». O que, porém, se encontra no lugar citado da *Revista Lusitana* (num vocabulário de Vila Real) é o seguinte: *galarispo* «o mesmo que *galispo*» e, nesta palavra, explica «pequeno galo»!

⁽¹⁶⁾ Nestas e noutras formas já indicadas o encontro com *galo* «ave» é evidente. Quando uma criança faz um «galo» na testa é costume dizer-se-lhe: «já tens um galo para cantar à meia-noite».

⁽¹⁷⁾ Daqui «seixo redondo e liso, pela acção das águas que o rolaram» (*ibidem*)? Ou reflectirá, de qualquer modo, nesta significação o céltico *g a l l o s «pedra» (FEW. III, 42 ss.)? Cp. quanto às significações anteriores: Savoyard *gala* «grosseur produite par une piqure d'insecte ou par un coup» (FEW. III, 32) e outras formas e significações afins (pág. 33).

⁽¹⁸⁾ Quanto à forma destas palavras ver adiante n. 22.

⁽¹⁹⁾ Desde a sua primeira edição que esta palavra entrou no *Novo Dicionário de Cândido* de Figueiredo, extraída do vocabulário de Moreno que citamos. Na segunda acepção lê-se, porém, aí «guelra, pescoço» onde Moreno escreveu «gorja»! O disparate passou também para o *Contemporâneo*.

de una vasija» (Canellada 233); esp. *gargajo* «escarro», *gargajear* «escarrar», *carcajada* «gargalhada»; da mesma forma que no simples espanhol *gallo* «esputo, gargajo», continuo a ver o lat. *g a l l a*, **g a l l e u s*, enquanto que no primeiro elemento se reconhece o mesmo **g a r (g)*, que aparece em *garganta*, *garganeiro*, etc. A intenção onomatopaica da união dos dois elementos é clara (20).

4. É chegada a altura de me referir a um elemento de formação que entra num bom número de palavras até agora apresentadas e noutras que ainda aparecerão. Em *galaripo*, *galarispo*, *galaroz*, *galarrouço*, *galaruço*, *galaroupa* surge, junto a outros sufixos, um elemento comum -ar-, que, desvocalizado, encontramos mais em *galrar*, *galra-*

(20) Comparar quanto à forma e à significação: 1. prov. *galet* «cou, gosier; garrot de cheval; pl. esquinancie, inflammation aux amygdales»; langued. *galé* «cou, nuque; garrot de cheval»; Gers *galet* «goulot de bouteille»; béarn. *galete* f. «tuyau de fontaine, goulot (en bois ou en roseau)», etc. (FEW. III, 33). 2. Béarn. *gargalh* «éclat de rire», «crachat», *gargalhá* «cracher des matières pituitueuses»; Bastide-de-Sérou *gargalhejá* «rire aux éclats»; em seguida Imola *zgar-gayäs* «sgolarsi»; Poschiavo *sgargagliä* «tossire catarrosamente»; catal. *gargall* «escarro», Mallorca *gargai* «idem». 3. Prov. *gargáu* «gosier» (fam.); Pézenas *bioure al gargal* «boire en tenant le broc à une certaine hauteur, laissant couler le filet de liquide dans la bouche entr'ouverte», etc. (FEW. III, 33, 56, 57, 61, 62). Wartburg, que inclui os grupos 2. e 3. no artigo **g a r g*, não considera a hipótese aqui admitida, i. é, a de um cruzamento entre **g a r g* e *g a l l a*, resp. **g a l l e u s*. Em face, porém, das formas e significados aqui reunidos não creio que deva restar dúvida de que tal cruzamento se deu. Já atrás indiquei duas formas galegas em que o mesmo elemento onomatopaico aparece, embora sob forma diferente: *gasgallo*, *gasgalleira*. Isto mostra que o cruzamento se deu em certos casos tão intimamente que se estendeu a domínios em que semânticamente já não é explicável. Cp. aliás o Emil. *gargalla*, Friul. *gargātuie*, etc. «Gallapfel» (ZRP. XXIX, 325). Quanto ao *s* comparar *gasganete*, *engasgar-se* etc. (v. também Spitzer, *Lexikalisches aus dem Katalanischen*. BAR. II, 2, 140; não são raras as formas dialectais com *s* por *r*).- Ver ainda quanto a **g a r g* (a que talvez volte um dia): Atalaia *gargalicho* «pequena nascente de água e muito limpa» (RL. XI, 157); alent. *gargolito* na frase «lá vai aquele ao gargolito: à matadela do bicho, a bebericar» (RL. X, 90); e enfim alent. (Serpa) *gargoleta* «bolha de ar (dentro de água)» (RL. XXXVII, 238). É evidente que, contra o que pensa Wartburg, FEW. III, 61, o port. *gargalicho* (que é um dim. de *gargalo*) não apresenta a terminação -ALE. O port. *gargarejar* representa evidentemente *g a r g a r i z a r e* (FEW. III, 62). Comparar por fim o astur. *gargüelu* «laringe» mas também «la parte de madeira de las duelas de las pipas ó toneles que sobresale á las ranuras donde encajan las cabeceras» (Rato 65) com o ant. prov. *gargal* e outras formas galo-românicas que significam «Zarge» no FEW. III, 59.

cho, *escalracho* ⁽²¹⁾. Trata-se sem a menor dúvida do sufixo átono -ARA, -ARO, estudado pela primeira vez por Menéndez Pidal, juntamente com -ANA, -AGA etc. nos *Bausteine zur romanischen Philologie (Festgabe für A. Mussafia 1905)*, págs. 386-400 ⁽²²⁾, o mesmo que vemos em espanhol nas formas: *gállara* (de Rejas de San Estéban, Soria; e usada por Berceo) ⁽²³⁾, *abollágara* (em Miranda del Castañar, Béjar) «noz galha» (ambas em Pidal 387); leon. *bollágra*, *abogállara* «idem» (cit. por García de Diego, RFE. IX, 148); e por fim em *agállara* (Montejo de San Miguel, Burgos) «agalla de los peces» (*ibidem*) ⁽²⁴⁾.

Posto isto já não teremos dificuldades de maior em entrar na explicação da palavra portuguesa *guelra*, que com a sua irmã castelhana *agalla* (de los peces) tiro sem hesitar do lat. *g a l l a*, através de **g á l l a r a*, **g á l l e r a* ⁽²⁵⁾, como a forma de Burgos agora mesmo citada *agállara*, que apresenta, como vimos, a mesmíssima significação. Só o -é- em vez de -á- poderá dar lugar a dúvidas, mas as formas desta palavra, fornecidas por uma pequena região galega do vale do Lima, em que o a tónico aparece ao lado do e, se não explicam este, desfazem as dificuldades. São essas formas: *xalras* em Calvos de Randín, Muíños e Lobeira, *garlas* em Entrimo, *xarlas* em Morgade, finalmente *xeira* em A Xironda «agalla(s)» (do

⁽²¹⁾ Provavelmente também em *galeiro*, *galeirão*, com adaptação ao sufixo mais frequente -eiro. Quanto ao segundo sufixo de *galaroz* (com a mesma forma «galo grande») cp. *calhastroz* prov. dur. «pessoa alta e desajeitada» (Figueiredo; ver J. Moreira, *Estudos* 183); trasm. *cacharoz* «casa velha e feia; grande mas negra e desconfortável» (RL. V, 34). Quanto a -ouço, ver RL. XVI, 222 e RF. X, 363 ss.

⁽²²⁾ Mais tarde de passagem no seu *Manual* § 83, 1. Sobre ele ver ainda Wagner, *Biblos XXI*, 156. Cf. com o célt. *samara*, *samera* «semi di olmo» (em *Donum natalicium Schrijner*); e ainda com lucc. *gállora*, log. *laddara*, sori. *gállara* «noz gálica» (REW. 3.655). Entre muitos, eis um exemplo mais do sufixo em português: trasm. *néngara* «boneca, menina pequenina», *néngaro* «menino acabado de nascer» (RL. V, 98).

⁽²³⁾ Com o mesmo emprego que na citação de Menéndez Pidal encontro também *agalla* em Berceo, *Milagros II (Clásicos castellanos*, pág. 23): «tirar non lis podieron valient una *agalla*».

⁽²⁴⁾ García de Diego explica esta forma a partir de um tipo **g a l l u l a*, explicação aceite por von Wartburg. Em *galdrapa*, *galdrocha*, § 3 e ainda § 6, considero o *d* como uma consoante adventícia, estando portanto essas formas respectivamente por **galrapa*, **galrocha*. Cf. trasm. *peidraca* «pelhança» (Figueiredo; RL. V, 90).

⁽²⁵⁾ Cp. atrás o célt. *samera* ao lado de *samara*.

peixe?) (VKR. XI, 268, 269) ⁽²⁶⁾. Ainda uma forma dialectal, esta de Portugal, mas geograficamente vizinha daquelas, vem ao encontro da etimologia proposta: minh. (Monção) *garnelas* «guelras do peixe» (RL. XX, 250), que está decerto por **garlelas*, com dissimilação $l-l > n-l$.

Quanto ao *e*, ainda que não muito frequente, não é de todo inédita a sua presença, em substituição de *a*, antes de *l* ou de *l'*. Veja-se por exemplo baixo-beir. *polvilhel* por *polvilhal* «pegulhal» (Tavares da Silva); alg. *burnel* em vez de *bornal* (Alportel, E. Louro 229); *manguél* por *mangual* em Santo António das Bairradas, freg. de Figueiró dos Vinhos (dos materiais do Inquérito linguístico por correspondência); e *guelricho*, *guelrito* ao lado de *galricho*, *galrito* de que falo seguidamente. Veja-se também o gal. *guello* «parte leñosa de una rama que, al romper esta, queda unida al tronco» (Carré Alvarrellos, *Diccionario galego-castelán*, 2.^a ed. 1933), variante de *gallo* < **galleus*; e antes de *u*: alg. (Alportel) *calhéu*, *bacalhéu* em vez de *calhau*, *bacalhau* (E. Louro 226, 230).

5. Talvez através da significação de «boia, flutuador» (esp. *gallo* Almería «corcho que flota en el agua para indicar el lugar en que se ha fundeado la red»; cf. Schuchardt, ZRPh. XXIX, 330 e ital. *rete da galla* aí citado), encontra-se a palavra designando uma espécie de rede de pesca, de nassa: *galricho* «rede de apanhar trutas e outros peixes miúdos; espécie de nassa em que se apanha a faneca (peixe)» (Aulete), *galrito* «idem»; Atalaia *galrito* «rede em forma alongada» (RL. XI, 157); Vila Real *galrito* «rede de forma cónica para apanhar peixe» (RL. XII, 100); alent. *galrito* «rede de vime para apanhar peixe miúdo, e também chamamos *galritos* aos peixes pequenos» (RL. XXIX, 221); Amarante *galripo* «rede com a forma de saco cónico» (J. Moreira, *Estudos* I, 223 citando *Portugalia* II); esp. *garlito* «especie de nasa a modo de buitrón, que tiene en lo más estrecho una red dispuesta de tal forma que, entrando el pez por la malla, no puede salir», fig. «laço, cilada».

Por analogia com a forma da rede se desenvolveram as seguintes significações: *galripo* «espécie de saco de pano que serve para coar as fezes do vinho» (Moreira 189) ⁽²⁷⁾; trasm. *galrito* «saco para coar

⁽²⁶⁾ Nestas palavras o *x* tem o mesmo valor que o esp. *j*: é um resultado da chamada *geada*.

⁽²⁷⁾ Cândido de Figueiredo define *galripo*: «saco de pano ou filtro de linhagem, para coar as fezes do vinho». Se Júlio Moreira, que ele cita, é a sua única fonte, o «filtro de linhagem» está a mais na definição.

vinho» (Figueiredo); Turquel *galricho* «copo muito pequeno» (Figueiredo). Também como provincianismo estremenho *galricho* «espécie de mala pequena para transportar peixe» (Figueiredo citando A. Pimentel, *Estremadura* I, 42) em que *mala* está hoje em vez de uma antiga rede.

Com troca de *a* por *e* encontramos: *guelricho* «armadura de nassa e botirões» (Figueiredo); Póvoa de Midões *guelricho* «rede estreitinha com dois *lacinhos*, própria para apanhar enguias; tem arco de verga» (*Língua Portuguesa* III, 155; *lacinho* é uma «rede mais estreita, e em feitio de funil, dentro da rede grande»); beir. *guelrita* «cesto grande de verga, empregado na pesca de peixes de água doce» (Figueiredo).

6. *Galho* «ramo de árvore», passou ao lado de *chave*, *chavelho*, *chifre*, *ponta* a designar eufemisticamente os cornos do gado bovino ou caprino, visto que a *corno* (sobretudo no singular) se liga sentido obsceno⁽²⁸⁾. Entre os derivados da palavra com esta significação encontra-se: Lindoso *galhipo* «chifre de bode, que contém medula de sabugo ou trapos chamuscados, para se fazer lume e acender o cigarro» (Figueiredo).

Também talvez aqui pertençam: Moncorvo *galhastro*, *galhistro*, *galhusco* «animal de um só testículo» (RL. XIII, 117); Bragança *galhispo* «carneiro que tem só um testículo» (Figueiredo); alent. *galispo* adj. «que tem só um testículo (falando-se de burros ou cavalos)» (idem); beir. *galizo* «galhastro» (idem). A razão desta denominação pode estar em se ter dado a *galho* «chifre» o mesmo sentido obsceno que a *corno*, passando depois a significar «testículo»⁽²⁹⁾. Com o trasm. *galdrapa* «porca muito magra; mulher muito magra e alta» (RL. V, 90; ver atrás nota 24 e § 3); prov. dur. *galrusca* «cabra pequena de carne ordinária mas que é boa para a produção de leite» (Figueiredo citando Tierno, *Notas sobre Portugal* I, 469) comparar

(28) Ver M. L. Wagner, *Phallus, Horn und Fisch* in *Donum natalicium Carolo Jaberg* (Zurique-Leipzig 1937), sobretudo págs. 99 ss.- Quanto ao nexo semântico entre «renovo», «cacho de uvas, esgalho» e «chifre» comparar a família de palavras *gaipo*, *gaipa*, *gaipelo* em Figueiredo e ainda em Tavares da Silva.

(29) «...sprachliche Verwechslungen der Geschlechtsteile... kommen sehr oft vor». Wagner, o. c. 90. Cf. também o romeno *găoază* «ânus» atrás mencionado. Parece, porém, mais provável que se tenha dado directamente a passagem da ideia de «excrecência» à de «testículo», pelo que estas palavras pertenceriam de preferência ao § 2.

Arrens *galáya* «brebis destinée à être abattue»; land. *galezo* «trueie mère»; Seignelay *gaule* «trueie» (FEW. III, 33-34).

Como injúria hipocorística se explica talvez finalmente: Vila Real *galifato* (RL. XII, 100; segundo Figueiredo também em Alijó), beir. *galifate* «garoto» (Figueiredo).

7. Para terminar desejo referir-me a algumas designações que recebe em português o conjunto de bagos de uva proveniente da inflorescência respectiva. A principal e mais comum é *cacho*, de cuja origem nos não ocuparemos aqui. A par deste termo registam os dicionários *galho* e ainda *esgalho* ou *esgalha*, estes dois últimos designando «cada uma das divisões do cacho»⁽³⁰⁾. Por encontrar o primeiro (com a significação de «cacho») só nos dicionários penso que se trata de uma palavra em desuso. Tanto estas palavras como o esp. *gajo* «esgalho» são mais uma vez representantes de *g a l l a*.

Ora, ao lado de *cacho* fornecem-nos também os vocabulários dialectais uma forma com a inicial sonora: *gacho* em Guimarães (Leite de Vasconcelos, *Opúsculos* II, 245), Paços de Ferreira (*ibidem* 492), Baião (RL. XI, 195), Vila Real (RL. XII, 100), Moncorvo (RL. XIII, 117), Penedono (RL. XII, 313), Atalaia, conc. de Pinhel (RL. XI, 157), Trancoso (RL. V, 172), Santa Margarida, conc. de Idanha-a-Nova (RL. II, 249), registada ainda por mim no Fundão: *gácu*. Finalmente já para lá da fronteira em Herrera de Alcántara, que neste como noutros pontos continua o estado linguístico português: *gácu* (A. Espinosa, *Arcaísmos dialectales* 62, nota 3).

Esta inicial sonora em vez da surda original não deve proceder de uma sonorização espontânea, que aliás não seria de estranhar, mas deve antes provir de um encontro entre os dois tipos lexicais: o tipo *cacho* em avanço e o tipo *galho* que, embora vencido, deixou na inicial daquelas formas dialectais ainda uma amostra da sua existência comprometida.

A comprovar esta hipótese está o facto de que na região fronteira estudada por Aurélio Espinosa e a que pertence Herrera de Alcántara o nome ainda hoje vivo para designar o cacho de uvas é *gaho*, *gajo*, recuando também ali, não em frente de *cacho*, mas do literário *racimo* (cf. *idem*, *ibidem*).

É no entanto curioso que em Garrovillas e em Villa del Campo *recimo* seja considerado antiquado. Não sei, porém, se isso correspon-

(30) Também trasm. *galhada* «esgalho de uva» (Tavares da Silva). — Cp. Albertville *gaillet* «petite branche avec un bouquet de cerises» (FEW. III, 36).

derá à realidade ou se Espinosa se terá deixado influenciar pela ideia de que *racimo* foi substituído por *gajo* e não o contrário. Leiam-se as suas palavras: «La poca frecuencia de la conservación de la consonante sonora [r a c e m u s > raçimo] se debe al poco uso de este vocablo en el lenguaje popular donde ha sido sustituido casi totalmente por *gajo*» (pág. 62). A substituição de r a c e m u s por *g a l l e u s, se alguma vez se chegou a dar, é decerto antiga, observando-se hoje o fenómeno contrário: a invasão do termo literário *racimo* numa área lexical diferente. Pelo contrário, donde viria hoje o impulso para substituir *racimo*, fortemente apoiado na linguagem literária, por *gajo*, que nela tem antes a significação genérica de «racimo apiñado de cualquiera fruta» ou também «cada uno de los grupos de uvas en que se divide el racimo»? Note-se além disso que raçimo (com interdental sonora) surge nessa região apenas duas vezes contra *dezanove* em que apresenta a interdental surda do castelhano literário. Que no português também *racimo* é uma forma importada (do castelhano) mostra-o, além do seu uso exclusivamente literário, a fricativa surda s onde seria de esperar uma sonora z.

Lisboa.

JOSÉ GONÇALO CHORÃO DE CARVALHO

As designações das perturbações mentais em português

1. «Louco», «estúpido», «perturbado»

A designação dos conceitos de «louco», «estonteado», «atrapalhado», «estúpido», nas suas formas mais ou menos afastadas do estado normal, provoca, duma maneira especial, as tendências metafórica e eufemística da língua. Nas páginas que seguem, juntamos uma série de designações desta categoria, longe de completa ⁽¹⁾, e algumas breves considerações acerca do seu carácter semântico e formal. Sempre que acharmos conveniente, fazemos acompanhar a designação por um passo abonatório de autores que empregam a linguagem popular ⁽²⁾, pois o significado pode variar muito conforme o

(1) Para o vocabulário geral damos sobretudo o material recolhido no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo (6.^a ed.). Para o espanhol comparámos com o *Diccionario Ideológico de la Lengua Española* de J. Casares (Barcelona, 1942) e, para o francês, com o *Dictionnaire des Idées Suggérées par les Mots* de Paul Rouaix (Paris, 1941) e com o *Dictionnaire Analogique* (Paris, 1936). Para a gíria, além das obras citadas na bibliografia do trabalho de Amílcar Ferreira de Castro, *A Gíria dos Estudantes de Coimbra* (Coimbra, 1947; p. 4 a 9), aproveitámo-nos do material desta mesma obra, do artigo de Max L. Wagner, *O Elemento Cigano no Caão e na Linguagem Popular Portuguesa* (*Boletim de Filologia*, X, 1949, p. 296-319) e, ainda, do vocabulário publicado por Gil Moreno no *Jornal A Época* (Lisboa, 4 de Janeiro de 1908 a 1909) sob o título *A Linguagem Popular Inédita*.

(2) Augusto Garraio: *As Mulheres*; *O Leque*; *As Baratas*; *A Dança*; *As Cantigas* (Edições da Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, s. d.). Aquilino Ribeiro: *Estrada de Santiago*; *Jardim das Tormentas*; *Terras do Demo*; *Voltrâmio*. Gil Vicente: *Obras Completas*, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 1942-1944. José Loureiro Botas: *Frente ao Mar*, Lisboa, s. d.; *Litoral a Oeste*, Lisboa, 1940. Júlio Dantas: *D. Beltrão de Figueiroa*, Lisboa, 5.^a ed.; *Paço de Veiros*, Lisboa, 3.^a ed.; *Rosas de Todo o Ano*, Lisboa, 1.^a ed.; *Um Serão nas Laranjeiras*, Lisboa, 4.^a ed. Miguel Torga: *Novos Contos da Montanha*, Coimbra, 1945; *Rua*, Coimbra, 1942. Tomás de Figueiredo: *A Toca do Lobo*, Lisboa, 1947. Vitorino Nemésio: *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, 1949.

contexto. Embora não sejam rígidas as fronteiras semânticas que separam os conceitos acima indicados, partimos de uma ordem semântica, agrupando as designações adoptadas para os diferentes géneros de anormalidade mental.

Em primeiro lugar, vamos dar as designações para «louco»:

alienado, alioilado, alucinado (lat. *hallucinatus*), *areado, areola, arvoado, aveado* (adj. pouco usado), *beleno, bouga, chalado* ⁽³⁾, *delirante, demente* (lat. *demens*), *desajuzado, desarranjado, desatinado, destampado* (Gil Vicente, V, p. 159), *doente mental, doido, doido varrido* ⁽⁴⁾, *fol* (arc.), *furioso* (lat. *furiosus*), *idiota, imbecil, inconsciente, insano* (lat. *insanus*), *irresponsável, lesado* (Viotti) ⁽⁵⁾, *lezo* (Viotti), *liró, loscanha* (Viotti), *louco, maluco, mentecapto* (lat. *mente capta*), *obcecado, orate, possesso, tolo, tonto, vareta, variado* ⁽⁶⁾, *vesano* (lat. *vesania*), *visionário, zaranza, zorate, zorado*.

Às vezes à ideia de «loucura» alia-se a de «desorientação», «ton-tura», «vertigem»:

atolondrado, atordoado, avoado (brasileirismo), *azaranzado, azoado, azoinado, bambo* (Viotti), *bamboriado* (Viotti), *confundido, delereado* (Viotti), *desconcertado, desequilibrado, desnorteado, desorientado, destrambelhado, desvairado, doido, floreado* (Viotti), *maluco, mareado* (Viotti), *obcecado, oirado, ourado, perturbado, sandeu* ⁽⁷⁾, *tatarinha, ter as ideias perdidas* ⁽⁸⁾, *ter a cabeça à razão de juro* ⁽⁹⁾, *tonto, transtornado, turvado* (Gil Vicente, II, 259), *zanza* (Viotti), *zanzando* (Viotti), *zonzo, zuruó* (Viotti).

⁽³⁾ Cp. M. L. Wagner, art. cit., 316.

⁽⁴⁾ Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 95: «... a ensarilhar a racha com tanta gana e fantasia que nem *doido varrido* a perseguir mosquitos à paulada».

⁽⁵⁾ Fazemos acompanhar da indicação Viotti sempre que se trate de termos dados por este autor no seu *Dicionário da Gíria Brasileira*, e não registados nas compilações portuguesas.

⁽⁶⁾ Para «delirar» e «delírio tóxico infeccioso», mais do que para o vesânico. Cp. Alberto Saavedra, *Linguagem Médica Popular*, Tese de Licenciatura, Porto, 1919.

⁽⁷⁾ Forma arcaica. Cp. Gil Vicente, I, 127:

«Três cousas acho que fazem	que endoucece em gran maneira,
ao doido ser sandeu;	he o favor (livre-nos Deus)
ũa ter pouco siso de seu,	que faz do vento cimeira,
a outra, que esse que tem	do toutiço moleira,
não lhe presta mal nem bem:	das ondas faz ilheus.»
e a terceira,	

⁽⁸⁾ Cp. Botas, *Frente ao Mar*, 49: «co as ideias perdíidinhas de todo».

⁽⁹⁾ Ou *estar às onze*. *Onze* era a taxa dos onzeneiros: João Ribeiro, *Frases Feitas. Estudo Conjectural de Locuções, Ditados e Provérbios*, I, Rio de Janeiro, Lisboa, 1908, p. 274.

Como a pessoa atacada de tonturas vê os objectos andarem à roda, emprega-se a expressão *fazer andar a cabeça à roda a alguém* para «fazer com que perca o juízo».

Há casos em que o desvio à normalidade não é muito grande; a pessoa não é propriamente louca no sentido patológico e apenas se distingue por qualquer extravagância ou mania:

atroado, badaião, desafinado, desaparafusado, desequilibrado, destrambelhado, destravado, esbilotado (Viotti), *espeloteado* (Viotti), *estrabalegas* (Viotti), *extra-vagante, gira, gira-pataca* (brasileirismo), *insensato, lunático, maniaco, maniado, matuto, neura, ter pancada na mola, pancadista, pancão* ⁽¹⁰⁾, *pirulas, tarado, telhudo, virado da bola, da cachola ou do juízo* (Viotti), *zaruco, zé-bolha*.

O hipocondríaco ou o que tem uma ideia fixa pode ser *cismado* ou *cismático*; o misantropo *mocho, coruja, bicho* (*do buraco, da concha, do mato, do monte, da toca*).

O conceito de «loucura» anda muitas vezes ligado ao de «vaidade», «leviandade», «paixão», «entusiasmo», «imprudência», pelo que o mesmo termo pode designar simultaneamente vários deles. Assim, temos para «janota», «vaidoso», «maluco»: *artola, liró* ⁽¹¹⁾, *ensandecido* ⁽¹²⁾, *tolo*. Reúnem os significados de «louco» e «leviano»:

alvoriado, dobadoira sem pés, doido ⁽¹³⁾, *doidívanas* ⁽¹⁴⁾, *espinoteado* (Viotti), *estorola, galo-doido, louco, levantado, leviano, cabeça de vento, cabecinho, cabeça de alvéola* ⁽¹⁵⁾, *maluco, tolo, tonto, transportado, vaivém* (Viotti).

⁽¹⁰⁾ Cp. o fr. *toqué, avoir l'esprit frappé* e *avoir un coup de marteau*; em esp. *tocado de la cabeza*.

⁽¹¹⁾ Cp. Wagner, art. cit., 316-317. Parece estranhar a variante *liru*, mais usual em Lisboa, no entanto, do que *liró* (v. Ary dos Santos, A. A. Lopes e Rodolfo Xavier da Silva, obr. cit.).

⁽¹²⁾ Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 79: «... a moça *ensandecida* com as finezas dos galantes, andava vaidosa de si, esgarrada...»

⁽¹³⁾ Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 259: «Trazia-o no coração, eu era uma *doida*, mas de mim não se gozou».

⁽¹⁴⁾ A. Garraio, *O Leque*, 4:

«O leque, todo aberto, com dengue
Às vezes tapa um olho e diz também:
— Cautela, *doidívanas*! Que tolice!
Não vês que está p'ra nós a olhar a mãe!».

⁽¹⁵⁾ Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 189: «...mocinha airosa de corpo, mas *cabeça de alvéola*, amiga de luxar, folgar e doidejar».

A paixão amorosa quando excessiva cria um estado de espírito semelhante ao do louco, pelo que o apaixonado passa a ser designado por *doido*, *louco*, *sandeu*, *tolo*, *tonto* ⁽¹⁶⁾. Os grandes entusiasmos, as emoções violentas de alegria e de dor, da mesma maneira se associam à ideia de loucura: *louco de dor*, *doido de alegria*, *maluco*, *tolo*, etc. ⁽¹⁷⁾. «Imprudência» e «loucura» caminham a par, segundo a sabedoria dos ditados: «a intrepidez é do bravo; a temeridade do louco».

Posto isto, passemos às designações do estado de espírito próprio da pessoa atrapalhada:

assarapantado, *assarapolhado*, *assarolhopado*, *atabalhado*, *ata(ga)lhado*, *ataranhado*, *atarantado* ⁽¹⁸⁾, *azaranzado*, *barata doida*, *desatinado*, *doido* ⁽¹⁹⁾, *ensaralhopado*, *entaramelado*, *isturdido* (Viotti), *maluco*, *salafatório*, *sarapantão*, *tataranha*, *trapalhão*, *atrapalhado*, *zamboado*, *zaranza* ⁽²⁰⁾, *zareinho*.

Para o conceito de «atónito» encontramos várias expressões, algumas das quais designam também «estúpido», «parvo», por que a atitude destes é muitas vezes de espanto:

⁽¹⁶⁾ Cp. Aquilino Ribeiro, *Jardim das Tormentas*, 242: «Isaac, um homem *doido* pelo mulherio». Júlio Dantas, *Um serão nas Laranjeiras*, 42: «Principiei a apaixonar-me por ela, como um *louco*, a adorá-la, a passar-lhe debaixo das janelas, a mandar-lhe flores...». Gil Vicente, II, 46: «Ó namorado *sandeu*». Aquilino, *Terras do Demo*, 234: «Grande coira, traz *tolo* de todo o padre Zézinho Gaudêncio»; «..... Engalriçados um ror de anos, *tontos* um pelo outro...», *ibid.* 260.

⁽¹⁷⁾ Cp. Torga, *Rua*, 170: «O marido era o Gregório, um homem baixo, *doido* pela corporação dos bombeiros voluntários»; Botas, *Frente ao Mar*, 75: «Ele ri, bate palmas numa *satisfação doida*»; Aquilino, *Terras do Demo*, 300: «E batia as palmas numa *alegria doida*»; «Toda a santa manhazinha riu no largo de S. João, chacoteou, enfarruscou com carvões as moças que passavam, pagou vinho, pintou o mono, Parecia *doido*», *ibid.* 182-3; «A velha espetou, o Bispo espetou; e desataram ambos à bulha que nem dois cães a um osso. O Luis Rola soltava grandes surriadas, *maluco* com o entremez», *ibid.*, 174; Botas, *Frente ao Mar*, 32: «Ele entusiasmava-se mais, atirava o boné ao chão, abria a camisa mostrando o peito cabeludo e, num delírio que era quase *loucura*, dançava, dançava».

⁽¹⁸⁾ Cp. o esp. *taranta* «canto popular», «atordimento», «repente», «loucura».

⁽¹⁹⁾ Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 143: «Veio o Senhor a casa e ela tão *doida da cabeça*, tão *doida*, que nem sabia como teve tremelhos para tirar lençóis lavados da caixa com que receber Nosso Pai».

⁽²⁰⁾ Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 199: «Os pinheiros tinham ar *zaranza*, *maluco*, como se não fossem vistos, mas sonhados»; empregados aqui no sentido de irrealidade.

abruscalhado (usado no Brasil e, neste sentido, talvez galicismo), *aparvalhado*, *arrelampado*, *assarapantado*, *assombrado*, *azabumbado*, *azorotado*, *azucrim* (Viotti), *azucrinado* (Viotti), *azumbrado* (Viotti), *azurefado* (Viotti), *azurado* (Viotti), *banzado*, *embasbacado* (cp. *basbaque*, parvo), *espantado*, *esparvado*, *esparvedico*, *estupefacto*, *estúpido*, *fora de si*, *não estar em si*,⁽²¹⁾ *obnóxi*, *parvo* (22), *pasmado*, *tolheito* (23), *tofo*.

Muito mais numerosas são as designações para «estúpido», «que tem dificuldade em compreender ou em raciocinar logicamente», «que se deixa facilmente enganar». A lista é extensa:

acanhotado, *alaparotado*, *alarve*, *albano*, *alobado*, *alonso*, *alvar*, *ambrósio*, (dona) *amélia*, *anastácio*, *andrães*, *animalcjo*, *anjo*, *apancadado*, *apancado*, *apercanado*, *aranha*, *asno* (*chapado*, *quadrado*), *asno* (*pedaço de...*), *aurélio*, *baboso*, *bacoco*, *badana*, *badola*, *balordo* (do italiano *balordo*), *banana*, *barnabé*, *barrunta*, *basbana*, *basbaque*, *basilinha*, *bate-orelha*, *bebe-água*, *bécua*, *beldroegas*, *beócio*, *bernardino*, *bernardo*, *bertoldinho*, *bertoldo*, *besouro*, *besta* (*chapada*, *quadrada*), *bimbo*, *boçal*, *bolas*, *boleima*, *bolónio*, *boquiaberto*, *bordalengo*, *bordeção*, *borjeço* (*burjesço*), *boto*, *botocudo*, *branco* (A. Coelho, *Os Ciganos de Portugal*, p. 93, 106, 107), *branqueles*, *broma*, *bronco*, *brutamontes*, *bruto* (Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 205-7), *bugre*, *burnó*, *burrego* (Viotti), *burro*, *burro de Vicente*, *calino*, *calmeirão*, *camelo*, *cavalgadura*, *chocho*, *coco*, *cretino*, *descoco*, *desconchavado*, *distraído* (gir. do Colégio Militar), *doido*, *engracia*, *enxebre*, *estácio* (Viotti), *estólido* (lat. *stolidu-*), *estulto* (lat. *stultu-*), *estúpido* (lat. *stupidu-*), *fatuo* (lat. *fatuu-*), *gá-gá*, *gericoncim* (Gil Vicente, II, 43), *gil* (Viotti), *goche* (adj. *trasmontano*), *grou* (24), *guedes*, *idiota* (lat. *idiota*), *imbecil* (lat. *imbecille*), *inacinho*, *inhenho*, *inocente*, *istrupicio* (Viotti), *jacaré*, *jam-das-bestas*, *joana-baldroca*, *joane* (arc.), *lambão*, *lamparina*, *lanzudo*, *laúdo*, *lázaro*, *leote*, *loba*, *lofo*, *loio*, *loiraça*, *loiro*, *loque* (Viotti), *lorias*, *lorpa* (25), *lucas*, *maduro*, *mamota*, *mandu*, *mané*, *manecoco*, *mané-jacá*, *manel*, *mané-xé*, *maria-ingélica*, *maria-vai*

(21) Cp. fr. *forcené*, de *forsener*, *fors* + *sen* (Dauzat, *Dic. Etym.*); em lat. havia a expressão *non esse apud se*, indicando algumas vezes «temporária falta de razão»: cf. Dorothy May Paschall, *The Vocabulary of Mental Aberration in Roman Comedy and Petronius* (University of Chicago Dissertation, *Supplement to Language*, v. 15, n.º 1, Jan.-March, 1939), p. 36.

(22) Torga, *Rua*, 60: «O gerente parecia parvo. Saiu-se daquele espanto e daquela falta de palavras com um acto de solicitude».

(23) Cp. *Glossário do Cancioneiro da Ajuda* (Rev. Lusit., XXIII): «sandeu e tolheito».

(24) Cp. Gil Vicente, II, 43 e 225:

«Ora está quedo, e não sejas grou,
que voa pelo ar e anda pelo chão».

(25) Também *lorpo*: «mais pesadões e lorpos que patos na engorda», Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 170.

-com-as-outras, *mateus, mafolas, matuto, mazanza, nenho, obtuso, oco, onagro, otário, otuso e pacheco* (Viotti), *pachucho, pachola, pacóvio, pailão, pai-mané, paio, palerma, palhouco, palonso, palonzano, palúrdio, panasco, panema* (Viotti), *pancrácio, pandorga, pangó* (Viotti), *pantouco, papa-formigas, papalvo, papa-moscas, paparota, pardalopo* (26), *pardoca, parvo, pascácio, pasmão, paspalhão, patarata* (Torga, Rua, 162), *pateta, pato, pato-moleque, peco* (Gil Vicente, I, 165), *pengó* (Viotti), *pobre do juízo* (Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 162), *podengo, pomboca* (Viotti), *pongó* (Viotti), *posta* (Viotti), *quadrúpede, quarta-feira* (Viotti), *queirós, rasca, recubuta* (de «recruta»- Viotti), *roberta, roberfo, rola, safá, sambanga* (Viotti), *sambangó* (Viotti), *samonga* (Viotti), *samora* (Viotti), *samouco* (Viotti), *sandeu, sanona, saranga* (adj. brasileiro), *sendeiro* (27), *simple* (fr. *simple*), *tábua rasa* (28), *tanço, tantã, tapado, tardo* (lat. *ardu-*), *taronja, tarouco, tatibitate, tinoco, tolo, tonho, tonto, torpe, toupeira, troxa, urso, vacão, zamboa, zé, zebra* (Viotti), *zé-cuecas, zé-da-horta, zé-pacóvio, zé-piegas, zé-zé, zote, zuca, zuco, zulo*.

Por vezes, ao conceito de rusticidade liga-se o de estupidez, porque o homem que vive no campo, longe do convívio social, é ignorante relativamente ao que habita na cidade e, geralmente, acanhado, pelo que se confunde com o parvo. Há, pois, uma série de termos que reúnem ambos os sentidos:

abroeirado, bandeira, bolório, borjeço, labrego (de «lavar»), *lapão, lapardão, lapardeiro, lapónio, lapouco, lapuz, marroquino, ota, otário, parolo, patego, prima, primo*, etc.

2. Origem semântica

Este vocabulário é recrutado em vários sectores semânticos. Muitas designações foram primitivamente metáforas, algumas ainda evidentes, outras reveladas pela etimologia. O indivíduo cuja mentalidade não é perfeita distingue-se por determinadas características, quer do seu aspecto físico, quer do modo de falar, e muitas outras, que fornecem vasto campo à fantasia do povo ao compará-las com as de animais, plantas, objectos, etc.

A gordura é geralmente aliada à pouca inteligência; assim, o pri-

(26) Cp. *pardal*, *espertalhão*.

(27) Torga, Rua, 107: «É o que te digo! Um escândalo! Mas é bem feito, que é para aquela *sendeira* não ser *asna*».

(28) Cf. Amílcar Ferreira de Castro, obra cit., p. 176: aluno inteiramente estúpido na gíria dos estudantes de Coimbra; *tábua rasa* foi uma expressão empregada por Locke ao negar as ideias inatas.

meiro sentido da palavra donde deriva *pachucho* foi «gorducho» ⁽²⁹⁾. Segundo Cândido de Figueiredo *borjeço* vem de *bojo*, designação de homem baixo e gordo. *Loira* e *loiraça* aplicados à pessoa simplória parece indicar uma relação entre essa qualidade e a cor clara dos cabelos. A cabeça, juntamente com o cérebro, é considerada a sede do juízo, pelo que temos muitas expressões referentes a essas partes do corpo ⁽³⁰⁾, servindo até, algumas vezes, a própria designação da cabeça para «parvo»: *bolas* (de *bola*), *troxa* («cabeça» na gíria), *coco*. O facto de ser pequena ou leve indica falta de miolo ⁽³¹⁾ e, portanto, pouco juízo: *cabeça leve*, *cabecinha*, *cabeça de vento* ⁽³²⁾, *cabeça de avelã*, *cabeça de alho chocho*, *cabeça de passarinho* (distráido, desmemoriado; Viotti), *cabeça de alvéolo*, *cabeça de atum*, *cabeça de boga* ⁽³³⁾, *cabeça de minhoto*, *cabecinha de pisco*. *Não ter cabeça* é o mesmo que «não ter juízo». Por o burro ser considerado estúpido, *cabeça de burro* diz-se da que revela pouca inteligência. *Cabeçudo* e *testudo* traduzem teimosia própria do estúpido. A dureza da cabeça também é indício de estupidez, como se vê das seguintes expressões: *ter a cabeça dura*, *cabeça de pau* (Viotti), *coco de pau* (Viotti), *imbecil de crânio blindado* ⁽³⁴⁾; a moleza, por sua vez, é sinal de maluqueira: *de miolo mole* (Viotti).

(29) Cp. M. L. Wagner, obr. cit., p. 309. O lat. *gurdus* significou primeiro «estúpido», passando ao ptg. *gordo* no sentido de «obeso» (cp. D. M. Paschall, obr. cit., pp. 29-30). Na gíria *andrães* e *pailão* significam ao mesmo tempo «gordo» e «palerma». Para Cornu (*Gramm. der port. Spr.*, § 25) o étimo de *tolo* seria **tolles*, *ium*, «inchaço nas amígdalas», «papeira», uma vez que o pescoço inchado é expressão de vaidade (cf. «falar de papo», «estar inchado» e esp. «tíezo de cogote»). Em esp. teríamos para «tolo», «pateta», «louco» *tolondro* e *tolondrón* de *trifus*, músculo saído + *rotundus*? (R. E. W., 7.400 e 8.810).

(30) Cp. o romeno *câpiat*, doido.

(31) Aquilino Ribeiro, *Jardim das Tormentas*, 295: «... contou-me muitas anedotas dele e que era muito esperto, mas às vezes com pouco miolo».

(32) Gil Vicente, V, 177: «este cabeça de vento, siso de cácaracá».

(33) Título de um conto do livro de Vitorino Nemésio, *O Mistério do Paço do Milhafre*; *ibid.*, p. 237: «Este cabeça de boga, pôr-me uma nódoa na pauta! — teimava o Sr. Professor».

(34) Cp. Tomaz de Figueiredo, *A Toca do Lobo*, 212. As expressões *tapado* e *tapado que nem uma porta* ou *muro* vem do facto de a porta ser «dura de fechos» e primeiramente aplicou-se aos burros «duro de queixos ou fechos» (João Ribeiro, obr. cit., I. 55). Cp. Gil Vicente, V, 296:

«eu não tinha então mais siso
do que aquela porta tem.»

Esperto como uma porta é atenuante de *tapado como uma porta* (João da Silva Correia, *O Eufemismo e o Disfemismo na língua e na Literatura Portuguesa*, em *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 1927, p. 522).

Certos estados de loucura ou de atrapalhão tornam-se notáveis pela agitação constante que provocam no indivíduo, que faz movimentos desordenados, à toa; daí uma série de expressões em que há ideia de movimento: *alvoriado* ⁽³⁵⁾, *ataranhado* (de *aranha* + *atarantado*), *atarantado* (de *tarântula*), *dobadoira sem pés, fol* (arc.) ⁽³⁶⁾, *entaramelado* (de *taramela*), *espinoteado* (Viotti), *gira, gira-pataca* (de *girar*, possivelmente), *trapalhão* ⁽³⁷⁾ e o modismo *meter os pés pelas mãos*.

Na pessoa tomada de espanto, pelo contrário, os movimentos param, como se tivesse sido fulminada por um raio: *arrelampado* (de *lampo*, raio), *assombrado* (de *sombra*) ⁽³⁸⁾. Também nos parvos é evidente a falta de agilidade, o que explica designações como *calmeirão, pasmão, patego* (talvez de *pata*, membro e não animal), *pé-de-chumbo*. Por isso, coisas inertes, como o tronco e o rebento de árvore, servem para designar o tolo ⁽³⁹⁾; estariam neste caso *bronco* ⁽⁴⁰⁾ e os derivados de *lapa*: *lapouço, lapuz, lapão, lapónio, lapardão, lapardeiro* ⁽⁴¹⁾.

A falta de habilidade manual parece estar ligada com a deficiência mental, o que a linguagem não desconhece, dando a *acanhado* o sentido de «apalermado» ⁽⁴²⁾.

Da mesma maneira que a vista aguda e penetrante é indício de esperteza e inteligência, a falta de vista traduz estupidez ⁽⁴³⁾: *ter*

⁽³⁵⁾ De *alvor*, por causa da agitação da madrugada?

⁽³⁶⁾ A etimologia diz que a palavra vem do lat. *foliis* «saco», por analogia com o movimento de vaivém do balão (Dauzat, *Dic. Etym.*). Por sua vez, *doído* passa, na gíria, a designar o moínho, por causa do movimento deste. Damos este passo de Aquilino Ribeiro em que as duas ideias se associam: «... o pensamento voltejando em torno do seu ilusório amor como um *carrossel de doidos*» (*Terras do Demo*, 313).

⁽³⁷⁾ A. Coelho vê concorrência de *trapo* + *trappa* «armadilha» (baixo lat.), por causa da maneira como a presa se debate?

⁽³⁸⁾ Porque a sombra mete medo às crianças (Antenor Nascentes, *Dic. Etim.*); ou por que da pessoa fulminada por raio se diz que ficou assombrada?

⁽³⁹⁾ Cp. o lat. *stolidus* e *stultus* (de *stolo*), *caudex* e *frutex*; Paschall, p. 18 e 22.

⁽⁴⁰⁾ Cp. R. E. W., 1337: de *bruncus*, «cepo» («broccus» + «truncus»?)

⁽⁴¹⁾ *Lapis* era muito vulgar em latim para designar «duro de coração» e «loucura» (D. M. Paschall, 23). Cp. mais adiante, sobre nomes de animais.

⁽⁴²⁾ O adj. *trasmontano* *gauche*, segundo Gil Moreno, vem talvez do fr. *gauche*.

⁽⁴³⁾ Em lat. *caecus* era usado metafóricamente para pessoas tolas ou trespasadas (D. M. Paschall, 79).

vistas curtas ⁽⁴⁴⁾, *não ver um palmo adiante do nariz, morar no Arco-do-Cego*. E, por ser animal que vive debaixo da terra, *toupeira* designa estúpido.

Alguns modismos e designações são inspirados em atitudes e hábitos próprios do parvo, como ter a boca aberta, babar-se, ser glutão, meter os pés para dentro: *baboso* ⁽⁴⁵⁾, *boquiaberto* ⁽⁴⁶⁾, *papa-formigas*, *papa-moscas*, *bebe-água*, *lambão*, *abroeirado*, *com a boca no chão* (Viotti).

A linguagem das pessoas mentalmente afectadas chama imediatamente a atenção pela falta de coerência e pela própria pronúncia ⁽⁴⁷⁾. Os ditados confirmam o paralelo tolo-falador:

«muito falar, pouco pensar (acertar)»;
 «tão duro é ao discreto falar, como ao doido calar»;
 «é de louco falar muito e não falar pouco»;
 «a asneira é sempre faladora».

As designações *atroado* e *badalão* aplicam-se ao mesmo tempo para «muito falador» e «amalucado». Além disso, a incerteza de pronúncia alia-se à do raciocínio ⁽⁴⁸⁾; não admira, pois, que muitas designações sejam onomatopeicas de palavras de tartamudeio: *bobo* (bras.), *gágá*, *paparota*, *parolo* ⁽⁴⁹⁾, *tantã*, *tatibitate* ⁽⁵⁰⁾, *atataranhar* ⁽⁵¹⁾.

As emoções muito fortes, provocando a aceleração da circulação,

⁽⁴⁴⁾ Veja-se a explicação dada por João Ribeiro, *Frases Feitas*, II, 305.

⁽⁴⁵⁾ Cp. Sá de Miranda, *Poesias*, 171:

«Não já eu! crea o nosso Jane,
 Crea o baboso d'aldea».

O lat. *babiger* deriva de *baba* «tagarelar de uma criança pequena», «baboso» e, finalmente, «idiota» (D. M. Paschall, 9).

⁽⁴⁶⁾ Abrir a boca é expressão de espanto: *ficar de boca aberta*, *ficar pasmado*.

⁽⁴⁷⁾ Gil Vicente dá-nos em *O Velho da Horta* (vv. 247-315) uma curiosa amostra do falar de um parvo.

⁽⁴⁸⁾ Aquilino, *Terras do Demo*, 283: «titubear o sentido». Torga, *Rua*, 133: «Gaguejou uma resposta parva...». Botas, *Frente ao Mar*, 13: «A mãe perdeu os sentidos. Ao voltar a si ficou tolinha, a tartamudear, sem já perceber bem o que se passava».

⁽⁴⁹⁾ Cf. *parourvelar*, falar excessivamente (Gil Vicente, II, 94).

⁽⁵⁰⁾ Cf. Sá Nogueira, *Bol. de Filologia*, p. 249: *tatebitate*, *tátaro*, *tartarinha*, etc.

⁽⁵¹⁾ *Tartarinha*, tontura.

produzem zumbidos nos ouvidos⁽⁵²⁾. Por isso onomatopeicas devem ser as designações para «estonteado», «desnortado»: *azoado, azoinado, zamboado, zanza, zanzando, zoeiro, zoina, zonzo*.

Meyer-Lübke (R. E. W. 8988) dá como étimo de *tonto* (já não para *doido*) uma palavra de tartamudeio⁽⁵³⁾.

O muito rir é sinal de pouco juízo:

«o riso é a trombeta da loucura»;
 «muito riso, pouco siso»;
 «tanto ri o insensato, como chora o timorato»;
 «é sempre alegre o tolo por não saber as razões da pena»;
 «risinho pronto, miolo chocho».

Portanto, não é desprovida de sentido a hipótese de A. Coelho que deriva *alvar* de *alvo*, por o riso mostrar os dentes brancos⁽⁵⁴⁾.

Outra ideia que se associa à loucura é a de «estoirar», «rebeitar», donde a designação de *estoirado* para «louco»⁽⁵⁵⁾.

Certas designações do «louco» vêm das próprias causas da loucura, que, durante muito tempo, foram geralmente consideradas de natureza sobrenatural. As formas cultas *mentecapto*⁽⁵⁶⁾ e *posseço* atestam a crença dos Latinos na intervenção dos espíritos divinos para alterar as faculdades mentais. Ainda hoje se usa a expressão

(52) Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 110: «E senti o sangue a zoar mais do que se me tivesse mordido uma víbora».

(53) Em romeno há a expressão *în dódii* «sem nexos», e a *vorbi în dódii* «disparatar», «variar».

(54) *Riso alvar* é o do esparvoado que escancara a boca. Cp. Gil Vicente, VI, 68:

«E tam prestes tens o riso,
 que quem te vir d'improviso,
 logo dirá qu'es doudinha.»

(55) Cp. a expressão *estoirado das aduelas* «amalucado»; Torga, *Novos Contos da Montanha*, 145: «... e, embora a mãe não fosse doida varrida, era tida por todos como *estoirada das aduelas*». Em romeno *ticnit*, designação de doido, vem do serb. *icnuti* «rebeitar». De resto, os sentimentos muito fortes produzem uma sensação tal, como se a pessoa realmente fosse rebeitar: «estalar de dor» (Júlio Dantas, *Paço de Veiros*, 66); «não caber na pele, de contente»; «estoirar de despeito» (Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 199); «Mas explique-se mulher! eu endoideço... *Arreberto... arreberto*. Vossemecê deve saber, ela já me não quer?» (ibid. 199).

(56) Cf. D. M. Paschall, 18-39. Cp. romeno *ai căp'tiu d'e cap* (Atlasul Lingvistic Român, II, p. 55, 4175).

ver *espírito mau* para o indivíduo que «ficou transtornado do juízo»⁽⁵⁷⁾. A Lua, desde os tempos antigos, se julga que influi nos estados da saúde, inclusive nos mentais; *lunático* e *aluado* são correntemente empregados⁽⁵⁸⁾.

Ao lado das designações inspiradas na crença de que as doenças mentais eram devidas a causas religiosas e mágicas tinham os Latinos outras em que prevalecia a noção de motivo físico⁽⁵⁹⁾, como *insanus*, continuado no português culto *insano*. Esta ideia de doença que ataca a cabeça ou o cérebro patenteia-se em expressões como *estar mal da cabeça*⁽⁶⁰⁾ e *doente da cabeça* (Viotti), *não estar bom da cabeça (do miolo)*, *sofrer da bola (tola)*, *desgraçado da cabeça*⁽⁶¹⁾, *má cabeça*. O it. *pazzo*⁽⁶²⁾ e o romeno *nebun*⁽⁶³⁾, *nebun di cap* exprimem igualmente esta ideia de mal na cabeça, o que vem dar força de probabilidades à etimologia proposta para *maluco*, de *malu* + suf. -uco⁽⁶⁴⁾.

(57) Cp. Fonseca Lebre, *Locuções e modos de dizer usados na Província da Beira Alta*, Lisboa, 1924, p. 182.

(58) Cp. esp. *lunático*, *alunado*, *hombre de lunas* e *luna* «efeito que faz a Lua nos loucos». Entre os Latinos não foi a Lua considerada fonte de loucura, ao contrário dos Germanos; *lunaticus* só aparece em textos tardios, traduzindo o grego *σεληνιαζεν* no sentido de epiléptico e não de doido (D. M. Paschall, 55). A crença de que a Lua influi nas perturbações mentais ainda vive:

«E para o esposo castigar
Que grande telha vem co'a Lua!
Lá fica o pobre sem jantar
Por que a criada foi p'rà rua!»

(A. Garraio, *As Mulheres*, 7)

Maria da Lua é o título de um romance de Fernanda de Castro, cujo protagonista é uma adolescente sonhadora e ingênua. Segundo Viotti, *andar no mundo da lua* equivale a «andar abstracto» e *mal de lua* «demência mansa, mania».

(59) Cf. Paschall, p. 70-74.

(60) Cp. lat. *mala mens*; Paschall, 85.

(61) Cf. Botas, *Frente ao Mar*, 49: «Encontraram-me *esgraçadinha da cabeça*, lá pràs Pedras Negras». Torga, *Rua*, 59: *dar cabo do miolo*.

(62) De *patiens*, doente (R. E. W., 6292).

(63) Do v. sl. *ne* (não) + lat. *bonus*.

(64) Cf. a expressão «estar malzinho» ou seja muito doente, *malão*, doente e muito mal (Viotti), *maleta*, doença (Viotti), «mal, malúrios», e ainda a designação arc. de doido *mal-sem* (*Gloss. do Canc. da Ajuda, Rev. Lusit.*, XXIII). Damos como exemplo do emprego do sufixo -uco na formação de adj. *feúco*, de feio: «o tempo está feúco» (não registado nos dicionários).

Em nossos dias, a falta de fósforo é tida como causa de falta de inteligência: *ter pouco fósforo* ⁽⁶⁵⁾.

Em certas expressões, a loucura é considerada como um desarranjo: *desafinado, desparafusado* ⁽⁶⁶⁾, *desarranjado* ⁽⁶⁷⁾, *desconchavado, desconsertado, destrambelhado, destravado, não regular bem, não ter a cabeça no seu lugar, dar volta ao miolo* (*mioleira, cabeça, toutiço*).

A excentricidade, a mania, considera-se como um corpo estranho que penetrasse na cabeça: *ter areia* (*no caco, marmita, etc.*) ⁽⁶⁸⁾, *ter bolha* ⁽⁶⁹⁾, *ter teias de aranha na cabeça, ter minhocas, ter macaquinhos no sótão, ter pímulas* (*no capacete*), *ter telha* ⁽⁷⁰⁾. Outras vezes há a ideia de falta: *ter uma falha, falho do juízo* ⁽⁷¹⁾, *ter falta de miolo, ter uma aduela a menos, não ter os cinco alqueires bem medidos*. Há ainda as formas que aludem a um desvio: *sair fora dos eixos, delirar* ⁽⁷²⁾.

O atrasado mental conserva muitos dos predicados infantis, pelo que lembra a criança; desta maneira o lat. *parvulus* passou a designar «pateta», «estúpido». Encontramos mais: *bimbo* (gir. do it.), *mamoto* (também «rapaz inocente»), *simples* (fr. *simple*), *inocente, inhenho, nhenho* (de *ingenuus*, segundo A. Coelho).

Algumas plantas e, principalmente, certos frutos que, por serem grandes mas com mais líquido do que miolo, lembram as cabeças vazias de juízo ⁽⁷³⁾, passam a designar o que se comporta tolamente.

(65) Cf. Tomaz de Figueiredo, *A Toca do Lobo*, 212: «...a legião das madamas afirmativas e categóricas, ultra-estúpidas, arqui-tapadas, e super-broncas, presunçosas de *fulgorante fosforescência de miolos*!»

(66) Cp. esp. *destornillarse* e, na gíria brasileira, *destornilhado* (Viotti) e *parafusos desapertados* «falta de senso ou juízo» (Viotti).

(67) E *desarranjo mental*, para «loucura»; fr. *dérangé*.

(68) Cf. fr. *avoir un grain*.

(69) A mania é a *borbulha* (também designação de «parvo, idiota», segundo Gil Moreno).

(70) *Telhite* é a «bolha», «mania»: de *telha* + *ite*, sufixo usado para formar nomes de doenças. Compara-se a cabeça, parte superior do corpo, ao telhado, parte superior da casa.

(71) Aquilino, *Terras do Demo*, 148; esp. *faltoso*.

(72) Do lat., *delirare*, termo de agricultura: bois que não ficam em linha recta durante a última lavra ou sulcagem (*lirare*) com que a semente é coberta. Cf. o fr. *détraqué*, de *trac* (arc.), «desviar do caminho», donde «desnortear».

(73) Cp. as designações de *chocho* e *oco* para «fútil», «sem juízo» e *ter os miolos n'água*, não ligar coisa com coisa (Aquilino, *Terras do Demo*, 223) ou *fazer a cabeça em água a alguém*, desorientá-la, estonteá-la; a cabeça vazia ou cheia de água pouco vale.

Em latim, encontramos *cucurbita* «abóbora» para esse conceito; em português diz-se *vazio como uma cabaça*. O étimo de *sandeu* parece ser o esp. *sandía* «melancia», que designava a estupidez⁽⁷⁴⁾. O alho, a avelã e o nabo também servem de termo de comparação, como ficou dito ao tratarmos das designações referentes à cabeça: *cabeça de alho chocho*, *cabeça de avelã* e, em Gil Vicente (V, 73): «Dou-te ao demo essa cabeça! / Não tem siso por um nabo!». *Banana* e, possivelmente, *pacóvio* (de *pacova*), *zamboá* (bras.), *beldroegas*, *panasco* e, talvez, *labrusco* (lat. *labruscum*, fruto da videira brava) são outras tantas designações inspiradas em nomes de plantas.

Uma vista de olhos pelas designações recrutadas entre as dos animais mostra-nos que muitos deles são considerados estúpidos e alguns estonteados, mas não loucos⁽⁷⁵⁾. Já entre os Latinos o termo geral *belua* se usava para pessoas estúpidas⁽⁷⁶⁾; em português temos *animalejo*. Mas são o burro e a besta de carga os que mais frequentemente se usam para esse conceito⁽⁷⁷⁾, talvez por causa da teimosia que os caracteriza: *burro*, *burro de Vicente*, *onagro*, *sendeiro*, *asno* (*quadrado*, *chapado*, *pedaço de...*), *gericoncim* (Gil Vicente, II, 43), *besta* (*quadrada*, *chapada*), *cavalgadura*, e as expressões alusivas às particularidades do animal, como *ter orelhas* (ou *cabeça*) *de burro*, *orelhudo*, *bate-orelha*, *quadrúpede*. A ovelha, já entre os gregos, era tida como símbolo da estupidez, e os Latinos usavam *pecus*. É possível que *lázudo* se relacione com o animal que dá a lã; em *burrego* deve ter havido cruzamento entre *burro* e *borrego*. *Barrasco* e *barrunta*, possivelmente, derivam de *verres* e aludem à pouca esperteza do porco; *alaparotado* refere-se talvez aos movimentos desordenados do laparoto, considerados sinal de pouca esperteza. O lobo, que nos

(74) João de Almeida Lucas, voc. de *O Velho da Horta*, de Gil Vicente (Lisboa, 1943). Aquilino Ribeiro (*Jardim das Tormentas*, 263) compara a melancia, por causa do tamanho, a cabeças inteligentes: «aquelas melancias que eram taludas como cabeças de doutores».

(75) O étimo proposto para *louco*, do lat. *ilucus* «coruja», que explica várias formas dialectais italianas sinónimas de «coruja» e, metaforicamente, «fátuo», «estúpido», não serve para o português por causa do ditongo. Entre as etimologias propostas para *louco*, a de Baist é ainda a mais aceitável foneticamente e explicável semanticamente: lat. *glaucus*, azulado, esverdeado, acinzentado; estas cores relacionam-se com certos estados psíquicos: *azul*, atrapalhado e bêbedo na gíria (fr. *griserie* «bebedeira»); *ver-se azul*: fr. *bleu* «pálido pelo frio, cólera ou medo» e, por extensão, *avoir des colères bleus*; *en rester bleu*, «estupefacto» ou «desnorteado».

(76) Cp. Paschall, 24.

(77) Em lat. *asinus* e *mulus* (Paschall, 24).

contos se opõe à manha da raposa, está representado em *lobo* (na Beira) e em *alobatado*. Passam mais a designar estúpido: *camelo*, *jacaré*, *rato* ⁽⁷⁸⁾, *podengo* ⁽⁷⁹⁾, *toupeira* (por ver pouco), *urso*, *vacão*, *zebra* (Viotti). As aves contribuem com *rola*, *grou*, *pardalopo*, *pardoca* ⁽⁸⁰⁾, *papalvo* e *paspalhão* (designações da codorniz) ⁽⁸¹⁾, *pato*, *pato-moleque*, *pateta* e muitos outros derivados ⁽⁸²⁾. O *besouro* e a *aranha* fazem parte desta categoria. Devido aos movimentos um tanto desordenados do tordo e da barata, passaram estes animais a designar o indivíduo estonteado: *atordoadado* e *aturdido* (R. E. W. 8999), *barata doida*. O *galo doido* está de acordo com a leviandade e com a falta de memória: *ter memória*, *miolos* ou *miopia de galo*. O *mocho* e a *coruja*, por aparecerem de noite, designam o misantropo, tal como *bicho do mato* (*buraco*, *toca*, *monte ou concha*).

Os nomes próprios de pessoas passam com frequência a designar o tolo. Pode acontecer passar a designação geral o nome de uma certa pessoa conhecida pelas suas tolices, como em *basilinha*, mulher pateta que só responde ao que lhe perguntam ⁽⁸³⁾. Noutros casos, escolhem-se os nomes mais vulgares entre a gente do povo ou, ainda, outros que, por serem mais raros ou de formas fonéticas estranhas, soam um tanto ridiculamente. No português antigo *Joane* era o nome preferido para parvos, aparecendo também como designação ⁽⁸⁴⁾. Actualmente usam-se *jam-das-bestas* ⁽⁸⁵⁾ e, no fem. *joana-baldroca*.

(78) No modismo «cair que nem um rato»; o rato é geralmente tido por esperto: *ratão*, *rato sábio*, *rato pelado* são designações de espertalhão.

(79) Cp. fr. *braque*, do it. *bracco* «perdigueiro», donde passou ao sentido de «estouvado», «doidivasas».

(80) Mas *pardal* designa o «espertalhão».

(81) J. M. Piel *Os Nomes Populares da Codorniz*, em *Rev. de Portugal*, XIV, 1949: a metáfora vem da linguagem dos caçadores, por não ser a codorniz um hábil voador e se matar com relativa facilidade. O fr. *hagard* vem provavelmente de um termo germ. (ingl. med. *haggar* «selvagem») que se aplicou primeiro ao falcão selvagem.

(82) É possível que se trate de «pata», membro e não animal. Atendendo ao grande número de designações iniciadas por *pat-* poderíamos pensar numa acção onomatopeica (cf. «patalear», onomatopeia do homem, registada por Sá Nogueira em *Bol. de Filologia*, IV, 1936).

(83) Cf. Maria do Céu Novais Faria, *Passagem de Nomes de Pessoas a Nomes Comuns em Português*, supl. de *Biblos*, Coimbra, 1943, p. 14.

(84) Cf. nota 307, p. 51 de *O Velho da Horta* de Gil Vicente, ed. de João de Almeida Lucas, Lisboa, 1943: cita exemplos de Gil Vicente, Chiado, Camões, Sá de Miranda e Farsa Penada.

(85) Já em Gil Vicente, V, 233: «Ó Jesús! que Jam das Bestas!»

Zé e *manel* são igualmente empregados, sós ou acompanhados por um qualificativo: *zé-cuecas*, *zé-da-horta*, *zé-pacóvio*, *zé-piegas*, *zé-bo-lha*, *mané-coco*, *mané-jacá*, *mané-zé*, *pai-mané*. Muitos outros são usados: *ambrósio*, *dona amélia*, *anastácio*, *aurélio*, *barnabé*, *bernardino*, *bertoldo* e *bertoldinho*, *engrácia*, *estácio* (Viotti), *gil* (Viotti), *inacinho*, *pancrácio*, *roberto* (também designação de «fantoche»), *roberta*, *maria-vai-com-as-outras* (Viotti), e os apelidos *guedes*, *paio*, *queirós*. Por via literária vieram *calino* ⁽⁸⁶⁾, e *lázaro*, do personagem bíblico. *Bernardo* e *loio* ⁽⁸⁷⁾ referem-se aos frades respectivamente de S. Bernardo e St.^o Eloi. Outras vezes, porém, o facto de se escolher determinado nome deve-se à analogia fonética com qualquer designação já existente e ao desejo de eufemizar. Tal seria o caso citado por João da Silva Correia: *matias* por causa de *matuto* ⁽⁸⁸⁾. Em *mateus* podia ter acontecido o mesmo. *Tonho* lembra *tonto* ⁽⁸⁹⁾, *albano*, talvez, *alvar*; *lopes*: *lofo*, *lorpa*, *louco*; e *pacheco*: *pachoch*. Trata-se de semelhança na rima inicial, caso apontado por Silva Correia. Pelo contrário, a semelhança dá-se na rima final em *alonso* por *palonso*, possivelmente em *lucas* por causa de *louco* e da terminação de *maluco*. Em *maria-ingélica* devia ter havido cruzamento com *anjo*, *ingénio* «tolo».

Há povos ou habitantes de certas localidades que emprestam a sua designação para o conceito de «tolo, rústico, pateta». Uma vez a ideia de estupidez vem do modo ininteligível de falar dos estrangeiros ⁽⁹⁰⁾, outras trata-se de povos cujos costumes são tidos por incivis, grosseiros, próprios de gente estúpida. Ao lado de cultismos como *beócio* ou de termos generalizados nas línguas europeias como

⁽⁸⁶⁾ De um personagem fértil em tolices *Calino*, que a literatura divulgou (Cp. F. E. W., II, 91-94).

⁽⁸⁷⁾ De *Eloi*, santo.

⁽⁸⁸⁾ *O Eufemismo*, p. 445-789. Maria do Céu Novais Faria, na obra citada, ao tratar de *matias* não faz referência a Silva Correia, nem toma em linha de conta as deformações eufemizantes nestes exemplos.

⁽⁸⁹⁾ Até semânticamente pois, além de «estúpido, bronco», significa «vadio», «dado a mulheres» e *tonha*, «mulher leviana», segundo Maria do Céu Novais Faria, p. 15 e 17.

⁽⁹⁰⁾ O grego *barbaros* (lat. *barbarus*), falta de civilidade, estupidez, é onomatopéico do falar ininteligível dos estrangeiros (Cf. Paschall, 11); ib. sobre o lat. *agrestis* e *rusticus*. Em romeno, *nãrod* «parvo», significou primeiro «povo, multidão».

Para o português consulte-se Maria Lúcia de Jesus Vasco, *Passagem de Topónimos e Nomes Étnicos a Nomes Comuns*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica; Faculdade de Letras, Lisboa, 1947 (dactilograf.).

botocudo ⁽⁹¹⁾ e *zulo*, encontramos dentro do português *alarve* (do ár. *al-árab*; v. Nascentes), *marroquino* ⁽⁹²⁾, *palerma* (de Palermo?, segundo Cortesão) e *matuto*, *matolas* (de *mato*) ⁽⁹³⁾.

Os adeptos de certas seitas religiosas ou personagens divinos também são tidos por idiotas: *cretino* ⁽⁹⁴⁾, *anjo* ⁽⁹⁵⁾.

3. Troca de palavras. Eufemismos

Já vimos como alguns nomes próprios são adoptados para designação de «tolo», «parvo», por analogia fonética com outras designações desse conceito e é possível encontrarmos mais resultantes do processo de substituição e de deformação fonética, geralmente de carácter eufemizante ⁽⁹⁶⁾. Na maioria dos casos a semelhança é na rima inicial ou final e pode ser toante ou consoante. Podíamos incluir aqui os já citados casos de *matias*, *mateus*, *tonho*, *albano*, *lopes*, *alonso*, *lucas*, *pacheco*. Nas formas *básbás*, *basbana*, *basbaque* reconhecemos a mesma sílaba inicial *ba-* de *baboso* e seus derivados (*babão*, *babeca*, *babanca*, *babás*), que talvez se propagasse, por exemplo,

⁽⁹¹⁾ Indígenas brasileiros muito inferiores que usavam «botoque» e se tornaram o símbolo da estupidez.

⁽⁹²⁾ Nome dado na cidade de Portalegre aos camponeses dos arredores, no sentido de «pacóvio», «labrego». Parece ter sido propagado pelos espanhóis, depois da guerra com Marrocos.

⁽⁹³⁾ O homem que vive no mato, longe do convívio social, é acanhado e confunde-se com o pateta. Menos vulgarmente também significa «manhoso», «espertalhão», segundo Antenor Nascentes, porque os homens do campo são de facto finórios, com aparência de ingênuos. O it. *matto*, parvo, vem do persa *māt*, morto, pelo jogo do xadrez (R. E. W., 5401).

⁽⁹⁴⁾ Do fr. *crétin*, de *chrétien*. Cf. fr. *benêt* de *benoit*, ironia relativa ao passo do Evangelho «bem-aventurados os pobres de espírito».

⁽⁹⁵⁾ A parvoeira identifica-se com o excesso de bondade:

«bondade em demasia é toleima»;
«com os parvos se parecem os santos».

⁽⁹⁶⁾ Cp. Adolfo Coelho, *Os Ciganos de Portugal*, p. 115: estuda este processo no que diz respeito ao calão: mudança de acento, supressão de sílaba, inversão de sons e sílabas. João da Silva Correia, *Eufemismos*, considera: substituição, deformação (redução, encorpamento, deslocamento prosódico, mutação de fonemas, cruzamentos vocabulares) e derivação. Ao processo de substituição que consiste no emprego de uma palavra por outra semelhante pela fonética, mas semanticamente diferente, chama Wagner *Verblümung* (cf. obra cit.).

a *bacoco* (de *coco*, cabeça?) ou contribuisse para que certas palavras passassem a designar o idiota, tais como *banana*, *badana*. Talvez por causa de *parvo*, *pardaloco* e *pardoca* receberam esse sentido. A sílaba *pa-*, por sua vez, é inicial de muitas designações de tolo, algumas das quais talvez o sejam por esse motivo: *pacóvio*, *palhouco*, *panasco*, etc. *Oirado*⁽⁹⁷⁾ teria passado a *arado* por analogia com *aréu* ou com o verbo *arar*. A redução eufemizante pode ir até ao uso duma só das letras da palavra como se vê na expressão *ter um t na testa*, isto é, «ser tolo». Talvez *safa* seja uma redução de *safado*. Em *ataranhado* há cruzamento de *aranhado* com *atarantado* (de *taranta*). Quanto à inversão de sílabas cita A. Coelho *lofo* (de *folo*, de *fol*)⁽⁹⁸⁾; *artola* e *estarola*, *assarapolhado* e *assaralhopado*⁽⁹⁹⁾ apresentam o mesmo fenómeno. Temos formas semelhantes talvez devidas a atracção paronímica: *lorpa* — *lorpo* (Aquilino Ribeiro, *Estrada de Santiago*, 170) — *lorfas* — *lofo*; *aloilado* — *adoidado* — *aloirado* (cf. *loiro*, *loiraça*); *saranga* — *saranda*; *areado*, *arear*, *areola* que, segundo a melhor hipótese, vem de *heréu*, forma antiga de *hereje*⁽¹⁰⁰⁾, é relacionado pelo povo com *areia*, donde talvez *ter areia no caco* (paralela a «ter pírulas»). *Varrido*⁽¹⁰¹⁾ (*doido varrido*), *varrido do juízo* vem talvez de (*a*)*variado*, *ter avaria*, *desvario*, por semelhança fonética mais a ideia de «limpar as ideias da cabeça»⁽¹⁰²⁾; de *variado* virá também *virado* (*da bola*, *cachola*, *juízo*) e a expressão com a *bota* (= *bola*?) *virada* «amalucado» (Viotti). Em *samora* (Viotti) devia ter influído o nome da povoação assim chamada.

(97) Do lat. *aura*; cf. *oirar*, ter tonturas, *aurir* fugir alucinadamente, alucinar-se e *arate* ou *orate*.

(98) *Ciganos*, 115.

(99) Talvez de *assarapantado*, com troca da terminação *-antar* por *-olhar*.

(100) Oscar de Pratt, *Frases feitas, breves considerações ao livro do Sr. João Ribeiro*, Lisboa, 1910, p. 20; acrescenta que ainda hoje é muito vulgar no Minho o modismo «fazer descreer», correspondente a «fazer perder as ideias, o tino, a paciência ou o sangue frio»: quem descreve vê-se *hereje* ou *heréu*. Cp. Torga, *Novos Contos da Montanha*, 145: *não ser católico do juízo*, não regular bem.

(101) Botas, *Litoral a Oeste*, 128: «às vezes desaparece *varrido*, à procura da filha».

(102) *Varrer-se da memória* ou *da ideia*. Cp. Botas, *Frente ao Mar*, 100: «Foi como se uma nuvem tivesse passado e me varresse da ideia a grande esgraca». Cf. a expressão *ensaboar o juízo a alguém*, desnorteá-lo, endoidecê-lo.

4. Formação dos termos

O sufixo *-ado* é dos que têm mais vitalidade na formação destas designações, tratando-se geralmente do participípio passado do verbo que exprime o estado mental como resultado duma acção. Ao lado do adjectivo simples (*maluco* — *amalucado*, *zorate* — *azoratado*) o participípio passado indica aproximação («um tanto», «semelhante a») e um tom atenuativo, que lhe vem do prefixo *a-*, usado na formação de verbos:

abroceirado, *abruscalhado*, *acanhoto*, *alaparotado*, *alobado*, *amalucado*, *apanascado*, *apurvado*, *aparvalhado*, *aparvanhado*, *aparvoado* (Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, 161), *apascaçado*, *aparvejado*, *apatctado*, *areado*, *atabalhoado*, *atalhado*, *atarantado*, *ataroucado*, *atordoado*, *atrapalhado*, *atroado*, *avariado*, *aveado* (adj. pouco usado) ⁽¹⁰³⁾, *avoado*, *azabumbado*, *azamboado*, *azaranzado*, *azoado*, *azoratado* (Aquilino Ribeiro, *ibid.* 144), *azoinado*, *azucrinado*, *azumbrado*, *azurado*, *azuretado*, *cismado*, *espantado*, *estoirado*, *floreado*, *lesado*, *levantado*, *mareado*, *pasmado*, *perturbado*, *transtornado*, *turvado*, *variado*, *zamboado* ⁽¹⁰⁴⁾.

O sufixo *-ido*, próprio da formação do participípio passado dos verbos em *-er* e *-ir*, acha-se em *aturdido*, *distraído*, *comovido*, *confundido*, etc. (sobre *-udo*, v. mais adiante).

Na gíria verifica-se uma preferência pelas terminações em *-a* (mesmo no masc.) e em *-as*; as designações de «tolo» são férteis nestes exemplos:

basbana, *bestiãga*, *bestinha*, *bestiola*, *doidelas*, *doidivanas*, *estaroia*, *loba*, *loiraça*, *lorpa*, *lorías*, *loscanha*, *mamota*, *mazanza*, *pachola*, *palerma*, *pancadola*, *parvejola*, *parvoela*, *pateta*, *patetinha*, *patola*, *rolacha*, *sambanga*, *sarnonga*, *sanona*, *saranga*, *taronja*, *tartarinha*, *tataranha*, *vareta*, *zanza*, *zaranza*.

Em muitos casos, trata-se do emprego de substantivos como adjectivos, outro traço característico neste sector lexical e neste ambiente, que mereceria um estudo mais pormenorizado. A seguir, não se separaram os sufixos adjectivos e substantivos.

Uma grande maioria dos sufixos que encontramos na formação das designações de que estamos tratando apresentam feição afectiva, depreciativa ou aumentativa. Alguns distinguem-se mesmo pela sua

⁽¹⁰³⁾ De *vena*. Cp. esp. *avenado* e *venático*.

⁽¹⁰⁴⁾ Cp. mais adiante as formas com os prefixos *es-*, *des-*, *en-*, *re-*, *tra-*.

forma estranha para disfarçar a palavra, como já foi notado por A. Coelho ⁽¹⁰⁵⁾.

Podem ter valor atenuativo:

— <i>eco</i>	— <i>toleco, babeca</i> (arc.);
— <i>ejo</i>	— <i>animalejo</i> ; <i>-ejo + -ado</i> : <i>aparvejado</i> ; <i>-ejo + -ola</i> : <i>parvejola</i> ;
— <i>ela</i>	— <i>doidelas, parvoela</i> ;
— <i>eles</i>	— <i>branqueles</i> ;
— <i>eta</i>	— <i>pateta</i> (?), <i>vareta</i> ⁽¹⁰⁶⁾ ;
— <i>ete</i>	— <i>doidete</i> ;
— <i>iço</i>	— <i>parviço</i> (Gil Vicente, V, 303);
— <i>inho</i>	— muito frequente e quase sempre eufemístico: <i>arreburrinho, basilinha, bertoldinho, bestinha, cabecinha, doidinho, esquecidinho, inacinho, maluquinho, parvinho, parvoinho, patetinha, patinho, rolinho, taradinho, tolinho, tontinho</i> ;
— <i>ó</i>	— <i>pató, sambangó, zuruó</i> ;
— <i>ola</i>	— <i>areola</i> (de aréu), <i>artola, badola, banazola, bestiola, estarola, pachola</i> (cf. <i>pachucho</i>), <i>patola, pancadoia</i> (cf. <i>pancadista</i>);
— <i>ota</i>	— <i>mamota, paparota</i> ;
— <i>ote</i>	— <i>estupidote</i> (cf. J. da Silva Correia, <i>Eufemismo</i> , 535), <i>leote, mamote</i> ;
— <i>oto</i>	— <i>mamoto, pataloto</i> ;

Também se encontram, nas designações de «tolo», «pateta», principalmente, muitos sufixos aumentativos e depreciativos:

— <i>acha</i>	— <i>rolacha</i> ;
— <i>aça,a</i>	— <i>loiraça, tolaço</i> (Gil Vicente, II, 53);
— <i>aga</i>	— <i>bestiaga</i> ;
— <i>alho</i>	— <i>parvoalho</i> (bras. «muito parvo»); <i>-alho + -ado</i> : <i>aparvalhado</i> ; — <i>-alho + -ão</i> : <i>bestalhão, parvalhão, trapalhão</i> ;
— <i>alou</i>	— <i>patalou</i> ;
— <i>anca</i>	— <i>babanca</i> ;
— <i>anga</i> (?)	— <i>sambanga</i> ;
— <i>anho, -anha</i>	— <i>loscanha, tartaranha</i> (de «tátaro», onomatop.); <i>-anho + -ado</i> — <i>aparvanhado</i> (cp. <i>aparvalhado</i>);
— <i>ano, -ana</i>	— <i>basbana, palonzano, doidivanas</i> ; cp. <i>parvatano</i> ;
— <i>ão</i>	— <i>babão, badalão, estouvadão, lambão, lapão, lapardão</i> ;
— <i>aque</i>	— <i>basbaque</i> ;
— <i>arro + -ão</i>	— <i>doidarrão</i> ;
— <i>arro + -az</i>	— <i>bestarraz, doidarraz</i> ;

(105) Segundo ele podem ser sufixos analógicos, eufemísticos, de disfarce sem alteração do sentido, muito irregulares, de substituições reais ou aparentes (*Ciganos*, 124-126).

(106) De *variado + veneta*?

—asco	—barrasco (de varrasco);
—ato + -ano	—parvatano;
—au	—patau;
—ás, -az	—babás (arc.), patanaz;
—eco	—atoleco, babeca (arc.);
—ego	—burrego, labrego ⁽¹⁰⁷⁾ ;
—eiro	—lapardeiro;
—eiro + -ão	—calmeirão, parvoeirão, toleirão;
—és	—parvones (de «Parvónia», pátria dos parvos);
—im	—azucrim (Viotti), gericoncim (Gil Vicente, II, 43);
—ocho	—patocho;
—oco	—pataloco (pataroco), tinoco ⁽¹⁰⁸⁾ ;
—olas	—matolas;
—onga (?)	—samonga;
—onja	—faronja;
—opo	—pardalopo (cp. pataloco);
—oso	—baboso, furioso;
—osta, oste	—labrosta, labroste;
—ouco	—samouco (?), farouco (de fara); cp. louco;
—ouço	—lapouço;
—uco	—maluco, zuco (?), ou zaruco (?);
—udo	—lázudo, orelhudo, telhudo;
—unto,a	—barrunta, bestunto;
—úrdio	—palúrdio;
—usco	—labrusco (de lavrar), patusco;
—uto	—matuto;
—uz	—lapuz.

Certos sufixos cultos são empregados irònicamente :

—áculo	—maniáculo (de mania);
—ário	—otário (de ota);
—ígo	—béstigo;
—ina	—patavina;
—ista	—pancadista (de pancada + ista, sufixo usado para indicar «sec-tário», «partidário»);
—óide	—zebróide (de zebra); burróide, palermóide;
—ônio	—bolônio, lapônio;
—ório	—salafrório.

Na composição das palavras encontramos os prefixos intensivos :

—arqui-	—arquiburro, arquitolo, arquitapado ⁽¹⁰⁹⁾ ;
---------	--

⁽¹⁰⁷⁾ A. Coelho considera de disfarce.

⁽¹⁰⁸⁾ De tino; cp. tinoca «tino, bom senso».

⁽¹⁰⁹⁾ Tomaz de Figueiredo, *A Toca do Lobo*, 212: «... a legião das mada-mas afirmativas e categóricas, ultra-estúpidas, aqui-tapadas e super-broncas...».

es-	— <i>esbilotado, esparvoado, esparvalhado, esparvado, esparvoinho, espeloteado, espinoteado, estaroucado, estonteado</i> ;
re-	— <i>reloucado</i> ;
tres-	— <i>trcsloucado, tresvairado</i> (Aquilino Ribeiro, <i>Estrada de Santiago</i> , 110), <i>treslido</i> .

O prefixo *des-* (*de* + *ex*) serve para formar designações a partir de um termo que signifique «juízo», ao qual dá valor negativo: *desassisado, desmiolado, desajuizado, desjuizado* (Glos. do Cancion. da Ajuda, Rev. Lusit., XXIII), *desatinado* (Gil Vicente, V, 174), *desmentado* ⁽¹¹⁰⁾.

Certas formas apresentam o prefixo *en-*; são participios passados de verbos que exprimem o começo da acção: *enlouquecido, enloucado, emparvecido, endoidado, entontecido*, etc. ⁽¹¹¹⁾.

A formação e derivação dos termos designativos das perturbações mentais é rica em exemplos confirmativos daquelas tendências eufemísticas da língua a que se referem Adolfo Coelho e João da Silva Correia, quer disfarçando-os, sem lhe alterar o sentido, quer carregando-os de uma nota afectiva.

A este facto se deve, em grande parte, o encontrarmos tão grande número de designações, na linguagem vulgar e na gíria, para os conceitos de «louco», «atrapalhado», «estúpido».

Lisboa.

DELMIRA MAÇAS

⁽¹¹⁰⁾ Em romeno encontra-se a forma regional da Oltéria *desminfi*, relacionada com *smuntit* e com o neologismo *desminfi*, «desatinado», «tontinho», segundo informação do Doutor Víctor Buescu.

⁽¹¹¹⁾ Com respeito ao prefixo *a-*, veja-se o que ficou dito atrás, quando tratámos do sufixo *-ado*.

A propos de l' s final dans les langues romanes

Évolution deux fois millénaire dont le tracé se laisse reconstituer d'un bout à l'autre — tel est l'aspect sous lequel on se représente volontiers l'histoire des langues romanes. En réalité, la ligne d'évolution du roman commun ne peut se retracer sans difficulté. Surtout aux approches de la période trouble qui vit la naissance des nouveaux parlars nationaux, on se heurte à plus d'un problème important qui attend toujours sa solution. Parmi ces défis aux romanistes figure l'histoire de l's final jointe à celle de la formation du pluriel dans les idiomes romans.

La question a été récemment reprise par un romaniste américain, M. Robert L. Politzer⁽¹⁾. Après un résumé critique des théories émises, M. Politzer expose quelques vues nouvelles relatives au traitement de l's final et à la genèse du pluriel dans les diverses parties de la Romania. Sans espérer trancher le problème, j'essaierai d'en élucider certains points qui sont encore sujets à discussion.

Pour commencer, résumons les principaux objectifs de notre investigation : 1) chute de l's final en latin archaïque et son absence dans une portion de la Romania ; 2) sorts différents subis par l's et démembrement dialectal de la Romania ; 3) maintien de -s et la déclinaison à deux cas en ancien français et provençal ; 4) amuïssement de -s et formation du pluriel en italien et en roumain ; 5) maintien de -s et absence de la déclinaison en ibéro-roman et en sarde.

Les manuels⁽²⁾ posent que la chute de l's final attestée par les inscriptions latines archaïques aurait été propre au *sermo rusticus* et se serait perpétuée en italien et en roumain, tandis que la langue urbaine aurait rejeté cette prononciation négligée dès l'époque de

(1) *Final -s in the Romania*, dans *Romanic Review*, XXXVIII (1947), p. 156-166.

(2) E. Bourciez, *Eléments de linguistique romane*, § 58 a), et W. von Wartburg *L'origine des peuples romans*, p. 49 (de l'édition originale allemande).

Cicéron. En effet, on invoque à ce propos une indication de Cicéron (*Orator*, 48, 161), souvent citée d'une manière incomplète. Voici le passage en question : «Quin etiam, quod iam subrusticum videtur, olim autem politius, eorum verborum, quorum eadem erant postremae duae litterae quae sunt in «optumus», postremam litteram detrahebant, nisi vocalis insequeretur; ita non erat offensio in versibus, quam nunc fugiunt poetae novi; sic enim loquebantur: «qui est omnibu' princeps», non «omnibus princeps», et «vita illa dignu' locoque», non «dignus». Quod si indocta consuetudo tam est artifex suavitatis, quid ab ipsa tandem arte et doctrina postulari putamus?» Ce que Cicéron qualifie de *subrusticum*, c'est, non la suppression de l's final en général, mais devant consonne, dans des mots comme *optumus*, habitude bannie de la métrique par les *poetae novi*: il s'agit donc d'un amuïssement conditionné, d'un sandhi. D'ailleurs s'il est vrai que Cicéron attribue ce fait d'euphonie au parler de tous les jours (*indocta consuetudo tam artifex suavitatis*), il ne prend à témoin que l'ancienne prosodie, alléguant, pour illustrer le vieux langage (*sic enim loquebantur*), précisément deux exemples tirés de la poésie ancienne.

Mais le témoignage décisif, comme l'observe M. Politzer, est fourni par les documents linguistiques. Les inscriptions populaires prouvent en effet la persistance de l's final dans la langue parlée⁽³⁾. En étudiant la langue des inscriptions pompéiennes⁽⁴⁾, j'ai pu confirmer et compléter les résultats obtenus par mes devanciers. Les graffiti de Pompéi, monument unique du latin parlé vers le milieu du I^{er} siècle de notre ère, attestent l'existence de plusieurs tendances qui aboutiront ensuite dans les langues romanes: effacement des oppositions quantitatives des voyelles, syncope, palatalisation de *i* et de *e* en hiatus, nominatif pl. de la 1^{re} décl. en -as, ablatif avec les prépositions *ab*, *cum*, *sine*, *pro*, et bien d'autres. Alors, si nous trouvons à Pompéi l's final conservé d'une façon régulière — en tout une douzaine d'omissions de -s, en contraste net avec le sort de l'm final dont la chute est pour ainsi dire constante — il est légitime de conclure

(3) Carola Proskauer, *Das auslautende s auf den lateinischen Inschriften*, Strasbourg, 1910, p. 51; J. Pirson, *La langue des inscriptions latines de la Gaule*, Bruxelles, 1901, p. 104; A. Carnoy, *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions*, 2^e éd., Bruxelles, 1906, p. 194 sqq.; M. Jeanneret, *La langue des tablettes d'exécution latines*, thèse de Neuchâtel, 1918, p. 58 sqq.

(4) *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*, thèse de Helsinki, 1937, p. 136 sqq.

que l'aire caractérisée par le maintien de l's final, c. à d. la Gaule, la Péninsule Ibérique et la Sardaigne, a hérité d'une caractéristique du latin populaire, tandis que la partie Est, l'italien et le roumain, constituent l'aire à innovation, celle de la chute de -s. Cette conclusion est d'ailleurs étayée par le fait que l's flexionnel est encore aujourd'hui entendu en Lucanie et en Calabre⁽⁵⁾. Elle nous oblige aussi à rejeter une autre opinion invétérée des romanisants, celle qui fait remonter le nom. esp. port. *muro* à un ancien nom. lat. *muro(s)* ⁽⁶⁾ : ce ne peut être que l'accusatif, de même que tous les pluriels et les singuliers des imparisyllabes, *hombre*, *ladrón*, *merced*, etc., provenant de *hominem*, *latronem*, *mercedem*.

Notre seconde question concerne la différenciation dialectale en tant que reflétée par le traitement différent qu'a subi l's final. M. W. von Wartburg suppose une ancienne division en Est et Ouest avec la ligne La Spezia — Rimini comme frontière dialectale, et la chute ou la conservation de -s, comme une des caractéristiques distinctives. Cette division, toujours selon M. Wartburg, traduirait des différences dans les conditions sociales : la Gaule et l'Espagne auraient reçu une colonisation relativement aristocratique, ce qui expliquerait un certain aspect littéraire dans les idiomes correspondants, tel la survivance de l's final, «différenciation linguistique d'ordre social projetée géographiquement» ⁽⁷⁾.

Cependant, l'élite intellectuelle de la Gaule ne devait pas exercer une influence sensible sur la langue du peuple. Celui-ci entraînait surtout en contact avec des Romains marchands et terriens : «Referta Gallia negotiatorum est, plena civium Romanorum», écrit Cicéron (*Pro Fonteio*, V, 11), et il poursuit : «Nemo Gallorum sine cive quicquam negoti gerit». Dans leur commerce avec les Gaulois, ces Romains, sans doute d'une instruction médiocre eux-mêmes, étaient obligés de parler un langage fort simple, une sorte de lingua franca : de là le nombre relativement considérable des vulgarismes du gallo-roman. C'est avec beaucoup de raison que M. H. F. Muller ⁽⁸⁾ a insisté sur le caractère démocratique dont est imprégnée la civilisa-

⁽⁵⁾ G. Rohlfs, dans *Donum natalicium C. Jaberg*, Zurich, 1937, p. 56, et *Hist. Gramm. der it. Spr.*, I, Berne, 1949, p. 497.

⁽⁶⁾ E. Bourciez, *o. c.*, § 214 a).

⁽⁷⁾ *O. c.*, p. 49.

⁽⁸⁾ Surtout dans sa grande synthèse *L'époque mérovingienne*, New York, 1945. — Pour l'enseignement public en Gaule, qui, lui, n'était rien moins que démocratique, voir Ferdinand Lot, *La Gaule* (Paris, 1947), p. 297 sqq.

tion chrétienne de la Gaule. Aussi les faits dégagés des documents linguistiques s'opposent-ils aux vues de M. Wartburg. Comme le fait observer M. Politzer, les inscriptions et d'autres textes d'aspect peu littéraire de la Gaule et de l'Espagne connaissent jusqu'au VIII^e siècle des chutes sporadiques de l's final, la situation étant à peu près identique sous ce rapport en Italie. C'est d'ailleurs le cas de nombreux traits «vulgaires» qui par la suite devaient se répartir entre les divers idiomes romans, et qui encore à la veille de l'avènement de Charlemagne surgissaient dans divers coins de la Romania, ce qui indique une différenciation locale du latin relativement tardive. Le nominatif pluriel en -as est du nombre. En Italie, où cette forme se rencontre jusqu'au VIII^e siècle⁽⁹⁾, elle devait pourtant céder, à la suite de l'amuissement de -s, à l'ancien nominatif en -ae qui n'avait jamais été complètement repoussé.

Pour rendre compte de l's final en gallo-roman, M. Politzer offre une théorie nouvelle : après la scission finale entre le parler populaire et le latin écrit scellée par la réforme carolingienne, l'Église n'en aurait pas moins exercé un ascendant sur la langue du peuple imposant à celle-ci «l'empreinte morphologique et syntaxique de la langue traditionnelle». De cette influence aurait résulté la conservation du système à deux cas et, partant, celle de l's final, grâce à son rôle important dans la flexion.

C'est là une hypothèse qui n'a que l'inconvénient de manquer de preuves. Ces preuves, M. Politzer ne prétend point les fournir. D'un autre côté, une sérieuse objection apparaît : prétendre que l's final ait subsisté à la fin de tout mot en vertu de sa fonction de désinence nominale, c'est aller au rebours de la réalité linguistique. Certes, on observe occasionnellement des «moyens thérapeutiques» qui consistent à articuler d'une façon exceptionnelle une finale, par ex. fr. mod. *tous, fait* en tant que substantifs. Mais en règle générale, le primaire c'est le fait phonétique, ici la persistance de s à la finale (à comparer les adverbes *mais, moins, desoz, certes, volontiers*), qui est utilisé pour les besoins du système flexionnel. Aussi cette consonne finale, caduque dans la langue d'oïl dès le XIII^e siècle, finit-elle par s'amuir non parce qu'elle était devenue superflue morphologiquement, comme semble penser M. Politzer, mais pour des raisons

(9) M. Politzer, qui renvoie à G. Bonelli, *Codice paleografico lombardo*, a tort de prendre cette forme pour un accusatif ; voir, en dernier lieu, Dag Norberg, *Syntaktische Forschungen auf dem Gebiete des Spätlateins und des frühen Mittellateins*, Uppsala, 1943, p. 27 sqq.

d'ordre physiologique, *s* étant tombé d'abord à l'intérieur du mot devant consonne. Conservation ici, chute ailleurs, il s'agit toujours d'évolutions phoniques déclenchées par des causes difficiles à saisir ; la part des substrats ethniques entre autres est encore à démêler. L'italien et le roumain, où *-s* disparaissait dès le début et par conséquent ne pouvait servir de marque de pluriel, devait garder les anciens nominatifs pluriels en *-ae* et en *-i*, ce dernier pouvant représenter à la fois la désinence *-is* nom. et acc. pl. de la 3^e déclinaison, assez fréquente dans les textes du VIII^e siècle ⁽¹⁰⁾.

Cependant, la présence de *-s* ne suffit pas par elle seule à expliquer l'existence des deux cas en français et en provençal, à l'encontre des idiomes ibéro-romans qui ont de même conservé cette finale. La question essentielle est de savoir pourquoi le gallo-roman a tenu à distinguer le cas sujet du cas régime.

Une tendance prononcée du latin populaire, relevant de la poussée générale vers la structure analytique, était celle à réduire la déclinaison à un cas unique. Ce cas était tout naturellement l'accusatif, cas oblique par excellence et qui empiétait, dès une époque relativement reculée, même sur certaines fonctions du nominatif ⁽¹¹⁾. Dans le latin mérovingien se dessine, à travers les réminiscences littéraires, un système à deux cas, bien que l'accusatif pour nominatif s'observe par-ci par-là ⁽¹²⁾. Dès cette époque, les féminins de la 1^{re} déclinaison semblent avoir adopté l'unique forme du pluriel en *-as*. Cet état de choses se perpétue, grosso modo, en français et en provençal du moyen âge. L'opposition sujet-régime, qui n'existe pas aux féminins de la 1^{re} et, par extension, de la 3^e déclinaison, l'accusatif seul survivant (*flour*, cité, maison, etc., nom. et acc., ensuite aussi *flours*, citez, maisons au nom., par voie analogique), se traduit dans les masculins par deux flexions : 1) *murs* (m u r u s) — *mur* (m u r u m), *mur* (m u r i) — *murs* (m u r o s), classe qui a absorbé le gros des masculins de quelle déclinaison qu'ils fussent, la fusion des voyelles finales aidant : *piez* — *pié*, *lions* — *lion*,

(10) M. Politzer, qui en cite nombre d'exemples d'après G. Bonelli, *Codice paleographico lombardo*, confond ici encore la cause et l'effet («final *s*, having become superfluous, dropped out of the language»).

(11) Voir ma thèse précitée, p. 195 sqq., et D. Norberg, o. c., p. 87.

(12) Ceci appert des relevés, malheureusement un peu schématiques, donnés par M. A. Pei, *The Language of the Eight Century Texts in Northern France*, New York, 1932, et L. F. Sas, *The Noun Declension System in Merovingian Latin*, ibid., 1937.

semblanz — *semblant* ⁽¹³⁾; 2) imparisyllabes désignant des personnes : *om* (*h o m o*) — *ome* (*h o m i n e m*), *pechiere* (*p e c c a t o r*) — *pecheor* (*p e c c a t o r e m*). Une subdivision de cette dernière classe est constituée par un nombre de noms propres surtout d'origine germanique, avec toutefois un -s analogique du nominatif : *Charles* — *Charlon*, *Hues* — *Huon*; pendant féminin : *Berte* — *Bertain*, *Eve* — *Evain*, *none* — *nonain*.

La seule hypothèse qui, à mon sens, tienne compte des faits linguistiques et historiques gallo-romans, est celle, émise par A. Meillet ⁽¹⁴⁾, qui attribue la flexion à deux cas à l'influence des habitudes linguistiques des Francs, maîtres de la Gaule entière du VI^e au IX^e siècle. Les chefs germaniques, qui avaient adopté la langue latine, et beaucoup de leurs sujets étaient devenus bilingues, ce qui explique l'emprunt d'éléments linguistiques non déterminé par l'échange d'éléments de civilisation, en gallo-roman : des suffixes et des préfixes, le genre des noms latins en -or désignant des choses abstraites, voire des sons (*h* et *w*). Que le gallo-roman se soit soustrait à la tendance du roman commun à abolir la déclinaison, c'est que, «de par les habitudes des parlers germaniques où ... le sujet s'opposait nettement à diverses formes de cas régimes, des sujets parlants gardaient le sens de l'emploi des cas. La concordance est d'autant plus saisissante que la tendance à ruiner le système des cas persistait, et que, au bout de peu de siècles, une fois l'influence éliminée, elle a abouti» (Meillet, *ibid.*).

Cependant, ce sont là des faits assez difficiles à démêler. Tout au plus pourrait-on tenter une explication préalable. Pour une catégorie du moins, l'influence germanique est assez généralement admise, à savoir celle des féminins en -a, -ane, comprenant surtout des noms d'origine germanique, et qui en emprunte la flexion, un peu modifiée il est vrai : *Berta* — *Bertane*, du francique *Berta* — *Bertûn*, arrangé pour faire pendant aux masculins type *Hugo* — *Hugon*. Ces derniers sont passés au gallo-roman sous la double forme de nominatif-accusa-

⁽¹³⁾ C'est l'aboutissement d'une tendance amorcée dès le latin populaire à éliminer la formation imparisyllabique, voir Bourciez, *o. c.*, 216 a). Les chartes mérovingiennes renferment des nom. sing. tels que *dotis*, *superstitis*, *superstitus*, *eredis*, *cojouis mea* (Sas, *o. c.*, p. 201 sqq.). Il y a eu concurrence entre *heredis* — *heredem* et *heres* — *herem*, ce dernier acc. étant attesté dès Naevius et survivant dans le fr. *hoir*.

⁽¹⁴⁾ Sur une période de bilinguisme en France, dans les *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1931, p. 29-38.

tif, d'autant que celle-ci cadrerait avec le type hérité du latin *latro* — *latronem*, a. fr. *lerre* — *larron*. Comme, de l'autre côté, le gros des noms de personne romains étaient en *-us*, il en est résulté une formation *Hues* — *Huon*, *Charles* — *Charlon* ⁽¹⁵⁾. Par contre, tel mot francique *baro*, a. fr. *ber*, *baron*, joignait les deux déclinaisons latine et germanique, en *-o*, *-onem* et *-o*, *-on*. Fait significatif : beaucoup des termes à flexion imparisyllabique, tous désignant des personnes, relèvent de l'administration et de la féodalité, domaine où le prestige francique se faisait le plus sentir : outre *baro* «homme (libre)», on a *cuens* — *comte* de lat. *comes* qui succède au francique *grafio* de la Lex Salica ⁽¹⁶⁾, *hom* — *home* au sens restreint «homme lige, vassal», *sire* — *seignor* de lat. *senior* (à comparer germ. *herro* comparatif de *hēr* «ancien, de haut rang»), *compaing* — *compaignon*, calque germanique ; par extension, nombre de termes désignant rang, état, situation, parenté : *emperere*, *prestre*, *enles*, *niés*, *suer*, *lerre*, etc.

Si la flexion imparisyllabique est assez limitée et homogène, celle du type *murs* — *mur* embrasse par contre une foule de substantifs masculins variés. Or parmi ceux-ci un groupe se distingue qui se rattache aux noms précédemment discutés : je veux parler des noms de personnes, latins ou francique-latins, ainsi que des termes francs désignant des fonctions, en *-us*. Les nombreux noms de cette catégorie figurant dans les chartes mérovingiennes se conforment, d'après les relevés de M. Sas ⁽¹⁷⁾, pour ainsi dire régulièrement, à une flexion en *-us*, *-o*, cette dernière forme se prêtant aux fonctions de plusieurs cas obliques, y compris le génitif. Dans la 3^e déclinaison, la confusion du régime avec le sujet, peu fréquente, il est vrai, est néanmoins plus marquée : dans les *Formulae Marculfi* (vers l'an 700) se lisent des rubriques *commutatione*, *confirmatione*, *securitate*, *testamentum aut cessione* ⁽¹⁸⁾. Que la distinction sujet-régime fût observée surtout dans les noms de personnes et les termes relatifs à la vie politique et sociale, ceci tient à ce que : 1.^o là, l'influence germanique pouvait s'exercer le plus fortement ; 2.^o il a un intérêt psychologique à oppo-

(15) Voir J. Jud, *Recherches sur la genèse et la diffusion des accusatifs en -ain et -on* (1^{re} partie), thèse, Zurich, 1907, p. 60 ; J. Bruch, *Die Bisherige Forschung über die germanischen Einflüsse auf die romanischen Sprachen*, dans la *Revue de linguistique romane*, II, p. 58-60 ; E. Gamillscheg, *Romania germanica*, Berlin, 1934, II, p. 277.

(16) Gamillscheg, *o. c.*, II, p. 169.

(17) *O. c.*, p. 356-466.

(18) Sas, *o. c.*, p. 205.

ser le nominatif-vocatif au cas oblique; 3.^o les cas sujets des noms bibliques devaient se graver dans la mémoire du peuple, cf. *Jésus, Jonas, Judas*, a. fr. *Moyse*, etc. Il n'est pas fortuit que l's du nom. ait persisté plus longtemps qu'ailleurs dans des prénoms: *Charles, Georges, Gilles, Jacques, Jules, Louis*; cf. esp. *Dios, Carlos, Marcos*. La persistance du cas sujet *fils* serait-elle due également à une réminiscence biblique?

L'apport onomastique des Francs, s'incorporant à l'héritage latin, aura servi, sinon de véhicule, du moins d'étai à la déclinaison gallo-romane. L'opposition des deux cas sauvegardée, on l'a étendue, moyennant la désinence -s, au type *mont(em)*, *ped(em)*, *parent(em)*, dont l'ancien nom. s'est effacé, et aux neutres eux-mêmes. Au pluriel, où le francique ne distinguait pas entre sujet et régime, le gallo-roman trouvait un expédient dans l'opposition *fili* — *filios*, le nom. étant marqué par l'absence de finale, ce qui d'ailleurs coïncidait avec le pluriel germanique. Par la suite, le pluriel de la 3^e déclinaison en subissait l'analogie (aucun texte latin ne connaît des nom. pl. **mensi*, **pedi*). Ce schéma, échafaudé au moyen de la seule désinence -s, est, somme toute, imposé par les classes dirigeantes et cultivées, maintenu artificiellement dans la littérature du haut moyen âge; le peuple ne savait guère qu'en faire. En effet, dès le XIII^e siècle la déclinaison française commence à tomber en désuétude, surtout dans les textes d'allure populaire.

Il est plus exact de parler, non du maintien de la déclinaison en gallo-roman, mais de la persistance partielle du cas sujet, sans doute sous l'influence des habitudes linguistiques propres aux Francs bilingues. L'ibéro-roman, qui pourtant a conservé l's final, n'a jamais connu de déclinaison. L'italien et le roumain, qui de bonne heure tendaient à atténuer les heurts de consonnes et à amuir les finales, ayant laissé tomber l-s, devaient restituer en partie les désinences du nom. pl. -ae, -i) tout en se soumettant à la poussée générale du latin parlé vers le cas unique remontant à l'ancien accusatif.

Anotaciones a un texto magistral

Encabezamos con este rótulo un ejemplo de las conferencias dadas por el que suscribe en el Instituto Caro y Cuervo durante el curso académico del año 1944 para glosar la sexta edición del «Manual de Gramática histórica española» de D. R. Menéndez Pidal.

Debemos continuar el estudio comenzado en la conferencia anterior respecto a la impugnación que merece la retardataria tesis de las supuestas vocales largas en posición. Conviene ante todo advertir que aunque esta errónea concepción ha sido reiteradamente combatida, de un modo esporádico subsiste aún en los días que corren, con pertinacia que acredita una lamentable inercia mental. Para que no se me crea por mi honrada palabra, tomo de la obra ya clásica titulada «Sanskrit Grammar including both the classical Language, and the older Dialects of Veda and Brahmana by William Dwight Whitney (sixth issue (1941) of the second edition (1889), Cambridge, Massachusetts Harvard University Press, London: Humphrey Milford Oxford University Press» (p. 83, e 240) el siguiente elocuente testimonio: «The guna-increment does not usually take place in a heavy syllable ending with a consonant: that is to say, the rules prescribing guna in processes of derivation and inflection do not apply to a short vowel which is «long by position», nor to a long vowel unless it be final» etc., etc. Piensen cuantos nos escuchan ante este curioso testimonio en la *contradictio in adiecto* que supone hablar de una vocal breve, que es, a la vez, *larga* en posición: en estricta deducción lógica, si tal vocal es larga, no puede ser breve, y al contrario, si es breve, no puede ser larga «en el mismo tiempo y en la misma relación», o el principio de contradicción es un mito y habrá que construir una lógica nueva, que para nada recuerde las doctrinas silogísticas de Aristóteles o de Gotama. Mas creemos que

ese verdadero *monstrum* doctrinal se disipa ante una más atenta consideración de la fórmula glosada e impugnada, y susceptible de una explicación razonable, plenamente satisfactoria. Se habla en tal fórmula — adviértase bien — de una vocal *breve*, que es «*larga* por posición», y esta determinación última se acusa, entre paréntesis, con clara alusión a la expresión tradicional de las sílabas largas «*si se sive positu*» de las sílabas trabadas o cerradas, y ya con esta aclaración no resulta inconcebible, sino, muy por el contrario, perfectamente explicable que siendo la vocal *breve*, sea en cambio, *larga* la sílaba trabada de que aquélla forme parte. Mas con esta irreproachable deducción, resulta también comprobado que no hay motivo alguno para insistir en la expresión, completamente inexacta, de vocales «largas en posición», frente a las «largas por naturaleza».

Mas todavía con lo dicho no creemos que nuestra impugnación de las contradicciones en que incurre el maestro Menéndez Pidal en los temas prosódicos aquí estudiados, alcance toda la precisión y lucidez apetecibles. Porque es lo cierto que si, como vamos a ver de nuevo inmediatamente y venimos viendo, resulta por completo inexacto que se pueda comprobar «esa calidad de *larga* que toma *toda* vocal ante un grupo de consonantes» (según la desacertada expresión magistral aquí rebatida), no es menos notorio que, «en determinados casos» y ante «determinados grupos consonánticos», las vocales «se alargan»... cuando no «se abrevian». Los hechos a que me voy inmediatamente a referir, tienen el respaldo de las más autorizadas y recientes exposiciones contemporáneas de fonética latina.

A) La simplificación de ciertos grupos consonánticos, tales como *sn*, *sd* y final *ns*, así como el tratamiento de los nexos mediales *ns*, *nt*, *rx*, *nct*, etc., etc. van acompañados del alargamiento de la vocal precedente: se pronunció, pues, *c̄sul*, *pot̄s*, *īferus*, y son plenamente significativas las grafías dialectales osc. *keensztur* = *c̄nsor*, umbr. *aanfehtai* «infectas»: el fenómeno aquí registrado es, pues, itálico común, mejor diríamos, itálico primitivo. Vid. además las cantidades de *iunctus*, *iānxi*, *ūnctus*, *sānctus* frente a *iūngo*, *ūngo*, *sāncio*. Que en las indicadas circunstancias se produjeron los indicados alargamientos vocálicos, alcanza la plena justificación testimonial que a continuación registramos. Cicero en su Orator, XLVIII, 159 dice terminantemente: «*Indoctus* dicimus brevi prima littera, *insanus* producta, *inhumanus* brevi, *infelix* longa. Et, ne multis, quibus in verbis eae primae litterae sunt, quae in *sapiente* atque *felice*, producte dicuntur, in ceteris omnibus breviter». Y además de otros testimonios gramaticales coincidentes con el propuesto, hallamos notada la vocal

larga en tales casos con el apex, o con la grafía de *I* longa de las inscripciones: *CÓNSVLES*, *INFRA*, *IVNCTA*, etc., etc.

B) Todavía advertimos en determinados lugares la tendencia a alargar la vocal breve, subseguida de *r* + consonante: los testimonios epigráficos nos conservan formas como *FÓRTUNATA FÍRMI*. mas el italiano *fermo* permite suponer para el latín vulgar la forma *fírmus*. Parece que ese alargamiento quedó reducido a vocablos como *fōrma*, *ōrdo*, *ōrno*.

C) También juzgamos quepa referir a una tendencia social y localmente reducida, limitada el alargamiento testimoniado por Prisciano en la vocal breve subseguida de las sílabas finales *-gnus*, *-gna*, *-gnum*. En efecto, las inscripciones acreditan la grafía con *I* longa de vocablos como *signum*, *dignus*, *privignus*. Mas contra esas referencias coincidentes y, sin duda, autorizadas, cabe advertir que el gramático Diómedes (I 470 K) mide *dignitas* como anapesto (— —) y no como crético (— — —), según podríamos esperar que fuese medido tal vocablo, cualquiera que sea el valor atribuible a la vocal de su sílaba inicial: ésta sería siempre «larga en posición», cualquiera que fuese el valor prosódico que pudiera reconocerse a su elemento vocálico *ī*. Pero pesa más en el caso que el testimonio nunca muy respetable de Diómedes, el autorizadísimo de los idiomas romances, que presentan un número respetable de formas del tipo del italiano *segno*, que permiten reconstruir una base latino-vulgar *sī gnum*, no *sīgnum*, y semejantemente otra *dī gnum*, frente a *dīgnum*, etc.

E. H. Sturtevant (vid. de este autor su elemental e interesantísimo tratado «Linguistic change, an introduction to the historical study of Language, G. E. Stechert & Co. New York 1942, p. 76) resume con lúcida sobriedad la teoría referente al tratamiento prosódico de la vocal ante el grupo consonántico *gn* en estos términos, que merecen atenta consideración y transcribimos a la letra: «Sometimes a period of vacillation is followed by the victory of the original sound. In Latin there was at one time a tendency to lengthen short vowels before *gn*. It seems certain that people said *dīgnus*, *sīgnum*, *īgnis*, as well as *dignus*, *sìgnum*, *ìgnis*, although for some words, such as *magnus*, there is no evidence of a lengthened pronunciation. But even for the words first mentioned the inherited forms of the Romance languages and the borrowed forms of the Germanic and Celtic languages show that the pronunciation with a short vowel finally prevailed. In this case the net result of the incipient change was to leave things as they were at first». Excúsenos la extensión de la cita, por el interés

que creemos que es lícito atribuirle. Si los hechos en los casos de referencia han seguido la trayectoria que Sturtevant señala — y es muy verosímil que así haya ocurrido — habrá serios motivos para afirmar que el esporádico influjo de determinados grupos consonánticos — sirva de ejemplo el grupo *gn* — en semejantes alargamientos vocálicos, ha ido en ocasiones seguido de la restauración de la cantidad primitiva breve de la vocal ante tales nexos. Semejantes restauraciones parecen acreditar que los alargamientos previos de referencia, no encajan adecuadamente en las más generalizadas prácticas del fonetismo de un idioma particular. Es ésta una nueva instancia que podemos y debemos recoger contra la supuesta (erróneamente) cualidad de *toda* vocal de prolongarse ante grupo consonántico, o ante consonante geminada.

Además, recientemente ha hecho notar Buck que es muy significativo que apareciendo con gran frecuencia en las inscripciones el vocablo *magnus* en sus distintas formas, nunca veamos ninguna de ellas notada con el *apex* sobre la *a* de la base. El caso de *rēgnum* nada prueba, pues en la base radical utilizable para formar ese vocablo, la *ē* es larga originariamente, como se acredita en la flexión de *rēx*, *rēgis*. Mas ya en este punto nos será permitida una consideración incidental, aunque no incoherente con el tema capital de nuestra exposición. Cuando nuestro autor en su «Manual» nos ofrece las siguientes notaciones prosódicas: *p̄gnu* (p. 64, lin. 8), *signum* tendrá la *i* de *sigillum* (p. 42, líns. 17-18), *ins̄ignia* (p. 47, lin. 21), *sīgna* seña (p. 58, lin. 20), *dignum* (como siempre notado con *i* breve: p. 58, lin. última), *cōgnatu* (p. 72, lin. 3), *fīrmus* (p. 218, lin. 26), no holgaba advertir que las corrientes notaciones prosódicas clásicas de esas formas son las que a continuación indico: *p̄̄gnu*, *sīgnum*, *ins̄̄ignia*, *sī̄gna*, *dī̄gnum*, *cō̄gnatu*, *fī̄rmus*. De lo contrario, el principiante que pueda advertir esa antitesis entre las cantidades en el «Manual» registradas y las que de ordinario presentan en esos casos los más autorizados textos de Prosodia latina, llegará a sentir un lamentable escepticismo nada alentador. Con la sobria advertencia del origen de la diversidad notada que hemos hecho en este apartado de nuestra exposición, las dudas podrán quedar y deberán quedar disipadas por completo. Y no se nos diga que acaso sea esa circunstanciada y minuciosa referencia innecesaria, porque en todo el «Manual» que glosamos no se distingue más que una sóla vez entre «notaciones prosódicas del clásico» y «notaciones prosódicas del vulgar», y claro es que, recordando el precepto escolástico, donde la ley — o dondo el maestro, en nuestro caso — no distingue, no deberemos, o no necesitaremos

o, mejor, no siempre podremos distinguir los súbditos o los discípulos (1).

Pero es más, es que en uno de los lugares últimamente citados del «Manual» a que venimos refiriéndonos (en la pág. 58, en sus dos últimas líneas, formadas por la nota n.º 1), leemos textualmente estas palabras: «En las voces de origen culto la *i* breve se interpreta como *i*: librum *libro*, dignum *digno*, *indino*, continuum *continuo*», etc., etc. Prescindo de que se advierte en ese texto una errata fácilmente rectificable: donde en él se dice: «*i* breve se interpreta como *i*», sin duda, se ha querido decir: «*i* breve se interpreta como *ī*», porque semejante sentido es el único verosímil y coherente con el contexto, así como con la doctrina general en el capítulo correspondiente tratada, donde tanto la *i* breve como la *ī* larga del clásico, son consideradas en su cualidad de tónicas, hallando la primera como normal equivalencia *e* en el latín vulgar y la segunda *i* sin más determinación. De suerte, pues, que por una explicable confusión de tildes, donde se ha intentado escribir *ī* larga, se ha escrito *í* (*i* acentuada). Mas una vez salvado ese pequeño error, queda en la nota de referencia consignado otro de más monta: se equiparan para la cantidad, que, al no distinguir, creemos sea la del clásico, *librum* y *continuum* con *dignum*, y de los dos primeros vocablos citados nos consta que en clásico llevan siempre *i* mientras también nos consta, como hemos visto, lo contrario del tercero, que sólo presenta notación de *i* en las bases reconstruídas a partir de determinadas derivaciones romances y en el no muy valioso testimonio de Diómedes, antes invocado. La confusión de especies prosódicas distintas es, pues, manifiesta en la nota discutida, y del sentido general de la misma cabe irreprochable-

(1) Advuértase que la excepción a que aludimos en el texto de nuestra exposición aquí anotado, no es plenamente tal excepción, pues se reduce a los siguientes asertos que leemos en las dos primeras líneas de la nota 2 de la pág. 57 del mencionado «Man.»: «En regla, los romances postulan *ē*, aunque la cantidad clásica es *ī*». Mas nótese la incongruencia de semejante aserto, porque parece innecesaria esa postulación de *ē* breve en *rēgula*, si así se escribe ese vocablo, y no *rīgula*, como debiera siempre escribirse y como, sin duda, se quiso escribir en el pasaje citado. Nótese además que, como tendremos ocasión de comprobar en ulteriores exposiciones, acaso no sea necesario conjeturar un *rīgula* del vulgar para explicar el castellano *reja*, pero siempre tal forma *rīgula*, a título de conjetural, ha debido ir acompañada del asterisco correspondiente, y no notada como si se ofreciera testimoniada históricamente en algún texto latino de la latinidad vulgar o tarda, extremo este último del que no tenemos ni la más liviana o remota referencia. Conste así para dar a nuestros asertos el valor que legítimamente les corresponde.

mente deducir que el maestro Menéndez Pidal no discierne entre la cantidad constantemente breve de la *i* de *librum* y *continuum* y la cantidad sólo en parte breve de la *i* de *dignum*. Sin contar con que si *dignum* es la única notación prosódica autorizada (y no da otra el maestro M. Pidal), ese testimonio se erige en restricción terminante y elocuente de la desacertada afirmación del mismo maestro más de una vez citada: nos referimos al no ya discutible, sino discutido y rechazado aserto contenido en la aseveración así expresada: «Esta posición o *esta calidad de larga que toma toda vocal ante un grupo de consonantes*» etc., etc.

Ahora bien, contra esta aseveración siempre impugnable hasta con testimonios del mismo autor, que inconsecuentemente la propala (que ésto es lo curioso en el caso presente), cabe seguir y debemos continuar examinando nuevos casos en que determinadas vocales (no todas) y en determinadas circunstancias (no en todas las posibles) se alargan subseguidas de grupos consonánticos.

Ch) Aquí parece oportuno tratar de la discutida norma de Lachmann en el comentario de dicho docto al texto de Lucrecio⁽²⁾. Según el famoso filólogo germano Lachmann, los participios perfectos pasivos con sufijo *-to*, alargan la vocal radical si a tal sufijo precede consonante media, mas no sufren igual transformación prosódica las respectivas vocales de tales participios en el supuesto de que la misma sufijación *-to* vaya precedida de consonante tenue: así cabrá oponer y explicar la serie *l̄ectus, r̄ectus, t̄ectus, āctus, f̄actus, p̄actus* a *n̄issus, p̄āssus, m̄ēssus*. No podemos negar que cuando por primera vez nos enfrentamos con esta pretendida norma, quedamos seducidos por su aparente incontrastable exactitud. Queriendo buscar a dicha regla un verosímil fundamento etiológico, llegamos a suponer que precisamente el indicado tránsito de media a tenue en los casos de la primera serie registrada, puede traducirse en un explicable alargamiento de la prolación de la vocal precedente, alargamiento, en cambio, innecesario en los casos de la segunda serie, en los que la tenue radical ante la tenue del sufijo no necesita transformarse en forma alguna por lo que a la asimilación de ensordecimiento respecta. Es decir: **leg-to* supone un tránsito a *lec-to*, que se refleja en *l̄ecto*, del que no se ofrece paralelo en *mit-to*-, asimilado en *misso*-, mas con

(2) La primera edición crítica de K. Lachmann del indicado texto apareció en Berlín el año 1850; la cuarta impresión de esa edición crítica es del año 1871. Siguió a esa labor la del comentario crítico y lingüístico, cuya cuarta edición vio la luz de la publicidad en 1882, con *index* de F. Harder.

vocalismo *mīssu-*. Mas esa apreciación no es totalmente exacta y, por ende, no resulta indiscutible, ni aceptable sin determinadas restricciones. No cabe, pues, en latín decir, en fórmula de ley fonética sin excepción, que en el contacto de media con siguiente *t*, la vocal precedente se alarga, mientras en el contacto de tenue con *f* subsiguiente, la vocal precedente no se alarga. Hay que exceptuar los casos en que la media latina procede de una media aspirada indo-europea: v. gr. *jussus* de **iudhtos*, *ag-grēssus* de **grāssus* < **gradh-tos*.

Mas aun en el caso de que se ofrezca en el étimo la media simple, la media no aspirada, ésta en todos los casos no determina el alargamiento de la vocal precedente al pasar a tenue: *tussis* < **tud-tis* de la base *tud-* (golpear, machacar, majar), *pōssum* < **ped-tu-m* (ai. *pad-ya-te* «cae»). Mas la fórmula aquí excepcionada, presenta muy generalizada (nunca absoluta) validez en los participios registrados y en los derivados correspondientes de estos últimos: contraponense así las notaciones prosódicas *āctus* (de *āgo*) frente a *fāctus* (de *fācio*) con la comprobación subsidiaria de las cantidades contrapuestas en *redūctus* y *affēctus*. Vid. además *attāctus*, *compāctus* (< *attingo*, *compingo*) y *adiēctus* (< *adicio*), *spēctus* (< *specio*), *dīctus* (< *dīco*), *ductus* (< *dūco*). Son también significativos testimonios de las valoraciones cuantitativas que acabamos de mencionar estas equivalencias de indiscutible exactitud: ital. *ritto* = lat. *rēctus*, ital. *rispetto* = lat. *respēctus*. Ni cabe omitir la obligada referencia a las notaciones epigráficas con «apex» en vocablos como *ĀCTIS* y *LĒCTVS*: en estos casos parece indudable que las vocales afectadas por dicho signo ortográfico, eran consideradas y pronunciadas como largas.

Mas suponemos, en cambio, que no alcanzan la misma significación, cuando menos aparente, que las instancias citadas en pro de la muy generalizada validez de la norma que estudiamos, casos como los ofrecidos en los siguientes vocablos: *vīsus* (*vīdeo*), *cāsus* (*cādo*), *fūsus* (*fūdo*). Sin duda, aquí también las bases verbales correspondientes presentan media originaria, pero al no ir subseguida la vocal alargada más que de una consonante (por simplificación muy generalizada, mas no sin excepciones, como veremos más adelante, de geminada después de vocal larga), podría sospecharse que la cantidad de semejante vocal en tales casos deba su origen a compensación de la pérdida de uno de los elementos consonánticos no notados ni articulados: sabido es que *vīsus* equivale a *vi(s)sus*, *cāsus* a *cā(s)sus* y *fūsus* a *fu(s)sus*. Con estos antecedentes, sin embargo, la inclusión de los casos discutidos en el sector de la validez de la norma

aquí glosada, no ofrece serias dudas, como podría presentarlas sin estas salvedades. De todas suertes y para examinar el tema que estudiamos con el debido detenimiento, deberemos hacernos eco de la hipótesis propuesta por Sommer (Handbuch der lateinischen Laut- und Formenlehre, p. 137) para explicar las discrepancias notadas entre *tūssis* (< de *tud*) y *pēssum* (< de *ped*) de una parte, y *rēctus* (< *rēgo*) y *lēctus* (< *lēgo*) de la otra. Las palabras del citado docto en el lugar referido son las siguientes: «Da es unmöglich ist, für alle Fälle eine plausible Deutung der Länge durch analogische Übertragung zu finden, wird man sie als lautgesetzlich betrachten müssen und kann sie im Hinblick auf *tūssis*, *pēssum* nur so erklären, dass zwar ursprünglich vor der Lautgruppe *-kt-* aus *-gt-* *-t*t-* aus *-dt...* der Vokalismus ebensowenig wie vor altem *-kt-*, *-t* t-* *-k+t-*, *-t+t-* verdet wurde, dass aber vielleicht in sehr früher Zeit beim italischen part. perf. pass. die Media nach Analogie der übrigen Verbalformen wieder eingeführt wurde, sodass neuerdings ein **āg-tos*, **cād-tos* zu *āgo*, *cādo* etc. aufkam, wobei Dehnung der kurzen Vokals eintrat, als die Media hier wiederum vor Tenuis zur Tenuis wurde... und so ihres Stimmtones verlustig ging».

Perdónesenos tan larga cita en gracia a nuestro explicable anhelo de recoger con toda la exactitud posible la opinión autorizadísima invocada, y permítasenos además manifestar que no nos convence, sin más esclarecimientos, la posibilidad de que primitivamente el tránsito de *-gt-* a *-kt-* no produzca efectos de alargamiento, para determinarlos después, cuando de modo analógico se restablece una articulación media, ya antes ensordecida en tenue. Para admitir que las mismas o muy semejantes causas, produzcan en épocas distintas diferentes efectos, parece imprescindible justificar tal rareza en las determinaciones etiológicas contrapuestas con una exposición menos descarnada y más razonada que la que acabamos de transcribir. De todos modos, ni esa explicación conjetural basta para explicarnos los casos de excepción en punto al aparente, cuando menos, general alargamiento de vocal ante media transformada en tenuis, precediendo a otra tenuis: *fissus*, *scissus*, *strictus*, *sēssus* presentan, sin duda alguna, las cantidades notadas, que no se compaginan con las más verosímiles finales consonánticas de sus bases radicales respectivas: *fid-*, *scid-*, *strig-*, *sed-*. Porque la particular explicación propuesta por el mismo Sommer para salvar la dificultad doctrinal que suscitan las aparentes o reales excepciones últimamente registradas, no es tampoco muy convincente. Cree dicho autor que respecto a *fissus* (ai. *bhid* «hendir»), *scissus* (ai. *chid* «escindir, cortar») y *sēssus* (ai.

sad «sentarse»), cabe conjeturar que los respectivos adjetivos verbales formados de tales bases, fueron obtenidos primeramente con la sufijación *-nō-*, en vez de la sufijación *-tō-*, como permiten suponer las formaciones del ai. *bhinná*, *chinná* y *sanná*, claros ecos de las correspondientes indo-europeas **bhid-nō-*, **skid-nō-* y **sed-nō-*. Aunque no logre efectos puramente suasorios la hipótesis que acabamos de exponer, no es lícito negarle cierta apariencia de verosimilitud muy sugestiva. En efecto, los adjetivos verbales en *-no-* presentan una clara estirpe indo-europea, como acreditan las mismas formaciones de esa índole últimamente citadas y referidas al antiguo indio; desde luego, también es notorio que la media ante una nasal ordinariamente sonora, no necesita transformarse en *tenuis*, como ante la *tenuis* *t*, inicial del sufijo *-to-*. Mas quedará siempre por explicar cómo al substituir el sufijo *-nō-* por el sufijo *-tō-*, sigue aplicándose a éste el vocalismo que sólo es fonéticamente legítimo para aquél. Y queda además no comprendido en realidad en la precedente supuesta explicación el caso de *strictus*, pues de la base *strig-*, cabe sólo suponer, mas no comprobar una formación **strig-nó-s* con Padersen (y adviértase incidentalmente que la *i* breve de *strictus* tiene en su abono la indubitable comprobación del italiano *stretto*).

Para salir de la dificultad indicada, se piensa en la muy posible existencia de la formación del tipo **strig-nó-s*, en la que se sigue suponiendo que para el itálico se produciría la substitución sufijal de *-no-* por *-to-*, cuando ya la ley del alargamiento de la vocal con media que pasa a *tenuis* ante otra *tenuis*, había perdido toda su vigencia. Se nos concederá que se necesita admitir no pocos supuestos de muy dudosa verosimilitud para que las tesis discutidas puedan alcanzar nuestro irrestricto asentimiento. No resulta tampoco explicable la condición prosódica de la *i* de *cēssus* (pres. *cēdo*), ni la de la *ō* de *sōrtus* = *sirtus* (< **surg-to-s*) en vez de *surrēctus*; en este último caso se piensa en una formación analógica del participio, que, por tanto, no procedería de un previo **surrēg-to-s* con síncope de la *i* sino del presente sincopado *surgo* por **surrigo*.

Mas también se nos concederá que las restricciones que los casos excepcionales, sólo conjeturalmente a medias aclarados, imponen atribuir a la supuesta norma de alargamiento vocálico de media transformada en *tenuis*, precediendo a otra *tenuis*, no consienten dar a esa fórmula fonética un valor indubitable y sí tan sólo muy problemática, discutible y discutida verosimilitud. Por tales razones, de objetividad a todas luces notoria, recientemente se ha prescindido de las expuestas tesis de Lachmann y de Sommer en la materia que

estudiamos por Buck, quien fundándose en los novísimos muy transformados y perfeccionados estudios de la apofonía vocálica primitiva, abre otra ruta para la explicación anhelada: supone el autor en último término citado que en *lēctus* puede perfectamente reconocerse el grado $\bar{e}$ (grado de prolongación) de la raíz respectiva, que vemos testimoniado en formas como *lēgí*, *rēx*, *rēgis*, *ēdi*, *ēst*, etc., etc.; que *vīsus* y *fūsus* presentan la misma gradación vocálica que *vīdi* y *fūdi* y que incluso la $\bar{a}$ de *āctus* y *cāsus* puede proceder de bases $\bar{a}g-$ y $*c\bar{a}d-$, no comprobadas en el latín (vid. op. cit., pág. 94).

Sin una desviación considerable de los objetivos que capitalmente perseguimos con esta exposición doctrinal, no nos sería posible tratar aquí y en este momento, con la obligada concisión y claridad, de la fundamental doctrina de las alternancias apofónicas. Bástenos por ahora con advertir sumaria e incidentalmente que las diferencias cualitativas, cuantitativas y cualitativo-cuantitativas del vocalismo indo-europeo, condicionadas por el acento primitivo, tuvieron eventuales reflejos morfológicos, que acusados con notoria plasticidad en el antiguo indio y con bastante relieve en el griego clásico, no alcanzan la misma determinación en el alto latín, ni menos en el latín imperial y vulgar. Como basta haberse asomado a las atrayentes perspectivas de la gramática comparada de las lenguas indo-europeas para dar a los asertos que acabamos de formular pleno asentimiento, cualquier estudioso de la indicada disciplina no experimenta vacilación alguna en referir a ecos de esas interesantísimas y complejísimas realidades apofónicas las más verosímiles causas de los hechos prosódicos aquí examinados y que nos permiten contraponer a una notación prosódica *lēctus*, *rēctus*, *tēctus*, otra notación prosódica *scīssus*, *sēssus* o *strictus*, al parecer totalmente opuesta y contradictoria de la en primer término registrada. La propia índole de los hechos apofónicos primitivos y la acusada variedad en la intensidad y constancia de sus reflejos en los idiomas mencionados, impiden la ansiada regularidad y uniformidad en los procesos de alargamiento vocálico de *media* ante *tenuis*, transformada en *tenuis*. Y sugieren además otra ineludible conclusión: que tales alargamientos, cuando se producen, no son debidos a la mera existencia de grupos consonánticos, que subsiguen a una vocal breve, porque ésta perdura como breve no sólo ante grupos de *tenuis* primitiva más *tenuis*, sino a veces hasta ante grupos de *media* más *tenuis*, transformados en nexos de *tenuis* más *tenuis* por asimilación de no sonoridad o ensordecimiento. Como, en cambio, las alternancias cualitativas, cuantitativas y cualitativo-cuantitativas vocálicas que la apofonía acusa, no penden

en general de la existencia o no existencia de grupos consonánticos que subsigan a vocales breves, con la hipótesis de Buck, en último término propuesta, salvamos una no liviana dificultad que se oponía a la aceptación incondicional de las previamente discutidas tesis de Lachmann y de Sommer. Y este último autor no deja de advertir incidentalmente que la relación cuantitativa *lēgi, lēctus*, ha podido ser analógicamente introducida en *ēmpus* por influjo de *ēmi*, señalando, en comprobación de la notación prosódica *emptus*, el testimonio epigráfico griego ΠΕΔΥΝΗΤΑ. Pero hace aún más: al referirse al caso de que la secundaria coincidencia de media + s parece alargar la vocal precedente en *māximus* (testimonio epigráfico ΜΑΧ(ιμο), de *māg-*, comprobado en *mag-nus*, **māg-iūs*) y *adāxim* (conjuntivo perfecto de *adīgo*), distingue tales formaciones de las correspondientes a la vocal larga con el aoristo en -s: *rūxi, tēxi*, donde — nos dice el mismo autor a que venimos refiriéndonos — «idg. Dehnstufe vorliegt» (op. cit., loc. cit.).

Mas claro es que recordando algunas excepciones ya propuestas, no será difícil oponer *rūxi, rēctus* y *tēxi, tēctus* a *vūxi, vectus*! De todos modos resulta que aunque Sommer parcialmente recoge la doctrina de Lachmann aquí glosada, no deja de ofrecer testimonios de manifiesta proclividad a las tesis que graduamos de más verosímiles sostenidas en los días que corren por Buck y otros fonólogos y fonetistas contemporáneos.

Pero no creeríamos abarcar todos los términos de la impugnación de las doctrinas inconsecuentemente admitidas en la parte del texto glosado que aquí estudiamos, sin considerar otro capital aspecto de la materia prosódica dilucidada. Podría bastarnos con que hayamos visto y comprobado que no toda vocal breve y ante cualquier grupo consonántico, puede y debe alargarse, puesto que ni aun siquiera determinadas vocales y en precisas y particulares circunstancias ante consonantes agrupadas experimentan tal alargamiento siempre y en todo caso, por lo que cabe inferir que la mera agrupación consonántica no puede ser la causa eficiente de semejantes parciales prolongaciones cuantitativas vocálicas: pero insistimos en que aún hay algo más que ver y que considerar acerca de este capital extremo. Tan no es atribuible el alargamiento vocálico a la mera agrupación consonántica subsiguiente que precisamente ésta puede determinar, en ciertos casos, el efecto contrario en la vocal larga precedente, abreviándola. En efecto, nos consta que en tiempos prehistóricos fueron abreviadas vocales largas ante grupos formados por nasal o líquida tautosilábica más otra consonante: así, ante -nt- o -nd- vemos los

temas de part. de pres. *amānt-*, *vidēnt-*, las 3.^{as} personas de plural *amānt*, *vidēnt* y los gerundivos *amāndus*, *vidēndus* de las bases temáticas verbales *amā-*, *vidē-*. Claro es que determinados cambios operados en la época histórica han permitido que, aun ante agrupaciones de nasal o líquida tautosilábica + consonante, pueda ofrecerse vocal larga: v. gr., *cōntiō* (<*coventio*), *nūntiō* (<**noventiō*), *ūndecim* (<**oinodecem*), *prīnceps* (<**primo-cap-s*), etc., etc. Mas aun en tales vocablos hay constancias de que sus respectivas vocales fueron eventualmente abreviadas: así los gramáticos testimonian *cōntiō*, y *ūndecim* y *nūntiō*, que pueden ser irreprochablemente inferidos del francés *onze* y *annoncer*. Cabe de todos modos conjeturar que estas abreviaciones eventuales, no tuvieron lugar en la época clásica y que debieron ocurrir en los momentos de predominio de la fonética del vulgar.

Y finalmente, para no prolongar en forma desproporcionada esta ya larga impugnación, conste que los partidarios de la tesis rebatida respecto a la prolongación de la vocal breve ante consonantes agrupadas, equiparan para el efecto discutido los grupos formados por consonantes distintas y los constituidos por consonantes geminadas: y bien, de estos últimos nada particularmente hemos advertido, por lo que parece oportuno y conveniente estudiarlos aquí y en este lugar. Mas es curioso advertir que en latín, en buen número de palabras, las secuencias de vocal breve más geminada, substituyen, o se ofrecen al lado de las secuencias de vocal larga más consonante simple: v. gr. *Iuppiter* (<*Iūpiter*), *natro* (<**gnāro* en *gnārus*), *cuppa* (al lado de *cūpa*) y semejantemente *ūlium* (junto a *allium*) y *muccus*, *bucca*, *buccus*, *puppa* (frente a *mūcus*, *būca*, etc., etc.). Las circunstancias en que tales geminaciones consonánticas se produzcan, no son siempre asequibles a la diligente inquisición de los estudiosos, pero las correspondencias notadas del tipo *cūpa*, *cūppa*, son suficientemente diáfanas para que no consientan atribuir ciertamente valor de elemento prolongador a las geminadas susodichas. Tampoco, pues y finalmente, con relación a las geminadas hallamos la comprobación pretendida para la tesis impugnada. Porque aunque sea discutible la hipótesis de Thurneysen, quien cree ver en una parte por lo menos de los casos citados el influjo de la diversidad silábica en la flexión de los imparisílabos y en las derivaciones secundarias, resulta de todas suertes incuestionable que hay una clara contraposición entre *litus* y *littoris*, entre *sūcus* y *sūccidus*.

Resumamos, por tanto y para poner término a esta larga consideración, los resultados obtenidos de la misma con la finalidad doc-

trinal perseguida en estas modestas «charlas». La interna contradicción de los pasajes discutidos y rebatidos en esta glosa permite rectificarlos en el sentido que los hechos adverbados y las hipótesis más autorizadas de consuno señalan. No cabe, pues, hablar de vocales *breves*, que son «largas por posición», ni menos de vocales «largas en posición», confundiendo lamentablemente la cantidad de la sílaba con la de su núcleo vocálico. Sólo define la vocal la cantidad de la sílaba en la sílaba abierta, mas en la sílaba trabada, la vocal de tal especie silábica puede ser y es en muchos casos breve o larga, mas sin que esta última modalidad prosódica sea debida al influjo transformador de los grupos consonánticos *in genere*.

Debemos tener en cuenta que aun cuando se insista en forma más o menos atenuada en la tesis discutida de Lachmann, con ella no se concede eficiencia prolongadora al mero hecho de la agrupación consonántica, sino al desplazamiento articulatorio ocasionado por el tránsito de la *media* ante *tenuis* a *tenuis*. Y aun en el favorable supuesto de que esa explicación mereciera adhesión irrestricta, sería siempre *una* consonante y no la suma de *dos* la causante del pretendido alargamiento de la breve. Esta consideración puede en cierto modo ser reforzada en su valor suasorio advirtiendo que para que exista cerramiento de sílaba, es necesario que la vocal breve que se supone así alargada, vaya subseguida de grupo consonántico implorivo-explosivo; en caso de que tal vocal vaya subseguida de grupo integrado por dos explosivas, con la «positio debilis» queda la sílaba en cuestión (o la vocal, como erróneamente se pretende) sin alargar: piénsese en las formas tantas veces citadas *pātre*m, *tenēbrae*, *cathēdra*, etc., etc. Sin duda que aun en el último supuesto, cabe articular el grupo explosivo-explosivo como implorivo-explosivo, es decir, *pā-trem*, como *pāt-rem*, con lo que, al cerrarse la primera sílaba, se alargará indefectiblemente.

Mas en definitiva podremos con todos los datos aducidos y con todas las consideraciones expuestas en esta larga disquisición concluir que no ya cualquier grupo consonántico, sino que ni aun siquiera los que algunas veces *coinciden* con determinadas prolongaciones vocálicas, pueden reclamar la significación de causas eficientes de semejantes cambios cuantitativos, desde el momento en que no siempre los determinan e incluso en la forma de consonantes geminadas coinciden, cuando menos, si no le originan, con el contrario efecto de abreviación de vocales largas. Si, por otra parte, advertimos en la verosímil conjetura de que los alargamientos de referencia se deban a ecos del *Ablaut* primitivo, que éste es en considerable proporción

ajeno a las supuestas prolongaciones por efecto de agrupaciones consonánticas, podremos comprobar que lo conocido y lo conjeturado nos alejan de consuno y definitivamente de las tesis discutidas e impugnadas en las conferencias anteriores. Deberemos seguir refiriéndonos a otras inexactitudes prosódicas advertidas en el texto aquí glosado.

Bogotá.

PEDRO URBANO GONZÁLEZ DE LA CALLE

El catalán habla hispánica pirenaica

Un conocimiento superficial del catalán ha extendido la idea de que el catalán es una deformación del provenzal, cuando la verdad es que tiene fisonomía peculiar y cuando la realidad histórica es que no ha sido importado, sino que ha nacido en su propio solar en derivación directa de los gérmenes latinos sedimentados en la romanización de Cataluña. La idea de que el catalán viniera de Francia suplantando a un habla distinta que se hablara y se hubiera producido en Cataluña, está tan reñida con todos los razonamientos históricos y lingüísticos, que nadie se atrevería a formularla en términos escuetos. Y sin embargo esa sería la realidad si las influencias literarias y las coincidencias fonéticas y morfológicas de vecindad se tomasen como invasión lingüística.

El problema del entronque ibero-romano o galo-romano del catalán ha sido planteado por la observación vulgar del parecido con el provenzal y por una obsesión política diferencial, que tuvo su época de predominio. Morf y Saroihandi separan el catalán y rosellonés del grupo sud-francés, Meyer-Lübke y Griera han creído ver el origen galo del catalán, el primero estudiando con parcialidad y con sensible limitación algunos elementos comunes frente al castellano (sin enfrentarlo con el aragonés, con las hablas mozárabes y con otras hispánicas), y el segundo considerando exageradamente la influencia cultural francesa, como si esta hubiera sido capaz de crear el catalán. No es lícito al hablar de un posible entronque galo-románico del catalán el exagerar la influencia cultural francesa al extremo de admitir la suplantación de un habla de Cataluña por el provenzal venido de Francia. El provenzal nacido en la Provenza, ha ejercido influencia en el catalán nacido en Cataluña, pero las razones de la composición léxica y de la estructura del catalán no pueden buscarse en los elementos de cultura gala, que aflúan también por otros pasos pirenaicos a Navarra y a la misma Castilla.

La eliminación de una lengua la consigue otra lengua por ocupación en el vacío, como prácticamente ocurría en la Reconquista a las

hablas del Norte al establecerse en las regiones recuperadas, o por imposición de una gran cultura total en países de civilización desorganizada y rudimentaria, como ocurría al latín en la romanización y al castellano en la conquista americana. Pero la razón de la existencia del catalán, no puede ser la razón de una conquista extraña por las armas o por la cultura, sino el desarrollo lingüístico de una vitalidad propia, semejante en parte a sus vecindades hispanas y en parte a sus vecindades galas.

La relación política de la Provenza y Cataluña explica una cierta comunidad cultural. Desde el siglo VI al VIII, en los cuales el latín cumple una etapa importante de su evolución romance, estas regiones estaban en cierto modo unidas políticamente. Hasta fines del siglo XI, Cataluña dependía en lo eclesiástico de la diócesis de Narbona. Estas relaciones tuvieron que determinar un gran fondo comun de cultura y de lengua. Pero ni en el periodo latino, ni en la primera etapa de evolución romance podemos creer que una región tan extensa como Provenza y Cataluña coincidieran en su evolución, confundiendo en la lengua, ya que la dialectología francesa y la española nos prueban diferencias notables en zonas étnicas y culturales mucho menores. Sin la invasión mahometana España sería igual que Francia, un tablero de varias decenas de dialectos vulgares, formados segun las características de cada región; y Aragón y Valencia ofrecerían hablas, naturalmente semejantes al catalán, pero distantes de él y más distintas del provenzal, aunque coincidentes con el catalán y con el provenzal en algunos aspectos.

La unidad política de la monarquía visigótica hasta 711 no impidió la diversificación de tantos dialectos como apuntaban por cada una de las regiones menores de la Península. Por tanto la relativa unidad política de Provenza y Cataluña en el mismo tiempo no puede ser una prueba de unidad lingüística.

La contraposición que suele hacerse a la Septimania o Marca Gótica o Marca Hispánica con la Spania ocupada por los moros no prueba la unidad provenzal-catalana frente a las hablas hispánicas. El catalán, formado en Cataluña, en el repliegue de la invasión dejó perecer al valenciano y al propio catalán del sur; y en la recuperación del territorio se impuso él como se impuso el castellano montañés sobre el castellano de las llanuras; pero este catalán pirenaico no es el provenzal.

La obsesión de las relaciones literarias por el influjo de la poesía provenzal en diversas literaturas eruditas y populares, ha hecho olvidar otras relaciones lingüísticas, que no pueden quedar al margen al

querer caracterizar y filiar al catalán. Estas relaciones son las de los dialectos pirenaicos, que a caballo de la gran cordillera no eran propiamente ni hispánicos ni galos, sino pirenaicos. Esta comunidad románica con sus naturales variantes era la continuación de otra gran comunidad prerrománica, de la que es supervivencia el vasco actual.

Una comunidad prerrománica hay que admitir no solo para la región de la Cordillera Pirenaica, sino también de la Cordillera Cantábrica. No hay que soñar que esta comunidad ofreciera una absoluta identidad racial, cultural, y lingüística: pero en períodos prerrománicos esta gran línea norte con sus vertientes se nos aparece con rasgos comunes suficientes para caracterizarla como una comunidad. Lo peligroso es empeñarse en señalar previamente una característica general en cualquiera de sus tres aspectos (racial, cultural o lingüístico) y cualquier denominación (vasca, céltica, ibérica, ligur, etc.) que sería inadecuada para esta comunidad en muchos aspectos heterogénea y en el transcurso de los tiempos alterada.

En el aspecto cultural desde los tiempos de la Edad de Piedra y de la Edad del Bronce los hallazgos de cultura humana acusan una comunidad social en la región francesa y española de los Pirineos. Las pinturas de las cuevas francesas de la Moute, Montignac, Lot, Montesquieu, Foix, Montespau, etc. en las faldas francesas del Pirineo (desde las vascongadas hasta Lérida) enlazan con las de Cortezubi de Vizcaya, Altamira de Santander y Pindal, Buxu y Peña de Candamo de Asturias, delatando una comunidad de tradiciones e ideas que implicaría relaciones de vida social y de idioma.

En el orden lingüístico los escasos datos razonablemente aducidos no permiten más que débiles conjeturas, que un estudio a fondo, sobre toda de la toponimia, comprobará o rectificará. El hecho de alcanzar la *h* vasca hasta el límite de los cántabros en la época romana, o sea el valle del Sella en Asturias, acusa que la lengua cántabra tenía una estrecha relación con la vasca occidental.

Como se dá en el vasco francés y español una esencial comunidad en sus dos zonas, así hay que explicar como una antigua relativa comunidad lingüística todas las hablas pirenaicas en ambas vertientes hasta el Mediterráneo; las primeras menos desvasquizadas, y las últimas romanizadas más prontamente y más intensamente. Los Pirineos con sus vertientes (baluarte en las vicisitudes históricas al que se acogían los pueblos próximos y a su vez territorio normal de un pueblo pastoril durante muchos siglos) lejos de ser una barrera divisoria de culturas y de dialectos ha sido campo de hablas fundamentalmente comunes. Unas veces expandidas estas hablas a las tierras

bajas, otras restringidas o cortadas por las hablas próximas de las llanuras, ellas son la clave de muchos hechos lingüísticos oscuros. Así esa comunidad heterogénea que hoy llamamos el gascón es una mezcla del pirenaico galo-español y de las tierras bajas francesas próximas al Pirineo. Así hoy llamamos aragonés a dos dialectos originalmente distintos, como es el aragonés propio de la llanura, y el llamado aragonés de los altos valles pirenaicos. Hoy se nos aparece el gascón débilmente desbordado hacia España por el valle de Arán, pero el habla prerrománica y el habla románica franco-hispánica del valle de Arán hay que suponerla extendida hasta las estribaciones de Andorra y Urgell. La lengua de Capcir y de la Cerdña española fué desde remotos tiempos una lengua fundamentalmente común, siendo lazo de unión en algunos aspectos los dos tipos de dialectos. Así rasgos como la pérdida de *n*, que debieron alcanzar no solo Arán, sino Pallars y el Alto Segre, aunque anulados por la fuerza del catalán común, debieron caracterizar un habla que alcanzaba hasta el Pirineo occidental. La pérdida de *n* final secundaria del catalán la conoce el gascón del Bearn y de otras regiones, frente a los tipos con *n* de Armagnac, etc. Este oscurecimiento de la *n* final caracteriza una gran extensión de la gran comunidad pirenaica, desde el extremo oriental del Pirineo hasta gran parte del Pirineo aragonés en sus vertientes francesas y españolas, frente al provenzal en parte y a las hablas próximas de Francia y de España, que conservaban la *n*: prov. *pan*, cat. *pa*. El provenzal, sin embargo, ofrece regiones de *ve(n)* «viene», *meschi(n)* «mezquino», *chanso(n)* «canción» (Raynouard Gram. 346).

La repugnancia por *r* inicial que vemos en el vasco y en el aragonés (*r e s t u c u l u* > *arrastuch* «rastrojo») se halla hoy en islotes sueltos del gascón, en la Gironde y en Lot-et-Garonne y el Seos, según las cartas 1170 y 1230 del ALF; pero es evidente que esta tendencia en otros tiempos se daba en los espacios intermedios.

En el trato *ll* > *l* > *r* de *g a l l i n a* > *garia* *gario* del vasco, del aragonés y del gascón (y *ll* > *ch* final, *collu* > *coch* «cuello») hay que suponer también que los espacios aislados que hoy hallamos en algunos valles pirenaicos de Aragón y de Cataluña y en algunas zonas gasconas tendrían una plena continuidad en esta habla de las dos vertientes del Pirineo. Este fenómeno *ll* > *r* existió en alguna zona catalana del Pirineo y de él han quedado huellas, como *a v e l l a n u* > *aurá* «avellano», cuya área en Cataluña sería interesante fijar. Este resultado *ll* > *r* tiene un estado intermedio *l-l* > *l*, propio del pirenaico (y del gallego). Este rasgo *l-l* > *l*, y su segunda etapa

l>r tiene especial vitalidad en el vasco, que no solo reduce la *l-l* latina, sino la *ll* secundaria *mollitu>bulute>buruta* «rodillo o mullido sobre la cabeza», *vallatu>palatu>paratu* «vallado», *patella>padela>padera* «sartén», y las secundarias; *acucula, agulleta, abileta, abireta* «agujeta»; (fr. *douille*), *doillu, doru* «ojo de la azada». El bearnés sigue en intensidad: *apellare>aperá* «llamar». En el aranés el fenómeno de *l-l>r* está vivo en posición interior: *bullire>buri* «bullir», *abellana>aiverán* «avellana», *stella>estera* «estrella», *ballare>bará* «bailar», *bella>bera* «bella o grande», *cellariu>jeré* «bodega», *vitellariu>bederé* «pastor de becerros». El fenómeno se cumple en el pirenaico aragonés: *illa>(e)ra* «la», y se prolonga en el pirenaico catalán en voces y zonas mal determinadas, como la que acusa *aurá* «avellano». La primera etapa *l-l>l* ya tiene más vitalidad en Cataluña y se ve en algunas voces el enlace entre el aranés y el catalán: aranés *estera* «estrella», que supone *estela*, usado en parte de Cataluña. Más extenso en catalán es el caso después de *i*: *vila* «villa», *argila* «arcilla».

La reducción de *mb>m*, que conoce Castilla, Aragón y Cataluña, debió ser también un fenómeno de la vertiente francesa, ya que se halla hoy en la Gironde, en Lot-et-Garonne y en algunas otras localidades, según la carta 1220 del ALF.

La conservación de las sordas, que cumplen el vasco y el pirenaico de Huesca y del Bearn se debilita en el valle de Arán; pero aún ha dejado en él algunas huellas como *betullu>betut* «abedul», junto a *bedut*.

En el grupo romance *s'n* el pirenaico concierta con el catalán. Coincide con el catalán (*mansionata>mainada*) y todos los grupos pirenaicos, incluido el vasco. El trato lo acusa la toponimia: *asinellu>Aineto* en Cataluña, *Aneto* en Aragón.

Muchos otros rasgos importantes hay que señalar entre el gascón y el catalán, rasgos explicables por esta comunidad intermedia. El catalán pierde la *c* original o secundaria de *viciu>vehí* y *ratione>raó* probablemente por una aproximación y confusión con *d*, como ocurre ya en los más antiguos textos gascones: *ratione arradón* (y como ocurre en parte del asturiano y del leonés *facer>fader>jadé*). Lo mismo ocurre en el aranés: aranés *cudine* cocina, cat. *cuina*; aranés *radim* «racimo», cat. *raim*.

El aranés en su conjunto se liga con el catalán en los rastros más importantes, siendo voces comunes *vert* «verde» *sent* «ciento», *gendre* «yerno», *brena* «merienda», *abella* «abeja», *gelá* «helar», *hereu*

«heredero», *vertat* «verdad», *pám* «palmo», *beire*, «vidrio», *coure* «cobre», *meje* «médico», *dret*, «derecho», *cases* «casas», *neu* «nieve», *clau* «llave», *bermell* «bermejo».

Un caso interesante es el de la pugna de los perfectos en -a y -e: *plorá* «lloró», y *ploré* «lloró», pugna que se da en ambas vertientes del Pirineo y en las hablas del Sur de Francia. El tipo catalán *plorá*, frente al provenzal *ploré* se ve en el gascón de Bearn y en lucha vacilante hasta el Norte de Tartas. El tipo en e vive en el gascón de Bigorra y en las landas hasta Sabres y Labrit, y en España en el aragonés de Hecho en la actualidad, pero en lo antiguo en zonas más extensas de los valles pirenaicos.

La conservación de los verbos esdrújulos de la 3.^a, tan arraigada en catalán, debió existir en las dos vertientes del pirenaico, aunque ahora veamos arrinconado este fenómeno en la zona de Benasque, que hace *estenre* «extender», con ganancias de otras conjugaciones, como hace el catalán: arag. de Benasque *duelre* > *d o l e r e*, *vinre* > *v e n i r e*.

Una demostración instructiva sería una indagación a fondo de las áreas léxicas del pirenaico y del catalán. En esta indagación, habría luego que comparar los resultados con otras encuestas peninsulares. Habría que hacer una catalogación de palabras escogidas, como *mirall* «espejo», que se conserva en el pirenaico aragonés de Hecho y que se extiende por Cataluña.

Como el estrago de las hablas pirenaicas en España de Aragón y Navarra es mucho mayor que en la vertiente francesa, y como los dialectos franceses se conservan en toda la extensión de Francia, mientras que los nacientes dialectos interiores de la Península han sido barridos por los dialectos del Norte (el valenciano por el catalán, y todo el centro y sur por el castellano), resulta evidentemente que el catalán, que debió tener una gran semejanza con este gran grupo pirenaico franco-español y con las hablas españolas inferiores en gradación de proximidad, aparece con cierta semejanza con los grupos galos, que han seguido evolucionando a la vez que el catalán en su territorio nativo, mientras que algunas de estas semejanzas no se pueden establecer con los desaparecidos dialectos españoles, en parte porque ciertos fenómenos se habían desarrollado en el momento de su desaparición, y en parte porque desconocemos casi totalmente su morfología y apenas sabemos de su fonética la distribución geográfica de los principales rasgos.

Old Portuguese -eo

A Note on the History of Portuguese Orthography

The endings of the third singular preterit indicative in the earliest Portuguese were *-ou*, *-eu*, *-eo* (in *veo* from *vir*), and *iu*. The present remarks are concerned only with *-eu* and *-eo*.

In the second half of the thirteenth century this *-eu* (except in *deu* from *dar*) changed to *-eo* in a sporadic and haphazard way, so that we might find, for instance, examples of *meteo* and *meteu* on pages of the same manuscript in varying proportions. But by the beginning of the sixteenth century *-eo* had disappeared in favor of *-eu*.

While the ending *-eu* was a diphthong in the earliest Portuguese and is a diphthong today, the *-eo* of the preterit of *vir* was always dissyllabic and its survivor *-eio* (in *veio*) is dissyllabic today. It is, accordingly, unlikely that the intermediate change from *-eu* to *-eo* represented a change in pronunciation. The explanation I wish to propose here is then that the change was merely an orthographic imitation of the *-eo* of *veo*. In the sixteenth century, notably in Sá de Miranda, we find the imitation reversed in the spelling *veu*, and again in the twentieth century in the spelling *veiu*, now happily discredited and abandoned.

Philadelphia.

EDWIN B. WILLIAMS

Variantes Quinhentistas da «Menina e Moça»

Pouco se sabe do texto da novela geralmente denominada «Menina e Moça», segundo as primeiras palavras da narração. As primeiras edições conhecidas foram publicadas em Ferrara (1554), Évora (1557) e Colónia (1559). Supõe-se actualmente que todas elas tenham sido póstumas e que nenhuma represente o texto revisto por Bernardim Ribeiro. O confronto minucioso dos textos impressos e de uma versão ainda manuscrita — o Ms. de Madrid — revela várias divergências entre as diversas redacções⁽¹⁾. Não cuidando agora do grande problema ainda em aberto da autenticidade da última parte da novela, para a solução do qual este confronto pouco poderá contribuir, verificamos que as divergências constituem em grande parte diferenças de grafia e oscilações gramaticais, e representam, sobretudo, variedade de expressão⁽²⁾.

É para essas variantes que queremos chamar a atenção, pelo que as agrupámos segundo se referem à grafia, à morfologia, à sintaxe e ao léxico.

(1) Remetemos o leitor para a edição: *História de Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*. Variantes, introdução, notas e glossário de D. E. Grokenberger. Prefácio do Prof. Hernani Cidade. Lisboa, Livraria Studium Editora, 1947. É a esta edição que se referem os números de página que indicamos para localizar os exemplos citados.

(2) A. Salgado Júnior, o crítico que ultimamente mais se ocupou da novela bernardiana, chegou até a dizer que «não há um texto da Menina e Moça, mas sim vários textos, com várias deformações» (A Menina e Moça e o Romance sentimental no Renascimento. Sep. dos vols. XII-XIV da LABOR. Aveiro, 1940, pág. 177), e propõe «procurar pela comparação das divergências das várias redacções restituir o texto original, ou melhor o texto em que Bernardim desejaria ver publicada a sua novela» (op. cit. pág. 37). Como poderemos saber hoje qual a forma que Bernardim Ribeiro teria querido dar à sua obra, quando ela é a única em prosa que chegou até nós? Como distinguir entre os erros do copista ou tipógrafo, as emendas do editor ou revisor e as corecções do próprio autor, cujo texto, ao que parece, corria em muitos traslados?

*

GRAFIA — Ainda se encontram vestígios de vogais dobradas em todas as versões. Tanto na ed. de Ferrara como no Ms. de Madrid se lê na maioria dos casos: *door, daar, soom, moor, coor, doo, aar*, e ocorre também isoladamente a grafia: *leer, poor* e *seer*. Estas grafias, porém, são raras na ed. de Évora. Se é que houve outrora, como supõe Said Ali, uma diferenciação de pronúncia entre a vogal representada ora por *aa*, *ee*, *oo*, ora por *a*, *e*, *o* — a primeira grafia deveria ter correspondido a uma pronúncia um tanto prolongada, como em «crescendo», da respectiva vogal (vide Said Ali, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 2.^a ed., pág. 24), e os casos apontados constituiriam ainda nessa época um reflexo da oscilação. Nas rimas dos poemas insertos no texto não há, porém, quaisquer vestígios tendentes a provar que as referidas vogais dobradas se refiram a uma pronúncia dissilábica de dois sons distintos. É de notar ainda que em todos os textos que estudámos se recorre igualmente à duplicação das vogais para indicar a vogal aberta e acentuada, em casos como *jaa, soo, laa, pee, maree, estaa*, etc.

Encontramos, por isso, várias vezes *aa* e *aas* para indicar a fusão da preposição *a* com o artigo feminino *a* ou *as*. A ed. de Évora, sendo de todas a versão mais regular, distingue quase sempre entre o artigo feminino simples, *a*, *as* e a forma de contracção *aa* e *aas*. Os textos de Ferrara e de Madrid apresentam ainda outro processo de indicar o mesmo: é a maiúscula *A* que serve para indicar *aa*, pelo que lemos, mesmo no meio de uma frase: ...*A* primeira..., *As* vezes... No Ms. de Madrid este processo é empregado com muita regularidade, ao passo que na ed. de Ferrara muitas vezes não se encontra sinal algum da distinção:

88,4 — *chegou a porta* (F) — *chegou A porta* (M) — *chegou aa porta* (E);
82,18 — *pondo-se elle a fresta* (F) — *pondo-se elle A fresta* (M) — *pondo-se aa fresta* (E).

Na elaboração da edição mencionada na nota (¹), decidimos colocar acentos nos casos duvidosos da ed. de Ferrara para o que nos baseámos nas grafias da de Évora e do Ms. de Madrid, embora reconheçamos que nem sempre será incontestável a leitura adoptada, tanto mais que nalguns casos não é possível recorrer ao testemunho das outras versões.

Quanto à nasalação, o que se encontra é o seguinte: na desinência da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos ocor-

rem três grafias: *-om*, *-am* e *-ão*. O texto de Ferrara prefere a forma mais arcaica *-om*, a ed. de Évora emprega unicamente *-am* e o Ms. de Madrid apresenta as três grafias. A mesma oscilação se encontra, em substantivos, na grafia do ditongo nasal final *-ão*, por forma que encontramos *chão* a par de *cham* e *chã*, *irmam* a par de *irmão*, etc., assim como, em todos os textos, *nom* e *nam* a par de *não*. Por outro lado, nos textos que estudámos, é frequente a grafia *no* na expressão *no mais*. Por razões várias, formas nasaladas e não nasaladas coexistem em *hũa* — *huma*, *costrangida* (F) — *constrangida* (M-E), *començar* — *começar*, *paje* — *pajem*, *salvaje* — *salvajem*, *lũar* (E) — *luar* (F-M), *mai* — *mãi*, — todas elas ainda hoje vivas nos dialectos portugueses. Por fim, apontemos que a contracção da preposição *em* com o artigo ou o pronome nem sempre se faz. Os textos apresentam variantes, como, p. ex. *nalgũ tempo* (F) — *em algũ tempo* (E); *noutras* (F) — *em outras* (E), *em isto* (F) — *nisto* (E).

Em todos os textos se encontra quase sempre a grafia *ea*, eo, tanto nos nomes como nas formas verbais; existem, porém, variantes como *veo* — *veyo*, *meo* — *meyo*, *cheo* — *cheyo*. A grafia tradicional de *eo* e *ea* já não deve, porém, corresponder à pronúncia; tratar-se-á apenas de oscilações gráficas tão frequentes em textos da época. Quanto aos ditongos *ou* e *oi*, todas as versões apresentam tanto *noite* como *noute*, *coisa* como *cousa*, com certo predomínio das formas em *ou*. O ditongo *ui* ainda aparece, por exemplo, em *cuia* (F), *fruito* (E-F), *escuitar* (F-E-M), *chuiva* (F), casos estes em que ainda hoje existe em formas dialectais.

Na representação das sibilantes *s* e *z* pelos sinais *s*, *z*, *ç*, e *ss*, reina a maior irregularidade. As mesmas palavras encontram-se em todos os textos escritas de várias maneiras, e visto que nenhuma regra foi aparentemente seguida, é impossível reconhecer o valor fonético da sibilante (surda ou sonora) na confusão dos sinais empregados. Vejam-se, p. ex. casos como *cousa* — *coussa*, *assaz* — *asas* (bastante), *desejo* — *dessejo*, *estivese* — *estivesse*. Vestígios do antigo modo de escrever *ss* no início da palavra encontram-se nas seguintes grafias de Ferrara: *mais que a ssi queria*, *de sseus*, *ssi*, *ergueo-sse*, *ssombra*, *foi-sse*. Apenas por duas vezes encontrámos o *s* impuro no texto de Ferrara: *bom scudeiro* e *stava*.

Todos os textos manifestam a coexistência de duas ou mais formas da mesma palavra, variantes essas ora devidas à permuta do *l* e do *r*, ora à metátese, ora à dissimilação e assimilação, ora a outras alterações que surgiram no decorrer da evolução da língua. Empregam-se, simultaneamente, p. ex., em todos os textos, *leixar* — *deixar*,

olhar — oulhar, *preguntar* — *perguntar*, *lembrar* — *alemburar*, *razão* — *rezão*, *emiga* — *amiga*, *piidade* — *piadade* (cp. o glossário da ed. citada).

*

MORFOLOGIA — Em todos os textos se encontram formas de plural tais como *tençóis*, *feiçóis*, *ladrões* ou *ladroens*, *beins* (F) e *bens* (E). A palavra *fim* é do género masculino em todos os textos, mas na *Declaração*, parte que conhecemos apenas na versão de Évora, é empregada como feminina em todos os passos em que ocorre.

Um resto do antigo emprego uniforme dos adjectivos em *-or* conserva-se na locução *ser sabedor*, referida na ed. de Évora tanto a masculinos como a femininos. Os textos de Ferrara e Madrid têm a forma feminina *sabedora*. O adjectivo *grande* em posição proclítica ocorre na ed. de Évora na forma *gram*, antes de substantivo feminino ou masculino começado por consoante: *gram desventura*, *com gram menencoria*, *gram pedaço*, *gram parte*. Em todos estes casos os textos de Ferrara e de Madrid apresentam *grande*. Todavia, também se dá o invés, pelo que lemos no Ms. de Madrid *grão pressa* e nas edições de Ferrara e de Évora *grande pressa*. Os comparativos *maior* — *moor* — *mor* alternam em todos os textos.

Depois de *não*, o pronome pessoal da terceira pessoa ou o artigo definido aparecem às vezes na forma assimilada *no*, *na*, *nos*, *nas* (de *lo*, *la*, *los*, *las*), forma antiga e ainda hoje em dia popular.

Dos pronomes demonstrativos empregam-se as seguintes formas em todos os nossos textos:

este, *esta*, *isto*, *esto* (esta última apenas na ed. de Évora);

esse, *essa*, *esso*;

aqueste, *aquesta*, *aquesto*;

aquêle, *aquela*, *aquilo* (*aquello* apenas na ed. de Évora),

e as formas compostas *aqueloutro*, *aqueloutra* (a par de *aquella* *outra*), *estoutro* e *estoutra*.

O pronome indefinido *todo*, ligado ao artigo definido, tem como plural *todos* e *todas*, mas em todos os nossos textos ocorrem também as formas separadas *todos os* e *todas as*, e ainda, na ed. de Évora, a forma *todas las*. Quanto ao emprego de *todo* e de *tudo*, há oscilações, como nos mostram os exemplos seguintes: *tudo seu desejo* (F) — *todo seu desejo* (E), *o negócio todo* (F) — *o negócio tudo* (E), *todo o começo* — *tudo o começo*, e ainda *de todo* (F) — *de tudo* (E).

Registamos ainda frases feitas nas quais *todo* não está acompanhado de artigo tais como *todo mundo* (F-E-M) e *toda hora* (F).

O substantivo *homem*, servindo de pronome indefinido, aparece apenas num único passo em todos os textos: *mas como os sonhos nam venham senam do que homem tras na fantasia* (35,7). *Al* é empregado no nosso texto no sentido de «outra cousa», e, na maioria dos casos, em frases negativas:

- 32,10 — *prazo... que quem o poem parece que o nam poem para al*;
 49,19 — *e nunca lhe al elle dizia senam que...*;
 70,18 — *e nam falavam em al*;
 72,9 — *como que nam podia al fazer, e que nam desejava fazer al*;
 98,19 — *e se al estaa ordenado no ceo*;
 115,9 — *que nam murmuravam as gentes d'al*;
 55,13 — *nunca vistes al?*
 183,24 — *dizeivos o que quizerdes, disse o eremitão, que eu al creio*;
 117,5 — *em al podeis mandar de novo*;
 163,18 — *e que nam podeis al fazer*;
 207,17 — *parecendo que por al nam fazia*;
 213,24 — *que al nam atentava*.

O relativo *que* tanto se refere a pessoas como a cousas:

- 31,1 — *o seu hirmão (a quem ella muito queria) (F) —*
 seu hirmão a que ela muito queria (M) —
 seu hirmão que ella muito queria (E);
 47,10 — *dos dous amigos de quem he a nossa historia (F-M) —*
 dos dous amigos de que he a nossa historia (E).

Do genitivo *cujo* encontramos apenas uma vez o emprego como nome predicativo (vide Augusto Epiphany da Silva Dias, *Syntaxe Histórica Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, 1933, pág. 86):

- 104,12 — *Nos espiritos somos criados como a vontade de cujos avemos de ser (F-M) —*
 Em nossos espíritos somos criados com a vontade de cujos avemos de ser (E).

E a forma *quejando* encontra-se uma só vez em todos os textos em função interrogativa:

- 24,5 — *que bem podera ver quejando seria emtam pois agora o he tanto (F-M-E)*.

Numerosos advérbios quase inteiramente desaparecidos a partir do século XVI e que revelam a tendência arcaizante da prosa de Bernar-

dim, determinam divergências entre as diferentes versões. A noção de «rapidamente» tanto pode ser expressa por *azinha*, como por *pres-tes*, *prestemente*, *prestamente* ou ainda por *apresadamente*, e daí a diversidade de expressões que se nota em vários passos. Em todos os textos ocorre a forma *entonces* que não é perfeitamente sinónima de *então* como o prova o seguinte passo :

138,3 — *D'entam atee entonces nunca mais lhe podera sair da memo-ria* (F) —

D'entam ate entonces nunca mais hũa ora lhe podera sahir da memoria (E) —

D'entam tee aquele tempo nunca mais hũa hora do dia lhe podera sair da memoria (M),

onde *entonces* se emprega para o tempo mais chegado ao presente. Outro advérbio desaparecido é *tamalavez*, frequente em todos os textos, mas que, às vezes, nas versões de Évora e Madrid, é substituído por *um pouco*. A locução *aldemenos* encontra-se a par de *ao menos* nos textos de Ferrara e Madrid, ao passo que na ed. de Évora surge apenas a forma *aomenos*. As formas *tamsomente* e *tamsois* existem em todas as versões, mas o advérbio *somentes* ocorre uma só vez na ed. de Ferrara. *Hora* — *hora*, com o significado «umas vezes — outras vezes», é frequente em todos os textos; porém, onde as versões de Ferrara e Madrid trazem *tomando solaz hora em hũa cousa hora noutra*, a de Évora tem *tomando solaz numa cousa hora em outra* (24,6). Além disso, enquanto a ed. de Ferrara apresenta *oras — oras e horas — outras horas*, os textos de Madrid e Évora têm *hora — hora e hora — outras horas*.

A locução *no mais* encontra-se com bastante frequência nos três textos. O significado pode ser «não mais» ou «nada mais», como se depreende dos seguintes passos :

38,11 — *e ella pondo entam os olhos fitos nelle pera sentir no mais* (F) —
e ella pondo os olhos nelle pera sempre no mais disse (M) —

e ella pondo os olhos fitos nelle. No mais disse pera sempre (E);

58,6 — *Lamentor no começo logo de seu assentamento mandou fazer pri-meiro hũas casas pera recolhimento no mais* (F-M-E);

69,14 — *o touro começou tam feramente a peleijar com outro seu que espanto fazia a ella laa onde segura estava delles no mais* (F-M-E);

77,25 — *parecendo-me vai que esta nossa vinda aqui pera desastres foi e no mais* (F) —

parecendo-me vai que esta nossa vinda aqui pera desastres foi no mais (M) —

parecendo-me vai que esta nossa vinda aqui pera desastres foi e nam mais (E);

- 78,8 — *aviam de vir ser assi esperanças e no mais* (F) —
aviam de vir a ser esperanças e no mais (M) —
aviam de vir a ser assi esperanças no mais (E);
 107,19 — *donde hia pera no mais que atee sair da cidade* (F-M-E) —
 138,11 — *ando d'ouje pola menham no mais d'andar aqui* (F) —
andando d'ouge pella menham no mais aqui (M) —
ando soo d'ouje pella menham no mais andar aqui (E).

Aliás, julgamos que para dar maior relevo, o escritor colocou essa expressão de preferência em posição final⁽³⁾.

Entre as preposições, ocorrem em todos os textos, além da forma *contra*, as formas *escontra* e *emcontra*, e apenas nas versões de Ferrara e Madrid ainda a forma *descontra*. Todas elas se referem quer a lugar (*escontra a ponte*) quer a tempo (*escontra a menhã*). As preposições *per* e *por*, *pera* e *para*, formando as contracções *pello(s)*, *pella(s)*, *pollo(s)* e *polla(s)*, e empregadas sem distinção nítida das funções de uma e de outra, dão origem a inúmeras variantes entre todos os textos. Contudo, nota-se na ed. de Évora um certo predomínio de *per* e *pera*.

Parece-nos digno de nota o emprego das conjunções temporais *entrantes*, *em mentres que* e *em mentes* (F-M), que na ed. de Évora são substituídas em alguns passos por *em tanto que*.

Não é este o lugar próprio para apontar todas as formas verbais pelas quais se documenta que a novela pertenceu, como o prova a sua linguagem, à primeira metade do século XVI. Já indicámos as formas da terceira pessoa do plural do pretérito passado em *-om*. A desinência *-de* para a segunda pessoa do plural ocorre apenas uma só vez na expressão *Hora vos avede la comvosco* (ed. de Ferrara), passo que, nas versões de Madrid e Évora, se encontra modificado da maneira seguinte: *Hora volo vede la senhora com vosco* (94,5). Quanto à alternância vocálica e à sua representação pela grafia, os textos variam muito e encontramos a cada passo oscilações nas mesmas formas verbais, como p. ex. *acodio* — *acudio*, *compria* — *cumpria*, *sentindo* — *sintindo*, *vestir* — *vistir*, *estivera* — *estevera*. Do verbo *dizer* registam-se os perfeitos *dixe* — *disse* e os imperfeitos *dezia* e *dizia*. Uma só vez ocorre o perfeito *trouve* do verbo *trazer* (na ed. de Ferrara), e na ed. de Évora existe um único exemplo de *trouveram*.

(3) Sobre a forma, o emprego e o significado de «no mais» veja-se J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa 1926, págs. 51 e 190; Said Ali, op. cit., pág. 28; J. J. Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa 1930, pág. 276, nota 3.

*

SINTAXE — Não há emprego uniforme do pronome possessivo com ou sem artigo definido: *vos e vossas cousas* (F) — *vos e as vossas cousas* (M-E). Daqui, assim como do emprego ou omissão do artigo definido antes de nomes de pessoas e antes de abstractos, resulta uma grande parte das divergências entre os nossos textos. Visto que cada caso em que as versões divergem e cada caso em que concordam mereceria uma análise especial, indicaremos seguidamente apenas o resultado do confronto, como prova de que nenhuma das versões manifesta preferência por uma ou outra forma ⁽⁴⁾.

Registámos 15 casos nos quais a ed. de Ferrara emprega o artigo definido antes de um abstracto e a ed. de Évora não; porém, encontramos, por outro lado na ed. de Évora 11 casos com o artigo definido antes de um abstracto nos quais, na ed. de Ferrara, aquele não existe. O Ms. de Madrid concorda, na primeira série de exemplos, 8 vezes com a ed. de Ferrara e 6 vezes com a de Évora, e, na segunda série, 6 vezes com a ed. de Ferrara e 4 vezes com a de Évora, tendo sido em cada uma das séries um exemplo modificado por completo. Não podemos, portanto, concluir que uma versão seja mais arcaica que a outra e é também difícil compreender quais os matizes semânticos que as variantes representavam na época. Lembremos apenas que são interessantes testemunhos da transição da linguagem medieval para a clássica ⁽⁵⁾.

Onde lemos, na ed. de Ferrara e no Ms. de Madrid, o artigo partitivo: *cortando-lhe das ramas daquelle arvoreda*, não o encontramos na ed. de Évora: *cortando-lhe ramos* (129,4). Todavia, na parte que existe apenas na ed. de Évora, ocorrem ainda os exemplos seguintes: *busco desta agua* (179,16) e *tomando da agua* (180,9).

Os nomes de pessoas são, na maior parte dos casos, precedidos de artigo definido na ed. de Ferrara, e não na de Évora:

⁽⁴⁾ F: Artigo + possessivo em 15 vezes onde a ed. de Évora tem o possessivo sem artigo. Nesses casos o Ms. de Madrid concorda 6 vezes com a ed. de Ferrara e 8 vezes com a de Évora. Num dos casos, a expressão é diferente.

E: Artigo + possessivo em 14 vezes onde a ed. de Ferrara tem o possessivo sem artigo. Nesses casos, o Ms. de Madrid concorda 3 vezes com a ed. de Évora e 11 vezes com a de Ferrara.

⁽⁵⁾ Veja-se Aug. Epiphânio da Silva Dias, pág. 101; Said Ali, op. cit. págs. 96-99, J. J. Nunes, *Chrestomathia Arcaica*, 3.^a ed. Lisboa 1943, págs. CXX-CXXI; J. Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, Heidelberg 1933, págs. 139 e 171.

morreo pela Arima (F) — *morreo por Arima* (E);
Lembrança da Arima (F) — *lembrança d'Arima* (E);
em a Aónia (F) — *em Aónia* (E).

Em tais casos pode tratar-se de um simples facto ortográfico: os nomes principiam com a letra A, e, na pronúncia, não se distingue bem entre a *Aonia* e *Aónia* e entre *da Arima* e *d'Arima*. A lista de variantes, porém, que a seguir apresentamos e nos mostra divergências tanto entre os nomes próprios que começam por A (a) como entre outros nomes de pessoas (b) e ainda, dum modo mais geral, entre substantivos que designam pessoas (c), parece merecer especial atenção:

- a) 86,21 — *se chegou Inees a Aonia* (F-M) — *se chegou Enis Aonia* (E);
 102,20 — *vira a Arima* (F-M) — *vira Arima* (E);
 88,1 — *ajudar ainda a Aonia* (F) — *ajudar ainda Aonia* (E-M);
 112,7 — *queria parece tanto a Arima* (F-M) — *queria parece tanto Arima* (E);
 103,3 — *querer bem a Arima* (F-M) — *querer bem Arima* (E);
 86,6 — *elle a Aonia queria* (F-M) — *elle Aonia queria* (E);
 77,14 — *espreitar Aonia* (F-M) — *espreitar a Aonia* (E);
 114,7 — *servia secretamente a Arima* (F-M) — *servia em secreto Arima* (E);
 117,1 — *parece ella a Avalor* (F-M) — *pareceo ella Avalor* (E);
 88,21 — *apresando a Aonia* (F) — *apressando Aonia* (M-E);
 85,17 — *perguntasse a algum pastor* (F) — *perguntasse algum outro pastor* (M-E);
 106,16 — *foi forçado a Avalor hir* (F) — *foi forçado Avalor hir* (M-E);
 109,22 — *enlevarom tanto a Avalor* (F) — *enlevaram tanto Avalor* (M-E);
 80,7 — *sentio dormir Aonia* (F-M) — *sentio dormir a Aonia* (E);
 90,8 — *dessejou a Aonia por molher* (F) — *dessejou Aonia por molher* (M-E);
 111,4 — *sairam da memoria a Avalor* (F-M) — *sahiram da memoria Avalor* (E);
 117,7 — *trouzesse dano a Arima* (F-M) — *trouzesse dano Arima* (E).
 b) 72,5 — *levar a Belisa* (F-M) — *levar Belisa* (E);
 87,3 — *levando a Inees* (F-M) — *levando Enis* (E);
 81,13 — *vio a Bimarder* (F-M) — *vio Bimnarder* (E);
 131,13 — *servir a Diana* (F-M) — *servir Diana* (E).
 c) 130,18 — *de veer a senhora* (F-M) — *de ver aa senhora* (E);
 129,24 — *socorrer aos tristes* (F) — *acorrer aos tristes* (M) — *acorrer os tristes* (E);
 100,4 — *obriga a cada hum* (F) — *obriga cada hum* (M-E);
 85,12 — *chamando hũa molher* (F-M) — *chamando a hũa molher* (E);
 78,16 — *chama hũa água outras agoas hum ribeiro outros* (F) —
chama hũa água outras agoas hum erro outros erros (M) —
chama hũa água a outras agoas e hum erro a muitos erros (E).

Dela se infere que as três versões vacilam no emprego não só do artigo definido *a* mas também da preposição *a*, fenómeno este que terá um certo interesse para o estudo da evolução do acusativo preposicional na língua portuguesa ⁽⁶⁾.

Com respeito à concordância entre o verbo e o sujeito, notamos variantes curiosas. Onde, na ed. de Ferrara e no Ms. de Madrid, o verbo concorda com o substantivo mais próximo e está no singular (*mora um tio e dous sobrinhos*), lemos na ed. de Évora: *moram um tio e dous sobrinhos* (137,13). Num outro passo do mesmo tipo sucede o contrário:

85,18 — *moravam a mulher e filhos* (F) — *moravam mulher e filhos* (M) —
morava a mulher e filhos (E).

Na frase *foram a fraqueza delles ou o empedimento* da ed. de Ferrara acentua-se a ideia da pluralidade, ao passo que, na versão comum à ed. de Évora e ao Ms. de Madrid vemos realçada a ideia da alternativa: *fora a fraqueza delles, ou o empedimento* (89,11). Por outro lado, à primeira vista é de estranhar que se encontre na ed. de Ferrara uma expressão como: *a sua mansidam nos seus ditos e nos seus feitos nem eram de cousa mortal* (o Ms. de Madrid e a ed. de Évora apresentam: 96,6: *a sua mansidam nos seus ditos e nos seus feitos nam era de cousa mortal*). Na verdade, só recorrendo à interpretação de que o autor tenha pensado em duas mansidões, uma dos ditos e outra dos feitos, ou admitindo então a simples influência destes plurais nominais é que encontramos a explicação da forma de plural do verbo.

Na versão da ed. de Ferrara e do Ms. de Madrid lemos *varanda a maneira de eirado... fora logo feito* (68,8). O particípio *feito* concorda com o substantivo mais próximo *eirado*; na ed. de Évora, porém, o particípio refere-se a *varanda* (*varanda a maneira d'eirado... fora feita logo*).

O particípio passado do verbo *vir* pode alternar com o gerúndio homomorfo:

35,19 — *vindo a noute* (F-M) — *vinda a noite* (E);

82,17 — *vinda a noite* (F-M) — *vindo a noite* (E).

(6) Cf. Harri Meier, O problema do acusativo preposicional no catalão (*Boletim de Filologia*, Tomo VIII, 1947, págs. 237-260), e Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas (*Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa 1948, págs. 115-164).

O texto de Ferrara conserva o género feminino em passos nos quais as versões da ed. de Évora e do Ms. de Madrid são menos exactas :

- 38,3 — (Belisa sofre as dores do parto. Duas mulheres estão ao pé da sua cama. Lamentor aproxima-se)
Mas vendo chorar todas derredor da cama (F) —
mas vendo chorar a todos derredor da cama (M) —
mas vendo chorar todos derredor da cama (E) ;
- 78,1 — (É de presumir que a Ama, Belisa e Aonia dormissem juntas com outras mulheres, porquanto, no texto de Ferrara lemos)
quando aquella noite, depois de dormirem todas,
nos (a Ama, Belisa e Aonia) levantámos —
depois de dormirem todos (M-E),

mas encontramos também na ed. de Évora exemplos de formas femininas que não nos parecem justificadas nem gramaticalmente nem pela situação à qual se referem :

- 114,20 — *o seu falar espedaçado, falando antre muitas* (E) —
o seu falar espedaçado, falando antre muitos (F-M) ;
- 110,4 — *aquelle meio tempo... passaram todas tres* (Avalor e duas senhoras) *noutras cousas* (E) —
aquelle meio tempo... passaram todos tres noutras cousas (F-M);
- 77,17 — *dava hum baixo suspiro longo à maneira de cansada daquillo que acabara de cuidar* (F-M) —
dava hum baixo suspiro longo à maneira de cansado daquillo que acabara de cuidar (E; refere-se a Aonia),
- 86,19 — *postas no caminho (que a pee podiam bem andar)* (M) —
postos no caminho (que a pee podiam bem andar) (E) —
falou-se da Ama e de mulheres de casa que andavam em romaria ;
a versão da ed. de Ferrara parece ser errada : e a *Ama e molheres de casa ordenarom de hir laa. E avida licença de Lamentor pera Aonia, e posta no caminho (que a pee podiam bem andar).*

Muitas variantes entre as nossas três versões resultam apenas do facto de se encontrar num dos textos um verbo no singular que noutro se encontra empregado no plural, diferença esta insignificante, ao que parece. Verifica-se, porém, que o sentido do texto se modifica em cada caso e em cada versão :

- 42,5 — (O cavaleiro despede-se de Lamentor)
Mas como ele vise que alli nam tinha mais que aquella tenda (F-M); E: *tinham.*
- 23,7 — *E como elle viesse em hũa nao grande... trouxera a outra irmã* (F-M); E: *trouxeram outra hirmãa.*

Nestes dois exemplos, a ed. de Évora refere-se não só a Lamentor mas a toda a companhia que veio com Lamentor.

No princípio da segunda parte introduz-se o cavaleiro Avalor *que era conhecido do pai de Arima, de quando andavam pello mundo seguindo aventuras* (101,10, ed. de Ferrara e Ms. de Madrid). Daqui se infere que Lamentor, pai de Arima, e Avalor teriam andado juntos nas aventuras de cavalaria, o que não se pode concluir da versão eborense que reza: *era conhecido do pai d'Arima quando andava pello mundo seguindo aventuras*.

O passo em que o velho maior al quer saber o que aconteceu a Bimar der e aos pastores vem redigido de três maneiras:

- 54,8 — *começou a preguntar pollo que passaram* (F) —
 começou de preguntar que passaram (M) —
 começou a preguntar pello que passava (E),

que, em nosso parecer, representam a seguinte ligeira diferença de sentido:

- E: «preguntou para saber o que tinha acontecido»
 F-M: «preguntou para saber o que eles tinham sofrido».

Deste modo se verifica como as variantes de sintaxe, por insignificantes que possam parecer, modificam a interpretação do texto.

*

LÉXICO — Frequentemente apenas uma palavra da frase é substituída por outra:

- 103,7 — *quem tamanho torto lhe tinha feito* (F) —
 quem tão grande torto lhe tinha feito (M) —
 quem tamanho mal lhe tinha feito (E).

É essa a única vez que aparece o substantivo *torto* no sentido de «injúria, sem razão». Sabemos que a expressão *fazer torto a alguém* se encontra frequentemente como arcaísmo em histórias de cavalaria. Será lícito supor que o responsável pela ed. de Évora tinha tido a tendência de evitar os termos que lhe parecessem antiquados? Como provar hoje em dia que uma palavra era considerada «moderna» ou «antiquada» na altura da composição ou da edição da novela? Não é por este lado, portanto, que poderemos abordar os problemas lexi-

cais suscitados pelas variantes, dos quais nos queremos seguidamente ocupar.

Notamos uma substituição curiosa :

53,6 — *apos os lobos de longe vinham correndo uns cains com grande matinada* (F-M); E: *guasnada*.

Segundo o que conseguimos averiguar, *matinada* emprega-se actualmente para qualquer ruído ou estrondo grande, e as citações nos dicionários de Rafael Bluteau, Moraes e Domingos Vieira abonam o mesmo sentido no século XVI⁽⁷⁾. Originalmente ligada à caça, a palavra *matinada* passou a ter um sentido mais geral, enquanto *guasnada* (ou *grasnada*) nos parece ter sido e continuar a ser uma palavra de sentido mais restrito⁽⁸⁾. Neste caso, ao que parece, é na ed. de Évora que se encontra «le mot propre», mas como explicar então que a palavra surja apenas na versão que se nos afigura ser a última? Tratar-se-á de uma inovação do editor eborense? Ou não teriam nem o tipógrafo da ed. de Ferrara nem o copista do Ms. de Madrid compreendido esta palavra — provavelmente por não serem portugueses — e teria sido essa a razão de a substituírem por outra que lhes era familiar?

Assim se pode pôr igualmente o problema de a quem se deva atribuir a divergência seguinte :

113,11 — *encostado a hum canto* (F) —
encostado a hum raz (M-E).

Raz significa «pano de Arras», i. e. tapeçaria antiga que hoje designa-

(7) Domingos Vieira : «O ruído do fogo soava mui longe, as chamas parecia combater as novens : toda a *matinada* do mundo parecia que tinha parte em tão sinalado incendio» (*Palmerim*, cap. 160). Rafael Bluteau : «com grande *matinada* de atabaques, bozinas, chocalhos, e outras cousas que mais estrugião, que deleitavão os ouvidos» (Barros, *1ª Década*, fol. 36, col. 2).

«Fazem grandes *matinadas* / Tudo são palavras vãs» (Franc. de Sá, *Sát.* 2 Est. 22). António de Moraes : Refere-se ao passo de Barros, citado por Bluteau.

(8) Rafael Bluteau : «Os filhos de corvos pella *gasnada* se fazem muyto ouvidos» (*Arte de Caça*, pág. 39, vers.). António de Moraes refere-se à *Arte de Caça* e a F. Mendes Pinto sem citar os passos em questão. F. Mendes Pinto, cap. 73 (ed. de 1930, vol. 3, pág. 43) : «muyta quantidade de animaes silvestres que correndo e saltando fezião hũs pelos outros, e cõ hũa *gaznada* tamanha que em muytas partes nos não ouviamos com elles».

ríamos com a palavra de origem francesa «gobelina»⁽⁹⁾. Neste caso, a versão de Ferrara parece-nos pouco expressiva. Mas teremos o direito de julgar pelos critérios actuais? Quanto à palavra *canto*, que se encontra apenas na ed. de Ferrara, é provável que o tipógrafo de Ferrara tenha alterado o manuscrito de que dispunha.

Mas como explicar a expressão *fazendeira*, que ocorre nas versões de Évora e Madrid?

55,5 — *Que nunca me achei com elles* (— os cães) *em lugar tam hermo nem noite tam fazendeira, que nam estivesse seguro como na metade do dia* (M-E); F: *noite escura*.

As edições modernas interpretam «noite trabalhosa» (cp. a ed. de Pessanha, pág. 131, nota 1, e a de Delfim Guimarães, pág. 100), e é essa também a explicação que ocorre nos dicionários⁽¹⁰⁾. Contudo, é curioso notar a interpretação que nestes se dá desde a segunda edição de Moraes: «Noute em que o morador do casal alheio era pensionado com serviço e ameiçoada». Não conseguimos encontrar as fontes das quais Moraes derivou esta explicação minuciosa, a não ser que se baseasse em falas regionais relacionadas com a vida e os costumes dos pastores. Aliás, não nos parece muito adequada para a interpretação do passo em questão. O que importa é que a noite era escura. Por isso, era mais custoso guardar o gado do que se fosse numa noite de luar, por exemplo. Nada nos indica que o pastor fosse encarregado de tomar conta de gado alheio, e, de resto, não se mencionam nem outros gados nem outras pessoas. Mas mesmo admitindo que a palavra *fazendeira* tivesse tal significado, ignoramos a razão pela qual se não encontra na ed. de Ferrara, e de novo nos temos de sujeitar às conjecturas dos exemplos anteriores.

Apresentamos mais uma lista de variantes:

Ferrara		Madrid — Évora
<i>antepassados</i>	30,10	<i>antecessores</i>
<i>trasmudaçam</i>	44,8	<i>transmigraçam</i>
<i>criado</i>	42,13	<i>servidor</i>
<i>o aar delle</i>	72,16	<i>a sombra delle</i>

(9) Eis a explicação de António de Moraes, tirado de um texto seiscentista: «o vulgo chama lhes panno de *ras*, por esta causa se chamarão pannos de arrás, tomando o nome da principal cidade em que se principiarão a fabricar» (Sev. Not. 1, 1.3). Viterbo, *Elucidário*: «... tapeçarias de lã ou seda, em que se vêm tecidas figuras de homens..... o que chamamos pannos de *Rás*, ou de *Arrás*. He frequentíssimo nos doc. do séc. XIII e XIV».

(10) Vide Rafael Bluteau, Domingos Vieira, António de Moraes.

Ferrara-Madrid		Évora
<i>o mar encapelando-se</i>	125,16	<i>o mar encarapelando-se</i>
<i>alervantou-se a mesa</i>	110,1	<i>ergueo-se a mesa</i>
<i>sobejava</i>	103,13	<i>sobrava</i>
<i>uma tenda pequena que</i>	42,23	<i>uma tenda pequena que</i>
<i>pegada naquella (M: aquella)</i>		<i>chegada aquella estava</i>
<i>estava</i>		

Segue uma lista de variantes sobretudo de cunho estilístico :

Ferrara-Madrid		Évora
<i>mesuradamente entrou</i>	40,21	<i> muito mesurada- e humilmente entrou</i>
<i>encobertamente</i>	103,8	<i>encuberta- e muito secretamente</i>
<i>grandemente devia cada hum cuidar</i>	78,18	<i>gravemente e com muita prudencia devia cada hum cuidar</i>
<i>enganosamente aquellas pa- lavras</i>	132,9	<i>enganosamente palavras enganosas</i>
<i>fermosa prezença</i>	28,18	<i>fermosura e presença estremada</i>
<i>de profundos pensamentos</i>	58,19	<i>de profundos e muito penosos pen- samentos</i>
<i>me lembra que</i>	59,7	<i>me vem aa memoria e lembra que</i>
<i>acabar de confirmar</i>	49,5	<i>acabar de assentar e confirmar.</i>

O que têm de comum estas últimas variantes ? Nos dois primeiros exemplos, a acção é caracterizada quer na ed. de Ferrara, quer no Ms. de Madrid, por um advérbio — *mesuradamente*, *encobertamente* — ao qual na ed. de Évora se acrescenta outro advérbio de significação quase idêntica — *secretamente*, *humilmente* — reforçado ainda por *muito*. No terceiro, a versão de Évora representa uma modificação de sentido : em vez de *grandemente*, advérbio da linguagem arcaica, lemos *gravemente*, i. e. «com seriedade», e, dada a importância do caso, o conselho da Ama é ainda reforçado pela locução *com muita prudência*. Nos outros casos, os processos de reforço da expressão são semelhantes nas versões de Ferrara e Madrid : desdobramento (*enganosamente*, *palavras enganosas*), duas noções em vez de uma (*fermosura e presença*, *profundeza e pena*), emprego de sinónimos (*lembra e vem aa memoria*, *assentar e confirmar*). A aposição de expressões sinónimas ⁽¹¹⁾ parece uma peculiaridade de estilo do responsável pela edição de Évora.

(11) Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*, 9 (1906), pág. 64.

Observando mais de perto os passos nos quais se encontra a palavra *saudade* — palavra que desde o título da edição eborense (*Primeira e segunda parte do livro chamado As Saudades*) andou ligada à novela de Bernardim — verificamos que a ed. de Ferrara a conhece sob a forma de *saudade* e *soidade*, mas que no Ms. de Madrid e na ed. de Évora ocorre apenas a forma *saudade*. O adjectivo *saudoso* lê-se em todos os textos⁽¹²⁾.

Qual é o significado da palavra *saudade* nesta novela? Não nos atrevemos a dar uma definição desta palavra tão portuguesa, considerada intraduzível e tão discutida⁽¹³⁾ da qual o passo seguinte constitui uma expressão de intensidade quase inexcédível:

- 19,18 — *quantas donzellas comeo jaa a terra com as soidades que lhe deixaram os cavaleiros que comeo outra terra com outras soidades* (F); M-E: *saudades*.

Limitamo-nos a citar os passos onde ela nos parece exprimir um sentimento vago de tristeza ligada a tempos idos:

- 100,19 — *Mas jaa que eram apartados, tornou Lamentor a chama-la amorosamente a voltas de hũa tristeza chea de soidade. «Que me esquecia», lhe disse, «mandai-me, filha senhora, sempre muitas novas de vos, que nam tenho outrem de quem jaa neste mundo as espere».* (F)
- 190,19 — *depois de partido Bimnarder... estiveram por elle algum tempo com tanta saudade* (E, Declaração).

Supomos que nas frases:

- 13,5 — *a grande soidade deste vale* (F); M-E: *saudade*;
39,18 — *para nos tirar a soidade* (F); M-E: *saudade*,

a devemos interpretar como «solidão, abandono, desamparo»; e que, nas duas vezes em que se encontra a expressão *soidade de sua terra*

(12) D. Carolina Michaelis de Vasconcelos no seu estudo *A saudade portuguesa* (2.^a ed., Porto 1924, nota 82) escreveu: «*Suidade* e *suidoso* são frequentíssimos na *Menina e Moça*». mas julgamos, todavia, haver equívoco, porquanto as formas que menciona não se encontram em nenhuma das versões quinhentistas. Quanto ao emprego de *soidade* e de *saudade*, sem diferença de sentido, encontramos valiosos exemplos quinhentistas (do *Cancioneiro Geral*, de Camões e de Ferreira de Vasconcelos) na nota 83 do mesmo estudo.

(13) Sobre a história da poesia da *saudade* na península ibérica, veja-se Karl Vossler, *Poesie der Einsamkeit in Spanien*, Sitzungsberichte der Bayer. Ak. d. Wissenschaften, Phil.-hist. Abteilung, 1935, Heft 7.

(ou natureza) se trata do mal da ausência, da nostalgia da pátria (o *Heimweh* alemão) :

- 23,6 — (Lamentor tinha vindo de barco de longes terras com Belisa, que estava para ser mãe, e) *por que ella sentisse menos a soidade de sua natureza, trouxera a outra irmã* (F) —
por que ela menos sentisse a saudade de sua natureza, trouxera a outra irmã (M) —
por que ella nam sentisse a saudade de sua terra trouxeram outra hirmã (E) ⁽¹⁴⁾;
- 24,9 — *buscava tudo mui inteiramente pera que sua senhora e a donzella sua irmã, em algũa maneira, perdessem a saudade de sua terra e o nojo do mar* (F-M) —
buscava tudo pera que sua senhora e a donzella sua irmã, em algũa maneira perdessem a saudade de sua terra e o nojo do mar (E) ⁽¹⁵⁾.

Saudade chega a ser sinónimo de «desgosto, tormento, aflição» :

- 39,18 — *pera vos tirar a soidade me dizeis vos que vinha eu qua, e vos pera ma dar a mim vinheis* (F) ; M-E *saudade*.

Onde o texto de Ferrara reza :

- 5,22 — *Neste monte mais alto de todos que eu vim buscar pela soidade deferente dos outros que nelle achei* (M : *saudade*),

lê-se na ed. de Évora :

Neste monte mais alta de todos que eu vim buscar pella suavidade diferente dos outros que nelle achei,

modificação essa que não nos parece muito feliz. Entendemos que *soidade* significa neste caso «isolamento, solidão», e que a narradora, insistindo no facto de viver uma vida muito solitária, tinha por isso escolhido um monte ainda mais deserto do que os outros da região, onde era quase impossível encontrar vivalma. Nada nos parece indi-

⁽¹⁴⁾ *Natureza* tem aqui, ao que parece, o sentido de «país de que alguém é natural». O editor de Évora não teria conhecido este significado da palavra ?

⁽¹⁵⁾ D. Carolina, na página 80 da obra citada, chamou a atenção para certas traduções da palavra *saudade* em textos quinhentistas portugueses vertidos em espanhol (como p. ex. o *Palmeirim* e a *Eufrosina*) e na enumeração de termos que nestes se encontram e que são mais ou menos equivalentes à palavra portuguesa : «traduzida ora até, por descuido, por vocábulo tão impróprio como *suavidad*».

car que pretenda fazer neste momento uma descrição da paisagem a qual, aliás, virá a fazer mais tarde minuciosamente. A quem se deverá neste caso o lapso da edição eborense? Ao tipógrafo ou ao editor? Não julgamos provável que esta variante provenha da mão do autor.

Semelhantermente, parece-nos mal colocado o adjetivo *saudoso* na ed. de Évora :

136,3 — *acerca de hũa fonte que de hum penedo naquella serra nacia sobre hũa arvore saudosa achara hũa donzella* (E);

F — ... *hũa arvore frondosa*;

M — ... *que de hum penedo daquella serra se fazia sobre hũa arvore achara hũa donzella*.

O que entendia o editor de Évora por «árvore saudosa»? Uma árvore que tinha saudades ou que inspirava saudades? Seria talvez uma árvore solitária em meio da serra frágosa?

Eis mais um passo em que a versão de Évora se nos afigura deturpada :

81,2 — *Aonia... dissimilou altamente, e pella saudade e polo amor da criaçam que lhe a Ama tinha, creio logo de todo* (E);

F-M — ... *e pola sua idade e pelo amor*.

A interpretação na versão de Ferrara e de Madrid parece-nos ser a seguinte : A Ama, que tinha criado Aonia, e que, portanto, a conhecia muito bem e sabia que ainda estava muito nova, deixou-se enganar pelas suas palavras e acreditou no que ela lhe disse. *Pola sua idade e polo amor* equivalente a : «por causa da pouca idade de Aonia e por causa do amor que a Ama lhe tinha por a ter criado». A versão de Évora *pella saudade e pello amor*, conseguimos apenas interpretá-la assim : «pella saudade da criaçam e pello amor da criaçam». Mas «saudade» no sentido de nostalgia ou de solidão?

*

Que se poderá então concluir quanto às variantes que acabamos de examinar? Alguns fenómenos gráficos que determinaram certas divergências explicam-se, evidentemente, pelas circunstâncias em que os textos foram elaborados. A edição de Ferrara foi impressa no estrangeiro, provavelmente por tipógrafos não portugueses ; na pró-

pria edição de Évora impressa na oficina de André de Burgos, teriam colaborado tipógrafos espanhóis; e quanto ao Ms. de Madrid não sabemos sequer se terá sido obra de um português. As variantes referentes à morfologia, à sintaxe e ao vocabulário não permitem distinguir nem tendências arcaizantes determinadas nem claras influências dialectais. Vimos que, no estado actual da investigação, não temos elementos para determinar a pessoa ou pessoas a quem atribuir as variantes. Estas reflectem, porém, as possibilidades da linguagem quinhentista e, por enquanto, é nisso que consiste o seu valor.

Lisboa.

DOROTHEE GROKENBERGER

Portuguesismos em Cristóvão Colombo

I

1 — *Nota prévia*. — No seu a todos os títulos interessantíssimo opúsculo *La lengua de Cristóbal Colón*, Buenos Aires, 1944, 2.^a ed., o Professor espanhol D. Ramón Menéndez Pidal indica-nos uma série de portuguesesismos na linguagem de Colombo, que convém sumariar aqui antes de mais nada.

a) — *Atamento e nacimiento*, respectivamente por *atamiento e nacimiento* (ps. 18, 22 e 33). — A estes exemplos podem-se juntar estoutros colhidos no *Diário* da primeira viagem, com a devida reserva (Cf. § 3), da edição de Navarrete (Cf. § 2): *aviamento* (relação de 26 de Dezembro), *pagamento* (rel. de 16 de Out.), e *salvamento* (rels. de 3 de Jan., e 14 de Fev., aqui usado duas vezes), respectivamente por *aviamiento* (que se encontra uma vez na rel. de 25 de Dez., mas empregado provavelmente por Las Casas), *pagamiento* e *salvamiento*.

b) — *Depiende e puriende*, respectivamente por *depende e por ende* (ps. 21, 22 e 34). — Menéndez Pidal explica estas formas como «Ultracorrecciones por huir del portuguesismo». Creio, contudo, que o ilustre filólogo espanhol não tem razão: tais formas devem ter surgido, não *para fugir do portuguesismo*, mas, pelo contrário, para *seguir o castelhanismo*, embora um falso castelhanismo, isto é, para *seguir uma tendência portuguesa*, que ainda hoje perdura e que o próprio Prof. Menéndez Pidal documenta com citações arcaicas.

Essa tendência consiste nisto: — todo o português, que não conhece com suficiência o castelhano, ao pretender expressar-se nesta língua, tende sempre a passar o e e o o tónicos respectivamente a ie e a ue, levado pela analogia das formas em que etimologicamente tais ditongos são legítimos. É assim que facilmente se pode ouvir um português dizer *pierro, españuelo, guerdo, muerno, vierde*, etc., etc., respectivamente por *perro, español, gordo, morno, verde*.

O próprio Prof. Menéndez Pidal corrobora esta doutrina, quando, ao terminar as suas considerações sobre as formas *depiende e pu-*

riende na página 34, diz : «Cosa semejante hacían los portugueses que escribian español : *desespiero* «desespero», *tormiento* al lado de *tormento* (Canc. de Resende, fols. 16 c. d.); *tormientos*, *sostiengo* (fol. 43 c), *tiengo*, *tormiento*, *espiero* (fol. 50 c, e, f, de don Juan Manuel)».

A um operário português, que vive em Espanha há uns vinte anos, e ali se casou, ouvi eu dizer em Salamanca que tinha a mulher «muy *entuerma*». Neste exemplo aparece o ditongo *ue* em vez de *ie*, provavelmente por labialização do *i* em *u*, pela acção da lábio-dental *f*.

c) — *oe* por *ue*: *soerte*, *esfoerço*, *coerpo*, *boeluo*, *acoerdese*, *poerto* (p. 32). — Meros portuguesesismos ortográficos.

d) — *Tesoyrero*, *sey* (p. 32).

e) — Vacilação entre *o* e *u* acentuado : — *apontan*, *soma*, *ocorre*, *redonde*, em vez de *apuntan*, *suma*, *ocurre*, *redunde*.

f) — Ao contrário, *u* por *o* : — *custa* em vez de *costa*. — Indica também o Prof. Pidal *prunta* e *unce*, respectivamente por *pronta*, *once*, as quais, embora isso possa parecer estranho, não é improvável que sejam também portuguesesismos : — o português, pelo menos o de hoje, não diz nem *prunto*, nem *unce*, mas o *ô* de *pronto* e de *onze*, como o *ô* português de uma maneira geral, é tão fechado, que frequentes vezes observo que estrangeiros o interpretam por *u*. Em ditados, por ex., muitas vezes pude observar esse facto em alunos meus espanhóis na Universidade de Salamanca.

g) — Protónica a obscurecida em *e*, por influxo de um *r* : — *falerá*, *fallería*, *fallereys*, *parerá*, *pareran*, *afloxerá*, *fablerá*, *multipliquerá*, *incomperable*, *espereria* (p. 36), tudo respectivamente por *falará*, *fallaria*, *fallareys*, *parará*, *pararán*, *afloxará*, *hablará*, *multiplicará*, *incomparable*, *esperaría*. — Termina o Prof. Pidal dizendo : — «Igual inseguridad u poco dominio de la lengua, observada en el párrafo anterior ; y lo mismo en los siguientes».

Esta nota final parece-me inteiramente justa. A inicial, porém, não me parece bem : não creio que haja sido por influência do *r* que o *a* protónico dos exemplos acima indicados tenha passado para *e*. O que se nota em português é precisamente o contrário : o *r* faz passar o *e* para *a*, não se sabe porquê, como acontece em *amaricano*, *saratim*, *sará*, *sarau*, *jaral*, etc., respectivamente por *americano*, *seratim*, *será*, *serão*, *geral*.

O caso de Colombo, salvo melhor juízo, deve ser outro : — é que o referido *a* protónico é tão fechado, que mesmo um português de pouca cultura, pouco menos que analfabeto, é capaz de escrever *falerá* por *falará*. Não nos esqueçamos de que o *som*, que representamos por *e* átono em português, não é um *e*, como inculca a grafia,

mas um a extremamente fechado (Cf. os meus *Elementos para um tratado de Fonética Portuguesa*, § 74).

2 — *F o n t e s c o n s u l t a d a s*. — O presente estudo baseia-se nas seguintes obras:

a) — Duquesa de Berwick y de Alba, *Autógrafos de Cristóbal Colón*. Madrid, 1892.

b) — Idem, *Nuevos autógrafos de Colón*. Madrid, 1902.

c) — Cesare de Lollis, *Raccolta Colombina: Autografi di Cristoforo Colombo con prefazione e trascrizione diplomatica*. Roma, 1892.

d) — Angelo Boscassi, *Tre lettere autografe di Cristoforo Colombo conservate nel Palazzo Municipale di Genova. Ricordo offerto dal Municipio di Genova ai Signori Membri del Xº Congresso Internazionale di Navigazione di Milano, nell' occasione dela loro visita alla Città e al Porto di Genova, il 30 Settembre 1905*.

f) — *Viajes de Cristóbal Colón* de Fray Bartolomé de las Casas, publicados por M. Fernández de Navarrete na colecção *Viajes Clásicos*, n.º 18, Espasa-Calpe, Madrid, 1941.

g) — *Los cuatro viajes del Almirante y su testamento*, edición y prólogo de Ignacio B. Anzoategui. Buenos Aires, 1946, Espasa-Calpe, n.º 633 da Colección Austral.

h) — *El primer viaje de Cristóbal Colón*, Madrid, 1943, edição do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, feita sob a direcção do Capitão de Fragata D. Júlio F. Guillén.

i) — *La tavola di bronzo. Il Pallio di Setta. Ed il Codice Colomboamericano nuovamente illustrati per cura di Giuseppe Banchemo*. Genova, 1857.

j) — Ramón Menéndez Pidal, *La lengua de Cristóbal Colón*. Buenos Aires, 1944, 2.ª ed., Espasa-Calpe, n.º 280 da Colección Austral.

3 — *O s t e x t o s d e B a r t o l o m e u d e l a s C a s a s*. — Na edição acima citada das *Viagens*, p. 1, vem esta nota de Navarrete:

«Fray Bartolomé de las Casas, de cuya letra era el original de que se sacó esta cópia, poseyó muchos papeles escritos por el mismo Colón, con los cuales escribió su *Historia de Indias*, y compendió la relación de este viaje cual la publicamos, dejando íntegro el prólogo ò carta dirigida a los Reyes Católicos, que también insertó á la letra en el capitulo 36 de su *Historia* inédita. Al margen de esta copia puso Casas algunas notas, que hemos conservado con su nombre».

No texto de las Casas, tal como vem reproduzido nas edições, que tenho presentes, encontramos uma particularidade notável para o meu objectivo: quasi todo o texto tem aparência de ser prosa de las Casas, embora baseado no que teria escrito Colombo: das 145 páginas da primeira viagem da edição de Navarrete, só umas 21 são apontadas entre vírgulas dobradas como sendo de Colombo.

Estas últimas são as que mais particularmente me interessam. Contudo, além de poucas, convém dizer que essas páginas não devem inspirar total confiança para o meu objectivo, isto é, para servirem de base ao estudo da linguagem de Colombo. É de crer que a linguagem, que ali se publica, tenha sido muito corrigida por las Casas. É de crer que a linguagem de Colombo não tivesse sido tão correctamente castelhana. É de crer que os portuguesismos, que ali se encontram, não sejam todos os que ele teria empregado. Os portuguesismos, que ali se encontram, muito provavelmente ou são os que entraram na língua castelhana, ou são os que passaram despercebidos a las Casas, ou alguns que conscientemente las Casas teria respeitado por qualquer circunstância.

O texto do *Diário* tem duas partes distintas: uma, a mais pequena, diz las Casas que são palavras textuais de Colombo; a outra, a mais extensa, dá las Casas a entender que é prosa sua.

Creio que não devemos entender assim as coisas. Creio que, para os efeitos do presente trabalho, devemos partir do princípio de que nem a primeira parte é integralmente de Colombo, nem a segunda é integralmente de las Casas: creio que devemos considerar que as duas partes pertencem aos dois, deste modo: a primeira muito provavelmente é o original de Colombo *muito retocado* por las Casas; a segunda também é de Colombo, mas *retocadíssimo* pelo mesmo las Casas. Juntemos a tudo isto os retoques e os erros de cópia dos editores posteriores, e teremos:

Conclusão: — Os *Diários* de Colombo, tais como no-os apresenta las Casas, não são documentos dignos de fé incondicional para o estudo da linguagem de Colombo. É de crer que las Casas tivesse procurado castelhanizar tudo quanto lhe parecesse estranho na linguagem de Colombo. Uma coisa ou outra teria escapado, por descuido ou por desconhecimento de las Casas. São essas coisas que escaparam, que vou procurar exumar, compendiar e comentar aqui.

As seguintes palavras do Prof. Menéndez Pidal elucidam-nos muito sobre este ponto:

•El P. Las Casas, en su *Historia de las Indias*, al copiar textualmente escritos de Colón, nota reiteradas vezes que el Almirante

descubre en su manera de expresarse «ser natural de otra lengua, porque no penetra del todo la significación de los vocablos de la lengua castellana ni del modo de hablar de ella» (1.º, 137); «todas estas son palabras del Almirante con su humilde y falto de la propiedad de vocablos estilos, como que en Castilla no había nacido» (1.º, 42.º); en otras ocasiones escribe el P. Las Casas: «todas estas son palabras formales, aunque algunas dellas no de perfecto romance castellano, como no fuese su lengua materna del Almirante» (1.º, 48.º); «éstas son sus palabras, puesto que defectuosas cuanto a nuestro lenguaje castellano, el cual no sabía bien» (1.º, 151.º); «éstas son sus palabras y no muy polidas en nuestro romance, pero cierto no por eso dignas de despreciar» (1.º, 124.º).

«Es de advertir que en los trozos así censurados por Las Casas no echamos hoy de ver esos graves defectos de rudeza; pero la explicación será el referirse, ante todo, Las Casas a formas extrañas, como *acoerde* por *acuerde*, o *tesoyrero* por *tesorero*, que habrán sido corregidas por los copistas, y así no aparecen en el texto censurado. Además, como Las Casas habla siempre de castellano y de Castilla, nunca de español, se puede objetar que Colón faltaría a la propiedad castellana por ser gallego, leonés, o aragonés. Pero, no; Las Casas, a pesar de su impropio vocablo *castellano*, quiere excluir todas esas posibilidades, ya que piensa en la patria genovesa del Almirante. En este supuesto, se puede de nuevo objetar que Las Casas es mal testigo respecto de la exotividad del habla colombina. Las Casas era hombre arbitrario que afirmaba con vehemencia y sin escrúpulo cuanto le convenía a sus propósitos, y la misma insistencia con que trata de incorrecto el lenguaje de Colón, pudiera indicar un interés tendencioso; él, historiador doméstico al servicio de los herederos del Almirante, favorecía la causa de estos, notando reiteradas veces que Colón había recibido el extraordinario honor del Almirantazgo, no por concesión de los Reyes Católicos a un subordinado, sino por pacto «entre soberano y no subdito», como extranjero que era; y las censuras acerca del lenguaje vendrían a apoyar este punto de vista». (*La lengua de Cristóbal Colón*, ps. 11-12).

Do que fica exposto e do que adiante se lerá, se vê que são insub-sistentes estas palavras que o Capitão de Fragata D. Julio F. Guillén escreveu no *Prólogo* da sua edição do *Diário* da primeira viagem de Colombo:

«Sobre su lexico (de Colombo), ya que salió a relucir, tendremos ocasión de tratar más adelante y en razón de cada voz que lo precise;

mas, en general, lo encontramos perfecto y en algunos pasajes tan apropiado y tan en carácter, que, por lo menos en esta transcripción de Las Casas, le concedemos fuerza de autoridad, tal vez sin portuguesismos y con alguna que otra reminiscencia de la lengua de las galeras, tecnicismos del Mediterráneo».

4—*A nacionalidade de Colombo*.— Quanto à nacionalidade de Cristóvão Colombo, muito se tem escrito. Não me proponho aqui buscar a solução do problema, nem mesmo compendiar o que sobre a matéria se tem dito.

Aqui o que pretendo dizer é apenas isto:—pela natureza dos seus portuguesismos, Colombo não era português, ou, se o era, ele não teria falado a língua portuguesa como língua materna:—os portuguesismos, que emprega Colombo, não são dos que denunciam um português a falar ou a escrever o castelhano. — Esta é a conclusão a que me leva o exame dos escritos considerados autênticos de Colombo, bem como dos que aqui e ali teriam sido alterados pelos editores através dos tempos.

O Prof. Menéndez Pidal refere alguns factos, que corroboram este critério, mas, a meu ver, não cita os mais decisivos.

Nas ps. 23-24 do seu opúsculo *La lengua de Cristóbal Colón*, diz o Prof. Pidal: «...; pero a la vez el uso de *le* por *les*, confusión en el uso del pronombre muy frecuente en los escritos del Almirante, nos indica que no manejaba como lengua propia el portugués, aunque lo hablase quizá más corrientemente que el castellano.

«Otros muchos portuguesismos como éstos de que Colón echaba mano cuando no hallaba la palabra española asemejan mucho su lengua a la de los portugueses castellanistas, pero ofrece respecto de éstos otra diferencia notable, además del mal uso del pronombre *le* que acabamos de notar. Cualquiera que haya leído algunos escritos de esos portugueses echará de menos entre los lusismos de Colón el idiotismo más típico, el que ningún portugués castellanizante es capaz de desarraigar de su español: me refiero al uso del infinitivo flexionado al igual que el futuro de subjuntivo, para concordarlo con la persona sujeto. Duarte Brito escribe: «Por *seres* de mi querida, eres menos piadosa», poniendo *seres* en vez de *ser*, porque el sujeto es persona Tú, e igualmente escribe: «por *mostrares* tu poder», en vez de *mostrar*; y siendo sujeto la persona Ellos, escribe don Juan Manuel: «*seren* mis ojos testigos»; o siendo el sujeto Vos, pone Fernam Brandam «por *dardes* cuydado». Lo mismo hacen Gil Vicente y todos los portugueses que entonces escriben español; pero

Colón, no. Ese infinitivo es algo tan puramente portugués, que resulta incomprensible al español, al italiano y a las demás lenguas románicas. Colón no lo comprendía, porque no tenía el portugués como lengua materna.

«Colón hablaría, pues, sin duda, el portugués, pero no penetraba sus más peculiares idiotismos, y además no parece que haya aprendido a escribirlo. Sabido es que la escritura de un idioma, por muy sencilla que sea su ortografía, necesita un aprendizaje por el oído y por la lengua. El aprendizaje de la pluma no lo hizo Colón, por lo visto, sino respecto del español y del latín».

Não há dúvida de que a ausência de formas do infinito pessoal nos seus escritos é um sintoma importante, decisivo, de que Colombo não manejava como própria a língua portuguesa.

Mais notável que isso, a meu ver, é a ausência daquelas palavras comuns às duas línguas pela forma, mas de significações diferentes, quando não opostas, que são o maior escolho em que esbarram os portugueses ao quererem utilizar a língua castelhana.

Da leitura que até hoje fiz dos biógrafos e mais particularmente dos escritos de Colombo, inclino-me fortemente a crer que o descobridor da América era um judeu espanhol, provavelmente castelhano, nascido em Génova. Provavelmente filho de pai castelhano e de mãe judia, ou vice-versa, mas não catalão.

O que diz D. Salvador Madariaga no seu muito bem feito e bem documentado livro *Vida del muy magnífico Señor Don Cristóbal Colón*, Buenos Aires, 1947 (4.^a ed.), é, a meu ver, digno de se meditar. Só me faz hesitar a teoria da origem catalã da família de Colombo (Cf. Luis Ulloa, *Cristophe Colomb Catalan*, Paris, 1927).

II

5—*Nota prévia*. — A seguir vou apresentar uma série de portuguesismos empregados por Colombo, acompanhados de todos os elementos de abonações e de crítica, que estiverem ao meu alcance. — Adoptarei a ordem alfabética por ser a mais adequada à consulta rápida.

6—*Abondancia*. — Pidal, p. 37, por *abundancia*. Trata-se de um portuguesismo de ortografia, como muitos mais, que veremos no decurso deste inventário.

7 — *A c o r d a r*. — Pidal, p. 32. — Encontramos a forma *acordome* por *acuerdome* na p. 210 da 3.^a viagem da ed. de Navarrete. O Prof. Pidal aponta as formas: *acorda*, *acorde*, a par de *acoerdate*, *acoerden*, *acoerdese*, *acoerdes*, em vez respectivamente de *acuerda*, *acuerde*, *acuerdate*, *acuerden*, etc., com *u* em vez de *o*.

8 — *A f l o x e r á*. — Pidal, ps. 20 e 36, por *afloxará*. Veja-se o comentário do § 1, g), onde figuram outras formas do mesmo tipo, como *fallerá*, *parerá*, etc., que estão respectivamente por *fallará*, *parará*.

9 — *A l i*. — Encontramos esta forma, em vez de *alli*, nas ps. 7, 13 e 15 dos *Nuevos autógrafos* da Duquesa de Berwyck y de Alba. Cf. também as *Tre lettere*.

10 — *A l l o n g o d e*. — Encontramos esta expressão uma vez na relação de 20 de Outubro da primeira viagem: «... el viento me fué tan escaso que yo nunca pude haber la tierra *al longo de* la costa, salvo en la noche;...». Na relação de 14 de Outubro, porém, lê-se: «En amaneciendo mandé aderezar el batel de la nao y las barcas de las carabelas, y fué *al luengo* de la isla...».

Nas relações de 24 de Novembro, de 4, de 7 e de 9 de Dezembro encontramos as seguintes formas: «..., y hace fuera una restinga *al luengo* de la dicha montaña,...»; «Hizose á la vela con poco viento, y salió de aquel puerto, que nombró Puerto Santo; á las 2 leguas vido un buen rio, de que ayer habló; fué *de luengo* de costa y corriase toda la tierra,...»; «De alli navegó al Leste *luengo* de costa hasta el Cabo Cinquin,...»; «..., y hacia dentro *en luengo* va 3.000 pasos,...».

11 — *A p l a z*. — Pidal, p. 42, por *aplaze*, *aplace*. Apócope verbal como em *díz*, *faz*, *quer*.

12 — *A p o n t a n*. — Pidal, p. 35. En castelhano seria *apuntan* de *apuntar*.

13 — *A q u e l l e s*. — Pidal, p. 40, aponta as formas *esses*, *estes* e *aquelles*, que por vezes empregou Colombo em lugar das castelhanas *esos*, *estos* e *aquellos*. — Nos *Nuevos autógrafos* da Duquesa de Alba, p. 14, aparece a forma *aqueia*, só com um *l*, o que também deve ser portuguesismo (Cf. §§ 51 e 55).

14 — *A t a m e n t o s*. — Pidal, ps. 20 e 33, por *atamiento*. — Fenómeno análogo encontramos em *aviamento* (§ 15), *naçimento* (§ 81) e *pagamento* (§ 87).

15 — *A v i a m e n t o*. — A Academia Espanhola só regista a forma *aviamiento*. O comentário feito à forma *pagamento* (§ 87), é aplicável a esta, que se encontra uma vez na relação de 26 de Dezembro da 1.^a viagem. Na de 25 de Dezembro aparece também uma vez a forma *aviamiento*, que não sei se será de Colombo, se de las Casas, se de Navarrete, ou de qualquer editor posterior.

16 — *B a r l o v e n t o*. — Incluo aqui esta forma, assim como *sotavento* (§ 121), com dúvida para subsequente estudo, na lista dos prováveis portuguesismos existentes no castelhano, e usados por Colombo.

Covarrubias regista a forma *barlavento*, dizendo: «*Término náutico, y barlaventar la nave es dexarla ir a donde el viento la quiere bornear y llevar*». — Nebrissa regista a forma *barlovento*.

A Academia Espanhola dá *barlovento* desde a 2.^a ed. pelo menos. Não tenho presente a 1.^a. Na 13.^a diz: «(Del fr. *par le vent*)», opinião que mantém nas seguintes.

Antenor Nascentes, *Dic.*, limita-se a dizer: «A Academia Espanhola deriva o esp. *barlovento* do fr. *par le vent*». Este laconismo significa que Antenor Nascentes não encontrou nenhuma hipótese sobre o étimo da forma portuguesa.

Creio que esse fr. *par le vent* não passa de uma criação arbitrária, uma criação *ad hoc*, uma criação forçada, embora pouco filológica, para justificar um étimo para a forma *barlovento*.

A expressão *estar a barlavento*, a que corresponde a castelhana *estar a barlovento*, traduz-se em francês por *être au vent*, como *estar a sotavento* se traduz por *être sous le vent* (Cf.: alemão *am Winde liegen*, e *unter Wind liegen*; e inglês *to be to windward*, e *to be to leeward*). Em italiano há *essere al vento*, e *essere sottovento*.

Pelo menos aparentemente há em *barlavento* e *barlovento*, como o há em *sotavento*, o elemento *vento*. Se tal elemento não é apenas aparente, mas real, como julgo ser incontestável, começamos por estranhar o facto de ter o castelhano *barlovento* e *sotavento*, e não *barlovento* e *sotaviento*, visto que no castelhano se diz *viento* e não *vento*, como em português.

O italiano traduz *barlavento* por *sopravvento*, se bem que tenha *barlaventiere*, que pode muito bem ser adaptação do português *bar-*

laventear, escrito assim, mas pronunciado *barlaventiar*, ou, menos provavelmente, do castelhano *barloventear*. — Para *sotavento* (Cf. § 121) tem o italiano *sottovento*, mas a par não tem *sotaventiare*, nem *sottoventiare*, que eu saiba.

No *Diário* da primeira viagem de Colombo encontramos pelo menos três vezes a forma *barlovento*, nas relações de 25 de Dezembro, 7 e 9 de Fevereiro. Encontra-se ali também *sotavento* duas vezes nas relações de 16 de Fevereiro, e 27 de Março; e outras duas vezes *sotaviento*, nas relações de 13 de Novembro e 15 de Dezembro.

Neste momento não me é possível ir mais longe, mas creio muito provável que na formação de *barlavento* o elemento *barl-* seja o mesmo que se encontra em *balroa* e *barloa* (?) e *abalroar*, de origem ainda por determinar de um modo convincente. Quanto a *sotavento*, veja-se o comentário do § 121.

17 — *B o e l u o*. — Pidal, p. 32, por *bueluo* (*vuelvo*). — Trata-se de um portuguesismo de ortografia, muito corrente em Colombo. O mesmo se observa em *acoerdo* (§ 7), *coerpo* (§ 27), *poerto* (§ 93), etc.

18 — *B o y*. — Pidal, ps. 20, 21 e 43, por *buey*.

19 — *C a l m e r í a*. — Pidal, p. 22, por *calma*.

20 — *C a m p i ñ a*. — Tratei desta forma no § 21 da minha *Crítica Etimológica* (4.º artigo), *Boletim de Filologia*, IX. Encontra-se essa forma nas relações de 6 e 16 de Dezembro, e 9 e 11 de Janeiro da primeira viagem de Colombo.

21 — *C a r g a z ó n*. — Tratei desta forma, bem como de outras terminadas em *-azón*, como *cerrazón*, *virazón*, etc., no citado 4.º artigo da minha *Crítica Etimológica*. — A forma *cargazón* encontramos-a no *Memorial da segunda viagem*, inserto nas *Viajes* de Navarrete, p. 196.

22 — *C a y a n*. — Pidal, p. 25, por *caigan*.

23 — *C e o t i s*. — Navarrete tem esta nota aposta à relação de 13 de Outubro: «Por *Ceoti* o *cepti*, moneda de Ceuta que corria em Portugal».

Não conheço nem a forma *ceoti*, nem a *cepti*, indicadas por Navarrete. O que havia era *ceitil*, cujo plural era *ceitis*, palavra derivada de *Ceita*, forma arcaica de *Ceuta*.

Convém transcrever para aqui o que a respeito desta palavra diz Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidário*:

«*Ceitil*. Moeda de cobre, que fez lavrar El-Rei D. João I. em memória da Cidade de *Ceita*, *Septa*, ou *Ceuta*, que conquistou aos Mouros. Valia a sexta parte de hum real dos que agora usamos, que consta de seis *Ceitis*. Continuou este dinheiro até El-Rei D. Sebastião, e algum tempo depois, em Guimarães, e outras partes do reino, até que de todo se extinguirão. Tinha esta moeda no anverso as armas de Portugal, e no reverso huma Cidade ao longo da agua. Persuadirão-se alguns, que se devia nomear *Seitil*, como derivado de *Sextil*, moeda dos Romanos, e que fazia a sexta parte de um *adarme*: outros, que se disse *Ceitil*, como quem dissera *Settil*; por quanto sete moedinhas destas fazião hum real de cobre, a que chamávão *óbolo*, que se compunha de sete *Dinheiros Tornezes*. Porém os nossos *Ceitis* não conhecem outra origem, que a tomada de *Ceuta*, nem o real de cobre, ou real branco Portuguez valeo já mais sete *Ceitis*, mas sim, e unicamente seis».

24 — *C e r r a z ó n*. — Desta palavra tratei no § 29 do meu 4.º artigo *Crítica Etimológica*, já citado. Cf. supra *cargazón*, § 21. — Encontramos a forma *cerrazón* nas relações de 18 de Setembro, 17 e 24 de Outubro, 28 de Novembro, 7 de Dezembro, e 16 e 21 de Fevereiro do *Diário* da 1.ª viagem.

25 — *C h o z a*. — No *Memorial da 2.ª viagem*, inserto na ed. de Navarrete, p. 193, vem esta palavra, de que tratei na minha *Crítica Etimológica*, 1.º artigo, § 42.

26 — *C o e n t a*. — Pidal, p. 18, por *cuenta*. Trata-se de um portuguesismo ortográfico do tipo *boeluo* (§ 17).

27 — *C o e r p o*. — Pidal, ps. 20, 21 e 32, por *cuerpo*. Outro caso de ortografia paralelo ao de *boeluo* (§ 17).

28 — *C o n t e c i l l a s*. — Na relação de 16 de Outubro da 1.ª viagem lê-se: «Yo a cada uno le mandaba dar algo, es á saber, algunas *contecillas*: ...». — Nas relações de 21 e 22 de Outubro encontra-se a forma *cuentecillas*, e nas de 3 e 17 de Dezembro aparece a

forma *contezuela*. — A Academia Espanhola diz : «*Conta*. (Del port. *conta*, cuenta). f. ant. *Cuenta*».

29 — *C o n s i n t e n*. — Pidal, p. 42, por *consienten*. Cf. *sinten*, § 117.

30. — *C o r d a*. — A Academia Espanhola regista a expressão marítima *estar a la corda*, sobre cuja origem diz ser : «(Del cat. *corda*, cuerda)». Não contesto esta opinião. Aqui limito-me a perguntar se não deveríamos dizer : «(Del port. *corda*, cuerda)». Na linguagem marítima portuguesa existe a expressão *estar à corda*. Em catalão não sei se existe expressão análoga. O *Diccionari de la Llengua Catalana* de D. Pere Labernia y Esteller, bem como o *Diccionari Català il·lustrat* de E. Vallès, não me orientam sobre o assunto, nem na palavra *corda*, nem na palavra *estar*.

O *Diário* de Colombo emprega a expressão *estar à la corda* várias vezes. Encontramo-la, por ex., nas relações de 11 de Outubro, de 13 e de 27 de Novembro, e de 5 e 25 de Dezembro.

Na relação de 11 de Outubro diz : «*Amañaron todas las velas y quedaron con el treo, que es la vela grande y sin bonetas, y pusieronse á la corda temporizando hasta el dia Viernes...*».

O Capitão de Fragata D. Júlio Guillén em nota a este passo esclarece : «*Ponerse á la corda es ponerse al paio ó atravesado para no andar ni decaer del punto en que se está*».

Na relação de 21 de Fevereiro há : «*Estuvo a la corda toda esta noche, con muy mucha tormenta y grande peligro y trabajo...*».

31 — *C o r r e d i o*. — Encontramos esta forma uma vez na relação de 13 de Outubro : «...; los cabellos no crespos, salvo *corredios* y gruesos como sedas de caballo...».

Na carta escrita *al escribano de racion*, inserta no volume *Viajes de Navarrete*, p. 152, lê-se : «...; mas antes es toda gente de muy lindo acatamiento, ni son negros como en Guinea, salvo con sus cabellos *correndios*, y no se crián adonde hay espeto demasiado de los rayos solares ;...».

A este passo apõe Navarrete esta nota, que me não parece justa : «*Espeto*, en lo antiguo, era lo mismo que *asador*. Aqui lo usa el Almirante por *calor*». — A palavra *espeto* ainda hoje é corrente em português no sentido de assador. Não vejo bem clara a razão do emprego da palavra *espeto* no passo transcrito.

Pidal, p. 22, diz : «En su diario, Colón describe a los indios con

los cabellos *corredios*, usando el adjetivo português que quiere decir *lisos o lacios*».

A forma *corredio* é ainda hoje vulgar no português. A sua formação é da mesma natureza que a dos seguintes vocábulos: *alvadio*, *lavradio*, *escorregadio*, *reinadio*, *passadio*, *regadio*.

32 — *C o r r e u*. — Pidal, p. 37, por *correo*.

33 — *C r i m e s*. — Pidal, ps. 22 e 44. Neste último lugar comenta: «y le den por libre de todos los *crimes*», 1500 (Nuevos Autogr., pág. 31), português *crime*, *crimes*. O castelhano tem *crimen*, *crímenes*.

34 — *C u a l q u e r a*. — Pidal, p. 20, por *cualquiera*. — Cf. *quera* (§ 101) e *requeren* (§ 105) .

35 — *C u s t a*. — Pidal, p. 35, por *costa*.

36 — *D e p i e n d e*. — Pidal, ps. 22 e 34. Neste último lugar comenta: «Ultracorrecciones por huir del portuguesismo: «Todo el bien y descanso *depiende* de aquel verdadero Redemptor nuestro», 1501 (Nuevos autogr., pág. 14)». — Cf. o comentário a esta doutrina feito no § 1, b).

37 — *D e r r a r*? — No final da relação de 16 de Outubro lê-se: «Ovejas ni cabras ni otra ninguna bestia vide, aunque yo he estado aqui muy poco, que es medio dia; mas si las hobiese no pudiera *errar* de ver alguna».

Errar? Não compreendo. Não estará essa forma por *derrar*, e esta por *dejar*? A passagem do *j* a *rr* ali teria a mesma explicação que dei no § 28 da minha *Crítica Etimológica* (1.º artigo), a respeito da passagem do castelhano *empujar* para o português *empurrar*.

Não seria de estranhar que Colombo nunca tivesse conseguido pronunciar com rigor o *j* castelhano: como italiano de nascença, não seria impossível que ele transformasse o *j* em *k*; um meio termo entre o *j* castelhano e o *k*, isto é, entre a fricativa *j* castelhana e a oclusiva *k*, ambas velares, é o *rr* múltiplo velar.

Se é certo que onde vemos *errar*, primitivamente esteve *derrar*, é fácil de ver que, não sabendo o que era esse *derrar*, las Casas ou Navarrete, ou qualquer editor posterior, tivesse raspado o *d* inicial para, ao menos, ficar uma palavra conhecida, *errar*, embora com ela a frase ficasse na mesma incompreensível.

Conheço um português, que vive em Espanha há mais de vinte anos e que, apesar disso, quando fala espanhol sempre pronuncia *derrar*, *horra*, *rrerez*, *rrente*, etc., com *rr* múltiplo nitidamente velar, em vez respectivamente de *dejar*, *hoja*, *Jerez*, *gente*. — Cf. adiante *errar*, § 50.

38 — *D e s c o b r i ó*. — Pidal, p. 37, por *descubrió*.

39 — *D e s e u*. — Pidal, ps. 21 e 37, por *deseo*.

40 — *D e s i m p a r a r*. — Pidal, ps. 20 e 36, por *desemparar*.

41 — *D e s p o i s*. — Pidal, p. 19, comenta: «El adverbio *después* se halla siempre (dos veces en total) con terminación gallego-portuguesa: «*viníó Sen dos años despois de los ciento sobre dichos, y despois del diluio estonces ingendró Arfaxat*».

42 — *D e s p u s o*. — Pidal, p. 37, por *dispuso*.

43 — *D e v i n o*. — Pidal, p. 37, por *divino*.

44 — *D i l i t o*. — Pidal, p. 37, por *delito*.

45 — *D i s e*, *d i s e r o n*, *d i s e r e n*, *d i s o*. — Pidal, p. 38.

46. — *D i z*. — Pidal, p. 41, por *dice*, de *decir*.

47 — *D o c a d o s*. — Pidal, p. 37, por *ducados*.

48 — *E m b e d i o s o*. — Pidal, p. 37, por *imbidioso*.

49 — *E m p o s i b l e*. — Pidal, p. 37, por *imposible*.

50 — *E r r a r*. — Como deixei dito no § 37, no final da relação de 16 de Outubro lê-se: «Ovejas ni cabras ni otra ninguna bestia vide,... mas si las hobiese no pudiera *errar* de ver alguna».

Na carta escrita al escribano de racion, inserta no volume *Viajes*, de Navarrete, p. 148, lê-se: «...; y como no falle asi villas y lugares en la costa de la mar, salvo pequeñas poblaciones, con la gente de las cuales non podia haber fablas, porque luego fuian todos, andaba

yo adelante por el dicho camino, pensando de non *errar* grandes ciudades e villas;...».

Salvo melhor juízo, em nenhum desses passos a forma *errar* corresponde ao *errar* da latim *errare*. Tenho a impressão de que estamos em presença de dois portuguesismos diferentes entre si, e particularmente interessantes sob o aspecto fonético.

No primeiro passo, se se provasse o que sugiro no § 38, teríamos: *errar* < *derrar* < *dejar*; — no segundo passo teríamos: *errar* < *arrar* < *ajar* < *achar* (port.).

51 — *E s e s*. — Pidal, ps. 21 e 40, por esos. (Cf. §§ 13 e 55).

52 — *E s f o e r ç o*. — Pidal, p. 32, por *esfuerço*.

53 — *E s p e r a s*. — Na relação de 24 de Outubro encontramos este passo: «... es la isla de *Cipango*, de que se cuentan cosas maravilhosas, y en las *esperas* que yo vi y en las pinturas de mapamundos es ella en esta comarca,...».

Navarrete comenta: «Acaso por *esferas*». — Guillén diz: «*Esferas* o globos terráqueos; también los llamaban *pomas*».

No português arcaico é bem conhecida a forma *espera* por *esfera*. Ainda hoje há em Lisboa uma rua chamada «Travessa da Espera».

Na sua *Historia del Almirante Don Cristóbal Colón*, p. 32 da ed. de Victoriano Suárez, Madrid, 1932, publica Hernando Colón uma carta do pai dirigida aos Reis Católicos em 1501, onde se lê: «...; de Astrologia me dió lo que abastaba, y así de Geometria y Aritmética, e ingenio en el ánima y manos para debujar esta *espera*, y en ella las ciudades,...» — Ao fundo da página vem esta nota: «Colón escribía *espera*, por *esfera*», que não sei se pertence a Hernando Colón, se ao editor (1).

54 — *E s p e r e r i a*. — Pidal, p. 36, por *esperaria*. Veja-se o comentário do § 1, g).

(1) Incluí aqui a forma *espera*, mas muito provavelmente sem razão: não deve tratar-se de um portuguesismo, mas de uma forma do lat. vulgar, visto que a encontramos em outras línguas românicas.

Lopez de Gómara, *Hist. General de las Indias*, Espasa-Calpe, Madrid, 1941, emprega várias vezes a forma *hemisperio*. Cf. vol. I, ps. 12, 18, 20, 73,...

Bloch, *Dict.*, s. v. *sphère*, diz: «... 1546 (Rab.; antér. *espère*, depuis le XIII^e s. (J. de Meung);...».

Em italiano também havia as formas *espera* e *hemispero*.

55 — *E s t e s*. — Pidal, p. 40, por *estos* (Cf. §§ 13 e 51).

56 — *F a b l e r á*. — Pidal, p. 36, por *hablará*. Veja-se o comentário do § 1, g).

57 — *F a l l e r á e f a l l e r í a*. — Pidal, p. 36, por *fallará e fallaria*. Veja-se o comentário do § 1, g).

58 — *F a l l o*. — Pidal, ps. 21 e 43. Neste último lugar comenta: «el boy que falló» por «el buey que habló», 1502 (Autogr. Racc., página 108₃), siendo la lectura de *fallo* indudable, sin posible confusión con «fabló», claro es que Colón no pronunciaria *ll* castellana, sino *l...*».

59 — *F a m e*. — Pidal, ps. 25 e 43, por *hambre*. Cf. infra *Sed*, § 110.

60 — *F a z*. — Pidal, p. 41, por *face, hace*.

61 — *F e n i d a e f e n y t o s*. — Pidal, p. 37.

62 — *F e x o e s*. — Creio fora de dúvida que isto é a castelhanização da forma portuguesa *feijões*, plural de *feijão*.

A forma *fexoes* aparece uma vez na relação de 6 de Novembro, a que Navarrete apõe esta nota: «Lo mismo que *fréjoles* ó *judías*». Na relação de 4 de Novembro vem a forma *faxones*.

O latim *phaseolus* encontra-se assim representado nas linguas românicas: *feijão* (port.), *fréjol* (cast.), *fesol* (catal.), *fagiuolo* (it.), *flageolet* (fr.).

63 — *F u g i r*. — Na relação de 15 de Outubro lê-se: «Yo bien creí que todo lo que decían era burla para se fugir», passo a que Guillén apõe esta nota: «*Fugir* puede ser italianismo o catalanismo». E por que não portuguesismo?

Na mesma relação encontramos várias formas com *f* e *g*, como *fugió, fugeron, fugido*. Também na relação de 21 de Outubro há *fugido*.

Pidal, p. 44, aponta: *fugió* «fugieron como gallinas», fugir, 1492 (Autogr. Racc., págs. 28₁₈₂₁ y 50₂₅).

64 — *H a z*. — Pidal, p. 41, por *hace, de hacer*.

65 — *Impresa*. — Pidal, p. 36, por *empresa*.

66 — *Incobriera*. — Pidal, p. 36, por *encubriera*.

67 — *Incomperable*. — Pidal, p. 36, por *incomparable*. — Veja-se o comentário do § 1, g).

68 — *Increspan*. — Pidal, p. 36, por *encrespan*.

69 — *Ingendró*. — Pidal, p. 36, por *engendró*.

70 — *Ingente*. — Na relação de 13 de Março da 1.^a viagem lê-se: «Hoy, á las ocho horas, con la marea *ingente* y el viento Nornoroeste, levantó las anclas y dió la vela para ir á Sevilla».

Navarrete comenta: «*Ingente*, adj. ant. Lo que es muy grande. Acaso quiso decir Colón que la marea era de mucha grandeza ó creciete». — Guillén é menos explícito, mas mais categórico nesta nota: «Marea entrante; lo contrario era jusente».

Creio fora de dúvida que aquela forma *ingente* outra coisa não é que a portuguesa *enchente*, escrita, digamos assim, à castelhana.

Em português há *maré enchente* e *maré vazante*. A expressão *maré enchente* (do v. *encher* = *llenar*, cast.) designa o período durante o qual a maré *vai enchendo*. Quando atinge o máximo, diz-se *maré cheia* ou *preiamar*, de *plena mare*. A forma castelhana *pleamar*, como deixei dito no § 69 da minha *Crítica Etimológica* (4.^o artigo), deve ser uma castelhanização da forma portuguesa *preiamar* ou *preamar*. (Cf. Santos Ferreira e Ferreira de Serpa, Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colón), Lisboa, 1930, p. 90).

71 — *Ingorda*. — Pidal, ps. 20 e 36, por *engorda*.

72 — *Intenda*. — Pidal, ps. 20, 22, 33 e 36, por *entienda*.

73 — *Isléo*. — Encontramos esta forma em vários passos do *Diário* de Colombo, como nas relações de 17, 19 (3 vezes), 21 e 22 de Outubro. — Creio que estamos em presença da castelhanização da forma portuguesa *ilhéu*.

A origem da forma portuguesa *ilha* não está ainda definitivamente explicada, pois que regularmente o latim *insula* só poderia dar *insoa*, como deu.

Sobre o aparecimento da forma *ilhéu* também não podemos

ainda falar em tom categórico. Nada disto, contudo, obsta a que admitamos, como muito provável, que a forma *isleo*, empregada por Colombo, seja a adaptação ao castelhano da forma portuguesa *ilhéu*.

74 — *L o b a d o* . — Pidal, ps. 21 e 44. Neste último lugar comenta: «*lobado* Nuestro Señor», 1504 (Autog. Racc., p. 31²⁹), cruce del português *louvar* y del español *loar*».

75 — *M a m e s* . — Encontramos esta forma nas relações de 4 e 6 de Novembro. A par desta aparece também *niames* (§ 3). Hoje diz-se em castelhano *ñames*, forma de que tratei no § 52 da minha *Crítica Etimológica* (4.º artigo).

Não vejo clara a formação de *mames* para ser um derivado do português *inhamé*, a não ser se se trata de um erro de cópia, isto é, que se tivesse lido mal *niames*, tomando *ni* por *m*. — Para complemento veja-se o comentário feito a *niames*, § 83.

76 — *M a n e g u e t a* . — Aparece esta forma uma vez na relação de 1 de Janeiro. Na relação de 9 do mesmo mês refere-se Colombo à «costa da Maneguetta». — Veja-se o que sobre esta palavra disse no § 99 da minha *Crítica Etimológica* (2.º artigo).

77 — *M a r t i r e z a r o n* . — Pidal, p. 37, por *martirizar*.

78 — *M i s i r i c o r d i a* . — Pidal, p. 37, por *misericordia*.

79 — *M u l t e t u d e* . — Pidal, p. 37, por *multitud*.

80 — *M u l t i d u m b r e* . — Pidal, p. 43, comenta: «...; *multidumbre*, 1492 (Scritti Racc., I, pág. 39¹⁵), cruce del português *multidão* y del español *muchedumbre*». — Não será antes um cruzamento das duas formas espanholas *multitud* e *muchedumbre*?

80 a — *M u l t i p l i q u e r á* . — Pidal, p. 36, por *multiplicará*. — Veja-se o comentário do § 1, g).

81 — *N a c i m e n t o* . — Pidal, p. 18, por *nacimiento*. — Veja-se o comentário do § 1, a).

82 — *N a r i z* . — Pidal, p. 40, comenta: «Género: *el nariz*,

1492 (Sritti Racc., I, páginas 17_s, 21_o, 24_{2o}, 28₂₃); *la nariz* (ibid., página 18₇); *un señal* (ibid., pág. 69₁). En português son masculinos tanto *nariz* como *sinal*; el italiano *narice* es femenino como el español, pero *segnale* es masculino».

83 — *N i a m e s*. — Aparece esta forma nas relações de 13 e 21 de Dezembro da 1.^a viagem. A par dela encontra-se a forma *ma-mes* (§ 74). Hoje diz-se em castelhano *ñames*, forma de que tratei no § 52 da minha *Crítica Etimológica* (4.^o artigo).

Navarrete apõe a nota seguinte ao passo do dia 13: «*Niames* o *ñames* eran los *ajes*, especie de batatas, de cuyas raices hacian pan y tenían el sabor o gusto de las castañas. Así lo dicen más adelante, en los dias 16 y 21 de Diciembre. Tambien llamaban *cazabi* al pan que hacian de la raíz de la planta llamada yuca (Vease Oviedo en el capitulo 5.^o de su *Hist. nat. de las Indias*)».

O passo da relação do dia 16, a que se refere Navarrete, é este: «Tienen sembrado en ellas *ajes*, que son unos ramillos que plantan, y al pié de ellos nacen unas raices como zanahorias, que sirven por pan, y rallan y amasan y hacen pan dellas, y despues tornan á plantar el mismo ramillo en otra parte y torna a dar cuatro ó cinco de aquellas raices, que son muy sabrosas, propio gusto de castañas. Aqui las hay las mas gordas y buenas que habia visto en ninguna parte, porque tambien diz que de aquellas habia en Guinea».

84 — *N i n g u n*. — Pidal, p. 38, comenta: «Final -o perdida tras -n: «esto es causa que se diga que quien sirve a comun no sirve a ningun». (Autogr. Racc., pág. 34₁₀). Forma asturianoleonese; port. *nenhum*». — Em nota acrescenta: «Puede leerse también *nígun*, como hace la Raccolta; yo interpreto la tilde final sobre la *u* como valedera también para la *i*. Era frecuente una tilde doble hacerle simple».

Do texto, tal como está redigido, deduz-se, salvo erro, que para o Prof. Pidal não estamos em presença de um portuguesismo, mas de um asturoleonismo: a indicação da forma portuguesa é só para estabelecer o confronto.

Quanto ao critério exposto na nota, não o vejo bem claro. A ausência da nasalidade no *i* aproxima mais da portuguesa a forma empregada por Colombo. Com efeito, pelo menos na pronúncia ho-dierna, a forma *nenhum*, pronunciada corrente e desafectadamente, não se distancia muito de *nium*. Corroborá isto a coexistência das formas *ñame* e *niame* indicadas no § anterior.

Nigun pode muito bem ser o resultado de um cruzamento da forma portuguesa *nenhum* = *nium* e da castelhana *ninguno*.

85 — *O b e* . — Pidal, ps. 20 e 43, por *hubo*, de *haber*.

86 — *O c o r r e* . — Pidal, ps. 20 e 35. Neste último lugar documenta: «io que al presente me ocorre que se ha de hazer», 1504 (Autogr. Racc., pág. 29), português *ocorrer*. Em castelhano é *ocurre*, de *ocurrir*.

87 — *P a g a m e n t o* . — A Academia Espanhola dá esta forma como tirada, dentro do próprio castelhano, de *pagar*. Será assim? Não será só *pagamiento* a legítima forma castelhana?

Como vimos no § 1, Menéndez Pidal aponta como portuguesismos as formas *atamento* e *nascimento*, usadas por Colombo em vez respectivamente de *atamiento* e *nacimiento*. Cf. *salvamento*, § 109.

A forma *pagamento* encontramos-la uma vez na relação de 16 de Outubro da 1.^a viagem.

88 — *P a r e r á* e *p a r e r á n* . — Pidal, p. 39, por *parará* e *pararán*. Veja-se o comentário do § 1, g).

89 — *P e r i g o* . — Aparece esta forma nas ps. 26, 27 e 28 dos *Nuevos autógrafos* da Duquesa de Alba. — Creio que não pode haver dúvida de que estamos em presença da forma portuguesa *perigo*. A forma castelhana é *peligro*.

90 — *P e r t e n c e* . — Vê-se esta forma uma vez nas *Tre lettere...* de 21-3-1502. Na ed. de Banchero vem *pertenece*, mas o que eu leio no texto *facsimile* é *pertence*.

91 — *P i j o t a s* . — Desta forma tratei no § 68 da minha *Crítica Etimológica* (4.^o artigo). — Encontramo-la uma vez na relação de 11 de Dezembro da 1.^a viagem.

92 — *P i t i c i o n* . — Pidal, ps. 36-37, por *petición*.

93 — *P o e r t o* . — Pidal, ps. 21 e 32, por *puerto*.

94 — *P r i e t o* . — Vemos esta forma nas relações de 11, 13 e 22 de Outubro, e 16 de Dezembro: «...; dellos se pintan de *prieto*,

y ellos son de la color de los canarios, ni negros, ni blancos, y dellos se pintan de blanco,...»; «..., y todos de la frente y cabeza muy ancha, mas que otra generacion que fasta aqui haya visto, y los ojos muy fermosos y no pequeños, y ellos ningun *prieto*, salvo de la color de los canarios,...»; «..., así desnudos y así pintados, dellos de blanco, dellos de colorado, dellos de *prieto*, y así de muchas maneras»; «Y los arboles de allí diz que eran tan viciosas que las hojas dejaban de ser verdes y eran *prietas* de verduras».

Este *prieto* não será a castelhanização do *preto* (= *negro*) português, cujo étimo não está aclarado? — E qual será a origem do apelido espanhol *Prieto*? Aqui ficam exaradas estas dúvidas para as resolver quem puder.

95 — *P r i o l*. — Aparece esta forma nas pgs. 13, 14 e 16 dos *Nuevos Autógrafos* da Duquesa de Alba. Ela é corrente no português arcaico, e resulta de *prior* por dissimilação de r-r em r-l (Cf. *flor* > *frol*; *clamor* > *cramor* > *cramol*; *clericu* > *crerçu* > *crelgo*).

96 — *P r u n t a*. — Pidal, p. 35 dá-nos: «...; «su vida siempre fué católica y santa y *prunta* a todas las cosas de su santo servicio», 1504 (Autogr. Racc., pág. 29); «yo tenía ali vnçe o doze mill castellanos», 1504 (Autogr. Racc., pág. 31). Tanto estas grafías como las del párrafo anterior revelan inseguridad en la articulación vocálica, y poco dominio de la escritura; casi todas son extrañas al español». — Como se vê, aqui Pidal não diz que tais formas são portuguesas. Veja-se o comentário do § 1, f).

97 — *P u d i d o*. — Pidal, p. 21, por *podido*.

98 — *P u d e r e*. — A ed. de Guillén tem no final da relação de 19 de Outubro a forma *pudere*. As de Navarrete e de Anzoategui têm *pudiere*. É de crer que haja um *lapsus calami*. De Guillén, visto que a sua edição se baseou na de Navarrete? Ou dos editores da edição que possuo de Navarrete?

A edição, que possuo, de Navarrete é de 1941; a de Guillén é de 1943.

Se Guillén copiou bem, seria legítimo considerar a forma *pudere* o resultado do cruzamento do português *puder* com o castelhano *pudiere*.

99 — *P u r i e n d e*. — Pidal, ps. 21, 22 e 34. Neste último lugar

comenta como ficou transcrito no § 1, b). Vejam-se ali os reparos que me sugeriram as palavras do Prof. Pidal. — Em *Tre lettere...* de 27-12-1504 vem *puriende*, mas na ed. de Banchero lê-se *parende*, manifesta má leitura.

100 — *Q u a l q u e r a*. — Pidal, p. 34, por *cualquiera*.

101 — *Q u e r a , q u e r e , q u e r , q u e r e n , q u e r o*. — Pidal, ps. 21, 34 e 40, por *quiera, quiere, quieren, quiero*.

102 — *Q u i s e r e , q u i s e r e n , q u i s e r o n*. — Pidal, ps. 31, 40 e 42, por *quisiere, quisieren, quisieron*.

103 — *R e d o n d a*. — Pidal, p. 35, comenta: «Probablemente será português antigo, aunque no lo conosco, este otro caso: «cosa que *redonde* a mi bien», 1505 (Autogr. Racc., pág. 38₆)».

104 — *R e l i e v a*. — Pidal, p. 22, diz: «Aconsejando a los Reyes, les dice: «Mirenlo bien Vuestras Altezas que [lo de las Indias], a mi juicio, más *le reliev*a que hacían las cosas de Francia ni de Italia», pasaje en que vemos el português *relevar* por «importar»; pero a la vez el uso de *le* por *les*, confusión en el uso del pronombre muy frecuente en los escritos del Almirante, nos indica que no manejaba como lengua própria el português, aunque lo hablase quizá más corrientemente que el castellano».

105 — *R e q u e r e n*. — Pidal, p. 20, por *requieren*.

106 — *R o l*. — Encontramos esta forma uma vez na p. 7 dos *Nuevos Autógrafos* da Duquesa de Alba.

107 — *R o m p i r*. — Pidal, p. 43, comenta: «§ 28. Infinitivo de *romper*: «que se puede perder y *romp*ir para nunca tornar en pie», 1497 (Autogr. Alba, pág. 24). Desconocimiento del português y del español corrientes». — Creio que não são totalmente justas as palavras do Prof. Pidal: eu poria «Desconocimiento del português *escrito*», pois que, pelo menos hoje, o *e* tónico das formas infinitivas é tão fechado que os próprios portugueses, que sabem mal escrever, muitas vezes empregam o *i* pelo *e* em tais circunstâncias. Alunos meus espanhóis, várias vezes procederam como Colombo, quando lhes fazia um ditado.

108 — *S a l i r o n* . — Pidal, p. 19, diz: «En vez de *ie* en el perfecto se halla *i*: «Hasta que *saliron* de Egipto ...» y «desque *saliron* de Egipto...», como el portugués *saíram*, *partiramos*, etc.». Em castelhano é *salieron*.

109 — *S a l v a m e n t o* . — A Academia Espanhola regista as duas formas: *salvamento* e *salvamiento*, mas nada diz a respeito do modo como se formaram. — A primeira encontramos-na nas relações de 3 de Janeiro e 14 de Fevereiro (nesta última duas vezes). Cf. supra *pagamento*, § 87.

110 — *S e d e* . — Pidal, ps. 25 e 43, por *sed*. Cf. supra *Fame*, § 59.

111 — *S e g u y e s e* . — Pidal, p. 37, por *siguiese*.

112 — *S e m e n t e r a* . — Encontramos esta forma na relação de 6 de Dezembro: «... y parecían las *sementeras* como trigo en el mes de Mayo en la campiña de Cordoba».

Covarrubias não regista o termo, mas emprega-o duas vezes, uma no artigo *sembrar*, onde diz: «... Siembra, lo mesmo que *sementera* o *simiença*», e a outra no artigo *simiente*, onde se lê: «*Simiença* y *sementera*».

A Academia Espanhola na 12.^a ed. diz: «(De *simiente*)», mas na 13.^a e nas seguintes opina de outro modo: «(Del b. lat. *sementaria*; del lat. *sementis*, *simiente*)».

Não será antes a castelhanização do português *sementeira*, muito provavelmente formado dentro do próprio português de *semente* + *eira*? Aqui fica formulada a dúvida.

113 — *S e ñ a l* . — Pidal, p. 40. — Em vez de usar esta palavra no género feminino, à espanhola (*la señal*), Colombo empregou-a no masculino, à portuguesa (*o sinal*). — O mesmo fez com *nariz*. Cf. supra, § 82.

114 — *S e t c e n t a s* . — No relato da 3.^a viagem, p. 208 da ed. de Navarrete, lê-se: «... le descubri por virtud divinal 333 leguas de la tierra firme, fin de Oriente, y *setcentas* islas de nombre, ...».

Navarrete após esta nota: «Por *setecientas*», o que indica que se não trata de um erro posterior de cópia, pelo menos erro de Navarrete ou de quem quer que redigiu esta nota.

A forma *setcentas* é notável pela parte final *centas* em vez de *cientas*, e particularmente notável pela ausência da vogal *e*, que devia estar entre o *t* e o *c*, isto é, *set(e)centas*. Porquê? Vejamos:

Na pronúncia normal portuguesa de hoje, aquele *e*, com efeito, não se pronuncia: a pronúncia hodierna daquela palavra é tal como a grafou Colombo: *setcentas*.

O facto de Colombo ter grafado *setcentas*, e não *setecentas*, pode levar-nos a duas conclusões de certa importância:

1.^a — de que provavelmente a maneira hodierna de pronunciar aquela palavra é igual à do século XVI;

2.^a — de que a pronúncia portuguesa de Colombo, pelo menos nesse particular, que aliás é uma pedra de toque, não seria tão má como é lícito supor-se.

115 — *S e t u a d o*. — Pidal, p. 37, por *situado*.

116 — *S e y*. — Pidal, ps. 22 e 35, por *sé*, de *saber*.

117 — *S i n t e e s i n t e n*. — Pidal, p. 21 e 42. Neste último lugar comenta: «Tenemos también, por lusismo, *sinte* «el siente» (Autogr. Racc., pág. 101, nota 11); «non lo *sinten*», 1504 (Autogr. Racc., pág. 21₁₆); «my mal non *consinte* que escriua», 1504 (Autogr. Racc., pág. 26₂₂).». — Em castallano há *siente* e *consiente*.

118 — *S o e r t e*. — Pidal, ps. 21 e 32. Neste último lugar documenta: «cierta *soerte* de gente», 1497 (Autogr. Alba, pág. 23). — Em castelhano grafa-se *suerte*.

119 — *S o m a*. — Pidal, ps. 20 e 35. Neste último lugar documenta: «*soma* de oro incomperable», 1504 (Autogr. Racc., pág. 21); «los dineros... deben de seer buena *soma*», 1504 (Autogr. Racc., pág. 33), português *somma*. — Em castelhano há *suma*.

120 — *S o s p e n d e . S o s p e n s o*. — Pidal, p. 37, por *suspende* e *suspensio*.

121 — *S o t a v e n t o*. — Encontramos a forma *sotavento* uma vez na relação de 27 de Novembro e outra na de 16 de Fevereiro, e *sotaviento* duas vezes, uma na de 13 de Novembro, e a outra na de 15 de Dezembro.

Covarrubias não regista o termo.

Nebrissa diz: «*Sotavento*. Inferior ventus à sinistro latere flans. *Barlovento*, ventus à parte dextera flans».

A Academia Espanhola regista-o desde a 2.^a ed., pelo menos. Na 12.^a diz: «(Del ital. *sottovento*)», opinião que mantém na 13.^a. Na 14.^a já diz: «(Del lat. *subtus*, debajo, y *ventus*, viento)». opinião que mantém nas seguintes.

A crigem de *sotavento*, assim como a de *barlavento* (Cf. § 16), ainda constituem um mistério etimológico. — No português arcaico, em vez de *sotavento*, também se dizia *julavento*, *jalavento* e *gila-vento*.

122 — *Syntia*. — Pidal, p. 37, por *sentia*.

123 — *Tablazon*. — Desta forma tratei no § 82 da minha *Crítica Etimológica* (4.^o artigo). — Encontramo-la uma vez na relação de 25 de Novembro.

124 — *Tejo*. — Na relação de 25 de Novembro do *Diário* da 1.^a viagem aparece a forma *Tejo*, à portuguesa, em vez de *Tajo*, à espanhola.

125 — *Tener* (na expressão *ir a tener en* = ir dar a = ir terminar em). — No relato da 3.^a viagem, inserto nos *Viajes* de Navarrete, p. 222, lê-se: «... : Ganges en India, Tigris y Eufates en... los cuales apartant la sierra y hacen la Mesopotamia y van á tener en Persia, y el Nilo, que nace en Etiopia y va en la mar en Alejandria».

Desconheço tal syntaxe do verbo *tener* em espanhol. Em português ainda hoje é corrente dizer-se: «esta rua vai ter à Praça do Rossio», expressão que equivale a estoutras: «esta rua vai *terminar* na Praça do Rossio», e «esta rua vai *dar* à Praça do Rossio». Em castelhano também se empregam estas últimas: «esta calle va a terminar en la Plaza Mayor», e «esta calle va a dar a la Plaza Mayor».

Em português há outra expressão, que convém apontar aqui, embora não seja equivalente à que estou estudando. Refiro-me à expressão *ir ter com*; que corresponde à espanhola *ir a estar con*: «vou *ter com* o António, que se encontra no café», «*voy a estar con* Antonio, que se encuentra en el café».

126 — *Tengodeir*. — No final da relação de 17 de

Outubro lê-se: «...; y nós, al cabo de la isla de la parte del Sueste, adonde espero surgir fasta que aclarezca, para ver las otras islas adonde *tengo de ir*;...». — Creio que em castellano de então, como no de hoje, dizia-se *tengo que ir*. Não estarei em erro? — Em português, a forma correcta é ter de *ir*, embora hoje seja muito corrente *ter que ir*, provavelmente por analogia com *ter que fazer*. Em português, *ter de fazer* é uma coisa, e *ter que fazer* é outra: a expressão *ter de fazer* indica a *obligatoriedade* de fazer alguma coisa; *ter que fazer* a *existência* de alguma coisa para fazer. Exemplifiquemos: «quer queira, quer não queira, *tenho de escrever* a carta (tenho a *obrigação* de escrever a carta)»; «não posso escrever hoje a carta, porque *tenho que fazer* (tenho *coisas* que fazer).

Resumindo: em português, *ter de fazer* e *ter que fazer* são duas expressões elípticas: da primeira elidiu-se a palavra *obrigação*, e da segunda a palavra *coisas*.

127 — *T e s o y r e r o*. — Pidal, ps. 21, 22 e 35, por *tesorero*.

128 — *T i e n*. — Pidal, p. 34, por *tiene*, de *tener*.

129 — *T r a u t o*. — Pidal, ps. 21 e 39. Neste último lugar diz: «...; el único caso especial es: *trauto*, 1502 Autogr. Racc., p. 106), português anticuado».

130 — *T r e s t u r a*. — Pidal, p. 37.

131 — *T r u s e* e *t r u s i e r o n*. — Pidal, p. 38. — A forma *truse* é particularmente interessante, pois que, ainda hoje na boca do povo ela é vulgar, em vez de *trouxe*, o que se costuma explicar pela acção analógica de *pude*. As formas castelhanas são *traje* (1.^a press.) e *trajo* (3.^a pess.).

132 — *U m*. — Pidal, ps. 20, 22 e 39. Neste último lugar comenta: «§ 18. Nasal final escrita *m*: *vm* por *un* es la peculiaridad que primero salta a la vista en cualquier autógrafo de Colón: «*vm* treslado... *vm* pariente... *vm* correo... *vm* juez... *vm* cuento... *vm* memorial... *vm* repostero... *vm* libro... *vm* debate... *vm* religioso».

133 — *V e n*. — Na relação de 9 de Dezembro lê-se: «...; creia que debian ser las poblaciones lejos de la mar, de donde *ven* quando llegaba, y asi huian todos y llevaban consigo todo lo que tenian,...».

Não compreendo bem do contexto o que significa aquele *ven*. Estará por *viene*, em português *vem*? Mas não vejo que isso forme um sentido claro.

134 — *V e n t e z u e l o*. — Vem esta forma na relação de 16 de Dezembro.

135 — *V i n t e*. — Vem nos *Nuevos Autógrafos* da Duquesa de Alba, p. 8, em vez de *veinte*.

136 — *V i r a z ó n*. — Desta palavra tratei no § 87 da minha *Crítica Etimológica* (4.º artigo). — Encontramo-la na relação de 3 de Agosto.

137 — *V i r d e s*. — Pidal, ps. 20 e 42, por *viéredes*.

138 — *V i u e o*. — Pidal, p. 19, por *vivió*, de *vivir*.

139 — *V n c e*. — Pidal, p. 36, por *once*. Veja-se o comentário do § 1, f).

140. — *Y n t e r a m e n t e*. — Pidal, p. 37, por *enteramente*.

Lisboa.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA

Pessoas indeterminadas

O termo *gente* serve-nos para abranger sob um só título as pessoas numerosas agrupadas em rua, praça, edifício ou outra localidade. Estendemos a denominação ao conjunto das criaturas humanas em oposição aos animais em geral e aos seres inanimados. Aplicado aos humanos, serve o termo ainda para distinguir classes sociais: gente rica, gente pobre, gente educada, gente baixa, etc. Distingue também as pessoas diferentes de outras pelos costumes, modos de vida, nacionalidade e crenças: gente da cidade, da roça, provinciana, francesa, indiana, cristã, judaica, etc. Para alguns casos empregamos hoje de preferência o vocábulo *classe*: classe média, classe operária, etc. A linguagem antiga servia-se também da palavra *gente* ou simplesmente *homens* para designar os homens armados que serviam nas guerras. Em linguagem familiar, especialmente no Brasil, a *gente* pode referir-se às pessoas com quem o indivíduo falante convive e em cujo número ele próprio se inclui quanto ao modo de proceder e pensar. Daí vem o frequente emprego de *a gente* como pronome indefinido, posto que nem sempre se substitua ao clássico pronome *se* usado para tal efeito, linguagem esta em que a gramática portuguesa entra em conflito com a intenção e análise psicológica.

Vejamos pelo miúdo algumas das acepções que acabamos de mencionar. Começemos pela denominação dos homens de peleja. Quem lê com a devida atenção os numerosos feitos bélicos narrados nos *Lusiadas*, terá notado que o poeta pouquíssimas vezes se utiliza do termo *soldado*. Na referência ao caso em que Alexandre entrega alegremente a sua Campaspe a Apeles, «não sendo seu soldado experimentado», o vocábulo *soldado* supre a falta de outra expressão portuguesa, igualmente concisa para designar um indivíduo, um dos homens combatentes da antiguidade. As demais menções de *soldados*, designam homens de peleja da era manuelina para cá. A primeira vem no canto IV, 85, onde se descreve a partida do Gama para a Índia: «Pelas praias vestidos os soldados de várias cores vem e várias artes». Ainda assim, depois de lermos na estância anterior:

«Porque a *gente* marítima e a de Marte Estão pera seguir-me a toda a parte». Daí em diante mais seis vezes se nos depara no poema o vocábulo *soldados* para designar ora os primeiros combatentes lusitanos que navegam para a Índia, ora os que mais tarde lá chegarão após eles :

Crês tu que, se este nosso ajuntamento de *soldados* não fora lusitano. Que durara ele tanto obediente Por ventura a seu rei e seu regente ? V, 71 : Porque tantas batalhas sustentadas com muito pouco mais de cem *soldados*... Ou parecerão fâbulas sonhadas, ou que os celestes coros invocados Descêrão a ajudá-lo... X, 20 ; Irão *soldados* inclitos fazendo Mais que leões famêlicos e touros... X, 43 ; A sação e o lugar fazem cruezas Nos *soldados* a tudo obedientes X, 46 ; correm logo os *soldados* animosos A dar à bomba... VI, 73. Lionardo, *soldado* bem disposto, Manhoso, cavaleiro e namorado, IX, 75.

São poucos os exemplos ; mas neles se evidencia o propósito de mostrar que *soldados* é vocábulo já incorporado ao idioma português na época a que se alude. Se não aparecem no poema outros exemplos congêneres, deve-se isto ao facto de no desenrolar das narrações não se oferecerem mais oportunidades. Camões não foi o primeiro a servir-se do termo. Basta lembrar que *soldado* já aparece como vocábulo conhecido e usual em Sá de Miranda, Comédia dos Vilhalpandos : «A hũ soldado espanhol... avias de mostrar tanto amor», pg. 99 ; «estes *soldados* bem sabes como são feitos», pg. 104.

Deriva-se o vocábulo *soldado* directamente do românico *soldo*. Aplicou-se primeiro aos homens que recebiam soldo por servirem na guerra, em contraposição aos que serviam sem paga estipulada em dinheiro. Depois, por extensão, passou o termo a denotar indistintamente tanto uns como outros homens combatentes. A ideia da criação do termo primeiro com restrição de sentido, depois em acepção ampla, partiu dos italianos. Agradou a ideia a outras nações, que passaram a adoptar o vocábulo. Daí veio o fr. *soldat*, all. *Soldat* e o nosso *soldado*. Entrou em voga a denominação, mas nem por isso se desprezou de todo a denominação antiga.

No tempo em que ainda se desconhecia este estrangeirismo, expressava-se o número determinado de combatentes pondo adiante do algarismo a palavra *homens*, ou — o que era mais comum — subentendendo tal palavra : 10.000 de cavallo, 5.000 de pé, etc. A elipse sugeria desde logo o conceito de homens armados para a guerra. Reparem os senhores filólogos nesta função ocasional, mas importante, da elipse : sugerir a ideia sem mencioná-la previamente.

Camões, visto e lido nos autores que tratam da história de Portugal anterior à era dos descobrimentos, tem o cuidado de não

aplicar, por anacronismo, aos heróis e combatentes desses antigos tempos a denominação ainda estranha à linguagem portuguesa. O poeta segue a trilha de Fernão Lopes na insistência com que emprega a palavra *gente* para designar os homens de peleja nas lutas de D. João I com os inimigos. Não se afasta da linguagem de outros cronistas de antigos reis de Portugal, empregando invariavelmente a palavra *gente* como denominação dos homens que servem nas incessantes guerras. Repetem-se, nas estâncias, os exemplos a cada passo. Lembrarei apenas os seguintes :

Porque levasse avante seu desejo, Ao forte filho manda o lasso velho, Que às terras se passasse d'Alentejo, com *gente* e co'o belígero aparelho, III, 75 ; Que em casos tão estranhos claramente Mais peleja o favor de Deus que a *gente*, III, 82 ; Da germânica armada, que passava, De armas fortes e *gente* apercebida, III, 86 ; Quando tantas bandeiras, tantas *gentes* Puseram em fugida IV, 16 ; Dest'arte a *gente* força e esforça Nuno, Que com lhe ouvir as últimas razões Removem o temor frio e importuno, IV, 21 ; Recrescem os inimigos sobre a pouca *gente* do fero Nuno que os apouca, IV, 31 ; ali perecem Alguns dos seus, que o ânimo valente Perde a virtude contra tanta *gente*, IV, 35 ; A multidão da *gente*, IV, 42.

O termo *gente*, de sentido tão vago, impunha-se por falta de outro mais próprio. *Milícia* (fr. milice) e *militar* (it. militare, fr. militaire, ing. military, all. Militär), expressões que têm espantosa pujança florescem hoje entre as nações europeias e americanas, não podem ufanar-se de serem um legado directo da língua falada por Cícero e Augusto. Nenhum dos idiomas românicos os recebeu do latim. São eruditismos tardiamente buscados à língua morta, e que tiveram a fortuna de fazer carreira brilhante.

Do derivante *miles*, *militis* desapareceu todo o vestígio com o desmoronamento do império romano e suas instituições relativas à organização dos combatentes na paz e na guerra. Tudo mudou com a diversidade de nações, umas em luta com as outras, cada qual com seu rei, seus grandes senhores e vassalos. O feudalismo deu novo aspecto ao cenário. Para uma guerra iminente arrebanhavam-se à última hora homens de qualquer parte, experimentados ou não experimentados em feitos bélicos. Agrupados, eram eles a *gente* com que o rei ou o senhor dava batalha ao inimigo. Alternando com *homens*, permaneceu a palavra na linguagem até a época em que se deu preferência ao termo *soldados*.

Deixemos em paz a gente de Marte e examinemos outras acepções do nosso vocábulo. Nas linhas : «Porque essas honras vãs, esse ouro puro, verdadeiro valor não dão à gente», IX, 93, o poeta, posto

que se dirija aos que buscam fama, valendo-se da cobiça desenfreada e tirania infame, usa do termo *gente*, não em referência especial a eles, e sim no sentido de homens em geral, humanidade. O mesmo sentido em

Nasce por este incógnito hemisfério
O metal por que mais a *gente* sua, X, 93.
Oh caminho da vida nunca certo!
Que onde a *gente* põe sua esperança,
Tenha a vida tão pouca segurança! I, 105.

Referências a criaturas humanas em oposição aos animais em geral se faz no exemplo seguinte :

Se já nas brutas feras
.....
com pequenas crianças vio a *gente*
Terem tão piadoso sentimento, III, 126.

Há sem dúvida hipérbole no emprego do nome colectivo quando o acontecimento se dá apenas com uma parte da humanidade, com poucas pessoas, e, às vezes, com uma só. O sentimento do exagero ou impropriedade das expressões desgasta-se e desaparece com a adopção geral e uso continuado.

Por delicadeza de linguagem, referindo-nos a nós mesmos, empregamos frequentemente o verbo na 3.^a pessoa, que terá por sujeito um nome mais ou menos adequado. No falar colloquial do nosso país costuma desempenhar este papel a expressão a *gente*. Por exemplo : «Você há tanto tempo não aparece lá em casa. Não quer mais saber da *gente*». Outras vezes, pelo contrário, *gente* (quase sempre sem artigo) designa pessoa ou pessoas estranhas : «A campainha tocou ; aí vem *gente*». Muito usual entre nós é a expressão a *gente* com o valor de pronome indefinido. Deve-se esta estrada hoje tão batida à influência da linguagem lusitana acima documentada. Confronte-se A *gente* sua para conseguir certas vantagens com O metal por que mais a *gente* sua, dos Lusíadas.

Como pronome indefinido, a *gente* ultrapassa o vago e limitado sentido da palavra *alguém*, sem chegar todavia a abranger tanto como a hiperbólica expressão *todo o mundo*. Não nos contentamos com o *mundo*, que já de si, por exagero, indicaria a totalidade de pessoas ; julgamos necessário antepor ainda o determinativo *todo*. Tem costas largas o nosso planeta. Os Franceses dizem *il ya du monde dans cette chambre* para denotar só a presença de pessoa ou

peessoas. Mas a par desta linguagem, têm o *tout le monde*, significando totalidade de pessoas. Buscaram os dois idiomas hipérbole que bem expressasse o conceito. Em tempos de Gil Vicente já era vulgar a expressão portuguesa. O poeta, valendo-se desta circunstância, põe em cena o *Todo o Mundo*, personagem de suma importância em contraste com o pobre *João Ninguém*.

O falar coloquial não se opõe obstinadamente ao que está em uso na linguagem literária e entre as pessoas cultas. Tanto se serve da expressão *a gente*, como do verbo acompanhado do pronome se para dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é pessoa ou são pessoas indeterminadas. Inclina-se contudo a manter o verbo sempre no singular, contrariando inconscientemente o preceito gramatical, que requer concordância quando o sentido se completa com um nome ou pronome no plural e não precedido de preposição. Nessa gramática prende-se, neste ponto, a tradição antiga. O castelhano, quer na linguagem culta, quer no falar coloquial, apresenta-se libertado da peia etimológica: o pronome se aparece no princípio da oração com indiscutível valor de sujeito, como o francês *on*, alemão *man*, seguindo-se ao verbo o nome regido de preposição.

Fazendo abstracção desta evolução de sentido, cumpre notar que o pronome se, considerado isoladamente, se classifica ou como reflexivo ou como recíproco. Não tendo a segunda hipótese cabimento para o nosso caso, bem claro fica indicado o caminho para a análise lógica do verbo conjugado com o pronome se, desprezando o pensamento que a oração envolve. A argúcia de um gramático inventou o rótulo «partícula apassivante», como se o pronome fora partícula e a linguagem se identificara com a das combinações do auxiliar *ser* e verbo principal no participio do pretérito. Esqueceu-se, ou quis o gramático esquecer-se, de que *vive-se*, *morre-se*, *contou-se*, *dançou-se*, *fala-se em tal negócio*, *estuda-se pouco hoje em dia*, etc., são dizeres impossíveis de acomodar ao regular processo de apassivamento, e, entretanto, correctíssimos, tomando-se para critério a lição dos clássicos. Apontei exemplos em outro trabalho sobre este assunto. Lembrarei ainda:

Quando *se fala* em gerações, Vieira, Serm. XIII, 70; Muito *se trabalha*, ib. V, 440; por onde *se vai* à glória do Ceo, ib. V, 432; Já *se não ama* a Deos por amor da perfeição. Não se lhes chame damas, Melo, G. de Cas. 94; Para isto recorria-se não raro aos escravos, Herc., H. da Inq. III, 137.

Quando exprimimos, por meio do verbo no conjuntivo unido ao pronome se, uma ordem, um conselho ou convite, pensamos, primeiro

que tudo, na pessoa ou pessoas inominadas a quem nos dirigimos, e na sua acção, na actividade física ou intelectual que devem exercer para cumprir o que propomos. Com esta intenção dizemos: *note-se que, consulte-se o dicionário, leia-se a obra de, leiam-se as obras de*. Vai neste último caso o verbo no plural em obediência à regra de gramática e em discordância do nosso sentimento. Não é costume transformar tais dizeres em: *seja notado que, seja consultado o dicionário, sejam lidas tais obras*. Não é costume movimentar o paciente para satisfazer a certa interpretação gramatical.

Sinónimo de *gente*, e expressão preferida no falar quotidiano, é *povo* com referência ao conjunto das pessoas que vivem no mesmo país, na mesma província, cidade ou vila. Aplicamos também o termo *povo* ao conjunto de muitas pessoas aglomeradas em alguma localidade bem como ao conjunto de pessoas menos cultas ou menos favorecidas da sorte, em opposição a indivíduos grandes, dominantes ou opressores.

Aos que oprimem o povo não dá o poeta lusitano denominação especial; mas tem o cuidado de pôr em destaque com o brilhante nome *varão* (ou *barão*, a grafia varia na edição de 1572) a todo aquele que por feitos gloriosos soube engrandecer a pátria. O vocábulo traduz o latim *vir*, com a acepção nobre de homem que por suas altas virtudes se distinguia dos demais humanos. Assim, lemos nos *Lusiadas*:

As armas e os *barões* assinalados, I, 1; Com doce voz está subindo Altos *varões* que estão por vir ao mundo X, 7; Nenhum claro *barão* no márcio jogo... Chega a este que a palma a todos toma, X, 19; Que só por não quebrar cos singulares *Barões*, os nós que dera de amizade, X, 11; Estes e outros *Barões*, X, 73; Faz-te mercê, *barão*, a Sapiência Suprema de cos olhos corporais veres o que não pode a vã ciência, X, 76; Nam eram senão prémios, que reparte Por geitos immortais e soberanos O mundo cos *varões*, que esforço e arte Divinos os fizêrão, IX, 91.

Caiu em desuso e esquecimento o termo *homem* (sem artigo) com valor de pronome indefinido, linguagem em voga em tempo de Fernão Lopes e ainda entre o povo na era quinhentista:

Scpreendo *homem* do que nom he certo, ou contará mais curto do que foi ou fallará mais largo do que deve, Chr. de Dom João, pg. 2; Guiscarda: Nunca sabe *homem* quem lhe quer mal, Comédia dos Vilhalpandos, pg. 51; Por se *homem* acautelar não pode nada, ib. pg. 82; nam pode *homem* em Roma acabar hũa oraçam em paz, ib. pg. 54.

O mesmo destino coube a *hum*, empregado, às vezes, por Manuel Bernardes e outros com o valor de *alguém*.

Outro processo de dar notícia de agente indeterminado consiste em pôr o verbo no plural sem nomear sujeito nem referir o verbo a sujeito já mencionado. *Estão batendo à porta* é pluralização quase sempre exagerada. Pensa-se geralmente em um indivíduo incerto. Para *Dizem que* desvenda o analista gramatical prontamente um sujeito oculto: *certas pessoas*, etc.

Curioso é que o indivíduo anunciador do *dizem* tem por costume deixar escondido o tal sujeito. Examinado o caso à luz da análise psicológica, verifica-se que à pessoa falante se impõe a linguagem do verbo no plural, por ser esta a regra quando não se sabe ou não convém nomear quem pratica a acção. Em *Disseram-me que você se incumbiria deste negócio*, pode haver esperteza de linguagem. Terá o informador talvez em mente uma só pessoa, e não várias.

A linguagem nos ministra pronome pessoal fixo para evitar repetição de nome já conhecido pelo discurso, e expressões várias à escolha quando nos referimos a pessoa ou pessoas que não importa nomear. No caso do verbo conjugado com o pronome reflexivo *se*, a interpretação como voz passiva é falha, já quanto à análise da forma, pois que o elemento reflexivo só poderia reflexivar, já quanto à função, visto que a mesmíssima linguagem se aplica, indiscriminadamente, a verbos intransitivos. O latim *itur* é forma passiva com função de verbo activo. Se adoptássemos em português o mesmo processo, diríamos *é ido*, e não *vai-se*, no estilo literário, e *a gente vai*, na linguagem familiar. Pior do que isto, e para fazer desmaiar o analista lógico, seria se tivéssemos de expressar à moda inglesa *I have been told that he is rich* o acima referido *disseram-me que*. Renunciemos ao gosto de prosseguir no estudo comparativo com outros idiomas, apesar da advertência do poeta: «pois é fraqueza desistir-se da coisa começada». Lembremos apenas, para terminar esta já longa exposição de factos, o expediente comum a muitas línguas, de recorrer à primeira pessoa do plural, umas vezes por achar-se de facto acrescida ao número das pessoas indeterminadas a pessoa que fala, outras vezes por fingirmos tal situação. O acontecimento a que se prende a indeterminação das pessoas pode dar-se com todas ao mesmo tempo, ou com qualquer delas em ocasiões incertas. Se incluímos o *eu* falante explicitamente com o pronome ou verbo na primeira pessoa do plural, entenderemos que este *eu* não tem lugar marcado na associação mental: poderá achar-se no meio, ou atrás ou na frente dos companheiros.

A génese do infinito flexionado português

Atribui-se ao homenageado desta *Miscelânea* um juízo duro sobre o infinito flexionado: «O infinito pessoal é um idiotismo da nossa língua, uma criação infeliz do povo português, e, por isso, devemos evitá-lo, sempre que o possamos fazer, sem ferir as leis da clareza e da harmonia» ⁽¹⁾. Se não há engano nesta citação, a prática do Mestre contradiz largamente a sua teoria: nos seus escritos, ele gostou de aproveitar o que julgava criação infeliz até tanto que gramáticos menos severos na teoria consideraram como «passíveis de reparo» certos excessos no seu emprego do infinito pessoal ⁽²⁾.

O infinito flexionado não é criação infeliz, nem portuguesa. Tentámos mostrar noutra ocasião que a grande semelhança com o português que o infinito flexionado apresenta em textos napolitanos do século XV, só se pode compreender aceitando a proveniência comum do fenómeno, nas duas línguas, de uma particularidade regional do latim vulgar ⁽³⁾. A etimologia desta particularidade — o imperfeito do conjuntivo latino — foi esclarecida há vários decénios. Se voltamos aqui ao assunto, é porque o ponto de vista etimológico tem escurecido um pouco os problemas sintácticos da questão, e porque a

(1) Pires de Castro, *Gram. da Língua Pátria*⁹, Lisboa s. a., 178; H. Flasche, *Rom. Forsch.* 60, 1947, 668 nota 4. Depois de redigido este artigo, o Prof. Pires de Castro teve a amabilidade de me informar que a opinião de Adolfo Coelho lho tinha sido dada oralmente, a propósito duma polémica, em 1913.

(2) Carlos Góes, *Sintaxe de Concordância, inclusive impessoalidade e pessoalidade do infinitivo*⁶, Rio de Janeiro 1935, 172, cita: «Estiveram mais de 23 séculos inutilizados para chegarem a serem aproveitados em nossa idade»; «línguas que têm de se *compararem*». Cp. também as citações de Adolfo Coelho em Affonso Costa, *Questões Gramaticais*, Rio de Janeiro 1908, 70, 75.

(3) Cp. o § 2 do nosso artigo *El infinitivo flexional português y el infinitivo personal español*, a publicar na Homenagem a D. Ramón Menéndez Pidal por ocasião do seu 80.º aniversário. Quanto à terminologia, preferimos chamar «inf. flexionado» ao inf. geralmente designado como «inf. pessoal» na gramática portuguesa.

origem remota nos obriga a procurar explicar esta forma mais dentro das tendências da sintaxe verbal do latim.

Sobrevivência do imperfeito do conjuntivo latino

Há já tempo que se pôs em dúvida a ideia da morte deste tempo latino no latim vulgar. Redescoberto por Foth no logudorês, em 1876, a sua conservação popular foi pormenorizadamente demonstrada para a Itália medieval por Gamillscheg⁽⁴⁾. Para Portugal, devem-se a Wernekke os primeiros exemplos em orações conjuncionais⁽⁵⁾, exemplos que Gamillscheg (274 nota) quis explicar em parte por contaminação de construções heterogêneas. Entretanto, os trabalhos de José Maria Rodrigues (1914) e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1920) trouxeram um número de citações que proíbe tais interpretações de ocasião e nos obriga a aceitar simplesmente a continuação do imperfeito do conjuntivo latino com a sua função tradicional no português até meados do século XVI. Eis aqui alguns dos exemplos em orações relativas e conjuncionais reunidos por J. M. Rodrigues⁽⁶⁾:

«Mas a esto nom minguava quem rresponder muitas razões, culpando-o» (lat. *qui responderet*); «E foi esto assi fallado e per taes pallavras, que nom mingou quem o escrepver a elRei de Portugal» (lat. *qui scriberet*). «Ho que (elRei) desto mais sentia assi era que ho Ifante, sabendo que estas falsidades assi se diziam, nom has *estranhar e castigar* com grandes penas»; «E como a tenção delRey dom Fernando era dilatar este caso té lhe virem outros nauios que tinha enuiado a estas ilhas que descobrira Colom, *pera que* segundo a qualidade da cousa assi *fazer* a estima della: começarão os embaixadores...» (João de Barros); Parecendo (aos nossos) ser isto modo de os lançar dali, por se dizer que auião de passar per aquella costa certas naos de Ormuz, leixarão-se estar: *té que* à custa de seu damno *verem* que os Mouros lhe dizião verdade» (id.).

Frequentemente o nosso tempo gramatical aparece ao lado do outro imperf. do conjuntivo do português (< mais-que-perfeito do conjun-

(4) W. Meyer-Lübke, *R. Gr.* II, § 246; E. Gamillscheg, *Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre*, 1913, 146 ss.; ib., *Rom. Forsch.* 60, 1947, 791. Sobre fr. *vels*, *sevels* < *si velles* (= *vel*), cp. A. Lombard, *Studia Neophilologica* XI, 197; XX, 31.

(5) *Zur Syntax des portugiesischen Verbs*, Weimar 1885, 20 nota.

(6) *Boletim da Segunda Classe* (Academia das Ciências de Lisboa) 8, 1914, 73-78.

tivo latino), com um interesse para a variação estilística, quer coordenando conjuntivos sintacticamente equivalentes:

«Mandou que ... *fossem* duas borssas, huma em Lixboa. e outra no Porto, e *teerem* carregos de teer estas borssas aquelles...»; «... seis capellaaens, que *cantassem* por el e *lhe dissessem* cada dia huuma missa oficiada e *sahirem* sobre el com cruz e augua beemta»; «A Rainha ... temiasse que *falleçemdo* (elRei) per morte, *que fosse* o Iffamte logo levantado por Rei, e *tomar* tal molher que seria Rainha»,

quer distinguindo orações de categoria sintáctica diferente:

«Tomando por conclusão *que / tanto que rompesse* alua, / *dar* sobre os nauios pequenos...»; «... *pera que / como* os nossos *enchessem* (a tranqueira) / *soltarem* estas pedras»; «Tinhão despejada (a cidade) de suas fazendas, *pera que / se* ho governador a *entrasse / as terem* em saluo» (Lopes de Castanheda); «*pera que / se tivesse* tempo / *passar* dali a Cochim»; «Temo *que / inda que concedesse* nesse casamento do soldã, / minha neta Polinarda nam *ser* contente» (Palmeirim) (7),

e parece que exclusivamente como segundo ou último membro da sequência. Quanto à convivência deste imperf. do conj. com o infinito flexionado e ao desaparecimento do primeiro, D. Carolina dá-nos a seguinte estatística: na *Crónica de D. Afonso Henriques*, das 92 formas derivadas do imperf. do conj. latino 90 são infinitos flexionados, 2 imperfeitos do conj.; no *Cancioneiro da Ajuda*, a proporção é de 90: 3, «na maioria das obras literárias [medievais] não há exemplo algum da forma moribunda» (328); «a vitória completa de amasse é posterior a 1550 (*Décadas* de João de Barros)» (314).

Convinha lembrar aqui estes factos por terem sido um tanto descuidados nas gramáticas históricas do português posteriores aos trabalhos citados (8).

São raros no português arcaico os casos em que o derivado do imperf. do conj. latino perde o seu carácter de tempo do passado aparecendo depois dum verbo principal no presente ou em posição paralela com um conjuntivo do presente. Por isso, vários autores qui-

(7) Sobre o último exemplo, cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Bofetim da Segunda Classe* 12, 1920, 315.

(8) Passam-nos em silêncio, salvo erro, o *Compêndio* de J. J. Nunes, a *Syntaxe Hist. Port.* de Epifânio da Silva Dias, a *Flexão Verbal do Português* de Piel (*Biblos* XX, 1944), e até o *Altportugiesisches Elementarbuch* de Huber (1933); apenas E. B. Williams se refere a eles (*From Latin to Portuguese*, 1938, 180, mas não págs. 199-201).

seram interpretar como anacolutos, erros de grafia ou outras falhas exemplos como estes :

«Mas por Deos vos rogo que vos non desconfortades» (Gaal); «Temo que ... minha neta Polinarda nam ser contente» (Palmeirim; cp. nota 7); «costume he que de porcos ou d'ovelhas ou de cabras que andarem nas vynas, darem hũu almude de vyno, e de noyte darem dous almudes» (Foros de Gravão); «ssem trazom parece que aquel que he atormentado, darlhi homem outro tormento» (Port. Mon. II, 165, a. 1211) ⁽⁹⁾.

Mas em lugar de tais interpretações de emergência, sempre artificiais quando não se trata de casos absolutamente isolados, parece-nos mais razoável aceitar uma atenuação do conceito temporal nos paradigmas do conjuntivo, à qual já alude J. M. Rodrigues ⁽¹⁰⁾ e que nos interessará para a explicação etimológica do infinito flexionado. Devem pertencer a este mesmo grupo alguns exemplos que Gamillscheg tende a compreender antes como jussivos independentes da conjunção subordinativa anterior, ou a desligar mais do presente do conjuntivo paralelo :

«hec est noticia de particon e de deuison que fazemos antre nos ... en esta maneira que [Gamillscheg põe aqui dois pontos] Rodrigo Sanchiz ficar por sa particon na quinta..., Váasco Sanchiz ficar por sa particon na onrra..., Méén Sanchiz ficar ... Eluira Sanchiz ficar...» (cp. J. M. Rodrigues, 86); «estabeleçemos que, se ... os padres fizerem treyçom..., taes filhos non aiam os beens do padre, mais todos os beens do padre con-danpnado nós os avermos» (Gamillscheg traduz : «sondern allen Besitz, den sollen wir erhalten»); «quem non der a raçom, de feytio qui fezer in casal venda-o ou donelo a seu prazer e veirem tres vizioz e apreciaremlo e vendelo (= vender + lo, lat. venderet) e dar VIII a seu dono» (Gamillscheg; 271).

É possível e seria natural que esta atenuação do aspecto temporal no antigo imperf. do conj. subordinado tivesse sido favorecida pela existência da função jussiva. Nesta perda de temporalidade pode muito bem ter influído a larga identidade formal com o futuro do conjuntivo.

⁽⁹⁾ C. Michaëlis de Vasconcelos, *Rom. Forsch.* VII, 64 n.; id., *Bol. da Segunda Classe* XII, 315; Gamillscheg 274 n.; Epifânio da Silva Dias, *Sintaxe Histórica Portuguesa* 2, 1933, 336.

⁽¹⁰⁾ «Em alguns documentos nota-se a confusão ou concorrência do presente do infinito com a forma derivada, quer do imperfecto, quer do mais-que-perfeito do conjuntivo latino» (art. cit., 85-86).

O fenómeno não se limita ao português. Os factos descritos e as citações antecedentes levam-nos a crer que se devem compreender também como continuação do imperf. do conj. latino na sua função de conjuntivo subordinado as formas leonesas de S. Andrés de Espinareda que Staaff considerou como infinitos flexionados⁽¹¹⁾:

«outorgamos — por tal pleyto *que aiades...* ela meatade desta iugaria ... *et Seerdes* uasalos del abbade de Sant Andres sem outro senorio et darnos (!) cada ano en renda VI modios de centeno...» (Staaff, 153); «Este poulo et este orto uos damos ... *que los tengades* de nos ... *et que chantedes* este poulo sobredito todo de vinna ... *et laurardes* ben et sem engano este malolo ... *et dardes* cada ano V ss. ... de renda ... *et a uosso finamento de uos todos tres leyxardes* nos este malolo et este orto ...» (156); «Damos uoio todo ... *que chantedes* este poulo ... *et tenerdes* lo todo por en toda uossa uida de anbos et dous. *et dardes* cada ano a nos et al nosso monesteyro ... III canados de uino ... et a uosso finamento de anbos *ficar* al monesteyro sobredito ela metade desta vinna ... et a uossa uoz ou a quen uos mandardes *ficar* ela outra metade...» (166); «...sse uos ouuerdes a uender esta vinna ... *que conuידedes* a nos ... por tanto precio como outre der por ela, et sse nos non quiseremos comprala, *venderdes* a quen uos quiserdes» (166).

Fica por averiguar se este tempo penetrou mais profundamente em dialectos espanhóis⁽¹²⁾.

Aos fenómenos românicos regionais que nos têm interessado aqui para depois compreendermos melhor a génese do infinito flexionado (subsistência do imperf. do conj., atenuação do seu aspecto temporal), acrescentam-se outros que constituíam características gerais do latim vulgar e por isso se estendem à România inteira. Eles deixam entrever uma larga extinção das fronteiras entre o imperf. do conj. e o infinito latinos, devida em parte à evolução fonética das pessoas do singular (queda de *-m*, instabilidade de *-s* e *-t*).

O primeiro caso refere-se ao infinito dependente de pronomes e advérbios relativos ou interrogativos: *não sei que fazer*; *tenho que fazer*; *não sei para onde ir*; esp. *halló alfin lugar donde esconderse*; *Dios me conceda estos dones con que vivir en paz...* Para certos casos, Diez quis explicar este uso por uma extensão orgânica do infinito: «*non so che fare* z. B. unterscheidet sich nur durch die Stellung von *non so fare questa cosa*. Es ist also hier keine Ellipse eines modalen Verbuns im Spiel, wovon der Inf. abhinge» (R. Gr. III², 221-222).

(11) E. Staaff, *Etude sur l'ancien dialecte léonais*, 1907.

(12) Cp. Gamillscheg, §§ 266, 268.

Mais tarde, predomina a explicação por contaminação da construção infinitiva com outra relativa: *habeo quod dicere* = *habeo dicere* + *habeo quod dicam* ⁽¹³⁾. Mesmo Gamillscheg, que concede tanto espaço à continuação românica do imperf. do conj. latino, prefere explicar formas pessoais medievais (*non auverunt unde darent*) por introdução das formas flexionadas na construção infinitiva (230, 270). J. M. Rodrigues, pelo contrário, liga estas construções ao imperf. do conj. latino (85-87: *não sei que fazer*, lat. *nescio quid facerem*), e segue-o D. Carolina com a condição de que «muito cedo, já em latim vulgar, houve, na consciência dos povos, a mesma redução da forma finita a infinita» ⁽¹⁴⁾. Parece-me que este deve ser o ponto de partida da explicação, e secundária a intervenção de *nescio quid faciam* (outra vez com a atenuação do aspecto temporal do imperf. do conj.), ou da interrogação afectiva (*Que fazer? Colaborar eu com ele?*) mencionada por vários autores ⁽¹⁵⁾.

O problema parece ser semelhante para a evolução do infinito imperativo, especialmente quando acompanhado de negação (proibitivo) e referido à 2.^a pess. do sing. Merece ser tirada do olvido uma suposição de Mohl: «Nous ne serions pas éloigné de croire qu'une trace du vieil imparfait vulgaire se cache également dans les formules impératives du vieux français: *ne dire*, *ne changier* pourraient bien être les imparfaits latins *ne dicere(s)*, *ne cambiare(s)* pour *ne dicas*, etc., cristallisés et confondus avec l'infinitif. L'accord avec l'italien qui, encore aujourd'hui, est resté fidèle à cette forme: *non dimenticare*, *non partire*, *non avvezzarsi*, etc., indique tout au moins une origine assez ancienne. Le roumain enfin nous paraît ici tout à fait probant: *laudă* mais *nu lăudă*, v. roum. *nu lăudari*, plur. *nu lăudarefi*» ⁽¹⁶⁾. A explicação exclusiva pelo infinito imperativo de carácter

⁽¹³⁾ Meyer-Lübke, R. Gr. III, § 676; Bourciez, *Éléments de linguistique romane*, 124; E. Löfstedt, *Syntactica* II, 1933, 171-172; Bello-Cuervo, *Gram. de la lengua cast.*⁶, notas pág. 61; F. Hanssen, *Gram. hist. de la lengua cast.*, §§ 610, 612; Gamillscheg, § 229. Explicações por elipse: Bello-Cuervo § 1106; Epifânio da Silva Dias 232 (*nem sei que [hei de] fazer*). Pré-história latina e explicação por um antigo inf. final: P. Perrochat, *Recherches sur la valeur et l'emploi de l'infinitif subordonné en latin*, 1932, 161-169.

⁽¹⁴⁾ *Bol. da Segunda Classe* 12, 1920, 316-317; cp. Epifânio da Silva Dias, § 274a; Bello-Cuervo, notas pág. 61 n.

⁽¹⁵⁾ Meyer-Lübke III, § 677; cp. Gamillscheg, § 222.

⁽¹⁶⁾ *Introduction à la chronologie du latin vulgaire*, 1899, 248.

enfático, geralmente dada nas gramáticas históricas ⁽¹⁷⁾, não toma em consideração uma série de dados morfológicos e sintáticos que parecem ser significativos: o predomínio do sintagma na 2.^a pess. do sing. (maior rareza no plur.) e particularmente em línguas que tinham uma larga homomorfia do pres. do indicativo e do conjuntivo nesta pessoa (franc. arc. *entres. cuevres*; it. *ami*) que pode ter favorecido a passagem do presente para o imperfeito no imperativo negado; a 2.^a pess. do plur. no rumeno, cuja explicação por analogia com a 2.^a do sing. (< infinito latino) ⁽¹⁸⁾ dificilmente convence; o importante papel que o imperf. do conj. latino desempenha até aos tempos medievais como optativo, e o emprego do mais-que-perfeito do conj. latino (= imperf. do conj. românico) como proibitivo da 2.^a pess. do sing. em certas regiões da România ⁽¹⁹⁾; finalmente o aparecimento do infinitivo imperativo em construções bastante afastadas do uso enfático, como por exemplo:

«Aunque ella misma a ti te dixera y mostrara grande enojo, no por esso dexar la empresa»; «crean que es ynperfeçon y no andar con libertad de espiritu»; «Lleve cada uno lo que fuere suyo y no engañar a nadie» ⁽²⁰⁾.

Preferimos considerar, por isso, como ponto de partida do infinito proibitivo o imperf. do conj. latino, especialmente na sua função optativa, com influência do infinito imperativo enfático. Este cruzamento ou processo de «cristalização e confusão» (Mohl) foi realizado na linguagem popular latina.

Os dois fenómenos ultimamente tratados (*não sei que fazer*; it. *non mangiare!* «não comas») ajudam-nos a não julgar demasiado extravagante, no ambiente da latinidade popular e tardia em que eles se deram, a transição do imperf. do conj. latino para infinito até num caso tão peculiar como o constitui a origem do infinito flexionado.

⁽¹⁷⁾ Cp., por exemplo, Diez, *Gramm. der roman. Sprachen* III^o, 1860, 204; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Rom. Forsch.* VII, 109; Bello-Cuervo, notas pág. 62; Bourciez, índice (s. v. prohibitif); V. Buescu, *Rev. Port. de Filologia* 2, 1948, 338.

⁽¹⁸⁾ Meyer-Lübke III, § 704; Bourciez, § 505a.

⁽¹⁹⁾ Gamillscheg 237-238; 273-274.

⁽²⁰⁾ H. Keniston, *The Syntax of Castilian Prose* (The sixteenth century), 1937, 543. Sobre contaminação das formas do inf. e do conjuntivo (siciliano *nun siari!* < *nun sia!* + *nun esseri!*) cp. M. L. Wagner, *Italia Dialectale* 14, 1938, 151.

Génese do infinito flexionado

Tem sido várias vezes resumida a história das tentativas etimológicas relativas a este sintagma do português ⁽²¹⁾. Na primeira fase, iniciada por Diez e continuada por Schuchardt, Meyer-Lübke, Bourciez..., é derivado do fut. do conj. latino, explicando-se por analogia com os verbos fracos ou por intervenção do infinito as formas dos verbos fortes (2.^a pess. do sing. do inf. flex. *fazeres*, não **fezeres*, **fizeres*). Uma segunda hipótese, representada por D. Carolina (1891), Leite de Vasconcelos e outros, quer ver nascer o infinito conjugado do infinito simples, não flexionado, por acrescento das desinências pessoais de outros tempos verbais (por ex.: amasses, amássemos, ant. amásse~~des~~, amassem) ou pela aglutinação de formas pronominais (*-mos* = *nos* ⁽²²⁾). E uma terceira explicação proposta em 1885 por Wernekke, renovada em 1899 por Mohl (o. c., 248) e por fim firmemente estabelecida por José Maria Rodrigues e Gamillscheg, parte da vitalidade românica do imperf. do conj. latino e vê no infinito flexionado a continuação, em primeiro lugar, deste tempo. É esta última a explicação geralmente aceite desde que D. Carolina abandonou em favor dela a que preconizara antes ⁽²³⁾. As páginas que seguem têm por fim acentuar, dentro da explicação moderna, a complexidade sintáctica do problema e mostrar o valor que as hipóteses anteriores podem ter ainda como elementos secundários de interpretação.

Na sua crítica da opinião de Diez, D. Carolina falou no *impossível*, «dass ein Verbum finitum mir nichts dir nichts zum infinitum werden

⁽²¹⁾ Williams 179-182; H. Sten, *Les particularités de la langue portugaise*, 1944, 58-61.

⁽²²⁾ C. Michaëlis de Vasconcelos, *Rom. Forsch.* VII, 78-82; *Krit. Jahresber.* IV/1, 334-335; *Bol. da Segunda Classe* 12, 330 n. 36. Cp. a nota 16 do artigo citado na nota 3; A. Rosenblat, *Bibl. de Dialect. Hispanoamer.* 2, 1946, 229-231. I. Bacinski, *L'infinitif et les moyens de son remplacement*, Bucarest 1946, 63 ss. pensa ainda, segundo Vendryes (*Bull. de la Soc. de Ling. de Paris* 44, 1948, 38-39), a «une désinence personnelle ajoutée à l'infinitif».

⁽²³⁾ J. J. Nunes, *Compêndio*², 314 e *Digressões Lexicológicas*, 1928, 201-207; Huber, Williams, Piel... Nos trabalhos posteriores a 1920, apenas F. Sester, *Der Infinitif im Neuportugiesischen auf Grund der Werke von Eça de Queiroz*, Colónia 1928, 88 ss., F. Schürr (*Portugal 1140-1640*, Festschrift der Universität Köln, 1940, 115) e Bourciez, *Eléments*⁴, 1946, 732, parecem insistir em dar a preferência à derivação do fut. do conj. ou a uma combinação das duas primeiras hipóteses.

könnte» (*Rom. Forsch.* VII, 63). É verdade que esta evolução supõe uma tripla neutralização dos caracteres finitos do tempo do conjuntivo (agora do imperf. do conj.): *neutralização de tempo*, saindo o imperfeito fora dos limites do passado para abranger também funções de presente e de futuro («É útil saíres»; «era útil saíres»...) ⁽²⁴⁾; *neutralização de modo*, desempenhando funções que correspondem já ao indicativo já ao conjuntivo em construções que levam um verbo finito («É seguro sairmos»; «é desejável sairmos». «Fiz isto por teres saído»; «... para poderes sair»); *neutralização*, finalmente, do contraste entre os modos pessoais do verbo (indicativo, conjuntivo, imperativo) e as suas formas nominais, *impessoais* (infinito, gerúndio, participípios), que faz do infinito flexionado uma forma de infinitividade reduzida.

Quanto à *neutralização de tempo*, já vimos como o imperf. do conj. continuado no galego-português (e leonês) tende a perder o seu carácter temporal de passado, e como este desvanecimento da noção temporal foi favorecido pela homomorfia, nos verbos fracos, com o fut. do conj.: «Visto que a um *potere*, por ex., correspondia na linguagem das chancelarias ora *poterem*, *poteret*... ora *potuerit*, etc., encontramos já a forma do potencial (= fut. do conj.) em lugar do imperf. do conj., já esta em lugar da primeira»; «a consequência desta identidade parece ter sido que o imperf. do conj. adquiriu um significado de futuro também depois dum tempo narrativo na oração principal»; «assim nasceu em toda uma série de empregos herdados a possibilidade duma incerteza quanto ao valor temporal da acção expressa... Desta maneira, ... o imperf. do conj. aparece também em dependência dum presente ou futuro...» (Gamillscheg 206, 208, 215). É este imperf. do conj. latino na sua função temporal mais ampla e vaga que devemos ter presente ao explicar a sua transição para infinito flexionado, e neste sentido pode-se dizer que o fut. do conj. contribuiu, como elemento secundário, para a formação do nosso infinito.

(24) O inf. apenas distinguia o infectum e o perfectum (port. *trabalhar*, *ter trabalhado*), visto que o inf. do fut. do latim era uma forma estranha à linguagem popular (Perrochat 3-33, 204). Este facto limita as construções infinitivas a determinadas relações temporais entre o verbo principal e o infinito. Um exemplo curioso: querendo confrontar construções infinitivas e conjuncionais análogas, A. Raggio Nóbrega (*Sintaxe do Infinito*. Emprego do infinito pessoal e do impessoal, Rio de Janeiro 1930) põe as conjuncionais, em três casos de quatro, num plano temporal diferente: «creio *serem* elas úteis à sociedade» (= 'que são'): «creio *que* *lograrás* o teu intento»; «Sabias *terem* as tropas atravessado a fronteira»: «sei *que* sempre *foste* meu amigo»; «suponho *pretenderem* opor-se»: «presumo *terás* (ou: *que terás*) os recursos necessários» (pág. 73).

A este motivo acrescentam-se outros afins, como a indecisão temporal intrínseca do fut. do conj. ⁽²⁵⁾, e as flutuações entre os tempos do conjuntivo já no latim (Stolz-Schmalz⁵, 691, 701 ss.) que se reflectem mais ou menos profundamente na România ⁽²⁶⁾.

Quanto à *neutralização de modo*, também tem a sua base em tendências do latim popular e tardio (Stolz-Schmalz 568, 700-701). Nas subordinadas que substituem construções infinitivas da língua clássica, «encontra-se geralmente o conjuntivo nas orações introduzidas por *quod*», facto interessante porque se trata da conjunção mais importante para a evolução das subordinadas românicas. Para a *Peregrinatio Aetherae*, E. Löfstedt resume: «Com os verbos *dicere*, *referre*, *testari*, *inueniri*, quer dizer com os que se podem reunir sob o nome de verba dicendi, emprega-se exclusivamente o conjuntivo... Com outros verbos, *scio*, *credo*, *uideo*, as circunstâncias não são tão simples» ⁽²⁷⁾. Mas este último grupo também não tem para a evolução do infinito flexional a importância do primeiro. Nas subordinadas que tinham função de sujeito da oração principal, havia um acentuado predomínio do conjuntivo (Meyer-Lübke, *R. Gr.* III, § 666), e para as proposições adverbiais, Gamillscheg afirma que os exemplos portugueses mais antigos do infinito flexional se encontram em frases de carácter final e optativo (o. c., 269-270).

Fica por examinar o terceiro fenómeno de neutralização, ou seja a relação entre *formas pessoais e impessoais* do verbo. Já pertence ao latim a subordinação sem emprego de conjunção (e especialmente o «conjuntivo sem *ut*»), dependente de verbos que exprimem desejo, etc. e de verbos unipessoais: *volo facias*; *iubes occidam eos*; *hoc peto faciat*; *senatus decrevit*, *darent operam consules*; *sit decretum*, *darent operam magistratus* ⁽²⁸⁾. Há duas circunstâncias que desde

⁽²⁵⁾ Gamillscheg 282: «Die Bedeutung dieser Formen ist dieselbe wie im Lateinischen. Die modernen Sprachen geben sie bald durch ein Präsens wieder, bald durch ein Perfekt, bald durch ein Futur...». Os dois exemplos discutidos por Gamillscheg (pág. 283) e interpretados como conjuntivos do fut. devem ser infinitos («*por vus non mentiri*» = «para eu não mentir-vos»).

⁽²⁶⁾ Meyer-Lübke III, §§ 679-680.

⁽²⁷⁾ *Philologischer Kommentar zur Peregrinatio Aetherae*, 1911, 117, 120-121.

⁽²⁸⁾ Stolz-Schmalz⁵, 689-690: «bereits gemeinitalisch»; encontra-se de preferência no diálogo, estilo epistolar e na linguagem popular. Cp. Gamillscheg 267-269 (*placuit venderemus*); C. Michaelis de Vasconcelos, *Bol. da Segunda Classe* 12, 1920, 316-318; H. Nilsson-Ehle, *Les propositions complétives juxtaposées en italien moderne* (Etudes romanes de Lund. IX), 1947 (cp. *Bol. de Filologia* 9, 1948, 195-196).

muito cedo aproximaram estas construções das infinitivas: a de que os grupos de verbos que admitem a construção subordinada sem *ut* também costumam construir-se com infinitos (*Convenit panderent. Te interfectum esse convenit*); e segundo a homomorfia da 1.^a e 3.^a pess. do sing., depois da queda de *-m*, *-t*, com o infinito: (*ut ego, ille*) *facere* = inf. *facere*. Estes dois factos conduzem naturalmente a que se façam menos seguras e em parte invisíveis as fronteiras entre o imperfeito do conjuntivo e o infinito. Mas enquanto o imperfeito do conjuntivo subsistiu ainda em sua função tradicional, não se pode ainda falar em infinito flexionado, visto que em quatro pessoas do paradigma as duas formas se distinguiam perfeitamente (cp. port. *vendemos* = pres. e pret., mas *vendo*, *vendi*). Só em condições especiais é que se deram nesta primeira etapa transições do imperf. do conj. para infinito que vimos impor-se no latim vulgar comum (*quid facerem? non diceres!*). Nas construções desiderativas ou dependentes de verbos unipessoais (fora daquelas que continuam simplesmente um infinitivo-complemento latino: *arma petebat ferre; navigare necesse est*) tal transição só se realizou à medida que o imperf. do conj. sucumbia na concorrência com o mais-que-perfeito do conj. (ou outros tempos) do latim.

O que vale para as orações desiderativas ou dependentes de verbos impessoais estendeu-se a seguir às construções dependentes de verbos declarativos. Surge aqui o problema da continuação românica do acusativo com infinito latino de que já tratámos noutra ocasião⁽²⁹⁾. Durante muito tempo foi um tópico da sintaxe românica considerar como morto o a.c.i. desde o latim vulgar e atribuir a influência culta o seu aparecimento nas línguas neolatinas⁽³⁰⁾. Em escritores da latinidade tardia, Grandgent parece interpretá-lo — em casos onde a língua clássica não o usa — como ultracorreção e, portanto, como mais uma prova da sua ausência na língua falada. Mas não faltam vozes contrárias. Para o latim tardio, Löfstedt dá uma

(29) Art. cit. na nota 3, § 4.

(30) Por exemplo Meyer-Lübke, *Gröbers Grundriss* I², 490; C. H. Grandgent, *Introducción al latín vulgar*, 1928, § 110; Bourciez 132; Hanssen 256; C. Michaëlis de Vasconcelos, *Rom. Forsch.* VII, 53-56, 89; *Krit. Jahresber.* IV/1, 335. Nada, por isso, sobre continuação popular do a.c.i. na interpretação dos exemplos de Epifânio da Silva Dias 218, 222; Gamillscheg 275, 279; M. Said Ali, *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, 1923, 141; Sæster 65-77; Sten (apesar de 64 n. 5); Raggio Nóbrega 64-67, 73-79. Prescindimos, naturalmente, da continuação do a.c.i., no latim vulgar comum, depois dos verbos causativos (*fazer, deixar, mandar*) e perceptivos (*ver, ouvir, sentir*).

explicação muito mais cautelosa: «O acusativo com infinito nunca desapareceu completamente da língua latina apesar da concorrência das orações conjuncionais. No latim tardio ele apresenta mesmo exemplos com os verbos que antes exigiram outras construções (p. ex. com *euitare, conari*)» (o. c., 121). Diez, na sua interpretação de construções românicas análogas ao a.c.i. latino, parece admitir já evolução orgânica deste sintagma, já a sua introdução latinizante por via culta, já a transformação posterior de construções conjuntivas em infinitivas (R. Gr. III², 237-242). Meyer-Lübke aceita igualmente a continuação popular das construções latinas, acentuando por um lado as diferenças regionais e cronológicas, «die nicht zum geringsten Teil sich daraus erklären, dass die romanische Neigung zu *que*-Sätzen mit der lateinischen Ueberlieferung des Infinitivs noch immer im Kampfe ist», e por outro lado as de carácter social ou estilístico, «sodass es nur auf Grund sorgfältigster Spezialstudien möglich sein wird, das Volkstümliche von dem Fremden [= Latinisierendem] zu scheiden» (R. Gr. III, §§ 339, 388, 576).

Ora estas dificuldades de distinção entre o que é autóctone e o que é latinizante são precisamente nulas ou quase nulas para os idiomas de infinito flexionado. Tanto nos textos napolitanos de que falamos como no galego-português (e aqui desde os primeiros documentos), este inf. flex. entra também em orações correspondentes a acusativos com inf. latinos, e seria pouco razoável querer explicar estas orações como vernaculizações de construções latinizantes. Aqui entram no seu pleno direito as considerações de Hugo Schuchardt que se podem resumir e actualizar (substituindo, como ponto de partida etimológico, o fut. do conj. pelo imperf. do conj.) como segue: D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos creu ter que explicar quer como imitação literária do latim, quer comó criação românica popular orações como port. *dizê-lo eu não vos ofenda*. Mas tais nominativos com infinito românicos são de origem ao mesmo tempo latina e popular e continuam acusativos com infinito. Nas línguas em que o acusativo chegou a ser o caso geral ou nominativo-acusativo do nome, um port. *afirmaram ter saído o rei* corresponde exactamente ao lat. *dixerunt*

(31) Cp. C. Michaëlis de Vasconcelos, *Rom. Forsch.* VII, 92-99; J. J. Nunes, *Digressões Lexicológicas*, 1928, 184-191; H. Meier, *Ensaio de Filologia Românica*, 1948, 125 ss. No português popular do Brasil, os acusativos com inf. depois de *fazer, deixar, mandar, ver, ouvir* tendem a passar para nominativos com inf.: *Fulano viu eu sair de casa; ouvi (tu) cantares*; cp. Raggio Nóbrega 37; Cândido Jucá (filho), *Língua Nacional*, Rio 1937, 44.

regem abiisse, com a diferença de que o rei foi sentido como sujeito do infinito («o rei saiu»). Não admira por isso o aparecimento do nominativo quando este sujeito era pronominal (*afirmaram ter saído ele*). Esta substituição de casos pronominais poderia encontrar uma explicação suplementar na instabilidade dos casos pronominais em latim vulgar e em românico⁽³¹⁾. Ela era mesmo insensível num ambiente que costumava alternar entre construções infinitivas, conjuncionais e conjuntivas sem conjunção⁽³²⁾ e que conservava, além disso, o imperf. do conj. latino: as frases *afirmou terem saído*, *dizermo-lo nós não vos ofenda* eram originariamente construções conjuntivas sem conjunção do tipo *decrevit darent operam*, ao passo que na 1.^a e 3.^a pess. do sing. (*afirmaram ter saído ele*, *dizê-lo eu não vos ofenda*) podiam ser tanto construções conjuntivas como infinitivas. Assim estava o caminho outra vez livre para o emprego das formas pessoais, flexionadas nas seis pessoas. Que a ambiguidade da 1.^a e 3.^a pess. do sing. constituísse o ponto de partida deste processo, «geht aus den spätlateinischen Urkunden deutlich hervor» (Gamillscheg 280). Podemos chamar a esta a segunda condição prévia ou segunda fase da génese do infinito flexional. Ela mostra dentro de que limites se pode admitir o infinito latino entre as suas fontes etimológicas⁽³³⁾. Todos os trabalhos sobre o latim tardio e vulgar mostram-nos não só a maior liberdade que havia na escolha entre orações subordinadas e proposições infinitivas, mas também a incerteza e subsequente confusão das duas. Com respeito a tais contaminações na *Peregrinatio Aethiopiae* (*uolui iubente Deo, ut et ad Mesopotamiam Syriae accedere ad uisendos santos monachos; gratum fuit satis, ut etiam illuc accedere*), Löfstedt observa: «Derartige Wendungen, wo auf eine Konjunktion bzw. ein Relativum oder Fragewort ein Infinitiv folgt, d. h. wo ein Konjunktions- bzw. Relativ- oder Fragesatz mit einem Infinitivausdruck kontaminiert ist, lassen sich nämlich im späteren

(32) Aqui é de lembrar também a construção paratáctica, frequente em Plauto e até em Terêncio, que a língua clássica substitui pela proposição infinitiva: «nam ni intellexes, nunquam, *credo, amitteres*»; «haec, si mi inimicus esset, *credo, hau crederet*»; «deos credo uoluisset; nam ni uellent, non *fieret, scio*»; «trima quae periit mi iam tanta esset, si uiuit, *scio*» (Perrochat 76-82).

Neste contexto interessa também a substituição do a.c.i., na linguagem popular e tardia, por construções com *ut*; cp. J. Svennung, *Untersuchungen zu Palladius und zur lateinischen Fach- und Volkssprache*, Uppsala 1935, 505.

(33) Sobre esta fusão do imperf. do conj. e do inf. lat. no inf. flexionado, cp. J. M. Rodrigues 91 n. 1; Gamillscheg 277-278; D. Carolina, *Bol. Seg. Classe* 12, 317, 326; Piel 399.

Vulgärlatein wiederholt nachweisen... Ganz ähnlich ist das mit Unrecht beanstandete *ne* mit Inf. beim Anon. Adv. Aleat. *docemur ne cum delinquentibus fratribus nec cibum quidem uesci*... Ebenso unbedenklich ist dann natürlich in verwandten Texten der Infinitiv nach anderen Partikeln, wie z.B. nach *quoniam*... Logisch gleichartig ist die etwas häufigere Art von Konstruktionsmischung, wo auf *quod* (*quia, eo quod* etc.) oder *ut* ein Akk. mit Inf. folgt, wie Cyprian. Ep. *congaudere. quod nos ... pacem fecisse*...⁽³⁴⁾.

Segue, à segunda fase ou condição prévia da gênese do inf. flex., a formação do infinito preposicional conjugado. Se no latim vulgar, comparado com a língua clássica, o a.c.i. era largamente uma construção em regresso, o infinito preposicional foi uma inovação popular de grande prosperidade⁽³⁵⁾. Substituiu várias construções infinitivas, gerundiais, participiais, supinais ou conjuncionais da língua escrita: «je fais cela *pour manger*»; «él trabaja *antes de comer*»; «tu falas *sem tremar*», etc. As línguas românicas divergem quanto à extensão que concedem a este inf. preposicional e às preposições com as quais o acompanham⁽³⁶⁾. Destas preposições, a maior parte formava novas conjunções no latim vulgar, geralmente com *que*: *pour que, antes (de) que, sem que*, etc. (cp. Meyer-Lübke III, § 566). Resultou desta maneira que, ao passo que as orações conjuncionais conservadas do latim (*que, quando, como, se, pois que*...) podiam alternar em parte com proposições gerundiais (*quando chegou = chegando; s'il fait cela = (en) faisant cela*), outras formadas com aquelas conjunções novas (preposição + *que*) podiam alternar entre proposição infinitiva e construção conjuncional: *pour manger = pour que je mange; antes de comer = antes (de) que coma; sem tremar = sem que tremas*. Voltamos a encontrar aqui uma alternância semelhante àquela observada nas orações desiderativas e declarativas do latim vulgar⁽³⁷⁾.

(34) O. c., 250-251; cp. Stolz-Schmalz 760; Löfstedt, *Syntactica* II, 1933, 165-171; Svennung 439-441, 646; D. Norberg, *Syntaktische Forschungen auf dem Gebiete des Spätlateins und des frühen Mittellateins*, Uppsala 1943, 252-265.

(35) Norberg 206-231.

(36) Diez III², 236-237, 243; Meyer-Lübke III, 417-420, 541-546; Grandgent, § 103 ss.; Keniston 512-540; R. Lenz, *La oración y sus partes*³, 1935, 404; artigo cit. nota 3, § 3. Sobre transição da construção relativa (cp. nota 13) a preposicional (it. *onde* + inf. = 'para' + inf.), R. A. Hall Jr., *Bibliography of Italian Linguistics*, 1941, n.º 691.

(37) Sobre o emprego, no latim vulgar e tardio, de preposições e advérbios com a função de conjunções, v. Norberg, 243-251; no sardo, M. L. Wagner, *Italia Dialectale* 14, 1938, 151-152, nota 2 (*po* 'por' = 'porque'). Cp. acima, nota 25.

Em certas circunstâncias, todas as línguas românicas admitem as construções infinitivas deste tipo quando o sujeito do verbo principal se refere também ao infinito (*je fais cela pour manger*, etc.), em sintagmas com *de*, *a* + inf. (*il suffit de vous dire*; *je vous invite à venir*). Mas elas se separam quanto à possibilidade de acompanhar o infinito com um sujeito próprio. Entre as que conhecem tal inf. preposicional com sujeito, os idiomas de inf. flexionado tomam outra vez uma posição particular: a interpretação ambígua na 1.^a e 3.^a pess. do sing. (*Fi-lo para ele não se irritar* = inf., igual ao antigo imperf. do conj.: «...para que não se irritasse») levou aqui ao emprego das formas flexionadas derivadas do imperf. do conj. latino também nas quatro outras pessoas (*Fi-lo para os amigos não se irritarem*). Não há dúvida que a transição das formas finitas para as do infinito flexionado era mais violenta neste caso que nos dois anteriormente descritos. Embora os exemplos sejam já dos mais antigos documentos medievais de Portugal, genealógicamente a sua formação supõe já a existência das duas fases anteriores. Em «et intrarunt in placito testimoniale pro in tertio die darent testes» (Mon. Port., a. 1004) e «supervenerunt fratres de Vakariza in R. pro decernirent hereditatem que hic habebant» (ib., a. 1018 ⁽³⁸⁾) já não havia relação directa com o conjuntivo latino, senão uma invasão analógica deste tempo nas formas do infinito, compreensível pela compenetração dos dois no que chamámos a primeira e segunda fase de evolução. Só a partir deste momento é que se pode falar verdadeiramente em «infinito flexionado» e estender daqui o termo aos dois casos genealógicamente anteriores.

Prescindindo de diferenças secundárias e de evoluções posteriores, podemos resumir: nos idiomas que conhecem o inf. flexionado, o inf. simples continua o infinito do latim vulgar comum (= infinito, supino, etc. do latim clássico) ⁽³⁹⁾; o inf. flexionado napolitano-hispânico, porém, continua proposições infinitivas ⁽⁴⁰⁾ numa forma peculiar (regional) do latim vulgar e explica-se pela larga possibilidade de alternância, naquele ambiente, entre construções conjuntivas e proposições infinitivas. Quanto às três fases evolutivas do inf. flexionado: nas duas primeiras, trata-se numa profunda invasão do

(38) Gamillscheg 269-270; Sten 59 (ib. 69 interpretação pouco convincente).

(39) Cp. A. Costa 83; Said Ali 136, 150; Epifânio 218, 231-233, 238.

(40) Diez III², 212. Sobre oscilações entre infinito-complemento e proposição infinitiva no latim, cp. G. Cuendet, *De l'ellipse du sujet dans la proposition infinitive* (Mélanges Marouzeau, 1948, 113-117).

imperf. do conj. no terreno do infinito latino, e, portanto, duma considerável redução deste (fenómeno que aproxima as línguas de inf. flexionado das do extremo Sul da Itália e do rumeno); só a terceira constitui uma expansão em sentido oposto, um aumento das funções do infinito. Esta vitória foi simples e nítida nas línguas que não conser(va)vam o imperf. do conj. latino e us(av)am o inf. preposicional com sujeito na forma simples (tipo: esp. *después de venir ellos*); nas línguas em que o imperf. do conj. perdurou mais, ela leva ainda a marca da luta antiga entre as duas formas, visto que o infinito só conseguiu estender o seu domínio vestindo as formas do imperf. do conj. (*depois de virem*). Mais tarde, o desaparecimento do imperf. do conj. na sua função tradicional fez esquecer os conflitos antigos e juntar aqui fenómenos genealógicamente bastante diferentes sob a etiqueta comum de «infinito flexionado».

O infinito flexionado e a psicologia nacional

Geralmente considerado como uma particularidade e criação portuguesa, compreende-se que o infinito flexionado tenha provocado tentativas de interpretação psicológica da parte de filólogos que não se dão por satisfeitos com uma explicação exclusivamente histórica e linguística das formas gramaticais. Um «*idiotismo*» tão característico e quase exótico da Língua parece mais indicado que qualquer outro fenómeno para apanhar ao vivo o carácter do povo que lhe deu vida. Assim, D. Carolina reconhece neste sintagma a «*Volks-tümlichkeit, Freiheit oder sagen wir Willkür und dialektische Vulgarität, Undiszipliniertheit und Urwüchsigkeit des Portugiesischen*» (*Rom. Forsch.* VII, 87), a «estreme e democrática liberdade e originalidade, com que os Portugueses tratam os materiais da sua língua» (*Bol. da 2.^a Classe* XII, 291), quer dizer toda a sua imagem em parte romântica e em parte realista da alma portuguesa, com as modificações que o tempo e os acontecimentos políticos entre 1891 e 1914 lhe impuseram. Um autor brasileiro busca a origem no carácter dos antepassados galego-portugueses: «Sendo o povo galego de âni-ma rude..., tal rudeza parece ter concorrido para que os seus naturais viessem a *determinar* por meio de flexões ou desinências uma forma verbal, que se lhes afigurava *abstracta* e *vaga* por sua impessoalidade... [Said Ali] acresce que, estando o povo galego e lusitano geográficamente contaminados da *ênfase da linguagem*, tão característica do povo ibero (notadamente o espanhol), o infinito flexionado começou a ocorrer-lhe nos casos, em que era preciso *encarecer* o

assunto ou *eleva a linguagem*» (Góes 139). De maneira semelhante, trata-se para Spitzer de mais um sintoma do «primitivisme affectif», de uma «attitude anti-intellectualiste, ou anti-grammaticale» portuguesa (*Bol. de Filologia* V, 1937, 168; cp. Sten 69-70). Para Américo Castro, o infinito flexionado é uma pedra importante na sua construção da alma hispânica e significativa para a grande influência que na formação dela exerceu o elemento árabe:

«Habría, por tanto, que tener en cuenta a los musulmanes de España siempre que hallemos casos de interferencia entre lo objetivo y lo subjetivo; o mejor dicho, habrá que referirse a formas de vida íntima iniciadas durante la secular convivencia con los sarracenos. No creo que pueda entenderse de otro modo el infinitivo personal en portugués, del cual también se encuentran algunos ejemplos en el antiguo dialecto de León... Sin negar que la flexión personal del infinitivo haya tomado pie en la coincidencia del infinitivo (*fazer*) y de la primera persona del futuro de subjuntivo (*fazer*) [!], tal coincidencia no explica el infinitivo personal, que es un fenómeno de expresión humana, y no un juego automático de formas; tanto es así, que los extranjeros no logran practicar adecuadamente esa ingerencia del sentimiento personal en la acción genérica e intemporal del infinitivo. El infinitivo personal no añade nada a la significación objetiva de la frase; *podeis comerdes* [!] no dice más que *podeis comer*. La disposición de ánimo que determinó el nacimiento de tales flexiones, sigue viviendo en ellas; no basta la razón genética... Insisto en que lo esencial es el matiz expresivo añadido por la nueva desinencia añadida al infinitivo, que traduce así una intención o una voluntad en el hablante. Entre *dizeresme tu isso é loucura* y *dizerme tu isso é loucura* [!] hay la diferencia de que en el primer caso hay mayor vehemencia de expresión, se muestra mayor asombro de que tal persona diga tal locura, no se establece distancia entre el decir y la persona que dice (construcción «centáurica» subjetivo-objetiva), y se acentúa más su responsabilidad. Las razones en cada caso serán distintas, porque se trata de una perspectiva sentimental, «animizada», de la acción y no caben reglas abstractas. El infinitivo personal se emplea menos por el pueblo que por los escritores, lo que revela que hay en tales formas una conciencia de seguridad o autoridad sentimental que el pueblo ha poseído en menor grado... El infinitivo histórico [= personal?] nos lleva a los mismos hábitos psicológicos que hicieron posible la conjugación de *amanecer*; es un caso más de entrometimiento de la persona en lo que, lógicamente, debe quedar fuera de ella, y no existiría en gallego y en portugués sin la acción de los mozárabes, principales intermediarios entre cristianos y musulmes» (41).

Estamos de acordo num ponto capital com esta e as tentativas de explicação psicológica e psicológico-étnica anteriormente citadas: «los problemas de la lengua escapan a las manipulaciones externas

(41) *España en su historia*, Buenos Aires 1948, 220-222.

de la gramática llamada histórica, una historia de las cortezas más bien que del meollo de la lengua». É preciso sentir e definir «el proceso existencial latente en el infinitivo (flexionado)» e incorporá-lo «en la totalidad de la forma de existir» dos povos que o conhecem ou conheceram. Uma tal interpretação psicológica ou estilística está por fazer. Mas ela não se faz com etimologias antiquadas, com exemplos inexistentes e errados e com antolhos contra o que de útil e de indispensável só a gramática histórica e comparativa nos pode oferecer. E esta diz-nos com bastante certeza uma coisa: que todas estas tentativas de caracterologia nacional mencionadas estão equivocadas enquanto pensam ter entre mãos, no infinito flexionado, um produto da mentalidade galego-portuguesa ou até peninsular ⁽⁴²⁾; tomam por criação luso-galaica o que foi uma herança de certo tipo de latim falado no Sul da Itália e dali exportado para as costas atlânticas da Península hispânica em tempos da romanização. É no foco de origem e no ambiente latino-vulgar que se deverá procurar em primeiro lugar a «forma de existir» que o infinito flexionado encerra e exprime.

Lisboa.

HARRI MEIER

⁽⁴²⁾ É raro o inf. flexionado nos documentos medievais leoneses, e inexistente no castelhano e no oriente da Península (aragonês, catalão).

O infinito absoluto no Romanceiro Popular

O estilo dos romances populares, dum cáldo impressionismo, ressent-se da «fantasía súbita e atropellada» que Vossler considera típica do espírito espanhol ⁽¹⁾. Do começo até ao fim, procuram surpreender, abalar, comover profundamente o leitor, dar a sensação dum movimento que não pára até ao desfecho da intriga. Mas tudo isto eles conseguem com extrema sobriedade de processos. «Con esa sencillez de recursos — escreveu Menéndez Pidal —, los romances alcanzan gran viveza intuitiva de la escena, emoción llana y fuerte, elevación moral, aire de gran nobleza» ⁽²⁾.

Não admira, pois, que o infinito absoluto, na sua sugestiva brevidade, surja com frequência na linguagem do Romanceiro. Presta-se às mil maravilhas quer para referir uma acção rápida e surpreendente, quer para traçar um quadro, quer para dar uma ordem, quer ainda para comunicar as mais variadas atitudes psicológicas, da piedade à cólera, da ironia ao pasmo. Observar os valores que assume no Romanceiro Popular (infinito narrativo, descritivo, imperativo, exclamativo, vicário) é a finalidade do presente estudo.

a) infinito narrativo

Como Alf Lombard faz ver ⁽³⁾, a preposição *a* que normalmente precede em português o infinito narrativo é mais que simples partícula anunciativa. Pode corresponder ao *ad* durativo latino, conser-

⁽¹⁾ *Algunos Caracteres de la Cultura Española*, Madrid, 1941, pág. 69. Ao citar estas palavras de Vossler, é óbvio que não pretendo negar a participação portuguesa na recriação, e até na criação, de romances; mas autores espanhóis e autores (ou colaboradores) portugueses comungaram na mesma exaltação dramática.

⁽²⁾ *Flor Nueva de Romances Viejos*, 1928, pág. 29.

⁽³⁾ *L'infinitif de Narration dans les Langues Romanes*, Uppsala, 1936, pág. 154.

vando alguma coisa do primitivo sentido local, como sucede nas frases *estou a trabalhar, fiquei a escrever* :

Rua abaixo, rua acima,
Gaifeiros a passear (I, 217) ⁽⁴⁾

Ele e ela na igreja,
Los outros fora a esperar (I, 398)

Pode outras vezes indicar o começo da acção. Da primitiva ideia de lugar passa-se assim a uma ideia de aspecto: caracteriza-se «a acção no seu ponto de aparição». É o valor que se nos depara em frases do tipo *pôs-se a rir*. Como nos romances populares as acções são encaradas de preferência no seu início, dado o carácter vivo, dramático, da narrativa, não só aparecem frequentemente perífrases com o verbo *começar* ⁽⁵⁾, mas ainda são numerosos os casos de infinito narrativo com o valor apontado :

Dom Varão como discreto
Começou a descalçar ;
Naquela noite seguinte
As guerras a começar (I, 139)

Dom Martinho, por discreto,
De armas a conversar (I, 128)

Don'Aninha, mal lo soube,
Atrás dele a caminhar (I, 291)

Quer dizer, nos dois últimos exemplos: Dom Martinho *pôs-se a conversar* sobre armas, Dona Aninha *meteu-se ao caminho*. O contexto localiza no tempo o início das acções expressas pelo infinito. Mas a este valor pode juntar-se certo matiz durativo: imaginamos Dom Martinho prolongando a conversa, visionamos Dona Aninha caminhando indefinidamente pela estrada.

O infinito narrativo serve para sublinhar o que há de repentino ou inesperado nos acontecimentos. A sensação da rapidez é muitas vezes reforçada pela frase «Palavras não eram ditas», que desempenha o papel dum complemento circunstancial ⁽⁶⁾ :

⁽⁴⁾ Sirvo-me do *Romanceiro Geral Português* de Teófilo Braga, 1906-1909.

⁽⁵⁾ Cf. Leo Spitzer, *Stilistisch-Syntaktisches aus den spanisch-portugiesischen Romanzen*, in *Z. für R. Ph.*, 1911, XXXV.

⁽⁶⁾ Cfr. Lombard, ob. cit., pág. 202.

Palavras não eram ditas,
Ferro lá nau a deitar ;
E «viva! viva!» da terra
E lá da nau a bradar (I, 18)

A emoção do inesperado transmitida pelo infinito narrativo (outras vezes traduzida pelo «Eis senão quando...»), mistura-se o sentimento das misteriosas coincidências do Destino :

Só no andar do caminho,
A justiça a encontrar (I, 419)

Estando nestas razões,
Dom Alberto a chegar (II, 33)

Como quem diz : «Vejam lá como são as coisas, vejam lá como elas se armam : precisamente nesse momento encontrou a justiça, precisamente nesse momento chegou Dom Alberto».

Além da simultaneidade da acção, o infinito narrativo precedido de a designa a repartição ou a oposição, como na quadra popular, citada por D. Carolina Michaëlis, «Eu a amar-te e a querer-te, / Tu a fugires de mim» (7). Construções destas são frequentes na linguagem popular e familiar, por ex. «Tu a dares-lhe e a burra a fugir». Nos romances populares

Leonor como entendida
No cavalo foi montar.
O príncipe entrou n'água,
Leonor a passear (I, 119)

A Olindinha partiu,
O marido a chegar (I, 561)

são casos em que, embora uma das proposições tenha o verbo no modo finito, é evidente a intenção de opor duas acções.

A origem do infinito narrativo tem sido muito discutida. Ainda em 1942 Almenberg em *L'ellipse et l'infinitif de narration en français*, continuando Marcou e Luker, afirmava que terá provindo de frases do tipo *l'homme commence de chanter et la femme de rire*, de que se terá desgarrado o segundo membro. Alf Lombard, nas *Remarques sur*

(7) Cf. o *Dic. Hist. de la Lengua Española* publ. pela Acad. Esp., letra A, 1933. Epifânio dá também exemplos em que ressalta o contraste (*Syntaxe Historica Portuguesa*, 2.^a ed., § 309, n.º 3).

l'infinitif de narration publicadas em *Le Français Moderne*, 15.º ano, Out. de 1947, pág. 249-264, pergunta por que motivo só quando a forma pessoal é *commença* ou equivalente terá desaparecido nessas frases o primeiro membro. «Au contraire — accentua — la théorie nominale ne présente pas de difficultés de ce genre, puisqu'un des domaines propres aux propositions nominales est justement le langage affectif, le récit rapide, la description animée» (pág. 261).

Não é aqui meu propósito intervir na discussão a favor duma ou doutra tese. Observo, porém, que um dos argumentos de Lombard, a completa falta de casos de infinito narrativo com *de* nas línguas românicas do sul⁽⁸⁾, é menos exacto. Este argumento tentou-o há pouco valorizar e corroborar Carin Fahlin em documentadas *Observations sur l'infinitif de narration en portugais et sur la construction du verbe «commencer»*, artigo dos *Studia Neophilologica*, vol. XIX, n.º 3, 1947, onde declara, depois de notar que nos sécs. XIV e XV *começar de* é mais frequente que *começar a*: «Si l'infinitif narratif portugais était quelquefois introduit par *de*, la fréquence de la construction *começar de* pourrait être alléguée comme une preuve en faveur de la théorie de l'ellipse. Mais malgré la prépondérance de *começar de* par rapport à *começar a*, on n'a pas relevé un seul exemple d'un infinitif narratif précédé de *de* en portugais. N'est-ce pas là une preuve suffisante que l'infinitif narratif portugais ne procède pas d'une ellipse totale du verbe *começar* ?» (pág. 286).

Não é uma «prova suficiente» porque no português dos romances populares há um infinito narrativo com *de*:

Lá por essa noite adiante
Claralinda de gritar... (I, 357)

Trata-se duma versão do Ribatejo. A versão minhota do mesmo romance diz:

Lá por essa noite velha
Mariana de queixar (I, 357 n.)

No romance *Dom Carlos d'Além-Mar* encontramos, na versão ribatejana:

Chegavam, não chegariam...
A Justiça de bradar (I, 364)

(8) Ob. cit., pág. 172: «Si la préposition *de* se trouve uniquement devant l'infinitif historique français et provençal et ne se rencontre pas devant celui des langues du sud, il y a pour cela, comme on l'a vu, une raison précise...»

Convém lembrar que também nos romances populares ocorre *começar de* :

Chegando à freguesia
Começou de perguntar :
Chegando aonde ele estava
Começou de prantejar (II, 351)

Do infinito narrativo com *de* há exemplos em *Os Meus Amores* de Trindade Coelho, cuja linguagem, na terceira parte do livro, *Amorinhos*, reproduz com muita fidelidade a sintaxe popular : «E o José Grillo, inda de teimar : «—Vae lá vêr, que estará molhado!» (6.^a ed., pág. 330); «E o José Grillo de a ameaçar, agora como quem perde a paciencia : —Ó mulher, ó mulher!...» (ib.).

É entretanto verdade (e isto ainda pode escorar a tese dos autores citados) que nos textos que li raramente aparece *de* a introduzir o infinito narrativo.

b) infinito imperativo :

O infinito imperativo surge uma vez precedido da preposição *a* :

Oh lá, oh lá, escudeiros,
Os cavalos a ferrar ! (I, 351)

Normalmente não vem precedido de preposição :

Oh lá, oh lá, meus criados,
A lenha ao monte apanhar... (I, 359 n.)

As dores não serão muitas,
Toma o caminho, e andar ! (I, 556)

P'ra terras de Dom Bernal,
Minha barca, andar, andar (I, 294)

Há um infinito histórico em que ainda transparece o valor imperativo :

Dom Bernal, quando lo soube,
Oh ! fugir sem descansar... (I, 291)

c) infinito descritivo

Ao contrário do infinito histórico, o infinito descritivo faz parar a acção num dado momento, desdobra, permenoriza um aspecto da

narrativa. Nunca tem sujeito expresso. As séries de infinitos descritivos «*décrivent soit un ensemble de faits plus ou moins simultanés, ou au moins sans ordre chronologique précis, soit des suites répétées de faits*» ⁽⁹⁾. É, portanto, mais vago que o infinito histórico. Normalmente não vem precedido de preposição :

Andei por montes e vales
Sem dormir nem descansar ;
O comer de carne crua,
No sangue a sede matar... (I, 212)

Eu rio-me do cavaleiro
E da sua cobardia,
Achar donzila no campo
E guardar-lhe cortesia (I, 232)

O que sofria a Silvana !
Chorar de noite e de dia ;
Não podia já viver
No meio daquela agonia (I, 465)

Meteu-me numa enxovia,
Onde a vida se desterra ;
De noite, moer esparto,
De dia, pisar canela (II, 159)

Em todos estes exemplos o infinito precisa, concretiza, desenvolve uma afirmação ou um estado que decorre duma afirmação feita antes : descreve a vida que levaram, em dada época, as pessoas que contam a sua história ; diz em que consistiu a cobardia do cavaleiro (e aqui refere-se excepcionalmente a uma ocasião determinada ; parece ter um valor exclamativo, reprovador, irónico) ; descreve as manifestações comoventes do sofrimento de Silvana : «chorar de noite e de dia».

Por vezes, enumerando acções já em síntese enunciadas e localizadas no tempo («Tudo foi dito e feito»), os infinitos, com sujeito expresso, ganham um valor entre descritivo e narrativo :

Tudo foi dito e feito
Sem nada, nada faltar.
La viuva a rir por dentro,
Por fora a se chorar ;

(9) Alf. Lombard, obra cit., pág. 179 e sgs.

Las vizinhas cose, cose,
Na mortalha a trabalhar ;
À roda, santas mulheres
A carpir e a cramar (II, 258)

Temos perante os olhos um quadro, ao mesmo tempo que o enunciado de acções simultâneas, coisas «feitas».

d) infinito exclamativo

A frase exclamativa caracteriza o estilo dos romances populares, quer porque as personagens do drama só falam em regra nos lances críticos, patéticos, e as suas palavras vêm carregadas de emoção, quer ainda porque os próprios autores dos romances intervêm a cada passo, mostrando espanto, indignação ou compaixão perante os factos que narram :

Oh, que festas vão na corte !
Oh, casamento luzido ! (I, 196)

Milagre !! Quem tal diria,
Quem tal pudera contar ! (I, 209)

O infinito exclamativo tem a forma do infinito descritivo ; mas no primeiro a intenção não é descrever objectivamente, é expandir os sentimentos que um facto provoca — o assombro, a censura, a compaixão, a cólera, o protesto —, sentimentos que não raro se combinam ⁽¹⁰⁾. Não há limites rigorosos entre o infinito descritivo e o exclamativo : aquele vai-se tornando exclamativo, já o vimos atrás, à medida que se vai enchendo de afectividade. São exemplos de infinito exclamativo :

Ai, Jesus, ai, minha mãe,
Que não tendes coração !
Vê-lo filho de oratório,
Mandá-lo cantar centão ! (I, 322)

Mas matar uma inocente
Com tamanha aleivosia ! (I, 490-491)

Mas eu ver-me quem eu era
Feita bicho de cozinha ! (II, 140)

⁽¹⁰⁾ Ver exemplos em Dunn, *A Grammar of the Portuguese Language*, 1930, § 587 a ; Epifânio, ob. cit., § 309, n.º 2.

A admiração reverente e amante, a solicitar a adesão do leitor, ganha mais eloquência pela repetição duma palavra no fim dum verso e no começo do seguinte : a narração é cortada por uma espécie de êxtase :

Lo filho de Deus morreu,
Pelo caminho da luz,
Las pedras a quebrantar,
Lo Filho de Deus morrer,
Morrer, para nos salvar ! (II, 437)

Também o infinito precedido de *a* aparece integrado em frases exclamativas ; antecede-o a preposição :

Eram tantos esses mouros
E tu só a batalhar ! (I, 219)

Muito não era passado
E a nau em terra a varar ! (I, 8)

Estas frases são narrativas e exclamativas. O mesmo acontece, embora com menos calor emocional, na seguinte oração consecutiva negativa :

Tanta cutilada deram
Sem nenhuma lhe acertar (I, 21)

e) infinito vicário

Em vez dum verbo no modo finito, *derramará* em paralelismo com *dará*, o simples infinito, motivado talvez pela rima, apresenta a alternativa sem qualquer matiz temporal :

Ainda que minha filha
Amores queira tomar,
Dará a mão a seu primo
Ou seu sangue derramar ? (I, 81)

São estes os tipos de infinito absoluto que nos oferece a linguagem do Romanceiro.

Wandlungen im Gebrauch der verbalen Präfixe in der deutschen Sprache des 18. Jahrhunderts

In der sprachlichen Darstellung von Bewegungsvorgängen bestehen zwischen dem Deutschen als einer germanischen und den lebenden romanischen Sprachen wesentliche Unterschiede. Ein formendes Prinzip lässt sich dabei schnell erkennen. Das Deutsche erfasst einen Bewegungsvorgang vorzugsweise als bestimmte Modifikation einer Tätigkeit überhaupt; die bestimmte Modifikation wird durch ein Präfix ausgedrückt, das zu dem Verb als der Tätigkeitsbezeichnung tritt. So lässt sich durch ein Präfix die Richtung im Raum wiedergeben, ob sich eine Bewegung nach oben, nach unten vollzieht, ob heraus oder herein — sogar noch die Annäherung an den Sprechenden bzw. die Entfernung von ihm lässt sich ausdrücken —, weiterhin der Beginn eines Geschehens oder sein Abschluss, eine Mehrung oder Minderung, die sich aus der Tätigkeit ergeben u.a.m. Gewiss fehlt es in den romanischen Sprachen nicht an solchen Präfixen, aber ihre Bedeutung lässt sich nicht mit der im Deutschen vergleichen. Schon zahlenmässig ist da der Anteil der mit Präfix zusammengesetzten Verben hoch: man schätzt ihn auf mindestens ein Drittel. Weiterhin ist die Kraft in den Präfixen so lebendig, dass jeder nicht ganz stumpfe Sprecher mit Leichtigkeit schöpferisch werden und neue Zusammensetzungen bilden, d.h. neue Aspekte an einem Vorgang ausdrücken kann. Im Romanischen ist es immer wieder so, dass der Bewegungsvorgang nicht als Modifikation einer allgemeineren Vorgänglichkeit erfasst wird, sondern als verhältnismässig eng umgrenzte Einheit.

Das Deutsche erfasst eine Bewegung als *Steigen*. Das meint als Grundtätigkeit ein ziemlich langsames Gehen, bei dem die Knie merklich gekrümmt werden und sich das Körpergewicht eindeutig auf den niedersetzenden Fuss verschiebt. (Anlass dazu sind Hindernisse oder Niveauunterschiede in der Gehbahn). Diese Grundtätigkeit erkennen wir nun in den verschiedensten Abwandlungen wieder, deren Eigenart wir durch die Präfixe *ab-, an-, aus-, auf-, ein-, er-, ver-*,

um-, nach-, über- u.s.f. ausdrücken. Fast in jedem Fall geschieht die sprachliche Darstellung in einer romanischen Sprache durch ein besonderes Wort für gerade diesen Vorgang oder aber durch eine präpositionale Ergänzung. Nicht selten wird sogar die für uns einheitliche Besonderung des Bewegungsvorganges noch weiter aufgespalten: ob man einen Berg, ein Pferd, ein Schiff oder einen Thron besteigt, das wird in den romanischen Sprachen vielfach als ein eigener Vorgang empfunden.

Noch zahlreichere Aspekte lassen sich an der Grundbewegung des *Tretens* sondern; zu den genannten Präfixen stellen sich da noch *bei-, her-, hin-, unter-, zurück-* u.a. Wieder muss man bei der Übersetzung eigene Worte für den jeweiligen Vorgang oder aber Ergänzungen benutzen, und nicht selten versagen auch diese Mittel. «*Er trat ins Zimmer*», «*Er trat ins Zimmer ein*». «*Er trat in das Zimmer herein (hinein, rein)*», — diese für deutsches Sprachempfinden deutlich unterschiedenen Tatbestände lassen sich kaum in einer romanischen Sprache sondern, oder die Sonderung wird gleich zu stark. In den deutschen Präfixen liegt ein ungeheuer reiches und leistungskräftiges Mittel der Nuancierung bereit, — und nicht nur für die Darstellung von Bewegungsvorgängen, wie wir jetzt erweitern hinzufügen können.

Der weitgehende Verzicht, mittels verbaler Präfixe besondere Aspekte eines Vorgangs darzustellen, ist den lebenden romanischen Sprachen gemeinsam. Das kann überraschen, wenn man an das Lateinische denkt, in dem die Präfixe überaus lebendig waren. In den romanischen Sprachen erscheint das gleiche lateinische Verb nicht selten in verschiedener Gestalt: ein Symptom dafür, wie gering die Eigenbedeutung der Präfixe empfunden wurde. Franz. *voir*, span./portug. *ver* gehen auf latein. *videre* zurück; aber das lateinische Kompositum *invidere* erscheint heute im Franz. als *envier*, im Span. als *envidiar*, im Portug. als *invejar*. Im Latein. steht neben *regredi*: *aggregi*; in den romanischen Sprachen sind die Ableitungen aus dem ersten Verb in die *-er* (bzw. *-ar*) Konjugation, die aus dem zweiten in die *-ir* Konjugation getreten. Oder wenn im Port. *querer* unregelmässig konjugiert, *requerer* aber regelmässig, so ist auch das ein Symptom, wie stark die Komposition als eigenes Verbum gefühlt wurde. Dass es sich bei den vielen Beispielen, die sich für diesen Tatbestand aus den romanischen Sprachen beibringen liessen oft um humanistische Komposita handelt, die nun nicht mehr den Anschluss an das Simplex fanden, ist kein Einwand. Diese Tatsache bestätigt vielmehr den grundsätzlichen Strukturwandel, der sich vom Lateinischen zu

den Tochttersprachen hin vollzog. Und sie beleuchtet grell den Strukturgegensatz zum Deutschen. Denn in der deutschen Sprache hat die engere Berührung mit der lateinischen im Zeitalter der Mystik und des Humanismus die Entfaltung der verbalen Präfixe gerade in reichstem Masse gefördert. Die bekannten Neubildungen der Mystik wie: *einfließen, eindrücken, einleuchten, einziehen* u.s.f. sind deutlich vom lateinischen *in-* befruchtet worden.

Die lateinischen Anregungen sollen damit nicht überschätzt werden (obwohl sie wohl gewöhnlich noch unterschätzt werden); der ganze Vorgang ist so elementar, umfassend und vor allem: dem Geist der deutschen Sprache so gemäss, dass seine Erforschung nach den verschiedensten Seiten zu schauen hat. Noch sehen wir über die Tatsachen nicht klar; die letzte zusammenfassende Darstellung von H. Kunisch ⁽¹⁾ (die besonders auf die sprossenden *ver-, ent-, durch-, über-, ein-, voll-*Zusammensetzungen hinweist) lässt indes erkennen, dass die Forschung auf diese Phänomene sehr aufmerksam geworden ist. Es sind, so lässt sich noch sagen, vor allem präpositionale Präfixe, die damals ihre Lebenskraft entfalten. Und endlich handelt es sich nicht nur um eine Zunahme bestimmter verbaler Präfixe, sondern um eine tiefgreifende Umschichtung. So verliert z.B. das im Mhd. noch so fruchtbare *ge-* an Ausdehnung und Gewicht. Heute spüren wir wohl kaum noch etwas von seiner damaligen Wirkungskraft. Man spricht ihm oft doppelte Bedeutung zu: eine inchoative und eine perfektive. Man sollte vielleicht richtiger von der einen aktualisierenden Bedeutung sprechen, d.h. von dem Vermögen, die Verbbedeutung für einen einmaligen Vorgang zu aktualisieren. In späterer Zeit wird der Aspekt genauer erfasst, und vielfach haben *er-* oder *ver-* seine Stelle eingenommen: mhd. *gesehen* geben wir meist mit *erblicken* wieder, und wenn die Mystiker noch das Kompositum *geworten* bilden konnten, so drängt sich uns an entsprechender Stelle *ver-* *worten* auf. (Wir empfinden heute in *ge-* eine Zusammenfassung, offensichtlich unter Einfluss des nominalen Präfixes. Das alte *gedenken* ist für uns Ausdruck eines innigen und meist gemeinschaftlichen Denkens geworden).

Eine andere Zeit, in der sich die verbalen Präfixe auffällig umlagern, ist die zweite Hälfte des 18. Jahrhunderts. Das ist eine runde

⁽¹⁾ Spätes Mittelalter, in: Deutsche Wortgeschichte, hgb. F. Maurer u. F. Stroh, Bd. I, Berlin 1943. — Seit Jahrzehnten verdanken wir schwedischen Forschern die eindringlichsten Arbeiten zu den Problemen der verbalen Komposition im Deutschen.

Feststellung, zu rund, als dass sich eine Geschichte der Sprache damit begnügen könnte. In diesen Rahmen aber muss die ganze Frage schliesslich gestellt werden. Deshalb helfen auf der einen Seite die Untersuchungen nicht sehr weit, die für Einzelheiten (ein Wort, eine Neubildung, ein Präfix) angestellt worden sind. Sie geben den Blick nicht auf die grösseren Vorgänge frei oder schauen wohl gar in andere Richtung. Die Beobachtungen z.B., die für Klopstock in dieser Hinsicht gemacht worden sind, ordneten sich gewöhnlich der Frage nach seinem Stil unter. Selbst wenn sie das weitere Feld der Hymnen- und Odensprache umspannen, so bleiben sie damit auf einem eng begrenzten Feld der Verssprache. Eine Geschichte der deutschen Sprache hat damit noch wenig gewonnen. Ebenso ist der Beitrag, den die Beobachtung eines Wortes liefern kann, noch unbedeutend. Selbst wenn es technisch möglich wäre, das in Wörterbüchern und Einzelarbeiten vorliegende wortgeschichtliche Material für die verbalen Präfixe zusammenzustellen, so wäre damit erst Vorarbeit geleistet. Belebungen älterer Formen und Neubildungen sind nur ein Teilstück in dem ganzen Komplex; absterbende oder zurücktretende Bildungen wären nicht weniger wichtig. Und schliesslich muss es darauf ankommen, die Wandlungen und Umlagerungen in dem ganzen sprachlichen Feld der verbalen Präfixe zu erfassen.

Um den Blick auf solche Verschiebungen zu lenken, vergleichen wir zunächst drei Texte. Sie sind einigermassen homogen; in jedem Fall handelt es sich um die Sprachschicht der literarischen Kritik. Zeitlich liegen sie nicht weit auseinander: Joh. Elias Schlegels *Vergleichung Shakespears und Andreas Gryphs* stammt aus dem Jahre 1741; Lessings *Hamburgische Dramaturgie* aus den Jahren 1767 und 68, Herders *Shakespeare-Aufsatz* erschien 1773. Aus der Hamburgischen Dramaturgie wurden vor allem die Abschnitte durchmustert, die von Shakespeare handeln, so dass also die drei Texte auch thematisch zusammenstimmen. Der Umfang der aus Lessing und Herder gewählten Abschnitte gleicht genau dem Aufsatz J. E. Schlegels (aus dem die eingeschobenen Verszitate beiseite gelassen wurden). Die folgenden Zählungen führen alle Verben mit Präfixen auf — unter Ausschluss nominaler Kompositionen wie *stille stehn*, *treu bleiben*, *bereit halten*. Wir geben zunächst den Bestand bei Schlegel und Lessing, nach der Häufigkeit der Präfixe geordnet:

Präfix	Schlegel	Lessing
<i>be</i>	35	38
<i>ver</i>	30	37
<i>er</i>	29	29
<i>an</i>	19	15
<i>vor</i>	12	4
<i>ge</i>	10	5
<i>ab</i>	8	8
<i>über</i>	7	9
<i>auf</i>	6	4
<i>ein</i>	6	6
<i>nach</i>	6	1
<i>zu</i>	5	5
<i>ent</i>	4	7
<i>unter</i>	4	2
<i>zusammen</i>	3	—
<i>aus</i>	3	4
...	...	...
	212	207

Die Gleichmässigkeit ist geradezu überraschend. Wie die Gesamtzahl fast dieselbe ist, so ist die Zahl der verwendeten Präfixe nahezu gleich (Schlegel : 33, Lessing : 30) und schliesslich die Häufigkeit, in der das einzelne Präfix erscheint. Das Bild verschiebt sich wesentlich, wenn wir den Bestand bei Herder danebenstellen :

Präfix	Herder	Schlegel	Lessing
<i>er</i>	19	29	29
<i>ver</i>	18	30	37
<i>ge</i>	10	10	5
<i>be</i>	10	35	38
<i>ein</i>	7	6	6
<i>an</i>	7	19	15
<i>vor</i>	5	12	24
<i>aus</i>	5	3	4
<i>fort</i>	5	—	—
<i>hin</i>	4	1	2
<i>ent</i>	4	4	7
<i>über</i>	4	7	9
<i>weg</i>	4	1	1

Das erste Ergebnis ist vielleicht unerwartet : die Zahl der Verben mit Präfixen ist um nahezu 1/3 zurückgegangen. Dabei ist es nicht so, dass Herder die Präfixe streicht, um die einfachen Verben zu

gebrauchen. Der Sturm und Drang bietet dafür viele Beispiele, der Shakespeare-Aufsatz nur sehr wenige. So findet sich einmal *zeugen* für geläufigeres *bezeugen* («so soll Vater Aristoteles zeugen»); oder einfaches *herrschen* für *vorherrschen*, oder ein *zöge* für *hervorzöge*. Aber das ist selten; der Rückgang betrifft die Verben überhaupt, — eine seltsame Feststellung angesichts dieses so «dynamischen» Stils. Aber die Dynamik entsteht gerade durch die Unterdrückung des Verbums. Die Sachverhalte werden dadurch ungegliederter, unübersichtlicher, der Sprecher scheint unter ihrem unmittelbaren Eindruck zu stehen, er hat nicht Abstand genommen und geordnet. Die dynamische Energie des Verbums ist in die anderen Satzteile eingegangen. Nicht selten ruft ein Substantiv einen ganzen Sachverhalt hervor: «In Othello, dem Mohren, welche Welt! welch ein Ganzes! lebendige Geschichte der Entstehung, Fortgangs, Ausbruchs, traurigen Endes der Leidenschaft dieses edlen Unglückseligen! und in welcher Fülle und Zusammenlauf der Räder zu *einem Werke!*» Oder eine andere Stelle: «Die Mordszene Bankos im Walde: das Nachtgastmahl und Bankos Geist — nun wieder die Hexenheide... Nun Zauberkhöhle, Beschwörung, Prophezeiung, Wut und Verzweiflung! Der Tod der Kinder Macduffs unter den Flügeln der einsamen Mutter! und jene zweien Vertriebene unter dem Baum, und nun die grauerliche Nachtwandlerin im Schlosse und die wunderbare Erfüllung der Prophezeiung — der heranziehende Wald — Macbeths Tod durch das Schwert eines Ungeborenen...»

So deutet also der zahlenmässige Rückgang der Präfixe im Shakespeare-Aufsatz keineswegs auf eine Abneigung gegen Präfixe an sich; es ist ja schon auffällig, dass Herder — trotz der um 1/3 verminderten Gesamtzahl — entschieden mehr Präfixe verwendet als Schlegel und Lessing: den 33 bzw. 30 dort stehen hier 38 gegenüber. Bildungen mit *fort-*, *herab-*, *heran-*, *herunter-*, *dahin-*, *davon-*, *hieher*, *hinaus-*, *hieraus-*, *mit-* finden sich nur bei Herder. Liegt darin schon ein erster Hinweis, dass im Shakespeare-Aufsatz gerade ein besonderes Gefühl für die Leistungskraft der Präfixe lebendig ist, so wird diese Vermutung durch die Beobachtung der Sprache im einzelnen zur Gewissheit.

Am stärksten sind die *be-* Bildungen zurückgegangen: von 35 bzw. 38 auf 10. *Be-* ist nun ein Präfix, dessen eigener Bedeutungsgehalt sehr schwach ist. Manche Wörterbücher wollen ihm jegliche Bedeutungskraft absprechen; das geht indessen wohl zu weit. Wenn man sagt: *beschreiben Sie einen Ferientag* statt: *schreiben Sie über einen Ferientag*, oder: *bedenken Sie den Fall noch einmal* statt:

denken Sie noch einmal über den Fall (nach), so liegt in *be-* offensichtlich etwas von einer Zusammenfassung der Verbenergie, die nun unmittelbar auf ein Objekt gelenkt wird: *be-* hat das Vermögen, ein Verbum zu transitivieren. Wieviel straffer ist die Wendung: *er bearbeitete den Rechtsfall* als: *er arbeitete an dem Rechtsfall*. Dagegen wird die ganze Blässe, ja geradezu eine entsinnlichende Wirkung des *be-* überall da spürbar, wo es seines transivierenden Vermögens nicht bedarf, weil das Verb schon transitiv ist. Das wird besonders bei den Reflexiven deutlich. Die Reihe: *er bemühte sich sehr, er mühte sich sehr, er mühte sich sehr ab* — ist beispielhaft. Ebenso geht von *be-* da keine Bedeutungskraft aus, wo es an einem Simplex oder äquivalenten nominalen Ausdruck fehlt.

Mustern wir den Bestand bei Schlegel und Lessing, so zeigt sich schnell, wie bedeutungslos das Präfix *be-* fast durchweg bei ihnen ist. Schlegel verwendet folgende Bildungen:

befallen	berühren
sich befinden (2)	sich beschäftigen
befördern	sich beschweren
befriedigen	beschreiben
begleiten	bestehen (3)
begnügen	betrachten
behalten (3)	betreffen (2)
beharren	beurteilen
bekennen	bewegen
sich bekümmern	beweisen
sich bemühen	bewundern (4)
benehmen	bezeigen
beobachten (2)	

Bei Lessing verrät schon der Wortschatz, dass *be-* etwas lebendiger ist:

beantworten	beleidigen (2)
bedauern	sich bemächtigen (2)
bedecken	bemerken (3)
bedenken (2)	benennen (2)
bedienen	beobachten (2)
befestigen	bereichern
sich befinden	berufen
befördern	besorgen (3)
begegnen	besitzen (2)
begehen (4)	besteigen
behaupten	besuchen
bekennen	bewahren
sich bekümmern	

Bei Herder fehlen die blassen *be-* Bildungen nicht ganz; aber daneben stehen mehrere Komposita (und jedenfalls mehr als bei den anderen), in denen *be-* sich recht *wirksam* zeigt:

bearbeiten	bemerken
bedeuten	beruhen
begegnen	beschreiben
beherrschen	betrügen
beleben (2)	

Beträchtlich war sodann der Rückgang des Präfixes *ver-*. An ihm spüren wir noch durchaus *Eigenbedeutung*. Wir müssen sogar sagen: *Eigenbedeutungen*; denn in *ver-* sind mehrere germanische Präfixe lautlich zusammengefallen. (Bei den *ver-* Bildungen ist die Zahl der mehrdeutigen Wörter auffällig gross: *verzeichnen*, *verrechnen*, *verlegen*, *verbringen* u.a.m.) Am kräftigsten ist wohl die Bedeutung des «Verschwindens und Zugrundegehens», sodann die engere des «Verbrauchens von Mitteln und Zeit» (Kluge-Goetze); in reflexiven Bildungen bedeutet *ver-* die «falsche Richtung». Aber zahlreich sind auch hierbei die Bildungen, in denen von *ver-* nur ganz geringe Wirkung ausgeht. Besonders wenn kein Simplex mehr daneben steht, ist es leicht mit dem Verb völlig verschmolzen: *vergnügen*, *verlangen*, *vermählen*, aber auch da, wo der semantische Zusammenhang nicht mehr empfunden wird: *sich verhalten*, *verstehen*, *verwenden* u.a.m. Die eben aufgeführten Beispiele finden sich sämtlich bei Schlegel und Lessing (und noch viele mehr); der Anteil der bedeutungslosen *ver-* an der Gesamtzahl ist erheblich. Andererseits gibt es aber auch ausdrucksvolle *ver-* Bildungen, und wenn sich bei *be-* einige veraltete Belege fanden, in denen wir heute diese Bildung vermeiden würden (Gerechtigkeit *bezeigen*, den Irrtum *benehmen*, — der Rückgang von *be-* setzt schon früh ein: mhd. *belangen*, nhd. *verlangen* u.ä.), so sind demgegenüber alle von Schlegel und Lessing verwendeten *ver-* Bildungen noch heute durchaus üblich. Es muss angesichts solcher Lebenskraft von *ver-* etwas befremden, dass Herder so wenig Gebrauch von dem Präfix macht. Man darf wohl besondere Gründe vermuten und dann darauf weisen, dass der mindernde, aufzehrende, negative Gehalt von *ver-* im Inhalt des Shakespeare-Aufsatzes keinen Nährboden und in seinem hymnischen Ton kein gedeihliches Klima fand. (In unseren Text fielen nicht mehr die vorangehenden Bemerkungen Herders über das französische Drama; es ist bezeichnend, dass auf diesen wenigen Seiten gleich fünf und meist recht negierende *ver-* Komposita begegnen). Immerhin steht dieses

Präfix bei Herder mit 18 Belegen gleich an zweiter Stelle; wo es auftritt, ist es gewöhnlich ausdrucksvoll: *veralten, verstümmeln, verwandeln, verwelken, verwirren, verwischen, vertreiben* u.a.m. Es ist bei Herder unvergleichlich leistungskräftiger als bei den Vorgängern. Wir stossen sogar auf besondere Mittel, um den Gehalt des Präfixes zu steigern. In der Wendung: «... so zu dem Ganzen gehören, dass ich nichts verändern, versetzen... könnte» macht die Verdopplung das Verfehlt eines solchen Versuchs umso eindringlicher.

Als drittes der häufigeren Präfixe ist *er-* merklich zurückgegangen, freilich nur noch in dem Masse des sonst durchschnittlichen Rückgangs überhaupt. Seine Bedeutung ist etwas einhelliger: es lassen sich wohl im Neuhochdeutschen vor allem drei Bedeutungsnuancen sondern, bei denen es an dieser Stelle gleichgültig bleiben kann, wie ihre Entwicklung aus der Grundbedeutung *ur (uz)* = «von etwas fort», «aus dem Innern heraus» erfolgt ist ⁽²⁾:

- 1) *er-* bedeutet ein Erringen, wobei das Simplex das Mittel des Erringens angibt: *erjagen, erbitten, ersingen*.
- 2) *er-* bedeutet «geraten in (den Zustand, den das Simplex angibt)», «anfangen zu»; *er-* ist ein Präfix, das äusserst kräftig zeitliche Perspektive gestaltet. Wenn es wegen des «Beginns», des «Geratens» als inchoativ bezeichnet wird, so umfasst die Bezeichnung sowohl den allmählichen Beginn (inchoativ im engeren Sinne) wie den plötzlichen (ingressiv). Beispiele sind: *erklingen, erblühen, erröten*.
- 3) *er-* bedeutet, die durch das Simplex bezeichnete Tätigkeit vollständig, bis ans Ende ausführen. Es gestaltet also auch hier zeitliche Perspektive, freilich jetzt in perfektivem Sinne. Man

(2) Die ursprüngliche Bedeutung ist nur in wenigen Fällen bewahrt. Ermattinger sucht in der Einleitung zu seinem Buch «Deutsche Dichter 1700-1900» (Bd. I, Frauenfeld 1948, S. 9) den Begriff des «Erlebnisdichters» von der Etymologie her zu bestimmen: «Erleben bedeutet: aus der Tiefe, aus dem Innern; aus dem Grunde leben, wie etwa erheben von unten nach oben heben, erschüttern aus dem Innern schütteln, erzählen von Anfang bis Ende berichten. Erleben bedeutet also: lebend etwas aus der Tiefe heben, was vorher nicht da war...» Diese Deutung von *erleben* stimmt nicht. Das Präfix *er-* wächst hier nicht mehr aus der Wurzel (*uz* = aus dem Innern), sondern aus einem der späteren Stämme. Die ältesten Belege von *erleben* (15. Jhdt.) zeigen, dass *er-* das Erringen bedeutet (s. unten Nr. 1): durch am Leben-Sein bekommen, erben. Neben dieser Bedeutung findest sich schon Frühneuhochdeutsch *erleben* in inchoativem Sinne: in das eigene Leben treten, kennen lernen.

hat in diesem Falle neuerdings den Ausdruck «exhaustiv» vorge-schlagen⁽³⁾. Beispiele sind *ertragen*, *ersticken*, *erschlagen*.

Die Auffälligkeit, dass dieselbe Partikel zwei entgegengesetzte zeitliche Bedeutungen ausdrückt, mindert sich, da die exhaustive Bedeutung offensichtlich an Lebenskraft verloren hat. Neubildungen auf *er-* drücken in der jüngsten Phase der deutschen Sprachgeschichte ein «Erringen» aus (*erstehen*, *ersitzen*, *erspielen*) oder den Beginn bzw. das Geraten in, Überführen in (*eratmen*, *erdonnern*, *ersinken*;

(3) Erik Rooth, Das Verb *eratmen* bei Goethe. *Mélanges de philologie*, offerts à M. Johan Melander, Uppsala 1943. Der Aufsatz bietet weit mehr, als der Titel angibt. Nach einer Besprechung der drei Fälle von *eratmen* beim jungen Goethe gibt Rooth eine «Prinzipdiskussion», d.h. eine Auseinandersetzung mit der bisherigen Forschung zum Verbalpräfix *er-*: neben den älteren Arbeiten von Paul und Wilmanns mit denen von Erik Wellander, Die Bedeutungs-entwicklung der Partikel *ab* in der mhd. Verbalkomposition, Diss. Uppsala 1911; Ture Johannisson, Verbal och postverbal partikelkomposition i de germanska spraken, Diss. Lund 1939; Wilhelm Lehmann, Das Präfix *uz-* besonders im Altenglischen, Kiel 1906; Hans Gruber, Das adverbale *uz-*Präfix im Gotischen und Althochdeutschen, Jena 1930. Rooth möchte die verwirrende Fülle von Bedeutungen, die in den Wörterbüchern für das nhd. *er-* angegeben wird, durch Rückführung auf nur zwei Grundtypen durchsichtig machen. Er nennt die eine instrumental-resultativ (sie entspricht der oben unter 1 angeführten); die andere intensiv-exhaustiv (der unter 3 angeführten entsprechend). Rooth führt in dem ganzen Aufsatz einen Kampf gegen die inchoative Ausdeutung des *er-*Präfixes, die er zwar nicht völlig leugnet, aber doch äusserst stark zugunsten der «exhaustiven» Bedeutung reduzieren möchte. Aber er überzeugt damit keineswegs. Weder an den Stellen, wo er die inchoative Bedeutung der mit *us-* zusammengesetzten *nan-*Verben im Gotischen leugnet oder der mit *ir-* zu sammengesetzten *én-*Verben im Ahd. (*iraltên*, *irdorrên* etc.), die alle exhaustiv sein sollen, noch selbst bei der Besprechung der drei *eratmen* des jungen Goethe. Goethe kommt, wie wir meinen, zu dieser Bildung, weil ihm *er-* hier den Beginn ausdrückt: das erattmende Flehen aus Faust (I,486) und der erattmende Schritt aus dem «Schwager Kronos» bezeichnen ein Atmen, das jetzt anfängt, das jetzt sinnfällig, merklich, auffällig wird, weil es so tief ist. Und gleich hier im Anfang lässt Rooth erkennen, wie er zu seinem vergeblichen Bemühen gekommen ist, die inchoative Bedeutung zugunsten der exhaustiven bzw. perfektiven wegzudeuten: er leitet die perfektive Bedeutung von *eratmen* aus der dritten Stelle ab: «geht wohl *eratmet* wieder weg» (Invektivgedicht auf Nikolai aus dem Nachlass), ohne zu merken, dass der perfektive Gehalt nicht aus dem Präfix, sondern aus der Form als Partizip Perfekt kommt! Man begegnet diesem Versehen mehrfach (*erwachsen*!). Die falsche Zielsetzung mindert auch ein wenig den Wert des dritten Teiles in Rooths Aufsatz: der Besprechung von 115 bei Goethe vorkommenden *er-*Verben. Über das Verfehlt von Rooths Interpretation von *erschliessen* als Exhaustiv-Bildung vgl. auch Nils Kjellman, Die Verbalzusammensetzungen mit «durch», Diss. Lund 1945, S. 97 f.

freilich wirken auch diese Neubildungen schon etwas gezwungen bzw. poetisch). Die ausgesprochen perfektive Partikel ist im Ndh. *ver-*. Mit dem «Erringen» und «Beginnen» als lebenskräftigsten Bedeutungen ist der Gefühlsgehalt von *er-* durchaus ins Positive gewendet; wenn von Ture Johannisson eine ursprünglich pejorativ-destruktive Bedeutung von *er-* angesetzt worden ist (Rooth hat dem prinzipiell widersprochen), so ist daran für das Neuhochdeutsche nicht mehr zu denken. Selbst den Verben mit destruktiver Bedeutung gibt das Präfix *er-* heute etwas Positives, fast Bejahendes mit: *erlahmen, erkranken, ersterben*. *Er-* bedeutet Aufgang, *ver-* Niedergang, *er-* ist Mehrung, Fülle, Leben, *ver-* Minderung, Leere, Tod. In *erlöschen* und *verlöschen* stehen sich noch deutlich zwei verschiedene zeitliche Perspektiven gegenüber: *die Kerzen verloschen* meint völlige Dunkelheit; *die Kerzen erloschen* — das meint den Beginn des Dunkelwerdens, das fängt das letzte Aufflackern, das Nachglimmen noch mit ein. Aber deutlich wird der gefühlsmässige, der nur noch gefühlsmässige Gegensatz zwischen *er-* und *ver-* da, wo sie die gleiche Aktionsart ausdrücken. Als Gegensatz von positiv und negativ stehen sich heute gegenüber:

erhellen	verdunkeln
erhöhen	vertiefen
erweitern	verengen, etc. etc.
erheben	versenken

So erklärt es sich wohl auch, dass gelegentlich ein altes *er-*, dessen inchoative Bedeutung ganz am Platze war, durch ein *ver-* verdrängt worden ist: sein positiver Gefühlsgehalt schien zu dem negativen Gehalt des Simplex nicht zu passen. Das ist der Fall z.B. bei *veralfen* (ahd: *iraltên*), *verdorren* (*irdorrên*) u.a. Es fällt auf, dass sich bei Verben wie *vergrössern, verbreitern, verlängern* das *ver-*Präfix durchgesetzt hat. Die Folge ist, dass sich nun die belebende Kraft, die in dem Vorgang liegt, nicht in der Sprache entfalten kann. Die Verben wenden ihn ins Wertfreie oder gar Abschätzige. Wir sprechen von einem *Vergrössern* als einem mechanischen Vorgang (Photographie), und *verlängern* und *verbreitern* ist leicht das behelfsmässige Anstückeln in Länge und Breite. Schade auch, dass wir um die Frische des Verbuns *erjüngen* gekommen sind; in den meisten dieser Fälle war wohl der Blick auf die vollzogene Tätigkeit vorherrschend, der also das Präfix *ver-* herbeizog. Und schliesslich darf man von der Sprache kein strenges Aussortieren erwarten. Bei dem Präfix *er-* umso weniger, als seine Bedeutungskraft heute denn doch ziemlich

beschränkt ist. Die Musterung des Wortschatzes in unseren Texten zeigt, wie unbedeutend bzw. eingeschmolzen in eine Gesamtbedeutung das Präfix *er-* sein kann; wieder findet sich das vor allem in den beiden älteren Texten: *erzählen, erfolgen, erlauben* u.a. bei Lessing, *erzählen, erfolgen, erlauben, erwähnen* u.a. bei Schlegel. Keins von diesen Verben findet sich bezeichnenderweise bei Herder, bei ihm besitzt *er-* fast immer merkliche Kraft. Es sind im übrigen alles geläufige Bildungen: die Vorsilbe *er-* hat sich schon in früheren Epochen der deutschen Sprache voll entfaltet. So versteht sich jedenfalls die verhältnismässige Stabilität dieses Präfixes bei Herder.

Auffällig ist demgegenüber die Rolle des *ge-* bei ihm. Wir sahen, dass es im Nhd. seine früher so weitreichende Fähigkeit, eine Verbbedeutung zu aktualisieren, verloren hat. Auch aus festen Fügungen ist es in beträchtlicher Anzahl verdrängt worden: statt des älteren *gewähnen* heisst es später *erwähnen*, statt *gifordorôn*: *fördern* u.s.f. Wie kann es da bei Herder zu einer relativen Steigerung gegenüber Schlegel und einer absoluten gegenüber Lessing kommen? In den durchmusterten Abschnitten des Shakespeare-Aufsatzes begegnen: *gebären, gehören* (4), *geschehen* (4), *gesellen*. Das letzte Wort weist uns den Weg: Herder gelingt es, in dem verbalen Präfix die kollektive Bedeutung zu wecken. Zwei Belege von *gehören*: «Wie es doch in Othello wirklich *mit* zu dem Stück gehört...»; «... wie *das alles zu einer Welt* lebendig und innig *gehöre*». *Gehören* erscheint immer in der Fügung *gehören zu* und immer in Zusammenhängen, die die Gemeinsamkeit des *ge-* deutlich heraustreiben. *Geschehen* endlich ist ein Lieblingswort Herders, bei dem er wohl ebenfalls (und diesmal unmittelbar vom Substantiv her) die kollektive Bedeutung des Präfixes lebhaft spürte. Bei den *ge-*Bildungen Schlegels und Lessings ist von solcher Leistung nichts da; eine Wendung Schlegels mutet sogar veraltet an: *ich will vieler andern Stellen nicht gedenken*. *Gedenken* ist hier die weitergeschleppte, aber kaum noch wirksame ältere Form der Aktualisierung.

Wir können über die anderen Fälle, in denen ein Präfix bei Herder an Boden verloren hat, schnell hinweggehen. Nicht selten handelt es sich bei dem höheren Bestand in den älteren Texten um ausdruckslose Präfixe, mitunter um okkasionelle Häufungen und gelegentlich um beides zusammen. Das viermal begegnende *abbilden* bei Schlegel ist ein Hauptwort des kritischen Vokabulars jener Zeit, — es weicht mit der Kunstanschauung, die sich in ihm ausspricht. Das dreimalige *abrichten* bei Lessing ist stellenbedingt: er kann seinem Ärger über «die Herde dummer Statisten» damit Luft machen. Von den *an-Bil-*

dungen benutzt Schlegel sechs Mal *anführen*; wenn es bei Herder völlig fehlt (bei Lessing 1 Mal), so verrät sich darin von neuem die Tendenz Herders, ausdruckslose Formeln des kritischen Jargons zu meiden. Immer wieder zeigt sich, dass die Zahlen der Statistik nur erste Hinweise sind und der Korrektur durch Betrachtung und Abwägung der einzelnen Fälle bedürfen.

Wir wenden uns zu den Präfixen, die bei Herder eine merkliche Zunahme erfahren haben oder ganz neu auftreten. Dass Herder an Reichtum der Präfixe die beiden anderen übertrifft, lehrte schon der erste Überblick.

Von den 5 Bildungen auf *fort-* sind 4 ausdrucksvoll: *fortfühlen*, *fortlaufen*, *fortreissen*, *fortwickeln*, — daneben ein *fortfahren*. Eine Stelle wie: «zu einem Ganzen sich fortwickelnd», in der also das übliche und daher zu blasse *ent-* gemieden und durch *fort-* ersetzt wird, zeigt klar, worauf es diesem Sprechen ankommt: eine kräftige Bewegung im Raume zu gestalten. In den anschliessenden Sätzen erscheint noch *fortreissen* und dann als Krönung: «Himmel! wie wird das Ganze der Begebenheit mit tiefster Seele fortgeföhlt und geendet!»

Bedeutungsmässig eng verwandt ist *weg-*, hier findet sich ein Beleg bei Lessing (*wegsetzen*). Die vier Herderschen Fälle sind: *wegnehmen*, *wegschenken*, *wegschneiden*, *wegsprudeln*. Gegenüber *fort-* und *weg-* ist *ein-* in der Richtungsangabe noch bestimmter. Hier war bereits von der Mystik viel geprägt worden, bei Herder erweitert sich der Bezirk. Mehrfach fällt — wie schon eben bei *fortfühlen* — eine Verräumlichung auf: «Alle Nebenumstände, Triebfedern, Charaktere und Situationen dahin eingedichtet». An einer anderen Stelle intensiviert Herder wieder durch Verdoppelung den konkretisierenden Bedeutungsgehalt des Präfixes: «in den gegebenen Zeitraum der Visite dahin eingeklemmt und eingepasst».

Eine besonders interessante Gruppe stellen die *durch-* Bildungen dar. *Durch-* gehört neben *über-*, *unter-*, *um-* und *wieder-* zu den Präfixen, die bald akzentuiert und dann trennbar sind, bald unbetont und dann untrennbar. Wenn Behaghel in seiner Geschichte der deutschen Sprache (§ 212,3) von *umbi* und *widar* sagt, dass «Präfixbetonung bei intransitiven Verben, Betonung des Verbs bei transitiven Verben gilt», so hält diese Regel vor dem Neuhochdeutschen nicht mehr stand (*wiederholen*, *wiedergeben*, *umstellen*, *umgraben* u.s.f.). Bei keinem der doppelwertigen Präfixe (*durch-*, *über-*, *unter-*, *um-*, *wieder-*) lässt sich auf diese Art zu morphologischen Gruppen (Präfixbetonung — Verbbetonung) kommen; es hat sich sogar ge-

zeigt, dass bei allen Präfixen die Differenzierung nach den Kategorien Transitiv — Intransitiv, so ansprechend sie zunächst zu sein scheint, keine wirklichen Bedeutungsgruppen abzugrenzen imstande ist ⁽⁴⁾.

Um den Ausländern bei der Frage zu helfen, ob sie im jeweiligen Falle das Präfix oder das Verb zu betonen haben ⁽⁵⁾, pflegen unsere Sprachlehren die Regel aufzustellen: ist das Verb das Wichtige, so wird das Verb betont, ist das Präfix das Wichtige, so wird das Präfix betont. Aber es erscheint fraglich, ob damit jemals eine praktische Hilfe geleistet worden ist. Und für das Theoretische ist neuere Forschung zu der Feststellung gekommen: der «Versuch, den Unterschied zwischen trennbarer und untrennbarer Komposition darauf zurückzuführen, dass in der Zusammensetzung das logisch wichtigere Wort den Hauptton erhält, muss als verfehlt angesehen werden» ⁽⁶⁾.

Wenn aber weder die Kategorien transitiv — intransitiv, noch die Kategorien adverbial — präpositional oder die der Wichtigkeit — Unwichtigkeit fähig sind, die morphologischen Verhältnisse durchsichtig zu machen, welcher Weg bleibt dann noch? Hat Kjellman mit seiner resignierenden Haltung recht, der seine 22 Gruppen von *durch*-Kompositionen nur vom Bedeutungsmässigen her bildet und innerhalb der gleichen Gruppe präfix- und verbbetonte Kompositionen auführt? Hat er schon damit recht, dass man bei einer reichen Anzahl von Kompositionen «ohne irgendwelchen deutlich erkennbaren Unterschied» ⁽⁷⁾ so oder so betonen kann? Er gibt als Beispiel solcher völligen Gleichwertigkeit: *er durchblätterte das Buch* und: *er blätterte das Buch durch*. Ist *er stöberte das Zimmer durch* gleichwertig mit *er durchstöberte das Zimmer*? Oder *er durchschnitt das Brot* mit *er schnitt das Brot durch*? Die Bedeutungsunterschiede sind doch wohl recht merklich. Das nachgestellte *durch* drückt aus, dass die Handlung bis zum Ende ausgeführt wurde, es lenkt den Blick auf das Ergebnis, es liegt geradezu etwas von perfektiver Aktionsart darin. In dem anderen Fall hebt sich der Vollzug der Handlung

⁽⁴⁾ Vgl. Kjellman, a.a.O.; ib. S. 16 über Wellander.

⁽⁵⁾ Behaghel weist für *durch*-, *unter*-, *über*- auf seine Variabilitätsregel, wonach Lokaladverbien variabler sind als die Verben und deshalb den Akzent verlangen. Es gibt indessen eine Fülle von adverbialen Kompositionen, bei denen das Präfix unbetont bleibt: *unterlassen unterdrücken, überbringen* u.s.f.

⁽⁶⁾ Kjellman, a.a.O., S. 8 A. 1.

⁽⁷⁾ S. 16 u.ö.

heraus, die, und das scheint uns sehr wichtig, mit dem betroffenen Objekt ganz eng zusammen geschaut wird: das Akk. Objekt ist in diesem Fall fester an das Verb gefügt als bei der Präfixbetonung. Um den Unterschied scharf anzugeben: *er durchblätterte das Buch* — dann hört er vielleicht nach der Hälfte oder zwei Dritteln auf; *er blätterte das Buch durch* — dann kommt er bis zu dem hinteren Deckel. *Er durchschnitt das Brot* — dann mag es sein, dass er mittendrin auf ein Hindernis stiess und nicht weiter kam. *Er schnitt das Brot durch* — dann sind die beiden Hälften auseinander gefallen (*). Im allgemeinen gilt die Regel, dass in den adverbialen Zusammensetzungen das Präfix betont wird, in den präpositionalen das Verb. Aber wieder stellen sich die zahlreichen Bildungen wie *unterbleiben*, *unterstellen*, *übergeben* u.s.f. in den Weg und scheinen die Gültigkeit der Regel bedenklich zu beschränken. Aber diese Ausnahmen lassen sich erklären und auf ein gemeinsames Prinzip zurückführen. Schauen wir uns noch einmal die betonten adverbialen Partikeln an:

er stellte sich unter
das Wasser floss durch
der Fluss trat über.

(*) Der Hinweis ist auch für die späteren Beobachtungen nicht überflüssig, dass die Umgangssprache eine deutliche Abneigung gegen die unbetonten *durch*-Kompositionen hat. Sie bevorzugt statt dessen das Simplex mit der Präposition. Statt *ich durchschreite den Wald* heisst es: *ich schreite durch den Wald*. Bedeutungsmässig stimmen beide Konstruktionen zu einander: Aktion und Schauplatz stehen im Vordergrund. Das Lied: *«Ich ging durch einen grasgrünen Wald»* benutzt den beschworenen Schauplatz, indem es fortsetzt: *da* (nl. in dem Wald mittendrin) *hört ich die Vögelein singen*. Käme es auf das Vollenden des Durchschreitens an, so würde noch ein adverbiales *durch* hinzugefügt werden. Der Satz: *Ich ging durch einen Wald hindurch* liesse sich fortsetzen: *und stand plötzlich vor...* Diese Doppelkonstruktion (Präposition und Adverb) ist in der Umgangssprache sehr beliebt: *er kam aus dem Haus raus*; *er schlich ins Zimmer rein*; *gehen Sie über die Strasse rüber*; *es flog aufs Dach rauf*; vgl. oben: *in dem Wald drin*. Die präpositionale Konstruktion wahrt neben dem Verb eine verhältnismässige Selbständigkeit, sie ist parataktisch gegenüber der hypotaktischen Konstruktion: *ich durchschritt den Wald*. Weiterhin gibt die ins Ohr fallende Wiederholung dem nachgestellten Adverb eine der Umgangssprache willkommene affektische Betonung. Der Berliner Volkswitz hat Schwäche und Stärke dieser Konstruktion glänzend erfasst: *«Mank uns mank is eener mank, der nich mank uns mank jehört»!* Die Unzugehörigkeit wird mit herrlicher Deutlichkeit ausgedrückt. Bei einzelnen Adverbien hat sich als emphatische Betonung der Vollständigkeit die Wiederholung des Adverbs in sich eingebürgert: *um und um*; *über und über*; *durch und durch*.

Es ist ein wirkliches *stellen*, *fliessen*, *treten*, das Verb ist in seiner gewohnten, genauen Bedeutung verwendet. Ein unbetontes Verb muss, damit die ganze sprachliche Fügung glatt funktioniert, in seiner Bedeutung festliegen. Dafür kann das nachdrücklich beschwerte Präfix seine Bedeutung in mancherlei Richtung entfalten, ohne dass das Verständnis deshalb auf Schwierigkeiten stiesse. Es ist bezeichnend, dass alle die Bedeutungsgruppen von *durch*-Kompositionen, die nach Kjellman durch «ein stärker hervortretendes weiteres Bedeutungsmoment» des Präfixes abgrenzbar werden, durchweg trennbar sind. Liegt hingegen mit dem Akzent das Gewicht auf dem Verbum, beherrscht es selber die sprachliche Darstellung des Sachverhaltes, so lebt es seinerseits nun in einem ursprünglicheren Zustand, d.h. in der verhältnismässigen Offenheit seiner Grundbedeutung. *Unterstellen*, *durchfliessen*, *übertreten* und die vielen Kompositionen ihrer Art sind Metonymien oder Metaphern. Die Verbbetonung ist also poetischer⁽¹⁾; es überrascht nicht, dass die entsprechenden *durch*-Kompositionen kennzeichnend für die Klopstocksche Dichtungssprache sind (*durchdringen*, *irren*, *herrschen*, *lachen*, *laufen*, *leben*, *schauen*, *strömen*, *wachen*, *wallen*, *wandeln*, *wandern*, *weinen* u.a.).

Der Bestand unserer Texte an *durch*-Bildungen ist folgender:

Schlegel	Lessing	Herder
durchstöeren (im Sinne von durch-stöbern)	dürchsägen	durchströemen durchhäuchen durchgehen durchtraben

Herder verwendet also verbbetonte *durch*-Kompositionen in seiner Prosa: *durchströmen* und *durchhauchen* sind voller poetischen (metaphorischen) Gehaltes. *Durchtraben* aber ist — obwohl als ausdrucksstärkere Ersetzung von *durchgehen* in seiner Bildung verständlich — ein glatter Stilbruch. Indem die Unbetonung eine Real-

(¹) Scheinbar widersetzen sich präfixbetonte Kompositionen wie *überschnappen*, *durchgehen*, *durchbrennen*, *durchfallen* u.a.m. Aber bei diesen derben Uebertragungen im Geschmack der Umgangssprache, deren Herkunft noch leicht durchsichtig ist (*er schnappt über wie ein Türschloss*; *der Kassirer ist durchgegangen wie die Tiere durch die Lappen gehen* u.s.f.), handelt es sich gerade nicht um offene Grundbedeutungen, sondern um sprachliche Wendungen, die bedeutungs- und anwendungsmässig genau festliegen.

sierung der «eigentlichen» Bedeutung von *traben* erzwingt («man trabe alle Oerter und Zeiten durch»), wird die Stelle krass und niedrig, zu niedrig jedenfalls für den Zusammenhang.

Die Präfixe *über-* und *unter-* wirken bei Herder wohl lebhafter als bei Schlegel, für den sich die 7 Belege mit *über-* auf die drei Verben *überzeugen* (2), *übergehen* (2), *übersetzen* (3) verteilen. Aber in diesem Fall steht Lessing keineswegs nach, finden sich doch bei ihm so ausdrucksvolle Bildungen wie *übersteigen* (2), *überhüpfen*, *untermengen*.

Wir kommen zu einer letzten Gruppe und der vielleicht auffälligsten: zu den Präfixen *her-*, *herab-*, *heran-*, *heraus-* u.a., zu denen auch — in einigem Abstand freilich — *hin-* und *hinaus-* gehören. Der Befund ist:

Schlegel	Lessing	Herder
<i>heran-</i>	herstellen	hernehmen herholen
<i>herab-</i> —	—	herabpochen herabstürzen
<i>heran</i> —	—	heranziehen
<i>heraus-</i> —	herausnehmen (2) heraushalsen	heraussein
<i>herunter-</i> —	—	herunterschlucken
<i>herum-</i> herumlaufen herumwandern	—	—
<i>hervor-</i> hervorleuchten	hervortreten	hervorbringen (3) hervorrufen
<i>hierher-</i>	—	hierherfinden «hieher oder hieraus bringen»
<i>hin-</i> hinrichten	hinlaufen hinrichten	hinschweben hinstürzen hingehen hinreißen (dahinreißen)
<i>hinaus-</i> —	—	hinausfliegen
<i>hinein-</i> —	hineinsetzen	—
<i>hinzu-</i> hinzusetzen (2)	—	—

13 Komposita mit *her-* bei Herder gegen je 4 bei Schlegel und Lessing, 6 Komposita mit *hin-* gegen je drei. Es sind jeweils durchaus adverbiale Präfixe, betont und ausdrucksvoll. Und es ist, als ob sich erst bei Herder die reichen Möglichkeiten offenbaren, die in diesen

Präfixen liegen. Aus *hinschweben* etwa leuchtet noch der Glanz der jungen Bildung. Gelegentlich gelangt ein Adverb noch nicht ganz in die Stellung als Präfix: «Wirds bald sein mit blossem Scheitel unter Donner und Blitz, zur untersten Klasse von Menschen herabgestürzt, mit einem Narren und in der Höhle eines tollen Bettlers Wahnsinn gleichsam pochend vom Himmel herab». Was die Verbindung hindert, ist wohl jene bedeutungsmässige Erstarrung des Verbs bei akzenttragendem Präfix: hier aber sollte *pochen* gerade seine Energie und Wandlungsfähigkeit bewahren. Im übrigen ist die ganze Stelle aufschlussreich für dieses Sprechen. Das zweimalige *herab*, neben dem *unter* und *unterste* stehen, zeigt von neuem, wie durchgängig und fest die räumliche Gliederung der gemeinten Sachverhalte ist. Gerade die *her-* und *hin-* Präfixe drücken die räumliche und richtungsmässige Bestimmtheit einer Bewegung sicher aus. In ihnen können sich die Tendenzen besonders rein ausprägen, auf die uns andere Präfixe bereits wiesen.

Zusammenfassend lässt sich sagen: im Shakespeare-Aufsatz bekundet sich ein neuartiges Sprechen. Ihm sind die verbalen Präfixe zu einem wichtigen sprachlichen Ausdrucksmittel geworden. Das führt einerseits zu einer Einschränkung im Gebrauch von Präfixen bzw. Präfixbildungen, die nicht mehr recht leistungskräftig sind, andererseits zu einer Erweiterung der verwendbaren Präfixe. Ausgenutzt wird vor allem die Kraft der adverbialen Vorsilben. Unter ihnen stehen die voran, die eine Bewegung als gerichtet und räumlich bestimmt ausdrücken (*fort-*, *weg-*, *ein-*, *durch-*, *her-*, *hin-*). Das Sprechen tendiert also dazu, die Sachverhalte als konkret und in bestimmtem Sinne bewegt darzustellen.

Die Analyse stiess freilich auch auf eine Tendenz, die eine volle Entfaltung der adverbialen Präfixe beschränkte. Die mit der Akzentuierung dieser Präfixe gegebene Schwächung der Verben widerstritt dem so merklichen Streben, deren volleren Bedeutungsgehalt (ihre Wandelbarkeit) zu erhalten. Damit erweist sich zugleich, dass die vorgenommene Beschränkung auf die verbalen Präfixe etwas künstlich ist. Um gerade die Raumauffassung des neuen Sprechens genau zu erfassen, müssten (neben den nominalen Präfixen) auch die Präpositionen einbezogen werden. Als Präfix z.B. geht *zu*, wie die Statistik ausweist, von 5 Fällen bei Schlegel auf 2 Fälle bei Herder zurück. Als Präposition aber stehen 14 Belegen bei Schlegel (oft handelt es sich um leere Formeln, in denen *zu* keine Richtung angibt: *zu Rom*, *zum Lobe* nachsagen; die Formel *zum Beispiel* blieb aus

der Zählung ausgeschlossen) bei Herder 36 Belege gegenüber, die fast durchweg Richtung angeben.

Dass die Beobachtungen, wie sich der Gebrauch verbaler Präfixe verschoben hat, nicht nur für den Shakespeare-Aufsatz und somit ein vereinzelt sprachliches Dokument gelten, sondern dass die Ergebnisse dabei symptomatisch für neue Tendenzen überhaupt sind, soll durch einen zweiten Vergleich erhärtet werden. Gewählt wurden zwei Texte, die in jeder Hinsicht noch näher beieinander stehen: ungefähr 100 Seiten aus dem *«Werther»* (bis S. 106 der Jub. Ausg., d.h. bis zur Bemerkung *«Der Herausgeber an den Leser»*) und ein genau gleich grosser Abschnitt aus der *«Geschichte des Fräuleins von Sternheim»* der Sophie La Roche. Die Erscheinungsjahre der beiden *«empfindsamen»* Romane sind 1771 bzw. 1774. Freilich gibt es dabei eine kleine Störung: die Jub. Ausgabe bietet den Text hauptsächlich nach der Handschrift der zweiten Fassung, die 1786 abgeschlossen wurde. Die sprachlichen Änderungen haben sich auf die Präfixe erstreckt; zu einem Teil mildert Goethe Härten und fügt Präfixe ein, wo die erste Fassung schroff das einfache Verb gesetzt hatte (S. 41 hiess es: *«dass der himmlische Atem ihres Mundes meine Lippen reichen kann»*, jetzt wird daraus das geläufigere *«erreichen»*), andererseits fehlt es nicht an Stellen, in denen Goethe ein Präfix streicht. Aus der Wendung: *«Wie umfasst ich das alles mit warmem Herzen»* wird: *«Wie fasst ich das alles in mein warmes Herz»* (S. 57). Auf das Ganze gesehen sind die Änderungen weder sehr zahlreich noch einhellig, so dass sie das Bild nicht verzerren. Und schliesslich ist es, da wir weder auf den Stil des ersten Werther noch den des jungen Goethe aus sind, nebensächlich, ob die Beobachtungen an einem Werk des Jahres 1774 oder des Jahres 1786 gemacht werden.

Wir geben zunächst wieder den rein zahlenmässigen Befund, nach der Häufigkeit der Präfixe in der *«Sternheim»* geordnet:

	Sternheim	Werther
be-	185	135
ver-	129	247
er-	126	134
an-	80	97
ge-	47	45
aus-	39	93
ein-	33	38
auf-	28	58

<i>ent-</i>	28	21
<i>(emp-)</i>	14	8
<i>vor-</i>	26	28
<i>über-</i>	26	27
<i>zu-</i>	23	35
<i>ab-</i>	20	50
<i>zurück-</i>	14	26
<i>unter-</i>	14	21
<i>fort-</i>	12	24
...		
...		
<i>hin-</i>	15	90
<i>(hinab-,</i>		
<i>hinauf-,</i>		
<i>hinaus-,</i>		
<i>etc.)</i>		
<i>zer-</i>	8	22
<i>weg-</i>	8	22
<i>her-</i>		
<i>(herab-,</i>		
<i>herauf-,</i>	7	92
<i>etc.)</i>		
<i>da-</i>	5	24
...		
...		
<i>wieder-</i>	2	23
<i>durch-</i>	1	15
...		
...		

	959	1516
--	-----	------

Während in dem Text der Sophie La Roche 51 Präfixe begegnen, finden sich in dem Goetheschen 77. Aber der Zunahme in der Zahl der Präfixe entspricht nun auch eine Zunahme in der absoluten Zahl der Belege: sie ist von 959 auf 1516, also um 54 % gestiegen. In diesen Zahlen bekundet sich bereits deutlich, dass das sprachliche Mittel der verbalen Präfixe erweitert und vertieft worden ist. Die nähere Erörterung kann sich auf die wichtigsten Erscheinungen beschränken.

Von den häufiger verwendeten Präfixen haben bei einer allgemeinen Zunahme um die Hälfte zwei absolut abgenommen: *ge-* und *be-*. Es sind gerade die beiden, von denen gesagt wurde, dass sie im Nhd. zu den bedeutungsschwächsten gehören. Der Rückgang ist am stärksten bei *be-*, das (wie auch bei Schlegel und Lessing) an der Spitze stand. Nur geringfügig und längst nicht im Zuge der allgemei-

nen Vermehrung haben *er-* und *an-* zugenommen. Und dann gibt es eine grosse Gruppe von Präfixen, die bei Goethe zahlenmässig ungefähr ebenso oft begegnen wie bei Sophie La Roche: *ein-*, *ent-*, *vor-*, *über-*, *zu-*, *um-*. Aber an die Seite dieser Präfixe, deren Belegzahlen zwischen 40 und 20 liegen, rücken im «*Werther*» nun manche andere, die in der «*Sternheim*» nur selten vorkamen: die Verben des jüngeren Werkes sind viel reicher registriert. Dahin gehören *zurück-* (14:26), *fort-* (12:24), *da-* (5:24), *wieder-* (2:23), *zer-* (8:22), *weg-* (8:22). Ganz neu erscheint *entgegen-* (7 Belege im *Werther*)⁽¹⁰⁾, und auffällig ist auch die Zunahme von *durch-* (1:15).

Klopstock hatte dieses Präfix in reichem Masse benutzt. Aber er betonte in den entsprechenden Kompositionen fast immer das Verbum (wir zählen in 88 % der Fälle, nur in 12 % findet sich Präfixbetonung). Die Offenheit der Verbbedeutung sowie die enge Anfügung des Akk. Objektes (*dein Herz durchwallt; den Wald durchwandelst...*) geben seinen Bildungen den hohen, poetischen Ton. Wir fanden ihn in Herders Prosa wieder. Im *Werther* liegt der Akzent nur in drei, durchaus anspruchslosen Fällen auf dem Verbum (*durchdringen*, *durchbrechen*, *durchschnéiden*), in rund 20 % also, in allen anderen auf dem Präfix:

durchtanzen	durcharbeiten
durchziehen	durchsetzen
durchhelfen (2)	durchdringen
durchtreiben	durchlesen (2)
durchstehlen	durchsehen.

Der bezeichnete Vorgang ist also eigentlich, sinnlich, klar und zugleich abgeschlossen. In Herders theoretischer Abhandlung fanden sich die ausgesprochen «poetischen» Wendungen *durchstróemen* und *durchháuchen*, in Goethes Dichtung haben die *durch-*Kompositionen nichts Auffälliges, sondern entsprechen unserer alltäglichen Rede-weise. Kjellman stellt fest⁽¹¹⁾: «Im Nhd. haben die Zusammen-

⁽¹⁰⁾ Sperber hat das Aufblühen von *entgegen-* in jener Zeit als sprachliche Auswirkung des Pietismus wahrscheinlich gemacht (Dt. Vj. 1930).

⁽¹¹⁾ S. 143. Bei Goethe gibt es innerhalb dieses Rahmens freilich einige kühne Bildungen. Kjellman führt aus dem Brief vom 18. X. 1789 *durchverehren* und *durchbesuchen* an; im 3. Akt der «*Stella*» findet sich *durchverzweifeln*.

setzungen mit *durch* in dieser Bedeutung eine ungeheure Produktivität entwickelt» (12).

Wie bei Herder tragen *unter-* und *über-*, die an sich auch doppelte Akzentuierung zulassen, zu dieser Frage wenig bei. Während in der Sternheim die Komposita mit *unter-* immer verbbetont sind, finden sich im Werther 6 Fälle von Präfixbetonung. Sie kommen indes fast ganz auf Rechnung eines Verbs: neben einem *untertauchen* begegnet 5 Mal *untergehen*. Die Komposita mit *über-* sind bis auf einen Fall (*übergehen*) auch im Werther immer verbbetont. Wenn sie da auch vielfach eindringlicher wirken (*überspannen*, *übersteigen*, *überströmen* u.a.m.), so sind diese Vorgänge doch im Ganzen nebensächlich. Es gibt vielsagendere.

Am eindrucksvollsten ist vielleicht die Zunahme der *her-* und *hin-* Präfixe, wenn wir wieder *her-*, *herab-*, *herauf-*, *heraus-* etc. und *hin-*, *hinab-*, *hinauf-*, *hinaus-* etc. jeweils zu einer Gruppe zusammenfassen. Von 7 bzw. 15 steigen sie auf 92 bzw. 90 Belege und erscheinen damit unter den häufigsten Präfixen. Ihr Wachstum war schon bei Herder aufgefallen, dort freilich noch gehemmt worden. Das ist jetzt offensichtlich fortgefallen, ihre ganze Entfaltung ist weitreichender und gegliederter.

Im Shakespeare-Aufsatz war die Analyse auf eine Tendenz gestossen, die in ihrem Streben, den Verben ihre Bedeutungsfülle zu wahren, sich überhaupt etwas gegen den Gebrauch der akzentuierten Präfixe richtete. Beim Werther hingegen hatte sich schon anlässlich des Präfixes *durch* gezeigt, dass die hier gestaltete Welt sinnlich-

(12) Kjellman behauptet in seinem letzten Kapitel, «dass die prozentuale Verteilung auf die beiden Kompositionsarten bei den Verbalzusammensetzungen mit *durch-* in einem bestimmten Verhältnis teils zu der Abfassungszeit, teils zu der Stilart eines Werkes steht» (210). Mithilfe einer Tabelle soll nachgewiesen werden, dass in der Literatur der letzten 150 Jahre eine wachsende Tendenz zur Trennbarkeit wahrnehmbar sei. Die Tabelle beginnt mit Schillers Gedichten (untrennbar zu trennbar wie 92 % : 8 %), seinen Versdramen (90 % und 10 %) und geht — wenn auch nicht geradlinig — bis zu Falladas Romanen, in denen die Zahlen 17 % und 83 % lauten. Hätte Kjellman den Werther mit einbezogen, der in dieser Hinsicht unmittelbar neben den Romanen des modernen Autors steht (20 % und 80 %), so hätte sich sofort gezeigt, dass in der Literatur der letzten 150 Jahre die Entstehungszeit von keinem Einfluss auf die Verteilung der beiden Kompositionsarten ist: es handelt sich um ein ausschliesslich stilistisches Problem. Dafür sind Kjellmans Zählungen sehr interessant: an der Spitze steht bei ihm (wir beschränken uns auf Prosa) Kleist (80 %, 20 %), es folgen C. F. Meyer (73 %, 27 %), Dahns «*Kampf um Rom*» (72 %, 28 %), Binding («*Die Geige*»: 68 %, 32 %), Schiller («*Abfall der Niederlande*»: 68 %, 32 %).

konkreter und konturenfester ist. Die ganze Sprachgebung beider Werke weist auf grundsätzliche Unterschiede in den Haltungen: einer «rhapsodischen» Haltung dort und einer — trotz aller lyrischen Stellen — erzählenden Haltung hier. So sind denn die im Werther mit *hin-* und *her-* verbundenen Verben bedeutungsmässig recht fest; sie muten uns vielfach so «üblich» an, dass wir den Glanz kaum richtig nachempfinden können, den sie für die Zeitgenossen gehabt haben. Als Beispiel seien die 6 *herauf*-Komposita angeführt: *heraufsteigen* (2), *heraufkommen*, *herauftreten*, *heraufbringen*, *heraufpumpen*. In den *her-* und *hin-* Präfixen liegt nun aber noch eine Eigenheit, die sie vor allen anderen Präfixen auszeichnet. Man kann einen Sachverhalt sprachlich darstellen mit dem Satz: *Er stieg nach unten*. Man kann ihn aber auch darstellen: *Er stieg herunter* bzw. *Er stieg hinunter*. Der Sachverhalt ist derselbe geblieben. Aber die beiden letzten Fassungen enthalten eine der ersten Fassung fehlende Perspektive: die vom Sprecher her, der als Zuschauer gleichsam gegenwärtig ist. *Her* drückt dabei aus, dass sich die Bewegung dem Sprechenden nähert, *hin*, dass sie sich von seinem Standort entfernt. Gewiss kann es sein, dass dieser in den Präfixen liegende Bezug auf den Sprecher nicht aktualisiert oder dass die Perspektive in den Träger der Bewegung verlegt wird; immerhin macht die stete Möglichkeit zur Aktualisierung des Bezuges *her-* und *hin-* zu typisch epischen Präfixen.

Die Umgangssprache hat die Sonderung von Annäherung und Entfernung aufgegeben. *Herunter* und *hinunter* sind in *runter* zusammengefallen. Und beim Gebrauch der volleren Formen warnen die Lehren vom guten Deutsch immer wieder vor Verwechslungen. All das beweist, dass die Sonderung nicht mehr richtig funktioniert, dass die tägliche Sprache, wie man leicht begreift, sie nicht gebraucht, weil sie sie nicht braucht. In den Stillehren pflegt man unsere grossen Schriftsteller als Muster hinzustellen, die *her-* und *hin-* richtig zu sondern wüssten. Im grossen und ganzen trifft das für den Goethe des Werther zu. Aber es fehlt auch nicht an Stellen, an denen Goethe lässig ist, so heisst es z.B. auf S. 78: «Da kommt der ehrliche Adelin hinein, legt seinen Hut nieder, indem er mich ansieht...» Der Sprechende ist schon im Zimmer und hätte das Kommen Adelins nur als Annäherung, als herein empfinden können. Solcher Verwechslungen gibt es mehrere.

Merklich zugenommen haben weiterhin *aus-* (39:93) und *auf-* (28:58). Bei den *auf*-Komposita aus der «Sternheim» überwiegen die konventionellen, in denen das Präfix kaum oder gar nicht mehr mit

seiner Eigenbedeutung wirkt: *aufgeben, aufopfern, aufhören, aufwarten, auffassen, aufnehmen* u.a.m. An denen fehlt es im Werther nicht. Aber daneben stehen nun Komposita, die bezeugen, wie eindringlich hier *auf-* als «empor» erlebt und fruchtbar gemacht worden ist: *auffahren, aufjagen, aufhelfen, aufspringen, aufschwingen, aufsteigen, aufarbeiten* (= «emporarbeiten»), *aufgären, aufwägen, aufspannen, aufdämmern* (2 und jedesmal «durch Dämmerung empor» bedeutend). In einigen Fällen wurde die Bedeutung «einer Fläche aufdrücken» belebt: *auflegen, aufdrücken*.

Der Gebrauch von *aus-* entspricht diesem Befund. Wieder sind viele Bildungen in der Sternheim blass und uneigentlich: *aussehen, ausüben, aussetzen, ausbitten, auszieren, ausschmücken* u.a.m. Im Werther bekundet sich wieder eine grössere Lebenskraft des Präfixes. Vielfach klingen die gleichen Wörter jetzt ganz anders. Wenn Werther ausruft: «Ach könntest du das wieder ausdrücken», so wirkt das *aus-* hier bedeutungsvoller als es je in dem gleichen Worte bei Sophie La Roche wirkt: Goethe erreicht es durch den Anlauf über fünf unbetonte Silben, wodurch der Akzent auf dem Präfix überaus nachdrücklich wird. (An sich findet sich dieses Lieblingswort Goethes, das im behandelten Werther-Text 13 Mal begegnet, schon 6 Mal in dem Text aus der Sternheim.) Volle Kraft entfaltet das Präfix auch in *ausrufen* (11), *aussprechen* (5), *ausschreien, ausbrechen* u.a. Daneben wird aber auch die zweite Bedeutung des Präfixes wichtig: vollständig bis zum Ende. Es gibt da die drei schönen *ausdauern* (daneben noch *ausdulden, ausleiden*), die beiden *ausweinen*, sodann *auslernen, auserzählen* u.a.m. Es ist immer das gleiche: ohne alle Gewaltsamkeit und ohne jemals manieriert zu wirken, lässt Goethe das Sprachmittel der Präfixe seine volle Kraft entfalten.

Als letztes Präfix sei *ver-* behandelt. Es hat sich ausserordentlich vermehrt und steht einsam an der Spitze der Tabelle. Auf dem Grunde des deutschen Sprachschatzes begreift sich, dass die Fälle nicht selten sind, in denen *ver-* keine merkliche Eigenbedeutung mehr besitzt, sondern mit dem Verb für uns völlig zu einem Begriff verschmolzen ist: *verstehen, versprechen, versichern, vermuten, versetzen, verzeihen, versuchen* u.a. sind auch im Werther häufig. Aber schon dabei fällt auf, dass es Goethe gelingt, dem Präfix gelegentlich Wirkungen abzugewinnen. Und *versetzen* dürften wir gar nicht in jener Reihe aufführen, in die es bei der Sternheim gehört: Goethe verwendet es immer zur Kennzeichnung einer «Gegenrede», in gespannter oder unbehaglicher Stimmung. So fällt es das erste Mal als Warnung der Base, sich nicht in Lotte zu verlieben. Dann begegnet

es 3 Mal in dem Gespräch mit dem unsympathischen Herrn Schmidt (einmal freilich wird hier sogar eine Zustimmung Werthers zu einer Bemerkung Lottes als *versetzen* bezeichnet: diese Zustimmung ist der einzige unstimmige Fall in unserem Text). Dann taucht es wieder in dem grossen, so gegensätzlichen Gespräch mit Albert auf (4 Mal). Höchst ausdrucksvoll wirkt es dann am Ende des 1. Buches, wenn Lotte auf Werthers vielsagendes «Wir sehn uns wieder»: «Morgen, denke ich» *versetzt* und damit ihr Unverständnis ausdrückt. Schliesslich erscheint es zweimal im Gespräch mit dem wahnsinnigen Schreiber. In *versetzen* liegt also im Werther etwas Gegensätzliches, das Präfix wirkt mit seiner negierenden Kraft.

Eine besondere, noch kleine Gruppe bilden die Fälle, in denen *ver-* das Gegenteil der einfachen Verben ausdrückt und mit einem Odium erfüllt: *verleiten*, *verachten*, *verraten*, *verleiden*, *versagen*. Häufiger wirkt in *ver-* die perfektive Bedeutung, das vollständige Ausführen einer Tätigkeit, etwa in: *verarbeiten*, *verbessern*, *vermehren*, *versiegeln*, *verherrlichen*, *verwandeln*, *verändern*. (In den beiden letzten Fällen mag als eigene Bedeutungsnuance die «Umformung» aktualisiert sein, wozu dann auch *vergöttern* u.a. gehören). Oft aber liegt in solchen Bildungen wieder etwas Negatives; die entsprechenden Kräfte des Präfixes haben sich mit denen der Verbbedeutung verbunden: *verlassen* (oft), *verlieren* (oft), *verletzen*, *vergröbern*, *vergällen*, *verpalisadieren*, *verwirren*, *verabscheuen*, *verschweigen*, *verlechen*, *verdrängen*, *verzärteln* (hier wirkt auch das Suffix), *verzweifeln*. Eine kleinere Gruppe wieder bilden die *ver-*Komposita, die ein «Verbrauchen von Mitteln oder Zeit» ausdrücken: *verplaudern*, *vertrauern*, *verphantasieren* u.a. Aber dabei handelt es sich ja nur um eine Verengung jener Grundbedeutung des «Verschwindens und Zugrundegehens». Und hier häufen sich nun die Belege im Werther: *verderben* (oft), *vergehen* (oft), *verschwinden* (oft), *verschlingen*, *verlöschen*, *verschwimmen*, *verzehren*, *verfaulen*, *versinken*, *versiegen* und viele andere mehr. Durch den Werther klingt somit unaufhörlich ein Ton des Schwindens, des Untergangs. Der zunächst so erstaunlich hohe Anteil der *ver-*Bildungen im Werther versteht sich als ein und vielleicht sogar das wichtigste Sprachmittel, mit dem die einheitliche Grundtönung ausgedrückt wird.

Aber mit der eingehenderen lexikographischen Durchmusterung des Formenbestandes ist die Frage noch nicht beantwortet, welche Bedeutung den Präfixen in dem neuartigen Sprechen zukommt. Mehrfach schon sahen wir bei Herder und bei Goethe, dass durch

besondere stilistische Mittel ein an sich belangloses Präfix aufzuleuchten begann. Eine Betrachtung, die Ernst damit macht, die lebendige Sprache in das Blickfeld zu rücken, muss auf solche Mittel aufmerksam sein, durch die die Leistungskraft der Präfixe gesteigert wird. Sprachgeschichte und Stilforschung müssen da zusammenarbeiten. Im Werther scheinen fünf solcher stilistischer Mittel am Werk zu sein:

1) Durch Nebeneinanderstellung wird die Wirkung eines bestimmten Präfixes eindringlicher. Das begegnet häufig (häufiger als bei Herder). Wir geben einige Beispiele:

S. 26: Genug, ich verwirrte mich, vergass mich.

S. 56: Wehe dem, der es wieder austilgen und auskratzen will!

S. 61: O mein Bruder! — können wir gereifte Früchte vernachlässigen, verachten, ungenossen verfaulen lassen?

S. 66: ich war erweckt und erschüttert.

2) Mehrfach schlägt ein bestimmtes Präfix in einem grösseren Abschnitt durch:

S. 34: ... wurde des Herrn Angesicht... so sichtlich verdunkelt, dass es Zeit war, dass Lotte mich beim Aermel zupfte und mir zu verstehn gab, dass ich mit Friederiken zu artig getan. Nun verdriesst mich nichts mehr, als wenn die Menschen einander plagen, am meisten, wenn junge Leute in der Blüte des Lebens, da sie am offensten für alle Freuden sein könnten, einander die paar guten Tage mit Frätzen verderben und nur erst zu spät das Unersetzliche ihrer Verschwendung einsehen...

In den gehäuften ver- bekundet sich Werthers ganzer Unmut. (Wieder zeigt sich, dass die Abgrenzung auf die verbalen Präfixe einigermaßen künstlich ist. Häufigere Beispiele für den genannten Stilzug liefern zusammengesetzte Adjektive. So schlägt auf S. 58 das negierende un- kräftig durch.)

3) Die Präfixe steigern sich in ihrer Ausdruckskraft, indem sie eine Klimax bilden; gewöhnlich steigern sich dann auch die Verbbedeutungen:

S. 7: Ich will nicht mehr geleitet, ermuntert, angefeuert sein.

S. 14: O meine Freunde! warum der Strom des Genies so selten ausbricht, so selten in hohen Fluten hereinbraust, und eure staunende Seele erschüttert?

S. 13: Ein junges Herz hängt an einem Mädchen, bringt alle Stunden seines Tags bei ihr zu, verschwendet alle seine Kräfte, all sein

Vermögen, um ihr jeden Augenblick auszudrücken, dass er sich ganz ihr hingibt.

4) Die Wirkung der einzelnen Präfixe wird durch kontrastierende Anordnung erhöht:

- S. 6: Ach könntest du das wieder ausdrücken, könntest du dem Papier das einbauchen...
- S. 101: Töne..., die aus dem Instrument hervorquollen, und nur der heimliche Widerschall aus dem reinen Munde zurückklänge.
- S. 106: Und wenn er in Freude sich aufschwingt, oder im Leiden versinkt...

5) Das ungleich häufigste Mittel ist, dem Präfix durch besondere Akzentuierung Nachdruck zu verleihen. Das ist gewöhnlich schon in der Kontraststellung und Klimax der Fall. Auffällig oft aber liegt darüber hinaus der letzte Akzent eines Abschnitts oder gar Briefes auf einem Präfix. So stehen schon die beiden zitierten Wiederholungen (S. 56,61) an bedeutsamer Stelle. Einige weitere Beispiele:

- Briefende S. 7: der das nicht mitempfinden kann.
- » S. 8: Sie dankte und stieg hinauf.
- » S. 14: der drohenden Gefahr abzuwehren wissen.
- » S. 18: und warum soll ich mir das schöne Bild verderben!
- » S. 39: wenn er uns so hintaumeln lässt.
- » S. 59: und ich weine trostlos einer finsternen Zukunft entgegen.
- » S. 95: und dem befreiten Halbgott meine Seele nachsenden.
- » S. 95: diese ganze Lücke würde ausgefüllt sein.
- » S. 98: die Wonne, die er über mich ausgoss, mit ganzem... Herzen aufnahm.

Wir geben zum Schluss noch eine Stelle aus dem Werther, eine der ausdrucksvollsten. In ihr leuchtet noch einmal die ganze Bedeutungsfülle verbaler Präfixe auf, und Kontrast- und Endstellung verbinden sich dann, um das letzte Präfix unsagbar zu beschweren. Es handelt sich um das Ende des ersten Buches nach dem Gespräch mit Lotte über das Wiedersehen:

Sie gingen die Allee hinaus, ich stand, sah ihnen nach im Mondscheine, und warf mich an die Erde und weinte mich aus, und sprang auf, und lief auf die Terrasse hervor, und sah noch dort unten im Schatten der hohen Lindenbäume ihr weisses Kleid nach der Gartentür schimmern, ich streckte meine Arme aus, und es verschwand.

Es ist eine der grössten Stellen der deutschen Prosa. Und wir dürfen hinzufügen, dass die Wirkung vor allem von den Präfixen ausgeht. Am Schluss fällt auf ver- sogar ein Nebenakzent! Es gibt in der

deutschen Literatur kein anderes *verschwinden*, das so endgültig und — gegen den vorangehenden Wiedersehenstrost des Inhalts — so trostlos ist wie dieses Ende des ersten Buches von Goethes Werther.

Erst in solcher Nähe zur lebendigen Sprache enthüllen sich Umfang und Tiefe der Verschiebungen und Neuerungen, die sich in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts auf dem Felde der verbalen Präfixe vollzogen. Funktionslose Partikeln wurden zurückgedrängt, die Leistungskraft der anderen belebt und im besonderen die Möglichkeit gleichsam neu entdeckt, mittels bestimmter adverbialer Präfixe eine Bewegung als räumlich-konkret und gerichtet darzustellen (*durch-, fort-, aus-, entgegen-, hin-, her-* u.a.). Die Bereicherung der Aspekte auf ein Verb stellt sich im Vergleich mit den romanischen Sprachen als eine Vertiefung des Eigencharakters der deutschen Sprache dar.

Lissabon.

WOLFGANG KAYSER

Le décret en l'honneur de l'architecte Epicratès

Le monastère de Dragomirna, en Bucovine (Roumanie), possède une inscription grecque d'une certaine importance, dont on n'a pas encore pu établir la provenance. Ayant eu l'occasion d'examiner le monument sur place et d'en prendre une photographie, je note ici les quelques observations que j'ai pu réunir et qui pourront, probablement, éclaircir le problème.

Voici une partie du texte de l'inscription, d'après la *Syll. Inscr. Graec.* ⁽¹⁾, qui nous aidera dans notre exposé :

.. επι.....ισ
 [θ]εράτῃ οἱ συνέδροι αἰ[παν' ἐ-]
 παιδὴ πρεσβευτῆς ἀποστ[αλείς]
 Εὐπολὶς Φιλομήλου εἰς Βυ[ζάν]-
 5 τιον καὶ προστάχων λαβὼν ἐ[π'α]-
 γειν ἀρχιτέκτονα ἐμισθώσ[α]-
 το Ἐπικράτην, ὃς παρὰ γεν[ε]-
 νος πολλὰ καὶ λυσιτελῆ συν[ε]-
 λέσκατο παρὰ τὰς ἐγδοῶσις τῶ[ν]
 10 ἔργων, τοῖς τε καὶ καὶ συμπερι-
 φερόμενος τοῖς κατὰ τὴν πόλιν
 τοῖς μισθοῖς ἐλάμβανεν
 οὗς ὁ ὄμιλος ἤξιον, πολέμου τε
 προσπαγγεληθέντος Ὀλατικῶ

(1) III^e éd. (1917), n.º 707. Dans la bibliographie de l'inscription, Hiller von Gaertringen fait savoir qu'il n'a pu consulter l'article de S. Kritikos. Publié dans "Εσπερος, Leipzig, 1885, n.º 94, p. 340-324, cet article constitue la première édition du texte ; mais elle est imparfaite et se trouve annulée par les publications ultérieures. On doit cependant y ajouter E. A. Kozak, *Die Inschriften aus der Bukowina* (inscriptions, presque en totalité, d'époque récente), Vienne, 1903, n.º II, p. 18-20, où l'on trouve une meilleure transcription du texte, accompagnée d'une photographie, caractères blancs sur fond noir (négatif ?).

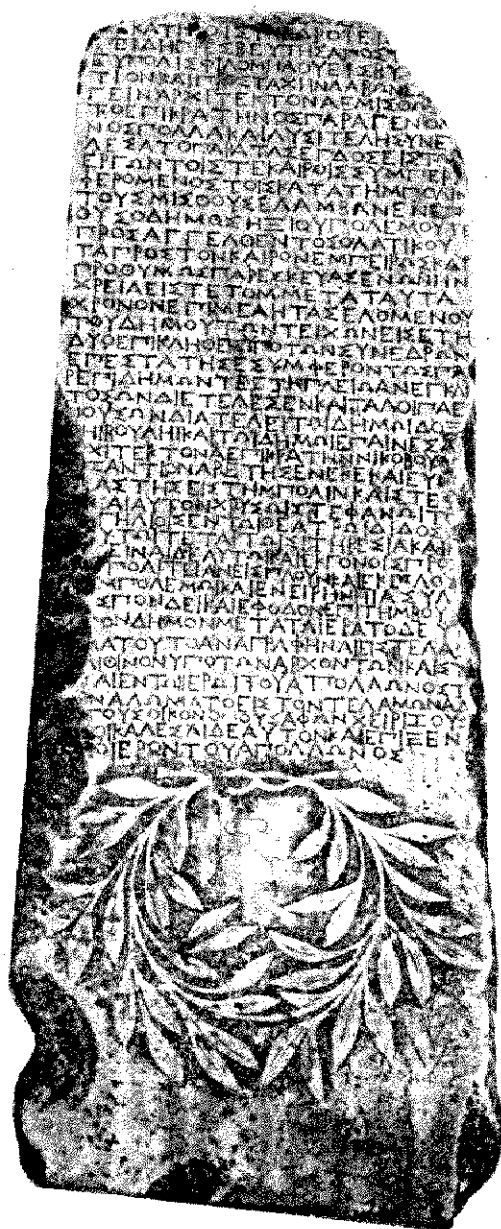


Fig. 1

- 15 τὰ πρὸς τὸν καὶρὸν ἐμπείρως καὶ
προθύμως παρισκιάσαν, ὧν ἦν
χρεῖα, εἰς τε τὸν μετὰ ταῦτα
χρόνον ἐπιμελητὰς ὁρισμένου
τοῦ δήμου τῶν τοιγῶν εἰς ἔτη
20 δύο, ἐπικληθεὶς ὑπὸ τῶν συνέδρων
ἐπιστάτης συμριόντης, πα-
ρισημαῖον τε ἔτη πλείων ἀνέγκλη-
τος ὧν διετέλει, καὶ τὰ λοιπὰ εἰς ὅ-
νους ὧν διατελεῖ τῷ δήμῳ, ὁρᾷ[αι]
25 [τῇ βουλῇ καὶ τῷ δήμῳ, ἐπαινέσαι
ἀρχιτέκτονα Ἐπικράτην Νικίβου] [κ]
[Βυ]ζάντιον ἀρετῆς ἐνικε καὶ εὐ[ν]-
[οί]ας τῆς εἰς τὴν πόλιν, καὶ στίφ[α]-
[νῶ]σαι αὐτὸν χρυσῷ στίφάνῳ τοῖς
30 [Θερ]γλήσις ἐν τῷ θεάτρῳ, etc., etc.

A la ligne 1, qui est très endommagée, Hiller von Gaertringen ⁽²⁾ a supposé que l'on doit lire le nom de l'éponyme Ἐπι[γόνου] et le nom du mois [Ἄρ]τι[μ]ε[σ]τῆς. Mais les traces de lettres que j'ai pu

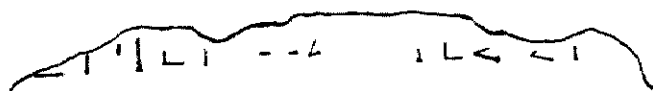


Fig. 2

On voit les restes de: ΕΠΙ; un Ε (? ; une barre verticale;
traces d'un Ω (?), d'un Σ (?) ou d'un Δ (?); ΗΣ. ΣΙ.

distinguer ⁽³⁾ et qui coïncident, en grande partie, avec la lecture de G. Tocilescu ⁽⁴⁾, ne permettent pas ces restitutions. Après les lettres ΕΠΙ, qui sont très claires au début de la ligne, il y a la place d'une lettre suivie des restes d'une lettre rectangulaire (Ε ?), ce qui infirme un Ἐπι[γόνου]. D'autre part, le Μ du nom du mois est contredit par les restes très nets d'un Σ.

⁽²⁾ *Ibidem*.

⁽³⁾ Voir la photographie, fig. 1, et le dessin, fig. 2.

⁽⁴⁾ *Archäol. — epigr. Mitteil. aus Oesterr.*, XI (1887), n.º 141, p. 66.

L'inscription présente une valeur particulière, car elle parle d'une guerre avec les Olates ($\alpha\lambda\alpha\tau\alpha\iota$ 'Ολταταί, 1. 13-14), qu'une ville grecque a dû affronter. A cette occasion, la ville engagea un architecte de Byzance, Epicratès, fils de Nicoboulos (1. 26-27), qui s'occupa de la construction ou de la réparation du mur d'enceinte.

Cependant, nous ignorons le nom de la ville qui a érigé ce monument, transporté à l'époque moderne à Dragomirna. D'autre part, le peuple des Olates, inconnu par ailleurs, pose un autre problème.

O. Fiebiger a cru pouvoir reconnaître dans ce nom de peuple une altération de celui des Galates⁽⁵⁾, mais par la suite il a renoncé à cette interprétation⁽⁶⁾. Déjà auparavant, B. Keil avait rapproché⁽⁷⁾ le nom Olates de cet 'Ολτα δούλος⁽⁸⁾, esclave barbare, qui figure parmi les biens d'Alcibiade, mis en vente. Enfin, Dittenberger reconnu dans les Olates un peuple thrace⁽⁹⁾ qui inquiéta, par ses incursions, une ville grecque du littoral de la Mer Noire.

Quant à la ville qui a rendu le décret, Fiebiger s'est prononcé pour Olbia. Il avança même comme preuves certaines particularités de langue, qui se retrouvent dans les inscriptions de cette colonie grecque⁽¹⁰⁾, ainsi que la mention de la fête des Thargelia dans notre décret (1. 30), nom de fête qui correspond au nom de mois Thargelion, attesté à Olbia⁽¹¹⁾. Mais la mention de cette fête et celle d'un temple d'Apollon (1. 43) ne sont pas des arguments suffisants. Ils montrent simplement qu'il s'agit d'une colonie ionienne et, comme elle a été aux prises avec un peuple thrace, c'est sur le littoral thrace que nous devons la chercher. Peut-on remonter vers le Nord jusqu'à Tyras et Olbia? Ce n'est pas impossible, car le territoire occupé par les Thraces dépasse le Danube vers le Nord, et leur présence est signalée par les inscriptions des villes grecques de la région⁽¹²⁾. Notre décret pourrait donc être originaire d'Olbia, selon Fiebiger. D'autre

(5) *Jahreshefte des oesterr. arch. Inst.*, XIV (1911), Beiblatt, p. 71 et suiv.

(6) *Inscriptionsammlung zur Geschichte der Ostgermanen (Denkschriften der Wiener Akad.*, LX. 3), Vienne, 1917, p. 1.

(7) *Hermes*, XXXI (1896), p. 472.

(8) *Syll. Inscr. Graec.*, III^e éd., n° 99, 1. 6.

(9) *Syll. Inscr. Graec.*, II^e éd., n° 545.

(10) L. 8-9 : $\alpha\upsilon\tau\alpha\rho\iota\sigma\tau\alpha\tau\alpha\iota$, le moyen employé à la place de l'actif ; 1. 10-11 : $\alpha\upsilon\tau\alpha\rho\iota\sigma\tau\alpha\tau\alpha\iota$.

(11) O. Fiebiger, *ouvr. cité*.

(12) G. G. Mateescu, *Nomi traci nel territorio scito-sarmatico*, dans *Ephemeris Dacoromana*, II (1924), p. 223 et suiv. ; cf. H. E. Minns, *Scythians and Greeks*, 1913, p. 37-38, et M. Rostovtseff, *Iranians and Greeks in South Russia*, 1922, p. 13, 39, 144, etc.

part, P. Nicorescu signale le cas de certaines inscriptions provenant de Tyras, qui ont été découvertes à environ 100 km au Nord de cette colonie grecque. Elles sont arrivées là grâce au transport des marchandises, que les paysans moldaves faisaient par bateau sur le Dniester ⁽¹³⁾. Les arguments que nous présenterons plus bas, ne nous permettent pas de retenir une de ces deux hypothèses.

Lors de ma visite à Dragomirna, j'ai pu constater que l'archive du monastère ne conservait aucune trace de l'arrivée de ce monument, et les moines présents ne savaient rien de précis à ce sujet, se bornant à raconter une légende sans valeur, dont nous parlerons plus bas. Ce que j'ai pu noter c'est que la construction de l'église du monastère a été achevée en 1609 ⁽¹⁴⁾ et que notre monument sert de dalle dans le narthex qui précède le pronaos. Elle recouvre probablement une tombe, car juste à côté est placée une autre dalle sous laquelle repose Maria, fille du prince Constantin Mavrocordat, enterrée en 1770. Un peu plus loin, deux autres tombes, placées l'une à côté de l'autre, sont datées de 1673 et de 1680 ⁽¹⁵⁾. Cela montre que la coutume d'enterrer des personnages importants à cet endroit date déjà du XVII^e siècle. Mais l'exemple des deux tombes de 1673 et de 1680, voisines dans le temps et dans l'espace, semble indiquer que notre monument, voisin de la dalle de 1770, a été placé à cet endroit approximativement vers la même époque. C'est là la seule indication que j'ai pu établir au sujet de son dernier avatar. Le fait qu'il ne porte pas d'inscription moderne et qu'il a conservé son texte grec n'est pas un argument qui lui enlève sa qualité de pierre tombale. D'autres dalles de cet endroit n'ont pas non plus d'inscription moderne et, à l'intérieur de l'église, la tombe même du fondateur en est dépourvue. Le texte grec de notre monument et sa couronne sculptée ont pu être considérés comme des ornements qui méritaient d'être respectés.

Mais si le marbre semble avoir été placé là dans la seconde moitié du XVIII^e siècle, d'où venait-il ? Comme nous l'avons vu, il doit provenir d'une colonie ionienne, située sur la côte thrace de la Mer

(13) P. Nicorescu, *Scavi e scoperte a Tyras*, dans *Ephemeris Dacoromana*, II (1924), p. 380 : une inscription (Latychew, *IOSPE*, I, n.º 3 = *CIL*, III, n.º 781) a été trouvée dans le village de Korotnoé, à 100 km au Nord de Tyras, sur la rive gauche du Dniester, et une autre (Latychew, *ouvr. cité*, n.º 2 ; cf. Minns, *ouvr. cité*, p. 446, 541, 639) à Ciobrucu, à environ 90 km.

(14) I. Vorobchievici, *Histoire du monastère de Dragomirna* (en roumain), Cernăuți, 1925, p. 10.

(15) *Ouvr. cité*, p. 40-41.

Noire et qui a eu à souffrir une incursion du peuple thrace des Olates. Au témoignage apporté par B. Keil, on peut ajouter maintenant la mention de ce nom thrace dans une liste de tributs payés par les membres de la confédération maritime athénienne du V^e siècle, où l'on lit : Ὀλῶν (16). La liste est de l'année 453/2. A cette époque, les membres de la confédération n'étaient pas encore groupés par région, ce qui nous aurait peut-être permis de situer avec plus de précision la localité et le peuple. Nous avons ici, sans doute, l'indication d'une colonie grecque, établie en territoire thrace et qui a conservé le nom local, barbare, de l'endroit.

Par contre, un monument nouveau, que j'ai découvert dans les fouilles d'Histria (Roumanie), pourra nous être plus utile. Il s'agit



Fig. 3

d'un fragment de brique en argile fine, bien pétrie, de couleur jaune rosé et qui porte une estampille avec le nom ΟΑΣ. L'écriture est rétrograde avec de beaux caractères du IV^e siècle av. J.-C. Le fragment est apparu dans les débris accumulés au pied du mur d'enceinte, qui date du III^e siècle ap. J.-C. (17). Mais il n'est pas en relation avec ce mur, car il porte, sur les surfaces brisées, des traces de chaux, ce qui prouve que, détaché de la construction primitive du

(16) *Suppl. Epigr. Graecum*, V, n.º 2, col. I, 1. 20 = IG, 12, n.º 192.

(17) S. Lambrino, *Histria romaine à la lumière des fouilles*, dans la *Revue des Etudes Latines*, XI (1933), p. 463.

IV^e siècle av. J.-C., il a été remployé, probablement à plusieurs reprises, comme matériel de remplissage dans des constructions plus tardives.

Le nom que nous révèle l'estampille est celui du magistrat de la ville grecque d'Histria, qui a fait faire, au IV^e siècle av. J.-C., les briques nécessaires à la construction des édifices publics. A cette époque, un magistrat de cette colonie grecque pouvait porter le nom thrace d'Ὀλάς. Le fait est significatif, car il nous montre d'une façon très claire la vie que menaient les colons grecs aux bouches du Danube au milieu de la population barbare environnante et la possibilité qui se présentait pour certains éléments de cette population de pénétrer jusque dans les rangs des citoyens grecs. De plus, notre Olas ne fait pas partie des basses classes d'Histria; c'est un magistrat. Cela signifie qu'il est le descendant d'un Thrace de la région, qui a obtenu, longtemps auparavant, droit de cité à Histria. Nous avons là encore un témoignage sur l'existence de cette population mixte, helléno-barbare, qui nous est attestée dans la région du Bas-Danube sous le nom de Μισσηλλοὺς (18). A Histria, V. Pârvan a pu constater, d'après les fragments de vases découverts dans ses fouilles, une vie commune helléno-thrace déjà au VI^e siècle av. J.-C. (19).

Si donc une population barbare du nom d'Olates apparaît ainsi dans le voisinage d'Histria et en contact intime avec ses habitants, nous sommes tentés de croire que le décret en question a été rendu par cette colonie grecque de la Scythie Mineure. On pourrait cependant objecter que, selon la liste de tributs athénienne du V^e siècle (20), nous devrions chercher les Olates plutôt sur le littoral thrace de l'Egée ou de l'Hellespont que sur le rivage de la Mer Noire. Mais nous avons des exemples de populations thraces du Sud, qui apparaissent tout au début de l'ère chrétienne en Scythie Mineure. Ovide nous parle dans les *Tristia* (21) des *Bessi* dans le voisinage de Tomis, et des inscriptions d'Histria et de Tomis (22) nous font connaître, à l'époque romaine, les *Bessi* et les *Αχιζοί*, populations du Rhodope, dans les environs de ces villes. D'autre part, des doublets de tribus daco-gètes, dont le siège principal est au Nord du Danube, dans les

(18) V. Pârvan, *La pénétration hellénique et hellénistique dans la vallée du Danube*, dans le *Bulletin Histor. de l'Acad. Roumaine*, X (1923), p. 32 et suiv.

(19) *Ouvr. cité*, p. 33.

(20) Cf. plus haut, note 16.

(21) III, 10, 5; IV, 1, 67.

(22) V. Pârvan, *Dacia*, II (1925), p. 243-244; S. Lambrino, *Mélanges offerts à J. Marouzeau*, 1948, p. 327-328.

Carpathes, apparaissent au Sud du grand fleuve, par exemple, des Gètes dans le pays des Edoniens ⁽²³⁾, qui sont situés entre le Strymon et le Nestos, des Carpes dans le Rhodope ⁽²⁴⁾. Il n'y aurait donc pas à s'étonner si le fragment de brique d'Histria nous fait connaître l'existence d'Olates en Scythie Mineure, tandis qu'un autre tronçon du même peuple semble être situé dans les régions méridionales de la Thrace. Ils prennent place très normalement à côté des Besses et des *Αζυγιοί* du Bas-Danube, qui ont leur point d'attache dans des contrées éloignées, situées dans le Sud-Ouest de la Thrace.

Enfin, si notre inscription mentionne les *συνήγοροι* (1. 2 et 20), un décret inédit, découvert à Histria, nous fait connaître des *συνήγοροι* dans l'organisation de cette ville. B. Keil a remarqué, il est vrai, que cette institution est trop répandue dans le monde grec pour qu'on puisse l'invoquer comme argument, lorsqu'on veut attribuer à telle ou telle ville le monument en question ⁽²⁵⁾. Mais, s'ajoutant à l'existence des Olates dans le voisinage de la ville, attestée par notre fragment de brique, elle facilite et appuie l'attribution du décret de Dragomirna à la ville grecque d'Histria.

*

Nous avons noté plus haut que les moines de Dragomirna ne savaient rien de précis au sujet du monument qui nous intéresse. Par contre, ils savaient raconter une légende basée sur quelques mots de l'inscription, faussement interprétés par des personnes qui ignoraient le grec, à savoir que la dalle recouvre la tombe de l'*architecte* (1. 6 et 26: *ἀρχιτέκτονα*) qui a construit le monastère et qui s'appelait *Dima* (1. 13: *ὁ δῆμος*; 1. 19: *τοῦ δῆμου*) ⁽²⁶⁾. Comme elle est enregistrée dans l'inventaire même du monastère, des historiens locaux s'en sont emparés. D'autres détails vinrent s'ajouter au noyau primitif: la construction du monastère aurait eu lieu pendant le règne du prince de Moldavie Stefan Tomsha (1. 28-29: *στειφανῶσαι αὐτὸν χρυσῶσι στεφανῶσι*) ⁽²⁷⁾. Nous avons là un exemple caractéristique de légende

(23) P. Perdrizet, *Bull. de Corresp. Hell.*, 1911, p. 108 et suiv.; V. Pârvan, *Getica*, dans *Acad. Rom., Mem. Sect. Ist.*, III (1926), p. 231.

(24) N. Jokl, *Streitberg-Festschrift*, 1924, p. 179; V. Pârvan, *ouvr. cité*, p. 233-234.

(25) Cf. plus haut, note 7.

(26) E. A. Kozak, *ouvr. cité*, p. 20; I. Vorobchievici, *ouvr. cité*, p. 40. — Le nom de Dima est utilisé comme nom d'homme en roumain.

(27) E. A. Kozak, *ouvr. cité*, p. 20, note 2.

basée sur une fausse interprétation d'un texte épigraphique antique, et cela à une époque très rapprochée de nous, car au XVIII^e siècle, époque à laquelle notre inscription a été placée dans le dallage de l'église, la connaissance du grec, au moins moderne, était encore assez répandue en Moldavie.

A titre de curiosité, je citerai deux cas semblables. Une inscription de Bordeaux, aujourd'hui disparue, devait contenir les mots GAIL. F. AS, que le savant C. Jullian a lue ainsi : *Gail f(ilius) As(iaticus?)*. Les humanistes bordelais du XVI^e siècle l'ont considérée comme étant « la tombe de Gaifer (Waïfre) », tandis que le peuple l'appelait « la tombe de Caïphe »⁽²⁸⁾. De même, à Etting, en Bavière, une épithaphe romaine qui porte l'inscription *D. Herennio Secundo dupl(ario)*, etc., a donné naissance à la légende d'un saint local du nom de *Herenneus* ⁽²⁹⁾.

Lisbonne.

SCARLAT LAMBRINO

(28) P. Couteault, *Une légende hagiographique à Bordeaux*, dans la *Revue des Etudes Anciennes*, 1940, p. 600 et suiv. — Le fait que le peuple y voyait le nom de Caïphe, semble indiquer que l'inscription avait plutôt la forme : CAI · F · AS.

(29) F. Vollmer, *Sitzungsberichte der Bayer. Akad.*, 1914, n.º 14.

Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular

Campo es este donde la erudición portuguesa tiene ganados los más honrosos laureles. Permítasenos, en esta ocasión del homenaje a Adolfo Coelho, que volvamos sobre algunos puntos de los difíciles problemas que las religiones, pueblos y lenguas de la Lusitania y la Galicia antiguas plantean.

Presentamos en primer lugar el inventario más completo que nos ha sido posible, y su distribución en el mapa, de los nombres de los antiguos dioses⁽¹⁾. A continuación, algunas observaciones que pueden orientarnos sobre los pueblos y lenguas del oeste de la Península.

El inventario y el mapa no son sino un ensayo que hace más de diez años esperaba la ocasión de ser utilizado, y que ha parecido oportuno aprovechar ahora con motivo de este homenaje, poniendo la nómina al día según nuestras noticias. Damos los nombres de las divinidades tal como los transcriben o los proponen los editores⁽²⁾,

(1) Esta parte del trabajo se debe a J. M. de Navascués. Las consideraciones que siguen son de A. Tovar.

(2) Las publicaciones utilizadas para formar la nómina son las siguientes, precedidas de la clave con que figuran citadas.

Add VIII = H ü b n e r : *Additamenta nova ad corporis volumen II.* «Ephemeris epigraphica», vol. VIII. Berlín.

Add IX = D e s s a u : *Additamenta nova ad corporis volumen II.* «Ephemeris epigraphica», vol. IX. Berlín.

BR AH = «Boletín de la Real Academia de la Historia», Madrid.

CIL II = *Corpus inscriptionum latinarum*, vol. II (Hübner: *Inscriptiones Hispaniae latinae*), Berlín, 1869. *Supplementum*, Berlín, 1892.

L = Manuel G ó m e z — M o r e n o : *Catálogo monumental de España. Provincia de León*. Madrid, 1925.

Rel = L e i t e d e V a s c o n c e l l o s : *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, 1887-1913.

Además se han utilizado artículos y trabajos de Alves Pereira, Bouza — Brey, Mérida, Montenegro, Navascués, Paiva Pessoa y Vázquez de Parga, citados en la nómina en el lugar correspondiente.

o como los traen López Cuevillas y Serpa Pinto⁽³⁾; pero ésto no significa que tengamos por buenas todas las lecturas, pues algunas, muy pocas quizá, necesitan una cuidadosa revisión. No obstante, en la lista, se observarán los datos suficientes para garantizar la forma de los nombres, propia de una lengua indígena, antigua, cuya área de expansión pueden acreditar muy bien estas divinidades conocidas a través de monumentos de la época romana. El mapa explica la distribución y densidad de los hallazgos de los susodichos monumentos, e informa con absoluta claridad acerca de la indo-europeización de la Península en los remotos tiempos de su historia.

En el inventario se han ordenado los nombres de las divinidades por alfabeto, seguidos de los lugares em que se han encontrado las inscripciones que los contienen. El número que viene después refiere los hallazgos al mapa, en el que solo quedan por marcar siete nombres de los que no sabemos más que cinco aparecieron en Galicia, uno en España y otro en Minho. Como añadido sobre pruebas tampoco va en el mapa Assaeco. Luego siguen las referencias bibliográficas que se han estimado más interesantes.

En el mapa se han numerado los hallazgos de los nombres de las divinidades típicas del noroeste peninsular y se han marcado simplemente con signos convencionales los de las del suroeste, *Endobellicus* y *Ataecina*, con un triángulo y un círculo respectivamente. La numeración de los primeros empieza en la región bracarense, la de mayor densidad en hallazgos, a la que corresponden los 41 primeros números. A estos hay que sumar el nombre localizado sin otra precisión en la provincia de Minho. Los números 42 al 77 se refieren a la región gallega, incluido el Bierzo, que dan 36 nombres de divinidades, a los que se han de añadir los cinco antes aludidos y sin referencia concreta a un lugar dentro de Galicia. Continúa la numeración por el territorio asturleonés con los números 78 al 87, y sigue por la vertiente montañosa del Duero con los números 88 al 96. De aquí pasa la numeración al territorio comprendido entre el Duero y el Tajo, números 97 al 126, repartándose los hallazgos entre 7 para la parte española y 22 para la portuguesa, por donde llegan hasta Lisboa, correspondiendo la mayor densidad al territorio lusitano. Entre el Tajo y el Guadiana ocurre el fenómeno contrario, pues mien-

(3) Florentino L. Cuevillas y Ruy de Serpa Pinto: *Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da Península. A Relixión*. «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos». Vol. VI, Santiago 1934, pgs. 295 a 367. Citado en la nómina, Arq VI.

tras en Portugal solo se registra un hallazgo cerca de Evora, número 127, se advierte una cierta densidad en la provincia de Cáceres, con 12 números, del 128 al 139, y en la de Cuenca, con 5, del 141 al 145, advirtiéndose un solo hallazgo en la intermedia de Toledo, número 140; pero obsérvese que estos hallazgos se mantienen al norte de la divisoria con el Guadiana, y que más al sur solo se registra esporádicamente un solo nombre en Úbeda, número 146, en el alto Guadalquivir, pues el nombre registrado en Guadix, número 147, es necesario consignarlo con las mayores reservas. En el valle del Ebro sólo aparecen 6 nombres, números 148 al 154, que se detienen en Gelsa, a mucha distancia de la confluencia del río con el Segre. Forzosamente se habrán cometido en el mapa algunas incorrecciones; mas su rectificación será en todo caso cuestión de detalle que nunca podrá modificar los resultados de este ensayo gráfico; solo nuevos y nutridos hallazgos podrian alterar la realidad que acusa el mapa.

He aquí la nómina de las divinidades.

- Aironi*. — Fuente Redonda. — 141 — (*CIL* II 5888).
Abialelaesurracco. — S. Juan de Camba. — 71 — (*CIL* II 2524. *Arq* VI 320).
Abrico. — Vid. *Brico*.
Acpulsoio. — Hornacino. — 99 E — (Morán: *Reseña histórico artística de la provincia de Salamanca*. Salamanca, 1946, p. 69).
Ae...ae. — Chaves — 40 — (*Nymph[ae...a]* *CIL* II 2474. *Arq* VI 318).
Aegiamunniaego. — Viana del Bollo. — 73 — (*CIL* II 2523. *Arq* VI 353).
Aerno. — Castro de Avelláns. — 32 — (*CIL* II 2606 5651. *Arq* VI 309).
 — Malta. — 31 — (*Ref* III 217. *Arq* VI 309).
Aer[no?]. — Liboreiro. — 51 — (*Arq* VI 309).
Aginees(is), Fontis... Genio. — Boñar. — 87 — (*CIL* II 5726. *L* 76. *Arq* VI 318).
Aiiorogato. — Peñalba de Castro. — 95 — (*CIL* II 2772).
Aivossivaeio. — Plasenzuela — 136 — (*BRAH* XLIV 120).
Alboceio. — Villar de Maçada. — 29 — (*CIL* II 2394 b).
Alioneco. — Vid. *Vestio*.
Ameipicri. — Braga. — 17 — (*Ref* II 333).
Ameucn, *Nymphis fontis*. — León. — 84 — (*CIL* II 5084. *Arq* VI 318).
Anderon, I. O. M. — Loc. inc. de Galicia. — (*CIL* II 2598. *Arq* VI 302).
Aracoaranioniceo o *Coaranioniceo*. — Lisboa. — 126 — (*CIL* II 4991).
Arentiae. — Ninho do Açôr. — 107 — (Alves Pereira: *Hiêrologia de um povo de Lusitania*. (*O deus Arentius*). «Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos». Vol. II, Madrid 1934, ps. 279-288).
Arentio. — Chão do Touro. — 121 — (*Ibidem*).
 — Ninho do Açôr. — 108 — (*Ibidem*).
Arentio Cronisnsi. — Zebras. — 119 — (*Ibidem*).
Arentio Tanginiciaeco. — Rosmaninhal. — 104 — (*Ibidem*).
Ariconae. — Talavera de la Reina. — 99 A — (Morán: *Vestigios romanos y visigodos*. «Archivo Español de Arqueología». Núm. 56. Madrid, 1944, p. 248).

Aro. — Castro Daire. — 115 — (*Rel* II 314).

Arovieni[s]. — Vid. *Lucovebu[s]*.

Assaeco. — Lisboa — (A. Vieira da Silva *Epigr. de Olisipo*, Lisboa 1944, p. 269).

Ataecina. — Vid. mapa.

Ban... (?) — Malpartida. — 132 — (*CIL* II 855).

Banderaico? — S. Marinha de Ribeira de Pena. — 28 — (*CIL* II 2387. *Arq* VI 310).

Bande Velugo Toiracco. — Castelo da Vila da Feira. — 114 — (*Arq* VI 310).

Bandiaepolosego. — Cáceres. — 133 — (*CIL* II 740. *Arq* VI 310).

Bandiarbariaico. — Capinha. — 109 — (*CIL* II 454. *Rel* II 321).

Bandio Ilienaico. — Castendo. — 118 — (*Add* IX 35. *Arq* VI 310).

Bandoge. — Castello-do-Mau-Vizinho. — 116 — (*Rel* II 316. *Arq* VI 310).

Bandua. — Eiras. — 66 — (*Arq* VI 310).

Bandue. — Braganza. — 34 — (*CIL* II 2498. *Arq* VI 310).

Bandue Ituiciesi. — La Mezquitilla. — 140 — (*Add* VIII 179. *Arq* VI 310).

Bandueaetobrico. — S. María de Codesás. — 44 — (*CIL* II 2515. *Arq* VI 310).

Bandueca[dag]o. — Mixós. — 42 — (*Arq* VI 310).

Banc. — Dehesa de Paredes. — 99 B — (Morán: *Vestigios romanos y visigodos*. «*Archivo Español de Arqueología*». Núm. 56. Madrid, 1944, p. 245).

Baraeco. — Trujillo. — 138 — (*CIL* II 5276. *Arq* VI 310).

Bcantunaeco o *Cantunaeco.* — Ciudad Rodrigo. — 100 — (*CIL* II 861. *Arq* VI 310).

Bodo. — Villalpalos. — 74 — (*CIL* II 5670. *Arq* VI 354).

Bolgens(e), Tutelae. — Cacabelos. — 75 — (*L* 59. *Arq* VI 309).

Bormanico. — Caldas de Vizella. — 6 — (*CIL* II 2402 5558. *Arq* VI 319).

Brico o *Abrico.* — Monte de S. Miguel-o-Anjo. — 11 — (*CIL* II 5561. *Arq* VI 311).

Brigia[e]cis, Ma[tribus]. — Peñalba de Castro. — 94 — (*CIL* II 6338 I.).

Cabar..., Deae. — Viseo. — 117 — (*CIL* II 403).

Cabuniaegino. — Monte Cildad. Aguilar de Campóo. — 88 — (*Add* VIII 159).

Caepo. — Benespera. — 110 — (*Rel* III 618).

Caepol... — Rebordanes. — 49 — (*CIL* II 5613. *Arq* VI 354).

Candamio, Iovi. — Puerto Candanedo. — 85 — (*CIL* II 2695. *Arq* VI 302).

Candiedoni, I. O. M. — Loc. inc. de Galicia. — (*CIL* II 2599. *Arq* VI 302).

Cantunaeco. — Vid. *Bcantunaeco*.

Caraedudi. — Astorga. — 78 — (*CIL* II 5663. *Arq* VI 354).

Cari...bellacis (?) — S. Juan de los Baños. — 45 — (*CIL* II 2531. *Arq* VI 318).

Cariocieco, Marti. — Tuy. — 50 — (*CIL* II 5612. *Arq* VI 300).

Caro. — Arcos de Val-de-Vez. — 26 — (*Rel* II 336. *Arq* VI 354).

Castaecis. — S. Eulalia de Barrosas. — 4 — (*CIL* II 2404. *Arq* VI 318).

Cauleci. — Villalís de Valduerna. — 80 — (*CIL* II 2551. *L* 69. *Arq* VI 354).

Ceceaeicis. — Vid. *Tarmucenbaxis*.

Ceceagis. — Loc. inc. de Galicia. — (*CIL* II 2597. *Arq* VI 308).

Celiborcae. — Villabuenas. — 99 C — (Morán: *Reseña histórico artística de la provincia de Salamanca*. Salamanca, 1946. p. 148).

Cerenaecis, Laribus. — S. Salvador de Truyas. — 22 — (*CIL* II 2384. *Arq* VI 308).

Coaranioniceo. — Vid. *Aracoaranioniceo*.

Convetene. — Os Curveiros. — 59 — (Montenegro: *De la Galicia romana*. «Arquivo español de arqueología». T. XX, Madrid, 1947, pgs. 68-74).

Corono. — Cerzedello. — 1 — (*CIL* II 5562. *Arq* VI 311).

Coru...abe (?) — Briteiros. — 13 — (*CIL* II 5594. *Arq* VI 311).

Coso. — Brandomil. — 55 — (*CIL* II 5628. *Arq* VI 299).

Coso Udaviniago. — Meirás. — 58 — (*Arq* VI 300).

Cososo. — Braga (?) — 14 — (*CIL* II 2418 y p. 706 del *Supp* ⁽¹⁾. *Arq* VI 299).

Cosothainaeco. — Torres de Nogueira. — 56 — (*BRAH* LXI 535. *Arq* VI 300).

Cosuneae. — Eiriz. — 2 — (*CIL* II 5607. *Rel* II 188. *Arq* VI 311).

Cronisnsi. — Vid. *Arentio*.

Crougintoudadigoe. — Mosteiro da Ribeira. — 47 — (*CIL* II 2565. *Arq* VI 311).

Cusic[e]lens[i]bus. — Laribus. — Argeriz. — 41 — (*CIL* II 2469. *Arq* VI 308).

Cusuneneoeco. — Burgães. — 8 — (*CIL* II 5552. *Arq* VI 354).

Deancta. — Monte Louredo. — 67 — (*Add* IX 280).

Deçante (?) — Cacabelos. — 76 — (*CIL* II 5672. *Arq* VI 354).

Dercetio. — Monte Castello. — 89 — (*CIL* II 5809. *Arq* VI 306).

Diseco (?) — Vid. siguiente.

Dialco o *Diaeco* (?) — Loc. inc. de España. — (*CIL* II 4977).

Dulovio. — Al S. de Cáceres. — 134 — (Mélida: *Catálogo Monumental de España. Provincia de Cáceres*. Madrid 1924, I 231).

Durbodico. — Ronfe. — 12 — (*CIL* II 5563. *Rel* II 330. *Arq* VI 319).

Duri. — Porto. — 18 — (*CIL* II 2370. *Arq* VI 319).

Eaeco. — Brozas. — 130 — (*CIL* II 741 742).

— Coria. — 102 — (*CIL* II 763).

Edovio. — Caldas de Reis. — 53 — (*CIL* II 2543. *Arq* VI 319).

Eletesibus. — Aquis. — Retortillo. — 99 D — (Morán: *Reseña histórico artística de la provincia de Salamanca*. Salamanca, 1946, p. 15).

Endovellico. — Vid. mapa.

Erredi[ci]s. — Laribus. — S. Pedro de Agostem. — 38 — (*CIL* II 2470. *Arq* VI 308).

Fiduñearum. — 3 — Vid. *Cosuneae*.

Findeneticis. — Laribus. — Celleiros. — 37 — (*CIL* II 2471. *Rel* II 181. *Arq* VI 308).

Gallaicis. — Matribu — Chunia. — 96 — (*CIL* II 2776. *Arq* VI 306).

Gradivo. — Martí. — Orense. — 69 — (*BRAH* LVIII 88).

Ilienaico. — Vid. *Bandio*.

Ituiciesi. — Vid. *Bandue*.

Lacubegi. — Ujué. — 154 — (Vázquez de Parga: *Excavaciones en Navarra*. Aparte de «Príncipe de Viana». Pamplona, año VII, n. XXV, 59).

(4) «Doleo me fidem habuisse scriptori fide indignissimo; titulus enim, ut sero vidi, pertinet ad Bituriges (Orell. 1894) et hoc loco omnino delendus est», dice Hübner.

- Ladico*, Iovi. — Codos de Larouco. — 72 — (*CIL* II 2525. *Arq* VI 302).
- Laeso*. — Vinhais. — 35 — (*Arq* VI 355).
- Lahoparaniomego* (?). — Lugo. — 65 — (*BRAH* LVI 352. *Arq* VI 302).
- Lapitearum*. — Val-de-Nogueiras. — 33 — (*Rel.* III 468).
- Laquinesii*. Genio. — S. Miguel de Vizella. — 7 — (*CIL* II 2405. *Arq* VI 309).
- Lariseño*. — Adaúfe. — 16 — (*Rel* II 334).
- Laroco*. — Curral de Vacas. — 39 — (*Arq* VI 355).
- Leiosse* (?). — Cabeza del Griego. — 145 — (*CIL* II 3097).
- Losae*. — Lerate. — 153 — (Vázquez de Parga: *Excavaciones en Navarra*. Aparte de «Príncipe de Viana». Pamplona, año VII, n. XXV, 35).
- Louc. iuferis*. — Pozalmuro. — 91 — (*CIL* II 2849).
- Lougiis*. — Muro de Agreda. — 92 — (*CIL* II 5797).
- Loxae*. — Arguiñáriz. — 152 — (Vázquez de Parga: *Excavaciones en Navarra*. Aparte de «Príncipe de Viana». Pamplona, año VII, n. XXV, 6).
- Lucovebu[s] Arovien[s]*. — Sinoga. — 60 — (*BRAH* LVI 349. *Arq* VI 307).
- Lugovibus*. — Osmá. — 93 — (*CIL* II 2818. *Arq* VI 307).
- Lumiis*. — Cabeza del Griego. — 144 — (*CIL* II 3098).
- Lupianis*, *Nymphis*. — Tagilde. — 5 — (*CIL* II 6288. *Arq* VI 318).
- Macari[o?]* — Lisouros. — 25 — (*Rel* III 196. *Arq* VI 355).
- Mamdicae*. — Ponferrada. — 77 — (*CIL* II 5669. *Arq* VI 355).
- Mentiviaco*. — Zamora. — 82 — (*CIL* II 5649. *Arq* VI 355).
- Mirobieo*. — Tarouquella. — 112 — (*Rel* II 234).
- Mocion*. — Limia. — 48 — (*CIL* II 5621).
- Muridieberobrigae Toudopalandaigae*. — Talaván. — 137 — (*BRAH* LXIV 306).
- Nabiae*. — S. João Baptista de Pedregão Pequeno. — 123 — (*CIL* II 5623. *Arq* VI 320).
- Monte Baltar. — 20 — (*CIL* II 2378. *Arq* VI 320).
- Nabicca*. — Marecos. — 21 — (*Arq* VI 306).
- Navi*. — Alcántara. — 129 — (*CIL* II 756. *Arq* VI 320).
- Naviae*. — Nocelo da Pena. — 43 — (*CIL* II 5622. *Arq* VI 320).
- Navia[e]*. — Loc. inc. de Galicia. — (*CIL* II 2601. *Arq* VI 320).
- Naviae Sesmacae*. — Loc. inc. de Galicia. — (*CIL* II 2602. *Arq* VI 320).
- Netaciveilebricae*. — El Padrón. — 54 — (*CIL* II 2539. *Rel* II 341).
- Neto*. — Condeixa a Velha — 124 — (*CIL* II 355. *Arq* VI 335).
- Netoni*. — Trujillo. — 139 — (*CIL* II 5278. *Arq* VI 335).
- Net[onis?]*. — Guadix. — 147 — (*CIL* II 3386).
- Nimmedo Seddiaco*. — Ujo. — 86 — (*Arq* VI 355. Navascués: *Inscripciones hispano-romanas*. «Archivo español de arte y arqueología». Núm. 30, Madrid, 1934, p. 195).
- Obanae*. — Gelsa. — 148 — (*CIL* II 5849).
- Obione*. — Socastillo. — 90 — (*CIL* II 5808).
- Ocaere*. — S. João do Campo. — 27 — (*CIL* II 2458. *Arq* VI 355).
- Picio* — Lourosa. — 19 — (*Arq* VI 356).

(?) Esta es una de las tres lecturas que dió Gómez-Moreno en sus notas.

Pindusae. — Cabeza del Griego. — 143 — (*CIL* II 5876).

Poecosuosuc[i]vo. — Úbeda. — 146 — (*Add.* VIII 191).

Poemanae. — Lugo. — 64 — (*CIL* II 2573).

Regoni — Lugo. — 61 — (*CIL* II 2574. *Arq* VI 306).

Reuveanabaraeco. — Ruanes. — 135 — (*CIL* II 685. *Arq* VI 320).

Reve. — Mosteiro da Ribeira. — 46 — (*BRAH* LVIII 513. *Arq* VI 320).

Revelanganidaigui. — Idanha. — 105 — (*Rel* II 323. *Arq* VI 320).

[*Re*]velanganitaeco. — Proença. — 122 — (*Rel* III 209. *Arq* VI 320).

Runesocesio. — Alrededores de Évora. — 127 — (*Rel* II 302).

Saha. — Ceclavín. — 103 — (*CIL* II 194).

Sagae. — S. Vicente de Alcántara. — 128 — (*CIL* II 731).

Saur... — Junto a Carriça. — 9 — (*CIL* II 2373).

Seddiaco. — Vid. *Nimmedo*.

Selatse. — Barbarin. — 149 — (Vázquez de Parga: *Excavaciones en Navarra*.

Pamplona. Aparte de «Príncipe de Viana». Núm. XXIV, año VII ns. 11, 12, 13).

Sesmacae. — Vid. *Naviae*.

Silonsacio, *Nymphis*. — Alongos. — 68 — (*CIL* II 5625. *Arq* VI 318).

Suttunio. — Cerca de Brozas. — 131 — (*CIL* II 746).

Tameobriga. — Confluencia del Duero con el Tâmega. — 113 — (*CIL* II 2377. *Arq* VI 320).

Tanginiciaeco. — Vid. *Arentio*.

Tanitacus, *Ninfa*. — Santa Eufemia de Ambía. — 70 — (*Add* IX, 283 b. *Arq* VI 318).

Tarmucenbaxis Ceceaeis, *Laribus*. — Granginha. — 36 — (*CIL* II 2472. *Arq* VI 308).

Tiauraanceaico o *Tiaurauceaico*, *Genio*. — Estorãos. — 24 — (*Rel* III 199. *Arq* VI 309).

Tileno, *Marti*. — Quintana del Marco. — 81 — (*Add* IX 293. *Arq* VI 299, 302).

Tiriensi, *Tutela*. — S. Maria de Ribeira. — 30 — (*Add* VIII 111 a. *Arq* VI 309).

To. — Ávila. — 98 — (*CIL* II 5861).

Togae. — Torre de la Mata. — 101 — (*CIL* II 801).

Togoti. — Talavera. — 99 — (*CIL* II 893).

Toico. — Soandres. — 57 — (*BRAH* LVI 363).

Toiraeco. — Vid. *Bande Velugo*.

Tongobricensium, *Genio*. — Freixo. — 23 — (*CIL* II 5564. *Arq* VI 309).

Tongoenabiago. — Braga. — 15 — (*CIL* II 2419 = 115 *Add* VIII. *Arq* VI 321).

Toudopalandaigae. — Vid. *Muridieberobrigae*.

Trebaronne. — Lardosa. — 120 — (de Paiva Pessoa: *Ara inédita de Trebaruna*.

«O Arqueólogo português». Vol. XXIX, Lisboa 1934, p. 165).

Trebaruna. — Idanha-a-Velha. — 106 — (*Rel* II 295).

Tueraeo. — De Minho. — (*Rel* III 612. *Arq* VI 355).

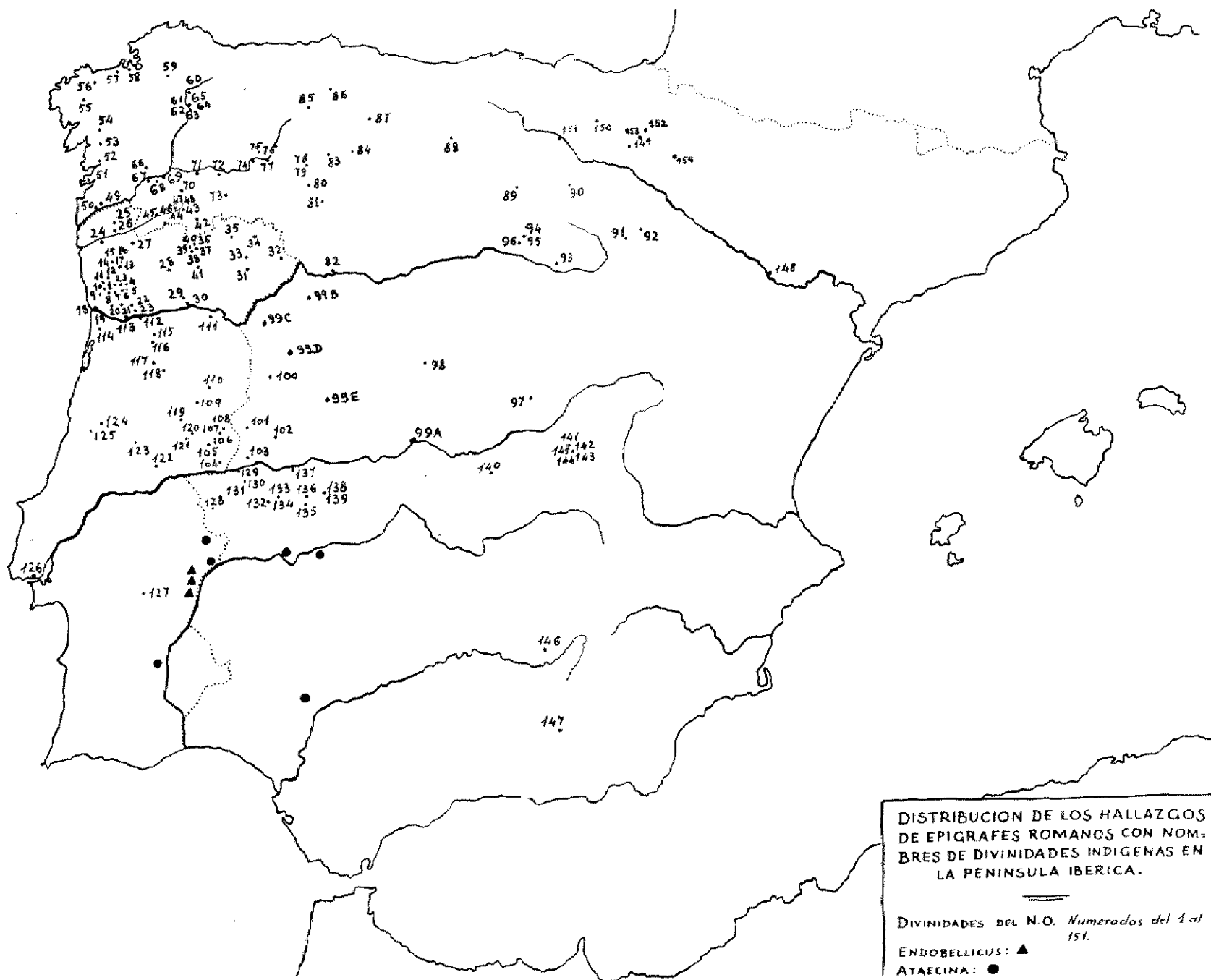
Tullonio. — Alegría. — 150 — (*CIL* II 2939).

Turiaco. — S. Tirso. — 10 — (*CIL* II 5551. *Arq* VI 355).

Turolic(is), *Larib(us)*. — Freixo de Numão. — 111 — (*CIL* II 431).

Udaviniago. — Vid. *Coso*.

Vacocaburio. — Astorga. — 79 — (*CIL* II 5666. *L* 37. *Arq* VI 356).



- Vacodonnaego*. — La Milla del Rio. — 83 — (*CIL* II 2636. *L* 37. *Arq* VI 321).
Varcilen[i]s, *Nymphis*. — Valtierra. — 97 — (*CIL* II 3067).
Vaseco. — Soure. — 125 — (*CIL* II 363. *Rel* II 313).
Velugo. — Vid. *Bande*.
Verore. — Lugo. — 62 — (*CIL* II 2576 — 77 — 78. *Arq* VI 311).
Vestio Alonieco. — Lourizán. — 52 — (Bouza-Brey: *Vestio Alonieco, nueva deidad galaica*. «*Archivo español de arqueología*». T. XIX, Madrid, 1946, p. 110).
Virrore...aego. — Lugo. — 63 — (*CIL* II 2575. *Arq* VI 311).
...aelmanio. — Cabeza del Griego. — 142 — (*CIL* II 3100).
...uvarnae. — Miranda. — 151 — (*CIL* II 2924).

No es nuestro propósito comentar estos nombres uno por uno, tantos como se presentan en el oeste, en contraste con la escasez o falta total de nombres de divinidades indígenas que caracterizan el sur y centro y el levante de nuestra Península. Un libro tan copioso y rico como el famoso de Leite de Vasconcelos sobre *As religiões da Lusitânia* hubiera sido imposible sobre las religiones primitivas de Bética o de los distritos de la Tarraconense que no son el propio noroeste de la Península. Las razones son en parte obvias: sólo el noroeste de la Península, con su tardía y deficiente romanización, conserva los nombres de divinidades. En el resto, esta conservación es excepcional, pues la romanización llevó consigo la identificación de los dioses nacionales o traídos en viejas colonizaciones con los más o menos exactamente correspondientes del panteón greco-romano, y hay en todo caso que buscar bajo el nombre y aspecto general lo que pueda quedar de devoción auténticamente indígena.

En cambio la floración de divinidades del noroeste, conserva su plena personalidad, con sus mismos nombres, muchas veces nada latinizados.

Debemos previamente insistir en que el oeste peninsular corresponde a dos zonas de constitución etnológica distinta. Al sur de Coimbra, del Tajo y de Mérida, las gentes estaban en cuanto a su origen estrechamente relacionadas con la Bética. Es zona que perteneció al círculo tartesio, y bastantes inscripciones, algunas aún inéditas, en museos portugueses, acreditan la larga conservación de culturas cuyo origen y conexiones se remontan al Mediterráneo oriental en el segundo y tercer milenios antes de nuestra era. Nombres de lugar del bajo Tajo y la Beira, como *Olisipo*, *Collippo*, *Tubucci*... corresponden sin duda a la misma lengua que *Baesippo*, *Ostipo*, *Tucci*... en la baja Andalucía. El alfabeto tartesio se extendió hasta Salacia, pero no pasó a la orilla derecha del Tajo. Los *Turduli ueteres* son citados por Plinio (*Nat. hist.* IV 113) en las regiones del Vouga y en la costa del

norte de la Extremadura portuguesa. Mérida es, separada de estos túrdulos por los *Celtici*, túrdula, según Estrabón (III 151), mientras que para otros (Prudencio *Per.* 3, 186) pertenece a Vettonia. Plinio señala por su parte (III 13) unos Célticos al sur de Mérida que pertenecen al conuentus hispalense, mientras que al sureste de estos resurgen con su nombre los Túrdulos, que pertenecen al conuentus cordobés (*).

La región al norte del Tajo está profundamente indoeuropeizada, sin duda desde los tiempos del bronce tardío, a partir de invasiones nórdicas que debieron comenzar antes del año 1000. La determinación de las capas de indoeuropeos es la tarea más importante que arqueólogos y lingüistas tienen ante sí con referencia a la Hispania del norte y los valles del Duero, Tajo y Guadiana medio. En toda esta parte, aunque no cabe duda que sobrevivieron los antiguos pobladores, cabe afirmar que se impuso lengua y organización familiar y social de tipo indoeuropeo (†).

Índice de la expansión de estas gentes indoeuropeas más al sur es la existencia de *Celtici* históricos en las tierras del Alentejo y a ambas orillas del Guadiana, con topónimos de clara estirpe céltica (o precelta, pero en todo caso, indoeuropea) en todo el sur de Portugal: *Ebora*, *Caetobriga*, *Salacia*, *Arabriga*, *Eburobrittium*, *Laccobriga*... Ahora bien, hay que afirmar terminantemente que la densidad y cohesión de la capa dominadora indoeuropea va disminuyendo a partir del centro de Portugal, y a la izquierda del Tajo y más al sur de Mérida no hallamos ni en la onomástica, ni en la organización social, pruebas de que se impusiera plenamente ninguna lengua indoeuropea anterior al latín (‡).

(*) Se sentiría alguna veleidad de descubrir bajo los invasores restos de la capa primitiva «ibérica», y entonces vendría aquí muy bien el dios *Suttunius*, registrado en Norba (*CIL* II 746) y al que nada menos que Schuchardt (*Iber. Dekl.* p. 11) ha relacionado con el vasco *su(t)* «fuego». Ya Leite *Relig.* III p. 218 señalaba que queda por explicar la geminación de la *t*. En realidad, *Suttunius* más que al vasco nos lleva a la Galia Cisalpina, donde, como me señala Navascués, tenemos *Sutta*, *Suttinius*. Además la *-t* no pertenece a *su*; cf. R. Lafon *BSL* 44-1948, p. 144.

(†) Así resulta de la distribución de los gentilicios en *-cum* y las centurias, de que me he ocupado en el *Bol. del Seminario de Arte y Arqueología* de la Universidad de Valladolid, 13-1946/7 p. 21 ss.

(‡) Queda por cohonestar con esta afirmación la de Plinio III 13, que dice que la relación de los *Celtici* de la Baeturia con los *Celtiberi* se manifestaba entre otras cosas, «en la lengua». Pero la conservación aislada de una lengua en un rincón no hace sino confirmar nuestra opinión. Al lado de ellos, como gente distinta, están los *Turduli*, es decir, los turdetanos o tartesios.

Esta afirmación puede sonar a paradoja, pues justamente los autores clásicos hablan de *Celtici* en la Mesopotamia del Tajo y Guadiana, y aun en la Beturia y Andalucía ⁽⁹⁾, y desde luego, de *Celtici* en la Gallaecia, y precisamente no hacen mención expresa de celtas en la Lusitania propia, entre Tajo y Duero. Sin embargo, Leite de Vasconcellos, que se ha hecho cargo (*Relig. da Lusitânia*, II, p. 57 ss.) del problema, acude con muy buen acuerdo a la onomástica indígena para demostrar el celtismo de la región central portuguesa. Y del examen de la onomástica resultan coincidencias entre la Lusitania del conuentus Scallabitanus con la del Emeritensis, mientras que el conuentus Pacensis (Portugal meridional) ha perdido, salvo los contados y evidentes topónimos, todo rastro de onomástica pre-romana, lo cual es un rasgo común con la Bética. Por otra parte la Lusitania del norte del Tajo se enlaza en cuanto a su onomástica con la Gallaecia y con los países de Vettones y Astures, y aun con territorios situados más al este, a mi juicio menos alcanzados por las últimas invasiones célticas (de Vacceos, Arevacos, Celtíberos): como son los Cántabros, los Carpetanos y los Pelendones.

La distribución de los nombres divinos confirma las características diferentes de las dos zonas por nosotros señaladas en el oeste de la Península, ya que la región al sur del Tajo no conoció divinidades menores con nombre indígena, y las dos grandes divinidades del Portugal meridional, Endovelico y Ataecina, reinan solas, como grandes dioses del paganismo greco romano, con una asimilación que en el caso de Ataecina resulta evidente con Prosérpina.

No vamos por lo demás a negar — ni nos hace falta — que sean indoeuropeas las etimologías de ambos nombres. La más reciente tesis (a lo que yo sé) sobre Ataecina (la de Hernando Balmori *Emerita* 3-1935 p. 218) aunque critica otras etimologías propuestas anteriormente ⁽¹⁰⁾, no sale del ámbito indoeuropeo, al pensar en una base *āt-*, que tenemos en lat. *āter* por ejemplo. Más difícil es el problema de Endobellicus, y nos limitaremos a insistir en que *Endo-* podría representar *nde*, prefijo de superlativo, que Pokorny *Zeitschrift für Celtische Philologie* 21-1938 p. 156 ha puesto en relación incluso con el vasco *andi* «grande» ⁽¹¹⁾. En todo caso, *nde* pertenece al sustrato occidental aunque se halle atestiguado especialmente (y con sentidos a veces difíciles) en celta. En cuanto a *-uellicus* puede muy

(9) Sobre *Celtici* y *Celtitani* en Bética, v. Hübner *CIL* II p. 321.

(10) Leite *Religiões* II p. 161 s. las recoge.

(11) Una dificultad sería la forma vascofrancesa *handi*.

bien ser un adjetivo sobre uellos «bueno» ⁽¹²⁾, aunque si atendemos a las numerosas formas con $\hat{b}$ (y no entramos en la confusión, general en latín vulgar, de b y v), *Endobellicus* ⁽¹³⁾ dan ganas de relacionarlo con *Antubelus*, Ἀντοβελος, *Indibilis* ⁽¹⁴⁾, y en tal sentido ya le preocupó a Schuchardt (*RIEV* 3-1909 p. 242) la inscripción de Villaviciosa *CIL* II 5202 en que se lee: *Endouellico aram Antubellicus Priscus iussu ipsius libens animo ponendum curauit*. ¿Será *Endouellicus* (dando por buena la etimología sobre uellos) una deformación eufemística de *Endobellicus*, adjetivo sobre *Endo-beles* (*Indibilis*) «muy negro», divinidad infernal, al fin y al cabo, como *Ataecina-Proserpina*?

Mas no es etimologizar lo que aquí nos ocupa, pues las posibilidades a base de la comparación con las lenguas célticas y con el repertorio de Holder han sido puede decirse que agotadas por Leite y por Adolfo Coelho, incluso en las mismas polémicas de ambos sabios portugueses. Quisiéramos hacer una observación de tipo general: la de que la inmensa mayoría de los nombres divinos del oeste de la Península son adjetivos (Leite *Relig.* III p. 201), y muchas veces aluden simplemente a la situación geográfica del centro de su culto.

Si analizamos la forma de muchos de estos nombres divinos, exóticos a primera vista, sobre todo por su longitud, descubrimos que son compuestos. El tipo que, en dos variedades, creemos poder señalar en su composición no encaja dentro de los que son usuales en las lenguas indoeuropeas. Schuchardt *RIEV* 3-1909 p. 240 ha señalado que el tipo «ibérico» de compuestos es distinto del indoeuropeo. En alemán se dice *Neujahr*, en griego Νεαίητος, y eso es el tipo indoeuropeo en la combinación de sustantivo y adjetivo. En español o portugués decimos *Villanueva* o *Villanova*, en vasco *echeberri*. A este último tipo corresponden los nombres largos de divinidades galaicas y lusitanas. En celta no falta tampoco este tipo ⁽¹⁵⁾: por ejemplo, irl. *bél-remur* «labios-gordos», irl. *cenand* = galés *penwyn* = galo *llaw-swndog* «cabeza-blanca».

Dentro de este tipo de nombre-adjetivo (con un sentido general de adjetivo), dos son las variedades que se pueden distinguir en los

(12) Así Leite *Rel.* II p. 124 s.

(13) Cf. *CIL* II 142 y Auct. addend. p. XXXIX etc.

(14) De la etimología de este nombre me ocupo en el *Homenaje a Don Julia de Urquijo* (San Sebastian, 1949) p. 109 ss.

(15) Pedersen, *Vergl. Gramm.* II p. 5.

nombres de divinidades. La primera es la que merece propiamente el nombre de compuesto, pues sólo se declina el segundo elemento, quedando el primero en forma temática. He aquí una lista de los nombres que pueden juzgarse (a veces con alguna duda) pertenecientes a esta variedad: *Nefaciueileericae*, *Aegiamuniaego*, *Crougintoudadigoe*, *Reuelanganidaigui* o *Reuelanganitaeco*, *Reueanabaraeco*.

La variedad segunda se acerca algo al tipo que se suele llamar en la gramática indoeuropea «compuesto improprio», por presentar flexionados ambos elementos: *Tongoenabiago*, *Banduecadago*, *Bandueaetobrico*, *Domenocusuneneoeco*, *Toudopalandaigae*, *Munidiebrobrigae*. Acaso *Aracoaranioniceo*.

Los elementos de estos compuestos son más o menos oscuros. Geográficos son claramente *Tameobriga* y *Albocelo*, con un tipo de derivación de *Tameobriga* y *Albocela* ⁽¹⁶⁾ que consiste sencillamente en la moción del topónimo. También *Reueanabaraeco* parece estar en relación con el nombre de la localidad de donde procede, si juzgamos por la forma moderna con que se denomina este pueblo, *Ruanes*.

De morfología, los nombres divinos nos sirven para precisar algo sobre el dat. en la declinación del noroeste de la Península ⁽¹⁷⁾. Al lado del dat. latino que tenemos en *Domeno-cusuneneoeco*, *Aegiamuniaego*, *Toudopalandaigae*, etc., se halla el dat. céltico o precéltico en *-i* en *Duri*, *Macari* ⁽¹⁸⁾, o en *-oe* en *Crougintoudadigoe* y *Tongoenabiago* ⁽¹⁹⁾.

De fonética, habiéndome ocupado ya en otra parte de un hecho, la sonorización de sordas intervocálicas (*Bol. de la R. Acad. Esp.* 28-1948, p. 265 ss.), me limitaré a un par de cuestiones de vocalismo.

En primer lugar, el paso de *u* a *i* cuando va precedida de consonante y seguida de vocal, posición en la que parece particularmente

⁽¹⁶⁾ A propósito de *Alb-ocela* y *Ocelum*, es muy sugestiva la conexión mítica entre estas ciudades y *Okellas*, héroe relacionado con Anténor el troyano, recogida por A. García Bellido «Una colonización mítica de España» *Cuadernos de Historia de España* VII, Buenos Aires 1947, p. 112.

⁽¹⁷⁾ Del asunto me ocupo en *JCS* I (Philadelphia, 1949) p. 18 ss. Provisionalmente pueden verse datos en Carnoy *Le latin d'Espagne*, p. 223 s.

⁽¹⁸⁾ Leo *Macari* basándose en la fotografía que publica Leite *Relig.* III p. 197. La lección *Macario* me parece injustificada, aunque habría que ver la piedra para resolver en definitiva.

⁽¹⁹⁾ *Tongoe-* ya lo da como dat. Hübner *Iber. Dekl.* p. 60, aunque englobándolo dentro del confuso saco de la «declinación ibérica».

inestable. Así tenemos en el nombre del actual río *Vouga*, la forma *Vacua* frente a la forma *Vacia*. Del mismo modo, se reducen a unidad *Bandue*, *Bandio* *Bandiaeapolosego* *Bandiarbariaico*, *Bandoga* *Bande*.

Finalmente, algo sobre los diptongos, que con tanto lujo aparecen en el noroeste peninsular. Parece que estos diptongos, y a veces triptongos, se desarrollan precisamente sobre formaciones con *-ko*. Así tenemos, por ejemplo, al lado de *Paciacus*, una forma específicamente hispánica *Paciaecus* (cf. Schulze *Lat. Eigennamen* p. 28), y la formación en que, a mi juicio por razones fonéticas⁽²⁰⁾, se desarrolla una *-i-* entre la *-o*, *-e* o *-a* que se puede considerar final de la base, y el sufijo *-ko*, resulta claramente (Schulze *ibid.*) en la fórmula *matres Gallaicae et Brigiaeae*.

Así quedan claros en el aspecto de su derivación nombres como *Aegiamuniaego*, *Toiraeco*, *Reueanabaraeco*, *-cusuneneoeco*, *Eaeco*, *Tiuranceaico*; si el tema que sirve de base para la derivación era en *-io* o *-ia*, resultan triptongos: *Sailcieicon* (*CIL* II 5314) es claro sobre *Sailcius* en *CIL* II 432 (Hübner corrige mal *Sancius*) y *Sailgiu(s)* (*Bol. R. Acad. Hist.* 44-1904 p. 130). Lo mismo, otro gentilicio, *Aucieicum* (*CIL* II 5321), de *Aucius* (atestiguadas formas como *Aukil*, *Aucidius*, *Auceius*, cf. Schulze *Lat. Eigennamen* p. 150 n. 4). La comparación de las dos formas *Reuelanganidaegui* y *Reuelanganitaeco* es muy instructiva acerca de la formación de estos triptongos.

Y para terminar, una nota etimológica. *Crougin-toudadigoe* tiene una clara explicación desde el celta: *Crougin-* se puede relacionar con ir. *críach* «montón, colina», galés *crug* «cippus, tumulus» etc. (cf. Walde-Pokorny II p. 573, Dottin *La langue Gauloise* p. 249)⁽²¹⁾, y no tiene razón Schuchardt *Iber. Dekl.* p. 38, 46, 61 (seguido por Leite *Relig.* III p. 201) para relacionar esta palabra con los *Grouii* galaicos.

El segundo elemento de este nombre, con sonorización, es el mismo que hallamos en *Toudo-pal-andaigae*.

Sobre las dos divinidades leonesas *Vacocaburio* y *Vacodonnaego*, me limitaré a señalar que Zeuss (cit. en Holder I col. 667) compara *Cabarus* con el irl. *cobir* «auxilium». *Vacodonnaego* se puede relacionar con irl. *donn* «moreno» (Holder I col. 1306 s.). Para ambos

(20) Puede tratarse de algo semejante a la infección de las lenguas célticas, o quizá es un procedimiento gráfico para señalar la sonorización o tal vez palatalización de la consonante siguiente.

(21) Para el uso de esta raíz en nombres propios, recordemos irl. *Cenn Crúach*, galés *Pen Crŷg*.

dioses da que pensar el rey galo que César cita (*De bello G.* VII 65, 2) *C. Valerius Donnotaurus Caburi filius*.

Bástenos estas someras indicaciones para asomarnos al mundo del oeste peninsular, donde a culturas de profundísimas raíces, cuya manifestación más palpable es la cultura castreja ⁽²²⁾, se sobreponen elementos indoeuropeos que sufren una absorción y adaptación que los hace a veces difícilmente reconocibles.

Salamanca.

Madrid.

ANTONIO TOVAR

JOAQUÍN M.^a DE NAVASCUÉS

(22) Una interpretación sociológica de ella ha dado el Prof. J. de Carvalho en el n.º 99 de la revista *Ocidente* (Julio de 1946).

Indigetes et Novensiles

Divinités collectives de l'ancienne religion romaine

Lorsqu'en 343 av. J. C., Decius se dévoua pour sauver son armée qui fléchissait, Tite-Live lui fait prononcer la formule suivante ⁽¹⁾ :

Jane, Juppiter, Mars Pater, Quirine, Bellona, Lares, divi Novensiles, di Indigetes, divi quorum est potestas nostrorum hostiumque, dique Manes, vos precor...

Le texte n'est certainement pas une invention de Tite-Live ; il doit venir, peut-être directement, ou par l'intermédiaire de quelqu'annaliste, des Annales même des Pontifes. C'est le Pontife présent à l'armée qui est censé en dicter les termes à Decius :

Agedum, Pontifex populi Romani, praei verba quibus me pro legionibus devoveam.

Le Pontife lui a prescrit le costume qu'il doit revêtir, il lui a voilé la tête, sous ses pieds il a disposé un javelot, il lui a indiqué jusqu'au geste : la main sous la toge tenant le menton. Suivant le rite, la prière commence par l'invocation à *Janus*, puis vient la triade archaïque, *Jupiter, Mars, Quirinus* et la divinité de la bataille, *Bellone*. Après ces dieux personnels, viennent les *Lares* et les deux groupes énigmatiques *divi Novensiles* et *di Indigetes*. La prière continue par une invocation générale à tous les dieux qui ont en leur pouvoir les Romains aussi bien que leurs ennemis et, enfin, *Manes*. C'est eux tous qu' invoque Decius et, pour conclure, il dévoue les ennemis en même temps que sa personne, aux *Manes* et à la *Terre* ; c'est-à-dire à la mort.

Que représentent ces *divi Novensiles* et ces *di Indigetes*, invoqués entre les *Lares* et l'ensemble des dieux maîtres des Romains et des Latins ?

La question n'est pas nouvelle ; elle est depuis longtemps discutée et s'est trouvée reprise en dernier lieu, de façon particulièrement complète, par M. Carl Koch dans son étude sur les cultes

(1) T. Liv., VIII, 9, 6.

astraux dans l'ancienne Italie⁽²⁾. Il s'agit surtout pour lui de *Sol Indiges*; c'est sur les groupes eux-mêmes des *Indigetes* et des *Novensiles* que je me propose de faire porter ici la recherche.

Si l'on ouvre le Manuel classique de Wissowa sur la Religion romaine, on y trouvera la question tranchée de façon péremptoire⁽³⁾: les *Indigetes* sont les vieux dieux nationaux de Rome; les *Novensiles* sont les divinités nouvelles introduites après la cloture officielle du cycle indigène, ceux que les Romains ont cantonnés hors du pomerium; ils s'opposent les uns aux autres comme le patriciat et la plèbe; un dieu nouveau ne peut pas plus devenir indigète qu'un plébeien devenir patricien...

«Quand une explication est trop simple, disait un de mes vieux maîtres, soyez sûrs qu'elle est fautive; les choses humaines sont toujours et ont toujours été compliquées».

Il n'y avait d'ailleurs qu'à recourir à l'article excellent consacré autrefois à la question par Bouché-Leclercq dans le *Dictionnaire des Antiquités* de Daremberg et Saglio⁽⁴⁾, pour s'étonner de la désinvolture avec laquelle Wissowa se débarrasse des faits qui pourraient faire difficulté à sa théorie.

Tout d'abord, pourquoi les *divi Novensiles*, qui ne sont que *divi*, qui ne seraient que des étrangers, des plébeiens, pour ainsi dire, auraient-ils le pas, dans une formule protocolaire, sur les vénérables *di Indigetes* nationaux? En second lieu, *indigetes* n'est pas *indigenae*. Les étymologies sont certainement différentes; celle de *indigenae* est claire; on y reconnaît la racine *gen*, (*genus*, *gigno*); celle de *indigetes* est plus obscure. Faut-il rapprocher le mot des *Indigita-*

(2) *Gestirnverehrung im alten Italien. Sol Indiges und der Kreis der Di Indigetes*, dans *Frankfurter Studien zur Religion u. Kultur der Antike*, herausgegeben v. Walter F. Otto; Frankfurt a/M., B. III, 1933. — Cet article était depuis longtemps envoyé à l'imprimerie lorsque j'eus connaissance du livre de H. Wagenvoort, *Roman Dynamism*, Blackwell, Oxford, 1947, dans lequel le chap. III, *Numen, Novensiles and Indigetes*, p. 73-103, est consacré au même sujet. Les idées de M. Wagenvoort se dirigent, en partie dans le même sens que celles que j'exprimais, vers le même moment, dans un article *Numen*, donné à la Revue belge *Latomus*, VI, 1947, p. 297-308. Je me trouve à peu près d'accord avec M. Wagenvoort sur les *Indigetes*. En ce qui concerne les *Novensiles* je me permets de préférer mon hypothèse à la sienne. Je n'ai donc rien changé à mon ancienne rédaction.

(3) *Religion u. Kultus der Römer* (2^e éd., 1912), dans Iw. v. Müller, *Handbuch d. Klass. Altertums-Wissenschaft*, p. 18, 61.

(4) S. v. *Indigitamenta et Indigetes*, t. III, I, p. 468-479 (1900).

menta des Pontifes⁽⁵⁾? De toute façon il est difficile de tirer de l'étymologie un sens satisfaisant. Une seule chose apparaît certaine, contre Wissowa : *Indiges* ne peut avoir le même sens que *indigena*.

Même difficulté pour l'étymologie de *Novensiles*⁽⁶⁾. L'explication par *novus* et *ensides*, «les dieux nouvellement installés», est évidemment la plus facile. On ne peut cependant manquer d'être frappé de l'insistance avec laquelle les Anciens y reconnaissent le numéral neuf et non pas l'adjectif nouveau⁽⁷⁾. Et leur interprétation trouve l'appui de deux textes épigraphiques, l'un de Pesaro où les mots *N o v e* et *S e d e* se voient nettement séparés, l'autre du pays des Marses : *N o v e s e d e*⁽⁸⁾. La plupart des critiques sont aujourd'hui d'accord : il s'agit d'un groupe de neuf divinités siégeant ensemble⁽⁹⁾, on pourrait les appeler : les Neuf Trônes. Qu'étaient ces divinités ? Nous y reviendrons plus loin.

En parallèle avec la dévotion de Decius, nous placerons la formule du serment prêté par un chef latin, en 91 av. J. C., à M. Livius Drusus, formule solennelle également et qui doit reproduire des termes rituels⁽¹⁰⁾ :

Ὁμνοῖμι τὸν Δία τὸν Καπιτώλιον, καὶ τὴν Ἑστίαν τῆς Πάριος, καὶ τὸν πατῆρα αὐτῆς Ἄρηα, καὶ τὸν γενέσχη Ἥλιον, καὶ τὴν εὐεργέτην Ἑρῶν τε καὶ οὐρανὸν Γῆν, ἔτι δὲ τοὺς κτίστας γεγενημένους τῆς Πάριος καὶ θεοὺς συναυχέσοντας τὴν ἡγεμονίαν αὐτῆς ἡρώας, τὸν αὐτὸν φίλον καὶ πόλεμον ἡγήσεσθαι Δρύσορ.

(5) A. Ernout, A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, s. v. *Indigitamenta*. Le mot dériverait de *aio*, anc. **ag-yo* conservé dans *adagium* = *proverbium*. Un fréquentatif composé du préverbe *ind-* a donné le vieux verbe rituel *indigitare*, invoquer les dieux : P a u ! . Fest., 101, 11 (L.) *indigitanto* = *imprecanto*. Sur les étymologies proposées pour *Indigetes*, cf. Koch, *Gestirnverehrung*, p. 94 sq.

(6) Wissowa, *Rel. u. Kult.*, p. 18, 43 ; voir l'excellent article de J. Toutain dans D a r e m b e r g et S a g l i o , *Dict. Antiq.*, s.v. *Novensiles*, IV, I, p. 110-111.

(7) A r n o b . , *Adv. Nat.*, III, 38 ; cf. 44 in fin. : *Novensiles Piso deos credit novem in Sabinis apud Trebiam constitutos... Novenarium numerum tradit Varro... Deos novem Manilius... Marius Victorinus*, (*Grammatici latini*, ed. Keil, 1874), VI, p. 26 : *Novensiles, sive per I sive per d scribendum... novensiles autem, quos Graeci συνέως, post novendii a considendo, id est eadem sede praediti*.

(8) Inscr. de Pesaro, C. I. L., I², n. 375, p. 406 ; chez les Marses, IX, n. 349, Cf. v. P l a n t a , 242, p. 543 ; C o n w a y , 261, p. 291 : E s o s (erus, maître) N o v e s e d e P e s c o P a c r e (sacrificium paciferum).

(9) Koch, *Gestirnverehrung*, p. 86 sq.

(10) D i o d . , 37, 11.

Les circonstances sont autres ; il s'agit d'un serment d'amitié et non pas d'une *devotio*, et il se place 250 ans plus tard. On peut y reconnaître néanmoins un schéma analogue à celui de la *devotio* de Decius. Comme dans la *devotio*, les divinités invoquées se répartissent en trois groupes. D'abord les grands dieux romains : Jupiter Capitolin, Vesta et Mars, ancêtre des Romains (πατριάρχον). Un second groupe comprend le Soleil qualifié de *γενάρης* et la Terre, bienfaitrice des animaux et des plantes. Enfin viennent deux catégories d'êtres divinisés : les demi-dieux qui ont fondé Rome et les héros qui ont augmenté sa puissance.

Du premier groupe, rien à dire. Dans le second, on remarque l'union de la Terre nourricière avec le Soleil qui, lui aussi, peut être qualifié de bienfaiteur des animaux et des plantes. Comment traduire cette épithète de *γενάρης* qui lui est attribuée ? Sur la foi d'un texte de Lydus ⁽¹¹⁾ et d'inscriptions des Fastes dont un dernier fragment découvert à Ostie lève tous les doutes qui pouvaient encore subsister, C. Koch montre que cet Ἠλίας *γενάρης* n'est autre que le *Sol Indiges* latin ⁽¹²⁾. On connaissait son lieu de culte près du temple de Quirinus, sur le Quirinal ; sa fête se célébrait le 9 Août. Mais *Sol Indiges* avait une autre fête, le 11 décembre et cette date, remarque Koch, le met en relation avec *Mater Matuta* dont les *Matralia* se célèbrent le 11 Juin ; on sait que les divinités dont les fêtes reviennent ainsi à des dates correspondantes ont toujours quelques rapports entre elles ⁽¹³⁾. *Mater Matuta*, la Bonne Mère, la Mère Favorable ⁽¹⁴⁾, est celle qui, dans le serment des Latins, est appelée la Terre bienfaitrice des plantes et des animaux. La remarque de C. Koch confirme bien l'union que nous avons observée dans le texte

(11) *De mensibus*, IV, 155 (éd. Wuensch, p. 172) : au mois de Décembre, le même jour que le *Septimontium* (le 11) : ἐπετέλειον δὲ καὶ ἐκτὸν λεγόμενον Ἀγωνάλια δαφνοφόροι καὶ γενάρη. Ἠλίου, ὥσπερ Ἀθηνᾶν ἢ ἐπὶ τοῖς δαφνοφόροις τελεῖται.

(12) *Gestirnverehrung*, p. 66 sq. Sur les fêtes du 9 Août, C. I. L., I², p. 324. Pour celle du 11 Décembre, *ibid* ; p. 336. Les Fastes d'Amiterne portent AG. IN... *quomodo explicetur non liquet*, dit le *Corpus*, qui propose, faute de mieux, de compléter : *Inui*. Domaszewski, *Abhandlungen z. Röm. Relig.*, (1909), avait proposé *Indigetis*, à quoi s'était obstinément refusé Wissowa, *Rel. u. Kult.*, p. 317. Le fragment découvert à Ostie en 1921 : *Notizie degli Scavi*, 1921, p. 255 = C. I. L., XIV, *Suppl. Ostiensia*, n. 4547, p. 660 : ag]ON. IND(igeti).

(13) *Gestirnverehrung*, p. 99.

(14) Tel est le sens de l'adjectif *matuta*, cf. J. Vendryes, *Teutomatos*, dans *C.-R. Acad. Inscr.*, 1939, p. 466-480. La même racine a formé le mot *matutinus*, car le matin est le moment favorable par excellence et c'est par contresens qu'on a fait de *Mater Matuta* la déesse de l'Aurore.

entre le Soleil et la Terre. Ainsi donc *Sol Indiges* et la *Terre-mère* représenteraient, dans le serment des Latins, le groupe des *dii Indigetes* de la *devotio* de Decius. Ἥλιος serait le dieu Père, Γῆ, la Mère Indigète.

Passons au troisième groupe. Les termes de *ἡμιθεοὶ* et de *ἥρωες* sont des expressions qu'il est difficile de traduire en latin; il est même difficile de marquer la nuance qui les sépare. Parmi les demi-dieux fondateurs de Rome on peut placer Enée et Romulus et parmi les héros qui ont favorisé sa croissance, Castor et Pollux, peut-être Hercule. Ces derniers peuvent d'ailleurs aussi bien représenter les demi-dieux et Enée et Romulus, les héros.

Ici l'exégèse se complique car s'il est un être divinisé à qui la tradition attribue l'épithète d'Indigète, c'est précisément Enée. Les textes littéraires, les gloses, ne manquent pas. Elles se trouvent consacrées aussi par l'éloge épigraphique d'Enée à Pompéi: ...*appel-latusque est Indige(n)s Pater et in deorum numero relatus* ⁽¹⁵⁾. Faut-il rappeler les vers de Virgile?

*Indigetem Aeneam scis ipsa et scire fateris
deberi caelo fatisque ad sidera tolli.* (Aen; XII, 794-5)

Cette apothéose d'Enée Indigète nous conduit à Lavinium où nous allons précisément retrouver d'autres dieux Indigètes.

La version la plus explicite de la légende est donnée par Denys d'Halicarnasse ⁽¹⁶⁾. Après avoir vaincu Turnus et Latinus, Enée succombe dans la bataille livrée à Mézence sur les bords du Numicus. Comme on ne put retrouver son corps, les uns supposèrent qu'il avait été enlevé au Ciel parmi les dieux, les autres, qu'il avait péri dans le fleuve. «Et les Latins lui élevèrent un heroon avec cette inscription: ΠΑΤΡΟΣ ΘΕΟΥ ΧΘΟΝΙΟΥ ΟΣ ΠΟΤΑΜΟΥ ΝΥΜΦΙΟΥ ΠΕΤΜΑ ΔΙΕΗΕΙ. Certains prétendent que ce monument était celui d'Anchise qui était mort l'année précédente et que le tombeau avait été construit par Enée. C'est un petit tumulus entouré d'arbres régulièrement disposés qui en font un lieu agréable à la vue.»

A interpréter strictement le texte de la prétendue inscription, il ne s'agit ni d'Enée ni d'Anchise; les monument ne serait qu'un petit sanctuaire à la divinité du Numicus. Tite-Live ⁽¹⁷⁾ et Servius ⁽¹⁸⁾

⁽¹⁵⁾ C. I. L., I², p. 189, Elog. I.

⁽¹⁶⁾ I, 64, fin du chapitre.

⁽¹⁷⁾ I, 2, 6: *secundum inde proelium Latinis, Aeneae etiam ultimum operum mortalium fuit. Situs est, quemcumque eum dici jus fasque est, super Numicum flumen; Iovem Indigetem appellant.*

⁽¹⁸⁾ Ad Aen. 259: *(Aeneas) tamen appellatus est Iuppiter Indiges.*

nous parlent d'un *Jupiter Indigète* à qui Enée aurait été assimilé. C'était évidemment le Jupiter de la ville de Lavinium, peut-être le même que ce « dieu père souterrain qui règle les eaux du Numicus ».

Dans cette même région de Lavinium, Pline mentionne un *Sol Indiges* ⁽¹⁹⁾, et Denys parle d'une source qui aurait jailli abondamment à l'arrivée d'Enée et dont il ne resterait plus, de son temps, qu'un peu d'eau au fond d'un trou; les gens du pays l'appellent le « Sanctuaire du Soleil »; on voit, auprès de la mare, deux autels, l'un à l'Est, l'autre à l'Ouest; ils auraient été élevés par Enée en remerciement du miracle de la source ⁽²⁰⁾. Ces deux autels, à l'Est et à l'Ouest, marquent une ligne d'orientation, c'est évidemment pourquoi ils sont dédiés au Soleil et ce doit être le *Sol Indiges* de Pline. Tous ces Indigètes, dans la région de Lavinium, représentent des forces naturelles, cours d'eau, source, terre (*ἡδὴ γῆνικον*), fleuve, Soleil, toutes ces forces que divinisent les primitifs et qui ont fourni à l'Italie ses plus anciens *Numina*, génies mystérieux dont on ne connaît que les actes.

Une dédicace aux dieux Indigètes, la seule que l'on possède, provient du territoire d'Arpinum ⁽²¹⁾; elle ne nous apprend rien. Préneste également, d'après Servius, avait ses dieux Indigètes et ses Pontifes ⁽²²⁾. Sans doute les Pontifes de Préneste étaient-ils, comme ceux de Rome, chargés de noter et de conserver le souvenir des dieux Indigètes dans leurs *Indigitamenta*. C. Koch a réuni tous les passages des poètes et les gloses où se trouvent mentionnés les Indigètes. Ils sont invoqués par les poètes en même temps que Romulus et Vesta ⁽²³⁾, que Quirinus ⁽²⁴⁾, que Faunus et Quirinus ⁽²⁵⁾; Lucain les mentionne en même temps que les Lares ⁽²⁶⁾...etc. Koch en conclut que les poètes du temps d'Auguste même ne savaient plus très clai-

(19) *N. H.*, III, 56: *oppidum Laurentum, locus Solis Indigetis, amnis Numicius*. Tel est le texte des manuscrits; Koch, l. l., p. 105, montre qu'il n'y a pas lieu de corriger le texte, comme on a voulu le faire.

(20) I, 55.

(21) *C. I. L.*, X, n. 5779: *Iovi Airsii(?) Dis Indigetibus, cum aedic(a) et base [et aedi(?) et porticu*.

(22) *Ad Aen.*, VII, 678.

(23) *Gestirnverehrung*, p. 80-83. *Virg.*, *Georg.*, I, 498: *Di patrii Indigetes et Romule Vestaque Mater*.

(24) *Ovid.*, *Met.*, XV, 862: *di Indigetes genitorque Quirine*.

(25) *Sil. Ital.*, IX, 278: *Di Indigetes Faunusque satorque Quirinus*; cf. X, 435 sq.

(26) *Lucan.*, I, 556. — *Claudian.*, *Bell. Gildon*, I, 131. — *Macrob.*, *Ad Somn. Scip.*, I, 9, 7. — *Symon.*, *Relat.*, III, 10.

rement ce que pouvaient être ces dieux et que les gloses ne représentent que des spéculations fantaisistes. On ne peut, je crois, que lui donner raison.

Il est une catégorie de divinités qu'on s'étonne de ne jamais voir invoquées avec les Indigètes ni chez les poètes ni dans la *devotio* de Decius ou le serment des Latins : ce sont les Pénates ; non pas sans doute les modestes Pénates qu'on adore dans l'intimité de chaque foyer mais les *Penates publici populi Romani*, ceux qui à Actium accompagnaient Octave contre Antoine, Cléopâtre et l'aboyant Anubis ⁽²⁷⁾. On s'attendrait d'autant plus à rencontrer leur nom dans les textes religieux que nous étudions qu'ils sont, avec Jupiter, les dieux du serment : *Juranto per Iovem deosque Penates*, lit-on sur la Table de Bantia ⁽²⁸⁾. Ils doivent se trouver, dans la *devotio* de Decius, impliqués dans la mention générale des *Di Indigetes*. Des Pénates aussi le culte initial se rattache à Lavinium : *Lavinium, ibi dii Penates nostri*, dit Varron ⁽²⁹⁾. C'est à leur autel de Lavinium que les consuls entrant en charge, vont sacrifier en même temps qu'à *Jupiter Indiges*. Ils se rattachent, eux aussi à ce groupe primitif de divinités de la nature dont le caractère vague et indéterminé se prête à toutes les assimilations, aux fétiches qu'Enée aurait apportés de Troie, à Enée lui-même, à Anchise, au fleuve Numicus, aux Dioscures. Ils sont les patrons secrets de la Cité, ceux dont le vrai nom ne doit pas être révélé ⁽³⁰⁾, comme celui des Indigètes, pour la bonne raison, surtout, qu'on ne le sait pas. On se contente pour eux d'un adjectif : «ceux de l'armoire aux provisions»; plus tard, on introduira parmi les Pénates différents dieux ou héros. De même, parmi les Indigètes on introduira, sans doute assez tardivement, lorsque se développera la légende troyenne, les noms d'Enée ou d'Anchise, ou de Romulus, si bien que Servius expliquera *Di Indigetes: di ex hominibus facti, quasi in dis agentes* ⁽³¹⁾.

⁽²⁷⁾ *Aen.*, VIII, 678. Sur les Pénates, voir l'article de J.-A. Hild, dans Daremberg et Saglio, *Dict. Antiq.*, s. v., p. 376-381. «Le caractère vague et indéterminé des Pénates romains et latins explique les assimilations à Enée, aux Dioscures ou autres» dit Hild, p. 380.

⁽²⁸⁾ *C. I. L.*, I, n. 197, l. 18.

⁽²⁹⁾ *L. L.*, v, 144.

⁽³⁰⁾ *Festus*, p. 94, l. 13. (L.): *Indigetes, dii quorum nomina vulgari non licet. Serv.*, ad *Aen.*, II, 351:... *inde est quod Romani celatum esse voluerunt in cuius dei tutela urbs Roma sit et jure Pontificum cautum est ne suis nominibus dii romani appellarentur ne exaugurari possint.*

⁽³¹⁾ ad *Aen.*, XII, 794; cf. ad *Georg.*, I, 408.

Tels sont ces demi-dieux et ces héros que nous trouvons invoqués dans le serment des Latins.

Quelle qu'en soit l'origine ou l'étymologie, le mot *Indigetes* n'est qu'une appellation vague et le mot grec qui le traduit, γένετες, n'a pas un sens plus étroitement déterminé. C'est de ce même nom que se sert Denys pour désigner les autochtones de l'Italie, ceux que ses sources latines désignaient sous le nom d'Aborigènes⁽³²⁾. *Indigetes* signifie peut-être tout simplement, les dieux inconnus qui n'ont de nom que les épithètes dont les *Indigitamenta* des Pontifes conservent la liste.

Ces dieux, dont les contemporains de Varron et Varron lui-même ne savaient plus ce qu'ils étaient, dont ils n'ont retenu que le nom collectif et quelques exemples provinciaux comme *Sol* et *Jupiter Indiges*, ce sont, à notre sens, tous les *numina* primitifs du ciel, de la terre, du sous-sol, des eaux, des champs, de la maison, de partout, ceux qui font pousser le blé et grandir les enfants, en somme les puissances innombrables des *Indigitamenta*, cette *turba dorum* dont se moque Saint Augustin⁽³³⁾ mais qui sont bien les plus anciens dieux du sol italien, de Lavinium à Préneste et à la Sabine, dieux autochtones, *dii patrii* par excellence, comme le pensait, en somme, Wissowa, mais en un autre sens et, pour ainsi dire, sur un autre plan. Wissowa pensait aux grandes divinités anciennes : Janus, Jupiter, Saturne, Mars, opposés aux dieux nouveaux-venus, Apollon, Vénus, Bacchus ; il nous semble au contraire qu'il s'agit de ces divinités encore bien plus primitives dont les premiers occupants du sol ont peuplé le pays et auxquelles sont venues par la suite s'ajouter toutes celles dont les générations successives découvraient ou imaginaient l'action, depuis les héros légendaires comme Romulus ou Enée jusqu'à *Aius Locutius*, *Aescolanus* et *Rediculus Tutanus*. « Toutes les choses, pour le primitif, ont une existence invisible aussi bien que visible ; rien n'existe qui ne soit l'effet d'une force mystique et n'agisse en vertu d'une semblable force⁽³⁴⁾ ». Ces éléments invisibles de toute chose, ces forces cachées partout et toujours agissantes, ce sont les *Numina* de la plus ancienne religion romaine, ce sont les dieux Indigètes.

(32) I, 10 : Τόις δ' Ἀβοριγίνεσσιν... ὅστις ἂν τιμῆς ἐπύκειεν γενέτης ἢ προτογένης.

(33) *De Civ. Dei*, IV, 8.

(34) Dr. Ch. Blondel, *Rev. Métaphys. et Morale*, 1936, p. 465, analyse du livre de L. Lévy-Bruhl, *La Mythologie primitive. Le monde mythique des Australiens et des Papous*, 1935. Le livre fondamental pour ces études comparatives reste celui de E. Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse* (1912 ; 3^e éd., 1937).

*

* *

C'est dans un tout autre domaine qu'il nous faut chercher les dieux *Novensiles* ou *Novensides*, ces neuf dieux siégeant ensemble : «*eadem sede praediti*» ⁽³⁵⁾.

Au début de son *De nuptiis Philologiae et Mercurii* ⁽³⁶⁾, le grammairien Martianus Capella imagine que Jupiter invite tous les dieux à une assemblée qui doit délibérer de ce mariage ; il les envoie chercher chacun chez eux. Leurs logements sont distribués dans les seize régions du Ciel et Martianus précise quels sont les habitants de chacun de ces quartiers.

Dans la première région loge Jupiter ; il y a pour voisins les *Dii Consentes Penates*, les *Lares* — en somme nos dieux Indigètes —, puis Janus et quelques autres.

Dans la seconde région, Jupiter a encore son logement, à côté de Quirinus-Mars, de Lar *Militaris*, de Junon et des *Dii Novensiles*.

Voilà donc, chaque fois, à côté de Jupiter, un groupe de dieux : *Dii Consentes Penates* d'une part, *Novensiles*, de l'autre. Ce sont les Conseils de Jupiter. Un peu plus haut, Martianus avait parlé des «*Sénateurs des dieux*», ceux qui, dit-il, sont les Pénates de Jupiter lui-même, dont il n'est pas permis de révéler les noms et que l'on désigne seulement comme *Consentes*, parce qu'ils sont toujours d'accord : *ex eo quod omnia pariter repromittunt, nomen eis consensione perfecit*. C'est un Sénat modèle.

Dès la fin du III^e. siècle avant notre ère, les *dii Consentes* sont devenus les douze grands dieux du Panthéon grec, les six dieux et six déesses qu'on installe par couples au *lectisternium* de 217 av. J. C. et à qui on construira, sous l'Empire le portique que l'on connaît au pied du Capitole.

Cette assimilation avec l'assemblée des dieux Olympiens n'a pas été sans produire quelque confusion.

(35) Cf ; *supra*, note 7.

(36) I, 45 : *nam in sedecim discerni dicitur caelum omne regiones, in quarum prima sedes habere memorantur, post ipsum Jovem, dii Consentes Penates, Salus ac Lares... In secunda itidem mansitant praeter domum Jovis... Quirinus, Mars, Lars militaris. Juno etiam ibi domicilium possidebat, Fons etiam, Lymphae diique Novensiles...* Cf. I, 41 : *Senatores deorum qui Penates ferebantur Tonantis ipsius quorumque nomina, quoniam publicari secretum caeleste non pertulit, ex eo quod omnia pariter repromittunt, nomen eis consensione perfecit.*

Nous en trouvons l'effet chez l'apologiste chrétien Arnobe qui prend plaisir à l'augmenter en opposant les unes aux autres les opinions diverses exposées par les théologiens du paganisme. Il consacre aux *dii Novensiles* deux longs chapitres dont nous retiendrons seulement que ces dieux sont bien au nombre de neuf mais qu'on ignore leurs noms ; ce sont ceux à qui Jupiter a donné le pouvoir de lancer la foudre ; ils président surtout à la destruction des villes ⁽³⁷⁾. Dans le chapitre suivant, consacré aux Pénates, que les Etrusques nommeraient *Consentes* et *Complices*, il en vient à leur prêter un rôle analogue à celui des *Novensiles* : ils seraient les conseillers de Jupiter, avares de miséricorde ⁽³⁸⁾ ; le tout pour aboutir à la conclusion naturelle chez un apologiste, qu'à tout prendre, on peut conclure qu'ils n'existent ni les uns ni les autres ⁽³⁹⁾.

Suivant la doctrine courante qui semble remonter au *De Lingua latina* de Varron ⁽⁴⁰⁾, les *Novensiles* seraient d'origine sabine. La raison de cette opinion est la mutation en *l* du *d* intervocalique de *-sides*, particularité du dialecte sabin. Que les Sabins aient servi d'intermédiaires, on n'y contredira point. Mais les *Novensiles* se rattachent étroitement à la doctrine fulgurale de la religion étrusque.

Pline l'Ancien, bien renseigné sur la doctrine étrusque, rapporte que d'après elle, neuf dieux ont le droit de lancer la foudre ⁽⁴¹⁾. Nous retrouvons bien là nos *Novensiles*. D'après Sénèque qui, dans ses *Questions naturelles*, traite longuement des foudres, Jupiter seul lance la foudre ; il en est trois espèces ; la dernière, la plus terrible ne laisse jamais telles qu'elles étaient auparavant les conditions de la vie privée ou de la vie publique. Mais cette foudre, il ne peut la lancer qu'avec l'agrément des dieux que les Etrusques nomment Supérieurs

(37) A r n o b . , *Adv. Nat.*, III, 38 et 39. Cf. 44, in fin. : *Novensiles... subversarum potius vel urbium praesides*.

(38) *Ibid.*, 40 : *Varro qui sunt introrsus atque in intimis penetralibus caeli deos esse censet quos loquimur Penates, nec eorum numerum nec nomina sciri. Hos Consentes et Complices Etrusci aiunt et nominant quod oriantur et occidunt una, sex mares et totidem feminae, nominibus ignotis et miserationis parcissimae ; sed eos summi Jovis consiliarios ac participes existimari*.

(39) *Ibid.*, 44, in fin.

(40) V a r r . , *Ling. Lat.*, V, 74 : *Novensides a Sabinis*. Cf. sup., note 7.

(41) N. H., II, 137-138, (chap. 51, 52) : *Tuscorum litterae novem deos emittere fulmina existimant eaque esse undecim generum, Jovem enim tria jaculari*.

et Voilés⁽⁴²⁾. Nous reconnaissons là les neuf dieux fulgurants de Pline, aussi bien que le Conseil mystérieux et redoutable de Jupiter, dont parlait Arnobe, ce conseil qui ne connaît pas la miséricorde et qui préside à l'anéantissement des cités.

Si les *divi Indigetes* sont la foule des divinités du terroir latin, les *dii Novensiles* sont le conseil des dieux fulgurants étrusques. Les uns et les autres assistent Jupiter dans ses décisions ; ils sont ses voisins dans les demeures du Ciel.

*
* *

Dans l'ignorance où nous sommes de la langue des Etrusques, l'exégèse de leurs documents demeure toujours tant soit peu sujette à caution. De l'un de ces documents, cependant, nous croyons pouvoir déduire une confirmation des idées ou, si l'on préfère, de l'hypothèse exposée ici.

Il s'agit du foie de Plaisance, cette reproduction en bronze d'un foie de mouton, trouvée aux environs de cette ville et qui porte, gravés en caractères étrusques, un certain nombre de noms de divinités⁽⁴³⁾. C'est une sorte d'aide-mémoire destiné à faciliter aux haruspices l'interprétation des présages fournis par l'inspection des entrailles des victimes. Ce bronze, à en juger par les caractères, ne date que du III^e siècle avant notre ère, c'est à dire d'une époque où la religion étrusque elle-même se trouvait déjà toute pénétrée d'influences italiques. En effet, à côté de *Tinia*, le nom étrusque de Jupiter, nous rencontrons *Ani* qui est le dieu latin Janus et *Uni* qui est Junon. On ne s'étonnera donc pas d'y trouver à la fois nos Indigètes latins et les Novensiles étrusques.

La bordure du foie est divisée en 16 cases, comme le Ciel de

(42) S e n . , *Quaest. Nat.*, II, 32-50. Il cite Caecina, qui a été également utilisé par Pline, 39, 1 ; — Les trois espèces de foudre de Jupiter, 41. Cf. C. O. Thulin, *Die Etruskische Disziplin, I, die Blitzlehre*, dans *Göteborgs Högskolas Arskrift*, (1906), p. 13 sq.

(43) Ce document a été publié pour la première fois par W. D e e c k e , *Etruskische Forschungen*, IV, (1878). On en trouvera une étude très complète par A. Körte, dans *Römische Mitteilungen*, XX, (1905) p. 348-379 ; et beaucoup de remarques originales dans C. O. Thulin, *Die Götter des Martianus Capella und der Bronzeleber von Piacenza*, dans *Religionsgeschichtliche Versuche u. Vorarbeiten* (1906). Cf. A. Grenier, *L'orientation du Foie de Plaisance*, dans *Latomus, Revue d'Etudes latines* (Bruxelles), V, (1946) p. 293-298.

Martianus Capella l'était en 16 régions. On sait que la division du Ciel en 16 régions est spécifiquement étrusque.

Dans la première de ces cases, deux fois plus large que les autres, donc apparemment destinée à un nombre particulièrement élevé de divinités, se lit le nom de *Cilensl* (le L final est la marque du génitif.). Ce même nom se retrouve dans la case 2, associé à celui de *Tinia*. Dans la case 3, voici de nouveau *Tinia*, en compagnie d'un mystérieux *ΘUF* que, d'après d'autres cases, on peut compléter *ΘUFLΘAS*, également énigmatique.

Dans un ouvrage déjà ancien mais qui garde toute sa valeur ⁽⁴⁴⁾, M. C. O. Thulin a rapproché ces indications du foie de Plaisance du passage de Martianus Capella, proposant de reconnaître dans les deux noms de *Cilens* et de *Θuflθas* ceux des deux conseils de Jupiter. L'idée nous semble juste. Nous intervertirions seulement les identifications qu'il propose; nous verrions dans *Cilens* le groupe innombrable des *Consentes Penates* Indigètes et dans *Θuflθas* celui des *Novensiles*.

Le nom de *Cilens* se lit sur un second monument étrusque: la base d'un fragment de terre-cuite décorative trouvée à Bolsena et comportant deux figures ⁽⁴⁵⁾. L'une est Minerve, bien reconnaissable à son casque et à son égide; au dessous est d'ailleurs écrit son nom: *M e r a = Merva = Menerva*, formes diverses que le nom latin a prises en Etrurie. A sa gauche et un peu en arrière, se tient une autre divinité féminine, enveloppée d'un long chiton tombant à grands plis droits et d'un ample manteau qui la couvre de l'épaule droite au genou gauche. Sous cette divinité *involuta* est inscrit le nom de *Cilens*. L'attitude très calme de cette *Cilens* contraste avec le mouvement violent qui emporte Minerve. On dirait que *Cilens* commande et que Minerve exécute. Dans cette déesse par ailleurs inconnue, drapée dans son calme imperturbable, M. Thulin propose de reconnaître la personnification du *Fatum* auquel obéissent même les dieux ⁽⁴⁶⁾.

⁽⁴⁴⁾ *Die Götter des Martianus Capella*, (cf. la note précédente), particul., p. 34-40. M. Thulin croit pouvoir reconnaître dans *Θuflθas*, le numéral *θu* qui signifierait «un» ce qui permettrait d'admettre un sens analogue à *Consentes*. Mais la plupart des étruscologues pensent plutôt que *θu* représenterait «deux». Ils considèrent généralement *Θuflθa* comme une déesse, *Dea Dia* ou quelqu'autre; hypothèse que rien n'appuie et qui n'expliquerait pas la place importante occupée par ce mot sur le foie de Plaisance.

⁽⁴⁵⁾ W. Deecke, *Etrusk. Forsch.*, IV, 50; *Annali dell'Institut.*, 1862, p. 274-284 et *Monum. Ined.*, VI-VII, pl. LXXII, repris par Arvid Andren, *Architectural Terracottas from Etrusco-Italic Temples*, *Skriften utgivna av Svenska Institutet i Rom*, VI, Lund-Leipzig, (1940), p. 209, II, 2; pl. 78 fig. 266.

⁽⁴⁶⁾ *Die Götter d. Mart. Capella*, p. 34-40.

L'assemblée des Indigètes, cette *turba deorum* dont parle Saint Augustin, aurait donc, en définitive, constitué le *Fatum* qui commande à Jupiter lui-même et règle le sort du monde. Chez les Etrusques, les *Supplias*, s'ils sont bien les *Novensiles*, auraient rempli à peu près le même rôle. Le syncrétisme étrusco-latin a abouti à doter Jupiter d'un double conseil : une assemblée populaire des *Consentes Penates* et le conseil restreint des Neuf trônes, dieux fulminants étrusques, les *Novensiles*, particulièrement inexorables.

*
* *

S'étonnera-t-on, que les théologiens antiques aient confondu tout cela ? Varron lui-même et à plus forte raison les apologistes chrétiens comme Arnobe qui s'inspirent de lui pour le combattre, n'avaient conservé des Indigètes, des Pénates, des Consentes, des Complices, de tous ces dieux Involuti sans personnalité, qu'un souvenir vague. *Quod etiam ipse Varro opinionones suas de diis pronuntiaverit ambiguas*, intitule Saint Augustin un des chapitres de sa *Cité de Dieu* ⁽⁴⁷⁾. Il lui reproche l'aveu d'un savant sincère devant des problèmes qu'il n'est pas arrivé à résoudre de façon évidente : *quid putem, non quid contendam posui*. C'est cette même formule que reprenait Bouché-Leclercq à la fin de son article *Indigitamenta-Indigetes* du Dictionnaire de Daremberg et Saglio. C'est celle-là même par laquelle je devrais peut-être conclure le présent article.

Cependant si nous en revenons aux deux textes qui ont été l'occasion de cette étude et qui, nous le répêtons, doivent remonter à bonne source, on ne peut manquer de noter quelle valeur historique leur confèrent nos explications.

La *devotio* de Decius présente un état de la religion romaine au milieu du IV^e siècle. Janus occupe toujours la première place. A la triade Jupiter Mars Quirinus, s'ajoute la divinité de la bataille, Bellone, qui doit être encore tout autre chose qu'une abstraction. Immédiatement après ces dieux personnels, les *Divi Novensiles* marquent l'influence étrusque ; ils ont le pas sur les *Dii Indigetes*, évocation collective de tous les vieux *Numina* de la terre latine qui ne se trouvent nommés qu'après eux. L'invocation des dieux maîtres des Romains comme de leurs ennemis montre la religion romaine prête à accepter, — elle l'a déjà largement fait —, les divinités étrangères

(47) *De Civ. Dei*, VII, 17.

dont elle reconnaît la puissance universelle. Le monde infernal, auquel cependant s'adresse tout particulièrement la *devotio*, n'est représenté que par les *Manes*.

Le serment des Latins, datant du début du I^{er} siècle, est d'un contenu très différent. A Rome dominant Jupiter seul et Vesta, puis vient Mars, père légendaire de la race. *Sol Indiges* et la Terre-Mère accusent une tendance naturaliste qui est chose nouvelle et n'a d'ailleurs laissé que des traces fugitives. C'est à l'influence grecque et aux légendes héroïques développées par la littérature qu'on attribuera la mention des demi-dieux et des héros.

Entre les deux textes, la religion s'est transformée ; elle accentuera encore son évolution. Les *Novensiles* et les *Indigetes* de la *devotio* de Decius n'ont guère laissé de traces dans l'épigraphie et nous avons vu combien confus est leur souvenir dans la littérature religieuse. Ils marquent une date : celle où la religion romaine, tout imprégnée qu'elle est d'influences étrusques, garde encore vivant le souvenir collectif de ses vieux *Numina* primitifs.

Rome.

ALBERT GRENIER

Membre de l'Institut,

Professeur au Collège de France.

Directeur de l'Ecole Française de Rome

«FASTIDIVM SIMILITVDINIS»

— La technique de la répétition chez les poètes latins —

(Cicéron, *De Or.*, 3, 206 et 224 ; Quintilien 8, 3, 52)

Une mise au point d'abord, qui me semble d'importance.

«Nous les modernes sommes toujours attentifs à éviter les répétitions, non seulement d'images, mais aussi de mots»... Ainsi s'exprimait récemment un latiniste italien, M. Carlo Ferd. Russo (¹).

Cette idée, que M. Russo partage d'ailleurs avec d'autres savants, est certainement erronée. Les modernes recherchent ou évitent la répétition de mots de la même manière et pour les mêmes raisons que les anciens. Ils l'évitent lorsque la répétition ne produirait que l'impression d'une gaucherie ou d'une négligence ; ils la recherchent lorsqu'elle permet d'obtenir un effet expressif. «Quand dans un discours — écrit Pascal dans ses *Pensées* — se trouvent des mots répétés, et qu'essayant de les corriger on les trouve si propres qu'on gâterait le discours, il les faut laisser, c'en est la marque ; ...cette répétition n'est pas fautive en cet endroit ; car il n'y a point de règle générale.» Avant donc de discuter de la répétition, il convient de savoir de quelle sorte de répétition il s'agit.

Un exemple des plus typiques, des plus propres à faire apparaître la distinction entre répétition recherchée (parce qu'expressive) et répétition évitée (parce que simple maladresse) nous est offert par le sonnet *Artémis* de Gérard de Nerval. Dans une première rédaction, les tercets du sonnet se présentaient comme suit :

Sainte napolitaine aux mains pleines de feux,
Rose au coeur violet, fleur de sainte Gudule :
As-tu trouvé ta croix dans l'abîme des cieux ?

(¹) *Alcune esemplificazioni di struttura e poesia nella poesia antica*, dans la revue *Bellagor* (Firenze, Vallecchi), I, n.º 1, p. 80-84. «...noi moderni... stiamo sempre attenti ad evitare le ripetizioni, non solo di immagini, ma di parole...»

Roses blanches, tombez ! Vous insultez nos dieux.
 Tombez, fantômes blancs, de votre ciel qui brûle :
 — La sainte de l'abîme est plus sainte à mes yeux.

Il y a trois répétitions dans ces six vers : *l'abîme-l'abîme, blanches-blancs, tombez-tombez*. Les deux dernières ont été commises consciemment par le poète, pour exprimer avec plus de force ses visions (chute, blancheur) ; la première s'était glissée sous sa plume sans qu'il s'en aperçût : quand il l'a observée, Nerval a corrigé *l'abîme* du premier tercet par *le désert* :

As-tu trouvé ta croix dans le désert des cieux ? ⁽²⁾

Celle-ci est la répétition que l'on évite, celles-là sont les répétitions que l'on recherche.

Il suffit d'un commerce même superficiel avec les poètes modernes pour s'apercevoir qu'ils ne se sont guère privés d'utiliser largement ce procédé expressif — vieux comme la poésie — et qu'il n'y a point de différence entre leur art et celui des poètes anciens. Rappelons brièvement l'exemple de quelques poètes connus de tout le monde, qui ont savamment usé de la répétition de mots en vue d'un effet expressif :

Vigny, Hugo, Paul Valéry, pour exprimer le mouvement ininterrompu de la mer :

Au large flot de l'est le flot de l'ouest succède.

Le flot sur le flot se replie.

La mer, la mer, toujours recommencée.

Mallarmé, pour insister sur le désespoir des naufragés :

Perdus, sans mâts, sans mâts, ni fertiles îlots...

Hugo, pour donner l'impression d'un déluge de neige :

1 : *Il neigeait*. On était vaincu par sa conquête.

5 : *Il neigeait*. L'âpre hiver fondait en avalanche.

Après la plaine blanche une autre plaine blanche.

10 : *Il neigeait*. Les blessés s'abritaient dans le ventre
 Des chevaux morts...

18 : *Il neigeait, il neigeait* toujours ;

⁽²⁾ Cf. André Rousseau, *Le monde classique*, Paris, Albin Michel, 1946, p. 160.

ou pour rendre l'immensité de la nuit étoilée :

Millions, millions, et millions d'étoiles.

Verhaeren, pour faire sentir le déchaînement du vent :

Sur la bruyère infiniment,
Voici le vent cornant Novembre ;
Sur la bruyère infiniment,
Voici le vent
Qui se déchire et se démembre
En souffles lourds battant les bourgs ;
Voici le vent,
Le vent sauvage de Novembre.

aussi bien que son admiration pour cet élément de la nature :

Si j'admire, admire et chante avec folie
Le vent...

Verlaine, pour suggérer l'insistance du souvenir :

Souvenir, souvenir, que me veux-tu ?

ou sa tristesse sentimentale :

Triste, triste était mon âme...

Corneille, pour souligner les souffrances sans fin de l'amour :

Toujours aimer, *toujours* pleurer, *toujours* souffrir,

et *Lamartine*, pour faire ressortir le bonheur d'une heure fugitive :

O Temps, *suspends* ton vol ! Et vous, heures propices,
Suspendez votre cours !

Inutile de continuer : les exemples de cette sorte sont innombrables. Revenons, après cette digression nécessaire, aux poètes anciens.

Les théoriciens de l'antiquité se sont clairement expliqués sur la répétition, du moins sur l'essentiel. La répétition, observe l'auteur de la *Rhétorique* à *Hérennius*, loin de blesser le goût, peut même rendre la phrase plus harmonieuse : *non modo non offendat animum, sed etiam concinniores orationem reddat* (4, 14, 20). Elle a parfois de la force et parfois du charme, remarque à son tour Cicéron : *interdum uim, leporem alias* ; elle fait naître l'élan et l'animation,

11

Avec des noms propres :

- Virgile, *B.*, 5, 51-2 : Dicemus *Daphnim*que tuum tollemus *ad astra*,
Daphnim ad astra feremus...
Aen., 8, 71 : *Nymphae*, Laurentes *Nymphae*, genus amnibus
unde'st.
- Calpurnius, *Egl.*, 8, 70-1 : ...*dant carmina Musae*,
Carmina dant Musae.
- Gratius, *Cyn.*, 214-5 : *Hagnon* Astylides, *Hagnon*, quem plurima sem-
per...

Avec des noms communs :

- Virgile, *Aen.*, 4, 25-6 : Vel pater omnipotens adigat me fulmine ad
umbras,
Pallentes *umbras Erebi* noctemque profundam ;
628-9 : *Litora litoribus contraria*, fluctibus undas,
Imprecor, arma *armis* ;
- Ovide, *Tr.*, 1, 1, 127 : Ultimus, a terra *terra* remota mea ;
- Martial, 5, 61, 13-4 : Res uxoris agit ? Res ullas *crispulus* iste ?
Res non *uxoris*, res agit iste tuas.

Avec des adjectifs (et adjectifs-pronominaux, possessifs, etc.):

- Virgile, *Aen.*, 9, 26 : *Diues* equum, *diues* pictaī uestis et auri.
- Horace, *Sat.*, 1, 2, 13 : *Diues* agris, *diues* positis in faenore nummis.
Od. 3, 4, 21 : *Vester*, Camenae *vester* in arduos.
- Martial, 11, 40, 2 : Et *solus* tenet imperatque *solus*.
4, 85 3 : Cum multi cupiant rogentque *multi*.

Avec des noms de nombre :

- Virgile, *G.*, 4, 382 : Centum quae siluas, centum quae flumina
seruant.
- Martial, 5, 9, 2-3 : Venisti centum, Symmache, discipulis.
Centum me tetigere manus Aquilone gelatae...

Avec des verbes :

- Horace, *Od.*, 1, 2, 4-5 : Terruit Urbem
Terruit gentes...
- Virgile, *B.*, 1, 28-30 : Libertas, quae sera tamen respexit inertem...
Respexit tamen...
Aen., 1, 709 : Mirantur dona Aeneae, mirantur Iulum.
8, 161. Mirabar duces Teucros, mirabar et ipsum.
2,306 : Sternit agros, sternit sata laeta boumque labores.
- Martial 2, 3, 1 : Sexte, nihil debes. Nil debes, Sexte, fatemur.
2, 9, 1-2 : Scripsi, rescripsit nil Naeuia. Non dabit ergo.
Sed puto, quod scripsi, legerat. Ergo dabit.

Avec des adverbes :

- Catulle, 77, 1-2 : *Rufe, mihi frustra ac nequiquam credite amice*
 (*Frustra? Immo magno cum pretio atque malo!*)
 Martial, 3, 63, 3 : *Balsama qui semper, cinama semper olet.*

Et avec des interjections :

- Catulle, 64, 225 : *Euhoe bacchantes, euhoe capita inflectentes.*
 Horace, *Od.*, 2, 19, 5-7 : *Euhoe, recenti mens trepidat metu*
 Plenoque Bacchi pectore turbidum
 Laetatur. *Euhoe*, parce Liber.
 Martial, 4, 91, 1 : *Ohe! iam satis est! ohe, libelle!*

Dans tous les cas de ce type, ictus et accent se superposent une fois et divergent une autre. Mais cette variation n'est souvent pas considérée comme suffisante; on réunit donc, quelquefois, les deux procédés : changement de forme et changement de scansion :

- Catulle, 64, 70 : *Toto animo, tota pendebat perdita mente;*
 Virgile, *B.*, 3, 62 : *Et me Phoebus amat; Phoebo sua semper apud*
 me
 Munera...;
 5,20-1 : *Exstinctum Nymphae crudeli funere Daphnim*
Flebant (uos coryli testes et flumina Nymphis);
 10,39 : *Et nigrae uiolae sunt et uaccinia nigra.*
 69 : *Ipsa placent : ipsae rursus concedite silvae;*
Aen., 8, 39 : *Hic tibi certa domus, certi (ne absiste) Penates;*
 45. *Alba solo recubans, albi circum ubera, nati;*
 4, 628 : *Litora litoribus contraria, fluctibus undas,*
Imprecor, arma armis.

Enfin, c'est un raffinement en plus si l'on accole un adjectif à l'un des mots répétés, tandis que l'autre reste seul :

- Virgile, *Aen.*, 4, 25-6 : *Sed pater omnipotens adigat me fulmine ad*
umbras,
Pallentes umbras Erebi...
 8,71 : *Nymphae, Laurentes Nymphae... —*

procédé que l'on retrouvera également chez les poètes modernes :

Malherbe : Ces yeux, ces beaux yeux...

Musset : J'ai dit à mon coeur, à mon faible coeur...

Baudelaire : Mes yeux, mes larges yeux, aux clartés éternelles.

Les procédés qui viennent d'être envisagés fournissent, ce me semble, du point de vue de la poétique, une bonne illustration du jugement porté par Quintilien sur le défaut de la monotonie: «Défaut plus grave — écrit-il (8, 3, 52) — cette *ὑπερβολή*, qui ne dissipe la monotonie par le charme d'aucune variété, qui est toute faite d'une seule couleur et où l'on reconnaît parfaitement l'absence de l'art; c'est, et pour les idées et pour les figures et pour la rédaction, ce qu'il y a de moins agréable, non seulement à l'esprit, mais aussi à l'oreille»: *Peior hac ὑπερβολή, quae nulla uarietatis gratia leuat faedium atque est tota coloris unius, qua maxime deprehenditur carens arte oratio; eaque et in sententiis, et in figuris, et in compositione longe non animis solum, sed etiam auribus est ingrâtissima.*

Et l'on peut même se demander si l'expression de Cicéron, jugée quelque peu confuse, au cours du passage du *De Orat.* (3, 206) où il fait allusion à la répétition: *paulum immutatum uerbum atque deflexum*, ne trouve son explication dans des faits comme ceux qui ont été relevés ci-dessus; *deflexum* désignerait le changement de flexion du mot répété et *immutatum* se rapporterait au changement d'intonation en prose, d'accent dans les vers: séparément ou conjointement, les deux réalisent la *quaedam distinctio* réclamée par Cicéron. Cette interprétation ne nous est pas interdite, car ce sont les mêmes termes qu'emploie Cicéron quand, un peu plus loin, il traite de la voix: *ad uocem obtinendam nihil est utilius quam crebra m u t a t i o*: pour obtenir les effets de la voix rien n'est plus utile que d'en changer souvent les intonations (224). Et encore: *ad auris nostras et actionis suauitatem quid est uicissitudine et uarietate et c o m m u t a t i o n e aptius?*: pour le plaisir de l'oreille et l'agrément de l'action, y a-t-il rien de plus indiqué que l'alternance, la diversité, le changement du ton?

Ainsi, les deux témoignages invoqués, celui de Cicéron et celui de Quintilien, s'éclaireraient assez bien réciproquement.

Quoi qu'il en soit, il reste que ni l'auteur de la *Rhétorique à Hérennius*, ni Cicéron, ni Quintilien, lorsqu'ils s'expliquent sur la répétition, ne perdent de vue, à côté de ses vertus quant au renforcement des idées, les effets qu'elle est susceptible de produire dans le domaine, beaucoup plus délicat, de l'harmonie formelle (*concininitas*), obtenue par un habile arrangement des mots (*compositio*). Les recettes relatées plus haut font partie de l'art de la *compositio*, en vue de la *concininitas*.

Os prólogos salustianos

As considerações preambulares que Salústio antepõe às duas monografias históricas, *Conjuração de Catilina* e *Guerra de Jugurta*, têm-se prestado a variadas interpretações.

Pretendem os mais dos exegetas e historiadores da literatura, que delas se ocuparam, que não representam, afinal, senão uma espécie de confissão, por parte do autor, dos intuitos moralizadores de que se sentia possuído, e que o induziram, após falhada experiência na arena das vicissitudes políticas onde activamente militara, a consagrar os lares de uma vida folgada ao nobre mister de historiador. No fundo, era um honroso derivativo que lhe proporcionava a ocasião de, sob a capa de intenções alevantadas, continuar ainda a fazer política, sem perigo de maior, em período sobremaneira agitado da República Romana, uma política indirecta, disfarçada, concorde nas linhas gerais com a precedente linha do seu comportamento cívico.

Não faltam, porém, outros críticos que, impressionados pelo eco solene e concisão drástica das considerações que nos dois prefácios pululam, ousam reclamar para Salústio a auréola de filósofo, na suposição de que tais frases sentenciosas traem necessariamente profundidade de espírito amadurecido pela reflexão e grandemente influenciado pela doutrinação estoica. E põem em foco a originalidade do pensamento salustiano, a coberto do vírus partidário ⁽¹⁾.

(1) O mais acérrimo defensor deste ponto de vista entre os contemporâneos é W. Schur, na obra *Sallust als Historiker*, Stuttgart, 1934. Cf. também S. Pantzerhielm Thomas, *The prologues of Sallust*, em *Symbolae Osloenses*, 1936, p. 140 ss. Acentuam a influência do estoico Posidónio em Salústio, além destes dois autores, C. Wagner, *De Sallustii prooemiorum fontibus*, Leipzig, 1910, e F. Egermann, *Die Proömien zu den Werken des Sallust*, Viena, 1902. Todavia Schur, embora reconheça em Salústio profundas influências daquele filósofo grego, reclama para o historiador latino bastante independência sob certos respeito. No século XIX, C. Wachsmuth exagerou a influência de Posidónio; cf. *Einleitung in das Studium der alten Geschichte*, Leipzig, 1895, p. 662.

Parece daqui deduzir-se que se teria operado no ânimo do escritor uma conversão ideológica, concomitante com uma viragem na sua orientação política. Conversão apenas parcial, e nisso importa insistir, pois, na hipótese em que tal conversão se tivesse operado no seu espírito, no que não creio, do epicurismo prático para o estoicismo teórico, o certo é que até ao final da vida nunca Salústio deu de mão ao fausto de que se rodeou nos seus afamados jardins do Quirinal, usufruindo recatadamente os prazeres que nos anos anteriores disfrutara no meio de percalços e incertezas. Não consta, igualmente, que tivesse jamais renunciado às predilecções democráticas que pelo espaço de três lustros acarinhara, desde o ano 59 em que fora nomeado questor até à primavera do ano 44 em que, a seguir ao assassinato de Júlio César, se retirou ao remanso da vida particular.

Não será inoportuno examinar até que ponto a análise dos dois prefácios justifica estes pontos de vista.

*

No prefácio da *Conjuração de Catilina*, proclama Salústio a conveniência de os homens amarem a glória, com a condição de procurarem alcançá-la mais pelo exercício das faculdades espirituais do que por meio dos recursos de ordem física. Com efeito, só aquele exercício comunica à vida humana autêntico valor; e o mais nobre emprego que das faculdades do espírito se pode fazer consiste em aplicá-las ao serviço do Estado. Tal objectivo se propôs Salústio alcançar desde a adolescência. Desgostoso, porém, das actividades políticas, onde campeava a mais desenfreada libertinagem, resolveu entregar-se à tarefa da historiografia, por se lhe afigurar que nela, não menos que no desempenho de cargos públicos, lhe seria facultado continuar a bem merecer da pátria.

No prefácio da *Guerra de Jugurta*, o tom parece altear-se mais às paragens da especulação filosófica. Invoca-se a *fortuna*, a sorte, da qual se afirma, contra o comum sentir, não ser o homem juguete, uma vez que só dele depende a aquisição da glória eterna⁽²⁾. De novo aqui se insiste na necessidade de sobrepor aos expedientes de

(2) Cf. no entanto em *Cat.*, VIII, 1 a afirmação do contrário: «sed profecto fortuna in omni re dominatur; ea res cunctas ex libidine magis quam ex uero celebrat obscuraque».

ordem física o acertado emprego das faculdades espirituais, subordinado ao fim de comunicar à vida dignidade e valor. E uma vez mais se inculca a primazia da vida política, no seu significado mais lato, sobre quaisquer outras ocupações. Mas, visto não ser possível a Salústio, nas circunstâncias do momento, obter as magistraturas por meios honestos, nem exercê-las de modo condigno, decidiu enveredar pelo caminho da historiografia, tarefa muito mais importante do que vulgarmente se imagina.

Há, nestes prefácios, pontos de contacto e algumas diferenças, sobre que interessa chamar a atenção. Do confronto deles, tiramos a limpo o seguinte :

1. A glória é o mais elevado objectivo a que o homem pode e deve aspirar. Meios para a conseguir : as qualidades físicas e as qualidades espirituais.

2. É manifesta a superioridade de quem se empenha em alcançar a glória mediante o exercício das actividades de ordem espiritual sobre os que a procuram por outras vias.

3. Das actividades do espírito focam-se duas : a vida pública e a história. Qual delas seja a de maior monta, não o afirma expressamente o autor, mas parece dever concluir-se que a primeira.

4. Baixando a falar de si próprio, Salústio confessa haver trabalhado por se ilustrar nas lides políticas, mas que, posteriormente, em razão dos dissabores experimentados e do espectáculo deplorável que as lutas de partidos lhe ofereciam, acabou por optar pela historiografia.

5. No prefácio da *Conjuração de Catilina* promete ser historiador imparcial, ao passo que no prefácio da *Guerra de Jugurta* nenhuma peculiar declaração é feita nesse sentido.

*

Não nos parece que se possa com verdade reivindicar para Salústio o título de pensador ou filósofo. Fazê-lo equivaleria a deduzir dos textos uma conclusão que ultrapassa o conteúdo das premissas. Os conceitos expressos em ambos os prefácios — e possivelmente também no prefácio das *Histórias* ⁽³⁾ — à parte as referências concretas ao caso pessoal salustiano, encontram-se em autores gregos e

⁽³⁾ Que as *Histórias* também eram precedidas de prefácio, provam-no os fragmentos, v. g. 1, 6, 7. Cf. G. Boissier, *Les prologues de Salluste*, em *Journal des Savants*, 1903, p. 59.

romanos anteriores, que Salústio muito naturalmente devia conhecer; mas, ainda mesmo na hipótese de não ter conhecimento directo desses autores, as escolas de retores e filósofos desde há muito já deles se haviam apossado e os tinham vulgarizado ao ponto de não constituírem matéria exótica para iniciados. Nem, aliás, são conceitos tão peregrinos que qualquer pessoa sensata e medianamente culta, fazendo uso do seu raciocínio, não fosse capaz de os descobrir e emitir.

Original deverá ter sido Salústio em os ter conglobado nos capítulos preliminares de duas obras de carácter histórico, pois não consta de nenhum outro historiador romano que, logo de início, nos tenha brindado com séries de frases sentenciosas, bem ou mal alinhavadas, sem finalidade visível, sem relação imediata com o assunto versado, e com quebra do equilíbrio estético, como aliás já, entre os antigos, Quintiliano observou: *C. Sallustius in bello Iugurthino et Catilinae nihil ad historiam pertinentibus orsus est* ⁽⁴⁾.

Não vamos agora proceder ao trabalho de verificação das possíveis fontes salustianas para a confecção dos prefácios, pois de há muito ele está feito ⁽⁵⁾. Limitamo-nos ao exame intrínseco dos mesmos prefácios, a verificar os seus pontos de contacto e as divergências que ostentam.

*

O ponto de partida das reflexões ulteriores, antes justapostas do que logicamente deduzidas das precedentes, é a ideia da glória ⁽⁶⁾. Não pode o homem propor-se objectivo mais elevado do que a aquisição da glória. Claramente o explicita Salústio em *Cat. I*, por uma espécie de gradação ⁽⁷⁾. Mas, enquanto aí se vinca, de entrada, a necessidade de o homem se diferenciar dos restantes animais e só

⁽⁴⁾ Quintiliano, *Inst. Orat.*, III, 8, 9.

⁽⁵⁾ Cf. Wachsmuth, o. c., p. 662; M. Schanz, *Geschichte der römischen Literatur*, I³, 2, München, 1909, p. 179; M. Laistner, *The greater Roman Historians*, Berkeley, 1947, p. 170.

⁽⁶⁾ *Cat.*, I, 1: «Omnes homines qui sese student praestare ceteris animalibus summa ope niti decet ne uitam silentio transeant»; I, 3: «mihi rectius uidetur ingeni quam uirium opibus gloriam quaerere»; *Iug.*, I, 3: «ubi (animus) ad gloriam uia uirtutis grassatur abunde pollens potensque et clarus est»; I, 5: «... ubi pro mortalibus gloria aeterni fient».

⁽⁷⁾ Não levar uma vida obscura — buscar a glória por meio de actividades não espirituais — buscar a glória pelas actividades do espírito.

depois disso labutar pela obtenção da glória, no *Iug.* I o conceito de glória é desenvolvido em contraste com o de fortuna (*).

Em ambos os prefácios distingue Salústio dois caminhos para chegar à meta da glória: sucintamente são o corpo e a alma, ou seja, o exercício das actividades corporais e o das faculdades espirituais; e atesta sem reboço a superioridade daqueles que envidam esforços em conquistar a glória pelo emprego das faculdades do espírito sobre os que se valem apenas dos recursos corporais ou dos expedientes da sorte (°). Quais sejam os recursos corporais, alude no *Cat.* à força, à beleza e, não se sabe porquê, às riquezas, e no *Iug.* menciona de novo a beleza, a força, a vida longa, as riquezas *et alia omnia huiusmodi*, sem especificar (10). Detém-se mais em pormenorizar as actividades peculiares do espírito capazes de concorrerem para glorificar o ser humano. De concreto, porém, refere-se principalmente à vida política, à milícia e à historiografia (11). Contudo, da carreira militar, que em Roma não constituía profissão especial mas estava subordinada ou conexas com os altos cargos civis, fala somente de passagem. Quero crer que, na mente do autor, ela esteja implícita na vida política tomada no seu sentido mais amplo. O que talvez não seja muito compreensível é a importância atribuída à historiografia, que, afinal, não constitui profissão equiparável às magistraturas, e a omissão de outras actividades literárias tanto ou mais úteis à vida social e cívica de um povo, como foi, por exemplo, durante séculos, a eloquência em Roma e em Atenas e como o será, no tempo de Augusto, a poesia.

Não lhe passariam despercebidas outras manifestações de actividades tipicamente humanas. Prova-o o final do capítulo II do *Cat.*, onde enumera a agricultura, a navegação e a architectura e, logo a seguir, louva aqueles que se esforçam por se notabilizar pelo desem-

(*) *Iug.*, I, 3: «ubi (animus) ad gloriam uia uirtutis grassatur... neque fortuna eget, quippe probitatem, industriam aliasque artis bonas neque dare neque eripere cuiquam potest». Cf. no entanto o que se disse na nota 2.

(°) *Cat.*, II, 9: «is... mihi uiuere atque frui anima uidetur, qui aliquo negotio intentus praeclari facinoris aut artis bonae famam quaerit»; cf. *Iug.*, I, 3, 5; a ideia é desenvolvida mais detidamente em *Iug.* II.

(10) *Cat.*, I, 3: «uirium opibus»; I, 5: «ui corporis»; I, 4: «diuitiarum et formae gloria»; *Iug.* I, 2: «uim aut tempus»; II, 2: «praeclara facies, magnae diuitiae, ad hoc uis corporis et alia omnia huiusmodi»; cf. I, 4, 5, onde as mesmas ideias são desenvolvidas e repisadas por contraste com as opostas.

(11) *Iug.*, III, 1: «magistratus et imperia»; de passagem refere-se à milícia em *Cat.*, I, 5, e à historiografia em *Cat.* III e *Iug.* IV.

penho de qualquer tarefa — *aliquo negotio intentus* —, sem contudo baixar a pormenores ⁽¹²⁾.

Este relativo exclusivismo — a redução das actividades do espírito a duas ou três postas em foco — talvez se afigure defensável, arguindo que, mais do que qualquer outra manifestação da indústria humana, estas são as que imediatamente avultam no ânimo de quem considere o homem não apenas como individuo isolado, mas do ponto de vista social, como parte integrante da sociedade. Simplesmente, não só de políticos e de historiadores precisa uma nação para se engrandecer e prosperar; e nem sempre os políticos são os que melhor a servem, pois não raro confundem os interesses do bem comum com os seus interesses pessoais ou do partido em que se filiam, nem os historiadores os que, no domínio literário, mais a ilustram. Aliás, o próprio Salústio está, implicitamente de acordo com o que dizemos, pelo menos no que respeita aos políticos, pois o motivo, que o induziu a dar nova aplicação às suas actividades intellectuais, outro não foi senão o lamentável espectáculo das lutas de interesses mesquinhos em que os partidos políticos de então se debatiam.

Se agora perguntarmos qual das duas actividades, a do político e a do historiador, sobrepuja a outra em mérito e dignidade, Salústio abstém-se de formular uma resposta satisfatória. Parece, todavia, poder inferir-se que confere à primeira mais relevante papel ⁽¹³⁾. Da historiografia limita-se a asseverar que, ao contrário do que muitos possam pensar, é imensa a sua vantagem e inúmeras as dificuldades que o historiador precisa de arrostar para cabalmente cumprir a sua espinhosa missão ⁽¹⁴⁾.

*

Ou muito nos enganamos, ou estes dois prefácios de Salústio não são mais do que uma espécie de *oratio pro domo sua*, uma jus-

⁽¹²⁾ «Quae homines arant, naugant, aedificant, uirtuti omnia parent». Mas, no capitulo IV, 1, declara expressamente que a agricultura, juntamente com a caça, são occupações mais próprias de escravos: «agrum colundo aut uenando, seruilibus officiis».

⁽¹³⁾ *Cat.*, III, 1: «Pulchrum est bene facere rei publicae, etiam bene dicere haud absurdum est»; mas no parágrafo seguinte não chega a dizer quais são os que se lhe afiguram dignos de maior elogio.

⁽¹⁴⁾ *Cat.*, III, 1: «...qui facta aliorum scripsere, multi laudantur»; III, 2: «imprimis arduum uidetur res gestas scribere»; e, a seguir, especifica algumas dessas dificuldades. Em *Iug.*, IV, 1, limita-se a aludir, de passagem, à importância da história.

tificação de si próprio, e não uma palinódia nem coisa que o valha, contra os ataques da maledicência e do ódio que, a acreditar nas declarações do escritor ⁽¹⁵⁾, o haviam constantemente acompanhado desde que se lançara no torvelinho da vida pública. Salústio, como é sabido, encostara-se sempre ao prestígio do nome e autoridade de Júlio César. Este, por mais de uma vez, tivera de intervir pessoalmente a fim de o retirar de situações embaraçosas criadas pelo comportamento pouco edificante do seu partidário e protegido. Enquanto a estrela de César se não apagou no firmamento romano, não desistiu Salústio de alimentar a esperança de um dia envergar a toga consular, esperança que estimulava todo o cidadão que decidisse enveredar pelo *cursus honorum*. Mas os Idos de Março do ano 44 foram-lhe fatais. Após o assassinato de César, essa esperança desvaneceu-se. E Salústio, feito um exame de consciência, achando que as manchas do seu passado político eram em demasia comprometedoras, julgou prudente acolher-se à vida privada. Dispunha de incalculável fortuna, graças ao ano de governo da *África Nova*. Viu frustrarem-se-lhe as ambições de comando, mas em compensação arrecadara valioso pecúlio. Nada o impedia de levar a efeito um plano que, segundo ele informa, muitos anos antes acalentara ⁽¹⁶⁾. Por isso se meteu a historiador e, diga-se de passagem, Roma só teve a lucrar com essa resolução.

Se dizemos que os dois prefácios, no nosso entender, representam uma como que justificação do autor, é também, em parte, por causa da perícia com que este conduz o fio do discurso. Tanto na *Conjuração de Catilina* como na *Guerra de Jugurta*, as reflexões de ordem filosófica terminam pela apresentação do seu caso pessoal. De modo insensível ele passa da hipótese à tese. Começa por alinhar máximas de carácter geral e acaba por nos falar da sua pessoa.

Também Salústio sentiu a fascinação da glória; também ambicionou distinguir-se ao serviço de Roma na política e na milícia ⁽¹⁷⁾. Não lhe devemos querer mal por isso. Muito pelo contrário. Mas que necessidade tinham os leitores de conhecer os seus precedentes, incompletos por certo, antes de ter resolvido dedicar-se à historiografia? E porque não alude aos anos que serviu no exército?

(15) Cf. *Cat.* IV.

(16) Cf. *Cat.*, IV, 2.

(17) *Cat.*, III, 3: «ago adulescentulus initio, sicuti plerique, ad rempublicam latus sum; *Jug.*, IV, 3: «quibus ego temporibus magistratus adeptus sim».

*

Julgamos ser caso único nos anais da historiografia romana esta preocupação do autor, aceitável até certo limite, se porventura se pudesse apontar uma estreita conexão entre os factos historiados e a pessoa do historiador, ou uma relação de causa e efeito. Tal não sucede. Nem Salústio tomou parte activa na conjuração de Catilina, pelo menos de tal não consta, nem o conhecimento prévio do conteúdo ideológico dos prefácios é imprescindível para uma mais perfeita compreensão dos acontecimentos narrados em cada uma das monografias. Podemos até acrescentar que, do ponto de vista estético, seria de aconselhar a supressão dos prefácios.

Experimentamos, além disso, a impressão de Salústio não se sentir muito à vontade na confissão parcelar que nos faz do seu passado. Afigura-se-nos que se encontra um tanto ou quanto embaraçado ao falar da sua justiça, talvez, quem sabe, por ter consciência de não nos desvendar toda a verdade, mas tão somente umas porções de verdade, que, justapostas, não conseguem reabilitá-lo completamente das máculas que empanavam a sua precedente carreira de homem público.

Informa Salústio que os dissabores da vida política o moveram a mudar de rumo. Cala, e compreende-se facilmente porquê, as vantagens pessoais que dessa vida retirou — nem tudo teriam sido amargos de boca — e, nomeadamente dos meses que passou na África, na qualidade de governador. Mas prescindamos dos motivos que o induziram a só vir pregar moralidade depois de enriquecido com as extorsões feitas aos Africanos e de bem instalado no luxo do palácio do Quirinal.

Da leitura da *Guerra de Jugurta* parece concluir-se que se afastara à vida privada por causa da corrupção que dos ânimos se apossara naquela conjuntura, isto é, no momento de se afastar. E conclui-se mais, que se resolvera ingressar na política, quando adolescente, num tempo em que as magistraturas eram ainda outorgadas em prémio ao mérito e valor pessoal, e não em resultado de intrigas e manejos menos confessáveis⁽¹⁸⁾. Como quem diz: não fui aventureiro, não me vali de processos pouco recomendáveis de que hoje me deva arrepender; se ascendi ao tablado das magistraturas, foi

(18) *Iug.*, III, 1: «hac tempestate»; IV, 7: «his moribus». Como é óbvio, a leitura destes passos subentende o contraste com o tempo anterior, em que Salústio se estreara na carreira política.

unicamente devido ao meu merecimento. Ora o mais comezinho conhecimento da história daquele período da República Romana mostra como as coisas se passavam, por via de regra, exactamente ao contrário, em questões de acesso aos altos cargos da nação. E o próprio Salústio, autor da *Guerra de Jugurta*, esquece-se do que escrevera dois ou três anos antes Salústio, autor da *Conjuração de Catilina*, onde expressamente assevera que se lançara na política por paixão e cedera, como os coetâneos, à pressão do meio ambiente⁽¹⁹⁾. E que esse ambiente não mudou no espaço de quinze anos, que são os que medeiam entre o ano 59, em que Salústio foi nomeado questor, e o ano 44, em que abandonou a política, mostram-no, por exemplo os factos historiados na *Conjuração de Catilina* e até mesmo certos passos da *Guerra de Jugurta*.

Modéstia à parte, Salústio declara ter ingressado no *cursus honorum* numa altura em que tal ingresso não era fácil a qualquer, no intuito de se valorizar e de arredar para longe de si as suspeitas de ambição desmedida ou de comportamento menos recomendável. Mas na *Conjuração de Catilina* foge-lhe a pena para a verdade: afinal de contas não fora tão inocente como pretende insinuar na *Guerra de Jugurta*. Procedera como os demais.

É esta uma primeira contradição em que incorre, comprometedora para a missão que se arroga de moralizar pela história⁽²⁰⁾. Outra contradição ressalta ainda do confronto dos dois prefácios, esta relativa às qualidades de historiador. Na *Conjuração de Catilina* declara explicitamente que se mantém alheio ao espírito de partido e ao medo, isto é, que observa a imparcialidade requerida como condição primordial do historiador⁽²¹⁾. Mas, na *Guerra de Jugurta*, embora nos primeiros quatro capítulos, de que consta o prefácio, não se faça menção de imparcialidade, a pericope do capítulo quinto — *quia tunc primum superbiae nobilitatis obuiam itum est* — interpretada de acordo com outros clarões anti-aristocráticos,

(19) *Cat.*, III, 3: «ego adolescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rempublicam latus sum».

(20) É certo que em *Cat.*, III, 4, fala da aversão que os vícios dos que tentavam a carreira política lhe causavam, a ele ainda inocente (diríamos talvez melhor inexperiente), mas, logo a seguir, acrescenta que no meio de tamanha libertinagem também a sua pouca idade se deixara gafar de ambição — *ambitio mala*, IV, 7 — e das perigosas consequências a que esta arrasta, podemos acrescentar. Aliás os factos contestam esta apologia pessoal.

(21) *Cat.*, IV, 2: «... mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat».

que de quando em quando rasgam a objectiva exposição dos acontecimentos, deixa entrever as preferências partidárias do autor, inteiramente consentâneas com o que por outras vias nos consta acerca do seu passado político ao serviço da democracia de então contra a classe aristocrática. Ainda mesmo que tomemos à melhor parte os passos onde Salústio se manifesta contra os aristocratas, não lhes atribuindo acintosa malevolência, como pretendem alguns historiadores da literatura latina, temos a impressão de que Salústio, apesar de se ter imposto a disciplina de abafar no seu íntimo os ressentimentos pungentes que outrora o haviam incitado a combater às claras a aristocracia romana, não consegue recalcar os seus mais recônditos sentimentos. É que *ex abundantia cordis os loquitur*.

E se na *Conjuração de Catilina*, a despeito do propósito expresso de guardar a imparcialidade, a paixão partidária ressuma a cada passo, não basta também invocar umas quantas frases laudatórias de personagens de aristocratas, como Metelo e Sula, na *Guerra de Jugurta*, para o ilibar dessa paixão.

A aversão a toda uma classe, sem discriminação entre defeitos e vícios de uns e as nobres qualidades de outros dos seus componentes, subjacente à confecção das duas monografias salustianas não abona a imparcialidade do historiador. Salústio parece esquecer que, se nas filas da anti-aristocracia não faltaram homens de conduta irrepreensível, também aí pululavam outros, e quem sabe se em maior número, mais vulneráveis do que os membros da aristocracia às censuras que lhes exproba. E porventura o próprio Salústio houvesse de ser enquadrado nesta última categoria. Assim a imparcialidade, tão apregoada, mas não observada na *Conjuração de Catilina*, apresenta-se muito problemática na *Guerra de Jugurta*.

Em conclusão: Não nos devemos deixar ofuscar pelo tom de austera solenidade que se desprende dos dois prefácios salustianos. O estilo inconfundível, em que se espelha a virtuosidade do escritor, serve de veículo a certo número de conceitos de cunho filosófico, mas que não pressupõem necessariamente uma forte individualidade de pensador. Não é filósofo quem quer, ou quem se julga tal, ou ainda quem faz suas reflexões alheias. Ora, afigura-se-me que não se lhe pode atribuir no domínio da especulação filosófica a mesma originalidade que de direito lhe compete como artista da palavra. É possível que no espírito dos leitores de Salústio se tenha operado a confusão entre a forma e as ideias por ela revestidas. Mas quero crer que nunca Salústio alimentou pretensões de passar pelo que não era. Intuitos moralizadores teve-os, como os tiveram os mais

dos grandes historiadores da antiguidade clássica. Não teria dificuldade em admitir que Salústio, tão amigo das digressões, dá início às duas monografias históricas em questão por uma digressão, alheia ao assunto, como aliás Quintiliano muito acertadamente observou. E se quisermos saber qual teria sido a razão do emprego de semelhante processo, julgo tratar-se de uma justificação pessoal, como acima tentei demonstrar. Uma espécie de exórdios tendentes a conciliar a benevolência dos leitores, exórdios cerzidos mais ou menos artisticamente com lugares comuns das escolas de filosofia do tempo, a prepararem o caminho para a tentativa de apologia pessoal.

Lisboa.

A. PINTO DE CARVALHO

O *Liber Regum* e outras fontes do Livro das Linhagens do Conde D. Pedro

Pouca atenção se tem dedicado ao estudo das fontes utilizadas na redacção do *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro. Só a matéria arturiana do Título II atraiu William J. Entwistle⁽¹⁾ e Luís Cardim⁽²⁾ que tentaram determinar onde a foi colher o compilador do *Livro*⁽³⁾. Quanto aos outros títulos, D. Carolina Michaëlis na *Groebers Grundriss*, em 1893, sugeriu uma lista de fontes, compreensivelmente cheia de equívocos numa época em que a maior parte dos textos a que se refere só podia consultar-se em manuscritos⁽⁴⁾. Con-

(1) Em *The Arthurian Legend in the Literature of the Spanish Peninsula*, London, 1925 (e tradução portuguesa de A. A. Dória, Lisboa, 1942).

(2) em *Estudos de Literatura e Linguística*, Porto, 1929.

(3) Também D. Carolina Michaëlis, embora só acidentalmente, se referiu às fontes deste título. V. *Grundriss der Romanischen Philologie*, II, 2, Strassburg, 1893, pg. 210 e *Cancioneiro da Ajuda*, 2, Halle, 1904, pg. 507-508.

(4) *Grundriss der Rom. Phil.*, II, 2, pg. 210. A lista de D. Carolina Michaëlis, na parte que aqui nos interessa, abrangia: as *Sete Partidas*, a *Estoria de Espanha* e a *Crónica geral* (ou seja a *General Estoria*) de Afonso X (a primeira das quais talvez através da *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel) e uma *estória de Troia*. A *Chronica dos Reys* (ou mais precisamente «as cronicas dos reys») que o nobiliário cita a respeito do Cid, identifica-a D. Carolina Michaëlis com o *Liber Regum*. É verdadeiramente extraordinário ver aqui pela primeira vez mencionada esta obra como fonte do *Livro das Linhagens*. Só uma pequena parte dela podia ser conhecida da grande romanista, e uma breve análise dessa parte, se ela tivesse chegado a realizá-la, ter-lhe-ia claramente demonstrado que, se há algum trecho da obra do Conde D. Pedro que só em pormenores ínfimos coincida com o *Liber Regum*, é precisamente a genealogia do Cid, o que impossibilitava a identificação dessa obra com as *Chronicas dos Reys*. Quanto às outras fontes apontadas, no decorrer deste estudo se verá como deve ser afastada ou precisada a hipótese da sua utilização. Desde já direi que a suposição de que tivesse sido utilizada a *Crónica Abreviada* de D. Juan Manuel deve ser posta de parte como verifiquei estudando o ms. 1356 da Biblioteca Nacional de Madrid em que se conserva aquela obra, ainda hoje inédita.

tudo, ainda em 1934, nada se tinha avançado para além desta lista e Rodrigues Lapa, nas suas *Lições de Literatura Portuguesa — Época medieval*, limitava-se a reproduzi-la⁽⁵⁾. O mais recente trabalho sobre o *Livro das Linhagens*, publicado em 1948, no Brasil, deixa intencionalmente de parte o problema porque o seu autor, António Soares Amora, apenas se propõe o estudo da concepção da história e técnica narrativa do nobiliário⁽⁶⁾. Uma investigação preparatória sobre assuntos deste tipo ter-lhe-ia contudo permitido firmar em bases mais sólidas a sua interpretação e tê-lo-ia levado talvez a evitar certos deslizes que desvalorizam um estudo de tão interessantes objectivos e de tão boa orientação.

Só o desinteresse em torno ao tema, unido talvez à dificuldade de informação bibliográfica, explicam que tenha passado despercebida até hoje, em Portugal, a publicação feita em 1919 da fonte principal de nada menos que todo o esquema de história genealógica universal que ocupa os títulos I, III, IV, V e VI do *Livro das Linhagens*. Trata-se do *Chronicon Villarense* ou *Liber Regum* cujo texto completo publicou naquela data M. Serrano-Sanz no *Boletín de la Real Academia Española* (tomo VI, pág. 192 e segs.). Dois anos depois publicou-se no mesmo *Boletín* (tomo VIII, pág. 367 e segs.) o final do comentário respectivo em que o próprio editor se referia à influência desta fonte no *Livro do Conde D. Pedro*. A obra era contudo conhecida anteriormente a esta publicação por frequentes citações de vários autores e uma redacção um pouco posterior tinha sido parcialmente publicada por Enrique Florez no final do primeiro volume das suas *Memorias de las Reinas Catholicas* em 1761⁽⁷⁾. Mas, considerando de pouco ou nenhum interesse tudo quanto precedia a referência a Rodrigo e à invasão muçulmana, o P. Florez omitiu-o. Serrano-Sanz publica o texto completo. Utiliza para isso um manuscrito em letra do início do século XIII que faz parte de certo códice possuído no século XVI por Miguel Martinez del Villar (de aí o nome de *Chronicon Villarense*) e conservado hoje na Biblioteca da Universidade de Saragoça.

(5) Reproduzida na 2.^a edição, Lisboa, 1943, pg. 215.

(6) António Soares Amora, *O Nobiliário do Conde D. Pedro* (Boletins da Faculdade de Filosofia e Letras, Letras n.º 4), São Paulo, 1948.

(7) *Memórias de las Reinas Catholicas*, I, 1761, pg. 481 e sgs.

Redacções e datas

A comparação dos dois textos revela imediatamente que o texto Villarense é anterior ao de Florez, que prolonga as genealogias até época mais recente. Além disso verifica-se que este é uma tradução castelhana (ou antes uma adaptação, visto que muitas vezes não se chega a traduzir perfeitamente e se conservam formas do original) do primitivo texto redigido em dialecto navarro-aragonês, na bacia do Ebro, possivelmente por um monge de Fitero.

A redacção primitiva data-a Serrano-Sanz de uma data posterior a 1194, visto que se menciona como rei de Navarra a Sancho, o Forte que nessa data subiu ao trono, mas anterior a 1211, porque neste ano morreu o infante D. Fernando, filho de Afonso VIII, que ali figura como sendo ainda vivo. É portanto o mais antigo texto histórico em romance de toda a Península, anterior aos próprios *Anais Toledanos* que chegam até 1219. É anterior também à história latina do Arcebispo D. Rodrigo terminada de redigir em 1243. Adiante se verá porque faço esta observação.

A redacção castelhana dada a conhecer por Florez foi copiada de um manuscrito de «S. Martin de Madrid, de letra de Juan Vazquez de Marmol» ^(7a). Florez conheceu outros manuscritos que ele afirma serem idênticos ao que publica e que se conservavam em Toledo e na Biblioteca Real. Esta redacção castelhana foi feita em tempos de Fernando III de Castela e Leão (1217-1252), de Sancho de Navarra (1194-1234) e de Jaime I de Aragão (1213-1276). Menéndez Pidal supõe como datas extremas para a sua redacção, 1217 e 1223 ⁽⁸⁾. Diferencia-se da anterior principalmente nos pontos seguintes: no fim da genealogia dos reis de Castela, acrescenta, na descendência de Afonso VIII (limitada ao infante D. Fernando na primeira redacção), o infante D. Henrique e as infantas e refere os casamentos destas últimas; faz uma breve menção do reinado de Henrique I e da sua morte; relata que lhe sucedeu D. Berenguela e que esta deu o reino a seu filho D. Fernando e termina: «Da aqui adelant sera lo que Dios quisiere» ⁽⁹⁾. Altera certamente o fim da

(7a) *Ibidem*, I, pg. 188.

(8) Creio que se baseia na conservação da referência a Filipe Augusto de França como sendo ainda vivo (antes de Julho de 1223) e na data do início do reinado de Fernando III (1217) V. *La España del Cid* (4.ª edição), II, Madrid, 1947, pg. 971.

(9) *Memorias de las Reinas Catholicas*, I, pg. 485.

genealogia dos Reis de Aragão, levando-a até Jaime I quando o autor da primeira redacção não passaria de Pedro II, seu pai⁽¹⁰⁾. Não conhecemos contudo a parte final da linhagem naquela redacção porque ela falta no códice Villarense.

Finalmente a inovação mais importante está na inclusão de uma nota cidiana bastante extensa que contém: a genealogia do Cid tomada com poucas alterações da *Historia Roderici Campidocti*, um resumo das façanhas do Cid e um novo apontamento genealógico que se refere à descendência de Rui Dias até «al Rey don Sancho que agora es Rey de Navarra»⁽¹¹⁾.

Conhecimento e difusão do *Liber Regum*

Esta tradução e refundição do *Liber Regum* realizada em Castela uns vinte anos depois da sua primeira redacção⁽¹²⁾ demonstra a rápida difusão que alcançou a obra do monge navarro, apesar das suas enormes deficiências e erros. Ainda no século XIII temos outro testemunho dessa expansão no facto de um exemplar deste livro ser utilizado, embora muito escassamente, pelos redactores da *Primeira Crónica Geral*⁽¹³⁾.

Para esta rápida difusão contribuiu certamente o livro ser escrito em língua vulgar e também o seu carácter de compêndio genealógico das famílias reinantes da Península, e de algumas não peninsulares, muito resumido mas por isso mesmo mais claro e manuseável que as Crónicas latinas que pretendiam fazer história e não pouco mais que genealogia.

Esses mesmos motivos explicam a aceitação que teve em Portugal no início do século seguinte. Se pouco podia já interessar esta fonte à historiografia em língua castelhana^(13a) que, devido ao

(10) «E pues diremos de los reies de Aragon, del rei don Remiro que mataron en Grados, tro al rei don Pedro, el sobrino del emperador» *Bol. Acad. Esp.*, VI, pg. 202.

(11) *Memorias de las Reinas Catholicas*, I, pg. 494.

(12) E esta refundição deve ter sido precedida provavelmente, como adiante veremos, por uma tradução mais literal.

(13) V. R. Menéndez Pidal, *La España del Cid*, II, pg. 691-692 e I, pg. 159.

(13a) E contudo, ainda depois de 1368, havia quem, em Castela, recorresse a este texto como fonte. É verdade que se tratava de um compendiador de Crónicas que o carácter esquemático do *Liber Regum* não podia deixar de atrair. V. o meu artigo: *Sobre o Sumário de Crónicas até ao ano de 1368* no tomo IX do *Boletim de Filologia*.

impulso extraordinário de Afonso, o Sábio, a tão grande altura se tinha elevado nos fins do século anterior, o mesmo se não dava em Portugal onde precisamente nesse momento se realizavam as primeiras tentativas historiográficas.

Para o *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro foi o *Liber Regum* quase a única fonte conhecida sobre história universal e antiga ⁽¹⁴⁾. O seu autor completou os dados que ela lhe fornecia com dados pseudo-históricos sobre os reis da Bretanha, directa ou indirectamente provenientes da *Historia Regum Britanniae*. Sobre a história peninsular ou, mais concretamente, sobre a história dos Godos e a de Castela e Leão estava mais bem informado e, como veremos, corrigiu o texto do *Liber Regum* utilizando outras fontes. Assim se compôs o esquema de história geral que inicia o *Livro das Linhagens* ⁽¹⁵⁾.

Por rudimentar que nos pareça hoje este esquema, não podemos negar a importância do seu significado. Ele demonstra que, em certo momento das origens da historiografia medieval portuguesa, se sentiu a mesma aspiração que levava Afonso X anos atrás a impulsionar a gigantesca tarefa da acumulação das fontes necessárias à redacção da sua monumental *General Estoria*. Essa aspiração, ou talvez melhor, a necessidade que, embora em graus muito diversos e ressalvadas as enormes distâncias que separam as duas obras, tanto o rei castelhano como o príncipe português seu bisneto sentiram em determinado momento, foi a de dar como fundo à realidade particular, a nacional, outra realidade maior, a universal ⁽¹⁶⁾.

Importa registar devidamente este momento tanto mais significa-

(14) O próprio sentido dos interesses do conde ao compilar o seu livro concordava com o carácter linhagístico da obra do monge de Fitero. Isso contribuiu certamente para a importância que lhe havia de atribuir.

(15) Outro texto português utiliza, ainda no século XIV, o *Liber Regum*. Trata-se da *Crónica de 1344*. Sobre a origem portuguesa desta *Crónica* e sobre as suas íntimas relações com o *Livro das Linhagens* de D. Pedro falo no estudo que acompanhará a minha edição crítica do texto português da *Crónica* que em breve será publicada. Também é uma prova da expansão que alcançou o *Liber Regum* entre os historiadores de língua galego-portuguesa, uma tradução interpolada desta obra que encontrei intercalada no ms. 8.817 da Biblioteca Nacional de Madrid.

(16) Mais uma vez convirá advertir que o interesse do Conde nesta obra é um interesse especializado, um interesse de linhagista, muito afastado, se sob este ponto de vista o encaramos, do interesse amplíssimo por toda a vida da antiguidade que revela a *General Estoria*.

tivo que só muitos séculos mais tarde se voltará a uma atitude semelhante. A evolução imediata tanto em Castela como em Portugal vai-se dar no sentido de um estreitamento cada vez maior do horizonte da historiografia que, de universal, se foi tornando ibérica e, de ibérica, nacional.

Existência e conhecimento do **Liber Regum** em Portugal nos séculos XVI e XVII

Motivos de índole completamente distinta atraem de novo a atenção sobre o *Liber Regum* no Portugal humanista do século XVI⁽¹⁷⁾ e vêm-nos revelar que ou o próprio texto utilizado por D. Pedro ou cópias deste se conservavam ainda, passados dois séculos sobre a sua morte. É agora a antiguidade do livro e a acidental circunstância de ele poder ser utilizado em defesa de uma tese nacionalista que o fazem citar e manejar.

André de Resende no seu *Livro sobre as antiguidades da Lusitânia* pretende afirmar que Ximena Muñoz, mãe de D. Teresa, foi, não concubina de Afonso VI, mas sua mulher legítima e apoia-se para isso num *Chronicon* que ele reputa 70 anos anterior ao Tolédano e menos parcial que este: «Verum apud me chronicon Hispanica vetusta lingua habeo, factum totos septuaginta annos ante Rodericum in quo eadem Simena minime concubina sed iustra (*sic*) uxor et Regina diserte peribetur. De qua re ad Joannem Barrum scripsi et quidem prolixè»⁽¹⁸⁾.

Um século mais tarde, na Terceira parte da *Monarchia Lusytana*, António Brandão transcreve os parágrafos em questão da «Chronica antiqua em que se funda o Mestre André de Resende» que prova assim conhecer⁽¹⁹⁾.

(17) No século XVI espanhol, conheço apenas uma menção do *Liber Regum*. É feita por Marmol y Carbajal na sua *Descripción general de Africa*, Granada, 1573, (primeira parte, lib. II, cap. X, fol. 75 v.º). Atraiu a atenção deste autor, que viu esta fonte em Toledo, num antigo manuscrito em pergaminho, a estranha referência a Julião como sobrinho do rei Rodrigo (citado por Juan Menéndez Pidal — *Leyendas del ultimo Rey Godo*, Madrid, 1906, pg. 86).

(18) *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae* a Lucio Andrea Resendis olim inchoati et a Jacobo Menoetis Vasconcello recogniti atque absoluti. Eborae, 1593, pg. 209.

(19) *Terceira Parte da Monarchia Lusytana*, Lisboa, 1690, liv. VIII, cap. XII: «importa ver o que diz a Chronica antiqua em que se funda o Mestre Andre de Resende: a qual difere muyto do letreiro, dizendo assim: Quando fue muerto elRey Don Sancho en Çamora, tornose para la tierra elRey Don Alfonso su

Também se refere a ela, já no século XVIII, José Barbosa, autor do *Catálogo Chronológico, Histórico, Genealógico e Critico das Rainhas de Portugal e seus filhos* ⁽²⁰⁾.

Queria o nacionalismo dos escritores portugueses desta época demonstrar a legitimidade da mulher do Conde D. Henrique e, apoiado nela, apontar nada menos que a injustiça que representara ter Urraca sucedido a seu pai em lugar da Condessa de Portugal, herdeira de direito.

Foi a reacção contra esse nacionalismo que provocou a publicação por Florez da parte da segunda redacção do *Liber Regum* a que atrás me referi. Quase todo o capítulo das *Memorias de las Reinas catholicas* consagrado a Ximena Muñoz se destina a refutar as afirmações de Brandão e de Barbosa. E é para provar o pouco valor histórico da Crónica alegada por estes autores e por Resende que Florez decide publicá-la.

Uma parte importante da sua argumentação dirige-se contra a afirmação de Resende de que o *Liber Regum* era 70 anos anterior ao Toledano. Para isso basta-lhe salientar as frases do seu texto em que o autor dá a conhecer que está escrevendo em tempo de S. Fernando e de Sancho de Navarra ou seja depois de 1217 e antes de 1234.

Mas ter-se-ia o grande humanista eborense enganado tão estranhamente ao datar um texto onde tais dados se consignavam com tanta clareza? Teria pretendido para defender a sua tese exagerar o valor que se devia atribuir à fonte que manejava, afirmando uma falsidade? Tudo quanto sabemos sobre a probidade de André de Resende nos leva a afastar esta última hipótese.

O mais natural é supor-se que a redacção que ele conheceu do *Liber Regum* não continha as citadas frases. Teria André de Resende conhecido a primeira versão do *Chronicon Villarense*?

hermano que era en Toledo, y fue Rey de Castilla, y conquirio a Toledo de Moros, y tomó muger Mora, que se dezia la Zaida, sobrina de Aben Abê Alfaga, y uvo en ella un fijo, el que dixeron Don Sancho, y por sobrenombre dixeronlo Sancho Alfonso, y despues uvo este Rey otra muger, que uvo nõbre Ximena Munoz, è uvo en ella dos fijas, la Infanta Doña Elvira, y la Infanta Dona Tareja. Caso la Infanta Dona Tareja con el Conde D. Henrique, y uvieron fijo al Rey D. Alfonso de Portugal. *E adiante acrescenta*: Murio Ximena Munoz, y despues el Rey Don Alfonso tomo otra muger la Reyna Doña Costança. *E em outro capítulo diz assim*: Despues que finó la Reyna Doña Ximena Munoz, casso el Rey Don Alonso con la Reyna Doña Costança, que era de Francia.»

⁽²⁰⁾ Lisboa, MDCCXXVII, pg. 7, 8, 9. Não conhece a «chronica antigua» senão através das menções de Resende e de Brandão.

Qual foi a redacção do **Liber Regum** conhecida
em Portugal no século XVI?

Começemos por observar que, se os parágrafos do texto citados por Brandão provêm do exemplar manejado por Resende ou duma cópia do mesmo (e não temos motivos para duvidá-lo), podemos afirmar desde já que o texto em questão não era a redacção navarro-aragonesa primitiva mas uma versão castelhana. Isso não nos obriga contudo a admitir que seja a versão refundida de Florez. Antes desta versão refundida é possível e natural que existisse uma versão directa, ou pelo menos anterior e mais próxima do texto primitivo. (Não teria estas características o texto que, segundo Menéndez Pidal, foi utilizado pelos compiladores da *Primeira Crónica*? Note-se que não podia ser o texto navarro-aragonês visto que continha a nota cidiana que aquele ainda não tem. Mas, como diz Menéndez Pidal, era um texto mais perfeito que o de Florez) ⁽²¹⁾.

Uma versão castelhana acrescentada com uma espécie de apêndice sobre o Cid, mas ainda não refundida no final das genealogias explicaria a data atribuída por Resende. Não tinha a primeira redacção frases que permitissem datar tão concretamente o texto como a refundição de cerca de 1220. Só uma análise mais minuciosa (verificar que infantes de Castela se mencionam, dados da genealogia dos reis de Navarra) permite fixar a época da redacção. Uma observação um pouco mais superficial levaria a dizer simplesmente que foi escrita em tempos de Afonso VIII. Resende ter-se-ia baseado numa observação deste tipo. E mesmo que tivesse feito a análise mais minuciosa com os elementos de que hoje dispomos e tivesse chegado à conclusão a que chegamos de que o *Chronicon* foi escrito depois de 1194, não haveria grande erro nas suas palavras. De 1194 a 1243 data em que o Toledano termina o seu *De rebus Hispaniae* vão quarenta e nove anos. É mais admissível aceitar este erro que supor que Resende datava um texto que era manifestamente do tempo de S. Fernando, de setenta anos antes do Toledano.

(21) A nota cidiana continha provavelmente pormenores que o texto que conhecemos não dá (v. *La España del Cid*, II, pg. 691-692).

Que redacção do **Liber Regum** utiliza
o **Livro das Linhagens** ?

Esta questão de pormenor não nos interessa senão porque com ela se liga o problema de saber qual foi a redacção do *Liber Regum* de que o Conde D. Pedro se serviu para a compilação do seu nobiliário. Será possível supor que nada teria que ver o texto trazido a Portugal no século XIV com o que em Portugal se maneja no século XVI? Talvez. Mas não se pode deixar de reconhecer que é muito mais provável a hipótese contrária.

Mais estranho poderá parecer que, sendo o texto dos primeiros títulos do *Livro das Linhagens* uma transcrição quase fiel do *Liber Regum*, seja preciso recorrer a processo tão indirecto para averiguar se nele se seguiu a primeira ou a segunda das redacções conhecidas ou qualquer outra desconhecida. Mas dá-se o caso que, precisamente onde o poderíamos ir verificar, isto é, no final das genealogias dos reis de Castela e de Aragão, o texto do *Livro das Linhagens* se afastou bastante da sua fonte principal.

Assim, no que respeita aos reis de Castela, a partir de Fernando I ou seja do princípio do título III, o redactor do *Livro das Linhagens* abandonou definitivamente o *Liber Regum* para seguir outra fonte que adiante apontaremos.

Quanto à genealogia dos Reis de Aragão, já disse acima que não conhecemos como terminava na primeira redacção do *Liber Regum* e apenas sabemos que o autor tencionava levá-la até Pedro II. O texto de Florez apenas ultrapassa este rei, seus irmãos e irmãs na frase em que, ainda antes de se referir a estes últimos, depois de mencionar o casamento de D. Pedro, acrescenta: «et ovo en ella un fillo que ovo nonbre D. James que es agora Rey Daragon»^(21a). É possível que, tendo Jaime I nascido em 1207 e, portanto, dentro do período em que se pode colocar a primeira redacção, a esta faltasse apenas a relativa: «que es agora Rey D'aragon».

O *Livro das Linhagens* coincide com o texto de Florez excepto na frase citada onde se lê: «e ouue della hum filho que ouue nome el rrey dom James que foy padre da rrainha dona Isabell que foy madre del rrey dom Affonso o quarto de Portugall». A interpolação de origem claramente portuguesa (por sinal errada, o que estranha no filho de D. Denis e faz pensar ou numa lacuna ou num aditamento posterior) não deixa ver se os textos coincidiriam neste por-

(21a) *Memorias de las Reinas Catholicas*, I, pg. 490.

menor ou se se trata de duas ampliações independentes e deixa, portanto, em suspenso a questão.

Mais positivos resultados dá a análise da genealogia do Cid incluída no título VIII. Esta genealogia, se se afasta em pontos essenciais da nota cidiana da segunda redacção do *Liber Regum*, coincidindo com outras fontes conhecidas⁽²²⁾, contém um reduzido número de dados que só essa nota ou a *Historia Roderici* que lhe serve de fonte poderiam ter fornecido ao autor do nobiliário⁽²³⁾. Sabendo que ele conhecia uma redacção do *Liber Regum*, é evidentemente a primeira hipótese que somos levados a aceitar.

Continha, portanto, uma nota cidiana a redacção do *Liber Regum* utilizada pelo Conde D. Pedro. Se não fossem as observações feitas a propósito da referência de Resende, seríamos levados a supor que se tratava do texto dado a conhecer por Florez. A hipótese de uma versão castelhana anterior, acrescentada com a nota cidiana mas cujo texto estaria mais próxima do primitivo que o da refundição de cerca de 1220, é contudo admissível e é apoiada até certo ponto pelo facto que uma comparação textual mostra bastantes coincidências do *Livro das Linhagens* com o texto Villarense contra o texto de Florez⁽²⁴⁾. Não se pode contudo negar a fragilidade das bases que podemos alegar para a defesa desta hipótese. Só o aparecimento de um exemplar de um texto com as características apontadas no-la poderia confirmar.

Utilização do *Liber Regum* no *Livro das Linhagens*

Muito mais que elucidar este ponto nos importa ver como foi utilizado o *Liber Regum* na redacção do *Livro das Linhagens* e investigar a origem das interpolações que nesta redacção ele apresenta.

(22) Essas fontes são a *Primeira Crónica* e a *Crónica de Castela* ou mais precisamente um texto que combinava as duas e não é outro senão a versão galego-portuguesa da *Primeira Crónica* e da *Crónica de Castela* a que adiante me referirei. Estudo mais completamente este ponto como muitos outros em que há coincidências com a *Crónica de 1344* no estudo a que atrás me referi.

(23) Trata-se da descendência de Vermuu Laindez, filho de Laym Calvo, até Dona Elo, bisavó do Cid.

(24) Algumas há contudo entre o *Livro das Linhagens* e o texto de Florez em inovações que este introduz, o que também confirma a hipótese de um texto intermediário.

a) Prólogo

O final do prólogo do *Livro do Conde*, aquilo a que podemos chamar a sua «proposição», visto que aí se expõe o plano do conjunto da obra, deriva na sua maior parte de um fragmento do *Liber Regum*. Este fragmento não encabeça o texto como no nobiliário mas está no fim da Linhagem de Adão até Jesus Cristo, isto é, precisamente no ponto correspondente ao fim do Título I do *Livro do Conde*. De aí as divergências iniciais.

Comparemos os dois trechos:

Liber Regum

Tro aqui faulamos del lignage de Ihu Crist de Adam en aca e de los reies de Iherusalem cascuno de qual uida fo e quanto uisco. Agora faularemos de los reies paganos que foron sennores de Persia e de los reies e de los emperadores qui foron sennores de Roma tro al tiempo de Ihesu Crist. E pues faularemos de los godos como uinieron en Espanna e como la conquirieron e del rei Bamba e del rey Rodrigo e del comte don Julian e como se perdie la tierra e pues como se recobro. E pues faularemos de los reies e de los sennores qui foron en Castiella tro al Emperador e tro al rei don Alfonso. E pues faularemos de los reies de Nauarra e del rei Sancho Auarca tro al rei don Sancho. E pues diremos de los reies de Aragon, del rei don Remiro que matoron en Grados tro al rei don Pedro, el sobrino del Emperador. Tornaremos agora a suso por mellor uenir a la razon...

(Bol. Ac. Esp., VI, pg. 202)

Livro das Linhagens

Falaremos primeiro da linhagem dos homeens e dos rreys de Jerusalem dês Adam ataa nacença de Jesu Cristo. E das conquistas que fizeram os rreis de Syria e el rrey Faraão e Nabucodonosor em Jerusalem. Desy falaremos dos rreys de Troya e dos rreys de Roma e emperadores e dos rreys da Gram Bretanha que ora se chama Inglaterra. Desy dos rreis gentiis que ouve em Persia e rreys e emperadores que ouue no Egipto e em Roma e da destroicoem de Jerusalem e como dhi le uou Uespasiam pera Roma os noucentos mill judeus. E dos godos como entraram a Espanha e o tempo que em ella uiuerom e como ao depois foy cobrada por el rrey Pallayo ho montesinho e por el rrey dom Afonso o catholico e por outros rreys que apos elles ueeram. E como per soberba del rrey dom Ordonho de Leom os castellâos fizeram iuizes que manteueram a terra em dereito. E de como destes iuizes decenderom os rreys de Castella de huuma parte e da outra os rreys de Nauarra. Desy tallaremos dos rreys de Nauarra e dos d'Aragom e dos de França e domde deçemderom os rreys de Portugall. Desy domde deçemderom os nobres fidalgos de Castella e de Portugall e Galliza e dalguuns feitos que feze-

rom mostralloemos em breue. E de como deçendem do muy nobre rrei Ramiro de Leom asy como se mostra em as grosas do seu titollo XXI que falla e comprehend de dos outros titollos per allegações em que mostra os que delle veeram.

(PMH. *Scriptores*, I, 231)

Como se vê, o *Livro das Linhagens* limita-se a glosar certos passos, concretizando mais que a sua fonte: interpola a referência aos «rreys de Trova», aos «rreys de Roma» e «da Gram Bretanha que ora se chama Ingraterra» (ou seja à matéria arturiana do Título II proveniente de fonte diversa); acrescenta à lista das descendências reais a dos reis de Portugal (a de França só aparentemente se acrescenta já que fazia parte do *Liber Regum* embora este passo não a mencione) e termina por referir-se ao assunto fundamental da obra, a origem e evolução das famílias nobres de Castela, Portugal e Galiza, assunto que, no seu espírito, tinha como núcleo a descendência do rei Ramiro com a qual todas as outras podiam ser relacionadas.

Esta última ideia fora-lhe sugerida pela fonte que, muito mais que o conhecido Livro I dos *Portugaliae Monumenta Historica* (ou seja o segundo em data como muito claramente o demonstrou Costa Veiga) ⁽²⁵⁾ influenciou a parte nacional da história genealógica do Conde ⁽²⁶⁾. Refiro-me ao *Primeiro Livro das Linhagens* redigido cerca

⁽²⁵⁾ A. Botelho da Costa Veiga, *Os nossos Nobiliários Medievais (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)* separata dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa 1943.

⁽²⁶⁾ Se é que o *Livro I* chegou a ser utilizado na primeira redacção do nobiliário do Conde, como o foi indubitavelmente nas duas refundições que dele conhecemos, Nobiliários III e IV dos *Portugaliae Monumenta Historica*: de passagem direi que não compreendo a vantagem que há em continuar a falar, como desde a publicação desta colecção se tem feito em Portugal, na existência de quatro *Livros de Linhagens*, quando à primeira vista se reconhece no chamado *Nobiliário da Ajuda* um fragmento de uma redacção anterior do Livro IV. Não conhecemos senão três nobiliários, do mais recente dos quais se conservam duas redacções. Convia também distinguir com uma designação mais própria o chamado Livro II do Livro I, com que esteve ligado, senão já na própria Torre do Tombo, pelo menos desde o século XVII, época a partir da qual se abrangeram ambos sob a denominação de *Livro Velho*. Ao Livro II, fragmento do mais antigo nobiliário que nos foi transmitido, poderíamos chamar *Primeiro Livro das Linhagens* como o faço no texto, conservando a consagrada designação de *Livro Velho* para o Livro I. Teríamos assim, ordenados cronologicamente, o *Primeiro Livro*, de

de 1270 (Livro II dos *Portugaliae Monumenta*) do qual só conhecemos hoje um breve fragmento, suficiente contudo para nos demonstrar a utilização directa que desta fonte fez o Conde.

Perante essa fonte, como perante o *Livro Velho*, o que se apresenta no *Livro do Conde* como inovação essencial é o alargamento do horizonte no espaço e no tempo a que se refere tudo quanto precede o último período no plano que estamos a analisar. Este plano está exposto com a clareza de um esquema: as linhagens dos fidalgos peninsulares, a que se dá como fundo necessário um resumo de his-

cerca de 1270 e o *Livro Velho* de cerca de 1340. Assim os ordena já Frei Francisco Brandão cujo capítulo sobre os *Livros das Linhagens* na *Monarchia Lusytana* contém algumas das páginas mais lúcidas que sobre os nobiliários se têm escrito até hoje. Ali se afirma que houve três Livros das Linhagens mas que do mais antigo só se acharam poucas folhas «que trasladou o Licenciado Gaspar Aluarez Lousada». Trata-se com toda a certeza de uma referência ao que chamo *Primeiro Livro*. Não o compreendeu assim António Caetano de Sousa (*Hist. Genealógica da Casa Real* — Tomo I, Coimbra, 1946, pg. 167-168): perante as várias referências às folhas copiadas por Lousada, não viu que essas folhas eram simplesmente as últimas do texto que publicou nas *Provas* (segunda cópia proveniente de Lousada! V. pág. 181 da edição de 1946) e julgou poder afirmar a existência de um quarto livro. Herculano (*PMH, Scriptores* I, pg. 137) induzido pelo autor da *História Genealógica*, também não identifica o suposto quarto livro com o livro II da sua própria edição e acusa Lousada de ter inventado as tais «folhas antiquíssimas». Finalmente, Costa Veiga aponta a segura identidade das folhas a que se refere Herculano com o Livro II mas não vê que foi na *História Genealógica* (e não nas *Provas*) que aquele recolheu a suposta «afirmação» de Lousada sobre a sua descoberta nem identifica o primeiro dos Livros a que o capítulo da *Monarchia Lusytana* se refere com o mencionado Livro II. Francisco Brandão também diz que o chamado *Livro Velho* foi redigido por um contemporâneo de D. Pedro e que, se não fossem os prólogos, poderíamos crer que era o *Livro Velho* o verdadeiro *Livro do Conde*.

Quanto à época de redacção a atribuir ao primitivo *Livro do Conde* não me atreverei a indicá-la por enquanto. Tenho como certo que é anterior a 1344 por motivos que noutra ocasião declararei mas não me inclino a crer com D. Carolina Michaëlis que o Conde tenha terminado a sua obra antes da data da morte de seu pai — 1325 — (*Gr. Grundriss*, II, 2, 210, sem indicar as bases da sua afirmação) e de forma alguma posso aceitar a razão com que Soares Amora crê apoiar a opinião da grande romanista (*op. cit.* pg. 35). Penso que o Conde teria completado aquela compilação pouco depois de 1340 e que talvez tivesse já utilizado o *Livro Velho* como base, podendo por isso atribuir-se-lhe a curiosa combinação de dados do *Primeiro Livro* e do *Livro Velho* que encontramos em alguns títulos das refundições conhecidas da sua obra. No meu estudo já referido, explico os motivos de algumas destas afirmações e espero ter ocasião de analisar algum dia a maneira como no *Livro do Conde* se fundiram os dados dos dois nobiliários anteriores.

tória genealógica das casas reinantes da Península — castelhana, aragonesa, navarra, portuguesa — e do resto da Europa Ocidental — francesa e bretã —, resumo que, por sua vez, supõe outro fundo histórico: um esquema de história da antiguidade — romana, grega, hebraica, persa e mesopotâmica.

b) Título I

Se do Prólogo passamos ao Título I que contém a história hebraica, ou seja «a geeraçom do linhagem de Jesu Christo des Adam acá e dos rreys de Jerusalem e de Judea»⁽²⁷⁾, e o comparamos com o texto Villarense, vemos que ele não passa de uma transcrição da primeira parte do *Liber Regum*.

Raras vezes o *Livro das Linhagens* se afasta aqui da sua fonte e a maior parte dos casos em que o faz parece-me que se devem atribuir, quando se trata de omissões, a cortes voluntários ou devidos ao mau estado em que nos chegou o texto, quando se trata de aparentes acrescentamentos, a deficiências no texto que conhecemos do *Liber Regum* (ou a possíveis inovações da versão castelhana que supusemos).

Não me parece que se deva ver neste título a utilização de outra fonte, a não ser talvez em duas frases que não se encontram no códice Villarense e devem provir de uma fonte puramente cronológica que só por si não permitem identificar⁽²⁸⁾.

c) Título III

O mesmo que se dá no título I repete-se na primeira parte do título III, isto é, em tudo o que precede o epígrafe: «Dos godos e dos rrex que forom do seu linhagem...» Até este ponto, o texto do *Livro das Linhagens* é uma simples tradução, mais fiel ainda que no título I, da tentativa de história genealógica da antiguidade mesopotâmica, persa, grega, egípcia e romana do *Liber Regum*.

(27) *P M H, Script. I*, pg. 236.

(28) «Esta he a comta dos annos segundo ebraico des que Deus fez os ceos e a terra ataa que morreo Joseph dous mill e quatrocentos e oito annos. E quando emuiou nosso senhor Deus Moyses que fallasse com el rrey Faraó auia Moyses oytenta annos e Aarom seu irmaão oitenta e quatro annos... Esto foy acabado depois de trezentos e oitenta annos que sayrom os filhos de Israel do Egipto.» (*P M H, Script. I*, pg. 232).

O mesmo se não pode dizer da segunda parte do título. Logo no início, a incompletíssima lista dos reis godos que apresentava o *Liber Regum*, onde figurava como primeiro rei Cindus, ou seja Recesvindo e era esquecido mais adiante Ervígio, saltando-se de Bamba a Egica (e onde portanto não se mencionavam senão cinco nomes de reis até Rodrigo) não satisfaz o redactor da versão do *Livro das Linhagens*. Por isso interpolou uma lista de nomes de reis e de anos de reinado, destinada a preencher a lacuna anterior a Recesvindo. Não emendou contudo o original ali onde este omitia o reinado de Ervígio. Há um sinal claro da interpolação e da utilização de duas fontes no facto de não se ter reconhecido que o *Reçesindus* de uma fonte era o *Cindus* da outra e de se terem juxtaposto os dois nomes: «*Reçesindus rreynou XXIII annos. Depois destes rreys fizeram os godos huum rrey de seu linhagem que ouue nome Cindus*».

Confrontem-se os dois textos:

Liber Regum

Al tiempo que los godos passoron
mar estonz se mouie Mahomath de
Meca e fo predicant en Arabia e
conuertie grant gent en so lei. Era
dcLXII; del dia que Xps priso pas-
sion tro al dia que Mahomat se mouie
de Meca ouo DC menos VIII annos.
E Mahomat auia a la ora XLª annos.

Quando foron los godos entrados en
España leuantarón rei de lor lignage.

Livro das Linhagens

*Ao tempo que passaram os godos o
mar entom se foy Mafomede a Me-
ca, e foy preegar em Arabia e con-
uerteo grandes gentes assa ley. Des-
que Christus prendeo paixom ataa o
dia que Mafomede moueo a Meca
ouue seisçentos meos oito annos, e
Mafomede avia entom quorenta
annos.*

*Quando forom os godos entrados em
Espanha fezerom rrey de seu linha-
gem.*

Atallaricus rreynou XIII annos, e
começou na era de CCCCVI annos.

Depois ell rreynou Alaricus XXVIII
annos.

Adulfus rreynou VI annos.

Siguericus rreynou huum anno.

Valiam rreynou tres annos.

Tendericus rreynou XXXIII annos.

Tucrus Mutus rreynou huum anno.

Tendeficus rreynou XIII annos.

Ericus rreynou XVII annos.

Jhesalaicus rreynou XXIII annos.

Acalaricus rreynou V annos.

Tendus rreynou XII annos.

Tendicus rreynou dez annos.

[leuantaron rei de lor lignage] et est rei ovo nomne el rei Cindus e fo xiano, e quando murie el rei Cindus non lexo fillo nenguno e rremaso la tierra sines rei e nons acordoron las hientes de la tierra por auer rei e guerrioron se todos unos con otros grandes tiempos e pues accorderonse e fizieron rei por eleccion al rei Bamba, e fo muit buen rei. Era DCCX.

Est rei Bamba establee los arcebispos e los bispados de España dond ad ond fossen. Regno el rei Banba XII annos e pues empozonolo Eurigius, el nieto del rei Cindus qui era godo e murie assi e soterroronlo en Bragana. Quando fo muerto el rei Bamba regno Egica so fillo de Eurigius daquest qui auia empozonado al rei Bamba et no regno mas de dos annos. Murie Egica e rregno el rei Vatzianus qui fo del lignage de los godos.

Murie Vatzianus e rregno el rei Rodrigo en toda España e fo buen rei e conquirie muito. E pues por el consello de los fillos de Vatzianus e de so nieto del rei Rodrigo el comte don Julian entroron los moros en España.

(BAE, VI, pgs. 207-208)

Aguilla rreynou dous annos.
Atangilda rreynou sete annos.
Liubra rreynou tres annos.
Leouygildus rreynou XVIII annos.
Hermenegilldus foy marter.
Recaredus rreynou XV annos.
Liuba rreynou dous annos.
Sisabucus rreynou sete annos.
Vitericus rreynou VII annos.
Gundemarús rreynou II annos.
Recaredus rreynou poucos dias.
Sisanadus rreynou dez annos.
Cincilianus rreynou tres annos.
Tulgat rreynou dous annos.
Qualdesinus rreynou VI annos.
Reçesindus rreynou XXIII annos.

Depois destes rreys fezerom os godos hum rrey de seu linhagem que ouve nome Cindus. Este rrey foy christão. E quando morreo Cindus nom leixou fillo nenhum e ficou a terra sem rrey.

Quando acordaram as gentes da terra pera averem rrey guerrearamse todos huuns com os outros grandes tempos. E depois acordaramse per emliçom e fezerom rrey Bamba, e foy muy boom rrey, e foy na era de seteçentos e dez annos.

este rrey Bamba estabelleço os bispos das terras cada hum domde fosse. E rreynou XII annos, e depois empeçonhentou Ourigus, o neto de rrey Cindus que era godo, e morreo assy e soterraromno em Bragaa.

Quando foy morto rrey Bamba reynou Egípta seu fillo de Vrigus do que empeçonhentou rrey Bamba, e nom rreynou mais de dous annos.

Morreo Egípta seu fillo de Vrigus e rreynou Matizanus que foy do linhagem dos godos.

Morreo Matizanus e rreynou rrey Rodrigo em toda Espanha. E depois per comselho de hum seu neto de rrey Rodrigo e do comde Juliam entraron os mouros em Espanha.

(P M H, Script., I, 248)

A partir de este ponto, continuam concordando as duas obras naquilo que narram de Rodrigo e da invasão muçulmana.

Coincidem também no breve relato dos reinados de Pelaio, Favila (chamado no nobiliário, equivocadamente, Fruylla e Fruella), Afonso o Católico e Fruela I. O texto do *Livro das Linhagens* apresenta, porém, nesta parte algumas inovações significativas. Ao falar de Pelaio, acrescenta o epíteto «o montesinho» totalmente estranho àquela fonte assim como a designação de «montesinhos» dada um pouco atrás aos asturianos. Ao lembrar a Cova das montanhas onde se refugiaram os que quiseram fugir à dominação árabe, diz o *Liber Regum* que Pelaio «estaua en una cueua en Asseua». No *Livro das Linhagens* corresponde a esta frase: «estaua em huma coua na serra que dizem Ongra». De Favila diz o nobiliário que reinou dous anos, o que se não encontra nem na primeira nem na segunda redacção do *Liber Regum*. Enfim, só o *Livro das Linhagens* chama a Afonso I: «o catolico»; só ele indica a era da sua morte e o lugar da sua sepultura, assim como os anos de reinado do seu sucessor, Fruela I.

À morte de D. Fruela seguia-se no *Liber Regum* o reinado de Afonso, o Casto, isto é, saltavam-se os reinados de Aurélio, Silo, Mauregato, Vermudo I. De todos estes reinados aparece uma breve menção no *Livro das Linhagens*, limitada ao número de anos de reinado e ao lugar da sepultura.

A referência a Afonso, o Casto, é muito diversa numa e noutra obra. A do *Livro das Linhagens* é idêntica às anteriores e vê-se que é colhida na mesma fonte.

O *Liber Regum* esquecia todos os sucessores do rei Casto para supor um estranho e longo interregno do qual só se saíra com a eleição dos juizes de Castela. Isto é, terminava neste ponto a história de Leão para saltar inesperadamente para a origem da casa reinante de Castela. De outra fonte provêm, portanto, as referências do *Livro das Linhagens* aos reis leoneses, de Ramiro I a Vermudo III. Há aqui, intercalados entre as menções de cada rei, seus anos de reinado e lugar de sepultura, uns breves apontamentos sobre certos factos históricos. O mais importante diz respeito à traição feita por Ordonho II aos condes de Castela e à consequente eleição dos juizes. Este apontamento encontra-se deslocado, pelo menos no texto que conhecemos do nobiliário, visto que está erradamente referido a Ordonho III. Outro apontamento, referente à saída do convento de Afonso, o Monge (nome erradamente substituído por «dom Hordonho» já veremos como) e sua tentativa para recuperar o reino, tem a particularidade de conter uma citação a certa «crónica»: «E segundo

conta a crónica sayosse da ordem e quis tornar ao rreyno...»⁽²⁹⁾. Resta notar que houve deturpações no texto que chegou até nós, devido às quais aparentemente faltam os reinados de Ordonho, o Mau, e de Ramiro III entre os de Sancho, o Gordo, e de Vermudo II. A verdade é que a referência a Ramiro III está deslocada para depois de Vermudo II e há um vestígio da referência a Ordonho, o Mau, naquele «dom Hordonho» que substitui Afonso, o Monge, no passo de que acima falei.

Depois da genealogia dos reis de Leão terminar em Vermudo III, volta-se no *Livro das Linhagens* à eleição dos juizes de Castela de modo a explicar a origem dos seus reis. Novamente o nobiliário segue o texto do *Liber Regum* com fidelidade quase absoluta até chegar a Fernando, o Magno. Limita-se a interpolar: um dado genealógico curioso (a existência de uma irmã do conde Fernam Gonçalves que se dá como casada com Trastamiro Aboazar, neto do rei Ramiro, casamento de que derivará a família dos da Maya)⁽³⁰⁾ e alguns dados cronológicos, como as datas da morte de Garcia Fernandes, de Sancho Garcia e do infante Garcia.

d) Título IIII

O título IIII contém a história dos reis de Castela a partir da união do antigo condado com o reino de Leão sob o governo de Fernando I. O início do reinado deste rei é idêntico ao do *Liber Regum*. O nobiliário depressa se afasta contudo desta fonte e de aí ao fim do título e da genealogia de Castela só volta por vezes casualmente a coincidir com factos nela narrados. Nunca coincide com a sua redacção. Vê-se claramente que está seguindo outra fonte.

O final deste título, referente à morte de Afonso XI, é evidentemente acrescentado ao texto primitivo. Para supor que tivesse saído da mão de D. Pedro era preciso admitir que este só completara o *Livro* depois de 1350 nos seus últimos quatro anos de vida ou seja depois de ter escrito o seu próprio testamento⁽³¹⁾. Tudo isto é evi-

(29) *P M H, Script.* I, pg. 249.

(30) É este um dos exemplos de uma significativa tendência do nobiliário do Conde D. Pedro a relacionar famílias portuguesas com certos heróis da épica castelhana. A este aspecto da redacção do *Livro das Linhagens* me espero referir em outra ocasião.

(31) No testamento datado de 30 de Março 1350, deixava D. Pedro, como se sabe, o seu *Livro das Cantigas* a Afonso XI, ignorando que o rei de Castela morrera dias antes.

dentemente inadmissível. Estou seguro, como atrás disse em nota, que o nobiliário foi completado na forma em que o deixou o Conde antes de 1344. O acrescentamento aqui feito consistiu contudo talvez só na última frase: «Este rrey morreo muy mançebo e jaz em Sevilha»⁽³²⁾. A menção do Salado que se encontra na frase anterior é muito provável que se deva ao próprio Conde de Barcelos. E, no que precede esta frase, suponho que só o título de rei, dado incidentalmente a D. Pedro foi uma alteração de um copista ou refundidor posterior a 1357.

e) Título V

O título V do *Livro das Linhagens* trata dos reis de Navarra e Aragão. Limita-se a traduzir o que dos mesmos reis dizia o *Liber Regum*, sem procurar sequer actualizar a genealogia, prolongando-a até à época em que o Conde D. Pedro escrevia. O último rei de Navarra de que se fala é Sancho, o Forte, morto em 1234. Quanto aos reis de Aragão, limita-se a acrescentar, ao falar de Pedro II que devia ser, como atrás disse, o último rei mencionado na primitiva redacção do *Liber Regum* (completada na segunda com a indicação de que já reinava o seu filho D. Jaime), a errada frase a que me referi atrás: «el rrey dom James que foy padre da rrainha dona Isabel que foy madre del rey dom Affonso o quarto de Portugal»⁽³³⁾. A frase exacta seria evidentemente: «dom James que foy padre de dom Pedro que foy padre...» e possivelmente deve-se o texto actual a um simples erro de copista que saltou de um passo a outro igual imediatamente posterior.

f) Título VI

Finalmente, nada alterou o redactor do *Livro das Linhagens* naquilo que a sua fonte lhe dizia dos reis de França. A fidelidade da transcrição foi tal que, ao ler no *Liber Regum*, a respeito do rei Filipe Augusto então reinante (antes de Julho de 1223), a frase «qui agora es rey de França»⁽³⁴⁾ (mantida na segunda redacção «que

⁽³²⁾ *P M H, Script.* I, pg. 250.

⁽³³⁾ *P M H, Script.* I, pg. 251.

⁽³⁴⁾ *Bol. Ac. Esp.*, VI, pg. 215.

agora es rey de Francia») ⁽³⁵⁾, a traduziu e conservou: «rrey Philipe que agora he» ⁽³⁶⁾.

Esta frase tem chamado a atenção de quantos, desde Herculano até hoje, têm estudado o *Livro das Linhagens* do Conde. Foi uma das bases de Herculano para afirmar que a obra «não é mais do Conde D. Pedro que de dez ou vinte sujeitos diversos» ⁽³⁷⁾. E, ainda há poucos anos, repetiu Rodrigues Lapa o argumento empregado por Herculano ⁽³⁸⁾. Gonzaga de Azevedo, que pretendia com razão reivindicar para o Conde de Barcelos a autoria, senão de todo, pelo menos da maior parte do texto conhecido do *Livro* e afastar assim a teoria da criação colectiva defendida por Herculano, não encontrou melhor solução perante este passo senão supor uma deturpação posterior e intencional do título VI a que faltariam frases precisamente antes da relativa «que agora he». O texto, segundo ele, devia conter uma alusão à origem francesa do Conde D. Henrique de modo a derivar da genealogia dos reis de França a dos reis de Portugal. Como não a contém, supõe Gonzaga de Azevedo que o alteraram propositadamente de modo a suprimi-la e, sobre esta prova unida a outras de valor semelhante, pretende construir uma tese fundamentalmente falsa ⁽³⁹⁾.

António Soares Amora foi, finalmente, o primeiro a lembrar, na obra já mencionada, que a frase podia derivar de uma fonte anterior: «um descuido de redactor... copiando uma fonte histórica...» ⁽⁴⁰⁾.

Fonte das interpolações

De onde provém a matéria das interpolações e aditamentos feitos ao texto do *Liber Regum*, nos títulos III e IIII?

Para o determinar e evitar um fácil equívoco é preciso começar

⁽³⁵⁾ Florez, *Memorias de las Reinas catholicas* I, pg. 492.

⁽³⁶⁾ P M H, *Script.* I, pg. 253.

⁽³⁷⁾ P M H, *Script.* I, pg. 131.

⁽³⁸⁾ Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa, Época medieval*, 2.^a edição, Lisboa 1943, pg. 215.

⁽³⁹⁾ Gonzaga de Azevedo alude, para provar a deturpação, ao facto de, em certa altura, se encontrar a frase «ouue filho Philipe o grande Hugom» em que as últimas três palavras estariam deslocadas. Ora essas palavras encontram-se já no texto publicado por Florez onde se lê no passo correspondente «ovo fillo al Rey Philip et al grand Hugon» (*Memorias de las Reinas Catholicas* I, pg. 491), V. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, IV, Lisboa, 1942, pg. 289.

⁽⁴⁰⁾ O *Nobiliário do Conde D. Pedro*, São Paulo, 1948, pg. 34.

por afirmar e admitir uma verdade que só a publicação dos textos das duas redacções que teve a *Crónica de 1344* permitirá demonstrar com evidência: ao contrário do que alguma vez se supôs, o autor do *Livro das Linhagens* não utilizou como fonte a *Crónica Geral de 1344*. É preciso pôr de parte a hipótese dessa utilização que uma análise comparativa atenta e minuciosa dos dois textos afasta definitivamente e procurar para as coincidências entre ambos outra ou outras explicações ⁽⁴¹⁾.

Posto isto, podemos procurar em textos anteriores a origem das notícias da história dos godos e da história de Astúrias, Leão e Castela com que se completa o texto deficiente do *Liber Regum*.

Destas notícias, as que mais claramente revelam a sua proveniência são as da história de Castela e particularmente da parte mais recente dessa história, a partir de Fernando, o Magno. Começaremos por isso pelo fim, isto é, pelo título IIII e iremos recuando gradualmente até à história dos Godos.

À primeira vista seríamos tentados de apontar a *Primeira Crónica Geral* como fonte de quase todo este título ⁽⁴²⁾. Certas particularidades afastam contudo esta suposição ou, pelo menos, impedem de formulá-la desta maneira simplista. Nem no texto da *Primeira Crónica* que Menéndez Pidal publicou em 1906 (*Nueva Biblioteca de Autores Españoles*, V) se diz que Afonso VIII «morreo com gram sanha que ouue del rrey de Portugal porque nom quis hir a ssas vistas, temdosse por desdenhado» ⁽⁴³⁾ nem que o involuntário causador da morte de Henrique I foi «huum do linhagem de Mendonça» ⁽⁴⁴⁾. Estes dois pormenores são suficientes para lembrar-nos outro grupo de Crónicas. E, ao encontrarmos no *Livro das Linhagens*, aplicado a Pelaio, o epíteto de «montesinho» que só uma de entre elas lhe atribui e verificarmos que de esta mesma Crónica podem provir todas as outras notícias da história de Castela e Leão anteriores a Fer-

⁽⁴¹⁾ No estudo que acompanhará a minha edição da *Crónica* faço esta análise, para a qual é particularmente importante ter em conta a primeira redacção da Crónica, unicamente representada hoje em dia pela tradução castelhana contida no códice 2-I-2 da Biblioteca Real de Madrid. Este texto, assim como os textos castelhanos da 2.^a redacção, serão em breve publicados sob a direcção de D. Ramón Menéndez Pidal.

⁽⁴²⁾ Foi, como atrás vimos, a hipótese de D. Carolina Michaëlis.

⁽⁴³⁾ *P M H, Script.* I, pg. 250.

⁽⁴⁴⁾ «ajutousse a saña cõna enfermidade e foy logo morto» (fol. 219 c) «hũ donzel do linagem de Mendoça» (fol. 222 c), *Ms. 8817 da Biblioteca Nacional de Madrid*.

nando IV⁽⁴⁵⁾ e posteriores a Ramiro I com que o texto do *Liber Regum* é completado no *Livro das Linhagens*, não podemos deixar de reconhecer nela a fonte destas interpolações. Trata-se de uma variante da parte da *Primeira Crónica Geral* posterior à ascensão de Fernando, o Magno ao trono de Leão, ou seja, ao início do seu reinado como soberano de Leão e Castela. Esta variante, de que existem muitos manuscritos, foi designada por Menéndez Pidal com o nome de *Crónica dos Reis de Castela* ou mais simplesmente *Crónica de Castela*. Por sua vez a primeira parte desta *Crónica de Castela* pode-se identificar com a *Crónica particular do Cid*, publicada pela primeira vez em Burgos em 1512, segundo um manuscrito conservado em S. Pedro de Cardena. A chamada *Crónica de Castela* caracteriza-se, em relação ao texto publicado da *Primeira Crónica* (o da

(45) Não é fácil dizer se as notícias posteriores a Afonso X também provêm da Crónica a que me estou referindo porque não se pode afirmar com segurança em que reinado terminava. Sabemos contudo que em alguns manuscritos attingia o reinado completo de Fernando IV. Um testemunho tanto mais interessante que se refere a um texto da 2.^a parte desta Crónica, existente no século XVI em Portugal e possuído em Évora por Fernam Nunes de Leão, diz-nos que esse texto ia até à morte deste rei e os pormenores que nos dá dessa morte coincidem perfeitamente com os que dá o *Livro das Linhagens* (e não apresenta a *Crónica de 1344*). Trata-se das palavras de Vaseo: «Alfonsus Vndecimus pater Regis Petri Crudelis, secundo iussit colligi atque ordinatus digeri Hispanorum historias, eius exemplar esse puto quod mihi commodato dedit Eborae vir ornatu ac probus Ferdinandus Nonius Leo iuris Caesaris Licenciatus in quo libro est historia Regum Castellae a Ferdinando Magno usque ad finem Ferdinandi Quarti, eius qui in ciuitati Giennensi mortuus est, die sibi dicto ab iis quos iniuste iusserat de rupe praecipitari qui Ferdinandus fuit pater huius Alfonsi Vndecimi de quo nunc loquimur». *Chronicon*, Salamanca, 1552, cap. IV num. 25, citado por Menéndez Pidal — *Cronicas Generales de España*, 3.^a edição, Madrid, 1918, pg. 136.

Notemos que Vaseo se referia provavelmente a um texto castelhano e não à tradução galego-portuguesa de que adiante falo: de outro modo não atribuiria a autoria da *Crónica* a Afonso XI ou pelo menos não deixaria de apontar a particularidade da língua. Outros manuscritos da *Crónica* terminam com Afonso X. Outros com Fernando III, como o ms. Esc. X-i-11 e o texto galego-português que consultou Pedro Mantuano na biblioteca do condestável de Castela D. Bernardino Fernandez de Velasco e era provavelmente o que se conserva na Biblioteca Nacional de Madrid: «Una crónica manuscrita en pergamino desde el rey don Ramiro el primero hasta el rey don Fernando el Santo». (*Advertencias a la Historia de Mariana*, Madrid, 1613, fol. 241, citadas por Menéndez Pidal, *Cronicas Generales de España*, pg. 150. A breve referência do *Livro das Linhagens* a Afonso XI, contemporâneo, parente e amigo do Conde D. Pedro, pode, como atrás se disse no texto, não provir de nenhuma fonte escrita e talvez se deva simplesmente atribuir ao autor do *Livro*.

sua versão régia — v. Menéndez Pidal, *Estudios Literarios*, Buenos Aires 1944, pág. 157-159) pela ampliação da parte referente à juventude do Cid e por uma redacção diversa e muitas vezes independente dos reinados posteriores.

Menéndez Pidal considerou a *Crónica de Castela* como um todo e deu-lhe na sua árvore genealógica das Crónicas um lugar bastante diverso daquele que creio se lhe deve atribuir ⁽⁴⁶⁾. A existência, entre os quatro manuscritos castelhanos da *Primeira Crónica Geral* que atingem a parte posterior a Fernando I, de dois em que essa parte é formada precisamente por essa variante, os manuscritos G (X-i-11 da Biblioteca do Escorial) e B (1347 da Biblioteca Nacional de Madrid) ^(46a) e a concordância desses manuscritos com uma tradução galego-portuguesa em que essa Variante também figura como segunda parte da *Crónica Geral*, fazem-me crer que a *Crónica de Castela* foi inicialmente concebida como parte final de uma *Variante da Primeira Crónica Geral* e não como obra independente.

É com esta Variante da Primeira Crónica e muito provavelmente com a sua tradução galego-portuguesa que me parece dever relacionar as interpolações do *Livro das Linhagens*. Encontramos esta tradução completa num códice do século XIV da Biblioteca Nacional de Madrid (ms. 8817, antigo X-61, sigla A em *La Leyenda de Los Infantes* e na edição da *Primeira Crónica*). A primeira parte, terminada com uma referência que anuncia o início da segunda, conserva-se em outro manuscrito, também do século XIV, da Biblioteca do Palácio Real (ms. 910, antigo 2-H-3, sigla A'). Finalmente esta tradução foi transcrita na íntegra na *Crónica galego-portuguesa de 1404* onde a

(46) Não é aqui lugar próprio para precisar esta afirmação nem para expor detidamente as bases em que assenta. Limitar-me-ei a dizer que considero necessário recuar a data de redacção da *Crónica de Castela* para antes da da Crónica de 1344. Note-se que a primeira já aparece, traduzida e numa redacção visivelmente posterior à redacção castelhana primitiva contida no ms. X-i-11 do Escorial e, por exemplo, no ms. 8539 da Biblioteca Nacional de Madrid, no ms. 8817 desta última Biblioteca, contemporâneo e talvez anterior à *Crónica de 1344* e ao *Livro das Linhagens* e que esse códice não é certamente o original da tradução. Noutra ocasião apresentarei os argumentos tirados da análise interna do texto que me levam à mesma conclusão. — Sobre tudo quanto se refere à *Crónica de Castela* ver a obra citada de Menéndez Pidal, pgs. 135 e segs.

(46a) Descritos por Menéndez Pidal, *La Leyenda de los Infantes de Lara*², Madrid, 1934, pgs. 384-386; para o ms. X-i-11 do Escorial, v. J. Zarco Cuevas, *Catálogo de los manuscritos castellanos de la Real Biblioteca de El Escorial*, II, Madrid, 1926, pgs. 457-458 e, para o ms. 1347 da Biblioteca Nacional, o que diz G. Cirot no *Bulletin Hispanique*, XIV, (1912), pg. 245, nota.

precede uma tradução de parte da Compilação de fontes latinas organizada pelo bispo Pelaio de Oviedo e uma derivação de certa fonte arturiana mal determinada. O reinado de Afonso VI está, além disso, ampliado com uma larga derivação da *Conquista de Ulramar* ⁽⁴⁷⁾. É natural, embora não seja possível prová-lo, que D. Pedro tenha utilizado esta tradução, certamente anterior à época em que compilou o seu *Livro*, e não o original castelhano.

A tradução galego-portuguesa começava, como o provam os dois manuscritos conservados e a *Crónica de 1404*, pelo reinado de Ramiro I. É preciso portanto procurar a fonte utilizada para a época anterior. Os elementos de que dispomos para o fazer são poucos e são sobretudo muito falíveis. Trata-se de números de anos de reinado e de datas. Pode-se imaginar a facilidade com que os copistas introduziam erros em números quando a transmissão de outros dados, v. g. os nomes próprios, estava sujeitos às variações que se conhecem. Empreendi contudo a análise, por pouca confiança que tivesse nos resultados. Confrontei os números de anos de reinado do *Livro das Linhagens* com os da *Primeira Crónica* e os das principais fontes latinas de que com mais probabilidade se poderia ter servido o compilador do nobiliário: o Toledano ⁽⁴⁸⁾, o Tudense ⁽⁴⁹⁾, o *Corpus* atribuído a Pelaio de Oviedo ⁽⁵⁰⁾. Fi-lo tanto para os reis asturianos anteriores a Ramiro I como para os reis godos. Os resultados desta rudimentar estatística foram curiosos e, ao contrário do que seria de esperar, têm pelo menos um valor de probabilidade. Em muitos casos o número dado pelo *Livro das Linhagens* não concorda com nenhuma destas fontes. Supus aqui um erro evidente de transmissão e prescindi desse número. Em muitos outros coincide com alguma ou algumas das fontes e a proporção em que o faz é significativa.

Entre as várias fontes analisadas, aquela que com uma regularidade verdadeiramente notável apresenta mais vezes dados coinci-

⁽⁴⁷⁾ V. Menéndez Pidal. *La Crónica General de 1404* em *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, tomo IX, 1903, pg. 34 e segs.

⁽⁴⁸⁾ *Collectio Patrum Ecclesiae Toletanae*, III, Matriti, MDCCXCIII.

⁽⁴⁹⁾ *Hispaniae Illustratae*, IV, Francofurti, 1606.

⁽⁵⁰⁾ Utilizei o ms. 1513 da Biblioteca Nacional de Madrid em letra do século XIII, o mesmo que serve de base à edição de B. Sanchez Alonso, Madrid, 1924, por ser provavelmente uma cópia directa do manuscrito original perdido. Para certos confrontos, servi-me do manuscrito 1346, em letra do século XVI, anotado por Ambrosio de Morales.

dentes com os do *Livro das Linhagens* é a compilação de Pelaio de Oviedo⁽⁵¹⁾.

É portanto muito provável que a fonte aqui utilizada seja um exemplar do *Corpus Pelagianum* ou uma compilação que fosse principalmente constituída por esse *Corpus*. A probabilidade cresce se atentarmos em que os nomes dos reis godos estão transcritos em latim e não em romance como se lêem na *Primeira Crónica*, o que indica a utilização de uma fonte latina, e também em que a *Crónica galego-portuguesa de 1404*, que transcreve uma das fontes do *Livro das Linhagens* — a tradução galego-portuguesa da variante da *Primeira Crónica* a que nos referimos — e utiliza uma fonte arturiana que muito possivelmente está relacionada com a fonte do título II, transcreve também uma parte do *Corpus* de Pelaio. Tudo isto nos faz pensar numa colecção de fontes sucessivamente utilizada pelo autor do nobiliário e pelo autor da *Crónica de 1404*.

(51) Assim, para os reis asturianos anteriores a Ramiro I, os sete dados numéricos do *Livro das Linhagens* concordam com os sete dados correspondentes desta compilação, ao passo que só duas vezes coincidem com os da *Primeira Crónica* e do *Toledano* e três vezes com os do *Tudense*. Quanto aos reis godos, de vinte dados numéricos aproveitáveis até Bamba, onde recomeça a seguir-se o *Liber Regum* como fonte, dezanove concordam com os de Pelaio. O único caso em que há afastamento tem contudo certa importância. Trata-se do número de anos de reinado de Sigerico: S. Isidoro não os especificava e o mesmo faz Pelaio ao transcrever a sua *Crónica* na compilação; já o mesmo se não dá com o *Toledano* e com o *Tudense*: o primeiro atribui-lhe um ano de reinado e o segundo três anos. O *Livro das Linhagens* concorda com o *Toledano*. Em compensação registam-se duas concordâncias entre o nobiliário e o *Corpus Pelagianum* que os afastam em comum de todas as outras fontes aqui consideradas. Trata-se dos anos de reinado atribuídos a Cindasvindo e Recesvindo, sobre os quais há grandes divergências devidas essencialmente a já não estarem contidos estes reinados na crónica isidoriana. Tanto Pelaio como o *Livro das Linhagens* atribuem seis anos de governo ao primeiro e vinte e três anos ao segundo, divergindo apenas no facto de Pelaio indicar além dos anos, os meses e os dias, o que não faz o nobiliário. Perante esta quase total concordância com Pelaio, encontramos apenas onze coincidências com a *Primeira Crónica*, dezasseis com o arcebispo de Toledo e treze com Lucas de Tui.

Há uma fonte mais antiga não incluída nestas compilações embora utilizada pela de Pelaio, que, se por um momento atentarmos nela, chamará a nossa atenção. Refiro-me à *Crónica Albeldense*: com efeito nela se atribui um ano de reinado a Sigerico e seis e vinte e três anos respectivamente a Cindasvindo e Recesvindo: isto é, a concordância do *Livro das Linhagens* com esta fonte é ainda mais perfeita do que com a compilação de Pelaio que se cingia mais rigorosamente ao texto de S. Isidoro. Uma grave dificuldade se levanta contudo perante a hipótese já por si tão estranha da utilização desta antiga fonte pelo autor do nobiliário. Não se encontra nela nada que possa justificar as frases:

Uma dúvida se pode contudo levantar perante a leitura do parágrafo dedicado aos reis de Leão no nobiliário. Há uma perfeita identidade de estilo entre a parte que, segundo o que até agora temos visto, parece derivar do *Corpus Pelagianum*, isto é, a parte anterior a Ramiro I, e a parte que poderia derivar da variante da *Primeira Crónica*, ou seja a parte posterior a Ramiro I. Isto já se não dá por exemplo no que diz respeito à história dos reis de Castela contida no título IIII, cujo estilo é muito diverso do do parágrafo a que nos estamos referindo pela maior abundância de factos e pela menor rigidez do esquema — nome do rei, anos de reinado, lugar de sepultura — que nos parece quase esquecido. Por outro lado sabemos que o *Corpus* de Pelaio não terminava ao referir o reinado do antecessor de Ramiro I, Afonso, o Casto. E a pergunta pode surgir: não derivará todo este parágrafo sobre os reis de Leão da mesma fonte?

Procedi sobre os dados numéricos da sua segunda parte à mesma análise atrás realizada com os da primeira. E o resultado foi bastante claro. O maior número de probabilidades também recai aqui sobre a compilação do bispo de Oviedo⁽⁵²⁾.

«Hermenegildus foy martir... Recaredus rreynou poucos dias». (*P M H, Script.*, I, pg. 248). Já o texto de Pelaio as explica. Que concluir de tudo isto? Que o maior número de probabilidades recai sobre o *Corpus Pelagianum*; mas que teríamos de supor um texto dessa compilação em que se encontrasse uma variante no texto de S. Isidoro que attribuisse um ano de reinado a Sigerico. Ou então uma compilação mista em que além da compilação de Pelaio se tivesse incluído a *Crónica Albeldense*. Por forçada que pareça à primeira vista esta segunda hipótese, não é tanto se atentarmos na constituição do célebre *Livro Velho de Alcalá* onde se encontram no mesmo códice do século XII a *Albeldense* e uma parte do *Corpus* de Pelaio (Ms. 1538 da B. N. de Madrid e muitos outros dele derivados). E, se não posso dizer que o códice que se utilizou na refundição do *Liber Regum* era derivado de este, é que a parte do *Corpus* ali incluída não contém precisamente os pormenores da história dos reis godos a cuja falta no *Albeldense* acima me referi. Pode-se supor contudo uma compilação semelhante mas que contivesse toda a obra de Pelaio. A frequência de «cronologias» nesses códices explicaria os dados cuja interpolação notámos no título I.

(52) Em oito casos, sete coincidências com Pelaio e sete com o *Tudense*, cinco com a *Primeira Crónica* e com o *Toledano*. Afastado o *Tudense* que não temos motivo algum para aceitar aqui quando nos casos anteriores não recaía sobre ele qualquer probabilidade, verificamos que aqui também somos atraídos pela hipótese da utilização de Pelaio. Há com efeito três casos, os anos de reinado dos tres Ordonhos, I, II, e III em que o *Livro das Linhagens* se afasta deliberadamente da *Primeira Crónica* e coincide com os dados do bispo de Oviedo; um só, os seis anos de reinado atribuídos a Ramiro I, em que se dá o caso contrário. Isto é tanto mais importante que, para o número de anos atribuídos a Ordonho II e a Ordonho III, não subsiste a hesitação entre Pelaio e a *Crónica Albeldense*

Além disso, tudo o que, à parte dados numéricos, se encontra no nobiliário, pode provir tanto da *Primeira Crónica* como desta outra fonte mas talvez o nome «Almodar Branco» dado a um dos condes de Castela em contraste com todas as crónicas em língua vulgar onde se lê «Almodar Alvo» possa fazer-nos pensar de preferência numa fonte em latim. É mais fácil que perante o «Alvus» de um texto latino o tradutor escrevesse «Branco» que perante o «Alvo» de uma fonte romance o copista julgasse dever alterar e traduzir.

Quer isto dizer que não conheceu o compilador do *Livro das Linhagens*, a primeira parte da variante ampliada da *Primeira Crónica*, de Ramiro I a Vermudo III? Certos dados do parágrafo seguinte dedicado aos juizes e condes de Castela vêm-nos fazer crer que assim não foi. Nem o *Corpus Pelagianum* nem qualquer das outras fontes latinas consignava as datas da morte dos condes de Castela ali interpoladas no texto do *Liber Regum*. É muito provável que a fonte onde foram colhidas fosse essa primeira parte da variante da *Primeira Crónica* ⁽⁵³⁾. O que se deu foi um caso de opção entre duas fontes: a mais breve e esquemática, a fonte latina, foi a que se preferiu até à morte de Vermudo III.

Conclusões

A fonte principal do esquema de história genealógica universal que inicia o *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro, se exceptuarmos o título que abrange a história dos reis da Bretanha, é o *Liber Regum*, fonte navarro-aragonesa dos inícios do século XIII, que o autor do nobiliário conheceu provavelmente através de uma tradução castelhana pouco posterior. Nenhuma outra fonte utilizou nem parece ter conhecido o Conde de Barcelos para a história antiga hebraica, egípcia, mesopotâmica, grega e romana e de nenhuma outra se serviu para a história navarra, aragonesa e francesa. Limitou-se a transcrevê-las tais como se encontravam na fonte seguida, sem as completar nem modificar e até sem se preocupar em actualizar as genealogias.

Notou contudo as graves deficiências da história dos Godos e de

visto que esta última termina anteriormente, em Afonso III. Quanto a Ordonho I, Pelaio e a *Albeldense* concordam e, no que respeita a Ramiro I, ambas as fontes lhe atribuem os mesmos sete anos de reinado. Os seis que aponta o *Livro das Linhagens* ou serão um erro de transmissão (VI por VII) ou demonstrarão uma influência isolada da *Crónica de Castela*.

⁽⁵³⁾ Embora eu me incline para a solução expressa, não é contudo possível afastar completamente a possibilidade da utilização directa de fontes analísticas. As *Efemérides da Rioja* consignavam a morte dos Condes de Castela.

Leão e Castela que continha o *Liber Regum* e, procurou remediá-las interpolando ou modificando o texto desta obra com o auxílio de outras fontes. Essas fontes foram a tradução galego-portuguesa de uma variante da *Primeira Crónica* e provavelmente um exemplar da compilação historiográfica de Pelaio de Oviedo. Da primeira se serviu no que diz respeito à história dos reis de Castela posteriores a Fernando, o Magno, e em alguns dados intercalados anteriormente. Da segunda, na história dos reis Godos e na dos reis de Leão até Vermudo III.

Se tentamos comparar o modo de formação desta tentativa de história geral com o das análogas obras castelhanas contemporâneas ou imediatamente anteriores, reconhecemos uma grande diferença no número das fontes utilizadas. A escassez das fontes do nobiliário contrasta singularmente com o riquíssimo repertório de que dispunham Afonso X e os seus colaboradores. Temos também a sensação de que é um pouco o acaso que traz ao conhecimento do autor do nobiliário as fontes que utiliza e que não há um critério seguro nem sequer uma intenção bem definida na sua procura e escolha. Em tudo se manifesta uma espécie de inexperiência, explicável numa historiografia incipiente que, se se apoiava no exemplo da castelhana, não tinha atrás de si, como a de Afonso X, a poderosa e longa tradição de uma escola de historiadores latinos que produziu poucos anos atrás obras do valor das de Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo.

Verificámos atrás que a historiografia portuguesa representada pelo *Livro das Linhagens* sentiu em comum com a castelhana a necessidade de colocar a história nacional no seu fundo próprio, a história universal. Poderemos notar agora uma particularidade que afasta as primeiras manifestações das duas historiografias: a primeira obra histórica em língua castelhana foi uma crónica geral, inspirada por um sentimento nacional e até ibérico. A obra que é seguramente a primeira compilação histórica de origem portuguesa e redigida em português é também o primeiro *Livro das Linhagens* da Península, obra genealógica, inspirada portanto por um sentimento mais particularista: curiosidade pela origem dos indivíduos, entusiasmo pelos feitos individuais.

Não me atreverei a formular uma explicação para esta divergência. Mas talvez não se deva atribuir a um puro acaso e radique em motivos profundos de ordem individual, social e talvez nacional.

Al margen de las influencias provenzales

El estudio de las influencias en la literatura fué siempre uno de los más difíciles, tanto por los conocimientos eruditos que para él se requieren, como por los problemas de gusto literario que de continuo se le plantean al investigador y que éste debe resolver. No cabe duda de que en algunos de los problemas que se les presentan a los medievalistas, la mayor dificultad consiste en tratar de coordinar los resultados de los especialistas según las conclusiones de los varios campos de la especialización. Sin embargo, también acerca del problema de la especialización no es posible dejar de ver cuánto vale una visión exacta de la pluralidad de los campos de la especialización misma. Además del conocimiento de los problemas de «buen gusto», que plantean las particulares personalidades poéticas, será necesario recurrir a la ayuda de las obras teóricas (poéticas y filosóficas: ejemplar el libro de Faral, *Les arts poétiques du XII^e et du XIII^e siècle*, Paris, Champion, 1924) de las — en apariencia más alejadas — obras históricas, de arte narrativo, de religión, de política y hasta de la hagiografía, lingüística y gramática. Son campos similares los que están incluidos dentro de la historia de las artes figurativas y de la música. Pero siempre es decisiva una experiencia dentro de los campos científicos, en el sentido de investigar cual era el estado de los progresos técnicos en la época estudiada. Paralelamente a estos campos quedan los de las varias literaturas nacionales; se trata, es claro, de los problemas que se presentan en el estudio comparado de las literaturas. Desde este ángulo visual se comprende cual puede ser la importancia del estudio de las influencias (que pueden estar constituidas por pasajes de un autor a otro autor o de grupos literarios a otros grupos o de características nacionales a características de otras naciones). En general es fácil comprender que la literatura, como la historia concreta, es un campo vivo, en continua transformación, y del cual es difícil dar las reglas generales, precisamente porque la esquematización es algo que (si a menudo útil didáctica y prácticamente) por su naturaleza misma se

opone al ritmo ligero y concreto de los fenómenos poéticos. Sin embargo, en vez de decir desde un comienzo cuales son los problemas que se proponen al análisis científico, el especialista quiere dar, a menudo, una explicación teórica y abstracta de esos fenómenos, los más frágiles y peligrosos de todos los que tiene que tratar la ciencia en general. Y, ya que hemos tratado aquí de los problemas del «buen gusto» literario, conviene destacar que a este término le damos su mayor amplitud. No hay duda que existen críticos (que se oponen a la posición de los especialistas) que no caen en el error de aceptar *ab extra* una posición de buen gusto poético: son a menudo los poetas-críticos los que trascienden su especulación empírica hasta conceptos renovadores de la crítica; sin embargo los estudios de esos críticos no pueden pretender la objetividad que permanece como nómeno en ellos y que constituye la única base de una crítica científica. El problema está en superar los obstáculos sin buscar —con mayor o menor astucia— evitarlos. Uno de los métodos para llegar a esa objetividad podría ser el examen comparado de los textos literarios. Por desgracia, los campos abiertos al examen y a la comparación son muchos, y el camino largo; además, las tentativas hechas en este camino no parecen responder todavía a una exigencia de corrección científica. Daré algunos ejemplos. Dice Paris (*Mélanges de littérature française au moyen âge: Littérature médiévale et littérature moderne*, Paris, Champion, 1912, pág. 10): «On chercherait en vain dans toute l'Europe médiévale une œuvre qui incarne comme la *Chanson de Roland* les façons de sentir, sinon de la nation tout entière, au moins de la partie active et dominante de la nation dans ce qu'elles eurent de plus impersonnel et de plus élevé». Aquí, justamente tratándose de comparaciones (hechas explícitamente en la pág. siguiente, sobre la epopeya alemana), se descuidan las varias literaturas nacionales; está olvidado el Cid por lo menos. Más adelante (pág. 11), cuando Paris afirma que la característica de las novelas de caballería francesas es su fin didáctico, se olvida demasiado de las otras literaturas en las que esa característica coexiste o preexiste. Una preocupación nacionalista hace olvidar enormes valores de las literaturas extranjeras del mismo modo que por una preocupación de «vista progresiva» se olvidan los valores contenidos en las obras de los poetas que se llaman menores se definen de un modo arbitrario períodos clásicos y de decadencia; se considera a un autor en función de lo que en la cultura representa un autor posterior y considerado «mayor»; se forman lugares comunes acerca de lo cerrado de los géneros literarios y del fin didáctico; la frescura

de los poetas primitivos se considera como imperfecta y rústica; se comparan con criterio unilateral (y se puede prever en cual dirección) los *Fabliaux* y el *Télémaque*, las antiguas comedias y Molière, Patelin y Figaro, los antiguos cuentos y los de La Fontaine y Mau-passant. Se crean esquemas a los que se somete la verdad histórica: cf. Paris, *op. cit.*, pág. 7: «La Renaissance fut en France l'œuvre de purs érudits; elle sortit des collèges et des imprimeries, tandis qu'en Italie elle avait été l'une des formes de l'action d'hommes profondément mêlés, comme Dante et Pétrarque, à la vie politique...». Podría observarse, por lo menos, que Petrarca fué poco *mêlé* a la política, y que los poetas italianos de comienzos del siglo XIV están todavía en el Medioevo con respecto a los poetas de la *Renaissance* citados por Paris, es decir Ronsard, Malherbe, etc. (fines del siglo XVI). Se podría objetar que Paris escribe antes de 1912 y que desde entonces la crítica francesa ha adelantado y que, en esa misma época, también en Italia, p. ej., ásperos especialistas (cf. Vitelli, *Per gli studi classici e per l'Italia*, Campobasso, 1916), se dejan llevar por sentimientos de dignidad nacionalista. Lo cierto es que el fenómeno es extraño en Francia, donde encontramos la obra crítica, tan correcta científicamente, de Baudelaire o de Sainte-Beuve; se puede objetar que estos últimos son críticos poetas; pero igualmente extraña la actitud que notamos en Paris, si tenemos en cuenta que él mismo (en el libro citado, pero en el título *Histoire de la littérature au moyen âge*, del mismo cap. I), al reseñar un trabajo de Suchier pondera su perfecta imparcialidad, de la que ofrece pruebas (p. ej. en el título *La littérature normande avant l'annexion*, siempre en el cap. I). Además, ya en los años 1901-1915 los estudios de los especialistas insistían sobre el tema de los poetas menores (cf. Thomas, Piaget: estudios en *Romania*, sobre Machaut, Chartier, etc.), con ritmo igual al de los especialistas alemanes e italianos (para éstos cf., p. ej., Rajna, D'Ovidio, D'Ancona). Por otra parte, leyendo en Menéndez Pidal (*La primitiva poesía lírica española*) frases como ésta: «La lírica no es flor de los tiempos heroicos, sino de las edades cultas y reflexivas», las encontramos en contradicción con otras de unas líneas más arriba: «Sin duda existía un lirismo rudimentario en las épocas primitivas; pero ése hay que buscarlo implícito en obras no líricas». Cabe advertir la fuerza afirmativa de las frases mencionadas, donde la falta de especialización en las materias afines (constituidas, en este caso, por las cuestiones de método estético) lleva a Pidal a crear problemas que al final resultan ociosos y absurdos (sólo agregaré que, en las págs. cit., es esquemático el distingo

entre epopeya — no lírica — y lirismo; es arbitrario considerar «rudimentaria» la lírica más antigua). Damos aquí otro ejemplo, esta vez de Meyer (*Des rapports de la poésie des trouvères avec celle des troubadours, Romania, XIX, 1890, págs. 1-62*); es un artículo excelente y fundamental, pero una actitud abstracta y un criterio esquemático le hacen decir (págs. 7-11) que los temas del «contrasto» son comunes al norte y al sur y lo llevan a citar (pág. 11, nota 1) a Petrarca, con evidente anacronismo respecto a las poesías citadas, y en particular a las italianas, puesto que este tema del «contrasto» aparece particularmente en los «stilnovisti», inmediatamente después de poesías como «Giammai null'om non à sì gran ricchezza» cit. por Meyer; eso es, aparece antes de Petrarca. Aunque no es necesario determinar aquí otros eslabones del desarrollo de ese tema, nos parece preciso agregar, por lo menos: 1) Cino da Pistoia, sonetos III, vs. 1-4; VII, 9-11; IX, 5-8 (no es posible resistir a la tentación de citar el v. 8: «onde son dolci li sospiri miei»); el importantísimo v. 14 del son. XVII; 2) Charles d'Orléans, las dos *Ballades*: «Je meurs de soif en couste la fontaine» y «Je n'ay plus soif, terie est la fontaine»; 3) Robertet (traductor de los *Trionfi* de Petrarca), *ballade* «Je meurs de soif auprès de la fontaine». Y digamos aquí de una vez: las críticas a los investigadores ya citados, y a los que se citarán, no debilitan la enorme importancia que ellos tienen y que todos los estudiosos les reconocen. Gracias a la crítica metodológica (a menudo implícita) han llegado los estudios de filología a su actual estado de progreso (véase en este sentido la rigurosa vigilancia ejercida por los «compte-rendus» de las revistas románicas). Otro ejemplo de criterio abstracto de investigación lo ofrece el libro — justamente considerado como fundamental — de Jeanroy sobre los orígenes de la poesía francesa. En las deducciones llamadas matemáticas y que, sin embargo, pueden ponerse en duda, nos da un ejemplo de ese criterio. Y a veces el mismo Jeanroy parece consciente de lo relativo de esas deducciones. Para el tratamiento de los temas líricos y en particular del aspecto de las relaciones entre poesía y sociedad, entre poesía aristocrática y canciones (de baile) populares, temas tan frágiles y para cuyo estudio sería de esperar la mayor justeza — que aquí equivaldría a finura —. Jeanroy adopta un criterio demasiado alejado y abstracto (cf. Jeanroy, *Les origines de la poésie lyrique en France au moyen âge, 1925, págs. 127-176*). No hay duda de que el campo de los orígenes de la poesía románica está lleno de dificultades, sea por razones lingüísticas o por falta de documentos; pero, de todas maneras, sería de

desear que las hipótesis de los especialistas se coordinaran y revieran, y, sobre todo, que se abandonaran métodos de análisis abstracto, no dejándose extraviar ni por los esquemas de los «géneros literarios» ni por prejuicios acerca de la poesía «mayor» o «menor». Sólo así, quizá, podrán verse claramente los aciertos poéticos en las composiciones que los críticos consideran débiles e inferiores. Podrá decirse entonces que, p. ej., Chartier y Froissart son poetas con el mismo título que Villon, Ronsard, Rabelais y Racine; que Berceo se adelanta en el camino poético, como, sin estar distantes, ni geográfica ni cronológicamente, hacen Raimon Lull y después Jordi y March (Romeu Lull, sobresaliente poeta bilingüe, inscribe en el Cancionero de Stúñiga una nota de poesía valenciana, de la cual habría que estudiar sus anhelos refinados). Se notará así que las cantigas del rey Denis tienen una intensidad lírica igual a la de las mejores composiciones de Camões (aparte el hecho de que ya en Montemayor, como en España Barahona y otros, se encuentran procedimientos netamente gongorinos: una curiosidad será confrontar la hermosa poesía «Esforças, meu coraçam» de Jorge d'Aguiar con el soneto gongorino de los suspiros y lágrimas). Giacomino Pugliese o Rinaldo d'Aquino (con los demás sicilianos) ya poseen, si bien se considera, el poder inventivo de los «stilnovisti» (inclusive Dante). La elegía pagana anglosajona puede ser título de gloria para Inglaterra (tenemos que agregar que algunos, entre los más autorizados especialistas de los orígenes de dicha poesía, caen en el mencionado defecto de esquematización: así, p. ej., Köbel y Schücking, que utilizan sobre los géneros de epopeya y elegía etc.). Las influencias de una a otra literatura se investigarán entonces con gran prudencia, como ya lo han hecho Paris (*La littérature normande avant l'annexion*, cit.), Meyer (*Des rapports de la poésie des trouvères avec celle des troubadours*, cit.) y Casella (*Poesia e storia*, en *Archivio storico italiano*, II, 3 y 4, 1938: importante no sólo para una visión más aguda y profunda de la poesía trovadoresca, sino también como ejemplo de método general para un enfoque de los complejos problemas espirituales que se ofrecen al que estudia originalmente la cultura filosófica y poética medieval), si queremos hablar sólo de algunos ensayos destacables bajo varios aspectos (para España se puede indicar el trabajo de Menéndez Pidal sobre el Cid y su libro sobre la poesía juglaresca). Resultarán, en cambio, insuficientes las conclusiones como las de Foulet (en *Histoire de la littérature française illustrée*, sous la direction de MM. Bédier et Hazard, Paris, Larousse, t. I, págs. 124-5, aun si las mismas reproducciones (de las

estatuas de Roldán en ciudades alemanas; de la portadilla de *The Romaunt of the Rose* traducido por Chaucer; de la miniatura sobre Philippe le Bon, mecenas de los *rhétoriqueurs* a quien Vauquelin ofrece la traducción de las *Chroniques* de Hainaut; de Brunetto Latini, escritor franco-italiano) pueden sugerir más que el texto mismo de las páginas citadas. En general se puede decir que el trabajo es muy atento; lo que falta, en particular, es el examen de las influencias provenzales, decisivas sin duda para los caminos que tomará la lírica europea. Por otra parte la influencia de libros como el *Roman de la rose*, verdadera enciclopedia o *summa* de la época, no puede verse desde lo externo. Y conviene hacer notar aquí que los críticos sólo miran las ideas generales que es como decir externas (un ejemplo reciente lo tenemos en Battaglia, *Introducción al Roman de la rose*, Milán, 1947, pág. XXIV: «Dal *Roman de la Rose* alla *Divina Commedia* l'impiego dell'allegoria traduce questa precisa mentalità che non si appaga delle forme della cronaca e aspira a riconoscere e contemplare il reale in una prospettiva universale, extratemporale»). Aquel Voltaire o Rousseau (diríamos simplemente: aquel gran poeta) que es Jean de Meun influye sobre la poesía europea más de lo que los críticos han visto: me conformaré con sugerir las influencias sobre la literatura inglesa (y no sólo sobre Chaucer como siempre se dice, sino también sobre casi todos los poetas de los siglos XIII y XIV: nótese, además, que estas y otras influencias llegarán — a través de Wyatt, Howard; Lyly, Spenser, Sidney; Marlowe; Chapman, Jonson — a Donne y a Swinburne). Las influencias francesas — no sólo de los provenzales sobre la literatura italiana — fueron objeto de excelentes estudios (cf. Jeanroy, Crescini, D'Ovidio, D'Ancona, Monaci, Rajna, Gorra, De Lollis, Novati), pero los resultados no se han visto aún con la debida claridad. Puede citarse un caso: *Roman de la rose*, vs. 18615 y sigs. (ed. Langlois):

Je respons que nus n'est gentis
 S'il n'est a vertuz ententis,
 Ne n'est vilains fors par ses vices,
 Don il pert outrageus et nices.
 Noblece vient de bon corage,
 Car gentillece de lignage
 N'est pas gentillece que vaille...

No es posible leer estos versos sin recordar por una parte la poesía cortés precedente, por otra la teorización del «cor gentile»

debida principalmente a Guinizelli (un erudito como Meun) y los «stilnovisti». Esta teoría pasará al Cancionero, al Convivio y a la Comedia de Dante; parecerá haberse perdido, pero resurgirá para animar con su suavidad el Cancionero de Petrarca, pasará a todos los petrarquistas, es decir (dejando a un lado el término que puede usarse de manera más o menos estrecha) a casi toda la poesía italiana. Cf. Guinizelli, «Al cor gentil repara sempre Amore»; Cavalcanti, son. «S'io prego questa donna che pietate / non sia nemica del su' cor gentile»; Cino da Pistoia, son. «Tutto mi salva 'l dolce salutare», vs. 9-12; Petrarca, son. «Parrà forse ad alcun che 'n lodar quella», vs. 3-4: «Facendo lei sovr'ogni altra gentile, / Santa, saggia, leggiadra, onesta e bella»; a propósito de estos versos nótese que ya el *cor gentile* está dado con un minucioso análisis nominalista; en Dante, hasta en una composición de las más «petrose» y ásperas, encontrará el lector la misma idea de lo cortés: canz. «Così nel mio parlar voglio esser aspro», vs. 63-65: «ne' biondi capegli, / Ch'Amor per consumarmi increspa e dora, / Mettereì mano, e sazieremi allora» (var.: piacere' le allora); Ariosto, no obstante el son. «Madonna, sete bella e bella tanto», en el son. «Occhi miei belli, mentre ch'i' vi miro» tiene este v. 11: «L'aver di voi nel cor sempre l'imgo» y nos da el son. «Chiuso era il sol da un tenebroso velo»; y ya estamos lejos de los «stilnovisti». Para estas alejadas influencias puede destacarse otro ejemplo, tomado de aquella literatura que en sus orígenes tan discutidos (cf. los estudios de Varnhagen, Braga, Cornu, Monaci, Michaëlis de Vasconcellos, Menéndez Pidal) retoma las tradiciones provenzales, también en el aspecto lingüístico (cf. los problemas de bilingüismo y de poesía aristocrática). Se sabe que en la literatura portuguesa un Sá de Miranda debe considerarse, precisamente, como antitradicionalista, pero será oportuno ver en qué sentido lo es. Ante todo es preciso decir que Sá de Miranda, cuando se alejó de ese tipo de poesía que por tradición seguía modelos y reglas provenzales, se acercó a la poesía italiana (y no sólo en sentido cronológico). Los poetas italianos — dejando a un lado los temas de los que el antes mencionado sólo constituye un detalle, y la influencia provenzal — ya habían llegado a la plena conciencia de los problemas íntimos y formales, según lo reconocen hasta los críticos extranjeros (cf. Foulet, *Conclusión*, en el libro cit., pág. 124: «L'imitation, toujours plus approfondie, de l'Antiquité va orienter notre littérature dans des voies nouvelles, où l'Italie nous a précédés et nous guidera longtemps. Jadis, c'est l'Italie qui s'était mise à notre école»). En este juego oscilante de influencias y pree-

minencias es difícil fijar a cuál de las varias literaturas románicas corresponde el mayor mérito: mejor será comprobar el extenso alcance de las influencias mismas y aclarar su delicada esencia. Desde cierto punto de vista Sá de Miranda, aceptando las reglas de juego de la poesía del Renacimiento italiano, parece aceptar el poderío de una tradición trovadoresca natural que se mantuvo o desarrolló en forma más coherente de lo que ocurrió en Portugal, donde la influencia de la lírica popular quizá haya sido más intensa que la de la misma lírica en Italia. Esto no es sino una sugerencia para aclarar el importante problema de la lírica popular, básico para el conocimiento de los orígenes de todas las literaturas románicas. Es evidente que dicho problema se plantea otra vez, de manera indirecta, en el examen de autores como Sá de Miranda, llamados renovadores, y que los críticos más chauvinistas consideran heréticos (en el campo poético, por supuesto). Casi el mismo problema se presenta para Garcilaso. Pero veamos ahora a Sá de Miranda. No es difícil detenerse en los versos finales de la *Carta em resposta a Jorge de Montemayor* (cf. pág. 114 de la ed. de Rodrigues Lapa):

Otra vida a Beatriz ha dado el Dante,
a Laura hizo el Petrarca tan famosa
que suena deste mar al de Levante.
Bocacio alzó Fiameta en verso y prosa,
de Pistoia el buen Cino a su Selvaja,
¡ ah buenos años, buena edad dichoso !

Aquí deseo destacar principalmente un nombre: el de Cino da Pistoia. Extraña que, al citar a los poetas más célebres, Sá de Miranda mencione a Cino, considerándolo, sin duda, digno de aparecer al lado de la tríada famosa; ninguna referencia, en cambio, a los poetas italianos del siglo XV: preferencia para Cino frente a los dos Guidi. Dicho esto, y agregando sólo que la fama de Cino en cuanto jurista podía ser tan grande como la de poeta, se pueden ahora comparar los versos citados y los de Petrarca (*Trionfo d'Amore*, ed. Calacaterra, III, 31-36):

ecco Dante e Beatrice, ecco Selvaggia,
ecco Cin da Pistoia, Guitton d'Arezzo,
che di non esser primo par ch'ira aggia:
ecco i duo Guidi, che già fur in prezzo,
Onesto Bolognese, e i cicaliani
che fur già primi e quivi eran da sezzo;

Esta podría ser una fuente para Sá de Miranda, aun más porque en los tercetos de Petrarca (en los citados y siguientes) se encuentra una enumeración razonada de la mejor poesía hasta los tiempos de Petrarca, y también porque, en el mismo sentido, toda la obra de los *Trionfi* es una especie de guía de la sabiduría enciclopédica, fuente de noticias y método para un tránsito hacia lo alegórico (podría decirse que también a Dante se lo conocerá a través de Petrarca y que su influencia se volverá indirecta: cf., aunque no llegue a conclusiones tan radicales, Farinelli, *Note sulla fortuna del Petrarca in Ispagna nel Quattrocento*, en *Giorn. Stor. d. Lett. It.*, XLIV, págs. 317 sigs.). Ahora, sin detenerse mayormente en una cuestión para la que se necesitarían materiales de estudio muy amplios, podemos, sin embargo, observar que Cino es justamente el que, sin llegar a ser un vulgarizador, tiene mayor interés en llegar a una síntesis de las ideas del «Dolce stil nuovo» (hasta hay quien llega a afirmar que su poesía constituye un débil eco de la de los dos Guidi). El hecho de que Sá de Miranda mencione a Cino como a uno de los mayores poetas del amor nos puede llevar a sospechar que leyó sus versos, pero lo cierto es que muy difícilmente podrán fijarse las influencias de Cino. En la lectura de las obras de Sá de Miranda quizá pudieran verse o entreverse influencias «stilnovistiche», pero no en forma explícitas: serán chispas y luces imprevistas; la *llama cruel* del son. «Aquella apresurada y rueda biva», que corresponde al *alma abrasada* del v. 13 del mismo soneto (y nótese que el tema del fuego, la llama, etc., es característico de los poetas del «stil nuovo»); será, quizá por intermedio de Petrarca, el tono del último terceto del son. «Aquela fé tam clara e verdadeira», o, aun más, los *piedade* y *perdão*; será el diálogo entre Razão y Amor en el son. «Desarrezoado amor, dentro em meu peito» (*peito* ya es un petrarquismo); será la expresión «tam grande imiga minha e da verdade» que hace recordar el dantesco «l'amico mio e non della ventura»; será el diálogo vivaz (a través de Garcilaso) del son. «Cabe una fuente, a boz alta, sin tino», y en particular el motivo de los ojos, más agudo en Cino que en Petrarca. Puede que no se encuentren muchas influencias, pero el examen no habrá sido infructuoso si nos ha dado algunas dudas o, mejor, si nos ha hecho enterar, con ideas más exactas, de lo complejo que son los problemas de las fuentes.

literarias. En la carta a D. Fernando de Meneses, Sá de Miranda cita a Petrarca y a los provenzales (ed. R. Lapa, págs. 100-101):

Quem o crerá? Que nisto a gente antiga,
que tanto viu, viu pouco, do costume
cega, e desta baixa humana liga.

Depois co a melhor lei, entrou mais lume,
suspirlou-se melhor, veo outra gente,
de que Petrarca fez tam rico ordume.

Eu digo os Proençais, de que ao presente
inda rimas ouvimos, que entoaram
as Musas delicadas altamente.

En el texto citado se señala la finura analítica de los provenzales, la intensa penetración en problemas amorosos y formales: esto puede significar que el Renacimiento (época de Petrarca, según Sá de Miranda) empieza con los provenzales, es decir que Petrarca vuelve a la tradición provenzal (invertir la posición crítica siempre lleva a ver los problemas desde un punto de vista interesante). Esta idea de Sá de Miranda, discutible, por supuesto, pero no por eso menos importante y aguda, no puede dejar de acercarse a las ideas críticas que puso de moda Dante, como primera y mayor autoridad (cf. en particular su *De vulgari eloquentia*); y el hecho de que Sá de Miranda viajó por Italia puede asegurarnos que las ideas mencionadas no deben atribuirse sólo al influjo de Garcilaso; en este sentido, también podría decirse que esas ideas podrían ser el efecto de su pensamiento y busca particulares (véase, fuera de esto, cómo la rigidez intelectual de Sá de Miranda haría que éste, inevitablemente, se enfrentara a Gil Vicente, y daría lugar a discusiones infinitas entre *trovistas* y *petrarquistas*). En realidad habría que rever muchos de los juicios que se hicieron sobre el desarrollo de las literaturas francesa, italiana, galaico-portuguesa, española, catalana, además de la inglesa y alemana. A propósito de ésta, notamos al margen que los primeros líricos no se apuran en recibir «tout ce qui venait de France» (como decía P. Vidal, cit. por Bédier): no se trata de dandismo, sino de una busca difícil, a través de las traducciones (*Enéas*, *Roman de Troie*, los *Tristan*, las novelas de aventuras, los libros de Chrétien) hasta llegar a la pureza de Gottfried, Hartmann, Wolfram, Wernher. Pero ahora sólo nos interesa seguir analizando a autores como Sá de Miranda, o, lo que es lo mismo, a Garcilaso o Santillana; es decir, a autores que constituyen un eslabón esencial en el desarrollo de las literaturas, y que van preparando

los llamados siglos de oro. El problema de si esos poetas pueden considerarse sólo como eslabones de una cadena o como *trait-d'union*, aunque parezca alejado del tema que aquí tratamos, se encontrará resuelto en forma implícita a través del presente enfoque de la cuestión de las influencias. Ahora, como Sá de Miranda se refiere a Jorge de Montemayor, será oportuno ver algo también del otro poeta bilingüe. En este caso parece evidente que la *Diana* ha extraviado los juicios de los críticos (en forma análoga a lo que ocurrió en Italia para Ariosto), llegándose al punto de que el mejor editor del Cancionero de Montemayor, González Palencia, dice (*Prólogo*, pág. XVIII): «Después de leer atentamente las obras poéticas de Montemayor, forzoso es reconocer que no tiene ni una sola poesía, verdaderamente inspirada, que lo ponga a la altura de sus colegas petrarquistas; además el verso es duro y monótono, y en ocasiones mal medido»; y son éstas las únicas palabras que González Palencia considera necesarias para ofrecer un juicio estético sobre el Cancionero. Antes de decir que el juicio mencionado es injusto, quisiéramos ver cuáles son los «colegas petrarquistas». ¿Serán Boscán, Herrera, fray Luis, fray Juan, o el grupo de Cetina, Acuña, Hurtado de Mendoza, con el grupo antequerano granadino (Barahona, Espinosa, Sotomayor)? ¿O los poetas portugueses (Camões, Gil Vicente, Ribeiro, o más precisamente los líricos Sá de Miranda, Ferreira, Caminha, fr. Agostinho da Cruz, Bernardes)? Si, por un lado, Montemayor no puede lograr los acentos y las tonalidades de un lírico excepcional como fray Juan de la Cruz, ni alcanzar la alta epopeya de Camões, por otro lado compárese su Cancionero y las poesías de los que se consideran precursores de Góngora. También Valbuena Prat nos ofrece un juicio crítico emitido algo apresuradamente y con insuficiente valoración de las obras líricas de Montemayor (cf. *Historia de la literatura española*, Madrid, 1946, pág. 719: «Montemayor, más feliz en los versos cortos que en los largos — en éstos hay unos esdrújulos francamente malos») a las que sería oportuno adaptar el fino juicio que nos ofrece Dámaso Alonso («Su verso más sedoso, aunque complicado, que el de Góngora... tiene a veces ecos de la suavidad y la emoción de la voz de Garcilaso»). Sin duda debería abrirse otra vez el libro de Schiff sobre la biblioteca de Santillana: si nos encontramos con que en la biblioteca no hay libros de Cino, habrá, sin embargo, varios libros del Dante llamado menor, es decir del Dante que no es de la *Comedia*: los libros del *Convivio*, del *Canzoniere*, de las *Canzoni della Vita Nuova*, del *Credo*, de los comentarios de los primeros dantistas: Benvenuto,

el anónimo cuatrocentista traductor del primer canto del Infierno (ms. II-S-13 de la Bibl. del Escorial), Landino, Bruni, Boccaccio. Se encuentran, además, libros de Guido delle Colonne, Cecco d'Ascoli, Vespasiano da Bisticci, Brunetto Latini, Boccaccio, Bruni, Aretino, Francesco da Carrara... y, en el campo francés, libros de Chartier, Chatelain, Berquire, *Le Roman de la rose* (Lorris y Meun). Aquí nos interesa notar que esos libros (muchos, si no todos) podrían conocerlos también Garcilaso o Sá de Miranda: en particular el Dante «menor», los «preciniani» y los franceses. Querrá decir que un estudio sobre la cultura de la época tendrá que plantear el problema de las influencias provenzales. Se puede llegar al mismo resultado considerando la obra de otro autor, Garcilaso. El excelente libro de Dámaso Alonso sobre fray Juan (*La poesía de San Juan de la Cruz (desde esta ladera)*, Madrid, 1942, reeditado con adiciones en 1946) plantea el problema de las influencias de Garcilaso y del Garcilaso (o Boscán, o Boscán y Garcilaso) *a lo divino*: libro fundamental también éste de Alonso, y, en general, sólo se le podría discutir la tonalidad, a veces abstracta. Un ejemplo; el indudable influjo de Sebastián de Córdoba está visto de manera demasiado mecánica: véanse las páginas que concluyen el cap. II (págs. 91-100 de la ed. de 1942); en la pág. 98 Alonso dice: «Es un descubrimiento: toda aquella ternura de Garcilaso, todos aquellos deliquios y encarecimientos de amor, todo el suave paisaje pastoral del fondo, todo puede verse al amor divino». En el cuadro que magistralmente traza Alonso falta, sin embargo, el sentido de la «illuminatio», esencial a la figura del fraile. Ante todo: ¿cuál es el fondo de Garcilaso? ¿No es espiritual? Además, gracias a esa divina «illuminatio» (traduciendo humanamente: «poder imaginativo») fray Juan fué conducido a trascender la poesía terrenal (de la que ve un símbolo en Garcilaso) *no sólo* a través del mecánico descubrimiento del libro de Córdoba: hay que afirmar claramente, al contrario, que fray Juan *podía* muy bien prever y descubrir por sí mismo el camino a lo divino, si es que en Garcilaso faltaba. Pero sobre todo nos interesa, aquí, ver otros puntos: por un lado tenemos una frase de Alonso (pág. 99): «Todas estas zonas del volumen le dejan frío, algunas le molestan como nos molestan a nosotros»; frase en la que el juicio se pone excesivamente subjetivo y el problema llega a considerarse «a lo humano»; además, Córdoba podía ser un autor «rudamente moralizador» (cf. la «destrucción» de la que Alonso habla en la nota 8), y no por eso estar impedido de llegar a la poesía (¿poesía menor?): para una persona (uso el término con el significado adquirido

en las discusiones escolásticas) como fray Juan los libros más humildes pueden ser los más válidos, en el sentido poético y moral. Sólo con estas aclaraciones podríamos estar perfectamente de acuerdo con Alonso. Para estos problemas, que podrían parecer secundarios y paradójicos, me limito a agregar: 1) cf. una posición casi protestante: p. ej. Gide, *La porte étroite*; 2) considerando inútil el distingo entre poesía y prosa, no parece injusto poner a Rabelais al lado de Villon, Ronsard y Racine, como decíamos en la pág. 256; 3) también parece paradójico lo dicho antes, en la pág. 260, al hablar de Dante conocido a través de Petrarca y al recordar los juicios de Dante sobre la literatura que lo precede: no hay que olvidar que las posiciones paradójicas reflejan, a veces, tendencias a invertir los términos de los problemas (aquí nos interesaría decir que puede plantearse la cuestión de los poetas menores). Nótese, además, que un ejemplo de estas posiciones sinceramente revolucionarias puede ser dado por la existencia misma de la «Academia degli Apatisti», p. ej.: es decir una Academia florentina del siglo XVII, en la que se prefería Petrarca a Dante, y los *Trionfi* al *Canzoniere*: posición no tradicional, pero que no nos parece tan alejada de la verdad; 4) hay que destacar también que, para los *Trionfi*, se formulan muchas opiniones e hipótesis sobre sus fuentes: la pintura «senese» de los siglos XIII y XIV (cf. Neri, *Il trionfo della Morte e il ciclo dei Novissimi*, en *Studi medievali*, III, 1908, pág. 69; para este tema en España, cf. Menéndez Pelayo, *Historia de la poesía castellana en la Edad Media*, I, pág. 344), los autores religiosos, los latinos, Brunetto Latini, los provenzales, el *Roman de la rose*, la *Amorosa Visione* de Boccaccio, la *Divina Commedia*; lo que indica como Petrarca está relacionado con las literaturas no italianas. Para las influencias de Petrarca en Inglaterra nótese sólo que hasta Shelley escribió un *Triumph of life* y Swinburne *The Triumph of time*.

Otro punto sobre el cual es preciso detenerse, relacionado con las citadas páginas (91-100) de Alonso, es el hecho de que a Garcilaso se le considere «laico» (Azorín lo dijo claramente); pero podríamos preguntarnos: ¿era laico también Cavalcanti? En otras palabras: si el platonismo de Garcilaso, evidente sobre todo en los sonetos, se examinara más detenidamente, resultaría que el traslado «a lo divino» era inútil; y esto también podría bien saberlo fray Juan. Bajo este punto, las cuestiones tratadas por Alonso en las páginas citadas se alejan, insensiblemente, de lo esencial: que es, al hablar de la honda intensidad de la lírica del poeta-caballero toledano, el no olvidarse de que su aparente «cristalinidad» se somete

a un ardor teórico de abstracción ya moderna (aparte la poesía conceptista, cf. la poesía de los «stilnovisti», el *trobar clus* y, por otro lado, la poesía abstracta de Salinas y de Guillén). Como ya se hicieron sugerencias para estos problemas, no queda sino subrayar los diferentes desarrollos y la distinta intensidad de las influencias en las varias literaturas románicas. Para Francia siempre podrán utilizarse, a ese propósito, trabajos como los de Meyer (*Des rapports de la poésie des trouvères avec celle des troubadours*, cit.), de Jeanroy (*Les Origines*, cit.), de Langlois (*Les origines et les sources du Roman de la rose*, Paris, 1891), de Sudre (*Les sources du Roman de Renard*, Paris, 1893), de Sainte Beuve (ensayos sobre los *Romans de Renard* y de la *Rose*, respectivamente en *Causeries du lundi* y en *Portraits littéraires*), etc. (este etc. significa también que aquí no podemos tampoco dar una guía para la bibliografía). Puede sólo aludirse a las varias influencias provenzales o franco-provenzales y además señalar la influencia de la prosa al lado de la poesía o de un «género» sobre otro «género» (p. ej. cf. Salverda de Grave, *La chanson de geste et la ballade*, en *Mélanges offerts à A. Thomas*, págs. 389 sigs., quien cita los estudios de Hoepfner, Louise Pound, Pidal, Lang). Pero es interesante decir, sobre todo, que las influencias deben considerarse de manera menos material, teniendo en cuenta solamente el tono de la voz del poeta. En este sentido un cuadro de las influencias franco-provenzales en Italia podría ser el siguiente: la poesía francesa, en el Norte, se compenetra de la lengua de los cuentistas vénetos y de los juglares, nacen los neotrovadores sicilianos, comienzan las actitudes revolucionarias de místicos y metafísicos; la poesía se vuelve aun más medieval, la prosa avanza a saltos; Petrarca refunde todo objetivamente; en el siglo XV los poetas buscan vanamente la alegría, los prosistas oscilan débilmente; en el siglo XVI todos se hacen petrarquistas, pero van hacia formas barrocas de abstracción todavía medieval; en el siglo XVII los escritores saben aceptar las nuevas experiencias francesas... Pero, volviendo a las características de la poesía refleja, Petrarca da nuevo aliento a la llama franco-provenzal y su «manera» intensa pasa a España, Francia, Inglaterra, Portugal, Alemania. Sin embargo, en un cuadro aun más esquemático, las características provenzales (dentro de este término pueden caer los que escribieron en francés antiguo), catalanas, portuguesas y alemanas constituyen la aguda esperanza y el deseo de renovación de la lengua poética. Renovación que no puede realizarse sino a través de un continuo balance de las características nacionales más minuciosas (Blake dice que todo lo

que existe es sagrado; en el mismo sentido podría verse el fenómeno de la *contaminatio* en la poesía contemporánea; además de la posición de Eliot, cf. Williams) dando al problema de la poesía y la prosa la mayor amplitud, de manera que pueda así llegar a ser no un problema de grupos aristocráticos, sino de una unidad de direcciones que cooperan para una radical integración. (No debe olvidarse que los poetas-caballeros fueron indiferentes, muchas veces, frente a problemas hondamente humanos: cf. Sidney y el levantamiento de los campesinos, p. ej.). En este sentido no hay distancia entre estas palabras de Arnaut Daniel:

En cest sonet coind'e leri
Fauc motz e capuig e doli,
E seran verai e cert
Quan n'aurai passat la lima;
Qu'Amors maves plan'e daura
Mon chantar, que de liei mou
Qui pretz manten e governa.

y las de la «Esparsa» de Sá de Miranda (Canc. de Resende, III, págs. 155-156):

Cerra a serpente os ouvidos
à voz do encantador;
eu nam, e agora com dor
quero perder meus sentidos.
Os que mais sabem do mar
fogem d'ouvir as sereas;
eu não me soube guardar:
fui-vos ouvir nomear,
fiz minh'alma e vida alheas.

a su vez Cavalcanti dice:

Chi è questa che ven, ch'ogn'om la mira,
e fa tremar di chiaritate l'ære,
e mena seco Amor, sì che parlare
null'omo pote, ma ciascun sospira?

Ahora será oportuno ver también a Guillaume de Lorris y considerar cómo introduce al personaje Amor:

Nule flor en esté ne naist
Qui n'y fust, neis flor de genest
Ne violete ne parvenche,
Ne flor jaune, n'inde, ne blanche.

S'y ot par lieus entremellées
Feuilles de roses granz et léés.
Il ot au chief un chapelet
De roses ; mais rossignolet
Qui entour son chief voletoient,
Les feuilles jus en abatoient ;
Qu'il estoit touz couverz d'oiseaus,
De papegauz, de rossigneaus,
De calandres et de mesanges.
Il semblaît que se fust uns anges
Qui fust tout droit tout venus du ciel.

Pero será preciso ver a la poesía más allá de sus límites y acercar aún más las varias expresiones del gusto (en un camino que podría empezar por los estestas del empirismo inglés), para llegar a una visión, más abierta y actual, de la poesía. A Daniel, a Sá de Miranda agregaremos también un poeta más actual. Podría citarse a García Lorca, o a Ungaretti, o a Eliot, Valéry, Williams: de todos modos, una unión de buscas espirituales (cf. les Saints de Rimbaud: *ils restent*); un intenso nominalismo (cf. De papegauz, de rossigneaus, de calandres...); un sentido agudo de lo cotidiano (cf. Laforgue, Eliot; y la prosa, los memorialistas, la fantasía yámbica de Proust y Joyce, el alcance, más que existencial, humano de Kafka); una adjetivación petrarquista y antipetrarquista, es decir llevada a lo opaco, como el «brouillard», también para Cayrol, p. ej.) un espíritu de justicia; el sentido geográfico: éstos son los términos de una escala que va desde los provenzales hasta Rimbaud mismo, a través de los años y las sociedades:

Néanmoins ils restent,
— Sicile, Allemagne, —
dans ce brouillard triste
et blémi, justement !

ORESTES FRATTONI

Comedias, Tragicomedias and Farças in Gil Vicente

The axiom that literary criticism must set out from an appreciation of what the author was seeking to do involves as corollary a direct concern with the kind, the medium in which he chose to write. The lyric poet must be judged according to the norms of lyric poetry, the novelist according to the norms of the novel. Should there be lacking agreement as to what these norms are, there clearly can be no finality in judgment; but criticism is not criticism unless it rest on this basis. It is, for example, meaningless to extol a novel as realistic until we are clear as to the connexion between realism and the art of the novelist, or an epic poem for its historicity save in the measure in which this subserves the artistic purposes of the epic poet. Similarly, to write of the Portuguese national drama that «*embora pobre e de diminuto valor, comparado ao dos nossos vizinhos, é uma mina em que se podem colher preciosas informações relativas à linguagem, aos usos e costumes, à ética e estética do povo*»⁽¹⁾, is to imply that as drama, as literature, its achievement is negligible. That drama includes Gil Vicente, for whose eminence at the dawn of the modern European theatre foreign critics have staked claims only less high than have his compatriots, so high that every critic in turn is drawn to the enigma of his uniqueness. If this riddle has not yet been satisfactorily read, the explanation, it may be suggested, lies in the fact that the critics have dealt with every aspect of Vicente's plays save the only one that matters, their quality precisely as plays. His humour, his social satire, his lyrical gifts, his powers of characterisation—each and all are admirable adjuncts to the dramatist: they do not make the dramatist.

What did Vicente understand by drama, and what is the value as drama, in our understanding of the term, of the plays he wrote? Of classical precept in the matter it is clear that he knew nothing at first hand. Juan del Encina initiated him to the craft by way of the pastoral eclogue. But Encina's *Cancionero* is innocent of pro-

(1) Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Autos Portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina*, Madrid, 1922, pp. 7-8.

legomena or doctrine, and Vicente failed notably to derive from Encina's practice all the lessons there to his hand. Torres Naharro he may have known in mid-career. Naharro knew something of Plautus and Terence, and the *Propalladia* testifies, in its «Prohemio», to the existence of a corpus of classical tradition. Yet if Vicente read there Tully's definition of comedy or Horace's prescription in the matter of acts, he weighed them not. He, not Cervantes, is the «ingenio lego», forging his instrument as he goes.

That the drama could not in fact have developed without the re-discovery of the ancients must remain a hazardous proposition until such time as it becomes possible to assess with certainty just how much its evolution in the XVIth century owed to the Renaissance. It is noteworthy that Spain, a country not indeed «shut out from the light» but notably refractory in the matter of the lip-service that other Western peoples then paid to classical authority, and nowhere more so than in the drama, should be precisely that country to witness the most luxuriant flowering of the art and its closest identification with the society whence it sprang. There was loss, as always, in the failure to profit from past experience. The *Arte Nuevo de Hazer Comedias en este Tiempo* makes clear that Lope de Vega never understood either mimesis or catharsis, and, lacking this philosophical basis of the ancient drama, his *comedia* can only justify itself in consequence on very inadequate aesthetic grounds. But there was gain too in the independent grappling with the concrete problems of the theatre. In the reduction of the five-act pattern to three, in the rejection of the so-called unities of time and place, each act being endowed instead with its own setting both temporal and spatial, in the mingling of kinds, the Spanish *comedia* shows itself technically far ahead of the French «classical» theatre. Gil Vicente is not, therefore, to be accounted a primitive and absolved from criticism on the ground merely that he had to do his dramatic thinking for himself. Nor, by the same token, is he to be ranked high among the moderns unless we are satisfied that he did in fact do that thinking.

We possess two statements from Vicente's own pen. One, the «Epístola dedicatória» to João III, written in old age, is couched in strangely defensive terms. «Livro meu, que esperas tu? Porém, te rogo que quando o ignorante malicioso te reprender, que lhe digas: se meu mestre aqui estivera, tu calaras». That fear of the Inquisition — whose introduction to Portugal in 1536 some have associated with his cessation from writing — was not the reason one may assert

on a number of grounds. João III, who introduced the Inquisition, had urged publication on him precisely because many of the plays were religious and written to the glory of God; the Inquisition was the one judge of all judges whom he could not have dared to speak of silencing if present to defend himself; and the Inquisition did not in fact interfere with the *Copilaçam* of 1562 but only with the second edition of 1585. Nor would the role of «rústico peregrino» lamenting his «ignorance» be a fitting posture of defence against any wounding in their vanity by the barbed shafts of his satire. In challenging the «ignorante malicioso» he lays the malice on the other side, and throws in the ignorance as a *riposte*. They, the unnamed critics, were accusing him, the Court playwright, of ignorance, of ignorance that is as a playwright, of incompetence at his craft.

There is no need to argue a personal dispute between Vicente and Sá de Miranda, with the *Fábula do Mondego* and the *Carta ao Senhor de Basto* of the one and the *Clérigo da Beira* of the other as the documents in the case. Sá de Miranda had brought back from Italy in 1526 the new learning with its re-discovery of an older school of drama. *Os Estrangeiros* (c. 1528) was a first essay in the new-old manner, with a Prologue in which *Comédia* pointed the novelty. *Os Vilhalpandos* (c. 1538) was a second. If his *Cleopatra*, the first Portuguese tragedy, has been lost, it was in 1536 that Ayres Victória concluded his adaptation of Pérez de Oliva's *Vengança de Agamenón* (1528). And now Plautus, Terence and Sophocles had reached, if only at second or third hand, to Portugal. Jorge Ferreira's comedy *Euphrosina* was also composed c. 1538. These swallows do not make a summer, but the fact remains that Vicente's abandonment of his pen, if it coincided with old age and ill-health, coincided too with the advent of the new breath of humanism, and in yielding the field to the new-comers he confesses in effect that his vein is exhausted.

The other inference to be drawn from the «Epístola dedicatória» concerns a facet of Vicente's inspiration which criticism has tended to overlook. «Os livros das obras que escriptas vi, Sereníssimo Senhor, assi em metro, como em prosa, são tão florecidas de scientes matérias, de graciosas invenções, de doces eloquências e elegâncias, que temendo a pobreza de meu engenho, porque naceo e vive sem possuir nenhũa destas, determinava deixar minhas misérrimas obras por imprimir, porque os antigos e modernos não deixarão coisa boa por dizer, nem invenção linda por achar, nem graça por descobrir». This is not the language of a man who relies on observation for his

material and thinks of comedy as holding the mirror up to nature. He is thinking of his plays as «literature», as *belles lettres*, and pitting them against works esteemed for their learning, their elegant graces, their eloquence. And a careful reading of Vicente makes the conclusion irresistible that from the beginning, and notwithstanding his notable powers of observation and the excellent effect to which he could turn them, it was not to life but to literature that he turned for guidance, and turned more and more as the years passed. His beginnings lie notoriously in Encina and, behind Encina, in the liturgy and New Testament story. The shepherds are real Portuguese shepherds: the situation is never a real Portuguese situation. When, with *Quem tem farelos?*, we leave religion for contemporary farce, the central figure is Ayres Rosado, «passeando pela casa lendo no seu cancioneiro». And repeatedly in later secular plays the atmosphere is that of the *Cancioneiro Geral*, just as in the moralities it continues—apart from the incongruities of the attempt to wed Christian with pagan allegory—wholly medieval.

This, we suggest, and not incredulity at his rate of production (an average till then of less than one play per year), is the explanation of the challenge that provoked the *Farça de Inês Pereira*, «porquanto duvidavam certos homens de bom saber, se o Autor fazia de si mesmo estas obras, ou se as furtava de outros autores». He being the first playwright in their country's record, and many of his plays, even when written in Castilian, being demonstrably Portuguese in origin, the men of learning could not suspect him of having amassed a hoard of stolen plays and effectively silenced their authors. Such a charge would have proclaimed not their learning but their ignorance. Rather, as bookish individuals, they found reminiscences of their reading everywhere in his plays, and challenged him to produce one free from such dependence on the writings of others. And the real significance of the issue raised lies not in Vicente's demonstration, with the *Inês Pereira*, that he could stand on his own feet—and in truth the play is technically superior to all that had gone before—but in the fact that, having written it, he reverted straightway, and with a new intensity of purpose, to his bookish conception of the drama, and kept to it with scant deviation to the end.

The 1562 *Copilaçam* did not print our second document, the «Carta-Prólogo» to the *Dom Duardos* (1525) ⁽²⁾, and its importance

(2) It may be read in Michaëlis, *op. cit.*, pp. 22-3.

to the understanding of his development has been commonly ignored in consequence. Addressed to Vicente's new patron, João III, the salient passages read: «Como quiera (excelente Príncipe e Rey muy poderoso) que las *Comedias, farças y moralidades* que he compuesto, en seruicio de la Reyna vuestra tía, quanto en caso de amores fueron figuras baxas, en las quales no avia conueniente rethórica que pudiesse satisfazer al delicado espíritu de V. A., conosci que me cumplia meter más velas a mi pobre fusta. Y assí con desseo de ganar su contentamiento hallé lo que en extremo desseaua que fué *D. Duardos y Flerida* que son tan altas figuras como su historia recuenta, con tan dulce rethórica y escogido estilo quanto se puede alcançar en la humana intelligencia: lo que yo aquí hiziera si pudiera tanto como la mitad del desseo que de seruir a V. A. tengo. Pero yo me confié en la bondad de la historia...» Here in truth is plagiarism, and most handsomely confessed. And, we think, proof conclusive that Vicente's attitude to the drama, as it evolved, turned more and more away from life. Writing for a new royal Maecenas, he regrets now his earlier descents on occasion to unworthy levels, and will improve the tone of his plays in future by depicting sublimated love cast in high places and couched in such refinements of rhetoric as he can command. And, styling the *Dom Duardos* a «tragicomedia», he inaugurates the fourth of the divisions into which his dramatic writings will be ordered in the *Copilaçam*.

The first two categories, moralities and farces, are self-explanatory. We need note only that the former derives here from the term «auto de moralidade» which figures on the title-page of the first edition of the *Barca do Inferno* ⁽³⁾, and that the latter in Vicente bears the sense we attribute to it to-day and not, as in López de Yanguas and other XVIth-century Spanish dramatists, that of «auto sacramental». More interest attaches to his use of the terms «comedia» and «tragicomedia». Four only of his plays are styled comedies. Of these, at the date of the «Carta-prólogo», only two were in existence: the *Comédia do Viúvo* (1514) and the *Comédia de Rubena* (1521). Neither owns any kinship to the Aristotelian conception of comedy as «an imitation of bad characters», its aim «to exhibit men worse than we find them»; still less do they conform to that over-riding principle that «the poet should prefer impossibilities which appear probable to such things as, though possible, appear improbable». They are in fact compact of the impossible improbable. Of

(3) Facsimile in Michaëlis, *op. cit.*, p. 18.

the various definitions of comedy current in the early XVIth century it is perhaps to Naharro's, though he could not have known it in 1514, and to the definition rather than to Naharro's own exemplification of it in practice, that Vicente most nearly conforms: «Comedia no es otra cosa sino un artificio ingenioso de notables y finalmente alegres acontecimientos, por personas disputado». Artifice ingenious and far-fetched, and essentially literary rather than vital in inspiration.

The *Comédia do Viúvo* begins as a farce. The descent from the blue of D. Rosvel, Prince of Huxonia, and at the so precise moment of D. Gilberto, «andando correndo o mundo em busca de seu irmão», change it into a «comedy». Beginning with a gloss on the *Coplas* of Jorge Manrique, the ending might have come from any romance of chivalry. And while the rubric does not reveal for whom the play was performed, the text itself is revealing: it is to «el Rei D. João III, sendo príncipe, (que no serão estava)», that the two girls appeal to decide which of them shall have D. Rosvel. The *Comédia de Rubena* is the longest, save for the *Dom Duardos*, of all Vicente's plays. The division into three scenes derives from its length, and has no bearing on the act-structure of drama ancient or modern. None of the dramatic proprieties is to be looked for in this crude attempt at dramatization in the vein of the Byzantine novel, where a few hours, or minutes, elapse between Scenes I and II, five years in the middle of Scene II, and another ten between Scenes II and III. There is black magic in Scene I, after which Rubena is despatched «fugida lá por cima de huns outeiros» and is no more heard of, a pastoral interlude in Scene II, and in Scene III another tale of courtly love with another Prince Charming in disguise and «finalmente alegres acontecimientos». It is not necessary to know that Vicente drank here of Encina's *Plácida y Vitoriano* and of John Gower's *Confessio Amantis*, translated into Portuguese a century and a half earlier at the instance of João I: the work proclaims itself throughout a literary exercise in high romance. Whether it was ever acted we cannot tell. Of Vicente's other plays we read that they were «representadas» or «feitas e representadas», of this only that it was «feita». And «feita», be it noted, «ao muito poderoso e nobre Rei D. João III, sendo Príncipe». It is significant that João, even before his accession, was not merely keenly interested in Vicente — it was the occasion of his birth, it will be recalled, which first launched Vicente on his dramatic career with the *Visitação* of 1502 — but was closely associated with and even, it may be conjectured,

directly responsible for a major development in Vicente's evolution.

The *Comédia sobre a Divisa da Cidade de Coimbra* is a tale of distressed maidens, hermit-kings, a very courtly ogre, and again a happy ending. With the slaying of the ogre, his stronghold yields up its prisoners that they may fulfil the promise of the play to explain the lion, serpent, princess and chalice that constitute the coa-of-arms of Coimbra («E o cálix do meio he cousa errada. Porque há-de ser torre com hũa prisão»). «Sabei», says the Peregrino of the «Argumento», «que as farças todas chocarreiras Não são muito finas sem outros primores». The «primores» here come neither from life nor from any reflexion on the nature and purpose of drama: once again they derive from his reading in another and entirely unrelated kind. In the *Floresta de Enganos*, Vicente's fourth «comedy» and last play, the Philosopher of the Prologue informs us that «los muy antiguos Romanos» had chained him to the fool by his side for his temerity in offering them advice. This initial absurdity is only too suggestive of the dramatic *olla podrida* that follows, comprising a farcical incident as «primero engaño», a fantastic story of Cupid and the daughter of the King of Thessaly—the «segundo engaño»—into which is set another, entirely independent, farcical scene, with as final tableau a vagabond Prince of Greece being joined in marriage to the said Princess by «Ventura». «Muchas cosas de no creer Hallo por esta floresta», remarks a Duke: it is the most sensible observation in the play.

If this be Vicente's conception of comedy, what of tragicomedy? It is already clear, from the «Carta-Prólogo» to the *Dom Duardos*, that it will bear no relevance to Lope de Vega's «lo trágico y lo cómico mezclado» which was to be one distinctive mark of the Spanish *comedia*, though the term itself never gained currency in Spain. Vicente may in truth have found the term in the *Calixto y Melibea* (originally a «Comedy» but re-baptized «Tragicomedy» from the third edition of 1502), but not its application, for though there is rhetoric enough in the Spanish work to satisfy any «delicado espíritu», its lovers were still, by the criterion of the *Víuvo* and the *Rubena*, «figuras baxas», and the change of title was specifically justified by the commingling in the action of «tristeza» and «placer». That change, it has been suggested (¹), may have derived from the

(¹) Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, Madrid, 1910, vol. III, p. xlix. Cf. *La Celestina*, ed. Cejador y Frauco (*Clásicos Castellanos*, XX), Madrid, 1931, p. 25.

Fernandus Servetus of Verardo (Rome, 1493, Strasburg, 1513). If so, it is not inconceivable that Vicente too may have had word of the resuscitation, in Verardo's Prologue, of a term that had lain dormant ever since Plautus invented it in the *Amphitruo* close on two thousand years before. Verardo's use of the term is not Plautus's, but he acknowledges its origin, and a reader who carried the reference back would find there the description of the play as «a mixture, which I shall call tragico-comedy, for it does not seem right to me to style «comedies» plays wherein figure kings and gods, nor «tragedies» plays wherein figure slaves». Here at any rate would appear to be the sense in which Vicente uses the term in 1525. In the two comedies princes, drawn by love, had descended in disguise to low — at least to lower — levels. In the «tragicomedies», as first envisaged by Vicente, the ladies too will be of princely rank and the action will move on that level, with such intromission of humbler characters as is necessary to keep the action moving. And the poet's dependence on literature for his inspiration is here complete. Aiming high, he abandons observation altogether: the dramatist turns hack, and sets himself to adapt the *Primaleón* (1524), the best-selling novel of the moment. And there are critics to whom the *Dom Duardos* is his masterpiece.

Enough for our present purpose that it was deemed successful at the time, for the remainder of Vicente's writing career was determined thereby. If the association of the play with the marriage in 1525, by proxy, of João's sister Isabel to Carlos V rests only on extreme probability, it is at least clear that it is, by nature and intention, an elaborate *pièce de circonstance*, written on command for a great State occasion. We accept also the description of it in the *Copilaçam* as «esta primeira Tragicomédia». In the following eleven years Vicente will compose three moralities, two farces, two comedies and a further seven (or eight) tragicomedies. The two farces are dated 1526, two of the moralities 1527. Neither moralities, farces nor comedies, that is to say, make any significant showing against the tragicomedies in Vicente's last decade as a dramatist. He has turned into new paths, to the almost complete exclusion of the old.

Of the succeeding tragicomedies only one, the *Amadis de Gaula*, is like *Dom Duardos* a self-evident dramatizing of a novel. Three will not fit into the Plautine definition of the kind, for no kings or gods there strut their kingly or godly concerns. One, the *Triumpho do Inverno*, highly allegorical in intent, is still a fit vehicle for

«côueniente rethórica», but the author himself admits his uneasiness over the other two, calling one, the *Serra da Estrella*, a «tragicomédia pastoril» and saying of the other, the *Romagem de Aggravados*, that «esta tragicomédia he sátira». Lacking any semblance even of «rethórica», they call for fresh consideration of what exactly it was that Vicente now understood by tragicomedy. The amended definition is not far to seek. Save for the *Amadis de Gaula*, which lacks in the *Copilaçam* the customary indication, all these plays we know to have been written for State occasions, four on royal betrothals or weddings, three on the births of children to João and Catherina (and these are the three precisely which treat not of kings and gods). Some have more «aparato», some more «rethórica», than others, some are allegorical, some merely romantic comedies: all have the one common denominator. Wherever Vicente found the term «tragicomedy» in 1525 and whatever he then understood by it, he used it thereafter to denote simply a play written on command to grace State celebrations at Court. Therein lies the only difference between the *Nau de Amores* and the *Divisa de Coimbra*, between the *Romagem de Aggravados* and the *Floresta de Enganos*. However much sail he might give his frail barque, only a State occasion could lift a play from the status of «comedy» to that of «tragicomedy». Dramatic considerations had nothing to do with it.

This explanation is, we suggest, the explanation also of the apparent anomaly whereby, in the group as printed in the *Copilaçam*, there figure two tragicomedies much earlier in date than the *Dom Duardos*, «esta primeira Tragicomédia». The *Exhortação da Guerra* belongs to 1513, the *Cortes de Júpter* to 1519. Both, it is true, bring in heroes or gods of antiquity, but there is nothing decisive in this. Mercury appears in the *Auto da Feira* and Jupiter himself in the *Auto dos Quatro*, while angels and devils are three a penny throughout the moralities. What gives them their title to inclusion in the new category is the consideration that the *Exhortação da Guerra* was written to celebrate the departure of the Duke of Braganza on the illustrious expedition against Azamor, the *Cortes de Júpter* to celebrate the departure of Princess Beatriz to marry the Duke of Savoy. At the time of composition they were doubtless styled «autos», as is the *Auto da Lusitânia* and — in the text — even the *Templo d'Apollo*. Vicente, ordering his plays for publication, re-titles them in accordance with his practice now for more than a decade, and into the *cartapácio* they go, after the *Dom Duardos*, as tragicomedies.

The *Farça chamada Auto da Lusitânia* also needs explaining, for this allegorical work, written and performed to celebrate the birth in 1531 of still another prince, is obviously to be accounted an eleventh tragicomedy. It seems reasonable to suppose that this is one of the plays mislaid by Vicente in old age and recovered for the *Copilaçam* by his children. If Vicente was shaky on the meaning of comedy, and had not the remotest notion of the true significance of tragicomedy—nowhere in his forty-four plays is there any suggestion of the dramatically tragic—he did at least agree with posterity on the meaning of the term «farça». It is a wholly secular kind, in the comical-satirical vein. There is, however, no evidence that Vicente had ever used the word until, in 1525, he first took thought to the classifying of his plays then written. Just as the term «comédia», which occurs in the text of the two comedies written after that date, is not to be found in either the *Comédia do Viúvo* or the *Comédia de Rubena*, so none of the farces is so styled in the text. The concluding references of the type «Aqui se acaba esta susodita farça» are part of the editorial preparation for publication, as is made manifest in the *Quem tem farelos?*: «E com isto se recolhem, e fenece esta primeira farça». Where, prior to 1525, any play is referred to in the text it is as an «auto». To Vicente, that is to say, «auto» was originally the generic term for all his dramatic writings. There is already evidence of this in his avoidance of it when he comes to classify. «Comedias, farças y moralidades» is a breaking-down of the «autos» into groups. For conclusive proof we may turn to the facsimile edition of the *Inês Pereira* given by D. Carolina Michaëlis⁽⁵⁾, which, whether near or less near to the *princeps* of 1523, is still to be accounted a derivative thereof. It begins with the title *Auto de Inês Pereira*, and ends: «E assi se vam, e se acaba o dito Auto». So too the first edition of the *Auto da Festa*⁽⁶⁾.

If then the farces too were originally «autos», some confusions were bound to arise from the double accident that the poet died before completing his editorial labours and that his children, lacking the text of the *Dom Duardos* complete with «Carta-Prólogo», were unaware of their father's choice of «morality» as distinctive title for his religious plays. It is not impossible that Vicente had himself forgotten in 1536 his tentative adoption of the term eleven years earlier, for while he amended *Auto* to *Farça* in such works in this

(5) *Op. cit.*

(6) Edited in facsimile by the Conde de Sabugosa, Lisbon, 1906.

category as he then had to hand, he omitted — or decided not — to change *Auto* to *Moralidade* in the religious plays; and his children, respecting his wishes, real or apparent, in the matter, adhered to *Auto* for the individual morality, taking the collective title «Obras de Devaçam» from the «Epístola dedicatória». Their trouble arose with four plays missing from the *cartapácio* and recovered by them from other sources. Though demonstrably not religious, they were all, like the first edition of the *Inês Pereira*, still described on the title-page as «Autos». One, the *Auto da Índia*, was clearly a farce; another, the *Auto da Lusitânia*, began with a farcical curtain-raiser; two, the *Auto da Fama* and the *Auto das Fadas*, they were at a loss to classify. Taking the lazy way out, they gave to each the title *Farça chamada Auto*... and assigned the lot to Book IV. Had the *Auto da Festa* also fallen into their hands, this would have become one more *Farça chamada Auto*... But though even the author might well have had some difficulty over the *Auto da Fama* and the *Auto das Fadas*, he would have known straightway what to do with the *Auto da Lusitânia*. Its place was in Book III, with the tragicomedies.

There is general agreement that Vicente's dramatic achievement is to be found predominantly in the farces. There, and only there, did his gifts of direct observation, of characterization, of dialogue, of social satire, find full scope. If from this path he allowed himself to be diverted, in the fulness of his powers, by a misguided royal patronage, Portuguese literature has a heavy charge to lay at the door of João III. One may wonder nonetheless whether this is the whole story. *Os Almocreves*, *O Clérigo da Beira*, the curtain-raiser to the *Auto da Lusitânia*, possibly the *Auto da Festa*, suggest that João did not impose on the poet a total abandonment of the vein. Ecclesiastical censure, scruples of conscience or State policy in the monarch who was later to father the Inquisition on Portugal, may have inhibited Vicente's fondness for pillorying the clergy, but the clergy were not the only butts for satire. They are in fact strikingly absent from his most successful essays in the kind.

Much greater significance attaches, we would suggest, to the fact already stressed that when, in 1525, Vicente turned over a new page to please a new patron he had recourse for his subject-matter to a book — and confessed his delight at the discovery that gave him his story ready-made. However little Aristotle and Lope de Vega had in common, they were at one in their insistence that, in drama, the plot is the thing. «The action and the fable are the end

of tragedy; and in everything the end is of principal importance... The fable is the principal part, the soul as it were, of tragedy». «Adviértase que sólo este sujeto tenga una acción, mirando que la fábula de ninguna manera sea episódica... La solución no la permita hasta que llegue a la postrera scena... Guárdese de imposibles, porque es máxima que sólo ha de imitar lo verisímil». Had Vicente known these precepts, one might have inferred that he consistently went out of his way to infringe them. Not having known them, he must still be indicted of lamentable inability to weave a plot or even tell a story. On one or two occasions—*O Velho da Horta*, *Inês Pereira*—he triumphs, or all but triumphs, over that disability. Elsewhere his failure to turn the most promising situation to dramatic account (*Auto da Índia*), to keep to his theme (*O Clérigo da Beira*), or to achieve anything like a dénouement (*Os Físicos*) is almost incredible in a follower of Encina. In the moralities the doctrinal element, as the original motive, is presumably to be accounted in itself sufficient justification, but it is no service to literary criticism to gloss over the depths of dramatic absurdity into which they constantly fall. All that has been written in praise of the trilogy of the *Barças* cannot obscure the fact that in conception they remain essentially medieval and in technique of a touching naivety. The dénouement of the *Barca da Glória* is not even theological sense; dramatically it makes nonsense of all that precedes.

If to some the *Dom Duardos* is Vicente's masterpiece, it is precisely therefore because this is almost the only play of the forty-four that can be read for the interest of a story logically unfolded and reasonably free from irrelevances. But the new kind—or, more exactly, the new group—which he inaugurated with the *Dom Duardos* was to take Vicente farther and farther from coherent story. It was doubtless in realization of this that he at length turned again, in 1533, to another chivalresque novel, the *Amadís*; the prescription did not work a second time, for the essential unreality of the emotion he there found would have betrayed even a dramatic canvas, and this is anything but. There followed, three years later, one last play, the *Floresta de Enganos*. The critic, studying its structure, is forced to the conclusion that «o mecanismo teatral, volvidos mais de trinta anos de experiência de representações, nada tinha adiantado» (7).

«Superiores, incomparablemente, a los pasos de Rueda», says a

(7) Óscar de Pratt, *Gil Vicente*, Lisbon, 1931, p. 46.

Spanish critic of the farces⁽⁸⁾. Superior, we are ready to admit, in every respect save one. But that one was the one above all others that mattered: Lope de Rueda could transmute his observation into a plot dramatically conceived and unfolded. And for that he was adjudged by Lope de Vega and Cervantes the true father of the Spanish *comedia*. Yet, for all their shortcomings, Vicente's farces alone of his works had in them the seeds of dramatic development, and it was his and Portugal's tragedy that Vicente the author of comedies and tragicomedies, having wilfully stifled Vicente the writer of farces, should have proceeded to bury the corpse beneath the weight of his prestige as master of Court entertainments. No more grievous act of fratricide is recorded in the annals of any country's literature. Criticism in the past has concentrated too much, perhaps, on Vicente's uniqueness, too little on the reasons for his solitariness in the record. If the application to his plays of the ordinary criteria of drama should threaten to depress somewhat his stature, it also removes much of the mystery which up till now has enveloped the phenomenon of a national drama that perished with its founder.

University of Glasgow.

WILLIAM C. ATKINSON

⁽⁸⁾ Angel Valbuena, *Literatura Dramática Española* (Colección Labor), Barcelona, 1930, p. 66.

JOÃO DE BARROS

O que pensa da língua portuguesa—Como a escreve

Introdução

Lembremos, da biografia de João de Barros, o que mais importa como introdução ao estudo que dele vamos tentar. Vive nos primeiros três quartéis do século XVI; é filho bastardo, mas de pai cuja nobreza lhe abre as portas dos Paços da Ribeira, onde lhe decorre parte da mocidade, ao serviço do príncipe, futuro D. João III, ali porventura tendo recebido a sua cultura inicial.

Não foi inútil, para a concepção, realização e para o próprio teor da sua obra, esta situação que lhe permitia uma visão magnificadora da vida, além da alta consciência dos seus deveres de escritor. Era no tempo em que, em Portugal, entre os maiores valores da acção e da inteligência, se realizava uma colaboração exemplar, toda no sentido do engrandecimento da Nação e da dignificação da grei. Neste ambiente de actividades convergentes de homens de acção como Afonso de Albuquerque e D. João de Castro, sábios como Pedro Nunes e Garcia de Orta, poetas como Gil Vicente e Camões, cronistas como Castanheda e Damião de Góis, sem esquecer os que, como Duarte Pacheco, D. João de Castro e o próprio Albuquerque, ao mesmo tempo são homens de acção e de curiosidade científica, João de Barros não pôde deixar de receber os estímulos que explicam o sentido da sua obra. Toda ela é elaborada com intuito mais *formativo* do que *informativo*, pedagogicamente, e por isso com larga utilização da forma dialogal. O pedagogo da *Cartinha* de aprender a ler e da *Gramática*, o moralista que aproveita a forma de jogo para ensinar a ética de Aristóteles, o apologeta da *Rópica Pneúma*, fazem adivinhar o investigador e narrador d'*A Ásia* e o estudioso da *Geografia* de terras e mares que foram o teatro da acção que narra. *A Ásia*, sem deixar de constituir um esforço aturado na busca da informação exacta, é, ainda mais, lição preocupada de dar relevo à acção exemplar. Mais do que o conhecimento dos homens do passado, importava o encaaminhamento dos presentes e futuros. Por isso *A Ásia* foi escrita depois

de *aparar a pena* na composição da novela de cavalaria — *Crônica do Imperador Clarimundo*, em cujo desdobramento se insere o episódio do sábio *Fanimor*, que, no alto do castelo da *Serra da Lua*, de vestes brancas banhadas de luar, clama em verso a profecia da futura Monarquia Portuguesa, com o épico remate da expansão ultramarina...

A Literatura Portuguesa estava grávida d'*Os Lusíadas*. A visão heróica da gesta que se ia cumprindo impunha ao historiador a substância e forma que mais de uma vez não podia deixar de ultrapassar as medidas normais da narrativa histórica. Por isso o poeta genial se preparou para *Os Lusíadas* lendo as *Décadas* de Barros, como este se havia preparado para as *Décadas*, escrevendo a novela-poema. Mais de uma vez nas estrofes camonianas ecoam, sublimados, conceitos do historiador.

O Gramático

Teófilo Braga formulou contra João de Barros esta censura: «Colocado sob o jugo da gramática latina, não soube observar as tendências da língua portuguesa, tornando-se por isso culto». Nada mais injusto. Tal juízo não encontra fundamentos nem nas *teorias do gramático* nem na *prática do escritor*. Barros expõe seus conceitos sobre a língua portuguesa, possibilidades expressivas dela, processos de enriquecimento, nobreza de origem e índole, no opúsculo intitulado *Diálogo em louvor da nossa Língua*, publicado em 1540, juntamente com a sua *Gramática da Língua Portuguesa*, animada pelo mesmo zeloso sentimento de nacionalidade.

O historiador das *Décadas* é pedagogo e moralista. A *Gramática*, o *Diálogo* a que me refiro, e ainda a *Cartinha* para aprender a ler, publicada no ano anterior, documentam esta dupla qualidade. Mais do que a informação, o interessava a formação, e da criança como do adulto. O ensino da leitura não é apenas aquisição duma técnica para a vida prática. Tem finalidade religiosa, que o estimula a tentar a glória, a que não á hi outra que se possa comparar, «a quando os mininos etiopas, persianos, indos de aquém e além Gange, em suas próprias terras na força dos seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano, per esta nova arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nela vão escritos...»⁽¹⁾. Tem finalidade patriótica, porque o ensino do português aos povos que dominamos é um meio de os incorporar numa cultura que através da sua existência perdurará.

(1) *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. do Prof. L. Pereira da Silva, pág. 18.

Porque «... o mais certo sinal que o Romano pode dar ser Espanha súdita ao seu Império não serão suas crônicas escriturais ... mas a sua linguagem, que nos ficou em testemunho de suas vitórias... As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são e pode-as o tempo gastar; porém não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras leixarem».

É este ideal que, em face do latim, lhe evita subserviências de imitador desnacionalizado e o leva ao aproveitamento do exemplo com que melhor há-de servir o seu povo — dando-lhe, da língua que fala, arte análoga àquela com que os Romanos deram perfeição de modelo à própria.

É o que poderemos observar na análise, mesmo perfunctória, do que há de essencial no *Diálogo*. Anima esta obra espirito semelhante ao da *Défense et illustration de la langue française*, que em 1549 publicou du Bellay. O mesmo propósito de exaltar os méritos da língua nacional — e de indicar os meios de a tornar ainda mais apta à função que se lhe confia. É claro que o mérito primacial dela, segundo o critério do tempo, não pode deixar de ser a sua maior conformidade com o latim, se comparada com todas as outras línguas neolatinas, no que respeita ao vocabulário como à ortografia. Repele Barros o juízo que coloca o português abaixo do espanhol, como este abaixo do italiano, do ponto de vista da riqueza lexical. A nossa língua tem, segundo ele, «majestade para cousas graves e ãa eficácia baroil que representa grandes feitos. E o sinal onde se isto mais claro vê é na música, que naturalmente acerca de cada nação segue o modo da fala: linguagem grave, música grave e sentida» (pág. 13).

Notemos, de passo, a finura deste juízo de Barros, que surpreende parentesco entre formas de cultura que, na verdade, o têm, e íntimo, mas que só alguns séculos mais tarde seria posto em evidência.

A gravidade da nossa língua — continua ele — não lhe tira a força «para declarar, mover, deleitar, exortar a parte a que se inclina, seja em qualquer género de escritura». Mas eis como, numa restrição feita a esta capacidade expressiva do idioma, Barros emite outro juízo, significativo da sua aguda atenção aos fenómenos da cultura: «Verdade é ser em si tão honesta e casta, que parece não consentir em si uma obra como *Celestina*. E Gil Vicente, cómico que a mais tratou em composturas que algũa pessoa destes Reinos, nunca se atreveu a introduzir um *Centúrio* português, porque, como o não consente a Nação, assi o não sofre a linguagem» (pág. 14).

Não nos iludamos, pois, com a atitude admirativa de João de Barros perante o latim, nem concluamos dela que ele proceda, como gramático ou escritor, no sentido de mais ainda avivar a semelhança, que louva, entre o português e a língua-mãe. Ele entende que, se as línguas castelhana, italiana e francesa «se dão nos nossos tempos às treladações latinas, usurpando vocábulos que os fez [aos povos que as falam] mais elegantes do que foram ora há cinquenta anos, este exercício, se o nós usáramos, já tivéramos conquistada a língua latina, como temos África e Ásia, à conquista das quais nos mais demos que às treladações latinas. E o sinal desta verdade é que não sòmente temos vitória destas partes, mas ainda tomamos muitos vocábulos...» (pág. 15).

Aqui Barros, com algumas ingenuidades de mistura, deixa registrado o facto essencial da importação para o português (e, por nosso intermédio — acrescentaria ele hoje — para outras línguas do mundo culto) de vocábulos de origem oriental, apontando *zumbaia*, *chatinar*, *beniaga*, *lascarim*. É sabido que foram muitos outros os vocábulos incorporados na nossa linguagem e muitíssimos mais os que ele escreveu, mas não lograram sair das suas páginas descritivas.

Se, por um lado, se não deslumbra com as palavras de importação latina, que enriquecem as línguas italiana, francesa e espanhola, e opõe ao orgulho de tais aquisições feitas nos livros o orgulho derivado das realizadas nas línguas vivas dos povos por nós dominados, por outro lado, entende ser necessário submeter as palavras colhidas nas línguas clássicas à índole da nossa. «Assi que podemos usar de alguns termos latinos que a orelha bem receba, porque ela julga a linguagem e música e é censor de ambas e, como os consentir, um dia ficarão perpétuamente» (pág. 16).

Para mais rigorosa cautela contra as importações, à pergunta sobre se todos os que sabem «poderão tomar esta licença pera derivar vocábulos dela a nós», responde: «Não são todos pera isso licenciados, e os que o forem, será em alguns vocábulos que a natureza da nossa linguagem aceite» (pág. 16).

É porque tudo subordina ao critério de conformação dos termos estranhos às exigências no nosso ouvido, que ele:

Em primeiro lugar, tanto se opõe ao uso de *neologismos* latinos *mal derivados a nós*, como ao de *arcaísmos*, ou sejam «algũas palavras que colhamos por escrituras antigas, as quais o tempo leixou esquecer»;

Em segundo lugar, prefere à importação o aproveitamento dos termos já antigos na nossa língua, mas ainda usados entre o povo;

E lembra «muitos que se usam entre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa, os quais alguns indoutos desprezam, por não saberem a raiz donde manam» (pág. 16).

Como se vê, Barros não vive obcecado pelo esplendor do latim. Se a língua portuguesa, por então, lhe era inferior, o tempo lhe daria a elegância da língua mãe.

Mas esta atitude é a normal no seu tempo. O culto do latim e do grego, longe de apagar, na tertúlia internacional dos humanistas, a viveza do sentimento da nacionalidade, antes o estimulava com os grandes exemplos do patriotismo romano. A própria palavra *pátria* é por esse tempo que se introduz no léxico novilatino. Veio do Lácio, mas em cada nação se carregou do potencial emotivo que lhe era próprio. E todos sabem que o desprezo das origens medievais, o empenho em mergulhar as raízes da nacionalidade nos mistérios da história ou da mitologia clássicas, é, afinal, patriótico anseio de enobrecimento da raça e da nação pelos títulos mais estimados no tempo. Entre os humanistas, bem se pode dizer que o sentimento de pátria se aviva na medida em que a visão que a acarinha lhe transpõe as fronteiras do tempo e do espaço. Lembremos Camões, Miranda ou António Ferreira. Este último, sobretudo, em seu apostolado pelo vernáculo, bem exemplifica o esforço unânime de não o chegar à teta maternal, se não para que, sugando-a, ganhe robustez, formosura e graça. E o gramático Fernão de Oliveira, não escreve quatro anos antes da publicação da *Gramática* de Barros, que, em que devemos aproveitar Gregos e Latinos, é no exemplo que eles nos dão para o aperfeiçoamento da língua⁽²⁾?

Para ele também «melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma» (pág. 21). É o mesmo que o de Barros o conceito evolutivo da língua — e idêntico o processo para ao idioma pátrio determinar o sentido do aperfeiçoamento: as línguas grega e latina «foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que ora têm. Porque não é a língua que faz os homens, mas os homens a língua» (pág. 22).

Como se vê, o que à primeira vista parece deveria determinar *snobismo* desnacionalizador, leva antes a um nacionalismo absorvente, que à língua acautela, por vários modos, a inconfundibilidade do carácter. Por muito que ela sugue a substância alheia, não põe assim em risco a fisionomia própria.

(2) A *Gramática da linguagem portuguesa*, ed. do Doutor Sá Nogueira, pág. 21.

O problema da prioridade da «Gramática da Língua Portuguesa»

Mas aludimos à fundamental identidade entre o nacionalismo linguístico de Barros e de Oliveira. Isto nos lembra o problema da prioridade das respectivas *Gramáticas*.

Diz Barros, aproveitando um exemplo a ilustrar certa regra no capítulo das *Declinações*: «João de Barros foi o primeiro que pôs a nossa linguagem em arte, e a memória de António, seu filho, que a levou ao príncipe, nosso senhor, não será esquecida...» Por seu turno, F. de Oliveira dissera: «...e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mim...» (pág. 108). Como conciliar as duas afirmativas, se na verdade, elas são conciliáveis?

Impressionam os termos em que João de Barros proclama a sua prioridade. O carácter do historiador está acima de toda a suspeita. Pelo contrário — e isto foi lembrado pelo Dr. Américo Cortês Pinto no estudo a que me vou referir — o de Fernão de Oliveira, aventureiro irrequieto, homem de sete ofícios, que percorreu as sete partidas do mundo, clérigo e soldado, marinheiro e diplomata, prisioneiro de Ingleses e Turcos, quando não de inquisidores portugueses, não garante muito a veracidade do que afirma. Por outro lado, enquanto F. de Oliveira exerceu o ensino particular, foi professor dos filhos de João de Barros, Ter-se-ia dado o caso de então haver conhecido, senão aproveitado, a *Gramática* que Barros já tivesse escrito e só mais tarde havia de publicar? Assim o suspeita igualmente o Dr. Cortês Pinto⁽³⁾.

Segundo ele, uma vez publicada a *Gramática* de F. de Oliveira, quando, quatro anos mais tarde, Barros veio a publicar a sua, teria reivindicado uma prioridade que não podia deixar de reear lhe fosse contestada, para isso invocando o testemunho do filho e do príncipe.

Há, porém, a observar: Em primeiro lugar, João de Barros não fez apenas esta reivindicação de prioridade. Igualmente reivindica a da exposição da *Ética* de Aristóteles, no livro acima citado. Também afirma ter sido o primeiro a historiar os descobrimentos dos Portugueses (I, 5), não obstante nisso o ter precedido Lopes Castanheda com sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia*, saída a lume, póstuma, em 1550, quando o primeiro volume da sua foi publicado em 1551.

(3) Vid. *Liceus de Portugal — A Gramática e Cartilha de João de Barros* —, Outubro de 1945.

Não se lhe negará razão para o fazer, pois é bem de ver que a sua obra estaria já muito adiantada, quando apareceu a de Castanheda. Mas pergunta-se : não parece que teria aludido a esta circunstância, se realmente redigisse aquela declaração de prioridade depois da publicação da *História* de Castanheda ? Se admitimos que anteriormente a redigiu, sem ter, portanto, em mente contestar a prioridade de Castanheda, igualmente aceitaremos que poderia não pensar na *Gramática* de Fernão de Oliveira, ao escrever a discutida frase que afirma a prioridade da sua.

Na verdade, apesar do aparecimento, quatro anos antes, da obra de Oliveira, a sua era verdadeiramente a primeira gramática, ou seja, a primeira arte completa de ensinar as regras de bem falar e escrever a língua portuguesa. Nem Oliveira se gabara de ter sido o primeiro a *pôr a nossa linguagem em arte*. Contenta-se de declarar, na dedicatória a D. Fernando de Almada, ter feito uma *primeira anotação*, que se cifra «em dizer não tudo, mas apontar algũas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando nada de cada dição, porque isto fica para outro tempo e obra». Ora uma *primeira anotação* sobre assunto restrito da Gramática, sem formulação e disposição didáctica de regras, não se pode considerar uma *arte de gramática*, sendo antes um *ensaio filológico*, sobretudo desenvolvido na parte da fonética, por quem para ela tinha excepcionais aptidões de observador, servido por óptimo ouvido. Basta reparar no modo por que trata, no cap. 48, as *Conjugações*. Dedicai-lhes página e meia, e promete : «Em outra parte o repetirei ou declararei por inteiro». Outro passo nos informa : «e nós dos nossos [verbos] faremos memória a seu tempo, mas não nesta obra, no que não faremos mais que apontar os princípios da *Gramática*...» (pág. 106).

Em segundo lugar, notaremos que, se Oliveira conheceu ainda manuscrita a *Gramática* de Barros, dela nada aproveitou. Nem um eco dela se sente na do primeiro. A identidade de atitude nas afirmações de nacionalismo linguístico, aliás sentimento comum no tempo, depreendemo-la do confronto entre a *Gramática* de Oliveira e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

Há uma citação de Barros e um aproveitamento da sua autoridade. É na pág. 73, ao referir-se às duas formas de preposição *té* e *até*. Documenta esta 1.^a forma com Garcia de Resende «em cujas obras eu o li no *Cancioneiro* português, que ele ajuntou e ajudou ; e João de Barros, ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem ; e

mestre Baltasar...» (pág. 75). Creio que não existem outros vestígios do historiador-pedagogo nestas *anotações* do gramático.

Como nada Oliveira aproveitou da *Gramática* de Barros, se admitirmos a hipótese de que escrita antes de 1536, também a deste nada aproveitou da daquele. De quem ele utilizou muito foi de Nebrija. Utilizou o plano, porque com o autor castelhano comungava na convicção de que, «por sermos filhos da língua latina, temos tanta conformidade com ela, que convém usarmos os seus termos, principalmente em coisas que têm seus próprios modos, dos quais não devemos fugir...»

De passo se diga que tal artifício didáctico para enquadrar a língua em nada afecta a natureza desta. Conceber, por exemplo, que tenham declinação os nomes e artigos do português, é equivocar-se, inofensivamente para a estrutura destes, sobre o sentido daquela palavra, fazendo dela a designação da variação de preposições, quando o era, em latim, da variação do elemento final da palavra.

Aliás, uma autoridade para Barros vale mais que a dos antigos escritores ou gramáticos: é o uso, já estabelecido como lei por Horácio, que em seu poder punha *jus et norma dicendi*. A gramática define-a ele como «o modo certo e justo de falar e escrever, *colheito do uso e autoridade dos barões doutos*» (pág. 71): E se o uso não fosse em contrário, que tem grão força acerca das coisas, não me pareceria mal desterrar de nós esta prolação e ortografia galega... (ão em vez de *am*)» (1).

Ainda assim, o respeito do uso não o impede, por exemplo, de preconizar a simplificação ortográfica, começando pela própria palavra *orthographia*, luxuosa de letras inúteis. Chega mesmo a esta audácia; «e dado que a dicção seja latina, como a derivamos a nós e perde sua pureza, logo a devemos escrever ao nosso modo.» E se mantém o *h* inicial, é porque, ao contrário de F. de Oliveira, que nega a existência da aspiração em português e até no latim, ele a admite em alguns casos.

Princípio notável na pedagogia do gramático é o que estabelece a necessidade do estudo do vernáculo: «Não pareça trabalha sobejo entender tanto na própria linguagem; porque, se fores bem doutrinado nela, levemente o serás nas alheias. Este é o modo que tiveram todos os Gregos...» (pág. 17). Como se vê, Barros já no século XVI entendia o que no século seguinte havia de estabelecer como doutrina o pedagogo morávio Komenski ou Comenius: «Tentar

(1) *Gramática Portuguesa*, ed. de 1777, pág. 105.

estudar o latim antes do vernáculo, era como querer montar a cavalo antes de saber andar». Não obstante, foi esta pedagogia condenada a que entre nós dominou durante o século XVII e parte do XVIII, e constituiu um dos temas discutidos na célebre contenda sobre *O Verdadeira Método de Estudar*. Padre Arsénio, pseudónimo de um dos contendores, proclamava contra o Barbadinho: «A nossa língua não é morta para que os naturais precisem de tal diligência (a diligência de a aprender...)»

Algumas notas acerca da fonética, morfologia, léxico e sintaxe das «Décadas»

Mas é tempo de atentarmos no escritor, mais do que no gramático. As *Décadas* são tesouro preciosíssimo, onde a observação muito pode colher para o conhecimento da língua do tempo. E comecemos pela *fonética* e pelas formas nominais ou verbais em que é mais sensível a acção ou o desrespeito de suas leis:

Não nos deixemos iludir por formas como *regno*, em vez de *reino*, *Cepta*, em vez de *Ceita* ou *Ceuta*, e ainda *prompto*, *acceptar*, *tractar*, *auctos*, *efectos*, *fructos* e outras, em que a grafia era latina, mas a pronúncia perfeitamente portuguesa. Com efeito, ao lado de tais latinismos ortográficos, Barros mantém a forma popular de palavras que deviam desaparecer ante as de fisionomia latina. Assim, *pàdar* por *paladar*, *pagaismo* por *paganismo*, *enco* ou *anco* por *ângulo*, *liação* por *ligação*, *baroil* por *baronil*, depois *varonil*, *esnoça* por *sinagoga*, *cosso* por *curso* ou *curso*, *delgado* por *delicado*, *adoutivo* ou *auto* por *adoptivo* ou *apto*. E, quanto a verbos, ainda se mantém resistente à tendência a restituir o aspecto latino a formas como *reprender*, *consirar*, *arrunhar* (por *arruinar*) *igar* ou *iguar* (por *igualar*).

Alguns verbos, como *caer*, *atraer*, *retraer*, *corregér* (do latim vulgar, onde eles tinham transitado dos temas em *consoante* aos temas em *e*), conservam a forma medieval. Mantêm-se participios fortes hoje desaparecidos, como *coseito*, *comesto*, *colheito*. Dos participios do português medieval em *udo*, apenas encontrei *reteúdo*.

Por outro lado, ainda o desejo de evitar confusões não tinha substituído a forma *aas* (de *alas*) por *asas* (de *ansas*), *aquecimento* ou *acaecimento* (de *accadescimentu*) por *acontecimento*. Em compensação, há formas que se defendem contra a tendência a maior diferenciação do latim, como *embarbasçar* (por *embasbacar*), *geo-*

lhos (por *joelhos*), *doencia* por *doença*, *chuiva* por *chuva*, *quintã* por *quinta*, *lũa* por *lua*, *leixar* por *deixar*, *caso* por *acaso*.

Há casos de fonética sintáctica que mais de uma vez podem conduzir a erros de interpretação. Assim *perá ilha* por *pera a ilha* (I, 95); *trespassam área* por *trespassam a areia* (I, 106); *oficiais d'arrecação* (I, 157); *vissem armas* por *vissem em armas*: *vinta seis*; *emboora* ao lado de *embora*...

E agora alguns apontamentos muito rápidos sobre a *morfologia* e *sintaxe* de Barros, que mais se distanciam das nossas.

Quanto aos *nomes*, observemos que são uniformes os adjectivos em *-or*, *-ol* e *-ês*. Na formação do plural há particularidades como *fértiles*, e, para a formação do superlativo, podem usar-se estruturas como *o mais riquíssimo*, *mui antiquíssimo*.

Dos *pronomes*, note-se a particularidade do emprego de *que*, por o *que*. Uso frequente de partitivos, às vezes com equivalência de significado a *uns*: ... *trazia quarenta mil homens*... *deles como vasalos e outros por serem amigos*.

Os indefinidos *um*, *uma*... *outro*, *outra* são, como é de uso em francês, acompanhados de artigo: *a uã*... *a outra*...

As *conjunções* ou *locuções conjuntivas* oferecem algumas estranhezas aos menos habituados. Assim a copulativa e pode apresentar-se com nítido sentido de concessiva (vol. II, pág. 303). *Porém*, ainda às vezes mantém o antigo sentido causal II, 258). *E que* ou *dado que* têm o significado de *posto que* (I, 321). *E* por seu turno *posto que* equivale a *porque* (I, 51). *Em tanto que* vale como *por tal forma que*. *Com que* pode ser *de modo que*, tanto como *pelo que*. Na pág. 356, ocorre a expressão *não só... mais também*, a qual mostra a origem — e a primitiva lógica — da actual forma *mas também*...

Quanto às *preposições*, elimina-se a de lugar ou tempo em frases onde tal circunstância está expressa como — na *monção que partiam* (II, 68). *De* usa-se frequentemente no sentido de *por*: *de mahnoso*, *de indústria*... *Acerca de nós* tem o sentido de *perto de nós* ou *entre nós*. Uma expressão como *entre fé e temor*, *entre dor e peçonha*, tem o significado de *a fé junta ao temor*, *a dor acrescida da peçonha*... (I, 60).

Como *advérbios* ou *locuções adverbiais* desusadas hoje, temos: *a mão-tenente*, no sentido de *de perto*, *com a arma segura na mão*; *sob a reverência de*... no sentido de *salvaguardando*, *não obstante o respeito por* (I, 367). *Encontrar-se na cortesia de*... significa estar

à mercê de... *Novamente* significa *recentemente*; e uma frase como: «Carregaram pimenta e algũas drogãas, sòmente gengivre, que depois foram tomar a Cananor...» (I, 208), dá ao advérbio *sòmente* o sentido, que a cada passo ele assume em Barros, de *com excepção de...* Certo tem o significado de *certamente*; *levemente* quer dizer *sem dificuldade*; *de maravilha* equivale a *difícilmente*, *por milagre*; *quase* também pode equivaler a *difícilmente* (II, 287) ⁽⁵⁾.

Quanto a particularidades de *conjugação*, é vulgar em Barros o emprego do imperfeito do indicativo onde nós hoje usamos o imperfeito do conjuntivo e o condicional. Assim: *E se os nossos não falaram e bradaram, sempre uns dos outros receberam dano* (I, 31).

Fenómeno mais interessante é o emprego do infinitivo em casos em que deveria usar-se o imperfeito do conjuntivo. Assim, por exemplo: *para que, segundo a qualidade da cousa, assim fazer...* (I, 121); ou ainda: «...*té que à custa de seu dano verem...*» (I, 263).

Trata-se de vestígio do imperfeito do conjuntivo latino, vestígio que, é sabido, constitui uma raridade nas línguas românicas, onde a norma é a substituição daquela forma pelo pretérito-mais-que-perfeito do mesmo modo? Assim o afirmou o Prof. José M. Rodrigues (*Bol. da Seg. Classe da Acad. das Ciências de Lisboa*, vol. VIII).

Não deixaremos de notar o basto número de frases em que, entre a conjunção e o verbo, se interpõe cláusula mais ou menos longa, e assim o *que* pode assumir sentido expletivo, sendo perfeitamente eliminável ou substituível pelo demonstrativo *isto* ou *o seguinte*. Por exemplo:

«D. Lourenço também assentou aquela noite *que*, como a maré da menhá viesse, *ir* logo sobre ele...» (II, 84).

«Seu propósito foi *que*, se Mir Hocem levasse a pior, não lhe *dar* tanto a mão *que* ficasse lá o braço» (II, 96).

«Assentou [...] *que*, primeiro *que* fossem em terra, *irem* no seguinte dia [...] dez batéis a queimar alguns bailéus» (II, 268).

«Com fundamento *que*, tanto *que* a ele chegasse, *prover* de melhor vasilhas aqueles a *que* tomava as em *que* andava» (II, 292).

Trata-se aqui de vestígio do imperfeito do conjuntivo latino ou do emprego de *que* em função análoga à de casos como os que vou citar? :

«... ao qual perguntou *que* como andava aquela gente tão mal ordenada...» (II, 327).

«... e perguntando *que* como tinha vista para se meter naquele lugar...» (II, 24).

⁽⁵⁾ As citações referidas à edição da Agência Geral das Colónias.

Ou ainda, trocando as conjunções: «... e ordenou *como*, com a obra nova que fez, *que* a maior torre ficasse...» (II, 328).

Surge, todavia, uma frase como: «... *que não tinha quem os defender...*» (II, 68). Aqui é força reconhecer que a melhor explicação a dar à forma verbal é que se trata de vestígio da desaparecida forma latina, e é perfeitamente lógico ler todas as outras à luz com que esta se afigura resolver o problema.

Pelo que respeita ao *léxico*, foi a sua riqueza explorada por Moraes e Silva, que a cada passo se abona com as *Décadas*. Basta mergulhar ao acaso a mão no *escrínio* e tirá-la cheia de curiosidades, para se fazer ideia do que de imprevisto e saboroso elas contêm para o leitor mesmo moderno. Há vocábulos cujo primeiro tratamento fonético se mantém, como *geolhos* e *jazeda*, do participio reconstituído sobre *jaceo-jaceta* (*m*). Outras, se em escritor moderno fossem vistas, seriam tomadas pelos menos prevenidos como francesismos, tais *pastura* por *pasto* e *veação* por *caça brava*; e *almorço*, por igual distração seria tomada como vinda de Espanha, quando o *r* comum à forma *almuerzo* é do étimo latino *admorsu*.

Mas há palavras que, sem qualquer modificação na forma, se apresentam de conteúdo muito diferente. Assim: *pejo* por *obstáculo*, *natureza* por *terra da naturalidade*, *força* por *fortaleza*, *achaque* por *pretexto*, *soberano* por *eminente*, *cabeceira* por *chefe*, *embarcação* por *acto de embarcar*. *Tempo*, por evolução semântica análoga à do francês *tampête*, há frases em que tem o sentido de *mau tempo*. Mais de uma vez, é do significado do contexto que se deduz o de certas palavras a que o atribuímos bem diferente. Alguns exemplos: «A Fernão de Magalhães sempre el-rei teve tal *antojo*, que lhe não tomava o *salva*». Em *reinar maldades*, descobre-se o aviltamento do sentido do verbo para *tramar*. Em *afortunado de perseguições*, o participio assume sentido oposto ao que lhe damos. A expressão *homem de pouca sorte* mal se adivinha significar *homem de modestos haveres*. Quando homens da tripulação vão a terra *fazer carnagem*, não temamos que vão praticar crueldades sangrentas, pois apenas vão adquirir refresco de carnes...

Há termos que a língua pode considerar perdidos, ao menos no significado que tinham, e não diremos que se lhes não sinta a falta. Assim o francês *camouflage* tinha no português de Barros o correspondente *encoberta*. *Anaçar as águas* ou *embaçar a peça de artilharia*, quem se lembraria de o escrever? E todavia, este último verbo é um belo exemplo de imaginação expressiva... A palavra *catar viu*

restringida sua primeira significação, que lhe permitia ter como objecto *naus*, coisa bem mais digna do que *pulgas*...

Há ainda palavras que mudam de categoria morfológica ou, melhor, mantêm a primitiva, correspondente à forma. Assim *charneca* e *cabedal*, que ocorrem como adjectivos. Como adjectivo figura igualmente *bonança* (tempo *bonança*). Outras surgem-nos com género diferente, em conformidade com os seus étimos latinos: a *fim*, a *aleijão*.

Mas isto é amostra apenas, não pretende ser inventário. Não deixaremos, porém, de notar, que, tratando-se de história toda cheia de actividade marítima ou militar, não faltam termos náuticos e bélicos. Ainda aqui, o marinheiro e o soldado português foram os fornecedores do léxico de autor acusado de cultista. A nau *encodava-se*, quando pendia de popa ou a metia debaixo de água. A nau *escorre o porto*, quando passa sem nele entrar. *Trabuca*, quando se inclina sobre um dos lados, alagando-se. *Corre a árvore seca*, por virtude de qualquer *peganho* ou *pegão de vento*, quando não leva vela nos mastros. Vai *a-la-mar* (velhíssima expressão do tempo em que a palavra *mar* era feminina; e se empregavam frequentemente as formas próximas do latim *-lo*, *-la*, *-los*, *-las*) quando vai afastada de ilha ou continente; vai *na volta do mar*, quando da terra avança pelo mar fora.

Um navio *alquebrava* ou *rendia* quando ficava sem a curvatura que descreve de popa à proa. Para o remediar, *tirava-se a monte* (401). Ia de *rota batida* ou *abatida*, quando não parava nos pontos de passagem...

Este conhecimento pormenorizado da nomenclatura da marinharia é, aliás, vulgar entre os escritores do tempo. Todos sabem designar pela palavra adequada apetrechos de barco ou particularidades de manobra, como se para todos, autores e leitores, a vida do mar fosse quotidiana ocupação, passada presente ou futura.

Mas o barco levava estas ansiosas curiosidades para o largo Mundo, e de quantas almas ou coisas a Vida lhes ostentava, era idêntico o desejo de tudo fixar para transmitir, com a imagem nítida e a palavra precisa. E assim as páginas de cronistas, como as de descritores de viagem, enchem-se de vida exótica e exótico vocabulário. Pela África, América e Ásia, desde a Índia ao Extremo Oriente, tudo interessa à curiosidade europeia, representada pelo Português de Quinhentos — instituições religiosas, civis e militares, com suas variadas hierarquias; nobres e plebeus, as raças e os seus costumes, habitações ou quintas, armas e vestuário, barcos e seus pilotos, mer-

cadorias e seus pesos e medidas, moedas e seus valores — que sei eu? É todo um complexíssimo conjunto de culturas, toda a fenomenologia de civilizações várias, surpreendidas na policroma variedade dos vocábulos próprios, que salpicam de seu matiz milhares e milhares de páginas por que se desdobra o vasto mundo oriental. E de tudo as *Décadas* têm riqueza abundante.

Todavia, se possuir farto vocabulário é dispor do material necessário a fixar desde o incidente da manobra marítima, até a descrição colorida da embaixada exótica, para formar desde a pequenina frase irônica, até a longa página patética ou entusiástica, outra riqueza existe igualmente preciosa, além desta que a memória vai amasalhando: é a que a imaginação constantemente cria, segundo a excitação da necessidade ou a íntima exuberância espiritual. Ela cria, não o vocábulo, mas a perífrase que o substitui, para mais impressionante valorização da coisa significada, a metáfora que suplanta o termo próprio que o uso desgastou, a imagem que o transforma em valor pictural, a hipérbole que o associa em frases que, para a encarecer, ultrapassam os valores da realidade. É o que mais adiante hemos de ver.

O Estilo das «Décadas»

Mas atentemos na prosa de Barros do ponto de vista estilístico.

Conhecido o material vocabular de que usa, vejamos o modo como lhe aumenta, pelo metaforismo, o vigor e o brilho, para repararmos depois na estrutura das suas largas frases, na força expressiva das narrativas ou discursos.

E o que logo de início ele sentia ser uma das ofertas espontâneas da *madre natureza* que o tinha criado era a vivacidade da sua imaginação, indispensável a todo o artista. Com ela criaria o seu estilo, a começar pelo próprio material verbal, que importava não fosse apenas o comum, ou melhor, o desgastado e descolorido pelo uso quotidiano.

Não sendo muito rico, é expressivo e frequentemente cheio de graça ou vigor o metaforismo com que Barros aviva o poder aliciante do seu vocabulário. E começemos pelo que, apesar do juízo de Teófilo Braga, mostra o escritor muito mais atento ao falar vivo do povo, do que a seus prestigiosos mestres latinos.

Assim a palavra *embetesgar* — *meter-se por betesgas* —, em sentido análogo ao de *embrenhar-se* — *meter-se por brenhas*. Por trans-

lação de sentido, emprega-a Barros com o significado de *entrar na profundidade de um assunto, afastar-se dos cálculos usuais*.

Há *cardumes de fustas* nas páginas de Barros, mas também há *cardumes de mouros*. Tratando-se de *flechas*, o nome colectivo é *enxames*, mas também escreve *enxame de gente*. De barcos em movimento de ida e vinda, a levar e trazer recados, diz ele que *fervem e vão tecendo*.

Mas, frequentemente, ao popularismo de origem junta-se a valentia expressiva. Assim nos fala em certa *restolhada de mortos que cobriu a campanha*; em povos que *arrevessam* (vomitam) os *príncipes*, por *lançam-nos fora da amizade e respeito*; os mouros de Calecut andavam *enxotados de nós*; e de certos inimigos feridos di-lhos bem *esfarrapados na carne*; *ir empós de alguém* e muito perto ou *navegar empós de alguém* diz-se *ir com a barba sobre alguém*.

Nada disto Barros aprendeu nos clássicos latinos, como não aprendeu expressões como *fazer em salada*, no sentido de *destruir, despedaçando*; *fatiar a adarga por reduzi-la a fatias, pedaços*; *matinada de bozinas, atabaques, chocalhos*, transferindo para aqui o sentido duma palavra derivada de *matinas* — rezas em coro, feitas de manhã.

Muitos rios pequenos que desaguam no Mondego formam *uma plebe de riachos*.

Há outras expressões que não têm esta rude força a denunciar a intensidade do sentimento que acompanha a visão da coisa expressa, mas que nem por isso são constituídas por metáforas menos representativas ou menos enérgicas. É um exemplo aquela que diz: «... *inda que pudesse dum ímpeto levar a cidade na mão*...» Certo mouro era sagaz e manhoso e *sabia enfiar as coisas a seu proveito*, onde o verbo *enfiar*, pela sugestão que dá de *finura, subtilidade*, é mais expressivo do que *encadear, encaminhar*. *Começou o mar a ser lavrado de naus*. Já a palavra *sulcos* entre os Latinos designava, como ainda entre nós, tanto o rego do arado como o rasto côncavo que a quilha do navio deixa após si.

E será preciso dizer que o mar — que *andávamos espancando* — está frequentemente presente no metaforismo da literatura de Quinhentos? Se termos da vida do campo se transferem para a vida marítima, como — *a nau corre a árvore seca* —, muitos outros passam das actividades do mar para as coisas da terra. Assim, se o ânimo de alguém se fixa numa resolução, diz Barros que esse alguém *tem ânimo sobre âncora*. Se se inclina para outrem, aprovando-lhe ou seguindo-lhe os procedimentos, mostra-o como estando *do bordo*

de alguém. Se procede levado por esperanças, logo ocorre a imagem do barco puxado por outro, por meio de toas ou cordas, e forma-se a frase *ir à toa de esperanças*.

Creio bem que quem escreve deste modo, *lançando orelhas*, segundo o seu dizer, muito mais ao falar do seu povo do que ao escrever dos clássicos latinos, de modo nenhum se pode considerar colocado *sob o jugo da gramática latina*, não sabendo observar as *tendências da língua portuguesa*. Porquanto o que vimos é muito mais normal e saliente na obra de Barros do que uma ou outra expressão alatinada, como *noto a eles, reino Calecut, terra Malabar, perguntamos a Ilha da Madeira*, e outras, entre as quais aquelas a que já me referi.

As metáforas enriquecem e avivam a expressividade dos vocábulos; comparações e imagens aumentam o poder comunicativo das frases. Em Barros não falta este aliciantíssimo recurso estilístico, e ainda aqui nos impressiona a mesma força de quem, como Anteu, recebe alentos no contacto com a terra mãe. Não diríamos, por exemplo, sair da boca de autêntico fundibulário uma frase como esta: *«... por muito que lhe ladrava e mordida esta cachorrada de barcos pequenos»*? Outra, apropriadíssima:

«Da fúria e fogo das cruezas de Abdalá na Arábia saltou ãa faísca que veio abrasar toda a Espanha...» (I, 9).

D. João II, cujo espirito a respeito da Guiné não repousava, é *«como um leão faminto, a quem a caça se esconde por temor dele, em meio de algũa grande e espinhosa balsa, a qual ele rodeia e comete por muitas partes, e, ferido e espinhado das entradas e saídas, já cansado, se lança com o sentido e tento posto na preia escondida...»* (I, 125). Ou ainda, aquela comparação segundo a qual a nau de D. Lourenço de Almeida *«expedia de si a gente de Mir Hocem e a fustalha de Melique-laz, ao modo que faz um bravo touro a lebreis que o acossam, estripando uns, embaçando outros, e outros atemorizando de maneira que, assi decepada como estava e meia no fundo, não ousavam de a entrar, e primeiro tomou posse dela a água que os mouros»* (II, 20).

Não faltam hipérboles como aquela segundo a qual o ar *«colhava mais com a chuva das frechas do que com a fumaça da artilharia»* (II, 88). Ou a que de Portugal diz que *«depois que, apartado da coroa de Espanha, teve este nome, assim permaneceu em contínua guerra destes infiéis, que em verdade se pode dizer por ele ter vestido mais armas que pelotes»* (I, 11).

À natureza anima-a Barros poeticamente. Ela dispõe suas mon-

tanhas, *encaminha* seus rios, e a respeito da vasta região desértica a que então se chamava a Etiópia, diz ele que «*vai-se estendendo até ir beber nas águas do Nilo e, tomando ali alguma humidade, da corrente delas torna com aquela secura e esterilidade que leva até dar consigo em águas salgadas do Mar Roxo*» (I, 107).

Todas estas qualidades do artista foram suscitadas pela nobre tarefa do historiador e simultaneamente receberam o coeficiente da exaltação de que a sua grande época tudo afectava — e em Portugal com o acréscimo do orgulho que a epopeia que se estava realizando suficientemente explica. As *Décadas* apresentam-se com a estrutura e o entono de uma das mais representativas obras do seu século. E porque realizada à distância de perto de cem anos da obra de Fernão Lopes, assim difere das crónicas do genial artista, como um grande quadro do Renascimento difere do políptico de Nuno Gonçalves. Qualquer que seja a genialidade do cronista e do pintor, se bem haja verdade profunda nas figuras, falta a perspectiva na ordenação do conjunto.

Ao terminar o livro VII da *Década* II, escreve Barros que, à semelhança de Afonso de Albuquerque, «que entrou pomposo de bandeiras e estandartes no estreito que lhe abria o Mar Vermelho, té aquele tempo tão encoberto aos mareantes da Cristandade», também ele quer entrar com outra *pompa de estilo*, relatando sua natureza, navegação e portos. É assim mesmo. O seu estilo acrescenta ao intrínseco interesse da coisa descrita ou contada graça análoga à que as bandeiras e estandartes punham na entrada de Albuquerque no mar desconhecido.

Mas a *pompa* a que Barros se refere estará sobretudo nos trechos que ele anima de movimento que é o da própria vida. Às vezes, é breve e agitado episódio de guerra, como o leitor o pode ver na *Década* I, pág. 31. Outras vezes são cerimónias de recepção e vistas, e estas podem ter a simplicidade bárbara das ocorridas em África, como a descrita na *Década* I, pág. 80, ou o esplendoroso colorido das que se realizam no luxuoso e opulento Oriente. Leia-se, por exemplo, a descrição da recepção que o Gama teve em Melinde e que Luís de Camões transformou na maravilha das suas estrofes; ou ainda a recepção realizada em Cananor, descrita a pág. 239 da mesma *Década*. Dir-se-ia uma competência de pomposo aparato entre o Oriente e o Ocidente, essa festa de movimento, som e cor — a *vária cor que os olhos alegrava*, de que fala Camões.

Mas há o reverso da medalha. Há lutas épicas entre os homens

e trágicos assaltos dos elementos; há, logo no início da viagem do Gama, a partida da praia do Restelo — da *praia das lágrimas*, como Barros diz que se lhe chama — e toda a comoção de que Luís de Camões animou o mesmo episódio n'Os *Lusíadas* enche de lés a lés a página de Barros. E não faltam as lutas em que o troar da artilharia representa o *dia do juízo*, afuzilando fogo, vaporando fumo e atroando os ares, de maneira que com estas coisas e com os enxames de flechas, grita de gente, tudo era uma *confusão escura* na vista e nos ouvidos (I, 286).

A manhã em que rompeu o combate do rei de Calecut contra a nossa fortaleza naquela cidade, «não teve mais claridade que os relâmpados do afuzilar do fogo, porque tudo o mais foi um grosso e escuro fumo que cobriu o circuito da fortaleza com estrondo das bombardas e grita de gente, que por alto que os nossos falavam dentro da fortaleza, não se ouviam entre si. Finalmente, a terra tremia, o mar se empolava com alguns pelouros que lá iam parar e o ar roncava com aquele rumor desvairado do estrondo das peças de artilharia e tudo era uma semelhança de juízo final» (III, 487).

A gente de Lourenço de Brito, capitão de Cananor, encontrou a gente mourisca «enroscada e encolheita em frio e sono», e sobre fuzilar de relâmpagos, trovoadas de artilharia e grita de atacantes, tudo juntamente «não parecia cousa de homens, senão que o céu chovia fogo, água, ferro, sangue...» (II, 34).

Outra *pompa de escritura* são os discursos, de expressão directa ou indirecta. Estavam em voga na literatura latina, e Tito Lívio, o historiador modelo, a cada passo estilizava por eles um estado moral de chefe, uma emoção que se queria comunicar, uma corrente de ideias ou um estado de espírito colectivo. Entre nós já os conheciam as crónicas, desde as anónimas páginas trecentistas da Batalha do Salado. Mas nenhum escritor põe nelas os cuidados architectónicos de João de Barros.

É ver, por exemplo, o discurso do rei Caramansa em resposta àquele em que Diogo de Azambuja, em nome de D. João II, lhe propõe receba o baptismo e consinta na construção em suas terras da fortaleza que depois se chamou de S. Jorge da Mina: «Pregou os olhos no chão por pequeno espaço e des-i disse...» E o que ele disse — e o leitor não deixará de ler na pág. 82 do I vol. — foi uma tão perfeita maravilha de bom senso, que se julgaria ter-lha inspirado o próprio Barros, talvez não muito em desacordo... De mais saliente, a expressão do seu temor perante o resultado da ocupação daquele lugar na costa por brancos tão poderosos: «Os amigos que

se viam de tarde em tarde com mais amor se tratavam, que quando se vizinham. E isto causava o coração do homem, por ser como as ondas do mar que batiam naquele recife de pedras que ali estava; o qual mar pela vizinhança que tinha com ele e lhe impedir estender-se pela terra à sua vontade, quebrava tão fortemente no vizinho, que de bravo e soberbo levantava suas ondas té o céu, e com esta fúria fazia dois danos: um a si mesmo assanhando-se, e outro ao vizinho, em o ferir» (I, 82) ⁽⁶⁾.

Discurso de bem exigente dialéctica é o do Gama perante o Samorim, defendendo-se das acusações com que os Mouros, e o Catual com eles, o difamavam e à sua tripulação — e com a inteligência com que o último o faz (I, 162): que «não tinham rei, e seu ofício era de andar pelo mar, à maneira de corsários». Habilmente o Gama responde que compreende se duvide dele e dos seus, tão diferentes em religião e costumes e vindos por caminhos nunca navegados. Mas a pouco e pouco, razão a razão, vai erguendo perante o Samorim nova imagem do rei longínquo e da tripulação estranha, que nas mil e seiscentas léguas já percorridas, antes de pensarem atingir aquela costa, outra coisa não tentaram senão a doutrinação da sua fé e a pacífica permuta das riquezas próprias pelas alheias, «com as quais comutações os reinos que sua amizade aceitavam, de bárbaros eram feitos políticos, de fracos poderosos, e ricos de pobres, tudo à custa do trabalho e indústria dos Portugueses». Inimigos apenas os Mouros por velhos despeitos de feridos do nosso ferro e por oposição de religião — que não se esquece de habilidosamente insinuar não existir, quanto ao dogma da Trindade, com a religião bramânica dos que o escutavam... (I, 165)

Arrazoado inteligente de diplomata e homem prático, completamente diferente, por exemplo, do discurso em que D. Francisco de Almeida propõe aos companheiros o ataque a Dabul, depois da morte do filho. Este é uma formosa peça oratória, de amplo e nobre desdobramento, tensa de emoção contida, dirigida a guerreiros, para lhes provocar reacção que dinamize para a luta e para o sacrifício (vid. II, 115).

Mas são numerosos os discursos, os diálogos ou remques espirituosos, as respostas fulminantes — e por exemplo aquela de Afonso de Albuquerque ao rei de Ormuz que o leitor pode ver na *Década II*,

⁽⁶⁾ A imagem faz lembrar a de José Estêvão, no célebre discurso da barca *Charles et Georges*, onde o oceano em sua investida contra os rochedos da costa também simboliza os movimentos da ambição humana.

pág. 62. Notemos contudo que a eloquência em Barros é recurso da técnica de historiador e não gala de retórico. Daí o seu remoque, no cap. VI do livro III, contra a eloquência em que Rui de Pina, na crónica de D. João II, supre a falta do que de essencial lhe cumpria dizer. Pena é que a clarividência da sua crítica se obnubilasse no juízo que formula sobre as crónicas que precederam a sua obra de historiador, considerando que, «se alguma coisa há bem escrito das crónicas deste Reino, é da sua mão... de Zurara!... (I, 69).

Outra *pompa de escritura* é a própria estrutura da frase, que frequentemente se desdobra com a amplitude e a solenidade da frase clássica. É reparar, logo no primeiro parágrafo do Prólogo da *Década I*:

Todalas cousas, muito poderoso Rei e senhor nosso, têm tanto amor à conservação do seu próprio ser, que, quanto lhe é possível, trabalham em seu modo por se fazerem perpétuas. As naturais, em que sòmente obra a natureza e não a indústria humana, cada ùa delas em si mesma tem ùa virtude generativa que, quando devidamente são dispostas, ainda que periguem em sua corrupção, essa mesma natureza as torna renovar em novo ser, com que ficam vivas e conservadas em sua própria espécie. E as outras cousas que não são obras da natureza, mas feitos e autos humanos, estas, porque não tinham virtude animada de gerar outras semelhantes a si, e por a brevidade da vida do homem, acabavam com seu autor. Os mesmos homens, por conservar seu nome em a memória delas, buscaram um divino artifício, que representasse em futuro o que eles obravam em presente. O qual artifício, però que a invenção dele se dê a diversos autores, mais parece per Deus inspirado que inventado per algum humano intendmento: e que, bem como lhe aprouve, que, mediante o padar, língua, dentes e beiços, um respiro de ar movido dos bofes, causado de ùa potência a que os latinos chamam *affatus*, se formasse em palavras significativas, pera que os ouvidos, seu natural objecto, representassem ao intendmento diversos significados e conceitos segundo a disposição delas, assi quis que, mediante os caracteres das letras de que usamos, dispostas na ordem significativa da valia que cada nação deu ao eu alfabeto, a vista, objecto receptivo destes caracteres, mediante eles formasse a essência das cousas e os racionais conceitos, ao modo de como a fala em seu officio os denuncia.

E ainda quis que este modo de elocução artificial de letras, por beneficio da perpetuidade, precedesse ao natural da fala; porque esta, sendo animada, não tem mais vida que o instante de sua pronunção, e passa, à semelhança do tempo, que não tem regresso; e as letras, sendo uns caracteres mortos e não animados, contêm em si espirito de vida, pois a dão acerca de nós a todas as cousas. Ca elas são uns elementos que lhe dão assistência e as fazem passar em futuro com sua multiplicação de anos em anos, per modo mais excelente do que faz a natureza. Pois vemos que esta natureza, pera gèrer algũa cousa, corrrompe e altera os elementos de que é composta, e as letras, sendo elementos de que se compõe e forma a significação das cousas, não corrompem as mesmas cousas nem o intendmento (posto seja passivo na inteligência delas, pelo modo de como vêm a ele), mas vão-se multiplicando na parte memorativa per seu

uso de frequência, tão espiritual em hábito de perpetuidade, que per meio delas, no fim do mundo, tão presentes serão àqueles que então forem nossas pessoas, feitos e ditos, como hoje, per esta custódia literal, é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dela. E porque o fruto destes autos humanos é mui diferente do fruto natural que se produz de a semente das cousas, por este natural fenecer no mesmo homem pera cujo uso todas foram criadas, e o fruto das obras deles é eterno, pois procede do intendimento e vontade onde se fabricam e aceitam todas, que por serem partes espirituais as fazem eternas, fica aqui a cada um de nós ùa natural e justa obrigação: que assi devemos ser deligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras pera com elas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na operação presente delas, pera comum e temporal proveito de nossos naturais.

Quer Barros, por seu natural pendor de moralista, justificar a actividade historiográfica, pela tendência do homem a perpetuar-se para além da morte. Assente qual a causa do impulso inicial, ei-lo discorrendo com sábia ordem até o caso concreto do seu empreendimento de historiar as coisas da Ásia. Tal causa — premissa maior do seu raciocínio — é exposta com largueza necessária à variedade dos aspectos: «Todalas cousas... têm tanto amor à conservação do seu próprio ser, que, quanto lhes é possível, trabalham em seu modo de se fazer perpétuas». Mas as cousas podem ser criadas pela Natureza e criadas pela Arte. Barros atenta nas duas categorias e cada uma delas, como ramo saído do mesmo tronco, se estende no discurso, com desenvolvimento maior para as naturais que para as artificiais. Cada uma das frases é de espontânea e límpida fluência, embora complicada dos incidentes necessários à perfeita expressão das ideias.

Exposto o princípio geral sobre o que pertence à Natureza e o que pertence à Arte, atenta-se agora no homem, animado do mesmo anseio de se perpetuar. Obtém-no pelo artifício da escrita, que Barros admite como divinamente inspirado. E como a escrita tanto como a fala são meios de comunicação, Barros estabelece esse paralelismo em duas frases paralelas, pormenorizando analogias:

Dum lado, os elementos de palavra falada:

Pádar, língua, dentes, e beíços,
Respiro movido dos bofes,
causado pelo *allatus*

De um lado,
palavras significativas
para os ouvidos

Do outro, os de palavra escrita:

Caracteres das letras,
dispostas em ordem
significativa

Do outro, ainda paralelamente,
racionais conceitos
para a vista

Importa, porém, notar, para além das analogias, as diferenças.
E eis outras duas frases de construção paralela :

A		opõe-se a
fala, animada, instantânea,		escrita, inanimada, mas com espírito
sem regresso, como o tempo,		de vida,
		comunicando perpetuidade

Outro confronto e outro contraste, para salientar a força perpetuadora :

Enquanto	a Natureza,	a escrita
	para gerar,	não corrompe
	corrompe,	e multiplica em perpetuidade.

Por este processo comparativo se vai desdobrando o raciocínio de Barros, sem que se perca elo no seu encadeamento, que podemos esquematizar :

O homem, como todas as coisas da Natureza, procura perpetuar-se, na memória das suas acções. Consegue-o por meio da escrita, que é obra do espírito, não por meio da fala, que é obra da Natureza. E visto que assim é — e reforça, continuando o paralelo, a ideia da perpetuidade das coisas *que procedem do entendimento e da vontade, que por serem partes espirituais as fazem eternas*, relativamente ao *fruto natural que se produz da semente das cousas, pelo natural fenecer do homem, para cujo uso foram criadas* — e visto que assim é, dizia eu, resumindo, uma obrigação nos cumpre — conclui Barros :

«Assim devemos ser deligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras, para com elas aproveitarmos em bom exemplo, como prontos e constantes na operação presente delas, para comum e temporal proveito dos nossos naturais.»

E eis justificada a empresa de escrever a sua *Ásia*.

O trecho, que todo se desdobrou no paralelismo antitético dos dois aspectos que assume o mesmo fundamental anseio de perpetuidade — na Natureza e na Arte, na fala e na escrita, na *semente das coisas materiais* e na *criação das partes espirituais* — termina agora aconselhando uma concórdia de diligências de igual mérito :

Sejamos	como somos
<i>deligentes e solícitos</i>	<i>prontos e constantes</i>
<i>no guardar para o futuro</i>	<i>no presente realizar</i>
<i>as nossas obras,</i>	<i>delas,</i>

. para proveito dos nossos naturais.

Nesta organização dos períodos e nesta articulação dos conceitos, o discurso desdobra-se ao mesmo tempo com naturalidade e lógica, com verdade e clareza, e a retórica é nele aquilo que de modo apropriadíssimo já foi chamada — a *perspectiva das ideias*. Entre a barafunda de certos períodos do novo-rico da cultura que é Zurara, desbordantes de erudição exibicionista e pedante, que ri da sua pretensiosa mania das divisões e subdivisões escolásticas, e o amaneirado de períodos de Bernardes, onde as frases regulam por compasso igual os seus movimentos, como se dançassem galante minuete, interpõe-se o quinhentista João de Barros. Sentimento de arte ainda não degenerado em artificialismo. Já não é canhestra a sua prosa, mas ainda não é galante. É a arte da inteligência organizadora que se compraz na ordem; não é o artificialismo do engenho agudo, que se delicia no bonito.

Este prólogo, com frases desta perfeita estruturação lógica, com tão harmoniosa distribuição da matéria, dá como o lamiré por que se afina a vasta composição.

Barros pode, mais de uma vez, escrever embaraçadamente, com saltos de sujeito e quebras da cadeia dialéctica, como sucede na pág. 170 da *Década I* ⁽¹⁾. Mas o que é normal em Zurara, nele é vestígio do modo de discorrer do passado, que o seu esforço normalmente ultrapassou. Ajeitou os movimentos do seu estilo à toga romana de que, por dignidade do assunto, resolveu vesti-lo, e apenas uma ou outra vez deixa adivinhar, enrodilhando-a canhestramente, que é dos primeiros a usá-la.

Lisboa.

HERNANI CIDADE

(1) É preciso notar, todavia, que Longino, em seu *Tratado do Sublime*, fala do hipérbato em termos que dão quase justificação à desordem da longa frase de Barros que citámos: «Assim como os que estão irados ou temerosos ou indignados, tenham o espírito em contínua agitação, de maneira que, havendo-se proposto dizer umas cousas, saltam muitas vezes a outras [...] com repentina mudança [...], como se fossem impelidos por um vento inconstante [...] assim também os escritores mais hábeis vêm por meio do hipérbato a imitar estes actos da Natureza. E então vem a ser perfeita a arte, quando parece que é a Natureza...», (pág. 136, da tradução portuguesa de Custódio José de Oliveira, 1771).

Sobre el Rey Seleuco de Camões

El *Auto del Rey Seleuco* suscita no pocos problemas. Los críticos que representaron en Portugal el método histórico y positivo — Storck, Carolina, Braga y J. M. Rodrigues — se interesaron más por las referencias biográficas escondidas tras la corteza, que por su técnica teatral o por su valor poético. Como hiedras que ahogan un viejo monumento, fueron creciendo en torno pintorescas interpretaciones: escándalos cortesanos, destierros, amores principescos. Los camonianos de hoy dan escaso crédito a esta decorativa mitología. António Sérgio, comentando la lírica, deshizo como castillo de naipes la leyenda de los amores del poeta con la infanta; Hernani Cidade trató con manifiesto escepticismo las supuestas alusiones a los destierros en los versos de las *Rimas*. Los recientes editores del *Rey Seleuco* comparten la misma actitud. Vieira de Almeida⁽¹⁾ y H. Cidade acogen, el primero con incredulidad, el segundo con clara protesta⁽²⁾, la relación entre las escenas del auto y los amores del poeta. Con todo quizá sea oportuna una revisión del problema de las fuentes, no para dar «a moro muerto gran lanzada», sino para mostrar las hondas raíces del tema y el nuevo sentido que le da Camões, caballero e hijo del Renacimiento.

Un aparente enigma, abultado por la manía de escapar de la poesía para refugiarse en la historia, ha hecho gemir las prensas incansablemente: el de los «olhos gonçalves» y el «coração mendes». El nudo gordiano, examinado con atención y sin prejuicios novelescos, parece fácil de desatar. Ya lo adivinó Vieira de Almeida, al escribir (*op. cit.* p. 26): «... o mote célebre e confuso dos *olhos Gonçalves*, origem de tanta interpretação, que não me parece concludente. Suponho que não haverá ali que buscar criptógrafos e que a ideia de um significado oculto só serve para se tornar impossível a interpretação».

(1) Teatro Camoniano. II. *El-Rei Seleuco*, Lisboa 1944, p. 7-8.

(2) Luís de Camões, *Obras* III, Clás. Sá da Costa, p. X-XIV.

Un sondeaje tan limitado y sin trascendencia como este lleva sin embargo a una conclusión: hay que poner en cuarentena el método de trabajo de la generación positivista. Hasta en el terreno lingüístico e histórico pecaron de precipitación. Queda amplia tarea para los que vengan al campo.

Empecemos con un breve examen de la técnica dramática y de la coyuntura teatral.

Señala esta pieza la resistencia de la primitiva técnica y convenciones del auto a la penetración del teatro realista que llegaba de Italia. Camões hace leves concesiones a la escuela nueva: el empleo de la prosa en las escenas preliminares, la *licenzia* final dada por el dueño de la casa, y acaso toda la idea y tono del prólogo⁽³⁾.

El verdadero prólogo son las cortas palabras del *mordomo ou dono da casa*, que toca de ligero tópicos corrientes en las comedias humanísticas: novedad de la obra, sátira de los murmuradores o *praguentos*. Tras este proemio empieza un largo «paso cómico» que ningún nexo orgánico tiene con la obra y puede despegarse de ella sin violencia. No sería difícil que su composición haya sido anterior o posterior a la de la pieza en verso. La *sacra rappresentazione* se sirvió a menudo de *frottole* o pasos cómicos independientes: algunos de ellos⁽⁴⁾ pintaban el teatro por dentro, los preparativos y riñas de los actores antes de la función. Las apreturas de los espectadores, el cierre de las puertas, el temor de quedarse en la calle, dan materia al diálogo de dos amigos que va al frente de la *Comedia de Sepúlveda*⁽⁵⁾, adaptada del *Viluppo* de Parabosco, por el escribano y poeta Sepúlveda que allí se describe graciosamente «entre todos los escribanos es de los mayores poetas y entre los poetas de los mayores escribanos». Pero la situación escénica y el diálogo entre el escudero, el mozo y el autor guarda una estrecha semejanza — que mal puede ser hija del azar — con el *Auto da Natural Invenção* de Ribeiro Chiado. ¿Quién imitó a quién? ¿Y en qué relación están ambos con los precedentes italianos? No sabría decidirlo. En el Chiado hallamos una gesticulación exterior, un ir y venir, un ajeteo, que no corresponde a ninguna emoción íntima y

(3) Me sirvo de la edición Marques Braga, costeada por la Real Academia Española. Luís de Camões, *Poesías Castellanas y Autos*, Lisboa 1929.

(4) D'Ancona, *Origini del teatro italiano* (2.^a ed.) Torino 1891, I p. 386-87.

(5) Publicada por Emilio Cotarelo, Madrid 1901. El manuscrito reza: «Sevilla 1547».

disimula apenas la fría mecánica del hombre de teatro: en Camões una natural alegría, un ritmo de diálogo que fluye sin violencia. Por lo menos hasta las *derivações* del mozo coplero. Cuando el representante, fingiendo recitar el argumento, se embarca en una serie de disparates—como los de Gil Vicente en el *Templo de Apolo*—Camões, por boca de Ambrosio se ufana de su nueva invención. Ignoramos si esta rechifla contribuyó al descrédito del prólogo argumentativo, descrédito revelado por A. de Lixboa, o mejor su mozo representante, en el auto *Dos dous ladrões*: «Algũs tem por fundamento / que nomear as figuras / he muy grande enfadamento»⁽⁶⁾.

El auto en verso, más lírico que dramático, continua la tradición galante e ingeniosa de los poetas palacianos. La pasión se vierte en el molde abstracto de los cancioneros de Resende y Castillo. Rara vez superamos la región de los ecos para oír una voz genuina y personal. Amo y criado glosan, el primero en clave romántica, el segundo con ironía, una *barzelletta* de Serafino Aquilano, tan popular en la Península, que la hallamos ya libremente vertida y puesta en música en el número 147 del *Cancionero Musical* de Barbieri⁽⁷⁾. La técnica del teatro primitivo se revela en múltiples aspectos. La narración se mezcla con la representación y—lo mismo que en el *Filodemo*—las patéticas escenas del desenlace no son presentadas, sino contadas por tercera persona. Los temas de actualidad penetran en las escenas cómicas, lo que, por contraste, da a las figuras de *siso* una lejanía simbólica.

De la fecha nada cierto sabemos. Tal vez un pasaje de la *licenzia* pueda brindarnos una clave. Estacio da Fonseca ofrece a los que vuelven a su casa por las calles oscuras: «o meu Pilarte ira com elles com um par de tições na mão». ¿Dónde fué Camões a buscar la palabra *Pilarte*? Ya en los días de Fernão Lopes estaba anticuado el vocablo en el sentido de «paje»⁽⁸⁾. En griego se usa *pyfartes* con

(6) *Autos portugueses de Gil Vicente y de la escuela vicentina* (ed. C. Michaëlis, Madrid 1922).

(7) Es la que empieza «Da la dolce mia nimica — Nasce un duol ch'esser non suole — E per piu tormento vole — Che si senta e non si dica». *Opere d'amore*, Venecia 1530 [sig. AA5]. El amo lo glosa en p. 117, lin. 280-284: el portero 120, lin. 508-510.

(8) F. Lopes *Cron. de D. João I*, ed. Braamcamp Freire, c. 49, p. 87: «E esta gente darma tragiam graves com pemoões pequenos em cima, aque hora chamã lamças darma; e aos moços que tragiam as barvudas em cima dos chibaaos, chamavam *pillartes* e depois lhe chamarom porta grave: e nos chamamos agora aas barvudas bacinetes de camall e aos moços pages».

valor de *portero*, pero semejante pedantería no está en la línea de Camoens. Como nombre propio no la hallo en las comedias de Plauto y Terencio, ni en las renacentistas que he hojeado. Ningún otro escritor lo usó — que yo sepa — salvo, A. Ferreira, que, en la *Comedia de Bristo*, bautizó así a un criado del viejo Calidonio. Es muy verosímil que el autor y los espectadores pensaron en una alusión a la obra de Ferreira. Fué esta representada en la Universidad de Coimbra ante el príncipe D. Juan (1537-1554) a quien va dedicada. Si la *princeps* puede darse por perdida, de la segunda edición, desconocida de los bibliógrafos portugueses, hay dos ejemplares en la Biblioteca Nacional de Madrid ⁽⁹⁾. En la portada aparece un grabado con los cuatro personajes principales, encimados de sus nombres correspondientes: entre ellos Pilarte con la gorra en la mano inclinándose delante de su amo. Por muy moral que sea el desenlace de esta comedia de amores, no parece adecuada para un niño menor de doce o trece años. Si mi conjetura fuese cierta, el *Bristo* se representaría hacia 1550, el *Rey Seleuco* poco después. En el círculo cortesano de los Estácio da Fonseca, la referencia jocosa a Pilarte despertaba frescos recuerdos.

Fuentes y Sentido

Los relatos de la historia de Estratónice y Antioco saltan a cada paso en los libros renacentistas, lo mismo en los ejemplarios que en los libros de medicina y derecho. J. López de Palacio Rubios, el famoso romanista de Salamanca, después de afirmar que el adulterio es para el marido más doloroso que la muerte de sus hijos, condena el supuesto heroísmo del rey Antioco al ceder a Seleuco la propia mujer, y lo hace con frases del arroyo que prefiero no traducir ⁽¹⁰⁾. Juan de Nevizanis, en su *Silva nuptialis* — que Barros el jurista saqueó y Rabelais explotó — nos cuenta que los jurisconsultos debatían sobre el valor del pulso como prueba de adulterio: «tocando el pulso de la mujer y nombrando diversos hombres,

⁽⁹⁾ Se publicó anónima con el título de *Comedia do Fanchono*. Dice el colofón: «Foy a presente obra impressa em Coimbra por João de Barreyra impressor da universidade. Acabou-se aos quatro dias do mes de Dezembro. Anno de 1562». De los preliminares se infiere que hubo una impresión anterior.

⁽¹⁰⁾ *Repetitio de donatione inter virum et uxorem*, Salamanca 1523, f. 56, col. 2: Nihil enim est deterius marito quam de homine fieri cervum... Absurdum igitur rem fecit Seleucus... qui uxorem suam adulterandam filio tradidit, quia ejus amore peribat».

cuando llegues a su amante, el pulso variará según algunos, porque el pulso es pregonero que no miente, según Baldo... pero esto es cuestión para los médicos que afirman que miente a menudo»⁽¹¹⁾.

En los libros de medicina se discutía igualmente. António Luis publicó en 1540 la traducción y comentario de varios libros de Galeno: en uno de ellos el gran médico griego se muestra escéptico respecto a la historieta de Antioco y, después de referir un caso semejante de su personal experiencia, acaba negando la existencia de un ritmo especial erótico en el pulso⁽¹²⁾.

Con todo parece más plausible que tomase el asunto de una obra literaria. Juromenha⁽¹³⁾ admitió que derivaba de la *Vida de Demetrio* por Plutarco. Storck⁽¹⁴⁾ enumeró entre las posibles fuentes Luciano, Apiano, Valerio Máximo y los *Trionfi* de Petrarca. De estas flechas disparadas casi al azar, hay una que, a mi juicio, da muy cerca del blanco: la última. Porque todos los motivos de la trama camoniana — menos la participación activa de Estratónice — proceden, no tanto de los versos 94-129 del cap. II del *Trionfo d'amore* como del comentario de Bernardo Glicino o Ilicino. Petrarca suministró el sentido de la obra, Ilicino el material narrativo.

Ruth Lee Kennedy, que ha historiado, con gran riqueza de erudición, la difusión del tema en Italia y España, ha sido menos afortunada en la parte portuguesa⁽¹⁵⁾. Plantea con bastante claridad la situación, pero, por falta del dato decisivo, no llega a una solución clara: hasta parece dar un influjo predominante a Luciano, candidato de escasos méritos.

La historia, contada por Plutarco, encierra dos pormenores, entre otros, que la alejan del auto camoniano: primero, que Estratónice había dado al rey Seleuco un hijo; segundo, que la enfermedad de Antioco fué fingida. Dice así en la traducción de Alonso de Palencia⁽¹⁶⁾:

(11) Se editó completa en París 1521. Cito por la edición de Francfort 1647, IV, 66, p. 469.

(12) Antonius Ludovicus, *Erotematum*... Lisboa 1540. El tratado sobre el tema del pulso es el *De praenoscendo doctissimus libellus*, f. 93-109.

(13) Camões, *Obras*, IV, p. 480-81.

(14) Citado por C. Michaëlis en su traducción de la *Vida de Camões* de Storck, Lisboa 1897, p. 381, nota.

(15) The Theme of Stratonic in the Spanish Peninsula, PMLA, 55 (1940), p. 1010-1032.

(16) Sevilla, 1491, II, f. 242-243. El uso de las traducciones españolas, tan corrientes en el Portugal de D. João III, es preferible al de los textos originales, menos difundidos y accesibles.

«El mancebo Antíoco de continuo conuersaba en la casa real del padre. Acaesció que començasse a se encender muy demasiadamente en el amor de la moça su madrastra, *que ya de Seleuco tenia vn hijo*: porque ella era muy fermosa e muy graciosa. E creciendo el amor más de cada vn día, ouo de llegar a tanto, que se apassionaua de grande angustia assí los días como las noches. Et por aquesto era su ansia más dura, porque encubría dentro su enfermedad, e a ninguno lo osaba comunicar detenido de vna verguença e reuerencia del padre. Venido el mancebo en este estado, viendo cómo era vencido del todo desta cobdicia, e cómo no confiaua poder fallar remedio alguno para guarecer deste mal, segund que le pareció, ouo de tomar conseio más necessario que saludable. *Fingió que estaua mucho enfermo del cuerpo*, e dió obra que por abstinencia de comer poco a poco enflaqueciesse hasta morir: assí que por muerte voluntaria se librasse de tã grande enfermedad como aquella que afligia y consumía su ánimo. Et de los muchos médicos que Seleuco fizo llamar de todas partes para curar de su hijo con grandes galardones, solo Erasistrato pudo entender que esta passión fuesse por amor de ánimo encendido, e no procediesse de enfermedad del cuerpo mal dispuesto. Pero el médico no podía saber por cuyo amor el ánimo del mancebo perecía. Assí que puso muy grand diligencia y estudio para fallar aquesto, mirando el vulto de Antíoco e las otras partes que de ligero se suelen alterar, quando los mancebos e las moças fermosas venían a le visitar. Et como segund la razón quería, venían muchas personas cada día a le veer, no podía conoscer en él iudicio alguno de mudança sino quando llegaua Estratónice, que muchas vezes en vno con Seleuco venía a le visitar. Ca luego a desora recrescia tan grande alteración al Antíoco, que se podía conoscer en el mancebo el defecto de la boz, e la bermejura del vulto y el mirar de los ojos puestos en ella e los sudores agudos y el increíble movimiento de la vena del pulso...»

Apiano debe ser igualmente eliminado. Escribe R. L. Kennedy en el artículo mencionado: «La versión de Apiano está casi seguramente tomada de Plutarco: se ha limitado a añadir un poco de ornamentación, mientras robaba a la historia algo de su vigor dramático. Difieron ambos en los detalles: en Plutarco el joven finge la enfermedad..., mientras que en Apiano es la fuerza de su pasión sin esperanza la que consume su cuerpo».

Apiano alude también al hijo de Estratónice, pero en cambio falta en él la alteración del pulso, que Plutarco había enumerado entre los signos delatores de la enfermedad erótica. Doy un breve extracto, en la traducción de Juan de Molina⁽¹⁷⁾:

«El qual acertó a enamorarse muy extrañamente de Estratónica, muger de Seleuco su padre y que ya le auía parido un hijo... Afrentado y aborrecido deste amor vergonçoso, lo callaua y tenía secreto no osando poner en obra hazaña tan fea: solamente hallándose cada día más agraviado y enfermo deste

(17) Apiano Alejandrino, *Los Trivmphos*, Valencia 1522, f. 61-62.

mal, deseaua ya la muerte... Antiocho en esto se regía tan secreto que jamás el médico podía bien atinar qué fuese, ni de cierto conocer la causa de su mal. Por tanto acordó Erasítrato assentarse acerca del en lugar secreto a la hora que muchas y diversas personas entrassen a visitarlo, para ver si en las mudanças y alteraciones que con vnos y otros harie, podría conocer la causa de su enfermedad. Y estando assí vió que allegándose a él muchas mugeres en diversas vezes, siempre se estuuó reposado y sin mostrar alguna alteración: mas al tiempo que llegó su madrastra Estratónica, conoció en él que se alteró todo con la vergüenza que de la vna parte, y con el rezio y secreto amor que por otra le combatían. Y en todo esto él estaua muy callado, dado que su cuerpo, contra la propia voluntad del, mostraua rebiuir y mucho alegrarse con la presencia de Estratónica: y siendo absente se debilitaua y grauemente desmayaua. Visto esto el médico se fué al rey Seleuco...

La candidatura de Luciano, en la traducción — o mejor dicho paráfrasis — que de su tratado *De dea Syria* hizo Jorge Coelho ⁽¹⁸⁾ no resiste al más leve examen. Erasítrato aplica la mano al pecho del príncipe y hace llamar a los habitantes del palacio uno por uno. En los saltos que da el corazón de Antíoco al entrar la reina, reconoce la enfermedad. Luciano-Coelho que al principio había narrado los incidentes con mucha rapidez y poca precisión, pone en boca de Seleuco y su médico una larga logomaquia ajustada a los cánones de la retórica. Y termina (f. 43 v): «Persuasus est rex et filio quidem uxorem et regnum reliquit». De suerte que, contrastando con la versión camoniana, es el padre quien renuncia al reino. Coelho se ufana (f. 58 r) de sus añadiduras a Luciano: «Ceterum illud meminisse te velim, me in Antiochi amoribus orationes Seleuci et Erasistrati, quas Lucianus paucis admodum fuerat executus, iccirco pluribus verbis dilatasse...» Y de hecho las cortas frases de Luciano se inflan en cinco pomposas páginas.

Valerio Máximo, que omite el ardid del médico para convencer a Seleuco, tampoco presenta mayores derechos. La escena capital de la revelación del secreto amor, queda reducida a tres palabras: «id Seleuco exposuit».

En todas las variantes que hasta aquí hemos aducido, la historia tiene un sentido, un significado permanente: es un paradigma, un caso heroico y extremo del amor paternal.

Podría alguien suponer que Camões había contaminado las diversas versiones tomando de cada una lo que le cuadraba y que había transformado el alma de los hechos, convirtiéndoles en un ejemplo

(18) Coelii, *De patientia christiana*... Coimbra 1540. El pasaje de Luciano a folios 40-43.

de amor triunfante, de pasión de un hombre por una mujer. Pero, si Camões pudo leer los pormenores y el valor simbólico del drama en un libro único que de seguro pasó por sus manos, ¿quien dudará que este es su verdadera fuente? Nuestro poeta leyó con admiración los *Triunfos* del Petrarca, cuyo rastro se encuentra hasta en *Os Lusíadas*. Manejó más tarde o más temprano el texto original. Pero es moralmente seguro que conoció la versión castellana que con el comento de Bernardo Illicino había sido estampada cuatro veces entre 1512 y 1541. En la corte la propia reina Catalina poseía un ejemplar, que, después de pasar a las manos de D. Teotónio de Bragança, ha recalado en la Biblioteca Nacional de Lisboa. Del comento de Illicino sacó la primera inspiración de su célebre soneto «Sete anos de pastor...» ⁽¹⁹⁾.

Son los *Triunfos* la última obra del Petrarca en la que la meditación erudita se sublima y eleva a poesía. El triunfo primero, el *Triunfo de amor*, celebra el poderío de Eros sobre los humanos y hace desfilar un cortejo de vencidos, no humillados sino glorificados. Victoria de amor y gloria de los vencidos, entre los cuales, en el capítulo II, vemos pasar a Antíoco y Estratónice. Con ellos va Seleuco, que se detiene un momento para contar su historia desnuda de incidentes: la resume en un terceto final, que nos da en cifra el sentido medular de la obra camoniana:

Tacendo, amando, quasi a morte corse :
E l'amar forza, e'l tacer fu virtute ;
La mia, vera pietà, ch'a lui soccorse.

La evocación escueta y alusiva del Petrarca se cubre en su comentador de una fronda de pormenores concretos:

«Seleuco fué rey de Siria y Antioco su hijo. Y auemos de saber que, despues de muerta su madre de Antioco, Seleuco se casó con la gentil Estratónica, la qual, aunque en linagre era yqual al Rey, era muy desigual en edad: por lo qual, siendo muy moça y hermosa, Antioco su alnado se enamoró della: y paresciéndole muy desconueniente el tal desseo, deliberó morir antes que descubrir tal pensamiento: de manera cayó malo e llegando muy cerca de muerte, hizo su padre juntar muchos por ver si le acertarian la enfermedad: e como no la hallauan, acesció acaso que catándole el pulso vn médico que llamauan Hera-sistrato, entró la reina Estratónica a verle como estaua: el qual como la vió, se le leuantó el pulso, cobrando fuerça e virtud como si estouiera sano: y como la reyna se tornó fuera, el pulso se la tornó a amortiguar. Mas como ella de

⁽¹⁹⁾ De ello me he ocupado en un estudio, próximo a aparecer, sobre «Las fuentes del *Espelho de Casados*».

nueuo tornó a verle, y el pulso de Antioco otra vez cobró fuerça y vigor, conoció claramente el médico que Antioco estaua enamorado de su madrastra la Reyna Estratónica: y conociendo esto, vsó Herasístrato de vna muy gentil cautela, diziendo al Rey en esta manera: «Seleuco, yo he conocido la enfermedad de Antioco e no ay remedio sino que muera, porque él está enamorado de mi muger, e yo no la he de dar en ninguna manera». Seleuco, oydas estas palabras, doliéndole mucho la desconfiança que Herasístrato le daua, començole con muchos ofrecimientos de grandes dádiuas a rogar que fuesse contento darle su muger. Allo qual Herasístrato respondió desta manera: «Cómo, señor, consejo es esse de Rey en quien ha de resplandecer la justicia, que queráis vos que haga nadie lo que vos no haríades? Paréceos agora que le daríades vos la vuestra muger Estratónica si su mal con ella pudiesse ser remediado?» A esto respondió el rey diziendo con muchas lágrimas: «Plugiesse a los diosses que así fuesse ello: porque de la salud de mi propio hijo ninguno agrauiasse sino a mí mismo». Oyendo Herasístrato médico lo que el Rey allí ofrecía de hazer, declarole la verdad diziéndole: «Sabed, señor, pues, que esso se aurá de hazer, porque de la Reyna, vuestra muger, está enamorado». Entonces el rey procuró de saber de su mismo hijo si era así: y el Antioco confessándole ser verdad, acordaron de consentimiento de Seleuco y Estratónica y Antioco que Estratónica... fuesse de Antioco». F. Petrarca, *Triumphos*. Sevilla 1532. Folio 18, v.

Pocos toques tendrá que dar Camões al relato para llevarlo al tablado: subrayar y acentuar la diferencia de edades y otorgar mayor intervención a la Reina. Que la reina no permanece pasiva en el auto, ya lo notó R. L. Kennedy. Adivina el secreto del príncipe y lamenta su propio casamiento desigual. Con ello sirve a la suspensión dramática, y el desenlace consagra, sin violencia, la victoria del amor entre iguales, del amor natural, que es uno de los motivos predilectos del Renacimiento. A Seleuco le queda el poco brillante papel de viejo enamorado, en la variante noble de padre cariñoso y filosófico. De caricaturizar a los viejos galantes se encarga la figura del portero, que carga con el peso del ridículo, duplicando a Seleuco y sirviendo a la economía de la obra.

La pintura de la melancolía de Antioco y su tratamiento concuerda con los libros de medicina del tiempo. Hasta la observación de la moza (p. 118 lin. 333 y sig.)

Mimos de grandes senhores
E suas estremidades
Me hão de matar de amores,
Porque de meros dulçores
Adoeceem...

tiene su réplica en un manual tan difundido como el *Lilio de Medicina* de Gordonio:

Amor que hereos se dize, es solicitud melencónica por causa de amor de mugeres... Los ricos e los nobles, por los muchos placeres que han, acostumbran de caher o incurrir en esta pasión... Señales. Son que pierden el sueño y el comer y el beuer y se enmagrescen todo su cuerpo. E si oyen cantares de apartamiento de amores, luego comiençan a llorar e se enristescer. E si oyen de ayuntamiento de amores, luego comiençan a reyr e a cantar. Y el pulso dellos es diuerso e no ordenado: pero es veloz e frequentido e alto, si la muger que ama, viniere a él, o la nombraren o pasare delante del. E por aquesta manera conosció Galieno la pasión de vn mancebo doliente, que estaua echado en vna cama muy triste y enmagrescido, y el pulso era escondido e no ordenado, e no lo queria dezir a Galieno. Entonces aconteció por fortuna que aquella muger que amaua, passó delante del: y entonces el pulso muy fuertemente e súbitamente fué despertado. E como la muger ouo passado, luego el pulso fué tornado a su natura primera.

Bernaldo Gordonio, *Lilio de medicina*. Toledo 1513. Libro II, Cap. XX, f. 62 y 63.

Después de estudiar la génesis del tema y su popularidad europea, nos preguntamos asombrados: ¿qué razones de peso tuvieron Juromenha, Braga y J. M. Rodrigues, para afirmar que la casa real se sintió herida con el auto y eslabonar una cadena en que a la culpa seguía el castigo del destierro? Absurdas quimeras. Sabido es que J. de Barros en su *Espelho de casados* (1540) y Ferreira de Vasconcelos en su *Eufrosina* (1555) glosaron el heroísmo de Seleuco. Lo que hasta hoy no ha sido advertido es que Jorge Coelho en su mencionado volumen, no contento con parafrasear los discursos de Luciano, intercaló por su cuenta un poema en hexámetros (f. 33), en el cual con reminiscencias virgilianas canta la pasión avasalladora de Antíoco y el terrible dilema paterno. Como si no bastase este ensañamiento, se lo dedicó al Cardenal Infante de quien era secretario. No tenemos noticias de que el cardenal le relevase de su cargo, indignado por esta pertinacia en hurgar viejas llagas de familia. Que daba reservado a los ojos de lince de nuestros críticos el descubrir la secreta intención maligna del ejemplo. Que para los contemporáneos era solo eso, un ejemplo, una alegoría «da maneira de Isonete».

El Mote de los Olhos Gonçalves

Junto al tributo que Camões, como cualquier «muerto de amor» paga a la poesía palaciana en las quintillas recitadas por el príncipe, está la grotesca parodia que pone en boca de los criados. En la escena de la música el portero propone a los cantantes el famoso mote (p. 121, lin. 550-553):

Com vossos olhos Gonçalves,
 Senhora, catiuo tendes
 Este meu coração Mendes.

Storck⁽²⁰⁾ lo aclaraba suponiendo que el auto «foi destinado aos festejos de um dia de noivado em casa de Estácio da Fonseca, onde uma senhora Gonçalves se consorciava com certo Mendes de Tal». Doña Carolina, su traductora, en una nota a la página 386, ponía reparos a la inocente boda Mendes-Gonçalves, porque sospechaba que el triángulo Antioco-Estratónice-Seleuco guardaba analogías con un caso pasional de la familia de Estácio da Fonseca.

Años más tarde J. M. Rodrigues trató de esclarecer la etimología, el significado y la función gramatical de «mendes» en el *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências* (21): sobre el extraño Gonçalves, faltaban puntos de referencia. Doña Carolina le rectificó en la misma revista (22). Estaban de acuerdo en que *mendes* derivaba de *met-ipse* por intermedio de *medês* contaminado con *Mendes* y hacían increíbles equilibrios para tender un puente semántico y fonético entre los dos vocablos. Respecto al significado J. M. Rodrigues lo encontraba impreciso e intentaba corregir una frase tan clara como «primeirinha mendes», usada por Ferreira de Vasconcelos en la *Ulysippo* (23). D. Carolina le atribuía la significación de *próprio, por excelência, em grau superlativo*. J. M. Rodrigues insistía en la función calificativa de *mendes* y *gonçalves*. D. Carolina opinaba que en los *olhos Gonçalves* había una alusión personal a los ojos de una dama famosa en los círculos que Camões frecuentaba: y lo sustentaba alegando que si en Porto alguien hablase de *olhos-henriques*, muchos comprenderían que se trataba de unos ojos negros, rasgados, como los de cierta dama que ella conocía.

J. P. Ribeiro en la *Revista de Língua Portuguesa* de Rio do Janeiro (24) considera derivado este epíteto de Heitor Mendes, famoso

(20) *Vida e obras de L. de Camões*, p. 385.

(21) O vilancete de Camões à senhora dos olhos Gonçalves, X, 1915-1916, p. 914-925.

(22) O vilancete de L. de Camões aos olhos Gonçalves, XII, 1917-18, p. 292-311.

(23) O dormita Homero o J. M. Rodrigues estaba poco familiarizado con la lengua del tiempo. Es una de las infinitas alusiones al juego de la primera.

(24) *Auto de Rodrigo e Mendo*, Anotações, p. 90, II, Julio de 1921. Afirma que por cuatro veces se ha ocupado del caso; yo solo he visto sus comentarios en *Frazes feitas*, Rio do Janeiro 1908, p. 205. Nada nuevo he hallado em M. do Ceu Novaes Faria, *Passagem dos nomes de pessoa a nomes comuns em português*, Coimbra 1943.

ricacho del siglo XVI. Si, como asegura, es personaje histórico posterior a los Fugger o Fúcar, su explicación no es válida para Gil Vicente: habrá robustecido el uso, pero no lo habrá creado.

Las soluciones, como se ve, son muy pobres, por no haber elevado la anécdota a categoría, encuadrando estos casos en un uso psicológicamente normal e históricamente estudiado. Porque el empleo de los apellidos con valor calificativo tuvo en la lengua cómica del siglo XVI curiosas ramificaciones.

La tendencia del adjetivo a convertirse en apellido se corresponde con una posibilidad de que el apellido cobre a su vez sentido calificativo. Dice Saavedra Fajardo ⁽²⁵⁾:

«Fueron tenidos en Roma por sobervios los Claudios, por belicosos los Escipiones y por ambiciosos los Appios, y en España están los Guzmanes en opinión de buenos, y los Mendozas de apacibles, los Manriques de terribles y los Toledos de graves y severos».

El despegarse un apellido hasta funcionar con un valor calificativo dominante y un valor genealógico secundario, se da rara vez. Y así, aunque en España, durante el siglo XVI los «caballos guzmanes» o «caballos valenzuelas» eran tenidos por excelentes, el adjetivo «guzmán» no pasó a tener el valor dominante de *bueno* ⁽²⁶⁾.

Sintácticamente pueden derivarse: 1. de apellidos ligados al sustantivo que les precede mediante la preposición *de*; 2. de apellidos usados en simple aposición.

Mientras lleven delante la preposición *de*, no podemos hablar morfológicamente de *adjetivos calificativos*, aunque hayan recibido este valor semántico. Escribe Pérez de Montalban en la *Fama póstuma de Lope de Vega* ⁽²⁷⁾:

«Se hizo adagio común para alabar una cosa de buena, decir que era Lope: de suerte que las joyas, los diamantes, las pinturas, las galas, las telas, las flores, las frutas, las comidas y los pescados y quantas cosas hay criadas se encarecian de buenas solamente con decir que eran suyas, porque su nombre las calificaba».

Pero estas expresiones no soltaron el *de* que les ataba a su condición morfológica de sustantivos. Sin embargo el deslizamiento

⁽²⁵⁾ *Empresas Políticas*, empresa II, p. 13, Amsterdam 1659.

⁽²⁶⁾ Véase Luis de Bañuelos, *Libro de la gínetica y descendencia de los caballos guzmanes*, Madrid 1877, p. 9.

⁽²⁷⁾ Lope de Vega, *Obras sueltas*, ed. Sancha, XX, p. 53.

parece fácil y hacedero: si un humorista español hablase de «una intención *miura*», sus lectores adivinarían la equivalencia con «torva, agresiva», cualidades que comúnmente se asignan a los toros de Miura.

El apellido-calificativo se mantiene casi siempre bivalente: su caudal semántico fluye por dos vertientes, la genealógica y la calificativa. La interpretación decidirá en cada caso si el caudal calificativo es mayor que el genealógico. Hasta puede ocurrir que, olvidado el primer origen y la referencia gentilicia, el vocablo se transforme en un vulgar calificativo. Tal ha ocurrido con el adjetivo *pastrano*.

En Portugal, casi exclusivamente en la lengua cómica del siglo XVI, una serie de apellidos, entre ellos *Mendes, Gonçalves, Pires, Meneses*, se usaron a veces con valor calificativo.

Los apellidos acabados en o y en a se prestaban mejor a este empleo, acomodándose con felicidad al género y número del sustantivo. En el *Cancioneiro* de Resende leemos (²⁸): «Ouue palavras coutinhas», lo que a las claras quiere decir «galantes» «enamoradas». La fama donjuanesca de los Coutinho perduraba en 1527, si hemos de juzgar por la carta que el embajador portugués António de Azevedo Coutinho envía al secretario António Carneiro contándole los festejos de Valladolid al nacer Felipe II: «Eu entrei na baila. As damas me davã tanto na volta, e a cousa se baralhou de maneira, assi das damas como de donas que sempre o paço esta cheo, que a ser vossa mercê mariola ou algum *coutinho*, passara a cousa avante (²⁹). Zelótypo en la Eufrosina (³⁰) se burla del «arte pastrana» de Cariófilo que no contenta a los «juizos primos». Alude al famoso *Arte o Gramática latina* de Juan de Pastrana, que al ser desbancada en las Universidades por el *Arte* de Antonio de Nebrija o de João Cavaleiro, tomó renombre de «rústico», «grosero». Hasta tal punto se olvidó el primer origen, que Moraes deriva de *pastor* el adjetivo *pastrano*. El paso a calificativo es suavizado por el adverbio *tan* en el *Auto das Capellas* (³¹): «Lopo. Determinais / ser sempre paruo da vila. / Não

(²⁸) *Cancioneiro Geral*, Coimbra 1917, vol. V, p. 76: «Prima vossa seruidores / acha mays do caa mester / fazlhe tam poucos faoures, / que nam ha hy quescreuer. / Ouue palauras coutinhas / algum ora por desdem...»

(²⁹) Braamcamp Freire, *Ida da Emperatriz D. Isabel para Castela*, *Bol. da Seg. Classe*, XIII, 584.

(³⁰) Ferreira de Vasconcelos, *Eufrosina*, ed. A. Bell, Lisboa 1919, p. 168.

(³¹) *Autos portugueses de Gil Vicente y de la escuela vicentina*, ed. C. Michaëlis, Madrid 1922, *A. das Capellas* (sig. a5).

me sejais tam *mendoça*», donde *mendoça* parece significar, más que «apacible», «necio». En el mismo caso está el uso de *Sandes* como plural con el valor de *grandes*, *magníficos*, en el *Mouro encantado* de A. Prestes⁽³²⁾: *Nam sam os ganhos tão grandes / nê tão sandes*. La fama de hiperbólico, de espléndido, de Ruy de Sande ha quedado en dichos proverbiales como el de *Ulysippo*, f. 224 v (Lisboa 1618) y *Eufrosina* (ed. de Aubrey Bell, p. 169): «aqui nam chegou Ruy de Sande», y puede explicarse leyendo la Crónica de García de Resende.

El paso a calificativos de *Mendes*, *Gonçalves*, *Pires* se halla dificultado por la imposibilidad de flexionarlos en singular. Con todo *mendes* como sinónimo de «bueno, de primera, estupendo» se halla ya empleado por Gil Vicente en su pasaje archisabido del *Clerigo da Beira*⁽³³⁾: «mas da sua graça mendez / vos acho eu todo mondo». Logró fortuna en la lengua jocosa. La *Eufrosina* tiene «tençazinha mendes», «escovinha mendes»; la *Ulysippo* «primeirinha mendes» (f. 201 v.); Prestes (*Dous irmãos*, f. 77) «campo mendes», (Idem f. 78) «rico mendes»: *Auto de Rodrigo e Mendo* (f. 55) «ceumecinhos mendes», (f. 58 v), «músico mendes»; A. López (*Cena Policiana*, f. 44 v) «muzica mendes». A estos textos ya alegados por otros, puede añadirse el del *Auto das Capellas*⁽³⁴⁾ «levais guitarriinha mendes» «En la mitad de los casos va precedido de un sustantivo en diminutivo y en todos se emplea en situaciones familiares, en tono humorístico.

Gonçalves consiguió menor popularidad que *mendes*. Era sinónimo de «traidor, malo, sin ley». Ni la propia C. Michaëlis parece haberse percatado de este empleo, aunque los dos textos que vamos a citar provienen del *Auto de D. Luis e dos turcos*, por ella incluido en su edición fotografica de los *Autos portugueses de Gil Vicente y de la escuela vicentina*. Blas Lourenço, el gracioso portugués que en una contienda de pullas e insultos ha achicado al castellano Mena, cae con otros náufragos en poder de los turcos. Saluda ceremoniosamente a Solimo diciéndole: «*Mantenha turco gonçalues*» (sig. A8

(32) *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas*, Lisboa 1587, f. 133 v. Por esta edición cito, además de Prestes, la *Cena Policiana* y el *Rodrigo e Mendo*.

(33) *Copilaçam* de 1562, f. 234 v.

(34) *Autos portugueses*, ed. C. Michaëlis (sig. a6).

verso). E indignado porque Solimo, le pone a trabajar, le increpa (sig. A9 recto):

Olhar vos caim gôçaluez
ou como demo chamar
my vosso amigo sentar,
ser vos taibo.

Nadie imaginará que el turco se llamaba Caim y apellidaba Gonçalves. El sentido es claramente «perverso, malo, sin ley»: refuerza el significado insultante de *caim*⁽³⁵⁾ y equivale al *mouro perro* que también aparece en el auto. El hallarse este epíteto encuadrado en un trozo en jerga franca y seguido a continuación del adjetivo *taibo*, como en el mote camoniano, nos lleva a la sospecha de que pertenecía a la lengua fronteriza, al habla de negros y esclavos. Acaso la vecindad de *taibo* dependa de un cantarcillo o un dicho que no ha llegado a nosotros.

Antonio Prestes, el malabarista de la lengua cuyo gozo en crear imágenes nuevas e imprevistas asociaciones lingüísticas es visible en cada página de su obra, mostró también en este terreno su fuerte originalidad. Puso en circulación — sin gran éxito al parecer — nuevos apellidos — epítetos como como *pires*, *meneses*, y el ya mencionado *sandes*. *Pires* con valor de «plebeyo, vulgar, bajo», asoma por dos veces: la una en el *Auto de Ave Maria* (f. 12 v): «sono pires parece isso»; la otra en *Dous irmãos* (f. 84): «jantar pirez». La significación obvia puede ser reforzada con un lugar del *Mouro encantado*, donde Grimanese murmura de las pretensiones de una vecina (f. 134 v): «onde ela esta todas sam / de Pires, ela de Sousa». La mayor audacia la comete en el *Ave Maria* (f. 10 v) cuando la Sensualidad confiesa que lucha por apoderarse del castillo del Alma:

Não à mais senão que velo
ha mil annos, à mil dias
por ser meu este castelo
esse amor Menesses, Telo
que nelle está.

Donde al alma, para llamarla *noble*, le aplica el epíteto *Meneses Telo*, es decir un apellido doble.

(35) Sobre el valor de Caim en las lenguas románicas puede verse B. Migliorini, *Dal nome proprio al nome comune*, Genève 1927, p. 107.

Quizá este sea el único pasaje en que un apellido-epíteto aparezca en el estilo entonado, aunque con cierto tufillo jocoso.

El mote de Camões, despojado de su aura callejera, de su sotaque de lengua franca, podría traducirse así:

Con esos ojos falsos, traidores,
Señora, tenéis cautivo
este mi corazón bueno, de oro.

Acaso hayamos sido con esto fieles al sentido, pero le hemos quitado el sabor cómico que tenía para Estácio da Fonseca y sus amigos.

Lisboa.

EUGENIO ASENSIO

Rites et Jeux sacrés de la Mission japonaise des Jésuites vers 1560-1565

Le théâtre religieux, émanation directe ou indirecte de la catéchèse ou de la liturgie, n'a cessé de jouer un rôle très important dans la vie de la chrétienté jusqu'à l'aube des temps modernes, et il a toujours été un des moyens fondamentaux de l'évangélisation des peuples infidèles. M. Robert Ricard, qui l'a déjà étudié dans les missions des Franciscains au Mexique et des Jésuites au Brésil, a eu la bonne fortune de disposer de textes complets, ou tout au moins de larges fragments de plusieurs *autos* en nahuatl ou en tupi⁽¹⁾. Le Japon garde beaucoup plus jalousement ses secrets. Au début du XVII^e siècle, les Jésuites avaient déjà fait imprimer une collection de *mai*⁽²⁾, et le recueil de traductions japonaises d'évangiles des dimanches, de vies de saints et d'oraisons diverses compilé en 1591 par le Père Manuel Barreto fait mainte allusion, dans ses notes marginales, à ces scènes sacrées qui étaient représentées dans les églises devant les néophytes⁽³⁾. Mais aucune n'a encore été retrouvée. Les missionnaires fournissent par contre, dans leurs Lettres des environs de 1560-1565⁽⁴⁾, c'est-à-dire de l'époque où commencèrent à se dessiner

(1) R. RICARD, *La « Conquête spirituelle » du Mexique*, pp. 237-248 ; *Les Jésuites au Brésil pendant la seconde moitié du XVI^e siècle*, *Rev. d'Hist. des Missions*, XIV-1937 pp. 350-354.

(2) RODRIGUES TCUZZU, *Arte breve da Lingoa japoa*, Bibl. Nat. Paris Fonds japonais 321 f. 4v, parle de « may... empressos em nossa letra ». *Mai* signifie « danse, chant », et par extension « jeu scénique ». Aucun rapport, bien entendu, avec le mois de mai et ses traditionnelles réjouissances !

(3) Bibl. Vat. *Reg. lat.* 459 ff. 9-9v, 17, 18, 19, 30, 34, 58, 59, 64, 122. Ce ms. a été révélé et étudié par SCHÜTTE, *Christliche japanische Literatur, Bilder und Druckblätter in einem unbekannten vatikanischen Codex aus dem Jahre 1591*, *Arch. Hist. Soc. Jesu*, IX-1940 pp. 226-280.

(4) Les citations des textes publiés seront faites d'après les *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Iesus que andão nos Reynos de Iapão escreverão aos da mesma Companhia da India e Europa des do anno de 1549 até o de 66*, Coimbre 1570 (sigle CC), et d'après les *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India & Europa des do anno de 1549 até o de 1590*, 2 tomes, Evora 1598 (sigle CE). Pour les textes inédits, je renvoie aux manuscrits qu'il m'a été donné de consulter, en regrettant de n'avoir pas toujours pu recourir à l'original.

les traits essentiels de leur méthode, des renseignements fort précieux, quoique toujours trop succincts et souvent trop dispersés, sur le programme de leurs représentations à l'usage des nouveaux convertis. Je me propose de rassembler et d'interpréter ici tous ces témoignages, et d'étudier, dans leur forme et dans leur fond, ces pièces quelque peu hésitantes, mais qui semblent avoir obtenu le plus large succès.

Deux mots seulement pour préciser les conditions dans lesquelles, vers 1560-1565, oeuvrait la mission japonaise. Après avoir débarqué à Kagoshima, le 15 août 1549, François Xavier, qu'accompagnaient le Père Cosme de Torres et le Frère Juan Fernandez, avait jeté les bases de quelques communautés chrétiennes dans les provinces du Satsuma (Kagoshima et Ichiku), du Hizen (Hirado), du Suwô (Yamaguchi) et finalement du Bungo (Funai). Mais, moins de dix ans après son départ, et pour des raisons qu'il est inutile de rappeler ici, cette dernière chrétienté était la seule à posséder une organisation permanente. Le personnel de la mission comprenait deux Pères (Baltazar Gago et Gaspar Vilela), cinq Frères européens (parmi lesquels Juan Fernandez, Luis de Almeida et Duarte da Silva), un Frère japonais (l'aveugle chanteur de rues Lourenço), et un certain nombre de collaborateurs indigènes, dont les uns, les *dôshuku*, étaient des catéchistes ou des élèves-catéchistes «vivant avec» les Jésuites⁽⁵⁾, et les autres, les *jihiyakusha*, choisis parmi les meilleurs chrétiens, constituaient une Confrérie de la Miséricorde administrée par deux «majordomes»⁽⁶⁾. La mission possédait, au centre de la ville de Funai, capitale du Bungo, deux terrains contigus entourés d'une en-

(5) Les textes portugais contemporains donnent généralement la forme *dogico* : mais RODRIGUES TÇUZZU, *Vocabulário da Língua de Japam*, v.º, écrit plus correctement *dojucu*. Les étymologies proposées par GONÇALVES VIANA, *Notas adicionais, O Inst.* LII-1905 p. 509, et par DALGADO, *Glossário luso-asiático*, I p. 365, sont à rejeter. *Dôshuku* signifie «celui qui loge, qui vit avec quelqu'un». Les Jésuites ont emprunté ce terme au vocabulaire des bonze-ries.

(6) Vilela, CE I f. 319, désigne ces Frères sous le nom de «gifiyaquxa, que quer dizer irmãos da misericórdia», tandis que VALIGNANO, *Sumário dalgũas cousas que se hão de guardar pelos Padres*, Arch. Soc. Jesu Japsin 49 ff. 250v-251, les appelle simplement «jifiaqus». Etant données les règles phonétiques adoptées par les Jésuites pour la transcription des termes japonais, la lecture *jihiyaku(sha)* est incontestable. Ce qui ne veut pas dire que le mot lui-même, que RODRIGUES TÇUZZU, *Vocabulário*, ne cite pas, en soit plus facile à interpréter. Aucune difficulté, certes, pour le premier élément, *jihî*, qui, selon ROD. TÇUZZU, v.º *jifi*, correspond à «pitié, compassion, charité, miséricorde». Reste *yakusha*. Mon savant Collègue C. R. Boxer, dans une lettre du 30-IV-50,

ceinte. L'un était occupé par la chapelle et la résidence des missionnaires; l'autre par l'hôpital-clinique créé par le médecin-chirurgien Luis de Almeida, et auprès duquel on avait érigé une grande croix, dite «Croix de la Miséricorde». Par la suite, d'autres communautés prirent naissance, à Miyako, alors capitale de l'Empire, dans les îles de l'archipel de Hirado, et dans le petit port de Yokose-ura qui relevait de la principauté d'Ômura en Hizen. Mais, à l'époque qui nous intéresse, les Jésuites n'y disposaient encore que d'installations aussi précaires que médiocres, et qui ne leur permettaient pas de donner à leurs manifestations liturgiques ou para-liturgiques le même développement qu'à Funai. Il n'en est pas moins vrai que les textes relatifs à ces centres de propagande chrétienne nous aident parfois à mieux comprendre l'ordonnance des cérémonies qui se déroulaient dans la mission de la capitale du Bungo.

De toutes ces cérémonies, il n'en était pas qui produisissent plus d'impression sur les néophytes que celles de la Semaine-Sainte. Dès le Lundi-Saint, un grand calvaire se dressait au milieu de la chapelle décorée d'«arcs romains» de papier noir qui reliaient entre eux les piliers de bois soutenant la charpente, et sur lesquels, depuis la Croix, la Couronne d'Épines, les trois Clous, le Suaire et le Sépulcre jusqu'aux Trente Deniers de Judas, étaient peints les Emblèmes de la Passion, avec, sur des banderoles, l'explication, en portugais et en japonais, de ces images, ou encore des citations de versets de l'Écriture qui s'y rapportaient⁽⁷⁾. C'est dans ce lugubre décor que, le soir

me suggère de lire *yakusho*, «public office, government office, office». Mais Vilela songeait, non pas à un «service», mais aux hommes qui s'y dévouaient. C'est pourquoi j'estime nécessaire de conserver la forme *yakusha* où l'on retrouve le suffixe *sha*, qui, selon ROD. TÇUZZU, *v*º *xa*, signifie «homme». Quant à *yaku*, je suis tout-à-fait d'accord avec Boxer pour le traduire par «office, service». On notera que, de nos jours, il existe un *yakusha*, avec précisément le signe idéographique *yaku* «office, service», qui désigne un «acteur de théâtre»; et il se peut que, au XVI^e siècle, on l'ait employé dans un sens beaucoup plus large. Je propose donc d'interpréter *jihiyakusha* de la façon suivante: «Homme du Service de la Miséricorde».

(7) Fernandez, CC f. 211v: «(Estava) a igreja feita de arcos romanos pretos e sobre cada arco hum dos mysterios pintados da Paixão e ao pé do mysterio hum rótolo que o declarava em lingua portuguesa e de Japão». Cf. Aires Sanches, CC f. 270: «Toda a capella e igreja estava de preto com algũs debuxos dos passos da Paixão pelos esteos, com algũs sentenças da Escritura Sagrada tiradas em japão escritas com suas letras». Fernandez, CC f. 214, cite la Croix, le Suaire, le Sépulcre et les trente Deniers. Frois, CC f. 283, signale en plus la Couronne d'épines et les trois Clous. Il y avait encore certainement la Colonne, le Fouet, la Lance, l'Éponge, etc...

du Mercredi-Saint, on psalmodiait Ténèbres en éteignant les uns après les autres les cierges de la herse ⁽⁸⁾. Le matin du Jeudi-Saint, on «enfermait» le Seigneur dans un «sépulcre» embrasé de lumières qui étincelaient au milieu de branches vertes, et toute la journée et toute la nuit suivantes, des centurions en casque et cotte de mailles y montaient la garde ⁽⁹⁾. Le Vendredi-Saint, il y avait la Messe des Présanctifiés, avec chant dialogué de la Passion ⁽¹⁰⁾, puis l'Adoration de la Croix devant le calvaire d'où pendaient des écharpes noires ⁽¹¹⁾. Le Samedi-Saint, un grand voile noir dissimulait le choeur et, dans la nef, un autel était dressé, autour duquel on accomplissait les premiers rites de la journée : chant des Prophéties, bénédiction de l'eau, du feu nouveau et du cierge pascal ⁽¹²⁾. Le célébrant, en chape violette, se retirait alors et, après avoir «secrètement» revêtu une chasuble blanche, commençait la messe à l'autel du choeur toujours dissimulé par le voile. Mais soudain, «après les *Kyries*», lorsqu'éclatait le *Gloria*, le voile s'ouvrait, le choeur apparaissait, orné de tentures blanches, avec une belle image du Christ de Résurrection tout environnée de cierges, et les fidèles, éblouis par tant de splendeur, «passaient d'un seul coup du plus morne abattement à la plus exubérante allégresse» ⁽¹³⁾.

A ces offices, rigoureusement liturgiques, s'ajoutaient des processions qui ne figurent pas dans le rituel. Le Jeudi-Saint, vers minuit, après le sermon sur la Crucifixion et les Paroles de Jésus en Croix, un long cortège cheminait en silence, à la lueur des cierges et des lanternes, depuis la chapelle jusqu'à la Croix de la Miséricorde. La plupart de ceux qui y participaient se flagellaient jusqu'au sang, et l'on nous dit que les *jihiyakusha* avaient bien du mal à laver et à panser leurs blessures ⁽¹⁴⁾. Mais les Jésuites associèrent bientôt à cette manifestation de piété un enseignement oral. A partir de 1561,

(8) Vilela, Ac. Cienc. Lisboa ms. 12 f. 33v, et CC f. 149v; Aires Sanches, CC f. 270.

(9) Ce furent, au début, des Portugais qui hivernaient au Japon : cf. Vilela, Bibl. Nac. Lisboa *Fundo geral* 4534 f. 20. Puis ce furent des Japonais de confiance : cf. Almeida, CC f. 222; Aires Sanches, CC f. 270.

(10) Vilela, CC f. 150v; Almeida, CC f. 321v.

(11) G. Pereira, Bibl. Nac. Lisboa *Fundo geral* 4534 f. 124v.

(12) Fernandez, CC f. 311v; Frois, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 ff. 116v, 180v.

(13) Vilela, Bibl. Ajuda Lisboa 49-IV-50 f. 155, et CC ff. 150v-151; Fernandez, CC f. 213; Almeida, CC f. 321 v; cf. Mexia, CE I f. 465 v.

(14) Almeida, CC ff. 141, 221v; Vilela, CC f. 150; Gago, CC f. 168v; Fernandez, CC ff. 212-212v, 311v; cf. Monte, CC f. 399 v.

douze ou quinze *dôshuku*, vêtus de noir et coiffés de diadèmes noir et or, allaient, avant la procession, se ranger en face du «sépulcre», avec, entre leurs mains, l'image d'un des Emblèmes de la Passion et sa «déclaration» en japonais. Celui qui tenait la Croix expliquait au peuple le sens de son symbole, et les autres faisaient de même pour chacun des leurs; après quoi, tournés vers le Saint-Sacrement, ils prononçaient à tour de rôle une de ces oraisons jaculatoires que les Jésuites appelaient des «colloques»; puis, après s'être donné la discipline, ils se rendaient en ordre, avec les fidèles, au pied de la Croix de la Miséricorde où ils répétaient leur petit discours «en le complétant par quelques considérations appropriées à ce lieu»⁽¹⁶⁾. On les retrouvait à la procession de l'aube de Pâques, qui faisait plusieurs fois le tour de l'enclos de la mission, entre deux rangées d'arbres verts plantés pour la circonstance, et aux branches desquels se balançaient des lanternes «dont l'éclat était si vif qu'on eût pu les apercevoir de plus d'une lieue»⁽¹⁷⁾. Ils portaient encore les mêmes symboles que le Jeudi-Saint; mais ils avaient revêtu des aubes blanches sur lesquelles se détachait une croix de velours vert soutaché d'or, et leur coiffure était faite d'une couronne de fleurs⁽¹⁸⁾. Immédiatement derrière eux, Cosme de Torres, paré de ses plus beaux ornements, la tête ceinte d'une couronne de feuillage vert piqué de roses fraîches, et suivi d'un thuriféraire et de deux céro-

(16) Almeida, CC ff. 221v-222; Aires Sanches, CC f. 270v. En 1571, Vilela, Bibl. Nac. Lisboa *Fundo Geral* 4532 f. 110, décrit ainsi cette scène, qui eut lieu le Vendredi-Saint de l'année précédente, «primeiro que se desencerrasse o Senhor»; «Vierão 15 mininos diante do altar, todos vestidos de preto com os olhos baixos, trazendo cada hum hum martirio da Paixam e, fazendo reverencia todos ao altar, cada hum por sua ordem se virava ao povo e lhe mostrava o martirio que na mão tinha, também de preto, e com alta voz lhes dizia: Christãos, vêdes esta cruz! Hé a semelhança da em que Jesu-Christo Deos verdadeiro por nos salvar quis receber morte e paixam! ou outras palavras semelhantes, e polo conseguinte a cada hum dos outros martirios. E choravão os mininos tantas lágrimas dizendo isto que assas de duro era o coração que não lançava lágrimas de ver que huns mininos inocentes as lançavam com tanta devação. Acabando todos os mininos por sua ordem, todos ali diante da gente deixarão cair as alvas dos hombros para baixo até a cinta e dizendo um Miserere mei Deos se disciplinaram com muito fervor e acabado sairão assy disciplinandose muito longe a hũa cruz e tornarão a igreja com a mesma devação, que certo que ainda que mais não fôra que ver estes inocentes fazer o que faziam, fiquam bem empregados os trabalhos que em os doutrinar se podem passar.»

(17) Fernandez, CC f. 312.

(18) Almeida, CC ff. 222, 406v-407; Fernandez, CC f. 213v; Monte, CC ff. 400-400v.

féraires, tenait le Saint-Sacrement sous un dais conduit par quatre chrétiens, au milieu de la lumière des torches, des fumées d'encens et des salves de mousqueterie. De retour à l'église, on célébrait la messe, et un prédicateur opposait le deuil de la Passion à la joie de la Résurrection⁽¹⁹⁾. Mais, le plus souvent, les chrétiens se livraient à un si gai vacarme qu'il était parfois impossible de placer un seul mot⁽²⁰⁾.

A défaut de sermon, il y avait des scènes sacrées. L'ornementation spéciale de la chapelle depuis le Lundi-Saint, l'extinction progressive des lumières pendant Ténèbres, la veillée en armes des «centurions» et les «colloques» des *dôshuku* devant le «sépulcre» du Jeudi-Saint, le chant alterné de la Passion le Vendredi-Saint, le changement à vue du décor du Samedi-Saint, tout cela créait déjà une atmosphère quelque peu théâtrale. Lors de la procession nocturne du Jeudi-Saint, on voyait des chrétiens qui poussaient la dévotion jusqu'à se ceindre la tête d'une couronne d'épines et, les pieds entravés de lourdes chaînes, à trainer une croix sur leurs épaules⁽²¹⁾. A la procession de l'aube de Pâques, il en était qui dansaient devant le Saint-Sacrement «comme David devant l'Arche»⁽²²⁾. Mais surtout, cette procession comportait des «inventions» qui représentaient des épisodes de l'Écriture, tels que Jonas sortant du ventre de la baleine, et d'autres encore, paraît-il, dont nous ignorons malheureusement le sujet. En 1562, on trouva même le moyen d'aménager, devant l'église, une Mer Rouge qui s'ouvrit au passage des Israélites et se referma ensuite pour engloutir le Pharaon et son armée⁽²³⁾. Cependant que les *dôshuku* entonnaient, entre les *Allelluia* et le *Laudate Dominum*, la prose *Victimae paschali laudes* qui contient le célèbre dialogue du *Dic nobis, Maria*⁽²⁴⁾.

En 1561, après la procession, on représenta justement ce dialogue. Marie-Madeleine, revenant du «sépulcre» au pied duquel étaient assis deux Anges, rencontrait Saint Pierre et Saint Jean qui lui demandaient :

*Dic nobis, Maria,
quid vidisti in via?*

(19) Fernandez, CC f. 213.

(20) Vilela, CC ff. 151-152.

(21) Almeida, CC ff. 221v, 321; Fernandez, CC ff. 212, 311v; Monte, CC ff. 399v.

(22) FROIS, *História de Japão*, Bibl. Ajuda Lisboa 49-IV-54 f. 126.

(23) Aires Sanches, Ac. Cienc. Lisboa ms. 12 f. 195.

(24) Fernandez, CC ff. 213v-214, 312.

Et en même temps qu'elle leur répondait :

*Sepulcrum Christi viventis
et gloriam resurgentis,
angelicos testes,
sudarium et vestes,*

elle leur désignait le «sépulcre» vide et leur montrait le suaire qui y était déposé. Après quoi, les *dôshuku* reparaissaient devant les fidèles, chacun avec son Emblème, et ils expliquaient en japonais que, ce qui, l'avant-veille, avait été une cause de tourment et d'opprobre pour le Christ était désormais une source de gloire et de félicité, non seulement pour le Christ lui-même, mais encore pour toute la communauté des chrétiens ⁽²⁵⁾.

L'année suivante, il n'est pas question du *Dic nobis, Maria*. Mais comme, dans leurs Lettres, les Jésuites ne font généralement état que de leurs plus récentes initiatives, rien ne prouve qu'ils ne l'aient pas rejoué. Ils nous informent, par contre, que, «après la procession, il y eut une représentation devant le peuple, où les tristesses de la Passion étaient mises en parallèle avec l'allégresse de la Résurrection» ⁽²⁶⁾. Ce thème se rapproche trop de celui qui avait été développé un an plus tôt par les *dôshuku* pour que l'on puisse douter que ce soit eux qui l'aient interprété. On ignore malheureusement de quelle façon ils le traitèrent. Je pense que ce fut sous la forme de «colloques». Ces oraisons jaculatoires, le plus souvent prononcées devant l'Hostie ou devant la Croix, plus particulièrement pendant la Semaine-Sainte ⁽²⁷⁾, consistaient, pour la plupart, en une méditation sur les épisodes de la tragédie du Calvaire ⁽²⁸⁾, sur les Paroles de Jésus en Croix ⁽²⁹⁾, et plus encore sur les Instruments de la Passion et leur rôle bénéfique dans l'économie du salut ⁽³⁰⁾. Le lien qui les

⁽²⁵⁾ Fernandez, CC f. 214.

⁽²⁶⁾ Aires Sanches, CC f. 270v.

⁽²⁷⁾ Fernandez, CC ff. 179v, 311, 311v.

⁽²⁸⁾ FROIS, *História*, Bibl. Ajuda Lisboa 49-IV-54 f. 52 v.

⁽²⁹⁾ Cf. P. de Santa Cruz, *Litterae quadrimestres*, II p. 615.

⁽³⁰⁾ C'est ce qui ressort nettement de tout un groupe de «colloques» rassemblés sous le titre de *Alguns colloquios a alguns Instrumentos da Paixão do Christo nosso Senhor* dans le ms. Bibl. Vat. Reg. lat. 459 ff. 68-82v.

rattache aux «représentations» données devant les chrétiens le jour de Pâques me paraît donc incontestable.

Noël aussi, Noël surtout avait sa «représentation», qui, elle, dérivait des pieux divertissements de cette traditionnelle veillée. A Yamaguchi, dès 1554, Cosme de Torres avait fait composer en japonais un «*Livre des Six Âges du Monde*». Avant la Messe de Minuit, on en lut les passages relatifs aux cinq premiers Âges : la création de l'homme, son état d'innocence, le Pêché Originel, Noé et le Déluge, la confusion des langues, l'origine de l'idolâtrie, la destruction de Sodome, l'histoire de Ninive, les aventures de Joseph, la captivité des enfants d'Israël et leur délivrance par Moïse, la proclamation de la Loi, l'entrée dans la Terre Promise, puis le péché et la pénitence de David, les histoires d'Elisée, de Judith et de Nabucodonosor, et, pour finir, celle de Daniel. Cosme de Torres célébra ensuite les trois messes, et, à la fin de celle du Jour, on donna lecture du sixième Âge, qui s'étend depuis la venue du Christ sur cette terre jusqu'au Jugement Dernier⁽³¹⁾. Il est vraisemblable que l'on procéda de même à Funai, ainsi que l'on continua à le faire dans les centres de médiocre importance. Mais cette lecture devait paraître parfois bien longue, et on l'interrompait sans doute de temps à autre pour entonner quelque psaume ou quelque cantique «sur la vie du Seigneur, la gloire de son saint Nom et de sa sainte Croix, ou sur la Loi des chrétiens, l'aveuglement des infidèles, les tromperies du démon»⁽³³⁾. Aussi, à Noël 1560, eut-on l'idée d'agrémenter cette soirée par des scènes suivies où le jeu des acteurs était intimement mêlé à des chants repris en chœur par l'assistance⁽³⁴⁾.

La pièce se divisait en deux actes, séparés par un intermède à propos duquel je m'expliquerai plus loin. Le premier acte traitait de la chute d'Adam et de la promesse de la Rédemption. Devant un pommier chargé de pommes d'or, Lucifer tentait Eve ; nos premiers parents, après avoir commis la faute, étaient chassés du Paradis Terrestre par un Ange ; mais ils revenaient bientôt, «couverts des vêtements que Dieu leur avait donnés», et l'Ange leur annonçait, à leur grande joie, qu'ils seraient rachetés par les mérites d'un Ré-

(31) Duarte da Silva, Bibl. Ajuda Lisboa 49-IV-50 f. 85v.

(33) Fernandez, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 f. 34.

(34) Fernandez, CC f. 210v.

dempteur⁽³⁵⁾. Le second acte se rapportait à l'Incarnation et à la Rédemption. On y voyait d'abord le Déluge et Noé montant dans l'arche; puis la captivité de Loth et sa délivrance par Abraham⁽³⁶⁾; puis un Prophète s'avancait pour réciter les textes de l'Écriture annonçant le mystère de Noël⁽³⁷⁾; alors un Ange s'approchait des Bergers et les conviait à aller adorer l'Enfant-Dieu étendu dans une crèche⁽³⁸⁾; et enfin, après une entrée de la Sybille, apparaissait le Christ tel qu'il se montrera dans toute sa gloire au Jugement des vivants et des morts⁽³⁹⁾.

Les années suivantes, on fit même une «représentation» pour l'Épiphanie, avec l'arrivée des trois Rois, l'hommage qu'ils rendirent à l'Enfant, et «leur entretien avec la Vierge» et «ce qu'il advint d'eux

(35) Fernandez, CC ff. 210-210v: «E pera isso posarão em o meio da igreja hũa maceira com hũs pomos dourados, de baixo da qual arvore enganou Lucifer a Eva, que ainda que era dia de alegria não havia grande nem pequeno que não chorasse...» Après la Chute, venait l'expulsion du Paradis. «Dahi a pouco sahio Adam e Eva com a vestidura que Dos lhe dera e apareceo logo hum Anjo confortandoos com a esperança que avião de ser remidos, os quais com alegria e com não menos lagrimas se despedirão cantando e deixarão o auditorio com alegria».

(36) Aires Sanches, CC f. 271: «Representarão antes do nascimento de Christo o diluvio do mundo em tempo de Noe e sua entrada na arca, depois disto o cativoiro de Loth e a vitoria de Abraham...» Aires Sanches décrit la représentation de Noël 1561; mais il ne laisse pas entendre que ce fût une nouveauté.

(37) Ce détail demande quelques explications. Frois, CC f. 307, déclare, à propos de la veillée de Noël 1562 à Hirado: «O mais do tempo estiverão sempre cantando hum tratado de Noe e Abraham...» Il dit de même, Bibl. Nac. Lisb. *Fundo geral* 4534 f. 544v, à propos de la veillée de Noël 1563 à Taku-shima, petite île de l'archipel de Hirado: «Cantarão toda aquella noite na Igreja em choros, os homens de hũa parte e as mulheres da outra, as historias da Sagrada Escritura como a criação e caida dos primeiros parentes, a edificação da arca de Noe e diluvio das águas...» D'où il résulte que, dans les chrétientés où, faute de moyens, on ne pouvait faire davantage, les fidèles se bornaient à chanter les couplets qui, en des circonstances plus favorables, eussent fourni matière à une représentation. Or, Frois, CC f. 382, fait allusion, après les couplets sur le Déluge, à «quelque prophéties ayant trait au mystère de Noël». A mon avis, lorsqu'il y avait représentation, ces Prophéties étaient chantées sur la scène par un Prophète.

(38) Fernandez, CC f. 210v; Aires Sanches, CC f. 271; Frois, CC f. 309v.

(39) Fernandez, CC f. 210v, ne parle que du Jugement dernier. Mais Frois, CC f. 309v, à propos de la représentation de 1562, mentionne «a Sibylla e o Juizo final». Le même Frois, CC f. 307, dit, à propos de la veillée de Noël 1562 à Hirado, que les chrétiens chantèrent «hum tratado de Noe e Abraham e da Sibylla...»

avec Hérode»⁽⁴⁰⁾. Il semblait bien difficile en effet de laisser dans l'ombre cette fête si riche de sens parce qu'elle symbolise le culte rendu à Dieu par la gentilité tout entière⁽⁴¹⁾. Peut-être représentait-on aussi plus tard la Fuite en Egypte. En tout cas, avant 1590, on signale une scène de Jésus au milieu des Docteurs⁽⁴²⁾. Ainsi tendait à se constituer un «cycle de la Nativité et de l'Enfance du Christ».

Le contenu spirituel de ces spectacles, aussi bien de Noël que de Pâques, était puisé à la source encore vive des traditions médiévales.

On sait la popularité, dans toute l'Europe chrétienne, de la trilogie para-liturgique qui se déroulait autour du «sépulcre» et dont les diverses phases étaient désignées sous les noms de *Depositio Hostiae*, *Elevatio Hostiae* et *Visitatio Sepulcri*⁽⁴³⁾. Nous en connaissons l'ordonnance, variable selon les régions, grâce à une foule de textes dont les plus anciens remontent au milieu du Xe siècle⁽⁴⁴⁾ et dont les plus récents ne sont pas antérieurs au début du XVIIIe⁽⁴⁵⁾. De cette trilogie, les Jésuites du Japon ne conservèrent, pour des raisons d'opportunité, que les deux dernières parties. Du moins les documents qui nous les décrivent nous permettent-ils de préciser la nature de certaines des cérémonies organisées par eux au matin de Pâques.

Aucun témoignage n'autorise à affirmer, en effet, que, vers 1560-1565, ils aient, le Vendredi-Saint, procédé, comme il était d'usage au Portugal⁽⁴⁶⁾, et comme on le faisait dans l'Inde⁽⁴⁷⁾, à la *Depositio Hostiae*. Ce rite para-liturgique consistait à déposer processionnelle-

(40) Fernandez, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 f. 34.

(41) RICARD, *Conquête spirituelle*, pp. 239-241, signale, au Mexique, une *Adoración de los Reyes*, représentée à Tlajomulco en 1587, et une *Comedia de los Reyces*, qui est vraisemblablement de 1607, mais «se rattache à la tradition du XVIe siècle».

(42) Bibl. Vat. Reg. lat. 459 f. 9.

(43) K. YOUNG, *The dramatic Associations of the Easter Sepulchre*, Univ. of Wisc. Studies in Lang. and Lit. n.º 10, et *The Drama of the Medieval Church*, 2 vol. Cf. LANGE, *Die lateinischen Osterfeiern*; E. K. CHAMBERS, *The medieval Stage*, II p. 11-36; A. DE SANTI, *Il Mattino di Pasqua nella Storia liturgica*, pp. 6-20.

(44) Cf. *Acta Sanctorum*, Julii tom. II p. 103. Il s'agit d'une cérémonie accomplie par Saint Ulrich, évêque d'Augsbourg, qui mourut en 973.

(45) Cf. *Officium Hebdomadae Sanctae secundum Consuetudinem ducalis Ecclesiae Sancti Marci Venetiarum*, Venise 1736 pp. 277-282.

(46) Dom DUARTE, *Leal Conselheiro*, éd. Piel, p. 356.

(47) Notamment à Baçaim : cf. Francisco Cabral, Ac. Cienc. Lisboa ms. 12 f. 385v.

ment une hostie consacrée dans un «sépulcre» distinct de celui du Jeudi-Saint, et où elle demeurerait enfermée jusqu'au matin de Pâques. Les Jésuites qui, par crainte de profanations, s'abstinrent longtemps de conserver les Saintes Espèces sur l'autel, devaient évidemment se contenter du seul rite prescrit par la liturgie et qui consistait à réserver l'hostie dans le «sépulcre» du Jeudi-Saint en vue de la Messe des Présanctifiés. Exposer publiquement, même en faisant bonne garde, une hostie consacrée depuis le Vendredi-Saint jusqu'au matin de Pâques leur paraissait sans doute follement téméraire. Il faudra attendre l'année 1580 pour assister, et encore, semble-t-il, d'une façon tout-à-fait exceptionnelle, à ce second «ensevelissement» du Seigneur ⁽⁴⁸⁾.

Par contre, vers 1560-1565, les Jésuites du Japon pratiquaient l'*Elevatio Hostiae* et la *Visitatio Sepulcri*.

La procession de l'aube de Pâques n'est pas autre chose que l'*Elevatio Hostiae*, c'est-à-dire le transfert solennel, avant la messe, de l'hostie enfermée dans le «sépulcre» jusque sur l'autel. Ce rite para-liturgique, qui symbolisait la Résurrection du Sauveur ⁽⁴⁹⁾, était acclimaté au Portugal au moins depuis la fin du XVe siècle ⁽⁵⁰⁾. Mais il est probable que, au Japon, les Jésuites, parce qu'ils ne procédaient pas à la *Depositio Hostiae*, gardaient secrètement une hostie consacrée qu'ils ne plaçaient, non moins secrètement, dans le «sépulcre» qu'au matin de Pâques, quelques instants avant la procession.

Quant à la scène où figuraient Marie-Madeleine, les deux Anges, Saint Pierre et Saint Jean, elle correspond à la *Visitatio Sepulcri*, dont un des éléments essentiels était, le plus souvent, une amplification du *Dic nobis, Maria* ⁽⁵¹⁾. Le geste de la Marie-Madeleine se penchant sur le Sépulcre et en retirant le Suaire avait été fixé dès les plus lointaines origines du théâtre religieux chrétien ⁽⁵²⁾.

Mais, avec le temps, le nombre des Emblèmes de la Passion

⁽⁴⁸⁾ Mexia, CE I f. 465v.

⁽⁴⁹⁾ Cf. Cabral, Ac. Cienc. Lisboa ms. 12 f. 385v.

⁽⁵⁰⁾ Cf. *Crônica da Fundação do Mosteiro de Aveiro*, éd. Rocha Madahil, p. 150, texte dont je dois la connaissance à Melle S. Corbin de Mangoux. Cf. Dom DUARTE, *Leal Conselheiro*, p. 356. Frois, Bibl. Nac. Lisboa *Fundo geral* 4534 f. 544v, fait allusion à la somptueuse procession de l'aube de Pâques qui se déroulait dans les jardins royaux d'Almeirim. RICARD, *Jésuites au Brésil*, p. 349, la retrouve en 1584 dans un village des environs de Bahia, et, *Conquête spirituelle*, p. 218, au Mexique.

⁽⁵¹⁾ LANGE, *Osterfeiern*, pp. 112-118.

⁽⁵²⁾ MÂLE, *L'Art religieux au Xlle siècle*, pp. 126-130.

s'était accru jusqu'à comprendre les propres instruments du supplice, et même divers objets tels que l'aiguière de Pilate et, précisément, la bourse et les deniers de Judas, qui évoquaient les unes après les autres toutes les scènes du Calvaire⁽⁵³⁾. Ces emblèmes, que les artistes confiaient volontiers aux mains des anges⁽⁵⁴⁾, étaient, comme par les *dôshuku*, solennellement portés en procession par les membres de certaines Confréries⁽⁵⁵⁾, et l'idée, reprise par les mêmes *dôshuku*, que ces signes de la mort constituaient les armes de notre salut se retrouvait couramment en maintes hymnes de cette époque⁽⁵⁶⁾.

Une voix, autorisée entre toutes, a déjà tout dit de la longue persistance du symbolisme qui traduisait l'harmonie préétablie de l'Ancien et du Nouveau Testament⁽⁵⁷⁾. En pleine Rome baroque, à Saint-Jean-de-Latran, dans les bas-reliefs en stuc modelés sur les dessins d'Alessandro Algardi et qui, suppose-t-on, remplaçaient de très vénérables mosaïques, Jonas rejeté par la baleine et le passage de la Mer Rouge apparaîtront encore comme deux figures de la Résurrection⁽⁵⁸⁾. Comment s'étonner dès lors de voir ces deux « inventions » à la procession de l'aube de Pâques ? Et n'étaient-ce pas aussi des figures de la Rédemption que ces histoires de Noé sauvé du Déluge grâce à son arche, et de Loth délivré de ses chaînes par la victoire d'Abraham, qui, à la suite du premier acte, directement inspiré du « Drame d'Adam », c'est-à-dire de la Chute, ouvraient le second acte de la représentation de Noël ? Et si cette dernière s'ache-

(53) MÂLE, *L'Art religieux de la fin du Moyen-Âge*, pp. 97-100.

(54) Tapisserie de la Cathédrale d'Angers ; Bois sculpté du Musée du Louvre ; Vitraux de la Passion de Pleyben et de Moulins. Cf. MÂLE, *ibid.*, fig. 39-40 et p. 100 n.º 1.

(55) Comme celle de Saint-Patrice de Rouen, par exemple.

(56) Cf. DANIEL, *Thesaurus hymnologicus*, II p. 214, 348 : *De Lancea Dcmini, De Passione Domini*.

(57) Ce symbolisme, auquel Frois, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 f. 109v, fait une allusion des plus explicites, s'affirme en particulier dans la *Biblia Paupcrum* et dans le *Speculum humane salvationis*, deux livres dont l'un remonte au moins au XIIIe siècle, et dont l'autre est du début du XIVe, mais à qui, comme l'a bien montré MÂLE, *ibid.*, pp. 244 sqq., « les artistes du XVe et du XVIe siècle doivent tout ce qu'ils savent des anciens symboles ».

(58) Cf. MÂLE, *L'Art religieux après le Concile de Trente*, p. 336. Une des tapisseries de la Chaise-Dieu représente la Résurrection du Christ entre Sanson enlevant les portes de Gaza et Jonas vomé par la baleine. Par contre, dans une autre tapisserie, le Passage de la Mer Rouge est rapproché du Baptême du Christ. Le symbolisme avait parfois ses variantes...

vait, assez étrangement pour nous, sur l'évocation terrible du Jugement Dernier, il n'est peut-être pas sans intérêt de la rapprocher du «Mystère de l'Incarnation» joué à Rouen à la fin du XVe siècle, et surtout de cet «Office du Jugement» que l'on célébrait naguère encore à la cathédrale de Braga pendant la nuit de la Nativité, et dans lesquels, tout comme dans un fameux sermon attribué à Saint Augustin, après un défilé de Prophètes annonçant la naissance du Dieu fait homme, la Sybille Erythrée venait, comme à Funai sans doute, réciter l'acrostiche des Quinze Signes de la Fin du Monde :

Judicii adventu tellus sudore madescit... ⁽⁵⁹⁾

Bien des détails de la mise en scène de la Semaine-Sainte et de Pâques rappellent aussi l'Europe. Les «arcs romains» de papier noir qui ornaient la chapelle n'avaient absolument rien de japonais. Les Emblèmes de la Passion avaient été dessinés et confectionnés par Duarte da Silva sur des modèles évidemment européens ⁽⁶⁰⁾, et le «sépulcre» avait, comme dans les églises occidentales de ce temps, l'aspect d'un reliquaire en forme de sarcophage qu'abritait un baldaquin soutenu par des colonnes ⁽⁶¹⁾. Les banderoles portant des inscriptions bilingues font songer à celles dont les Jésuites de Gênes et de Messine recouvraient les façades de leurs collèges pour la fête du *Corpus* ⁽⁶²⁾. Quant à l'ostension, par les *dôshuku*, des Emblèmes de la Passion, et aux «colloques» qui l'accompagnaient le Jeudi-Saint, on ne peut que rappeler, à leur propos, dans l'*Auto da Alma* de Gil Vicente, l'ostension toute semblable de la Véronique, du Fouet, de la Couronne d'Épines, des Clous et de la Croix, et les chants latins, véritables «colloques», qui lui faisaient suite : *Salve, sancta Facies! Ave Flagellum! Ave Corona spinarum! Dulce Lignum, dulcis Clavus!* et, pour finir, *Domine Jesu Christe!* ⁽⁶³⁾.

⁽⁵⁹⁾ MÂLE, *Art religieux de la fin du Moyen-Âge*, p. 280 ; Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELOS, *Notas Vicentinas*, IV p. 238 n. 1.

⁽⁶⁰⁾ Fernandez, CC f. 211v.

⁽⁶¹⁾ RICARD, *Jésuites au Brésil*, p. 349, a retrouvé la même disposition dans un «sépulcre» près de Bahia en 1584.

⁽⁶²⁾ Cf. Alonso Hernandez, Arch. Soc. Jesu Ital. *Epist.* 1558-II, et Sibilia, Arch. Soc. Jesu Ital. *Epist.* 1563.

⁽⁶³⁾ GIL VICENTE, *Auto da Alma*, éd. Marques Braga, II pp. 26-37. Au sujet du *Salve, sancta Facies*, cf. S. CORBIN, *Les Offices de la Sainte Face*, *Bul. Et. Port.*, XI-1947 pp. 1-65. L'*Ave Flagellum* et l'*Ave Corona spinarum* n'ont été retrouvés ni par Carolina Michaelis, *Notas Vicentinas*, IV p. 133, ni par

Toutefois, le seul nom de *mai*, qui, dans son acception primitive, signifie «danse», et sous lequel on désignera les scènes sacrées représentées dans les églises de la mission, semble bien indiquer que la récitation des *dôshuku* devait s'accompagner de gestes et de poses hiératiques analogues à ceux des danses traditionnelles du Japon.

Les représentations de Noël offraient du reste une apparence encore plus spécifiquement japonaise. Cosme de Torres s'en était remis à deux ou trois chrétiens du soin d'organiser celle de 1561, et tous les textes notent avec insistance que les chants étaient «à la manière et mode du Japon»⁽⁶⁴⁾. De fait, on a l'impression d'assister à un de ces drames religieux lyriques appelés *nô*, dont le genre brillait alors de tout son éclat et que, à l'exemple des aristocrates raffinés, le menu peuple avait, quoi qu'on en dise souvent, appris lui-même à goûter. Il ne s'agissait sans doute que de *nô* très rudimentaires, et peut-être passablement maladroits. Mais on doit bien

Melle Corbin qui m'écrivit que ses recherches demeurent infructueuses. J'avais pensé qu'ils pouvaient figurer, en portugais, dans la collection des *Hymnos para se dizerem visitando os sete Passos de Christo*, publiée par MARCOS JORGE, *Doutrina christã ordenada a maneira de diálogo para ensinar os meninos*, Lisbonne 1566 : mais mes espoirs ont été déçus. Le *Dulce Lignum, dulcis Clavus* appartient à une strophe dont, pendant l'Adoration de la Croix, le Vendredi-Saint, on alterne tour-à-tour la première et la seconde partie avec l'hymne *Pange lingua gloriosi*. Mon collègue Flechniakoska, qui poursuit d'utiles recherches sur Gil Vicente, me signale, dans deux Bréviaires de 1531 et 1549, aux offices de l'Invention et de l'Exaltation de la Croix, une antienne commençant également par *Dulce Lignum*. A. BEAU, *A Música na obra de Gil Vicente*, p. 10 n. 2, renvoie à J. F. RIANO, *Critical and bibliographical Notes on early spanish Music*, p. 100, qui a retrouvé, dans l'*Index Motetorum* de Francisco Guerrero, dont un exemplaire est conservé à la Colombine de Séville, la mention d'un motet commençant par *O Domine Jesu Christe*. Mais M. Flechniakoska m'apprend que le ms. 12 de la Bibl. Univ. de Coimbre, ff. 191v-192, contient un motet à quatre voix commençant par *Domine Jesu Christe* qui pourrait bien être celui qui fut utilisé par Gil Vicente. Il convient de remarquer en outre que, dans l'*Auto da Alma*, avant l'ostension, Saint Augustin récite un «colloque» en portugais : «Alto Deos maravilhoso, etc...» et que, après l'ostension, l'Âme en récite un autre : «Com que forças, com que spirito, etc...» J'ajoute, pour être complet, que, en Europe, les Jésuites faisaient réciter à leurs élèves des poésies en langue vulgaire pour expliquer au peuple le sens des inscriptions bilingues qui ornaient les banderoles suspendues, le jour du *Corpus*, à la façade de leurs Collèges. Cf. Alonso Hernandez, Arch. Soc. Jesu Ital. Epist. 1558-II : «Traggono innanzi alcuni alunni delle scuole a recitare carmi in volgare dettati appositamente per essi in dichiarazione dei sacri testi exposti alla publica vista.» Les *dôshuku* de Funai ne faisaient pas autre chose que les jeunes Italiens.

(64) Fernandez, CC f. 210 ; Almeida, CC f. 222 v.

constater qu'on y retrouve tous les éléments du *nô* classique. Les deux actes correspondent aux deux *ai*, séparés eux-mêmes par un intermède. Le protagoniste, qui incarne successivement plusieurs personnages, depuis Lucifer tentateur jusqu'au Christ en gloire, en passant par l'Ange, Noé, Loth, le Prophète et la Sybille, n'est autre que le *shite*. Le ou les exécutants secondaires, comme Adam, Eve, Abraham, sont le *waki* et son acolyte, le *waki-zure*. La famille de Noé, sans doute, et, en tout cas, les Bergers, sont des figurants muets dont le rôle était tenu par les épisodiques *tomo*. Le chœur, ou *ji*, devait être fourni par les huit ou dix meilleurs chanteurs qui, aux reprises, *jidori*, entraînaient le reste de l'auditoire. Quant aux couplets «à la manière et mode du Japon», il n'est pas impossible qu'ils aient été, comme ceux du *nô*, écrits sur le mètre dodécasyllabique du *kusari* et coulés dans le moule de la strophe à six ou huit vers de l'*uta* ⁽⁶⁵⁾.

Les rapprochements, encore très hypothétiques, auxquels je viens de me risquer, prendront peut-être plus de consistance après l'examen de l'intermède dont j'ai jusqu'à présent différé l'analyse.

J'entends bien que le principe même de l'intermède est aussi péninsulaire que japonais. «Aqui á de aver un entremés», lit-on entre les deux «actes» des anonymes *autos* intitulés *Desposorios de Ysac* et *Desposorios de Moysen* ⁽⁶⁶⁾. De même, entre les deux «actes» de la *Representación de la Historia evangélica del cap. IX de Sanct Joan* de Sebastian de Horozco, «pasa un entremés entre un procurador y un litigante», dont le thème n'a absolument rien à voir avec l'argument de la pièce ⁽⁶⁷⁾. Un des plus anciens *autos* de Lope de Rueda, dont nous savons seulement qu'il était tiré de l'Écriture, comportait lui aussi des «entremeses» ⁽⁶⁸⁾. Dans l'*auto* de Gil Vicente qui devrait porter le titre de «Mistérios da Virgem», la scène de Mo-fina Mendès est un «entremès» qui se place entre le mystère de l'Annonciation et celui de la Nativité ⁽⁶⁹⁾. Il est fort probable que l'on donnait également un «entremès» entre les deux parties de

⁽⁶⁵⁾ On trouvera tous les éclaircissements techniques désirables dans PERI, *Etudes sur le Drame lyrique japonais ou Nô*, *Bul. Ec. Fr. Extr.-Orient*, IX-1909 pp. 251-284, 707-738.

⁽⁶⁶⁾ L. ROUANET, *Colección de Autos, Farsas y Coloquios del Siglo XVI*, I pp. 72, 326.

⁽⁶⁷⁾ S. de HOROZCO, *Cancionero*, pp. 159-161.

⁽⁶⁸⁾ A. MUÑOZ, *Viaje de Felipe II a Inglaterra*, Saragosse 1554, rééd. Madrid 1877, pp. 47-48.

⁽⁶⁹⁾ GIL VICENTE, éd. Marques Braga, I pp. 141-151.

l'*Auto de Deus Padre e Justiça e Misericórdia*, aujourd'hui attribué, non sans de bonnes raisons, au même Gil Vicente. Signalons enfin que, dans les dernières années du XVI^e siècle, on représenta au Collège des Jésuites de Salamanque un *Examen sacrum* au milieu duquel s'insérait une *actio intercalaris*, c'est-à-dire un véritable intermède ⁽⁷⁰⁾.

Mais ces intermèdes étaient tous des saines comiques, parfois bouffonnes, qui n'avaient d'autre prétention que de «réveiller» les spectateurs et de les mettre en état de mieux tirer profit de toutes les choses «dévotes» que l'auteur avait encore à leur exposer ⁽⁷¹⁾. De plus, les personnages mis en scène étaient toujours des gens du peuple,

porque entremés de rey jamás se ha visto,

ainsi que fort à propos le rappelle Lope de Vega ⁽⁷²⁾.

Or, tel n'est précisément pas le cas de l'intermède intercalé entre les deux parties de la représentation donnée à Funai pendant la veillée de Noël 1560, et qui traitait d'un thème abordé vers 1550 par Diego Sanchez de Badajoz ⁽⁷³⁾: le Jugement de Salomon. Sujet grave s'il en fût, et d'ailleurs tout-à-fait à sa place au Japon, où l'infanticide était une des tares sociales contre lesquelles luttèrent le plus énergiquement les missionnaires. Juan Fernandez précise en effet que «cette scène avait été excellente pour confronter les femmes infidèles qui se rendaient coupables d'infanticides, en leur montrant la force de l'amour naturel d'une mère pour son enfant» ⁽⁷⁴⁾. Nous savons du reste que les Jésuites ne s'en tinrent pas là. En 1564, avant de mettre en scène un véritable *auto pastoril* où les Bergers, avertis de la naissance de l'Enfant-Dieu, allaient, en chantant et en dansant au son d'instruments de musique, adorer leur Rédempteur, ils avaient fait représenter une sorte de prologue où l'on voyait les missionnaires, émus de l'aveuglement des Japonais, venir, au mépris de tous les périls, les arracher aux griffes du démon et leur révéler la Loi du Créateur ⁽⁷⁵⁾. Et cela fait penser à ces petites pièces que l'on produisait dans les temples bouddhistes lors des grandes assemblées de

⁽⁷⁰⁾ PEDROSO, *Auto sacramental*, pp. 138-141.

⁽⁷¹⁾ Cf. Diego SANCHEZ DE BADAJOZ, *Recopilación en metro*, cité par E. COTARELO Y MORI, *Colección de Entremeses*, p. lxi.

⁽⁷²⁾ LOPE DE VEGA, *Arte nuevo de hacer comedias*, v. 73.

⁽⁷³⁾ D. SANCHEZ DE BADAJOZ, *Recopilación*, I pp. 215-234.

⁽⁷⁴⁾ Fernandez, CC f. 210 v.

⁽⁷⁵⁾ Fernandez, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 f. 198.

prières, à la fois pour détendre et pour édifier les fidèles, et que l'on désignait par deux caractères idéographiques se lisant *kyôgen* et signifiant «paroles instructives».

Mais en 1563, la représentation de Noël fut égayée «par un entremets à personnages comiques afin que les chrétiens sentissent moins la fatigue de la veillée»⁽⁷⁶⁾. Quels étaient ces personnages comiques ? Nous l'ignorons. Toutefois, l'insistance avec laquelle le Visiteur Alessandro Valignano invitera un peu plus tard les Jésuites du Japon à ne pas s'abaisser jusqu'à railler grossièrement les bonzes devant leurs ouailles⁽⁷⁷⁾, laisse identifier sans trop de peine les cibles les plus habituelles de leurs moqueries. Et cela fait songer à un autre genre de *kyôgen*, qui, écrit avec un *kyô* différent du précédent, signifie «paroles insensées» et désigne une farse souvent truculente qui s'insérerait justement entre les deux *ai* du *nô*, et où étaient repris sans indulgence tous les travers du temps. Les bonzes surtout y étaient terriblement malmenés. On les montrait indisciplinés, paresseux, cupides, menteurs, intolérants, stupides, très portés sur le beau sexe, et incapables de se contenir devant un bol de *sake*. Quant aux membres de cette confrérie d'ascètes appelés *yamabushi*, on en faisait de pauvres apprentis sorciers dont les incantations demeuraient sans effet lorsqu'elles ne se retournaient pas contre eux⁽⁷⁸⁾. On voit quel admirable parti les Jésuites avaient cru pouvoir tirer de telles bouffonneries, qu'ils produisirent sans doute beaucoup plus souvent que leurs Lettres ne l'attestent⁽⁷⁹⁾.

Si donc les Jésuites s'efforçaient de faire pénétrer les Japonais dans la connaissance la plus authentique de la doctrine et de l'histoire chrétiennes telles qu'elles s'étaient imposées à l'Occident depuis des siècles, s'ils introduisaient au Japon des pratiques et des méthodes de piété dont une longue expérience avait consacré l'efficacité en Europe, ils n'hésitaient pas, dès les tout premiers temps de la mission, à adopter bien des formes extérieures qui appartenaient en propre

(76) Almeida, Ac. Cienc. Lisboa ms. 13 f. 112.

(77) VALIGNANO, *Regimento para os Padres que estão nas residências de Japão*, Arch. Soc. Jesu Japsin 49 f. 246.

(78) Cf. TUCK, *Kyôgen — The comic Drama of Japan*, Trans. Proc. Jap. Soc., XXXV-1937/38 pp. 63-86 ; BEAUJARD, *Le Théâtre comique des Japonais*, pp. 49, 51, 118-119, 147.

(79) Frois, CE I f. 260, parlant des divertissements organisés par les chrétiens à l'occasion de Pâques, emploie le terme *quioquem*. Mais il s'agit ici d'un troisième *kyôgen*, qui désigne une danse traditionnelle.

à la tradition nipponne. Cette tendance à l'«accomodation» n'est pas un des moindres intérêts qui se dégagent de l'étude des jeux sacrés que, vers 1560-1565, ils représentaient dans leurs églises. Un très clair instinct leur avait révélé que cette voie, scabreuse sans doute, était cependant la plus rapide et la plus sûre. Et lorsque, en 1580, Valignano leur fera un devoir de s'y engager, ils se conformeront d'autant plus volontiers à ses ordres qu'ils en avaient déjà reconnu l'impérieuse et féconde nécessité.

Université de Toulouse.

LÉON BOURDON

Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620

Non Cuivis Homini Contingit Adire Corinthum
It is the lot of few to go to Peking.

Such was the aphorism which John Barrow, private secretary to Lord Macartney, first British Ambassador to the Court of Peking, proudly placed on the title-page of his *Travels in China*, printed at London in 1804. But if it was indeed the lot of few Europeans to reach the precincts of the Dragon Throne in the early nineteenth century, it was the fortune of still fewer to visit the capitals of both China and Japan before 1853. The first and for long the only Westerner to set eyes on the two Imperial Courts of Kyoto and Peking was the Portuguese Jesuit, João Rodríguez, born at Sernancelhe in the Bishoprick of Lamego in the year 1561. Nor is this somewhat fortuitous pioneer «record» Padre João Rodríguez' only claim to the regard of posterity. On the contrary, intrepid traveller in the then little-known Empires of the Far East as he was, it is as the pioneer philologist who first charted the mazes of the Japanese language and explored the intricacies of its complicated syntax, that he commands our admiration today. Other scholars, French, German, Dutch, English and Japanese, have followed long after in his footsteps, as the names and works of Rosny, Siebold, Hoffman, Chamberlain, Sansom, Koda, Doi *et al* can testify. But chief amongst them all, *primus inter pares*, must always stand the name of the devoted Portuguese Jesuit, Padre João Rodríguez, widely known in the Japan of his day as Tçuzu (*Tsuji*) or *Interpreter*.

Nevertheless, the great Jesuit-Interpreter's fame did not long survive his death, and for centuries he was confused with his namesake, Padre João Rodríguez Giram, born at Alcochete in 1558, and likewise a veteran of the Japan Mission-field.

Not until the painstaking researches of Padre G. Schurhammer on these two champions of the Jesuit Japan Mission were published in 1932, was it possible to distinguish accurately between them.

Thanks to Father Schurhammer's essay, and to certain other sources which have since come to light, we can reconstruct the outline of our Padre João Rodriguez' career as follows ⁽¹⁾.

He must have come out to the East as a mere lad, for in 1576, when he was only fifteen years old, he was already in Japan. He entered the service of the celebrated Daimyo or feudal lord of Bungo, Otomo Yoshishige (Sorin), who had been strongly attracted to Christianity ever since his first meeting with Saint Francisco Xavier, or for that matter since his kindly patronage of the first Portuguese merchants who reached his province in 1544. Otomo was finally converted in 1578, but his conversion coincided with his unsuccessful invasion of Hyugo province, culminating in his decisive defeat at the hands of Shimadzu of Satsuma. The youthful Rodríguez participated in this disastrous campaign, but in December 1578 he exchanged the career of Arms for that of the Cross, entering the Society of Jesus in December 1580. He remained, however, at Otomo Sorin's headquarters at Funai (Oita) in Bungo, where he served his novitiate, and studied Latin and Philosophy, and taught grammar before being ordained in 1587. He likewise continued his study of the Japanese language, literature and philosophy, probably under the superintendence of old Otomo, and in any case with such success that he could already preach in Japanese by 1588. Since he had come to Japan at the comparatively tender age of fifteen, he had a great advantage over the majority if not all of his colleagues in this respect; for it is axiomatic that the earlier in life one starts to learn a language, the more chance there is of attaining a real mastery of it. The majority of Jesuits in Japan were about twice his age, and consequently Rodríguez started his linguistic studies with an advantage of which he clearly made full use.

His experience in this respect induced him to write in Spanish to the Jesuit General Aquaviva, in February 1598, stressing *inter alia* the importance of sending out recruits of the right age and aptitude

⁽¹⁾ G. Schurhammer S. J., *P. Johann Rodriguez Tçuzzu als Geschichtschreiber Japans* (Archivum Historicum Societatis Iesu, Vol. 1., fasc. 1, pp. 23-40, Rome, 1932); L. Pfister, S. J., *Notices Biographiques et Bibliographiques sur les Jésuites de l'ancienne Mission de la Chine (1552-1775)*, pp. 214-215, and Père Henri Bernard's *Addenda et Corrigenda* thereto, (Shanghai, 1934); Fernão Guerreiro S. J., *Relaçam Anual (1601-1609)*, Coimbra University edition by Artur Viegas; cf. *Índice Alfabético* on p. 425 of Vol. III, Coimbra, 1942, *in voce* Rodrigues, P. João; *Nichi-Po Kotsu*, Vol. II, pp. 151-172 (Tokyo, 1943); *Toung-Pao*, Vol. XXXI, pp. 88-89, (Leiden, 1934).

for learning the language : — «Pareçe ser muy necessario que Vuestra Paternidade mande a ella muchos de los nuestros hombres de artes y letras y de buena edad que con facilidad aprenden la lengua... porque los padres que vienen ya de edad crecida no la pueden aprender, y hazen poco acá, pudiendo en otras partes hazer mucho, y andan muy desconsolados toda la vida por no se poder comunicar con los naturales, y aunque está ordenado que todos los que vienen a esta misión antes de se ocupar en ella aprendan la lengua a lo menos un año y medio, no se executa, parece ser por falta de gente, donde nace que al delante no tienen tiempo ni ocasión para la lengua, y seria bueno emcomendalo Vuestra Paternidade mucho al Superior de Japon para que lo haga guardar...» (2).

More than a decade earlier than the date of this letter, Rodriguez was acting as interpreter to the Padre Visitor, Alexandro Valignano, during his first visit to Japan in 1579-82, and subsequently to the local Vice-Provincial, Gaspar Coelho, whilst he also taught Latin at the Jesuit Seminary of Arima in 1589-90. When Valignano returned to Japan with the four envoys from the Christian Daimyo of Kyushu (Otomo, Omura and Arima) in July 1590, he decided to take João Rodriguez with him as his interpreter on his visit to the *Kwambaku* (Regent), Toyotomi Hideyoshi, the military dictator and *de facto* ruler of Japan. So delighted was the capricious but intelligent Hideyoshi, with the courtly grace and linguistic skill of the Jesuit-Interpreter, that he insisted on his remaining at Court after Valignano's departure. Rodriguez thus became official interpreter and go-between in all important negotiations between the Japanese government and the Portuguese of Nagasaki. This concession was all the more remarkable, as Hideyoshi had ostensibly banished all the Jesuits from Japan in 1587, and Valignano had been received not in his clerical capacity, but as the secular envoy of the Viceroy of Goa, Dom Duarte de Menezes. It was at this time that our Padre João Rodriguez received the *sobriquet* of *Tçuzzu*, an old Japanese form of the term *Tsuji* or Interpreter, in order to distinguish him from his contemporary namesake, Padre João Rodríguez Giram, who had come to Japan in 1586, and who likewise attained a good

(2) Rodriguez' letter of 28th February 1598, to Claudio Aquaviva was printed by Professor T. Doi on pp. 153-159 of his article on Padre João Rodríguez in *Nichi-Po Kotsu*, Vol. II, (Tokyo 1943).

knowledge of the language during his sojourn in the Island Empire which lasted twenty-eight years ⁽³⁾.

During the year 1592-93, Rodriguez completed his theological studies at the College of Todos os Santos at Nagasaki (in the intervals of acting as Court-Interpreter one presumes) and was ordained Priest at Macao in 1594. He was back in Japan two years later, where he incurred the dislike and suspicion of the Spanish Franciscan Friars from the Philippines, owing to the allegedly equivocal part he played in the negotiations with the Japanese over the confiscated cargo of the *San Felipe*, wrecked off the coast of Tosa in September 1596. Be this as it may, he returned their dislike with interest, and in his letter of February 1598, to the Jesuit General at Rome, showed himself a warm adherent of the Jesuit policy of keeping the Japan Mission for themselves... «y juntamente procure que se guarde nuestro breve que impide la venida de otros religiosos acá, pues della se an seguido tantos inconvenientes como auemos visto, hasta llegar la Compañia y la Christiandad al extremo en que al presente queda» ⁽⁴⁾.

In this same letter, incidentally, Rodriguez makes some caustic criticisms of his local superior, the Rector of the College at Nagasaki, accusing him of being worn out, and too set in his ways. He likewise criticises the heads of the Jesuit establishments at Arima, Omura and Kyoto, who he alleges had got into a rut and lost the religious fervour of their younger days, owing to the pressure of daily administrative business. According to him, there was a tendency to keep Rectors and Superiors at their posts too long, with the result that they not only became hidebound and self-opinionated, but on vacating their posts felt disinclined to share the burden of ordinary

⁽³⁾ The Jesuit *Vocabulario* of 1603, defines the word Interpreter as *Tçûjî*, *I, Tçûzzu, Interprete* (fl. 247), but Professor Doi (*Monumenta Nipponica*, Vol. II. pp. 464-5) declares that *Tçuzu* is preferable to the spelling *Tçuzzu*, although nowadays this form is obsolete and the corresponding characters read *Tsuji*. For a biographical sketch of Padre João Rodriguez Giram (1558-1628), cf. Schurhammer, *op. cit.* p. 25 n, and António Baião, *Carta Anual da Vice-Província do Japão do ano de 1604 do Padre João Rodrigues Giram* (Coimbra, 1932), pp. I-XXIII.

⁽⁴⁾ For details of the unedifying controversy between the Franciscans and the Jesuits over the responsibility for the Martyrdom of 5 February 1597, cf. the contemporary Portuguese and Spanish printed and manuscript works cited on pp. 484-511 of R. Streit O. M. I., *Bibliotheca Missionum*, Vol. IV (Aachen, 1928).

mission work, «y como en Japón ay tan poca gente de los nuestros de Europa que no llegan a cincoenta sacerdotes, auiendo estas exemptions, queda sendo menos gente y muchos querrán adquirir libertades.»

It is very interesting to see how forcefully Rodriguez expressed himself in this letter on the vexed questions of the formation of a native clergy, and the admission of Japanese catechists (or *Dojuku* as they were called after their prototypes the Buddhist accolytes) as fully fledged members of the Society of Jesus. Somewhat surprisingly, Rodriguez was very sceptical on this last problem; and in this he showed himself to be an adherent of Padre Francisco Cabral's standpoint, as against the more liberal and accomodating viewpoint of Valignano and Gaspar Coelho. Rodriguez considered the Japanese «naturalmente es gente flaca y inconstante», and thought that very few of them had a real religious vocation. He pointed out that many native novices were prone to leave the Society on the slightest pretext, nor could they be prevented from doing so, «por no tener braço secular de que se pueda ayudar contra los tales». He did not believe that a single one of the hundred odd Japanese Brothers and *Dojuku* had sufficient capacity «para gouierno ni penetrar mucho las cosas de la religión, ni gran zelo de las anymas, ni mas poco mucho disposicion para las ordenes sacras por ahora». He opined (like Cabral in 1581) that if Japanese were admitted in large numbers, they would soon swamp the European element in the Society and drag it down to their own level, «y se ve que entre ellos no ay hombre ninguno spiritual ni dado a la oración, y ay mucho engano en ellos». They were outwardly very modest and quiet, thus captivating all European newcomers; but he considered that although the Japanese were certainly more spartan and self-controlled than their Western colleagues, they were «tambien ni tan eficazes para la virtud». He did them less than justice in this respect, as the long roll of martyrs in the persecutions of 1614-1640 showed; but he was on surer ground in stressing the necessity for the local superiors to learn the language, «assi para se comunicar con los nuestros hermanos Japoneses, los quales por tercero lo hazen con mucha pesadumbre, y no puede el Superior tener perfecta notitia de los súbditos, ni consolallos en sus trabajos y ayudallos, como tambien para tratar con los christianos

que tienen a cargo, lo qual tambien no se pude hazer por Terceiro como es menester»⁽⁵⁾.

A few months after writing this letter, João Rodriguez was present at the deathbed of the dictator Toyotomi Hideyoshi, perhaps the greatest man Japan has ever seen. Padre Fernão Guerreiro in his *Relaçam Anual* of 1600-1601 describes the Taiko's end as follows:

«Aos 4 de Setembro chegou a Fuximi o Padre João Rodrigues, seu intérprete, com alguns Portuguezes que o vinham visitar da parte do Capitão-Mor com um bom presente, como cada ano faziam em chegando a nau da China. Deram-lhe recado, e depois de ver o presente, mandou entrar somente o Padre João Rodrigues, o qual o achou lançado sobre uma colcha de seda, e entre uns coxins de veludo, tão consumido e desfeito, que escassamente tinha figura de homem. Fez chegar o padre junto de si, agradeceu-lhe a visita, e querendo o padre aproveitar-se desta ocasião para lhe tratar do que mais importava, que era a salvação de sua alma, ele, como estava tão duro e obstinado em seus pecados, lhe não deu lugar para isso; pelo que o padre se despediu com assaz sentimento de ver um homem de tão grande capacidade e tão cego e desamparado de Deus por suas culpas, e assim finalmente como tal morreu aos 16 de Setembro do mesmo ano de 1598»⁽⁶⁾.

From 1591 to 1626, Rodriguez was Procurator of the Japan Mission in addition to his other duties, whilst Hideyoshi's successor, Tokugawa Ieyasu, who became Shogun or Generalíssimo in 1603, continued to favour the Jesuit Priest-Interpreter, who remained *persona grata* at the Shogunal Court down to 1612. As such he was chiefly instrumental in securing from Ieyasu Letters-Patent (*Go-shuin*) formally authorising the Jesuits and their converts to live and work unmolested at Nagasaki, Kyoto and Osaka. This marked a great step forward as the first official recognition of Christianity since its prohibition by Hideyoshi in 1587. When the *Nau do Trato* or Great Ship was captured by the Dutch with all her cargo in Macao roads in July 1603, with consequent embarrassment to the finances of the Jesuit Mission, Ieyasu spontaneously gave Padre João Rodriguez 380 cruzados in alms, «cousa de que toda a Corte pasmou por não ser

⁽⁵⁾ Rodriguez' letter of 28.II.1598, in *Nicho-Po Kotsu*, Vol. II (Tokyo, 1942). For the controversy over the admission of Japanese to the Society of Jesus and the formation of a native clergy, cf. the documents summarised by Padre Francisco de Sousa in his *Oriente Conquistado*, Vol. II, pp. 533-553 (Lisboa, 1710).

⁽⁶⁾ *Relaçam Anual (1600-1601)*, p. 95 of the edition of 1603 and p. 66 of that of 1930.

costume do Xogun dar cousa alguma a ninguém». He was also responsible for arranging the highly successful visit of Bishop Dom Luis de Çerqueira to Ieyasu at Kyoto in 1606, and the even more successful trip of the Vice-Provincial, Francisco Pasio, next year. Pasio was received in audience both by Ieyasu and by his son, Hidetada, the nominal Shogun, Rodriguez acting as Interpreter on both occasions. He himself paid a visit to the newly discovered silver-mines in Idzu province at Ieyasu's special request (7).

Such familiarity with the great could not fail to arouse jealousy and suspicion in many quarters; and in point of fact repeated efforts were made by interested parties to shake Ieyasu's confidence in his Jesuit Interpreter. The Shogun himself, on his own showing, tried to catch the Padre out more than once, but was forced to admit that he never found him speaking other than «puras verdades». But in 1604-5, another powerful enemy joined the ranks of Rodriguez' rivals, namely Omura Yoshiaki, Daimyo of Omura, who lost his holdings of valuable landed property on the outskirts of Nagasaki as a result of a complicated Court intrigue in which he believed Rodriguez to be the prime mover. Infuriated by this contretemps, Omura promptly apostatised from the Faith; and from being a patron and protector of Christianity, he became the avowed foe of the Jesuits in general and of Rodriguez in particular. Plot and counter plot continued for another eight years, but finally Rodriguez's enemies triumphed and he was «framed» in some commercial scandal and expelled to Macao by order of Ieyasu in 1612. The original of this scandal is far from clear, for Padre Valentim Carvalho in his *Apologia* of 1617, rebutting Franciscan allegations of Rodriguez' complicity, confines himself to remarking somewhat lamely that the reason for his colleague's expulsion was not that alleged by the Franciscans, «senão por outras causas que diremos a este religioso a pureza se prometer de nos guardar segredo, e muito nos pesa de as não podermos lançar aqui neste Tratado e Resposta nossa pera todos as saberem, mas por ora nos acomodamos aos tempos». He adds, however, that Ieyasu subsequently regretted his action and said «Eu tornarey a chamar a João»; but if he ever did so, the general

(7) Fernão Guerreiro, *Relaçam Anual (1607-1608)*, fls. 111 of 1611 edition and pp. 119 of 1942 edition. Cf. «O Padre João Rodrigues, que, como em muitas relações se tem dito já, desde o tempo do Taico é o terceiro entre os Portugueses e Japões, para os concertar e compor no negócio da nau da China e grandemente aceito ao Cubo...»

prohibition of Christianity two years later put an end to any such intention (*).

Whatever the fault imputed to him, it was evidently not taken very seriously by his superiores at Macao, since he was soon as busy in the China Mission-field as ever he had been in Japan. He was first employed at Chinkiang-fu near Nanking, but later on travelled widely in the interior of the Middle Flowery Kingdom, searching for traces of the extinct Nestorian Christian community of Cathay. We wrote a description of the famous Nestorian tablet found in 1625 at Sian-fu, and, indefatigable controversialist as he was, proved to be one of the first (and one of the relatively few) Jesuits who opposed Matteo Ricci's interpretation of the essentially secular nature of the Chinese Rites, and his definition of the Chinese term for God. These manifold activities did not deter him from pursuing his Japanese studies, for in 1620 he published a carefully-revised synopsis of his earlier Japanese Grammar, apart from working on his monumental *História da Igreja de Japão*, which was apparently intended to supplement the earlier unfinished manuscript drafts of Alexandre Valignano and Luis Frois on the same subject. These herculean literary labours—that part of the *Historia* which has come down to us proves it was a thorough as well as a massive work—would have been enough for most men, but were evidently not sufficient for Rodriguez. He was at the same time working on a detailed treatise concerning the Chinese Buddhist Sects, with special reference to their connection with Japanese Buddhism, and on a voluminous Geographical Description of China after the style of Abraham Ortelius' *Typus Orbis Terrarum*. None of these works were printed in his lifetime, and only a few fragments some centuries after his death. He complained in 1626, that the Jesuit Visitor, André Palmeiro, treated him «like a Beira rustic», leaving his voluminous

(*) *Apologia e resposta feito pello Padre Valentim Carvalho da Companhia de Jesus, Provincial desta Provincia de Japão e China a hum Tratado de Padre Frei Sebastião de São Pedro que se intitula recopilación das causas porque o Emperador de Japão desterrou de seus Reinos todos os Padres*. Mss. dated Macao, 27th May, 1617 (British Museum, *Additional Mss.* No. 9856 ffs. 23 and 28). For the trouble between the Jesuits and Omura over the latter's land at Nagasaki, cf. Bishop Luis de Çerqueira's *Certidão do Bispo de Japão acerca do caso de Omuradono*, Nagasaki, 6.111.1606 (British Museum, *Add. Mss.* 9860 ffs. 107-110. Original *Certidão* on Japanese paper with Çerqueira's autograph signature). An allegation against Padre João Rodriguez Tçuzu, in *Materia de Castidade* had already been disproved in 1607, but seems to have been revived.

manuscripts to be destroyed by the ravages of white ants or by the hand of time⁽⁹⁾.

Evidently the clever but cantankerous Portuguese Padre did not get on any better with his immediate superiors than when he had so acidulously criticised the Rectors of Japan thirty years before. Possibly by way of getting rid of him, they allowed him to go to Peking with the Macaonese auxiliary contingent which left Macao to help the Ming forces fighting against the Manchu invaders on the North-East frontier in 1630. The vicissitudes which attended this expedition and particularly such of its participants as were eventually permitted to proceed to Peking (most of them were sent back from Nanchang) are too involved to be set forth here. Suffice it to say that Padre João Rodriguez, now a veteran of seventy years, was in the thick of the fighting on the Liaotung border. The Portuguese artillery cast at Macao proved very effective; but after several preliminary successes, the Chinese garrison of Tengchow in Shantung province mutinied for want of pay, and most of the Portuguese contingent (who were there at the time) perished with their captain, Gonçalo Teixeira, in the ensuing *fracas*. Padre Rodriguez made a hair-breadth escape by jumping from the city wall into the sea. He eventually reached Peking, whence he returned to Macao after receiving a eulogistic Imperial decree extolling his services to the Dragon Throne in 1632. The indefatigable old man forthwith resumed work on his *História da Igreja de Japão*, but the privations and adventures he had undergone evidently undermined even his singularly tough constitution, for in a letter of 20 March 1634, the Padre Visitor at Macao reported his death to the General at Rome⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ G. Schurhammer, *op. cit.* pp. 27-40; L. Pfister, *op. cit.* pp. 106, 160, 215 and *Addenda & Corrigenda*, pp. 23-25, for partial list of his voluminous output. Three chapters of his *História da Igreja de Japão* were printed from a defective copy with numerous errors (and additional misprints) by Cristóvão Ayres at the end of his study on *Fernão Mendes Pinto e o Japão* (Lisboa, 1906).

⁽¹⁰⁾ Cf. Paul Pelliot's article in *Toung-Pao* Vol. XXXI, pp. 84-94 (Leiden, 1934), for Rodriguez' experiences in the Sino-Manchu campaigns of 1629-32. The details of the various Macaonese military contingents which fought for the Ming Dynasty against the Manchus in the years 1620-1647, are exceedingly hard to unravel. Neither Professor Pelliot's above-quoted article nor my own essay *Portuguese military expeditions in aid of the Mings against the Manchus, 1621-1647*, in the *T'ien Hsia Monthly*, Vol. VII, pp. 24-36 (Shanghai, 1939), of which a Portuguese translation was published in the *Boletim Eclesiástico da Diocese de*

It can be seen from the foregoing brief outline of his eventful life, that it was no dry-as-dust pedagogue who compiled the first scientific grammar of Japanese, not merely in a European but in any language. Whether as an adventurer in the suite of old Otomo Sorin campaigning in Kyushu; whether as an ardent young novice in Bungo; whether as a confidential interpreter to Japanese military dictators at Kyoto and Yedo; whether arguing knotty points of doctrine with Matteo Ricci's adherents; whether seeking for the traces of Nestorian Christians, or whether battling against the Tartars in the frozen wastes of Manchuria, Padre João Rodriguez *Tçuzzu* certainly showed himself a man of action *par excellence*. A study of his printed Japanese grammars of 1604 and 1620, coupled with an examination of such portions of his monumental *História* as have come down to us, likewise proves that he was a rare combination of the man of action and the scholar. Small wonder that he was irked when his superior despised him as a Beira churl; but it cannot be denied that the Visitor Palmeiro perhaps had some excuse in considering that João Rodriguez' self-evident bluntness verged at times on the bucolic.

We cannot in the limited space at our disposal do justice to his

Macao in March 1940, have disentangled the complicated sequence of events, and the dates given therein are subject to correction and modification. It is quite likely that João Rodriguez had something to do with the organisation of the first expedition of seven Portuguese gunners with seventeen attendants who left Macao for the Chinese capital at the end of November, 1621. The chronicler of this expedition, Padre António Gouvea, S. J., informs us that «entrarão em Pequim o primeiro de Mayo de 1622... aonde os mandarins grandes mostrávão grande satisfação, vendo os Portuguezes o traje, as armas, a destreza, com que as maneávão, o desparar dos mosquetes, das pederneiras espantando-se muito de ferir [fazer?] fogo, esgrimão com espadas soltas, ora com adaga e rodilla, em tudo hia bem destros os de Macao. Não era menor o applauso, que fazião aos cafres, que ricamente vestidos já dançávão, já esgrimão, e tudo com tanta graça que os tínhão suspensos». During the journey to Peking, the Portuguese «de propósito acompanhão com grande gravidade e Magestade affectada». They were reviewed by the Emperor on the 18th May, but at the third trial of the guns brought from Macao, one burst, killing the Portuguese gunner João Correa and two Chinese. The Portuguese inscription on Correa's tomb is reproduced in the *Boletim Ecclesiástico de Macao*, (Março de 1940, Ano 36, núm. 42, pp. 560-1). The Portuguese subsequently returned via Canton, «chegando a Macao no anno seguinte em que tínhão sahido della» (P. António de Gouvea, *Ásia Extrema*, Mss. of the Biblioteca de Ajuda, Codex *Jesuítas na Ásia*, 59-V-11, Parte II, Livro II, Cap. 4). The same mss. also has a full account of the expedition of 1630, in which Padre João Rodriguez played such a prominent part.

two Japanese Grammars, but fortunately more competent authorities than the present writer have already paid tribute to Rodriguez' exact scholarship in this respect. The present article does not pretend to do more than make a general survey of the background of his work, touching briefly on some aspects of his grammars which seem to warrant wider recognition.

First the question of priority. As early as 1549 Francis Xavier was endeavouring to compose devotional treatises in Japanese for circulation amongst potential neophytes, but the earliest mention of a dictionary or of a grammar ascribes their authorship to Padre Duarte de Silva, who worked in Japan from 1552 to 1564. These devotional and linguistic works, together with others of their kind, were probably circulated in manuscript, although it is possible that a few of them were printed from wood-blocks, as the Jesuit Fathers Ruggieri and Ricci employed this method in China as early as 1584. Be this as it may, the first printing-press with a fount of moveable metal type was brought to Japan by Valignano in 1590, and its first recorded production (in Japan) bears an imprint of the following year. Padre João Rodriguez in the preface to his grammar (*Arte*) of 1604, states explicitly that this was the first *printed* work of its kind, although he inferred that manuscript grammars had been in use previously... «no que me ajudey de algũas annotações, que acerca desta materia alguns Padres nossos tinham feito, e andavão escritas de mão». Yet Dr. Jordão de Freitas has pointed out that Valignano in his *Apologia* of 1601 makes equally categorical references to earlier *printed* works. He states that when some Franciscan Friars arrived in Kyoto in 1593, the local Jesuits gave them a printed grammar and dictionary to enable them to learn the language («les dieron el arte, y vocabulario de la lengua Japonica, y otros libros impressos en la misma lengua, para que pudiesen aprender»). Elsewhere Valignano refutes Franciscan complaints that they found it very difficult to learn the language without a proper dictionary or grammar by reiterating his former statement that in point of fact the Jesuits had given them printed copies of such works, «los quales los nuestros havian compuesto, juntandose los que mas sabian della con los que mejor la sabian de los hermanos Japoneses, poniendo en esto grande diligencia, y con todo este dize, que no estava bien fundada, ni la arte, ni el vocabulario. Acerca de lo qual podia el dar muy acertado juizio, pues avia ya poco mas de tres meses que estava en Japon sin saber de la lengua cosa ninguna». Since Valignano wrote in 1601, when the events of 1593 were still fresh in his me-

mory, and since Rodriguez' *Arte* was not printed until 1604, it seems possible that the Jesuits had printed Japanese Grammars and Dictionaries of some sort before 1593. If so, they were probably xylographic productions, but the possibility of an otherwise unrecorded publication of this kind by the Jesuit Mission Press in 1590-92 can not be entirely excluded⁽¹¹⁾.

An abridged edition of the famous Latin Grammar of Manuel Alvarez, S. J., was printed by the Jesuit Mission Press at Amakusa in 1594, under the title of *De Institutione Grammatica*. As was only natural, the form of this work strongly influenced João Rodriguez when he was compiling his own *Arte*, sometimes, perhaps, with not altogether happy results, since Latin grammatical forms and expressions are poles apart from Japanese. In 1595, appeared the monumental *Dictionarium Latino Lusitanicum ac Iaponicum*, based on the Latin Dictionary of Ambrosio Calepini. This work was the first printed Dictionary of the Japanese language, since native scholars did not begin to study their own tongue scientifically until much later, and as such it is a landmark in Japanese lexicography. No name is mentioned in connection with its authorship, but it is a virtual certainty that our Rodriguez, as one of the Society's best linguists and Valignano's official interpreter, had a hand in it. The same remark applies to the *Racuyoxu* (*Rakuyoshu*), a dictionary of Chinese characters with Sinico-Japanese readings, printed by the Jesuits at Nagasaki in 1598-99. This was of course mainly the work of the Japanese *Irmãos* and *Dojuku* of the Society. But it contains some important innovations in Japanese printing, several of which survive to this day, and which may have been suggested by Rodriguez or by one of his European colleagues. These are the printing

(11) Cf. the quotations from Valignano's *Apologia* of 1601 by Dr. Jordão de Freitas in his *Subsídios para a Bibliographia Portuguesa relativa ao estudo da Língua Japónica*, pp. 9-33 (Coimbra, 1905). From Padre Luis Froes' letter of 3.x.1564, written from Hirado, it is clear that Irmão João Fernandez, S. J. compiled a Grammar (*Arte*) of Japanese, «com suas conjugações, sintaxi, e mais regras necessarias com dous vocabularios por ordem do alfabeto, hum que começa em Português, e outro na mesma lingua». Since, however, the same authority assures us that Fernandez only spent six or seven months in compiling these dictionaries and grammar, «não perdendo nada das suas pregações e exercicios costumados», they must have been very sketchy productions in comparison with Rodriguez' later works (Cf. *Cartas que os Padres e Irmãos da Campanha de Jesus escreverão dos Reynos de Iapão e China desde anno de 1549 ate o de 1580. Parte I*, fls. 146/7, Evora, 1598).

of the *kana* or native syllabary alongside the Chinese characters, so as to enable beginners or tyros to read, a universal custom in modern popular literature; and the adding of *handakuon* or pronunciation marks to certain *kana* syllables to denote certain changes in pronunciation known as *nigori* ⁽¹²⁾.

Rodriguez' connection with the foregoing linguistic works, though inherently probable, is still a matter of supposition, and the same can be said of the *Vocabulario da Lingoa de Iapam*, printed at Nagasaki in 1603-04. This voluminous work, a masterpiece of its kind, contains some 30,000 words on a great variety of subjects. It inclu-

(12) The literature on the publications of the Jesuit Mission Press of 1588-1620 is legion, but the following works will suffice for the average student. E. M. Satow, *The Jesuit Mission Press in Japan, (1591-1610)*, privately printed in 1888, which all later works have merely amplified, corrected or expanded in a minor degree; Jordão de Freitas, *A Imprensa de Tipos móveis em Macau e no Japão nos fins do século XVI (Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal, Coimbra, 1915)*; S. Koda, *Notes sur la presse Jésuite au Japon et plus spécialement sur les livres imprimés en caractères japonais (Monumenta Nipponica, Vol. 1, pp. 374-385)*; T. Doi, *Das Sprachstudium der Gesellschaft Jesu in Japan im 16. und Jahrhundert (Ibidem, pp. 437-465)*; J. Laures, S. J., *Kirishitan Bunko Vol. 1 and Supplement (Tokyo, 1940-1)*; and D. Schilling, *Christliche Druckereien in Japan (Gutenberg-Jahrbuch, XV, pp. 356-395, Mainz, 1940)*.

The origin of the press is to be found in the following extract from a letter of Alexandro Valignano S. J. to Dom Theotônio de Bragança, Archbishop of Evora, dated Goa, 1 December, 1587, which also throws an interesting light on contemporary Jesuit mentality: «Quanto ao parecer que Vossa Senhoria tem que em Japão não se introduzão livros de hereges, e de gentios que fallem em ritos [mitos?] he tão acertado, e conueniente a Japão, que fora mui grande erro fazer-se outra cousa, por onde não somente se tem prohibido isso, mas ainda se tem dado ordem que os meninos todas de seminarios não estudem por outros livros, que por mui sanctos, e catholicos, nos quaes de tal maneira aprendão o latim, que embebão juntamente os preceitos, e virtudes Christãs, e aborreção os vicios, e ainda a Philosophia, e Theologia que lhe hão de ensinar, ha de ser ao menos por muito tempo sem se lhe tratar de diversidades de opiniões erroneas, e controversias, mas dando somente a doutrina bem dirigida, e bem fundada de nossa fé Catholica, porque nem ainda os nossos livros, posto que sanctos, se hão de meter sem escolha entre os Japões, nos quais se tratão de reprovár as heregias, e outros abusos que às vezes na Christandade de Europa correm, e por isto tenho mandado vir impressão que levo comigo a Iapão pera imprimirmos os livros lá purgados, e alinhados quaes convem a Iapão». Acting on this principal, not merely the *Fables* of Aesop, but even the *Sinners' Guide (Guia do Peccador)* of Frei Luis de Granada O. P., were recast by the Jesuits before publication in Japan. Some revision was of course necessary, since European ideas and expressions could not always be adequately translated into Japanese (Of. *Cartas de China e Japão*, Evora, 1598, Parte II, fl. 233).

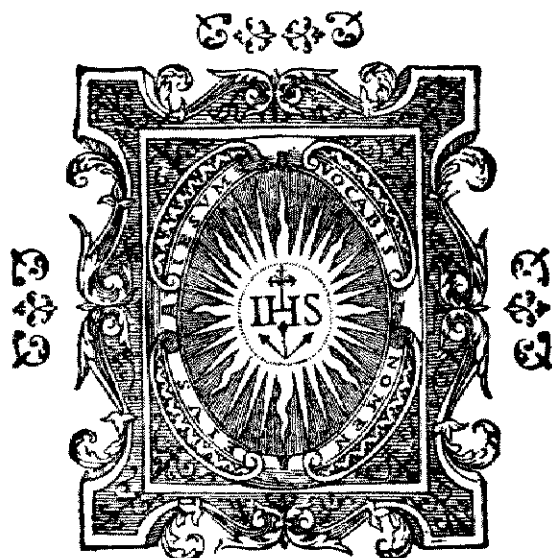
des the technical terms of Buddhism and Japanese Literature, gives copious examples of colloquial expressions, and makes a careful distinction between the dialect of Central Japan and that of Kyushu. Padre João Rodriguez was usually considered to be the author of this work, although the titlepage explicitly states that it was compiled by *Alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesu*. The XVIIth century Jesuit historian of the Japan Mission, Bartoli, states that Padre Francisco Rodriguez S. J., another accomplished Japanese speaker, was the editor-in-chief; whilst Professor T. Doi, one of the leading modern Japanese authorities on the subject, points out that there are a number of marked divergencies between the 1603-04 *Vocabulario* and the *Arte* of 1604-08. On the other hand, there are several references in the *Vocabulario* to examples or explanations in the forthcoming *Arte*, which can only be João Rodriguez' Grammar of 1604-08. Hence it seems likely that João as well as Francisco Rodriguez must have been one of the consultant editors of the *Vocabulario*, whilst João in his later work likewise stresses the importance and superiority of the Kyoto region dialect⁽¹³⁾.

Whatever the share of João Rodriguez Tçuzzu in the previous works of the Jesuit Mission Press (and owing to his exceptional linguistic attainments I suggest it was very considerable), there can be no question but that the first Japanese Grammar worthy of the name is primarily his work. I refer of course to the *Arte da Lingoa de Iapam composta pello Padre João Rodriguez Português da Companhia de Iesu dividida em tres livros*, printed at Nagasaki between the years 1604 and 1608, the frontispiece bearing the former date and the licence to print and the colophon the latter. This is a truly remarkable work in every way. Naturally Rodriguez was not wholly and solely responsible for either its many excellencies or for its few errors, but he is certainly entitled to claim the chief credit for its elaboration. He himself tells us in the Preface that he had used the earlier manuscript handbooks of his colleagues (presumably works such as Duarte de Silva's lost mss.), whilst he obviously relied heavily on his native teachers and *Dojuku* for information on the literary aspect and finer points of the language, as he frankly states in his *Proemio*. Nor could it have reached such a high standard otherwise;

(13) Cf. The article of Professor T. Doi, *Das Sprachstudium*, etc. in *Monumenta Nipponica* Vol. 1. pp. 437-465 for the arguments against João Rodriguez' participation in the compilation of the 1603 *Vocabulario*, with which I do not entirely agree, for the reasons I have given in the text.

ARTE DA LINGOA DE IAPAM COMPOSTA PELLO

*Padre Ioão Rodriguez, Portuguez da Companhia de IESV diuidida em tres
LIVROS.*



COM LICENÇA DO ORDINARIO, E SUPERIORES EM
Nangasaqui no Collegio de Iapão da
Companhia de IESV
Anno. 1604.



for as the Padre-Visitor Valignano observed in 1583, no European who came to Japan as an adult could ever hope to attain the same mastery of this exceptionally difficult language as could an educated native. Rodriguez was fortunate in having an earlier start than most of his colleagues, but even he, one of the greatest Japanologues of all time, stresses the fact that a good native teacher is necessarily superior to the best European. It will be observed that the book was four years in the press; nor is this surprising in view of the many calls on Rodriguez' time, particularly in the years 1604-08, when he made extended journeys to Central and East Japan as we have noted. Professor Doi suggests that the capture of the Japan-bound Carrack by the Hollanders in 1603, may have had something to do with the delay, since the Jesuits suffered a great financial setback as a result thereof. Personally, I do not think that this disaster had much to do with it. The great ship arrived safely in 1604, which proved an exceptionally profitable year («ouue muy grossos ganhos»), whilst the Jesuits also made a good profit on their silks in 1605 and 1606, as Valentim Carvalho admitted in his *Apologia* of ten years later. Rodriguez' manifold preoccupations as Court Interpreter and chief commercial agent for the *Bakufu* at Nagasaki are sufficient to account for the delay in publication ⁽¹⁴⁾.

The book is printed on beautiful thick Japanese paper (of the kind known as *minogami* if I am not mistaken) and the copy in the Bodleian Library at Oxford, which I have carefully examined, looks as clean and fresh as if it had come from the press this year. It could almost be classified as «mint condition» by a bibliographer, as for that matter could other works of the Japan Jesuit Mission Press in the Bodleian which are printed on the same kind of paper. Rodriguez gives a qualified eulogy of the Japanese language in his *Advertencias*, pointing out that although it lacks some of the advantages of the grammatical construction of European languages, it is superior and more flexible in other ways, being particularly rich in adverbial forms, «de sorte que em gram parte o que nos significamos com gestos, e movimentos de mãos, significão os Japões com suas com-

(14) «Entra o ano de 1604. Vay João Cayado por Capitão, houve muy grossos ganhos... veo-se João Cayado em Novembro no principio com muita prata» (Biblioteca de Ajuda, *Codex Jesuitas na Ásia*, Tomo 18, Cod. 49-V-3 a fl. 14 verso). Rodriguez' manifold diplomatic and commercial activities in 1603-1607 are mentioned in Fernão Guerreiro, *Relacam Anual* (3 vols., Coimbra University Press, 1930-1943, *passim*).

posições e advérbios». What most aroused his admiration, however, was what is usually one of the main stumbling-blocks to the beginner nowadays, namely the elaborate system of honorifics and the delicately graded modes of speech as between different classes and categories of society.

The work is divided into three parts. The first of them (fls. 1-83) deals with the conjugation and rudiments of the language, being copiously illustrated with examples taken from contemporary colloquial and classical texts, including some which are no longer extant, composed by Japanese Jesuits, such as the *Kurofune Monogatari*, which evidently dealt with the arrival of the Portuguese in Japan. A list of these is given in Professor Doi's article in *Monumenta Nipponica*, Vol. II. p. 448. We may note in passing that Rodriguez, in explaining the use of the plural suffix *-ra* in its derogatory sense, selects as an illustration the Jews — «*Iudeura = Os Judeos*» — surely a rather unexpected note of anti-Semitism in an out of the way spot! This section also contains meticulous instructions on how to pronounce Japanese words correctly. Rodriguez explains that his system of transliteration was based on a mixture of Latin and Portuguese orthography, principally the latter, «*assi por ter a pronunciação de Iapão semelhança com a Portuguesa em algũas syllabas como sam cha, chi, cho, chu, nha, nho, nhu, etc., como também porque em Japão os Padres e Irmãos entre si usam de lingoa e ortographia Portuguesa*»⁽¹⁵⁾.

The Second book (fls. 83-180) deals with the syntax of the parts of speech, and although Rodriguez tends at times to lose his way in the maze of terminology, his description is very full, if not always equally clear. He repeatedly stressed the importance of learning not the Kyushu dialect to which most of the missionaries were naturally accustomed, but the language spoken in Kyoto and the *Gokinai* or five home provinces round the capital, which he characterised as the purest in Japan, the acme of perfection being that spoken by the *Kuge* or Court Nobility. I mention this point because Professor B. H. Chamberlain and other authorities have assumed that Rodriguez spoke the Nagasaki dialect. Since this port was only founded in 1570, it could hardly have achieved a pronounced dialect of its own by this time, whilst in later years its most marked characteristic was an admixture of colloquial Chinese words, of which there is no trace

(15) *Arte de lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1604-08) fl. 56 verso.

in the *Arte* of 1604. In any event, Rodriguez first learnt his Japanese in Bungo (N. E. Kyushu), but since from 1580 onwards he spent most of his time at Court, it is to be presumed that he practised what he preached and reproduced the Kyoto (*Kinki* or *Gokinai*) pronunciation in his work.

The Third book (fls. 181-241) is in some ways the most interesting of the three, as Rodriguez varies his admittedly rather prolix explanations of the complicated written and epistolary styles, with charming excerpts from Japanese poetry of various kinds, historical information on the Imperial Dynasty, and a fund of commercial information, lists of coins, weights and measures etc., which one certainly does not expect to find in a Grammar compiled by a missionary. Rodriguez' translations and explanations of the various forms of Japanese verse are the earliest to appear in European dress. So far as I know, it was not until the posthumous publication of Isaac Titsingh's *Illustrations of Japan* in 1822, that this topic received more than a passing mention again. Rodriguez concludes his remarkable work with a dissertation on the descent of the Chinese from the lost Ten Tribes of Israel, of whom he regards the Philosophers Lao-tse and Confucius as the last surviving exponents⁽¹⁶⁾!

According to Professor Doi, Rodriguez elaborated Book I and the first few sections of Book II of his 1604 *Arte* along the lines of the 1594 edition of Alvarez' grammar, albeit with numerous innovations and adaptations of his own. The remainder of the work was compiled entirely in accordance with his own ideas, although he had obviously relied heavily on his Japanese colleagues for advice and illustrative examples. Perhaps his insistence on the purity of the Kyoto dialect also reflects the prejudices of one of his native teachers, since the *Kwansai* form of speech is not regarded as being so wholly admirable nowadays. The book suffers from a certain overelaboration and prolixity of which Rodriguez was evidently conscious, since he apologises for it in his preface, «por ser esta lingoa estranha, e peregrina», but he was anxious to cover all the ground thoroughly. Aware

(16) *Arte*, fls. 181 ff. When Professor B. H. Chamberlain wrote his charming essay on *Basho and the Japanese poetical epigram* (*Transactions of the Asiatic Society of Japan* for 1902, Vol. XXX, Pt. II, pp. 243-362) which is still the most readable essay on the subject, he was quite unaware of Rodriguez and Titsingh's pioneer studies on Japanese poetry. He considered that the first European authors to treat of the subject were writers of the second half of the 19th century.

of this defect — if such this excess of zeal can be rightly termed — he promised the jaded reader a conciser compendium containing the gist of the whole Grammar, which, however, did not see the light of day for another sixteen years.

This was the *Arte breve* printed at Macao in 1620, whither Rodriguez had retired after his expulsion from Japan in 1612, and where he obviously continued his linguistic studies in the intervals of his travels in the interior of China and disputes with the adherents of Ricci on the true nature of the Confucian Rites. There was then a fairly large colony of Japanese Christians at Macao, including several native Jesuits and *Dojuku* with whom Rodriguez obviously kept in close touch. I say «obviously», because the *Arte Breve* of 1620 is not a mere synopsis of the *Arte Grande* (as he termed it) of 1604-08, but a distinct improvement thereon. All the dross and prolixity of the earlier work has been pruned away, and the *Arte Breve* of 1620 formulates the principal grammatical rules, construction and syntax in a clear and concise manner which can bear comparison with the best modern grammars of Japanese. That Rodriguez relied (and rightly) increasingly on native teachers is obvious not merely from the fact that his transcription of the *kana* syllabary on fl. 7 of this work is from the brush of a Japanese but from his remarks to the reader in his preface (¹⁷).

He begins by stating that this *Arte Breve* is the synopsis promised in the preface of the *Arte (Grande)* of 1604-08, and that it is intended primarily for beginners; but for beginners who wish to acquire a thorough grasp not only of the colloquial but of the written form of Japanese, and not for those who merely wish to catechize or to hear confessions, «porque esses estudem como poderem». He states that the only really satisfactory way of learning the language properly is «o uso e trato quotidiano com os mesmos naturaes, notando com diligencia varias frases, e modos de falar em diversas materias, aprendendo juntamente a ler suas letras mais faceis, ainda que não saibam bem escrever; porque o estudo das letras he hum meyo muy efficaz pera saber a lingoa de raiz, e ethimologia dos vocabulos, o modo verdadeiro de pronunciar, e o primor e elegancia della, o que tudo

(¹⁷) Apparently only 100 copies of the *Arte Breve* were printed, which goes far to account for its excessive rarity at the present day. I can only trace two recorded copies, viz. that in the Marsden collection at the School of Oriental Studies, London (formerly at King's College), which is the one I have examined, and another in the Ajuda Library at Lisbon.

ARTE BRE
DA LINGOA IAPŌA
DA ARTE GRANDE DA ME
lingoa, pera os que começam a aprer
os primeiros principios della.

PELLO PADRE IOAM RODRIGUEZ
da Companhia de IESV Portuguez de Bispado
de Lamego. Diuidida em tres
LIVROS.



COM LICENÇA DO ORDINARIO,
& Superiores. Em Amacao no Collegio da Ma-
dre de Dcos da Companhia de IESV.

ANNO. CIO. IDC. XX

está encerrado nas mesmas letras». He recognises that the alternative method of learning from books is not so easy nor so satisfactory, even with the aid of a competent native teacher; but in view of the persecution then raging in Japan, it was the only practical way in 1620.

Granted these premises, he laid down three principles for learning the language thoroughly. First and most important, the selection of good, well educated native teachers. Secondly, the selection of suitable books to study from the best classical and colloquial Japanese Texts available. Thirdly, the way in which the students were taught and the grammatical system in which they were grounded. Like Valignano forty years before, he stressed the importance of good native teachers, «e nam Europeos como até agora correo [an interesting admission this] por mais que saibam a lingoa, os quaes alem de lhes faltar o principal que he o conhecimento das letras, e estilo dos livros em que está toda a elegancia e propriedade da lingoa, como sam estranhos nam sabem tanto que possam ensinar e aproueitoar os discipulos, nem tem copia pera que passam sobre a liçam das frases e sinonimos proprios antes os que dam sam improprios, e accomodados à frase Europea por explicarem nossos conceitos na lingoa Japoa» ⁽¹⁸⁾.

As regards the text-books to be used, it is interesting to note that he had changed his opinion somewhat since he compiled the *Arte Grande* of 1604-08. In this work he had taken most of his examples

⁽¹⁸⁾ The difficulty experienced by Europeans in wrestling with this *Lingua tão peregrina* was forcefully expressed by the Franciscan Friar, Melchior Oyanguren de Santa Ines. Alluding to the vast number of Sino-Japanese characters, he complained «no basta la vida de un hombre para comprehenderlos todos, este arbitrio discurro que, conciliabulo de los demonios para mas confundirlos, y dar mayor molestia a los Ministros del Santo Evangelio» (*Arte de la lengua Japona*, Mexico, 1738, p. 1). Western writers do not often realise the extent to which even fluent European speakers of colloquial Japanese or Chinese were forced to rely on native assistance for the appearance of their written words in Far Eastern guise. Thus bibliographers frequently attribute Chinese works published under the names of Ricci, Schall, Verbiest etc., wholly to the authorship of these distinguished men; whereas in all instances the printed works in their final form were the products of their native collaborators, although the Jesuits indubitably supplied the ideas, and probably made occasional suggestions as to style and wording. «Telle est la difficulté du chinois littéraire, disent les sinologues, qu'aucun Européen n'est jamais parvenu à composer tout seul en cette langue un travail de longue haleine. Le fond, les idées certes seront de lui; mais c'est à des collaborateurs chinois qu'il aura recours pour donner à ces idées la forme littéraire voulue» (Josson et Willaert, S. J., *Correspondance de Ferdinand Verbiest* S. J.

from the colloquial Japanese Texts printed by the Jesuit Mission Press since 1590, such as the *Heike Monogatari*; *Kurofune Monogatari*; *Aesopuno Fabulas* (Fables of Aesop) and so forth, which had either been adapted from the classical written style to the colloquial by Japanese Irmãos and *Dojuku*, or had been taken by them from the original European versions. In the 1620 *Arte Breve*, Rodriguez recommended the reading of pure Japanese classical texts in preference to these Jesuit adapted versions. This is very interesting, as Professor M. Anesaki, one of the greatest authorities on Japanese literature, has observed that the Japanese-Jesuit (*Kirishitan* as he calls it) literature of the *Keicho* period (1596-1614) reached a very high level of excellence, and that the Jesuits wrote a mellifluous colloquial Japanese. Rodriguez therefore would seem to have been unduly severe in condemning the works of his colleagues, and in his preference for the stereotyped classical written style over the more flexible colloquial. He was probably on surer ground when he deprecated the efforts of some missionaries to study the Japanese Buddhist Scriptures (*Buppo*) and Chinese Confucian classics before they had attained a thorough grasp of colloquial Japanese, since they were trying to run before they could walk. We may note in passing that amongst the Japanese works which he recommended for study was the *Genji-Monogatari*, or *Tale of Genji*, nowadays made accessible to European readers in the beautiful prose of Arthur Waley's magni-

(1632-1688), Bruxelles, 1938 p. XIX). The same was true, *mutatis mutandis*, for the purely Japanese productions of the Jesuit Mission Press, which were the work of native *dojuku* rather than of the European Padres themselves. Extravagant claims are made by bibliographers for the linguistic ability of some of the latter, such as Duarte de Silva and Juan Hernandez circa 1564, but Valignano writing in 1583, tells a very different and more convincing story: «Ellos [the Japanese *dojuku*] saben todo lo que pertenece a la escritura, y lengua de Japon, y como naturales se pueden hazer mui doctos, y exercitados en todo esso, lo qual no puede alcançar ninguno de nosotros que somos estrangeros, porque ha mucho andar quando llegamos a aprender la lengua pareçemos en ella niños en comparacion dellos, y nunca podemos llegar a saber lo que pertenece a su escriptura, y a componer libros, ni aun entenderlos bien, lo qual es sumamente necessario en Japon, porque de otra manera no tendremos reputacion ni credito, ni podremos traduzir ni componer los libros que fueren necesarios para el bien y gobierno de la Christandad, y assi lo vemos por experiencia hasta agora, porque todo lo que está hecho lo hizieron algunos hermanos Japones, que tenemos en la Compañia» (Valignano, *Sumario de las Cosas de Japon*, Cochim, 1583. Mss. in the Biblioteca de Ajuda, *Jesuitas na Ásia*, Cod. 49-V-56, Chapter 14, fl. 176).

ficent translation. His broadminded attitude towards this remarkable love story, which is certainly not without erotic passages, contrasts curiously with the Jesuits' hypersensitiveness concerning the European works which they selected for translation into Japanese.

Dealing with teaching methods, he stresses the importance of practising Composition from the best Japanese texts, «tirando-a de algum seu livro classico, convertendo-a em Portugues, e nam de nossos livros, nem nossos conceitos, que fazem a lingua impropria e barbara, como se tem visto; porque he engano cuidar ser necessario pera saber a lingua mudar nossas frases e conceitos na Japoa; pois he certo que, sabida a pura e boa lingua, poderam explicar nella tudo quanto quizerem. E compondo o tema tirado de seus livros, vam pouco, e pouco bebendo a frase natural e propria». He is careful to emphasise the vital importance of acquiring a good pronunciation and natural accent from the very beginning, «por importar isto tanto, que pouca lingua com boa pronunciaçam monta mais que muito com a pronunciaçam impropria». These and other similar sage counsels which he gives, may seem axiomatic nowadays; but they were something of an innovation in Rodriguez' day, and he deserves full credit for them.

Rodriguez' system of transliteration was dealt with by the late Professor B. H. Chamberlain in a very able paper read to the Asiatic Society of Japan over sixty years ago, so it need not detain us here. Suffice it to say that it was a remarkably accurate one, approximating closely to the standard Hepburn system which is in vogue at the present day. Chamberlain pointed out that a comparison of the two systems with modern usage conclusively proved that the pronunciation of late sixteenth century Japanese scarcely differed at all from that of three centuries later. He noted only one important change. This was the series in the *kana* syllabary which Rodriguez spelt consistently with an *f* (*fa fi fu fe fo*), where Hepburn, The Romanisation Society (*Romaji-kai*) and our own ears give us: *ha hi fu he ho*. Chamberlain accounted for this difference by supposing that Rodriguez learnt his Japanese at Nagasaki, «where, even at the present day [1887], people sound an *f* where the inhabitants of Central and Eastern Japan sound an *h*. And to leave no doubt on the question, Rodriguez' Spanish sucessor Collado, whose *Dictionarium Linguae Japonicae* and *Ars Grammaticae Japonicae Linguae* were published

DA LINGOA JAPONA.

AS 47. SYLLABAS DA CANA EM SUA LETRA,
lê se de cima pera baixo da mão direita pera a esquerda.

一	Ich	ゑ	Ye	あ	Ya	う	Yu	ら	Ra	よ	Yo	ち	Chi	い	I
二	Ni														
三	San	ひ	Hi	さ	Sa	ま	Ma	む	Mu	た	Ta	り	Ri	ろ	Ro
四	Xi														
五	Go	も	Mo	き	Ki	け	Ke	う	U	ね	Ne	は	Ha		
六	Roku														
七	Xichi	せ	Xe	ゆ	Yu	ふ	Fu	ね	Ne	ろ	Ro	に	Ni	は	Ha
八	Fachi														
九	Ca														
十	Iu.	す	Su.	ち	Me	こ	Co	の	No	つ	Tsu	ひ	Hi	は	Ha
百	Fiacu.														
千	Xen	み	Mi	い	Ye	ね	Ne	わ	Wa	へ	He				
万	Mã														
100000	Votu.	し	Xi.	て	Ti.	く	Cu.	な	Na	か	Ca.	さ	To.		

B. 3

q Ellas

at Rome in 1632, expressly states that the Nagasaki *f* was already then pronounced *h* in certain provinces»⁽¹⁹⁾.

If a historian may intrude where even a philologist may well fear to tread, I would suggest that possibly Professor Chamberlain was mistaken in this last point. We have already seen that Rodriguez learnt his Japanese not at Nagasaki but in Bungo; and that in any event the pronunciation which he inculcated in his books was not the Nagasaki dialect but the language spoken in the Kyoto district (*Kinki*) of Central Japan. Moreover not only Rodriguez, but all the contemporary English and Dutch visitors to Japan in the early 17th century likewise use *f* instead of *h* in their transliterations of Japanese words beginning with *h* nowadays. Possibly *h* was then pronounced, if not exactly like *f*, at all events like something between an *h* and an *f*, with a tendency to resemble more closely the latter. It is an established fact that the modern *h* was *p* in archaic Japanese, whence it was slowly changed through *f* into the present-day *h* (which incidentally still has a hint of *f* about it in many words). Perhaps the change from *f* to *h* was not so complete in the *Keicho* period (1596 to 1616) as is generally assumed⁽²⁰⁾.

As Chamberlain observed sixty years ago, the grammar of the old seventeenth century Jesuit is still a mine of interest to the theoretical student of the Japanese language. At the present day it is the object of devoted study by Japanese savants such as Professor S. Koda and Professor T. Doi, both of whom have expressed their profound admiration of Rodriguez' labours. It would require a philologist

(19) B. H. Chamberlain, *Rodriguez' system of Transliteration*, article on pp. 10-16 of the *Transactions of the Asiatic Society of Japan*, Vol. XVI (Yokohama, 1899). It may be added that not only Collado's Grammar of 1632, but Oyanguren's of 1738 (based, of course, on material of a century earlier) refer to the confusion and/or similarity between an initial *h* and *f* in Japanese, whereas Rodriguez in his far more elaborate work 1604-08, gives no indication whatever that the contemporary pronunciation was other than *f*.

(20) For contemporary Dutch and English transcriptions of Japanese words beginning in *f* which nowadays are pronounced with an *h*, cf. *The Journal of John Saris* (1613), and the *Diary of Richard Cocks* (1615-1622), besides the Dutch journals of 1609-1640 printed in the *Begin ende Voortgangh* of 1646, — or any other contemporary source for that matter. For the change from the archaic *p* through *f* to the modern *h*, cf. the list compiled by Chamberlain and Ueda on pp. 261-266 of Vol. XVI of the *Transactions of the Asiatic Society of Japan* (1889), and G. B. Sansom, *An Historical Grammar of Japanese* (Oxford, 1928) pp. 31, 47-8, 110.

of the eminence of the lamented Professor Adolfo Coelho to do full justice to his countryman's achievement in the realm of philology; but as a former student of Japanese, I feel that it is no exaggeration to term the Portuguese Padre João Rodriguez Tçuzu S. J., the Father of Japanese Language Studies, *Honra lhe seja!*

London.

C. R. BOXER

Tendências da moderna literatura alemã

Considerações gerais

O ideal de modelar o homem alemão, de o reconstituir na fisionomia própria, fazendo-lhe despertar as qualidades nativas, abafadas e pervertidas por influências estranhas ⁽¹⁾, o *etos* da Alemanha dos nossos tempos que domina todas as manifestações de vida colectiva, haviam naturalmente de se reflectir na literatura em que o pensar e o sentir da nação encontram a expressão fiel e adequada.

O período imediatamente próximo não pode ser contado entre os que traduzem mais exactamente o carácter nacional: a literatura denuncia o mal estar de uma sociedade corroida de cepticismo, descontente consigo própria, à procura de equilibrio difficil, tentando formas de vida ajustadas às condições sociais presentes.

Foi a Grande Guerra, desencadeando as forças destruidoras do ódio e da hostilidade, revolvendo a *psyche* humana nas fibras mais intimas que despertou por igual sentimentos de solidariedade embotados, anseios de justiça mal definidos; reavivou o amor à terra, estimulou o espirito para árduas empresas ⁽²⁾. «Alterou ela, comenta Frederico Strich, tão profundamente o sentido da vida e da cultura que cada uma das suas formas de expressão até aí consideradas definitivas no seu significado como direito, ficaram abaladas e sujeitas a revisão. A preocupação fundamental deve ser novo arranjo da vida fragmentada e a formação de uma comunidade de existência que

(1) «Cada nação só pode e deve viver segundo a natureza e necessidades pela mesma condicionadas. A uma nação só aproveita o que tem raízes na sua maneira de ser própria sem imitação estranha. O que a um povo em determinada altura da evolução histórica pode ser alimento útil, para outro constitui muitas vezes veneno perigoso. Todas as tentativas para adaptar inovações de fora, quando não estão de harmonia com o carácter nacional, são insensatas». Goethe, *Dichtung und Wahrheit*, III, 11. Apud Dr. v. Campe, *Der liberale Gedanke in Goethes Weltanschauung*, Verlag v. Quelle u. Meyer, Leipzig, pág. 40.

(2) Cfr. Richard Meyer, *Die deutsche Literatur des 19. und 20. Jahrhunderts*, Berlin, 1921, bei Bondi, pág. 664.

encontre a representação no Estado no seu âmbito mais lato. Põe-se, por isso, o problema de averiguar até que ponto todos os domínios da cultura possuem valor formativo neste outro arranjo da vida e podem contribuir para a sua efectivação» (3).

O homem de letras representante de internacionalismos, tantas vezes vácuos de sentido ou de acção funesta, volta a procurar nas forças vivas e criadoras do povo a fonte de inspiração das suas obras; de agente dissolvente e desagregador de energias converte-se em obreiro activo de unidade e regeneração.

A nobre missão do escritor, definida e preconizada por Kolbenheyer, Paulo Ernst, Schäfer, Hans Grimm, José Magnus Wehner e tantos outros (4), recorda a compreensão romântica da sua elevada função social, a idea de Goethe, ele próprio poeta e estadista, de que a poesia significa em última análise a capacidade de nos transportarmos do mundo real, ao mundo ideal, às altas concepções e de estabelecer a aliança entre um e outro; está de harmonia com o apelo de Schiller na bela poesia filosófica, *Die Künstler*, para que estes não se esqueçam de que são os guias da humanidade:

Der Menschheit Würde ist in eure Hand gegeben. Bewahret sie!
Sie sinkt mit euch! Mit euch wird sie sich heben (5).

Em obediência a verdadeiro instinto, uma revolução literária, antes do génio criador original se poder manifestar, vai procurar os fundamentos nas origens longínquas da vida nacional. É assim que

(3) Fred. Strich, *Dichtung und Zivilisation*, Meyer & Jessen, München, 1928, pág. 219.

(4) Hellmuth Langenbucher, *Volkhafte Dichtung der Zeit*, Junker und Dünhaupt Verlag, Berlin, 1933, págs. 16-17.

(5) Cfr. os conceitos de Shelley: «a poesia tem carácter divino, imortaliza tudo o que há de melhor e mais belo no mundo; é, por assim dizer, a interpretação de uma natureza divina através de nós próprios; os artistas não são só os modeladores da linguagem e da música, da dança, arquitectura, estatuária e pintura, são os instituidores das leis, os fundadores da sociedade civil. Compara-os a Prometeu e chama-lhes os homens mais felizes, sábios e ilustres». (Shelley, *Prose Works edited by Forman*, London III, 104, 136, 138-139). A missão do poeta, exprime-o Wordsworth no prefácio das *Baladas líricas*, deve ser na sociedade moderna o que foi na antiga: o instrutor do povo e o depositário da ciência, o consolador e legislador do lar doméstico. (Vid. igualmente o interessante trabalho *Der Dichter als Führer in der deutschen Klassik*, Berlin bei G. Bondi, 1928, em que o autor, Prof. Max Kommerell, estuda com sagacidade o literato «modelo de uma comunidade, personalidade de acção»).

com o romantismo volta o apreço dos grandes monumentos literários medievais — o *Nibelungenlied*, o *Parzival*, o *Armer Heinrich* ⁽⁶⁾, o gosto da poesia popular e da música onde a alma da nação se espelha mais claramente ⁽⁷⁾, da linguagem rica e expressiva do povo, a atracção pela espontaneidade e colorido dos seus costumes, numa palavra, a dignificação nas letras e nas artes do nacional e popular.

Esta aproximação do culto e do inculto, empreendida pelos irmãos Grimm, Brentano, v. Arnim, Görres, Moritz Arndt, Jahn, Uhland, Schwab e antes por Herder ⁽⁸⁾ que não limitou o seu interesse às produções indígenas, mas coligiu cantos populares de todos os países, só podia ser consumada de maneira definitiva quando as distinções sociais perdessem o sentido, para ceder o lugar à hierarquia, apenas definida pelo mérito e serviço dos indivíduos, e a unidade da nação ficou assegurada pela colaboração activa de todos que a constituem, formando o pensamento nacional, condição insuprível de toda a cultura ⁽⁹⁾.

⁽⁶⁾ Também sob tal aspecto o romantismo e a moderna literatura alemã se assemelham nitidamente. Assim é que o conto, a lenda, o mito, enfim, tudo o que constitui o património cultural alemão, volta a merecer o devido apreço. Escritores de categoria, na compreensão do valor poético inesgotável da vida nacional no decorrer dos séculos, tomam para tema das suas obras as tradições históricas e lendárias, tão cheias de elevação e grandeza. Dentro desta orientação destaca-se pela valia dos seus trabalhos, Will Vesper, o erudito coleccionador e estudioso da poesia alemã desde as suas manifestações mais remotas, o editor da *Germania* de Tácito, de *Der Arme Heinrich* de Hartmann von Aue, do *Simplicissimus* de Grimmelshausen, o autor de tantas obras interessantes cuja inspiração vai buscar às grandes criações literárias do passado: *Tristan und Isolde*, *Parzival*, *Nibelungensage*, *Gudrunsaage*, *Historie v. Reineke dem Fuchse*; o romance *Das harte Geschlecht* em que evoca a época dos Wikinges e a cristianização da Islândia, etc. Citarei ainda, entre os de maior valia, H. Friedrich Blunck, o suíço M. Stickleberger, Kotzde Kottenrodt, Paulo Ernst, Werner Jansen, Otto Gmelin, etc. (Vid. H. Langenbucher. *Obr. e ed. cit.*, págs. 307-322).

⁽⁷⁾ Sobre o levantamento do nível cultural do povo, por meio das sociedades de canto, música e dança populares, veja-se o elucidativo artigo de Guthmann, *Volksturnarbeit als deutsche Seelsorge in- Hochschule u. Ausland*, 13. Jahrgang, Heft 10, págs. 49-51.

⁽⁸⁾ Sobre a acção de Herder como pioneiro da unidade alemã, vid. o artigo de Ernst Wilh. Neumann, *Herder und unsere Zeit*, in *Geist der Zeit*, Heft I, Jan. 1941, 19. Jahrg.

⁽⁹⁾ Cfr. as palavras de G. Jakob Grimm: «Todos os meus trabalhos se dirigiram para a pátria; daí lhes advém a sua força; consciente ou inconscientemente sentia que é ela o nosso guia mais seguro, a tudo lhe somos obrigados». Cit. em Langenbucher, *Deutsche Dichtung in Vergangenheit und Gegenwart* Deutsches Verlagshaus Bong & C.^a, Berlin, pag. 157.

*

* *

As afinidades de tendências entre a moderna literatura alemã e a literatura romântica evidenciam-se sobretudo no culto da natureza. Essa característica específica de duas épocas, possuídas de idêntico ideal de unidade, animadas de igual exaltação patriótica, representa o regresso à ordem social nova, o esforço para realizar um ideal ético-político, pouco conforme com o formalismo anterior, a procura de expressão para emoções reprimidas ou deturpadas por convenções existentes. Enquanto, porém, para os românticos a fidelidade à natureza é essencialmente imaginativa, reveste formas de requinte sentimental e humanitário de carácter poético, para os escritores actuais tem sentido mais elevado na sinceridade e alcance, porque traduz a participação activa do escritor no rejuvenescimento do organismo nacional, «como vidente, profeta e lutador», para me servir dos próprios termos de Wolfgang Schöningh ⁽¹⁰⁾.

Se o romantismo e o naturalismo mostram origem comum, como já observou Ruskin, na sua revolta contra o convencional e o real, na redescoberta do *concreto*, certo é que se caiu nos mesmos excessos, naquele estilo *artificial-natural*, como já notara Saintsbury, a propósito de Sheridan. A atitude romântica na sua paixão pelo rústico e selvagem, a preferência do campo à cidade, as suas rapsódias sobre os prazeres da vida rural, constituem no fundo meros objectos de interesse emocional, fonte de inspiração para os devaneios poéticos. Se o «*retour à la nature*», preconizado por Rousseau representa, na verdade, nos países do norte um contacto mais íntimo com a realidade, do que em França, bastando lembrar, pelo que respeita à Alemanha, o realismo de Immermann, Jeremias Gotthelf e Peter Rosegger, no entanto, a atitude do artista denuncia sempre a superioridade do homem da cidade, do civilizado que com artifício vê na natureza campestre o reino de encantamento, em que tudo é belo, desde a paisagem às virtudes das populações ⁽¹¹⁾.

Não se pode negar à Alemanha contemporânea a preocupação de exaltar a dignidade do trabalhador, de se esforçar por melhorar a condição social do cultivador da terra, de ver nele a seiva fecundante

⁽¹⁰⁾ *Hochschule u. Ausland*, Nov. 1933, págs. 21-27.

⁽¹¹⁾ Cfr. Emil Ermatinger, *Deutsche Dichter*, Frauenfeld, Verlag Huber & Co., II, 305-306, 426.

da prosperidade pátria⁽¹²⁾, embora seja discutível se os meios a isso atinentes foram os mais justos e razoáveis.

O reflexo na literatura era inevitável: os idílios românticos são substituídos por uma atmosfera mais rude; a vida agrícola é descrita em toda a plenitude e grandeza feita sobretudo de sacrifícios e esforços.

O livro deixou de ser mero objecto de exploração comercial para se converter em instrumento de cultura elevada e sã; os escritores abandonam os temas doentios, as expansões subjectivas⁽¹³⁾, os devaneios utópicos na defesa da humanidade, para se interessarem pelo passado e presente nacionais, para aspirarem o perfume forte e sadio da terra que os viu nascer, descobrindo na paisagem que os cerca, no ambiente que os prende, em especial na natureza campestre, nas populações rústicas, manancial inesgotável para as suas produções.

O sentimento patriótico na sua forma mais completa, a renúncia dos interesses e comodidades individuais ao serviço do bem comum, a devoção absoluta e incondicionada à Pátria, coesa pela colaboração de todas as classes, animadas do mesmo espírito de solidariedade, significa alguma coisa de novo na vida literária⁽¹⁴⁾. Porventura,

(12) «É na gente do campo e não da cidade que se conserva com maior pureza o carácter do povo». (M. R. Gerstenhauer. *Das ewige Deutschland, Idee und Gestalt*, Armanen-Verlag, Leipzig, 1940, pág. 55).

Aspirou-se a criar «a conjunção etnicamente necessária do camponês e do solo, estabelecer entre si uma relação quase matrimonial, de comunhão recíproca. No preâmbulo da lei da protecção do casal rústico acentua-se que «o camponês constitui a fonte viva do povo alemão». (Hermann Bente, *La Politique Paysanne en Allemagne*, 1940, pág. 11).

(13) Já M.^{me} de Staël no seu famoso livro *De l'Allemagne*, comparando a literatura francesa e a alemã, mostrara que enquanto aquela se apoiava numa comunidade da vida nacional, numa forte tradição, esta se ressentia dessa falta. Daí o carácter monológico da poesia alemã. O individualismo alemão expandia-se em manifestações pessoais e anárquicas. Hoje inverteram-se os papéis. É que o espírito da história evolui de povo para povo e até no mesmo povo com o decorrer dos tempos.

(14) O patriotismo no século XVIII fora prejudicado pelo culto abstracto da humanidade, pela delimitação do poder do estado, considerado mal necessário, máquina artificial, mero contrato feito pelos cidadãos no seu próprio interesse e até por alguns apelidado de uma espécie de instituição de seguros contra riscos de incêndios. Burke classificava a organização do Estado como um grande contrato que não pode ser estabelecido por interesses passageiros e denunciado

certos espíritos superficiais serão tentados a classificar a renovação literária contemporânea de tendenciosa, mas a verdade é que o fenómeno literário é sempre condicionado pelo ambiente, pelo momento histórico em que surge. Só se pode falar de tendência, quando se apresentam os factos, interpretando-os ou adulterando-os, no sentido da justificação de tese antecipadamente concebida. Ao afastarem-se dos temas predilectos dos realistas que se compraziam na pintura do baixo, do sensual, do grosseiro, em contraste com os excessos dos expressionistas, não se pode negar aos autores de que me ocupo o seu naturalismo, tanto pelos assuntos, como técnica: sentido da realidade, espírito de observação, arte de caracterização, etc. ⁽¹⁵⁾.

No nosso modesto ensaio propomo-nos pela análise de três obras de relevo exemplificar a predilecção dos autores contemporâneos pe-

livremente, visto a sua missão ao serviço da comunidade não poder ser atingido numa só geração, pelo que assim se estabelece a solidariedade entre os que vivem, viveram e hão-de viver. É a concepção de Herder que nos *Briefe zur Beförderung der Humanität* acentua o significado moral do conceito de pátria que liga em cadeia ininterrupta as várias gerações, cuja origem está no amor da família. No entanto, não deixa de condenar o orgulho nacional como ridículo e nocivo. Lessing chama ao patriotismo fraqueza heróica; Gellert nas *Moralische Vorlesungen* fala dos deveres do homem para parentes e amigos, mas não alude sequer aos deveres para com o Estado.

O amor da pátria, baseado nestas concepções, não podia deixar de ser sempre circunscrito, chegando a revestir aspectos egoístas e mesmo grosseiros. Assim, numa oração proferida na Academia das Ciências de Berlin, em 1793, Teller não tem reboço em afirmar que *Patria est ubi bene*: quando se é transferido livre ou forçadamente para outro país, esse país passa a ser a pátria, se lá se entra animado de espírito burguês e uma pessoa se sente lá bem. (Vid. Paulo Kluckhohn, *Persönlichkeit und Gemeinschaft*, Studien zur Staatsauffassung der deutschen Romantik, Max Niemeyer Verlag, ao qual peço as indicações referidas).

(15) Cfr. as palavras do Prof. Johannes Volkelt que não posso aceitar sem reservas: «Há circunstâncias do tempo, justificativas num certo grau de os artistas nas suas criações procurarem tendenciosamente tirar efeitos morais, convertendo as obras literárias em transmissoras de um credo moral e religioso. Tempos há — e o nosso é um deles — em que a religião e a igreja cessaram para muitos de representar uma potência moral activa, em que os livros de conteúdo moral são pouco lidos e as associações para a renovação e cuidados morais quase não existem. Se em determinada época as influências de educação, cultura e meios, sob o ponto de vista moral, deixam muito a desejar, pode o homem de letras, sobretudo o escritor de teatro, considerar seu dever fazer ouvir a voz, ao serviço dos mais nobres valores éticos. Com isto não posso deixar de reconhecer que tais produções estão longe de ser puras criações artísticas; classifiquem-se antes de *Mitteldinge von künstlerischen und moralisierenden Erzeugnissen*» (Johannes Volkelt, *Ästhetische Zeitfragen*, München, 1895, pág. 44 e segs.).

los seus temas favoritos: o amor da terra, da família, simpatia pelos animais, o heroísmo da raça, virtudes da mulher, culto dos nobres ideais, enfim, das manifestações mais salientes da vida alemã do presente.

I

O Ano agrícola (Das ländliche Jahr) de Carlos Benno v. Mechow (1930)

Dentre as produções literárias da actualidade, é, no dizer de Johst, o romance acima indicado, um dos livros mais valiosos e importantes da literatura alemã «a representação poética e viva da existência enraizada no solo, presa à terra, não como caso isolado, mas na sua totalidade natural».

O autor em linguagem simples, mas vigorosa, sabe dar-nos um quadro animado da labuta rural, desde o lavrar da terra às colheitas; consegue pintar os aspectos aprazíveis da vida agreste, as festas do campo, em que acamaradam os patrões com os serviçais, evocar com mestria os lados sombrios da existência isolada no desconforto da natureza adormecida; as preocupações diárias por motivo do tempo, dos encargos fiscais; a vigilância constante, a que é forçado o proprietário, para que não falem o zelo e a honestidade do pessoal.

A acção não se desenvolve propriamente em volta de uma personagem; a obra é antes a exaltação da comunidade rural, um hino ao trabalho, sempre sacrifício e renúncia⁽¹⁶⁾, ao cultivo da terra, à fé que não desfalece com as dificuldades, mas se avigora com elas.

Quando Herbert cede o lugar ao novo administrador da propriedade, Malsow, o seu afastamento provoca o seguinte comentário:

«Assim deixa este ambiente, pequena imagem de um mundo prodigioso, cujo destino no decurso do ano aqui tentamos desenhar. Desaparece do círculo acanhado do nosso meio; vai trilhar novos caminhos da terra, para nós objecto de tão variadas reflexões. O seu labor restrito escapa à consideração humana. É que ele era apenas parte da força que faz pairar o grande sol da vida por sobre o universo; o que nos outros é mera atracção inconsciente ou mal esboçada pelo solo, pelos animais e plantas, para Herbert reveste forma mais íntima e compreensiva»⁽¹⁷⁾.

(16) «Sie ist immer nur Opfer und Entsagung» (K. Benno v. Mechow, *Das ländliche Jahr*, Albert Langen, Georg Müller, München, pág. 279).

(17) *Op. e pág. cit.*

A propósito de Wüstenberg, o dono da propriedade, esclarece-se : -o senhor Wüstenberg não é o herói desta narrativa, mas apenas um grãozinho de poeira arrastado pelos ventos, espelho, nem sempre sem mancha, do decurso eterno da vida que nós aqui chamamos *Das ländliche Jahr*» (18).

Como é óbvio, a forma havia de se modificar paralelamente : à frase rebuscada, ao arrebique da linguagem, às tiradas oratórias, sucede a simplicidade, a precisão, a propriedade dos termos, os períodos curtos e arredondados. Eis dois exemplos típicos do estilo descritivo do romance :

«Como era domingo, todo o pessoal da casa reunira-se ao almoço que hoje, ao contrário dos hábitos cotidianos, mostrava certa dignidade solene. Os dois funcionários apareceram com os seus fatos citadinos. Também a senhora Brietzen deixara o avental de trabalho, ostentando a pompa solene do vestido preto que lhe chegava ao queixo. A paz dos dias festivos tudo dominava ; pelas janelas abertas ouvia-se o chilrear dos pássaros. No atalho do jardim que ia dar às terras de cultura, nada bulia : cessara por completo o chiar dos carros de lavoura. Em volta profundo sossego.

«Era costume do senhor Wüstenberg aproveitar as refeições para falar de assuntos de administração, única possibilidade de troca de impressões com todos os presentes» (19).

«A aurora desponta lentamente e irradia no firmamento a luz indecisa. Sobre as colinas suaves o vento sopra e fustiga a terra fria com chuveiros glaciais. Ora chuva, ora neve, é sempre água. Infiltra-se nas leiras endurecidas dos campos, trava luta acesa com o gelo que não deixa libertar a terra do seu domínio. A água vence, penetra nas camadas duras como pedra, desfazendo-se em papas fluídas. Enquanto continua o seu trabalho com pertinaz paciência, a crosta superior está convertida em lama. Formam-se charcos que reunidos se espriam em lagos, onde o vento traça linhas sinuosas. Debaixo deles irrompe o trigo já nascido. O gelo e a neve do inverno deixaram-lhe uma existência precária. Quase custa a crer que viva ainda e encontre em si a força para um crescimento vigoroso, para que do seu seio nasçam longas hastes e as espigas doiradas. É difícil idealizar espectáculo tão lastimoso» (20).

(18) Ibidem, pág. 283.

(19) Op. cit., págs. 61-62.

(20) Ibidem, pág. 7.

Na sua simplicidade, tem grandeza a expressão dos sentimentos da mãe de Herbert para o filho, um cunho mesmo viril, apropriado ao ambiente, à atmosfera de vigor que perpassa pelo romance :

«Sim, antes de mais, como vai, pergunta ele? Bem. As dores são um pouco pesadas no trabalho. Se te parece, descanso as pernas em cima do banco e tudo fica em ordem. Agora já estou completamente sã; sinto-me feliz por te encontrares ao pé de mim. Mas não tenhas receio; não te vou apoquentar com carícias, mostrar-me-ei digna de filho tão desenvolto» (21).

Como que rejuvenesce, ao ouvi-lo contar do seu novo posto, espinhoso e cheio de responsabilidades. Interroga-o acerca dos superiores e subordinados; dá-lhe conselhos, afugenta receios e dúvidas, animando-o sempre ao cumprimento do dever: — «*Denn du bist nur jung und zärtlich, aber nicht schwächlich! Du tust deine Pflicht. Damit tust du alles, was dem Menschen aufgegeben ist*».

Neste drama da terra, o destino individual vale apenas como parte do destino colectivo. Assim, ao receber a notícia da morte da mãe, Herbert domina a dor que o consome qual chama viva: começando o trabalho com a seriedade e o ardor de sempre, não faz mais do que corresponder ao seu derradeiro apelo. Em relação à vida universal, tudo é limitado, mas nem só o que é grande na história é heróico; também pode haver heroicidade na modesta vida diária (22).

Anotemos, por último, a nota da religiosidade cristã que não poderia faltar em pintura tão exacta da vida dos campos, pois a fé em Deus há-de constituir sempre uma das energias estimulantes da actividade rural.

«O primeiro dia de festa fora belo para ambos e cheio da alegria calma de se encontrarem ao pé um do outro. As horas decorriam em paz inefável. Começaram por assistir à missa solene com acompanhamento de música de um grande mestre que extasiava as almas em arrebatamento inexprimível. Na altura do Credo, depois da glorificação jubilosa do Todo Poderoso, Criador do Céu e da Terra, e de invocar o filho de Deus, abrandou de súbito o coro forte das vozes,

(21) Ibidem, pág. 88.

(22) Cfr. as palavras de Gerstenhauer: «Nem todos podem ser heróis neste sentido mais elevado, mas podem evidenciar o seu espírito heróico e nobre na valentia com que enfrentam as lutas da vida, na dedicação e lealdade com que servem o homem grande, heróico e nobre, evitando como tantas vezes é o caso na história da humanidade que triunfe o baixo e se arraste pelo pó o superior, o sublime» (Gerstenhauer, *op. cit.*, pág. 92).

para se ouvir uma voz isolada de tenor, acompanhada das harmonias argênteas do violino entoar o *Et incarnatus est de Spiritu Sancto* e a seguir, em tom suave e delicado: *ex Maria Virgine*.

«A beleza destes acordes comoveu-os intimamente; procuravam dissimular os seus sentimentos, mas as lágrimas que lhes deslizavam pelo rosto transfigurado, denunciava-os sem remédio»⁽²³⁾.

II

A última visão (*Das letzte Gesicht*) de Frederico Griesse (1933)

Em Frederico Griesse o culto da natureza, o amor à terra, aparece em ligação imediata com a tragédia da Grande Guerra. As forças do sangue e do solo constituem a seiva viva que preserva o povo alemão da irremediável destruição física e moral a que o destino parecia querer condená-lo; o estímulo poderoso, a garantia segura de um rejuvenescimento⁽²⁴⁾.

⁽²³⁾ V. Mechow, *Op. cit.*, pág. 92.

⁽²⁴⁾ Dentre as produções dos poetas alemães contemporâneos, em que a confiança nos destinos da pátria encontrou expressão mais perfeita, citarei como uma das mais belas, pela inspiração elevada, harmonia de ritmo e mesmo grandiosidade, a seguinte de Heinrich Anacker:

Eiche Volk

Eiche Volk, dein Stamm ist Jahrtausende alt,
Keiner Kriege verheerende Sturmgewalt
Konnte dich fällen;
Mochten im Strafergericht
Äste zerspellen —
Die Krone beugte sich nicht.
Aus den Stümpfen, die klagend zum Himmel schauten,
Brachen im Frühling neue Zweige empor,
Die in Trotz und in Treue dem Lichte vertrauten —
Schöner und mächtiger wurdest du als zuvor.
Eiche Volk, wir sind an dir nur das Laub
Und die Früchte eines enteilenden Jahres,
Fallen wehrlos dem nächsten Herbste zum Raub.
Unser Leben — ein flüchtiges Lächeln nur war es...
Und es ist an uns so wenig gelegen,
Dass du unser Vergehen bemerkst kaum:
Weiter strahlt dir die Sonne, trinkt dich der Regen,
Höher steigst du, geweihter, unendlicher Baum;
Spannst deine Äste königlich über die Zeit —
Eiche Volk, o grüne in Ewigkeit!

(De *Die Fantars*, cit. em *Die Stimme deutscher Dichter*, Weihnachtsgruss. Stuttgart, 1936, pág. 27).

Da *Tellus Mater*, «fundamento, começo e fim da vida, círculo que abrange ao mesmo tempo criador e criado, destino do povo alemão» (25), emana a maneira de ser de Griese como homem e poeta. A sua visão de artista mergulha fundo nos recessos mais ocultos e misteriosos da *Erde, liebe Mutter*, como lhe chama no romance *Bäume im Winde*; sobre eles se debruça na penetração do seu sentido como modeladora da existência humana, sempre fecunda e criadora, mesmo quando destrói, que em si contém os germes da vida impercível; sabe auscultar-lhe os segredos, compreendê-la na língua misteriosa.

Os conceitos dominantes de todas as suas obras, desde o início da carreira literária até o apogeu com as *Cabeças Brancas*, são sempre os mesmos: paisagem, terra, aldeia, campo.

No panorama de um passado que se afunda, de uma época de corrupção e miséria, pressente-se o irradiar de novos tempos, a ascensão para fitos mais nobres, a confiança ilimitada no esforço humano, na certeza do levantamento da pátria. O real e o misterioso, o obscuro e incompreensível, o humano e o divino como que se confundem no romance de Griese que qual outro Fausto reveste um significado místico e simbólico (26).

A atitude de Griese para com a natureza sugere-nos a concepção de Goethe para quem aquela é espelho da eterna verdade, a fonte da força criadora da vida universal que abrange céus e terra, por cujo intermédio Deus actua e se revela (27). A Terra, à qual o homem está unido pelos laços mais íntimos do seu ser, laços indestrutíveis,

(25) Langenbucher, *Volkhafte Dichtung*, págs. 68-69.

(26) Sob esta feição merece referência especial um dos seus primeiros romances *Ur*, cujo título significativo simboliza as forças íntimas, acima do tempo e do espaço, o que há de eterno e persistente na vida dos povos, de são e elevado na alma do homem. Numa evocação de grandeza apocalíptica, comenta Isabel Darge, faz a descrição da grande Mãe, que nunca abandona quem a ela recorre e nos salva, no meio dos nossos erros e infelicidades.

«Sob os pinheiros nodosos de copa larga, de folhas negras aciculadas, lá em cima jaz estendida a *Ur*. O seu corpo é largo e forte, elevando-se em forma de abóbada. Nos recôncavos das espáduas dormem rebanhos. Corvos gigantescos de asas brancas cobrem-lhe as pálpebras. O lobo repousa a seus pés. No pavilhão das orelhas aninha-se o búteo com a prole. Nos seus cabelos brincam as corças. Em volta das coixas vicejam campos de trigo. Florestas sussuram-lhe em redor dos joelhos. Da mão desce a árvore do tempo com os seus ramos poderosos». (In-Elisabeth Darge, *Friedrich Griese*, Albert Langen, Georg Müller, München, pág. 19).

(27) Gerstenhauer, *op. cit.*, pág. 85.

pois «de terra é feito», observa a sua biógrafa, tem para este o mesmo significado que para Goethe a Natureza, confidente e amiga, portadora de bênçãos que sabe ao mesmo tempo recompensar e punir ⁽²⁸⁾.

O sopro de tragédia que perpassa por todo o romance não conduz a desalentos pessimistas; antes implica estímulo para actos de coragem, alento para realizações largas e benéficas que não podem ser apreciadas pelo critério da moral vulgar. Não deve ter sido estranha ao autor a influência de Nietzsche, cuja filosofia da vida aliás tanto se fez sentir na actividade política e literária da Alemanha.

A acção é simples: resume-se à observação e comentário dos efeitos da Grande Guerra — *Krieg mit langen Armen* — na vida dos campos, às misérias de ordem material e moral que parecem conduzir ao aniquilamento de uma estirpe valorosa. Nos anos fatídicos da desvalorização da moeda, da perversão dos costumes, da loucura do prazer, a aldeia de Reth sofre como as demais:

«Esta gente tinha sido sempre sossegada e reflectida. À sua volta não se fazia nenhum ruído; agora também não, nem eles, nem os outros. Quem possuía alguma coisa, sem dar por isso, perdia-a. Quem não tinha onde comer, via se encontrava mesa onde sentar-se. Aqueles que não possuíam quaisquer recursos, passavam fome. E à fome, depois de longo martírio suportado silenciosamente, seguia-se a morte. Da doença de que morriam, ninguém sabia e se preocupava com isso. Bastava vê-los mortos na sua horrível magreza» ⁽²⁹⁾.

Mas a despeito de tantas ruínas, as energias fecundas de povo excepcionalmente dotado não podem extinguir-se. Um dia há-de vir em que irromperão com vigor mais forte, pois foi caldeado pelo sofrimento, contido em largo período de estagnação. Os que pelos séculos fora criaram Reth, hão-de fazê-la florescer de novo.

Ao descalabro de um mundo de aparências, sucede vida nova que significa regresso à terra. Na geração dos Fannas estão personificadas as virtudes do camponês alemão, em que assentam os fundamentos inabaláveis da grandeza pátria. A velha Fanna eleva-se acima dos limites da realidade presente, como a *Ur-Mutter Beka* dos *Weissköpfe*; aparece-nos como figura lendária que tendo perdido um dos filhos caído no campo da honra, como dirigente de um corpo de voluntários, o segundo que abandonou o torrão natal enfeitiçado

⁽²⁸⁾ Elisabeth Darge, *Op. cit.*, pág. 19.

⁽²⁹⁾ Friedrich Griese, *Das letzte Gesicht*, Albert Langen, Georg Müller, München, pág. 93.

pelos prazeres falsos da cidade, tem o pressentimento de que o terceiro, cujo paradeiro se ignora, ainda há de surgir, vindo dos confins do Oriente, para reatar a missão dos antepassados.

O último dos Fannas, decorridos longos anos de ausência, de sofrimentos e privações na Rússia, volta à aldeia. Já não encontra a mãe viva; o casal de família está nas mãos de estranhos, mas nem por isso lhe falece o ânimo para lavrar e semear a terra abandonada e após trabalho duro grangear farta colheita.

Mais do que o indivíduo, Fanna representa a aldeia, símbolo da nova era que desponta:

Ein Geschlecht vergeht, das andere kommt,
Die Erde aber bleibt ewiglich.

A obra é, sem dúvida, das mais representativas da nova concepção da vida. Define bem aquela arte, a que Langenbucher se refere, «em que o destino do povo, as suas qualidades específicas estão sempre presentes ao autor que consegue na representação do relativo, do condicionado dar expressão ao eterno»⁽³⁰⁾. Pelo seu alto significado e profundo sentido, destaca-se das insípidas narrativas campestres.

O crítico Sörgel classifica-a de «epopeia em prosa das misérias da guerra e da época que se lhe seguiu, canção da pátria, da terra, hino eterno do decurso das estações, cadeia ininterrupta da vida, a repetição dos milénios, o renascimento do criador e criado, a oferta do *devoir*, a plenitude ilimitada»⁽³¹⁾.

Reproduzirei, por último, vários passos do romance de Griesse, como dos mais característicos da sua arte que sente a paisagem alemã na totalidade e abrange todos os aspectos da natureza — não só o mundo das plantas, mas a vida animal, inspiradora de alguns dos mais interessantes escritos da literatura contemporânea⁽³²⁾:

«Sempre pela primavera as águas da ribeira de Reth retomavam

(30) Langenbucher, *Op. cit.*, pág. 93.

(31) Albert Sörgel, *Dichter aus deutschem Volkstum*, Voigtländers Verlag. Leipzig, 1934, págs. 220-222.

(32) Vid. entre outros, *Das grüne Jahr, Wunderbare kleine Zeit, Erlebte Natur*, de Franz Graf Zedwitz; *Rund um meine Jagdhütte*, de Curt Strohmeyer, *Kamerad Löns*. (Ed. de *Natur u. Kultur*, Safari Verlag, 1940).

o seu curso; a erva reverdesce; as patas com a sua ninhada serpenteiam pelos canaviais; às vezes podia-se observar a distância uma galinha-de-água.

«Os abibes não descansam nas suas contendias; no solo refulge o orvalho matutino; as galinhas, duas ainda frangas e outra já galinha feita, andam num vaivém à volta do galo. Nas lagoas, lá longe, por detrás da pequena povoação, as gaivotas esvoaçam grasnando à procura de peixe. Numa árvore, o picanço, pequeno pássaro, veloz como um ratinho, não descansa saltitando de ramo em ramo, com a ligeireza do esquilo. A sua posição predilecta era, porém, pousar nos troncos direitos como paredes altas a prumo. Como consegue sustentar-se nas rugosidades da casca que esgravata com as patas em cata de vermes, para alimento, constitui milagre difícil de explicar» ⁽³³⁾.

«Por cima das florestas, nas noites bonitas, viam-se as garças agitar as grandes, magníficas asas. A distância, parecem estáticas em suspensão nos ares. Em seus volteios, cortam o espaço, em arco ora largo, ora restrito, formando uma nuvem que tanto se estende como comprime, se eleva umas vezes e outras desce, deixando à volta rasto de luz cintilante como no primeiro dia da criação» ⁽³⁴⁾.

«O paul de Reth não é nenhum paraíso. As gralhas quais cruéis salteadores e assassinos, perseguem uma lebre. O animal doente tenta fugir e quase o consegue, mas por fim fica ao alcance dos perseguidores que às bicadas o dominam, depois de o cegarem. Uma ave, quase arrancada ao ninho, debate-se inútilmente com o inimigo que a despedaça. Leva-a aos filhos, aos quais ensina a arte de dilacerar os corpos, do arranque das entranhas para se nutrirem de carne e sangue frescos».

«A vida dos animais nos campos é espectáculo digno de observação. Um rato é atacado por certa ave que desta vez não teve tempo de o devorar ou transportar consigo. O animalzinho jaz no meio do batatal, abandonado, esquecido, não se move nem chia: está morto. A três passos de distância, por ali passou quase toda a aldeia. Ninguém deu por tal. Os homens notam outras coisas.

«O rato está ainda quente; não exala qualquer cheiro de decomposição. No entanto, um escaravelho já se dirigiu ao seu encontro. Como foi isso possível? O escaravelho é animal de corpo córneo, duro como casca de árvore e como um bocado de rocha. A distância de três milhas, pressente a morte que o chama. Põe-se a caminho, a trote

⁽³³⁾ Griesse, *Op. cit.*, pág. 126.

⁽³⁴⁾ *Ibid.*, pág. 128.

e a galope; voa por vales e montes; a direito, sem o mais pequeno desvio, chega ao seu destino. Não passa um dia, nem mesmo horas, sem que outros da mesma família se reunam à volta do morto. A notícia transmitiu-se pela floresta; a morte do ratinho é anunciada por uma região inteira da terra. Tudo isto é inexplicável. E o homem pode observar estes factos; para mais não tem capacidade...

«E os outros insectos? Aqueles que se deslocam pelos ares? Coisas inexplicáveis! Verdadeiros milagres incompreensíveis! Em cima da mesa encontra-se fruta que caiu com o vento, talvez amadurecida antes de tempo. Está dentro dum cesto, não ao ar livre, mas em casa. A porta ficou entre-aberta. De repente, surge uma vespa e a seguir muitas outras. Ninguém no jardim as vira. Onde vieram elas? Num arbusto, junto aos restos do velho muro, tinham construído, de papéis e fibras de plantas, o ninho, bola cinzenta em forma de campânula. Lá lhes chegou o olfacto da morte, brisa infinda que veio do interior da casa, passando pelo jardim e envolvendo parte do mundo inteiro, a parte da terra em que vivem estes animais. Qualquer pessoa podia estar ao pé desta fruta; se a não visse, estaria tão alheada dela, como de uma pedra na aldeia. É, na verdade, caso extraordinário!»⁽³⁵⁾.

«O inverno este ano tinha-se antecipado, mostrando-se muito áspero. No outono, já de lá haviam partido os patos bravos e os gansos cinzentos, mais cedo ainda. Reuniram-se em grupo, como de costume. O tempo estava lindo, a atmosfera límpida. O luar iluminava as colinas ao redor de Reth; só os vales pareciam sombras profundamente escuras. Nestas noites, ouvia-se nitidamente o marulhar das águas da ribeira de Reth, como se quisessem fugir ao gelo que não poderia tardar. Em todas as direcções, noite após noite, passavam os bandos das aves migratórias, os patos batendo apressadamente as asas e quase sempre voando mais baixo; os gansos mais altos deslizavam tranquilos. Cruzaram as florestas, donde irrompia o regato de Reth, como de uma parede de musgo. As estrelas brilhavam por cima das árvores. Espectáculo magnífico com efeitos de luz surpreendente! Era sempre a mesma poderosa quilha que cortava os ares, ora se alargava, ora se afinava, mergulhando fundo, para a frente, imutável na sua força e calma»⁽³⁶⁾.

(35) Ibidem, págs. 140-141.

(36) Ibidem, págs. 300-301.

Porta Negra de Jakob Kneip
(1931)

Sem dúvida, é o solo, como teatro de vida e trabalho dos povos, a preocupação dominante do alemão de hoje, ao qual já não pode ser atribuído aquele horror à realidade que no dizer de Herman Grimm constitui uma feição peculiar da sua maneira de ser. Se «o aqui e o agora, o espaço e o tempo devem ser utilizados ao serviço da comunidade, em detrimento dos problemas do além»⁽³⁷⁾, isso não implica que os valores éticos, divinos, a vida super-individual — imanente na alma, como se exprime o Professor Schwarz — tivessem perdido o conteúdo e nada mais erróneo seria julgar que «uma moral racionalista, sem Deus, corresponde ao carácter nórdico»⁽³⁸⁾.

As normas de conduta, orientadas por elevados princípios espirituais: valentia, sentimento de honra, cumprimento do dever, pressupõem a crença no divino. A mística alemã nem sempre toma a forma confessional; entre o Estado e a Igreja tem havido conflitos mais ou menos graves, mas na apreciação desapaixonada dos factos é-se forçado a reconhecer que a ideia, bem como a prática de Deus, nunca pôde ser banida da Alemanha, mesmo no período mais aceso da luta. Basta lembrar a ajuda financeira que as Igrejas cristãs, católica e evangélica, recebiam do Estado, destinada a assegurar o vencimento dos sacerdotes, a manutenção de seminários e institutos religiosos, Faculdades de Teologia, hospitais e obras de assistência, conservação de templos e monumentos, etc. Também a emoção religiosa continua a inspirar produções literárias de mérito inegável.

Um grande poeta contemporâneo, Jakob Kneip, da linhagem de Claudius, Mörike e Storm, dá expressão a sentimentos dos mais puros e nobres, em quase toda a sua obra, na qual o culto da natureza e o amor ao próximo são dignificados pelo amor de Deus, pela fé, comovente na sua sinceridade, por vezes ingénua.

No verdadeiro mundo de camponeses que ele cria, em linguagem rescendente aos aromas da terra, *Ur-und Erdsprache*, como se exprime Langenbucher⁽³⁹⁾, está sempre presente a ideia de Deus: daí emana frescura, verdade sem artificios, graça espontânea, jovialidade sã, atributos que só se encontram no verdadeiro artista e numa alma moralmente bem dotada. Falta-lhe, porventura, no interpretar da

(37) Hermann Stresau, *Geist des Wunders*, artigo em *Das Reich*, n.º 31, de 22 de Dezembro de 1940.

(38) M. R. Gerstenhauer, *Op. cit.*, pág. 67.

(39) *Volkhafte Dichtung*, Ed. de 1933, pág. 67.

paisagem alemã, o vigor, a atmosfera agreste, trágica, que se encontram em outros, mas tal deficiência é compensada com largueza pela delicadeza do sentimento, comunhão íntima com tudo o que a vida oferece de belo, simpatia pelo que é simples e humilde. Lembra-nos Frederico Schnack, outro hábil modelador da existência modesta, tranquila e ignorada dos campos, contraposta aos atractivos enganadores dos grandes meios citadinos.

Segundo a própria confissão de Kneip, no meio dos deslumbra-mentos de Londres, Berlim e Paris, entre os palácios de Roma, ou no isolamento do camarote de bordo, ouve o murmúrio dos regatos do torrão natal; as vozes e olhares dos companheiros que entre as florestas povoaram os dias da sua infância descuidada seguem-no por toda a parte. Evoca as pessoas e as coisas, todas igualmente queridas ao seu espírito aberto à beleza, como ele diz, «*die Sonnenblume der Sonne*». Em atitude despreocupada de intenções sociais ou de efeitos literários, apresenta um cenário rico de aspectos: caçadores, pastores, mendigos e vadios, o vizinho e mestre sapateiro Tomás, figuras que lembram as cabeças dos santos da igreja da terra, são irmanados na mesma visão poética, agrupados na mesma sociedade, em que tomam lugar os bons e os pecadores, o próprio pai e o velho e bondoso pároco. E por que viveram em boa e alegre companhia, assim chegam às portas do paraíso, onde serão acolhidos pela misericórdia divina ⁽⁴⁰⁾.

Na colectânea de poesias que constitui o pequeno volume *O Deus vivo* (*Der lebendige Gott*), como indica o sugestivo título, dá Kneip expressão às suas emoções num tom de suavidade, de graça singela, despreocupação, em linguagem simples, espontânea, musical que lhe asseguram sem favor a primazia entre os grandes líricos alemães. As tocantes lendas religiosas, as piedosas crenças populares, as tradições remotas do catolicismo, associam-se à descrição dos aspectos variados da natureza na tempestade e na bonança, à luz do sol ou na escuridão da noite, ao romper da alva ou ao cair do crepúsculo, tudo ordenado de maneira a retratar a alma do camponês, a pintar a paisagem alemã nas suas manifestações genuínas, sem procura de efeitos ou artificios deformantes.

À sua sensibilidade nada escapa; a voz do poeta possui virtudes raras de modelação que envolve na mais pura simpatia humana pes-

⁽⁴⁰⁾ Vid. o romance autobiográfico de J. Kneip — *Spiegelbild und Traum*, Paul List Verlag, Leipzig.

soas e coisas, animais e plantas. No pequeno e no grande presente a acção de Deus: «na cotovia que se eleva no céu, atrás da charrua que sulca a terra, na igreja e no lar doméstico, no estábulo do gado, nas sementeiras, no regato e no luar, nos dias de labor e nos domingos. Em toda a parte a presença divina se anuncia» ⁽⁴¹⁾.

Cada uma das composições forma por si uma jóia delicada, oferecida de valia ao Criador e à Virgem; é um hino de louvor ao trabalho santificado pela graça de Deus. Sem distinção, são produções, cuja valorização devida só lhes pode ser dada por almas simples e ternas, por gente humilde do coração, em que por igual se enlaça a fé cristã e o amor ao torrão natal.

A obrinha fecha com o comovente *Te Deum Laudamus*:

«Grosser Gott wir loben Dich
Herr, wir preisen Deine Stärke,
Vor Dir neigt die Erde sich,
Voll der Wunder Deiner Werke:
Wie Du warst vor aller Zeit,
So bleibst Du in Ewigkeit» ⁽⁴²⁾.

Na *Porta Nigra* alarga-se a visão do poeta; o romance eleva-se à categoria épica. Assistimos à epopeia do homem religioso do nosso tempo, com as suas preocupações, dúvidas, casos de consciência e destino. O autor não se coíbe de certos reparos à intolerância religiosa, ao apreço, no seu entender, por vezes desmedido, dos homens da igreja pelas coisas terrenas e bens materiais, com prejuízo da sua nobre missão; mas o dogma está acima de qualquer discussão e a par do sacerdote endurecido, pouco compreensivo das misérias humanas ⁽⁴³⁾, lá se encontra o sacerdote bondoso, cheio de renúncia, humil-

⁽⁴¹⁾ H. Langenbucher, *Op. cit.*, pág. 67.

⁽⁴²⁾ J. Kneip, *Der lebendige Gott*, Paul List, Leipzig, pág. 126.

⁽⁴³⁾ «E são estes homens, diz a propósito do regente da *Porta Nigra*, a quem cumpre perdoar os pecados como representantes de Deus, de coração tão endurecido que não são capazes de desculpar os inimigos» (*Porta Nigra*, pág. 369).

«Os padres também são pecadores, têm como os outros as suas faltas e vícios. E muitas vezes me quis parecer que entre eles há menos santos, do que entre os homens do mundo» (*Op. cit.*, pág. 308).

«Os ungidos do senhor no seu ofício sagrado, os padres e os bispos também por vezes se deixam arrastar pelo grande torvelinho das paixões humanas. Lutam pela sua situação pessoal, querem-se fazer valer na política e em tudo que ela

dade e dedicação pelo próximo. São exemplos de virtudes cristãs o padre Goerdten e o irmão Celestino.

A força e encanto da obra consistem, porém, fundamentalmente, e em última análise, na exaltação do puro cristianismo, consolador dos corações magoados pela dura realidade, de cuja acção pelos séculos fora Kneip encontrava os testemunhos mais eloquentes na sua querida região renana: «No Reno, nas poderosas sés episcopais funda-se a grandeza medievá; com o poder e magnificência da Igreja e os planos do «grande reino de Deus» uma atmosfera espiritual envolve o ocidente, criando verdadeiras maravilhas no domínio da arte e da erudição. E assim no decurso de milhares de anos se formou um mundo que na sua plenitude e beleza não tem outro na Europa que se lhe compare» ⁽⁴⁴⁾.

O protagonista da acção é Martinho Krimkorn, da melhor cepa aldeã de Hunsrück, filho do dono da hospedaria, *O Veado*, fundada há mais de um século por um dos seus antepassados, Gaspar Krimkorn. Não há em redor rapaz que o exceda em coragem, tino e diligência. O ambiente familiar, no convívio do avô virtuoso e de pais piedosos, um meio, todo ele cristão, junto da igreja e abadia de Westerkappel com a pompa das cerimónias religiosas, o deslumbramento das peregrinações animadas de vida e cor ao túmulo de St.^a Reinilda, imprimiram ao carácter de Martinho traços e feições indeléveis. Em volta do destino da personagem principal que se desenvolve em cenas sempre cheias de interesse, o romancista consegue com mestria inexcedível, na compreensão íntima dos homens e das coisas delinear figuras cheias de humanidade e verdade, pintar um trecho da vida de uma das regiões mais belas e características da Alemanha, entretecendo o cristão e o pagão, o céu e a terra, o sensível e espiritual, o histórico e lendário, num todo harmónico e grandioso.

Pela riqueza das suas criações, verdade de figuras e situações, gosto, porventura, exagerado da minúcia, do pormenor, colorido na pintura da natureza, mistura do trágico e do cómico, representação

proporciona. As coisas do céu são-lhes muitas vezes estranhas e indiferentes» (Ibidem, pág. 18).

Lamentando a oposição entre as duas igrejas cristãs da Alemanha, presta, no entanto, o devido preito às virtudes dos padres católicos: «Admiro muito o espírito cristão destes padres. Conheço muitos deles, entre os quais conto verdadeiros amigos. São quase todos gente piedosa e boa, vivem inteiramente para a sua igreja» (*Op. cit.*, pág. 221).

(44) H. Langenbucher, *Op. cit.*, pág. 67.

de todas as classes, dos grandes e humildes, camponeses, mendigos, padres, monges, fidalgos e plebeus, católicos, protestantes e judeus, freiras e até prostitutas, na aproximação dos contrastes, do bem e do mal, do nobre e do feio, do horrível e agradável, da alegria e tristeza, a arte de Kneip tem o seu quê de shakespeariano. Numa palavra, a natureza humana é apresentada em toda a sua multiplicidade e magnificência.

A psicologia popular, os usos, costumes, tradições da gente do campo, linguagem, crenças, encontram no romance de Kneip fiel expressão. «Deixai ao povo, diz o subdiácono Schirmer, comprazer-se infantilmente em todas as coisas, pelas quais o seu coração pressente o santo e o divino. Não sei o que será mais valioso, se a nossa teologia, se esta florescência de piedade. Para mim, tenho que valem mais a plenitude ardente e a alegria do coração do que a ciência pedante que com grandes óculos quer verificar tudo na sua verdade. As lendas cristãs constituem a manifestação mais límpida e admirável do coração do homem. Aqui se revela a inocência do verdadeiro crente que na fé encontra o repouso e a actividade que cantando, rindo e dançando, pratica sempre o bem. É a religião das flores e da cotovia. Tais lendas formam os mais belos florões do grande monumento da igreja; experimento com elas a maior alegria, abstando-me sempre de as examinar à lupa da nossa ciência» (45).

Hanns Johst compara o romance a um antigo mistério, em que aparece o próprio Deus em pessoa e termina na discussão dramática dos últimos e mais profundos problemas da vida religiosa.

O herói desse mundo espiritual, de alma impoluta, apesar de tantas tentações, acaba por verificar a falta de vocação para a vida sacerdotal que exige «*Losschälung von Heimat, Fleisch und Blut und allen weltlichen Dingen*»; não se chega a ordenar e abandona o seminário de Porta Nigra, alistando-se como voluntário no exército alemão que mais uma vez vai terçar armas pela defesa da pátria. O significado da obra ganha em relevo: do âmbito restrito de um caso individual, a acção eleva-se a preocupações mais nobres que dizem respeito aos superiores destinos da comunidade.

Escolherei ao acaso, pois da primeira à última página, por assim dizer, o interesse é sempre crescente, alguns passos verdadeiramente modelares, como exemplificação da técnica do artista, do valor intrínseco da obra, a qual há-de constituir sempre manifestação brilhante da pujança da literatura contemporânea.

(45) *Porta Nigra*, pág. 383.

«A igreja de Westerkappel que com a sua escadaria íngreme estava situada junto ao mosteiro, na encosta da montanha, abriu de novo as amplas portas à primavera, ao sol e ao progresso. O vento de sudeste soprava com o seu forte hálito matinal através das naves altas e abóbadas. O amável e obeso irmão Celestino, e uma velha criada do claustro limpam o pó e as teias de aranha, arrumam os guiões e as bandeiras nas colunas e paredes da igreja. Subindo numa escada de mão, Celestino vai colocar uma coroa de ramos de pinheiro, por cima do portão da entrada. Depois de dispensar a criada, sobe ainda à torre e de lá espraia o olhar pela aldeia e pelos campos banhados de sol. O bom irmão andava cheio de zelo e alegria. A luz do alto zimbório ilumina o túmulo de St.^a Reinilda que hoje está rodeado de doze pesados tocheiros e a sua imagem engrinaldada de flores ostenta-se no altar vizinho, onde se acumulam de há séculos, os testemunhos de reconhecimento, os votos dos que não apelaram em vão para a misericórdia divina, encontrando consolo para os seus desgostos, cura para a sua doença, atenção para as suas súplicas» ⁽⁴⁶⁾.

«Toda a tarde se sucederam as procissões vindas de longe com bandeiras e estandartes aparatosos, a caminho de Westerkappel. Os cânticos e orações interrompem a tranquilidade dos campos. À frente marcham os cortadores de lenha de Börfink, a seguir os entalhadores de imagens e fabricantes de cachimbos de Pfaffenheck com as suas businas, trombetas e clarinetes. Desde tempos imemoriais era a aldeia afamada pelos seus músicos que nunca faltam nos arraiais e mercados da região. Também lá se viam com seus trajos vistosos os fabricantes de violinos de Stawenhofen que o conde de Hornburgo trouxera da longínqua Hungria a povoar as colinas de Ellertal; na retaguarda seguiam os latoeiros e vassoureiros de Grutenhausen, sita nas faldas, protegidas do vento, do monte de Hirscl» ⁽⁴⁷⁾.

«Com prazer desceu Langguth com Martinho a Beytal. É um vale rico de flores, disse ele; até aqui cresce o gracioso cipripédio de tom amarelo-dourado que não vi em qualquer outro sítio da região. E Langguth ia-lhe mostrando flores, plantas e ervas a que antes disso nunca prestara atenção. Conhecia bem as suas propriedades: as que eram venenosas e possuíam virtudes curativas. A muitas classificava de amigas, a outras de inimigas. Do meio das árvores da colina surgia modestamente o satirião com a sua cor verde-brilhante; ao pé

(46) *Porta Nigra*, págs. 32-33.

(47) *Op. cit.*, pág. 44.

a ófris que se balouçava na sua haste como uma avezinha da floresta, de plumagem amarela e branca; no meio do mato refulgiam os amarelos hierácios e o lycopódio azul. Também lá estava a mandrágora omnisciente com que os antigos povos julgavam poder decifrar os enigmas do futuro; e a planta que na linguagem popular se chama *a palha do leite de Nossa Senhora* que se dá às parturientes. E a corriola, a ervilhaca, a hortelã, o tomilho e as despreziosas florinhas do campo e dos caminhos contemplou-os Martinho com seu olhar desperto, descobrindo uma vida variegada e um mundo, junto dos quais passara até então como cego» (48).

«Um dia na primavera, à meia noite, passou Langguth com Martinho em peregrinação nocturna pela floresta. Queria dar-lhe a sensação do despertar da aurora naquele ambiente poético. Em cima, reluziam as estrelas, em baixo alongavam-se os vales escuros. Quase se não ouviam os passos dos dois caminantes. Na hora fresca da alvorada, dominava um silêncio quase completo, interrompido apenas ao longe pelo ligeiro sussurro das folhas do arvoredo. De quando em quando ecoava um som seco, como o bater de palmas. É o noi-tibó, a ave nocturna, explicou Langguth. De súbito, uma corça saltou espavorida da encosta, onde a luz da lua sobre a romaria das faias produzia efeitos mágicos. Um odor acre evola-se do solo: era o respirar da terra; as árvores espargiam pela atmosfera os seus aromas. Pouco depois, a distância — ilusão ou realidade — ouvia-se isoladamente o chamamento do cuco, mas após breve pausa, o som tornou-se mais vivo e perceptível. Àquela hora da noite, no meio da solidão espectral — pouco passava das duas —, o canto do cuco encheu Martinho de frémitos de terror.

«Caminharam mais longe, escutando atentos gorgeios delicados e argênteos que se elevavam até os céus. É a canção da cotovia, a anunciadora extraordinária da manhã. Mas já também despertara o melro que acorda os dorminhocos da floresta. Em breve se fizeram ouvir os tordos viscívoros, saudando o dia com seus altos e monótonos cantos. A sua melodia dura contrapunha-se aos ricos acordes do tordo canoro, plenos de cadência e frescura. A este concerto juntavam-se as vozes finas e bem timbradas da carriça e logo a seguir as do pintarroxo. A luz de alva espargia-se em ténue neblina pelos troncos das árvores e então era um verdadeiro enxame de melharucos que aqui e além matraqueavam nos pinheiros os seus pequenos versos» (49).

(48) *Op. cit.*, pág. 152.

(49) *Ibidem*, págs. 153-154.

«Na torre da velha igreja de St.^a Reinilda, enegrecida pelos anos, logo ao despertar da alva, ouvia-se na sua toada profunda o primeiro sino, o sino pesado e grave. Era ele que despertava Martinho Krimkorn todas as manhãs. Depois de três badaladas amortecidas que pareciam vir de muito longe, de outro mundo, estacava, como se quisesse tomar fôlego. Já na aldeia os galos começavam a cantar, ouvindo-se o abrir de uma porta, o correr de uma vaca. Após estas, mais outras três sonolentas, moderadas. Agora acordavam as gralhas, esvoaçando com seus guinchos estrídulos em volta da torre.

Mais uma vez o sino se deteve e depois de pausa compassada, ainda repetiu três badaladas, então já completamente desperto, num tom franco e vigoroso... Tudo por conta e medida; nada a mais nem a menos. Na aldeia todos sabiam que era o velho irmão Celestino quem puxava a corda, empenhando a sua honra em realizar este serviço de Deus da maneira mais exacta. A seguir às nove badaladas, já manhã clara, animoso e forte, o apelo celeste ressoava em acordes poderosos pelos telhados de todos os recantos da aldeia. Já começara o dia.

«Martinho ainda se conservou no leito por momentos. Os seus pensamentos iam para Rinka, o querido cavalo. Ouvia-o impaciente raspar com as patas, relinchando exigir a ração da manhã. Sorridente, saltou da cama; dirigiu-se para a janela e viu a grande cabeça branca do cavalo a espreitá-lo, lançando-lhe os seus olhares. A aldeia começava a animar-se. Pela rua passava o primeiro carro; aqui e além abria-se uma porta; soava o tilintar dos cântaros, o engenho da nora. As raparigas que iam tirar a água riam e taramelavam.

«Agora era o concerto dos sinos das aldeias circunvizinhas: primeiro os de Argenschwang, a sede da paróquia, os de Hirschwiesen, para além de Ellertal, os de Windhausen e S. Quintino, por detrás das matas, lá ao longe, onde os homens falam lenta e espaçadamente; e por último os sinos alegres de Beltheim e os pesados de Hatzenfort ecoando gravemente do vale do Mosela.

«Também para Martinho começava a sua faina. Ele era um rapaz desenvolvido, forte e vigoroso que não podia estar parado. Verónica, a irmã, trabalhava em casa e na cozinha e o avô era já um velho quase sempre atormentado pelo reumatismo. Não tinha mãos a medir e muitas vezes por ocasião das sementeiras ou das colheitas e no tempo das grandes peregrinações o serviço apertava e recorriam a gente de fora. Assim que em baixo abriam as portas e se ouviam os passos pesados do pai, isso significava para Martinho que eram horas de se lançar sem demora ao trabalho.

«No patamar, foi saudado com altos latidos por Terras, o cão branco. Eram bons amigos. Terras acompanhava-o por toda a parte. De manhã, encaminhava-se logo para Rinka. Sentia prazer extraordinário em lhe passar a mão pelo lombo e acariciar as crinas, em aspirar o odor áspero da pele do animal. Depois dele beber e de lhe dar cevada e feno, dirigiu-se pressuroso ao estábulo, passando pelo pátio calçado. Prepara as camas do gado, distribui a ração e depois de prender a cabra à estaca, atrela o cavalo ao carro. Quando o pai chegar, estará já tudo pronto para seguirem»... ⁽⁵⁰⁾.

*
* *
*

Do exposto se verifica que toda a obra de Kneip é dominada por preocupação de ordem essencialmente religiosa. Não se pode negar que em toda ela transpira uma fé ardente, cristã, ia quase a dizer católica, embora se afaste por vezes da estrita ortodoxia.

«O seu cristianismo, comenta Albert Sörgel, mostra traços germânicos pagãos; o idílio campesino anda associado ao heróico, o domínio do aquém e do além entrelaçam-se tão intimamente que por vezes se nos afigura que estamos em presença da identificação de Deus com a universalidade dos reis ⁽⁵¹⁾.

Do grupo *Wir Drei* que fundou com Winckler e Vershofen quando estudante, com os propósitos de renovar a poesia alemã em novos moldes, ao passo que os outros representam a lógica, a acção, Kneip representa a calma, a mística» ⁽⁵²⁾.

Lisboa.

GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

⁽⁵⁰⁾ Porta Nigra, págs. 85-87.

⁽⁵¹⁾ Vemos transparecer mesmo na poesia de feição essencialmente religiosa as qualidades específicas do povo. Basta recordar que no *Heliland*, onde se narra em velho saxão a vida de Cristo, o Salvador nos aparece como um grande rei germânico; os reis magos figuram como heróis; os discípulos de Jesus são soldados; o local de acção é a Alemanha; as cidades judaicas aparecem convertidas em fortalezas alemãs; o sermão da montanha num verdadeiro conselho popular. (Hugo Weber, *Deutsche Sprache und Dichtung*, Leipzig, Verlag von Julius Klinkhardt, 1907, pág. 27).

⁽⁵²⁾ A. Soergel, *Dichtung und Dichter der Zeit*, Voigtländers Verlag, págs. 521, 524.

Dos textos dialectales de Rihonor y dos romances portugueses de Hermisende

Con motivo de recoger materiales de Toponimia menor en el partido judicial de Puebla de Sanabria, al N. W. de la provincia de Zamora, realicé en Setiembre de 1947 un viaje de un mes de duración. Algo más de una veintena de pueblos fueron visitados por mí durante aquellos días. Entre ellos Rihonor y Hermisende, objeto del presente trabajo.

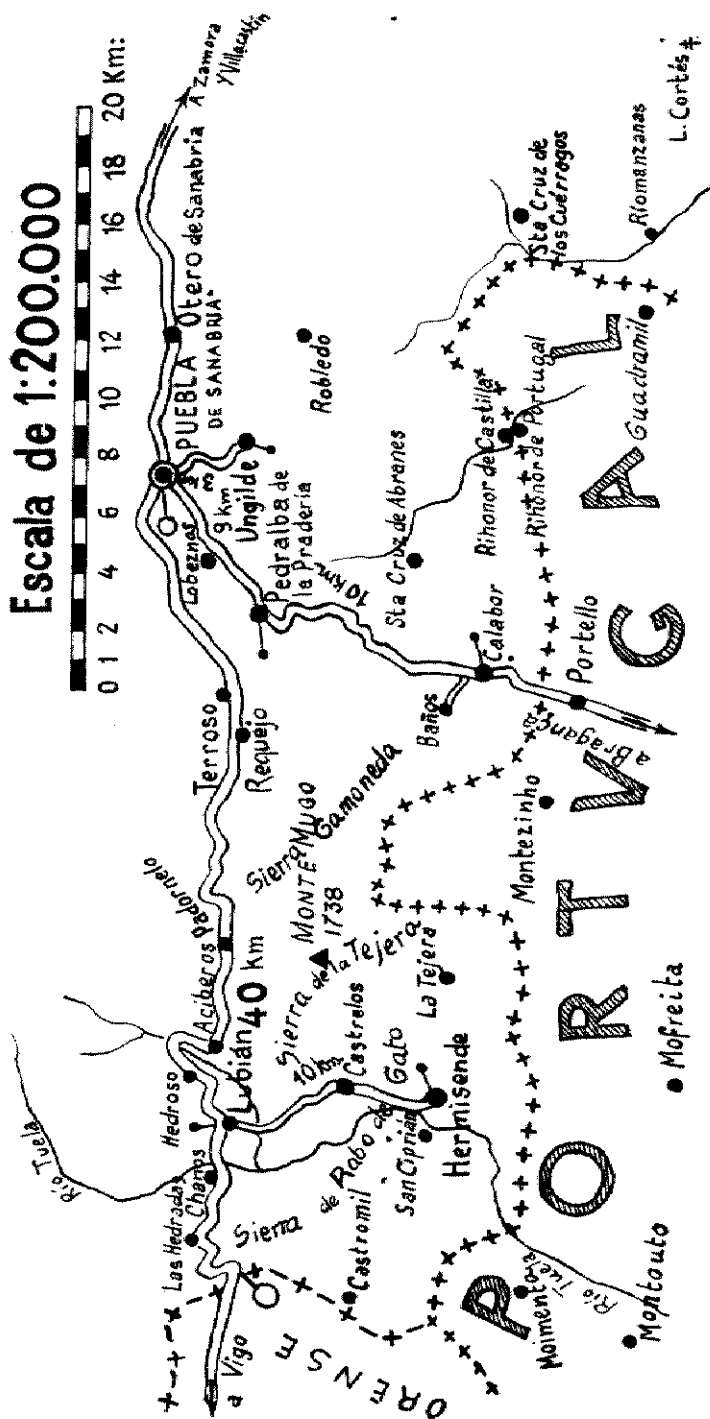
Llegué hasta Rihonor haciendo el viaje por la sierra desde Calabor, que era entonces mi base de operaciones, y pasando por Santa Cruz de Abranes. Para hacer el viaje a Rihonor por España, no hay otro remedio que marchar a través de la sierra, por senderos y quebradas que a las veces son simples caminos de ganado.

En cambio, al otro lado de la frontera, está comunicado por carretera con Braganza, a cuyo distrito pertenece la mitad portuguesa del pueblo. Queda así explicado el que sean más frecuentes las relaciones con Braganza que con Puebla de Sanabria.

He de hacer constar que después de haber visitado Rihonor me extraña no poco el que tanto *Leite de Vasconcellos* como *Krüger* hablen reiteradamente de Rihonor de Arriba o de Castilla, y de Rihonor de Abajo o de Portugal. Más extrañeza aun me causa lo que escribió *Leite* estableciendo matices y distinguos entre los dos barrios ⁽¹⁾. Si alguno encontró efectivamente,

⁽¹⁾ Escribe *Leite*: «Entre a língua de Riodonor-de-Baixo (Portugal) e a de Riodonor-de-Cima (Espanha) há também diferenças: assim nesta encontrei o *z* castelhano que não ouvi naquela; mas a língua de Riodonor-de-Cima não é o puro castelhano» — Vid. *Línguas Raianas de Trás-os-Montes* (Sucintas Notas) Revista de Guimarães, III, 61 y ss. o, mejor, *Opúsculos IV, Filología II*. Coimbra 1929. p. 730, en que fué reimpresso.

Como puede adivinarse es difícil que haya discrepancias entre dos barrios



sería casual, pues cualquier viajero que haya estado en Rihonor atestiguará que se trata de un solo pueblo partido en dos por la frontera. Lo más que podríamos aquilatar es su división en dos barrios. Porque, repetimos, Rihonor no es más que un solo poblado partido en dos mitades por la frontera hispano-lusa. Por otra parte, y a pesar de este carácter de internacionalidad, no hay para que decir que las relaciones entre ambas mitades son constantes y recíprocas, dando lugar a no pocos matrimonios mixtos, y, lo que es más curioso aun, a extrañas situaciones administrativas y jurídicas entre ambos gobiernos; así me comunicaron, y, es bien comprensible, mis informantes y las fuerzas de policía y de fronteras con quienes traté en mi viaje. Por lo tanto no haré distinción entre ambos Rihonores y usaré siempre la designación Rihonor aun cuando no sea la oficial⁽²⁾.

Como todos los pueblos sanabreses Rihonor es muy pobre y sus recursos son los de la tierra y la ganadería. Las propiedades, caprichosamente repartidas, ofrecen la particularidad de que propietarios portugueses tengan sus posesiones en territorio español y viceversa⁽³⁾. Durante el día y en épocas normales se puede andar libremente por ambas mitades del pueblo.

Se halla situado Rihonor en una hondonada por la que corre el río del mismo nombre. La mitad española es anejo del Ayuntamiento

de un mismo pueblo. También es extraño de que el hecho de que una frontera los divida haga decir a K r ü g e r : ...» Rionor, pueblo situado a un paso de la frontera política y que sostiene vivas relaciones con su vecino portugués, tanto que son frequentísimos casos de «intermariage» y que hasta la fisonomía de muchos ríodonoreses y ríodonoresas se parece más al tipo portugués que al tipo español — Vid. F. K r ü g e r : *Mezcla de Dialectos*, en *Homenaje a Men. Pidal*, t. II, p. 159. Encuentro raro todo esto pues no dejaré de repetir que Rihonor es un mismo pueblo o todo lo más si se quiere dos barrios. Cierto que hay dos escuelas, por ejemplo, la española y la portuguesa, pero certísimo también que la frontera está marcada por un castaño y una marra enfrente y que en algunos puntos para pasar del Rihonor español al portugués no hay ni que cruzar el río.

(²) La designación oficial en España es Rihonor de Castilla para el español y Rihonor de Portugal para el portugués. En realidad y como en tantas otras ocasiones la fonética viva es bien diferente y es Ruidenor, como en el caso de Riomanzanas, pueblo inmediato, es Ruimanzanas. En mi art. cit. en la nota 12 señalé ya casos en que en Sanabria no coincidía la nomenclatura oficial con la popular y viva. Aun añadiré aquí el caso de Seijas, oficialmente Sejas, y Toulá, oficialmente Tola, en tierras de Aliste.

(³) Cosa nada extraña y que acontece en todos los sitios en que la frontera presenta semejantes condiciones. Tal es el caso de Llivia, pueblo español de la Cerdaña, pero enclavado en territorio francés y unido a España por una carretera que va a Puigcerdá.

de Pedralba de la Pradería, de la que dista unos doce kilómetros. Es un poblado de escasa importancia y poca población ⁽⁴⁾.

Sobre el dialecto de Rihonor que no es sino leonés más o menos adulterado hay alguna literatura. No conozco lo que en 1909 publicó el Sr. Rodríguez ⁽⁵⁾ y sólo que Leite de Vasconcellos dijo a este propósito en sus *Lições de Filologia* y en los *Opúsculos* ⁽⁶⁾. Igualmente en las obras de F. Krüger hay muchas observaciones útiles, pero sobre todo en su artículo *Mezcla de Dialectos* ⁽⁷⁾.

Siendo mi propósito volver a Sanabria más reposadamente y recoger materiales para hacer un estudio completo, hasta donde me sea posible, del estado lingüístico actual de la región, mi intención ahora es tan sólo ofrecer un par de textos, más extensos que los de Leite ⁽⁸⁾, que puedan darnos una idea de la vitalidad del dia-

⁽⁴⁾ Según datos del libro de F. Olmedo y Rodríguez: *La provincia de Zamora. Guía Geográfica, Histórica y Estadística de la misma*. Valladolid. 1905. p. 419, Rihonor de Castilla tenía 24 edificios y albergues y 106 habitantes.

Según datos del *Nomenclator* de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas y demás entidades de población de España, formado por la Dirección General de Estadística con referencia al 31 de Diciembre de 1940, y en su tomo correspondiente a la provincia de Zamora, p. 32, Rihonor de Castilla tenía 96 edificaciones y 120 habitantes. Este *Nomenclator* es el último publicado.

⁽⁵⁾ Daniel Rodríguez. *O Rio d'Onorese*. Coimbra 1909. Es un opúsculo de 22 páginas. No lo he visto, pero por ciertas cosas que Leite indica este folleto no debe ofrecer un gran interés. Por ejemplo dice del dialecto que es portugués muy antiguo y modificado.

⁽⁶⁾ *Notícias do Idioma de Riodonor*, en *Lições de Filologia*. Lisboa 1926. p. 453. Es, como su título indica, una noticia acerca del folleto de que hablamos en la nota n.º 5. Anterior y del propio Leite es: *Línguas raianas de Trás-os-Montes*, de que hemos hablado en la nota primera. Y lo más importante sobre la materia es sin duda su *Breve Estudo dos falares de Riodonor e Guadramil*, publicado por vez primera en *Opúsculos* t. IV. *Filologia* II. p. 739 y ss. Coimbra 1929. Aquí hay un breve pero buen estudio sobre el particular y además dos textos: el *Padre Nuestro* y una *Anécdota*, seguido de un breve vocabulario.

⁽⁷⁾ Naturalmente que sobre Rihonor hay noticias en Krüger en varias obras como en su *Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete*, pero sobre todo en el artículo *Mezcla de Dialectos, Homenaje a Men. Pidal*, t. II, p. 121-168. Madrid, 1925.

⁽⁸⁾ En efecto Leite sólo publica, como hemos dicho, el *Padre Nuestro* y una *Anécdota* ocurrida con un carabinero. Estos dos textos que ofrezco son más extensos y creo que superan a los de Leite en importancia folklórica y riqueza de vocabulario.

lecto y de su estado actual. No sin cierta sorpresa leí en Leite de Vasconcellos que: «Segundo observa o Sr. Rodrigues, o riodonorês vai desaparecendo diante do português; em 1908 só havia um velho que o falava na sua antiga pureza»⁽⁹⁾. Precisamente dadas sus condiciones de aislamiento y aun de internacionalidad creo que puede ser acaso de las localidades que más conservan su dialectalismo.

En cuanto a Hermisende su caso es muy otro. Comenzaré por hacer constar que está situado en otra zona sanabresa, interponiéndose entre él y Rihonor las sierras de la Tejera y Gamoneda por lo cual no tienen que ver lingüísticamente entre sí ambos pueblos. Hermisende sostiene todas sus relaciones preferentemente con Lubián con cuyo pueblo está bien comunicado por carretera, y del cual dista diez kilómetros. Sabido es que desde Padornelo y la vertiente W. de la Sierra de la Tejera se habla gallego⁽¹⁰⁾, pero en el caso de Hermisende es portugués, aunque vaya de vencida, cosa por otra parte nada extraña en un pueblo que políticamente perteneció a Portugal y que hoy está en las inmediaciones de la frontera, distando tan sólo unos seis kilómetros de Moimenta y unos diez o doce de Montouto⁽¹¹⁾. En Lubián, a diez kilómetros al N, se habla ya gallego y lo mismo en Castrelos sólo a cinco en la misma dirección. Por lo demás Lubián es el centro de todos estos poblados a los que desde luego supera en nivel de vida. Hermisende es Ayuntamiento, situado en las orillas del río Tuela, que entra inmediatamente en Portugal, donde recibe el nombre de Túa, desembocando en el Duero. Es bastante más importante que Rihonor. Estos dos romances que aquí doy como ejemplo del portugués de Hermisende son de los que cantan en tiempo de la siega, o de la seitura como allí dicen. Durante mi

⁽⁹⁾ Vid. *Lições*, art. cit. p. 454.

⁽¹⁰⁾ Vid. Vicente García de Diego, *Manual de Dialectología Española*. Madrid, 1946, p. 177. Por mi parte puedo decir que, sean las noticias del Sr. García de Diego de la época que quieran, en este aspecto no ha variado la frontera lingüística. El límite del gallego comienza efectivamente en Padornelo. Una fuerte influencia antidialectal acaso ejerzan, aunque de momento no se note mucho, los obreros que en número considerable hay por allí en las obras del F. C. Zamora-Orense-Coruña.

⁽¹¹⁾ Efectivamente Hermisende y la Tejera pertenecieron a Portugal hasta la rebelión del Duque de Braganza, por no secundar la cual se desgajaron de la nación vecina.

estancia en Hermisende recogí preferentemente romances y algún cuento. Entre aquellos una versión de Gerineldo bastante curiosa, pero, desde luego, castellana. Doy aquí estos ejemplos de romances portugueses porque he observado en mis viajes por Sanabria, que aunque los pueblos sean muy dialectales, sin embargo, los romances los saben en un castellano generalmente muy aceptable. Así por ejemplo ocurre en San Martín de Castañeda, situado en otra zona, al N. de Puebla de Sanabria, en las inmediaciones del lago de su nombre ⁽¹²⁾.

Creo, con todo, que el portugués de Hermisende va de vencida y a la larga acabará por desaparecer. Como observó acertadamente K r ü g e r ⁽¹³⁾, Hermisende tiene mucho más de portugués que el propio Rihonor con estar este último enclavado en la frontera misma y ser un pueblo internacional dividido en dos mitades.

Utilizo una transcripción semejante a las de K r ü g e r en su *Dialecto de San Ciprián* y sin agotar el rigorismo científico. Sólo en los casos en que es muy marcada transcribo la abertura o cerrazón de las vocales, no haciéndolo nunca cuando lo son por posición. Frente por frente publico el mismo texto en ortografía corriente para mayor comprensión. He de advertir que en los textos de Rihonor y Hermisende *nh* no representa ñ sino la *n* velar.

Para los textos de Rihonor me valí de un informante de veintiocho años: David Julián Manuel del Campo que desde luego lee y escribe pero habla perfectamente el dialecto. Los romances de Hermisende me fueron comunicados por Andrés López de setenta y cuatro años. También lee y escribe. A entrambos vaya aquí mi agradecimiento como al Sr. Secretario de Hermisende que tanto me ayudó, y, en fin, a la Ex.^{ma} Diputación de Zamora que pensionó generosamente mi excursión lingüística.

(12) Los romances que recogí en San Martín de Castañeda están en castellano y su dialectalismo no va más allá de alguna palabra aislada. En cambio el pueblo es de habla dialectal leonesa bastante típica y bien conservada como puede verse en mi artículo *La Leyenda del Lago de Sanabria en Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid. 1948. Tomo IV. Cuaderno 1.^o. Vid. *Apéndice* del citado artículo.

(13) Son sus palabras: «Con todo no se puede decir que el dialecto de Rihonor de Castilla sea portugués, ofreciendo por ejemplo Hermisende, muchos rasgos portugueses más que Rihonor». *Mezcla de Dialectos*, p. 159.

Textos en ortografía normal

1. Cuento da confesión do lobo. Ruidenor.

Foi unha vez al lobo a unha festa, y despuéis, al fin da festa, vieno a deitarse en baxo dun carro ⁽¹⁴⁾. Despuéis, cuando se levantóu, espurriúse y estraléuse ⁽¹⁵⁾ tres veces al rabo, y él dixo que diba a tenere boa suerte naquel día. Y despuéis foi a confesarse y díxole al cura que no más tiña que cumere arrate y meio ⁽¹⁶⁾ de carne por día. Saliu da aiglexa y partíu. Al chegare á Fogaza ⁽¹⁷⁾, víu unha burra e unha burrica e dixo él: Voy a estar bien un-arrate á burra y meio á burrica. Baixo alá y papóuas ⁽¹⁸⁾. Dispueis, mas abaixo, encontróu dous carneiros nun lameiro y díxole: oh carneiros, vóuvos a cumere. Y os carneiros dixiéronle: Mira, numos comas; esperas a que pártamos este lameiro y que lo deixemos partíu os nuestos fíus. Y despuéis ya nus puodes comere. Y nós, vámos ún pa punta arriba, e outro a punta abaixo. Despueis os carneiros saltoron a correre y entaloron ao lobo do meio. Al lobo, vendo eso nu quiso sabere mas dos carneiros y marchéuse por ellí arriba y pasóu por riba de Varxe ⁽¹⁹⁾ y encontróu unha yeuga cun a potra y díxole: yeuga, voite a comere a potrica. Y a yeuga díxole: mira numa comas, cómeme antes a mí. Y al lobo díxole: a mí tanto me da. Y a yeuga díxole: antes de comerme, tírame un cravo que tengo nesta ferradura. Y al lobo foi a tirarle y alumbróule duas patadas nos fouciños y atiroual de cangayas ⁽²⁰⁾. Al lobo vendo éso, levantóuse y marcheu a outro sitio. Chegóu a un mulino y víu unha leitona cunos leitonicos. Y foi alá y díxole: leitona, voite a comere os teus fíus. Y a leitona díxole: mira nu me comas; cómeme a mí antes que ellos son pequenos y puoden darle más gañansa al amo. Y al lobo díxole: Tamién me sirves. Mas díxole a leitona que tiña que tirarle unha argola que tiña no fouciño para que non le ferira nas golas. E él lobo foe a arrimarse y a leitona metéule el fouciño na barriga y tiroua pola canal dal mulino. Al lobo

(14) «desperezarse, estirarse».

(15) «restrallar, hacer sonar».

(16) «libra».

(17) Designación geográfica local, nombre de un pago.

(18) «comiólas».

(19) Varge. Pueblo portugués del Distrito de Braganza e inmediato a Rihonor.

(20) «patas arriba».

TEXTOS EN TRANSCRIPCIÓN FONÉTICA.

kwénto da komfesiún do lobo. fuidenór.

foi una beñ al lobo a una fiesta e despois al fin da fiesta bñeno a deitarse em báso dun háro. despois kwándo se lebantóu espuríuse¹⁴ i estraléuse¹⁵ tréz beñes al fábó i el díso ke díta a tenére bós swérte nakél día. i despois foi a komfesar-se i dísole al kúra ke no más típa ke kumére aráte¹⁶ i méio de kárne por día. salín da aigléša i partíu. al segáre a fogába¹⁷ bñ una búra e una búrika e díso el: bós a estar bien unaráte a búra i méio a búrika. báiso alá i papóuas¹⁸ despois más abáiso enkontróu dós karnéiros nun laméiro i dísole: o karnéiros bótós a kumére. i os karnéiros díjéronle: mira númos kómas. esperas a ke partamos este laméiro i ke lo deisémós partíu oz nwésos fíus. e despois ya nus pwótes komére. i nós bámos un pa punta aríba e outro á punta abáiso. despois os karnéiros saltaron a korére e entalóron ao lobo do méio. al lobo béndó eso nu kíso sabére más dos karnéiros. maršéuse por eñí aríba i pasóu por ríba de bórše¹⁹ i enkontróu una yéuga kun a pótra i dísole: yéuga bóite a komére a potríka. i a yéuga dísole: mira núma kómas. kómémē ántes a mí. i al lobo dísole: a mí tánto me dá. i a yéuga dísole: ántes de komérme tiramē ŷn krábo ke téngo nésta feradúra. i al lobo foi a tirárla i alumbroule dúas patádas nos fouθínos i atiróu al de kangáyas²⁰ al lobo béndó eso lebantóuse i maršéu a outro sítjo. šegón a um mulino e bñ una leítóna kúnos leítóníkos i foi alá. i dísole: leítóna bóite a kumére os téus fíus. i a leítóna dísole: mira nū me kómas kómémē ā mí ántes ke élos som pekénos i pwóten dárle más ganánsa alámo. i al lobo dísole: tamjén me sírbes. más dísole a leítóna ke tíga ke tirárle una argóla ke tínā no fouθíno pára ké nōn le ferira naz gólas. e el lobo foi a arimárse i a leítóna

chegóu al rodecio ⁽²¹⁾ y deu tres o cuatro vuoltas al redore hasta que se caíu. E de eilí marchéu todo cansao e deitouse en baxo dun castañeiro. E estaba decindo que cuando se había levantao que había dito que diba a tenere boa suerte naquel día. Y vaya que suerte que he teníu nun caíra un rayo agora aquí. Mas cuando dixo que caíra un rayo y almatara el home deixou caíre a machada ⁽²²⁾ y déule na cabeza y matóu al lobo.

2. Cuento de bruxas. Ruidenor.

Foi unha vez un fulano qu'andaba a medias xuntas cun unha muyere ⁽²³⁾: un buey de cada un. Chegóu al tiempu de vendelos e díxole al fulano á fulana calchamara pa dire a feira. E ela naquela noite estaba paríndole unha leitona e non se deitou. A certas oras, al fulano estaba deitao na cama sintíu zarapatiare ⁽²⁴⁾ no cuarto e escoitéu e estuvo a escoitare. Cuando le parecéu chamóu pela muyere dél e díxole: quieres que me levante? E ela díxole que nó. E a bruxa tiña eilí un cerrón ⁽²⁵⁾ e púsose a batere cun él nu sobrau e a saltare penriba dunha arca e a batere as palmas e a bailare. E al fulano al ver eso, levantéuse e acendéu al candil e nun víu nada. Foi a vestirse e tiña a roupa toda mexada e enseñoula á muyere e díxole: Foi a bruxa que quedóu de viñire a chamarte. E el foi alá e estaba ela con a leitona que le estaba parindo. E deilí el diba pa cascarle más arrependeuse e marchoron pa feira. Nun venderon os bueis. Pasoutro día ⁽²⁶⁾ foron a arare e non diera capá darare con os bueis. E él agarróu deixou os bueis e tumbóu a ela no suolo e púsole unha rodiela na barriga e díxole: dicí el Padernuevo ⁽²⁷⁾ que vos voy a

⁽²¹⁾ «rodezo, rueda del molino».

⁽²²⁾ «hacha».

⁽²³⁾ «a partes iguales, pareja repartida entre el hombre y la mujer, un buey de cada uno».

⁽²⁴⁾ «zapatear, bailotear».

⁽²⁵⁾ En Rihonor, «bote de meter harina, pellejo».

⁽²⁶⁾ «Al día siguiente». En Calabor dicen *prooutro* y *pro outror*.

⁽²⁷⁾ La costumbre de responder o *arresposos* el ganado cuando se pierde es general en toda Sanabria. Los *resposos* u oraciones para estos menesteres suelen tener un texto tan bello como interesante. Como modelo doy aquí un *resposo* para cuando se pierde alguna cabeza de ganado y que recogí en Calabor: «Santa «Elena, reiniña, moura fuste, a cristiana cheguete, na cruz de Jesucristo, unha «noite soñeste. Tres clavos nela alcontreste. Un tiréstelo ao mare, outro donde «se resposta y outro na Cruz de Jesucristo claveste. Aguas a correr, flores no «campo a flourecere. Si-esto es verdade, señas me heis de dare. En honra de «Dios y da virgen María un Padre Nuestro y Ave María».

metéyle al fouθinō na baríga e tiroya póla kanál dal mulino. al lōto šegōy al rodéθjō¹ e deū trēs o kwátro twóltas al redóre ásta ke se kaíy. e deili maršéy tóto kansáo e deitōyuse em bašo đun kastaneíro. e estába deθindo ke kwándo se abia lebantáo kabía dīto ke dība a tenére tōz swérte e bāya ke swérte e teníy. nūy kaíra un rāyo agóra aki. más kwándo el dīšo ké kaíra un rāyo e almatára el óme deišéy kaíre a mašáda² i deñle na kabéθa i matōy al lōto.

2. [kwénto de brúšas]. řuīdenór.

foi ūna bēθ um fuláno kandába a méias šuntas³ kun ūnā muyére um bwēi de káda ún. šegōy al tjēmpu de bendelos e dīšole al fuláno a fulána kašámara pa dīre a feíra. e éla nakéla nwéite estába paríndole ūna leitōna e nōn se deitōy. a θjértas óras al fuláno estába deitáo na káma e sintíy θarapatjáre⁴ no kwárto e eskoitōy e estábo a eskoitáre. kwándo le pareθéy šamōy póla muyér dēl e dīšole: kjerēs ke me lebánte?. e éla dīšole ke nó. e a brúša tīna eili un θeřón⁵ e púsos e a batére kun el nu sobráy e a saltáre penřiba đūna árka e a batére as pálmas e a bailáre. e al fuláno al bér éso lebantéuse e abendéy al kandil e nūmbíy náda. foi a bēstírse e tīna a řoupa tóda mešáda e ensenōula a muyére. e dīšole: foi a brúša ke keđon de tūńrte a šamáre. e el foi alá e estába éla kon a leitōna ke lestába paríndo. e deili el dība pa kašárle más ařependéuse e maršóron há feíra. nūm bendéron oz bwéis. pasóntro⁶ đia-řoron a aráre e nōn djéra kapá đaráre kun oz bwéis. e el agařon deišón oz bwéis e tumbōy a éla no swólo e púsosle ūna řodjéla na baríga e dīšole: dīθi el páder-
nwéso ke bōz bōj a matáre. e éla pediyle kađeišára ke nūyka más le fađería

matare. E ela pediúle cadeisara que nunca mas le facería nada, e él deisóua. E enton ya pudo arare bien. E nunca mas tornóu a sentire tal bruxa en casa.

3. [Romance del pastouriño] Hermesende.

Naquela serraña alta, / naquela mais alta serra / alí vive una señora / serraniña enganadera / su arma traía al brazo / al modo de cazadera / seu pelo traía atado / por encima unha montera / Diendo pola serra arriba / un pastorito encontrera / Quieres tú ay pastouriño / venir connigo a la serra? / Eu cómo hei de ir señora / si el ganado se perdiera / Ven connigo, pastouriño / que eu muy bien t'o respondera / Diendo pol'a serra arriba / Mutas cruces encontrera / Qui é esto serraniña / tantas cruces nesta serra? / Doscentos homes han morto / a ti tamén si eu quisera / Serrana fezo a cena / Pastouriño non cenera / Serrana fezo a cama / pastouriño non dormera / Tanto brincaron de noute / ca á mañá s'adormeceran / Cuando serrana desperta / pastouriño legua e media / ven acá ¡ay! pastouriño / qu'aquí te queda unha ovella / aunque a ovella fora d'ouro / eu por ela non volvera / Atiróule unha frondada⁽²⁸⁾ e derribóule unha orella / Asecundóule con outra / non deixou nada d'ela.

4. Romance portugués. Hermesende.

Indo eu a pasearme / Pol'a tarde às duas horas / ví estar n'unha xinela⁽²⁹⁾ / duas doncelas formosas / Unha era muito branca / do seu color melindrosa / Outra era mais morena / por unha acción generosa⁽³⁰⁾ / a branca qu'aquelo viu / logo se mostrou queixosa / Cala tú, señora branca / non seas tan ambiciosa⁽³¹⁾ / eu ben pronto te direi / do qu'o moreno s'importa / De moreno biste o rey/Y o Padre Santo en Roma / Morenos son os cabalos / E as muliñas corredoiras / Morenas son as abellas / Pra seus amos proveitoras / Moreno fino é o manto / Da Virxen nosa Señora / Morenos son os ornatos / con que a iglesias s'adorna.

Debo hacer constar sobre el texto de esta oración que la grafía nh representa n velar como es la costumbre en la ortografía gallega, y no ñ como pudiera creerse tal vez y se hace en la ortografía portuguesa.

(28) «arrojar una piedra con la honda».

(29) port. «janela», «ventana».

(30) Efectivamente *generosa*, con la pronunciación castellana y no en la forma galaico-portuguesa, como hubiera sido de esperar.

(31) Igual que la anterior en la forma castellana. Esto indica bien a las claras como el portugués de Hermisende va de vencida.

náda. e el deishoua. e entón ya púdo arare tjén. e nunha más tornou a sentire
tal brúsa en kása.

3. [romãñte del pastourino] ermizende.

nakela serina alta/nakela máiz alta sêra/ali tibe una zeñora/señanina engana-
dêra/su arma traía al brádo/al módo de kañadêra/sêu pelo traía atado/por enbi-
mã una mōntêra/djêndo pola sêra ariba/um pastorito enkontrêra/kjêres tú aĩ pas-
tourino/benir kōmigo a la zêra/eu kōmo ei de ir señora/sjêl ganádo se perdêra/
bên kōmigo pastourino/kêu mwí tjén tó responsêra²³/djêndo pola zêra ariba /
mútas krúbes enkontrêra/ki é êsto señaína/tántas krúbes nêsta sêra?/dos ên-
tozōmes âmóto/a tĩ tamên sjêu kizêra/señana fêto a ðêna/pastourinō nōn
ðenêra/señana fêto a kama/pastourinō nōn dormêra/táto brinháron de nóute /
ka mãná sadormeðêran/kwádo señana despêta/pastourino légua e mēdja/
ben aká aĩ pastourino/kaki te kēta una obêla/áunke a obêla fôra dóuro/
eu por êla nōm tolbêra/atiróule una frondáda²⁴/e ðeribóule una oreja/asekundou-
le konóutra/e nōn deishou náda dêla.

4. romãñte português. ermizende.

indo eu a pasearme/pola tarde az dúas óras/bi estar nūma sinela²⁵/duaz donðêlas
formósas/una era mwito bránka/do sêu kolór melindroza/outra era máiz morena/
por una abjón xenerosa²⁶/a bránka kakêlo biu/lōgo se mostrou keiðoza/kála tú
señora bránka/nōn séas tan âmibijosa/eu tēm prōnto te ðirêi/do kq morêno zumpór-
ta/de morêno bĩste o rēi/e o páðresánto en rōma/morênos sōn os kabálos/e as
mulinas hoñeðóiras/morênas sōn az abêlas/pra sêus ámos próbêitoras/morêno fingo
o mánto/da bĩrşen nōsa señora/morênos sōnoz ornátos/kon ke a iqlêjsia²⁷ sadórna.

Comentarios sobre los textos

Cuento de la confesión del lobo.

El cuento del lobo que cree que su *crepitus ventris* es de buen agüero y que sin embargo se ve tan mal-parado, es popularísimo y harto conocido. Aurelio M. Espinosa en su colección de *Cuentos*⁽³²⁾ nos ofrece cuatro versiones. Los números 199, 200, 201, y 204 de Valdearcos (Valladolid), Tudanca (Santander), Villacarriedo (Santander), y Córdoba respectivamente. También en Aurelio M. Espinosa (hijo) los cuentos número 30 y 31, que no he podido ver, tratan del mismo asunto⁽³³⁾. Para tener una idea de la difusión y popularidad del cuento que aquí publico yo en su versión de Rihonor véase A. M. Espinosa, *Cuentos populares Españoles*, III, p. 245 y ss.

Únicamente añadiré aquí que como el cuento consta de varios episodios, es difícil relativamente recogerlo íntegro y sí mucho más fácil encontrarlo fragmentario. La versión que aquí publico es bastante completa y sólo le falta el episodio del encuentro con las cabras que cantaban vísperas⁽³⁴⁾, que sin duda olvidó el narrador.

Por lo demás el Arcipreste de Hita nos ha relatado parte del cuento, también, como digo, fragmentariamente. Copio aquí lo que nos ha transmitido en las estrofas siguientes:

766

Assentóse el lobo, estudo atendiendo;
los carneros valyentes vinieron bien corriendo,
cogiéronle al lobo en medio, en él feriendo;
él cayó quebrantado, ellos fueron fuyendo.

767

Al cabo de gran pieça levantóse estordido.

774

Fuese más adelante cerca de un molino;
Falló y una puerca con mucho buen cochino,

(32) Aurelio M. Espinosa (padre), *Cuentos Populares Españoles, Recogidos de la tradición oral de España*. Madrid 1947 (3. vol.).

(33) Claro es que la colección de Aurelio M. Espinosa (hijo) *Cuentos populares Castellanos* está aun inédita. Un avance hay en la *Colección Austral* t. 645. En este avance se puede hallar una versión completa recogida en Pedraza (Segovia): *El lobo madrugador*. p. 166, n.º 64.

(34) En cambio este episodio aislado lo he recogido en un cuento de Ribadela.

776

«Señor abbad compadre, con esas santas manos
bautisat mis figuelos, porque mueran xristianos.

777

Despues que vos ayades fecho este sacrificio
Ofrecervos los he yo en gracias e en servíçio,
vos faredes por ellos un salto syn bolliçio,

778

Abaxóse el lobo ally so aquel sabçe,
por tomar el cochino que so la puerca yaçe ;
Dio'l'a puerca del rostro, echóle en el cabçe :
En la canal del molino entró, que mal le plaçe.

779

Tróxolo en deredor a malandar el rrodezno,
Salyó malquebrantado, paresçia pecadesno.

Hasta aquí el Arcipreste. Así mismo, en la excursión de Setiembre 1947 por tierras de Sanabria tuve ocasión de recoger el episodio del lobo y la puerca aislado en Galende. Por ser muy breve y ofrecer un ejemplo del leonés de este pueblo — que, dicho sea de pasada, ya está perdido casi por completo y sólo lo recuerda alguna vieja — doy aquí la versión que me comunicó la Tía Rosalía de 82 años, analfabeta :

A porca y el llobu. «Yera una cerda qu'estaba con unos porcos pacendu en «una chanada, arrimada a un caño qu'había dun molinu. Chegóu el llobu y le «dijo : cochina, voyte a comere. Y díjole ella : Cómeme, pero primeiro ayúdame «a bautizare os gurrinos qu'están sin bautizare. Ponte changao eiquí, nesta canal; «pon una pata por cada llao y yóu voyte dando a uno a uno y tú vales tirando «augua na cabeza pa bautizalos. Yal yrimer cacharro que foi a sacare d'augua «pegóule ella un zupinazo y marchóu pora canal abaixo y se abrazóu del rodreno. «Y él decíale : para panón. Y el rodreno : pararé u nón ?»

Como se ve, nuestra versión de Rihonor es bastante completa, repitiendo que, como elemento importante, sólo está falta del encuentro con las cabritas que cantaban vísperas.

El *Cuento de Bruxas*, también de Rihonor, me fué narrado como sucedido real y el título se lo he dado yo. Hasta tal punto es arraigada la creencia en brujas en toda la región que el texto de éste que yo llamo *Cuento de Brujas* me fué contado con los nombres de las personas que fueron sus protagonistas. Como posteriormente mi informante cayera en la cuenta de que yo pudiera darle publicidad, me rogó que los sustituyera por *fulano* y *fulana*, cosa que hago gustoso respetando su voluntad. De ejemplos de la creencia en brujas

podría contar no pocas anécdotas y sucedidos. De Lubián recogí algunos ejemplos que publicaré algún día. El médico de Lubián podría dar fe de varios casos que a él mismo han acaecido en el ejercicio de su profesión, en que más de una vez ha sido tomado por *bruxo*. Claro está que la creencia en brujas, aunque menos desarrollada que en Sanabria, se da en otras zonas de la provincia de Zamora y así en Fermoselle, al S. W., en Sayago, de donde tengo buenos testimonios, y en general en toda esta comarca, Aliste, Sanabria, Valles del Tera y Vidriales, etc.

Este sucedido por lo demás es muy típico, pues acontece con animales, a los que generalmente las brujas echan mal de ojo. El remedio, que en esta narración no aparece, suele ser llevar a la cuadra un trozo de piedra *lara* (del ara del altar) o ir a casa del señor cura a pedir la estola. Los sacerdotes nuevos suelen acabar con estas supersticiones negándose a dar la estola, por lo que a veces tienen serios disgustos.

Dos palabras acerca de los romances portugueses de Hermisende. El primero del pastorcito y la serrana es bien popular en nuestra literatura. Me extraña no encontrar versiones entre los romancerillos de *Leite de Vasconcellos*. Del segundo en cambio hallo dos que inserto aquí para que puedan establecerse cómodamente comparaciones y comprobar las variantes ⁽³⁵⁾.

XXXI [As duas meninas]

Indo eu a passear
Pela tarde, às duas horas,
Vira estar numa janela
Duas meninas formosas :
Uma era muito branca
Das falas mui melindrosa ;
Outra era mais morena
Das falas mui graciosa.
A branca, desde o soube
Logo se mostrou queixosa.
Cale-se lá, Senhora Branca,
Não se mostre tão invejosa,
Que eu brevemente lhe digo
O branco enquanto se importa.

I. Indo-me eu a passear (= Morena).

Indo-me eu a passear
Pela tarde às duas horas
Vi estar numa janela
Duas donzelas formosas :
A maior é muito linda
E da cara melindrosa ;
A outra é mais morena
E da cara graciosa.
Namorei-me da morena
Por ser a mais graciosa ;
A branca desde que o soube,
Logo se mostrou queixosa.
— Cal'-se lá, senhora branca,
Não se mostre tão queixosa ;

⁽³⁵⁾ El número XXXI pertenece a *Romances populares portugueses coligidos da tradição oral* (1880) pero como el segundo reimpresso en *Opúsculos VII. Etnologia*, Lisboa, 1938. V. p. 999 y 1027.

Pretos são os ornatos
 Com que a Igreja se adorna;
 De preto era lo manto
 Da Virgem Nossa Senhora;
 De preto andam nos clérigos
 E o Padre-Santo em Roma;
 De preto são as abelhas
 De seu dono proveitosas;
 De branco andam nas mulas
 Onde os almocreves montam.

De pressa lhe direi eu
 Quanto morena se importa;
 De preto veste el-rei
 E o padre-santo em Roma;
 E preto era lo manto
 Da Virgem Nossa-Senhora;
 De preto são as abelhas,
 A seu dono proveitosas;
 Que de branco vão os mortos
 Quando os levam para a cova.

La versión que figura con el número XXXI es de Rebordainhos, y la que figura con el I. es de Matela (Trás-os-Montes) y fué recogida en Agosto de 1883. Añade en nota *L e i t e* que oyó otra igual en Víboras (en la misma provincia). Como se ve teniendo las tres versiones, la mía de Hermisende, como las dos de *L e i t e*, igual número de versos, veinticuatro, no deja de haber algunas variantes. Por ejemplo en la versión de Hermisende no sale ni una sola vez la palabra *preto* y repite insistentemente *moreno*. Por otra parte me parece que los versos de mi versión están mejor de ritmo que los de *L e i t e* en alguno de los cuales hay que hacer una sinalefa muy violenta: *Não se mostre tão invejosa*, cosa que nunca acontece en la versión de Hermisende.

Siendo mi intención, como he dicho ya, volver a Sanabria y recoger nuevos y abundantes materiales para hacer un estudio tan exhaustivo como me sea posible sobre el estado lingüístico actual de la región y su folklore, no me extendiendo aquí en más consideraciones, omitiendo comentarios de este tipo.

Quede pues para más adelante, si Dios quiere, y valgan estos textos que hoy publico como muestras de la vitalidad del dialecto de Rihonor que no está tan muerto como creía el Sr. *R o d r i g u e s* e hizo suyo *L e i t e*, y también del portugués que habla Hermisende puesto de manifiesto en estos dos romances de los que se cantan en las *segadas*.

Colaboradores da Miscelânea à Memória de Francisco Adolfo Coelho

Nas indicações de volume, I corresponde também a X do *Boletim de Filologia* e II a XI do mesmo *Boletim*. Na lista a seguir incluem-se os Autores que enviaram colaboração para a *Miscelânea* mas que, por motivos técnicos, teve de ser publicada nos tomos IX e XII do *Boletim de Filologia*.

J. ÁLVAREZ DELGADO, Tenerife	I 64	Giacomo DEVOTO, Flo- rença	I 54
Eugenio ASENSIO, Lisboa ..	II 304	Jorge DIAS, Porto	I 31
William C. ATKINSON, Glasgow	II 268	Orestes FRATTONI, Bue- nos Aires	II 252
Charles V. AUBRUN, Bor- deus	I 279	Maria Constança Múrias de FREITAS, Lisboa	I 287
Manuel de Paiva BOLÉO, Coimbra	XII 1	Ernst GAMILLSCHEG, Tubinga	I 188
Léon BOURDON, Toulouse ..	II 320	Vicente GARCÍA DE DIE- GO, Madrid	II 155
C. R. BOXER, Londres ...	II 338	Pedro Urbano GONZÁLEZ DE LA CALLE, Bogotá ..	II 41
Joseph BRÜCH, Inns- bruck	I 363	Albert GRENIER, Roma ..	II 192
Victor BUESCU, Lisboa...	I 148	N. I. HERESCU, Paris ...	II 206
Leandro CARRÉ ALVA- RELLOS, Corunha	I 341	Dorothee GROKENBER- GER, Lisboa	II 62
A. Pinto de CARVALHO, Lisboa	II 213	Wolfgang KAYSER, Lis- boa	II 141
José G. Chorão de CAR- VALHO, Lisboa	II 1	Scarlat LAMBRINO, Lis- boa	II 169
Luís CHAVES, Lisboa ...	I 43	José Inês LOURO, Lisboa ..	I 353
Hernani CIDADE, Lisboa ..	II 281	Delmira MAÇAS, Lisboa ..	II 12
Luis F. Lindley CINTRA, Madrid	II 224	José Pedro MACHADO, Lisboa	I 15
Maria Adelaide Vale CIN- TRA, Madrid	XII 1	Bertil MALER, Estocolmo ..	I 344
Jacinto do Prado COE- LHO, Lisboa	II 133	Yakov MALKIEL, Berke- ley	I 201
Joan COROMINAS, Chi- cago	I 334	Bertil MALMBERG, Lund ..	IX 99
Luis L. CORTES Y VÁZ- QUEZ, Salamanca	II 388	J. MAROUZEAU, Paris...	I 60
Olaf DEUTSCHMANN, Hamburgo	I 215	Harri MEIER, Lisboa ...	II 115
		Clemente MERLO, Pisa...	I 77
		Antenor NASCENTES, Rio de Janeiro	I 22

Joaquín María de NAVAS- CUÉS, Madrid	II 178	Gerhard ROHLFS, Muni- que	I 88
Serafim Silva NETO, Rio de Janeiro	I 3	Kurt ROHNER, Zurique...	IX 251
J. Simões NEVES, Lisboa	I 1	M. SAID ALI, Rio de Ja- neiro	II 108
Rodrigo de Sá NOGUEI- RA, Salamanca	II 81	Gunnar TILANDER, Es- tocolmo	I 281
R. OLBRICH †, Ham- burgo	I 95	Antônio TOVAR, Sala- manca	II 178
Rodolfo OROZ, Santiago de Chile	I 273	Veikko VÄÄNÄNEN, Hel- sinki	II 33
Elza PAXECO, Lisboa ...	I 25	Max L. WAGNER, Coim- bra	I 296
Joseph M. PIEL, Coimbra	I 320	Edwin B. WILLIAMS, Fi- ladélfia	II 61
Sever POP, Lovaina	I 119		
Gustavo Cordeiro RAMOS, Lisboa	II 364		